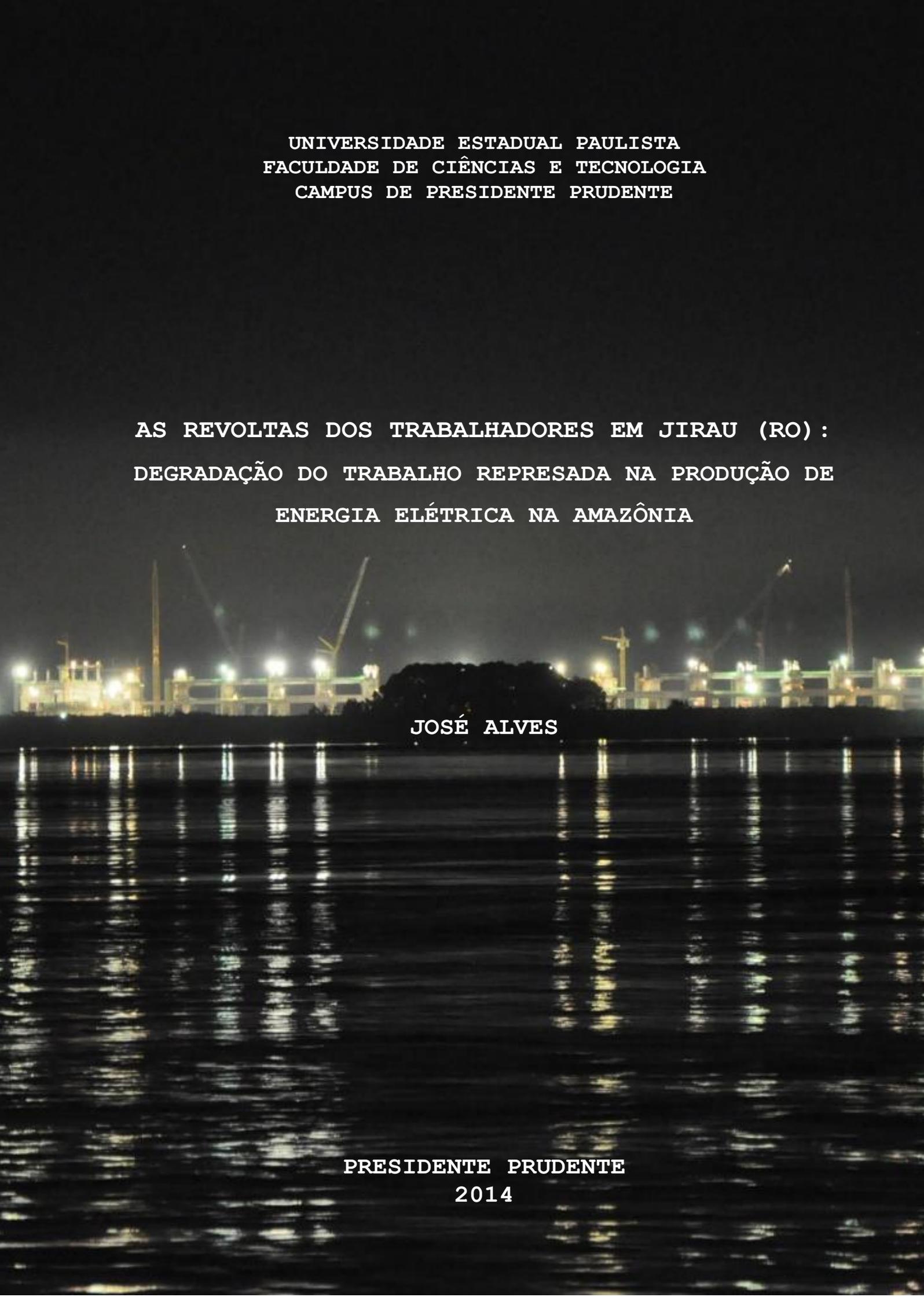


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

AS REVOLTAS DOS TRABALHADORES EM JIRAU (RO) :
DEGRADAÇÃO DO TRABALHO REPRESADA NA PRODUÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA NA AMAZÔNIA



JOSÉ ALVES

PRESIDENTE PRUDENTE
2014

JOSÉ ALVES

**AS REVOLTAS DOS TRABALHADORES EM JIRAU (RO) :
DEGRADAÇÃO DO TRABALHO REPRESADA NA PRODUÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

**PRESIDENTE PRUDENTE
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

Alves, José.

A479r As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):
degradação do trabalho represada na produção de
energia elétrica na Amazônia / José Alves. -
Presidente Prudente : [s.n.], 2014
671 f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Tese (doutorado) - Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Revolta de Jirau.
I. Thomaz Júnior, Antonio. II. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III.
Título.

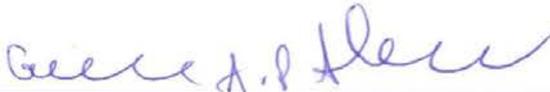
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR



PROF. DR. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA
(UFG)



PROF. DR. GIOVANNI ANTONIO PINTO ALVES
(UNESP/FFC)



PROF. DR. ELDER ANDRADE DE PAULA
(UFAC)



PROF. DR. ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA
(UFT)



JOSE ALVES

Presidente Prudente (SP), 15 de maio de 2014.

RESULTADO: Aprovado

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que não conseguiram ver esse sonho realizado.

À Zilda Bairral Alves (*in memoriam*), pela ternura, amor e por me ajudar a acreditar no poder transformador da educação.

À João Alves (*in memoriam*), por me fazer ser um homem melhor a cada dia.

À Karina,

pelo amor, amizade e companheirismo.
Te amo mais que ontem e menos que amanhã.

Ao Miguel, por me tornar um ser completo e pelo amor incondicional.

Aos trabalhadores,

que essa tese contribua, de alguma forma, para a luta de um mundo emancipado do capital.

AGRADECIMENTOS

O fechamento de um ciclo longo como o do doutoramento permite ter a certeza de que a tese, embora um trabalho de autoria seja a realização de um esforço coletivo, não só no meio acadêmico, mas também familiar e na sociabilidade com os amigos e colegas.

O reconhecimento das muitas pessoas que fizeram parte dessa trajetória é um momento ímpar e delicado, em especial pela possibilidade de deixar de mencionar pessoas importantes devido ao cansaço do momento final. Para ser perdoado desse possível erro, agradeço de antemão a todos que se sentem parte desse projeto.

Permito-me também citar algumas pessoas e instituições que merecem registro pela trajetória partilhada.

Parto da minha raiz, da família, da minha grande família. Aos meus pais que cada um ao seu modo me incentivaram e me permitiram estudar e chegar a este momento. Ao meu pai e minha mãe, falecidos durante o doutoramento, meu eterno agradecimento por cada dia partilhado. Aos meus irmãos, Aparecido, Israel, Salete, Rogério, Fátima, Ivete e Beatriz, que em muitos momentos se sacrificaram para que os estudos fossem uma prioridade em minha vida. A família que cresceu, cunhadas, cunhados e sobrinhos, pela união e por tornar cada momento único e pela força de sempre.

À Karina, companheira de todos os momentos, pela família que construimos que com a chegada do Miguel nos uniu em uma só pessoa, que deu força para essa empreitada e pelos diálogos, leitura e críticas que permitiram revisitar a pesquisa nesses longos anos.

À família que me recebeu e me acolheu: Nice e Reinaldo, muito mais que sogros; Kaio, Fernanda e Maria Clara, alegria sempre.

Ao Professor Dr. Antonio Thomaz Júnior, pela orientação e pela construção política cotidiana que permitem nutrir a vida acadêmica e dar sentido à produção do conhecimento. Admiração e respeito foram ingredientes para fazer da relação orientador - orientando tornar-se amizade e parceria na vida acadêmica.

Aos colegas e amigos do CEGeT não só de Prudente, mas de cada lugar desse país, pela construção coletiva de projeto de sociedade, pela amizade e confraternizações.

As amigadas de outrora e as construídas ao longo do doutoramento, pela força e união de sempre: Soninha e Divino, Silvia Regina, Marcelino e Flávia, Maria Franco e Lima, Marcio e Jarbas, Reginaldo e Jaqueline, Nécio e Beatriz, Eduardo Girardi e Sirlei, Edilson e Denise, Juscelino, Cintia, Fernando Heck, Gabriel Gonçalves, Guilherme, João, Joseli, Sidney, Daiane (CEMOSI), Cacá, Wagner e Tatiane, Marcio e Letícia, Rafa e Raquel, Rodrigo Simão, Leda e Victor Miyazaki, Lindberg, Cirso, Núbia e Agnaldo.

Aos amigos, não geógrafos, que tornaram a vida em Prudente uma experiência única: João, Wesley, Fabiana Pereira e Polibio, Fabiana Inoue, Alessandra e Rodolfo, Luis Afonso, Eduardo Lima, e Maria Olivia.

Aos amigos acreanos, vinculados ao curso de Geografia da UFAC que permitiram a liberação integral ao assumirem nossas atividades acadêmicas: Maria de Jesus, Silvio Simione, Lucilene Almeida e Socorro Maya, meu muito obrigado! Agradeço também à Júlia Simone, pelo apoio no estudo para a prova de proficiência na Pós-graduação.

Ainda aos amigos acreanos, obrigado pela força e por fazer dessa terra amazônica nosso lugar: Lucimar Ferreira, Carolina Cordeiro e Cleilson, Francisco Pinheiro e Claudio Cavalcante, amigos de todas as horas.

À UFAC pela licença integral para o doutoramento no período de março de 2010 a maio de 2014.

À CAPES pelo apoio financeiro com a Bolsa Prodoutoral, sem a qual seriam impossíveis os trabalhos de campo e de pesquisa na Amazônia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/P. Prudente pelas aulas, cursos, seminários e conhecimentos compartilhados.

À Equipe inesquecível da Secretaria da Pós-Graduação da UNESP, Cinthia, André, Ivonete e Erinat pela atenção e carinho.

À equipe da Biblioteca da UNESP, em especial à Michele e Alessandra pelo apoio com a normatização da tese.

À Karina, Sônia Ribeiro, Maria Franco e Maria de Jesus pela leitura, críticas e por permitir avançar no entendimento do tema de investigação.

Aos professores Marcelo Mendonça e Giovanni Alves pela participação no Exame de Qualificação, e pelas sugestões e críticas que permitiram os avanços conquistados nesse tese.

Ao Luiz Eli, pela leitura atenta da versão final.

Ao Rafael Silva, pelo trabalho com os mapas.

Às seguintes Instituições no estado de Rondônia pelo apoio no levantamento de informações, dados e entrevistas concedidas para a pesquisa de doutoramento: Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Tribunal Regional do Trabalho. Um agradecimento especial aos Procuradores do MPT-RO Francisco Cruz e Ailton Vieira dos Santos, pelo apoio incondicional. Também sou grato ao Procurador da República Ercias Rodrigues de Sousa, pela entrevista e orientação quanto às pressões externas sofridas na realização dos trabalhos de campo.

Ao Auditor Fiscal do Trabalho, Juscelino José dos Santos, não só pela entrevista, mas também por nos ajudar a desvendar a degradação do trabalho nos canteiros das UHEs do Madeira.

Ao STICCERO pelo atendimento, disponibilidade de acervo e entrevistas concedidas, em especial ao Altair Donizete (*in memoriam*), pela força, coragem e por acreditar na pesquisa e na luta em defesa dos trabalhadores.

Ao MAB Rondônia, na pessoa de Océlio Muniz, pelo apoio, entrevistas e diálogo sempre aberto para o entendimento da luta dos atingidos pelas Usinas Hidrelétricas do Madeira.

À Pastoral do Migrantes, na pessoa da Irmã Maria Ozânia pela acolhida e confiança, pelo apoio, parceria e estímulos em todos os momentos dos trabalhos de campo e no diálogo que se mantém em defesa dos trabalhadores migrantes. Ao Felizberto e Ludiomar pela estadia.

Por fim, nosso agradecimento especial a todos os trabalhadores(as) das UHEs de Jirau e Santo Antônio que nos concederam entrevistas, permitiram o diálogo e acreditaram na importância desse estudo que se torna também denúncia e permite refletir sobre a degradação do trabalho, a centralidade da luta e das Revoltas dos trabalhadores na Amazônia nesse início de século XXI.

A todos, meu obrigado!

RESUMO

O Brasil se insere na temporalidade da crise estrutural do capital nesse início de século XXI, vivenciando um processo intenso de reorganização do capitalismo nacional, denominado de "Novo Desenvolvimentismo". Dentre as estratégias do Estado há a retomada do planejamento nos governos petistas, tanto nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, como de Dilma Rousseff, sendo o PAC o programa articulador, como no caso da política de infraestrutura energética. É nessa conjuntura que a Amazônia se reinsere como a nova fronteira hidroenergética a partir da transformação da mercantilização da natureza em territórios do hidronegócio-energético, como as UHEs de Jirau e Santo Antônio, no Complexo Hidrelétrico Madeira (RO). O problema norteador da investigação constitui-se em evidenciar qual o papel da Amazônia na produção de energia hidrelétrica, bem como quais mediações e formas de controle do trabalho são mantidas entre capital, trabalho e Estado para a construção desses empreendimentos, enquanto expressões da irracionalidade sistêmica do capital. Disso, objetiva-se analisar a superexploração do trabalho atrelada à construção da UHE de Jirau e os conflitos decorrentes das revoltas de trabalhadores nos anos de 2011 e 2012. São nas complexas relações espaço-temporais postas em movimento que o desigual e o combinado, enquanto relações de controle e de superexploração do trabalho, se expressam no território revelando momentos distintos da história, porém consentâneos de (des)realização do capital, ou seja, a partir de mecanismos de acumulação primitiva e acumulação/reprodução ampliada do capital. Condições análogas à de trabalho escravo, intensa migração e mobilidade do trabalho, força de trabalho excedente à disposição do capital, mecanismos de degradação, precarização, fundamentados na superexploração e nos descumprimentos contratuais etc., estão vinculados aos maus tratos no âmbito da reprodução propriamente, ou seja, no controle objetivo e subjetivo dos trabalhadores, na restrição à visita familiar, nas péssimas condições dos alojamentos, da alimentação, na ausência de atendimento à saúde prescrito no ACT. Esse é o contexto da neobarbárie enquanto revelação do destrutivismo imanente do "Novo Desenvolvimentismo", que avança para além dos canteiros das UHEs, pois a flexibilização dos licenciamentos ambientais e a forma atropelada como a construção dos empreendimentos são realizados aumentam o caos destrutivo e o desterramento de populações camponesas, ribeirinhas e extrativistas. Isto é, o trabalhador desterritorializado junta-se aos milhares de migrantes empregados em tais obras. A neobarbárie também atinge a cidade de Porto Velho e distritos como de Jaci-Paraná e Nova Mutum-Paraná e, portanto, o trabalho é atingido pelo capital no campo e na cidade, na floresta e na ambiência do rio. Estamos, assim, diante do trabalho fragmentado, entre atingidos e explorados na construção civil e montagem eletromecânica nas UHEs, bem como impactados por essas obras, revelado no interior do ambiente do "Novo Desenvolvimentismo", como imposição da estratégia para se construir UHEs na Amazônia. Se as revoltas surgem como expressão fenomênica da rebeldia, resistência e contestação das formas de controle e superexploração protagonizadas pelo capital e sacramentadas pelo Estado, a não organização do trabalho para além da fragmentação técnica, enraizada no vínculo e na existência dos sindicatos, impõe limites à própria rebeldia. Essas formas históricas de organização do trabalho não permitem ir além da luta imediata, tampouco romper com a estrutura de dominação de classe, o que nos remete à compreensão desses tensionamentos no interior do movimento social, temática apropriada para as pesquisas do devir.

Palavras-chave: Amazônia. Trabalho. UHE de Jirau. Revolta de trabalhadores. Geografia do trabalho.

RESUMEN

LAS REVUELTAS DE LOS TRABAJADORES EN JIRAU (RO): DEGRADACIÓN DEL TRABAJO REPRESADA EN LA PRODUCCIÓN DE ENERGÍA ELÉCTRICA EN AMAZÓNIA

Brasil se encuentra temporalmente incluido en la crisis estructural del capital del comienzo del siglo XXI, viviendo un proceso intenso de reorganización del capitalismo nacional, denominado "Nuevo Desarrollismo". Una de las estrategias del Estado ha sido retomar la planificación en los gobiernos petistas, tanto en el mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como en el de Dilma Rousseff, y el PAC su programa articulador, como en el caso de la política de infraestructura energética. Es en esta coyuntura que la región Amazonia surge como la nueva frontera hidroenergética a partir de la transformación y de la mercantilización de la naturaleza en territorios del hidronegocio energético, como las UHEs de Jirau y Santo Antonio, en el Complejo Hidroeléctrico Madera (RO). La preocupación de la investigación es entender cuál es el papel de Amazonia en la producción de energía hidroeléctrica y también qué medidas y formas de control del trabajo prevalecen entre capital, trabajo y Estado para la construcción de esos emprendimientos, muestras de la irracionalidad sistémica del capital. El objetivo de la tesis es analizar la superexplotación del trabajo en la construcción de la UHE de Jirau y los conflictos sucesivos a las revueltas de trabajadores en los años 2011 y 2012. El movimiento de las complejas relaciones espacio temporales de control y superexplotación del trabajo, nos muestra como el desenvolvimiento desigual y lo combinado del capitalismo se expresan en el territorio, revelando momentos distintos de la historia, no obstante convergentes de (des)realización del capital, o sea, a partir de mecanismos de acumulación primitiva y acumulación/reproducción ampliada del capital. Condiciones análogas a las de trabajo esclavo, intensa migración y movilidad del trabajo, fuerza de trabajo excedente a la disposición del capital, mecanismos de degradación y precariedad fundamentados en la superexplotación y en los abusos contractuales, etc., están vinculados a los malos tratos en el ámbito de la reproducción propiamente dicha, es decir, en el control objetivo y subjetivo de los trabajadores, en la restricción a la visita familiar, en las pésimas condiciones de los alojamientos, de la alimentación, en la ausencia de atención a la salud prescrita en el ACT. Ese es el contexto de la *neobarbarie* en cuanto revelación del destructivismo inherente al "Nuevo Desarrollismo", que avanza más allá de los límites de las UHEs, pues la flexibilización de los licenciamientos ambientales y la forma atropellada como es realizada la construcción de los emprendimientos aumentan el caos destructivo y el desterramiento de las poblaciones campesinas, ribereñas y mineras. De ese modo, el trabajador desterritorializado se junta a los millares de migrantes empleados en tales obras. La *neobarbarie* también afecta a la ciudad de Porto Velho y distritos como de Jaci-Paraná y Nova Mutum-Paraná y, por lo tanto, el trabajo es influenciado por el capital en el campo y en la ciudad, en la selva y en el ambiente del río. Estamos, entonces, ante el trabajo fragmentado, entre afectados y explotados en la construcción civil y montaje electromecánica en las UHEs, como también ante los impactados por esas obras, revelado en el interior del ambiente del "Nuevo Desarrollismo", como imposición de la estrategia para construirse UHEs en Amazonia. Si las revueltas surgen como expresión fenomenal de la rebeldía, resistencia y objeción de las formas de control y superexplotación protagonizadas por el capital y sacramentadas por el Estado, la no organización del trabajo más allá de la fragmentación técnica, enraizada en el vínculo y en la existencia de los sindicatos, impone límites a la propia rebeldía. Esas formas históricas de organización del trabajo no permiten ir más allá de la lucha inmediata, ni romper con la estructura de dominación de clase, lo que nos remite a la comprensión de esas tensiones al interior del movimiento social, temática apropiada para investigación posterior.

Palabras clave: Amazonia. Trabajo. UHE de Jirau. Revuelta de trabajadores. Geografía del trabajo.

ABSTRACT

WORKERS' UPRISINGS IN JIRAU (RO): DETERIORATION OF LABOR DAMMED IN THE PRODUCTION OF ELECTRICITY IN THE AMAZON

Brazil fits into the temporality of capital structural crisis in the beginning of the XXI century, experiencing an intense reorganization of the national capitalism, called "new developmentalism". Among the strategies of the State is the recovering of planning in PT governments, both in terms of Luiz Inácio Lula da Silva, as well as Dilma Rousseff's, being PAC the articulator program, as in the case of energy infrastructure policy. It is at this conjuncture that the Amazon reinstates itself as the new hydropower frontier from the transformation of the commodification of nature in territories of hydro-energy business, such as the hydropower plants of Jirau and Santo Antônio, in the Madeira Hydroelectric Complex (RO). The guiding problem of the research consists in highlighting what role the Amazon is in the production of hydroelectric power, as well as which mediations and forms of labour control are maintained among capital, labour and State for the construction of these projects, as expressions of systemic irrationality of capital. Thus, the objective is to analyse labour exploitation linked to the construction of the UHE of Jirau and the conflicts arising from the riots of workers in the years 2011 and 2012. It is in the complex temporal-space relations set in motion that the uneven and the combined, as relations of control and overexploitation of labour, are expressed in the territory revealing distinct moments in history, although consistent (de)realization of capital, that is, from mechanisms of primitive accumulation and expanded capital accumulation/reproduction. Slave-like work, intense migration and labour mobility, surplus labour available to the capital, mechanisms of degradation, impoverishment, based on overexploitation and contractual breaches etc., are linked to bad treatment within the reproduction itself, that is, the subjective and objective control of the workers, the restriction of family visits, the poor condition of the accommodation, the food, the lack of health care prescribed in the ACT. This is the context of *neobarbarism* as revelation of the inherent destructiveness of the "New Developmentalism" which goes beyond the sites of the UHEs, as the flexibility of environmental permit and the rushed way that the construction of the projects are carried out increases the destructive chaos and expropriation of rural, riverine and extractive populations. That is, the deterritorialized worker joins the thousands of migrants employed in such works. The *neobarbarism* also reaches the city of Porto Velho and districts such as Jaci-Paraná and Nova Mutum-Paraná, and therefore, the work is reached by the capital in rural and urban areas, the forest and the ambience of the river. We thus face the fragmented labour between the reached and the exploited in construction and electromechanical assembly in UHEs as well as impacted by these works, revealed inside the "New Developmentalism" environment, as the enforcement of the strategy to build hydroelectric plants in the Amazon. If the revolts emerge as phenomenal expression of rebellion, resistance and contestation of forms of control and exploitation by the capital and formalized by the State, the no organization of work beyond the technical fragmentation, rooted in the bond and the existence of unions, impose limits on its own rebellion, because these historical forms of work organization do not allow dominations of class, which leads us to the understanding of these tensions within the social movement, appropriate topic to the research of come to be.

Keywords: Amazon. Labour. UHE of Jirau. Workers' uprising. Geography of labour.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Categorização das entrevistas	49
Figura 02: Planos para o planejamento de hidrelétricas na Amazônia	82
Figura 03: Localização das UHEs do Complexo Madeira (RO) no Estudo de Viabilidade	207
Figura 04: Consórcio Energia Sustentável do Brasil, composição do capital inicial.....	237
Figura 05: Consórcio Energia Sustentável do Brasil, recomposição do capital	238
Figura 06: Consórcio Santo Antônio Energia, composição do capital	239
Figura 07: Arranjo empresarial e financeiro da UHE de Jirau.....	245
Figura 08: Arranjo empresarial e financeiro da UHE de Santo Antônio	246
Figura 09: Área de Influência Indireta das UHEs de Jirau e Santo Antônio	258
Figura 10: AID e de Estudos do Entorno de Jirau.....	259
Figura 11: AID e de Estudos do Entorno de Santo Antônio	259
Figura 12: Projeção de inundação do núcleo urbano do Distrito de Mutum-Paraná	268
Figura 13: Capa Revista IstoÉ Dinheiro dedicada à Camargo Corrêa, no episódio da primeira revolta de trabalhadores em Jirau (RO)	460
Figura 14: Propaganda pela Camargo Corrêa das condições dos alojamentos na UHE de Jirau (RO)	461
Figura 15: Primeira Revolta de trabalhadores de Jirau: o enunciado discursivo do "vandalismo"	462
Figura 16: Nota da Camargo Corrêa sobre a segunda Revolta de trabalhadores na UHE de Jirau, em 2012	597

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Vista aérea do Reassentamento Coletivo Urbano Nova Mutum- Paraná, no município de Porto Velho (RO).....	270
Foto 02: Propaganda de Nova Mutum-Paraná pela ESBR.....	270
Foto 03: Casa, com quintal, para reassentados de Jirau em Nova Mutum-Paraná	271
Foto 04: Atingidos fecham sede da empresa Santo Antônio Energia, em Porto Velho (RO).....	277
Foto 05: Forma de ocupação nas margens da BR-364 no distrito de Jaci Paraná - Bares e pensões	285
Foto 06: Rodoviária no distrito de Jaci Paraná, município de Porto Velho (RO)	285
Foto 07: Trabalhadores - luta por terra e água; por um território de vida	288
Foto 08: Desembarque de trabalhadores oriundos do Maranhão na UHE de Jirau (RO)	335
Foto 09: Trabalhadores migrantes: a chegada na UHE de Jirau (RO)	336
Foto 10: Mosaico de fotos do refeitório (margem direita do rio Madeira) com cenas do cotidiano, em momentos de refeição	385
Foto 11: Mosaico de fotos da área externa de blocos de alojamentos (margem direita) na UHE Jirau	387
Foto 12: Mosaico de fotos de um alojamento na UHE Jirau	388
Foto 13: Mosaico de fotos de banheiro na UHE Jirau	389
Foto 14: Show de Rita Cadillac na UHE Jirau, 19/12/2009	391
Foto 15: O controle do trabalho pelo fetiche da mercadoria ..	418
Foto 16: Transporte de trabalhadores em meio inadequado (Balsa)	423
Foto 17: Armadores em situação de risco no local de trabalho na UHE Jirau	434
Foto 18: Saída dos trabalhadores da UHE de Jirau	470
Foto 19: Opressão policial contra os trabalhadores de Jirau .	471
Foto 20: Incêndio nos alojamentos na UHE de Jirau, em março de 2011	495
Foto 21: Incêndio em ônibus na UHE de Jirau	496
Foto 22: Vista parcial de alojamentos queimados em Jirau	497
Foto 23: Trabalhadores sendo alojados no Ginásio de Esportes do SESI, em Porto Velho (RO)	501
Foto 24: Trabalhadores em acomodações improvisadas no SESI, Porto Velho (RO).....	501
Foto 25: Audiência de Dissídio Coletivo de Greve entre STICCERO e representantes das UHEs de Jirau e Santo Antônio .	536
Foto 26: Convocação de Assembleia Geral com trabalhadores na	586

UHE de Jirau	
Foto 27: Força Nacional de Segurança Pública e opressão na UHE de Jirau	587
Foto 28: Força Nacional de Segurança Pública em Jirau: o controle pelo medo	588
Foto 29: Assembleia de trabalhadores militarizada: atuação da FNSP na UHE de Jirau	589
Foto 30: Assembleia de trabalhadores na UHE de Jirau (02/04/2012)	593
Foto 31: Divisão hierárquica do trabalho em Jirau: encarregados (uniformes amarelo) e "peões".....	594
Foto 32: A rebeldia e fragmentação do trabalho.....	594
Foto 33: Marcas da violência dos protestos	594

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Desembolsos do BNDES: período de 1995 a maio de 2013	149
Gráfico 02: Valores de execução financeira do PAC 1 (bilhões R\$)	159
Gráfico 03: Execução financeira do PAC 1 - previsão e ações concluídas (R\$)	160
Gráfico 04: Obras concluídas PAC 1 (R\$ bilhões) - Eixo Energia.....	161
Gráfico 05: PAC 2 - investimentos executados (R\$ Bilhões)....	165
Gráfico 06: Mobilização de mão de obra nas UHEs de Jirau e Santo Antônio	319
GRÁFICO 07: Desmobilização de mão de obra nas UHEs de Jirau e Santo Antônio	321

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: UHEs na Amazônia: 1970 a 2000	75
Mapa 02: Expansão de UHEs: Planejamento hidrelétrico na Amazônia Brasileira - contratada e em construção no período de 2012 a 2021	91
Mapa 03: Territórios do hidronegócio-energético na Amazônia: áreas de inventário e estudo de viabilidade no PAC 1 (2007-2010)	173
Mapa 04: Amazônia: UHEs planejadas e em implantação no PAC 01 (situação em 2007)	175
Mapa 05: Geração de energia hidrelétrica na Amazônia: PAC 1 e PAC 2	179
Mapa 06: Interligação do CHM ao SIN (PAC 1 e 2).....	185
Mapa 07: Territórios do hidronegócio-energético na Amazônia no contexto do PAC	193
Mapa 08: Uso da terra (1985): localização das UHEs de Jirau e Santo Antônio	263
Mapa 09: UHEs de Jirau e Santo Antônio: territórios do hidronegócio-energético (2013)	264
Mapa 10: Mobilidade espacial do trabalho para as UHEs de Jirau e Santo Antônio	332
Mapa 11: Mobilidade espacial dos trabalhadores entrevistados na UHE de Jirau	353

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Amazônia Brasileira - Expansão hidrelétrica contratada e em construção no período de 2012 a 2021	89
Quadro 02: Bacias hidrográficas amazônicas prioritárias para construção e planejamento de UHEs	90
Quadro 03: Resultado Geral das Privatizações no Brasil (em bilhões US\$), 1990 - 2009	146
Quadro 04: PAC 2 - Eixos, abrangência e objetivos	164
Tabela 01: Brasil: PAC 2 - Geração e Transmissão de Energia Elétrica	178
Tabela 02: PAC 2: Região Norte - Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Hidrelétrica	181
Tabela 03: Custos iniciais das UHEs do Rio Madeira	248
Tabela 04: Domicílios identificados na área de formação dos reservatórios das UHEs de Jirau e Santo Antônio - 2004	268

LISTA DE SIGLAS

AAR = Área de Abrangência Regional
ACP = Ação Civil Pública
ACR = Ambiente de Contratação Regulada
ACT = Acordo Coletivo de Trabalho
AID = Área de Influência Direta
AII = Área de Influência Indireta
AHE = Aproveitamento Hidrelétrico
ANA = Agência Nacional das Águas
ANEEL = Agência Nacional de Energia Elétrica
BASA = Banco da Amazônia
BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD = Banco Mundial
BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADE = Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAF = Banco de Desenvolvimento da América Latina
CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CESBR - Consórcio Energia Sustentável do Brasil
CSAC = Consórcio Santo Antônio Civil
CCBM = Consórcio Construtor de Belo Monte
CETAS = Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde
CCT = Convenção Coletiva de Trabalho
CHESF = Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CHM = Complexo Hidrelétrico Madeira
CMI = Centro de Mídia Independente
CNBB = Conferência dos Bispos do Brasil
CLT = Consolidação das Leis do Trabalho
CNIC = Compromisso Nacional da Indústria da Construção Civil
CONLUTAS = Confederação Nacional de Lutas
CONTICOM = Confederação dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Madeira
CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJ = Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz
CPT = Comissão Pastoral da Terra
CTPS = Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT = Central Única dos Trabalhadores
DIEESE = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT = Divisão Internacional do Trabalho
EIA/RIMA = Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
ELETROBRAS = Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE = Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL = Centrais Elétricas do Sul do Brasil
EPE = Empresa de Pesquisa Energética
EVTE = Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico
FAT = Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA = Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FENATRACOOP = Federação dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas no Brasil
FITRAC = Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre
FIP = Fundos de Investimentos e Participações Amazônia Energia
FMI = Fundo Monetário Internacional
FND = Fundo Nacional de Desestatização
FNO = Fundo de Financiamento do Norte

FNSP = Força Nacional de Segurança Pública
FS = Força Sindical
FUNCEF = Fundação dos Economiários Federais
IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA = Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana
INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI = Imposto de Produtos Industrializados
JT = Justiça do Trabalho
LI = Licença de Instalação
LO = Licença de Operação
LP = Licença Prévia
LT = Linha de Transmissão
MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens
MFS = Manejo Florestal Sustentável
MDL = Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME = Ministério de Minas e Energia
MPE = Ministério Público Estadual
MPF = Ministério Público Federal
MPT = Ministério Público do Trabalho
MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE = Ministério do Trabalho e Emprego
MOSCC = Movimento de Oposição Sindical da Construção Civil do Estado de Rondônia
NR = Normas Regulamentadoras
PAC = Programa de Aceleração do Crescimento
PBA = Projeto Básico Ambiental
PCH = Pequena Central Hidrelétrica
PDE = Plano Decenal de Energia
PDT = Partido Democrático Trabalhista
PIB = Produto Interno Bruto
PIN = Programa de Integração Nacional
PLR = Participação nos Lucros e Resultados
PND = Programa Nacional de Desestatização
PND = Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA = Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA = Plano Plurianual
PPI = Programa Piloto de Investimento
PPP = Parceria Público Privado
PREVI = Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRT = Procuradoria Regional do Trabalho
PSA = Pagamento por Serviços Ambientais
PT = Partido dos Trabalhadores
PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira
REED = Programa de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação
RADAM = Radar da Amazônia
RI = Relatório de Inspeção
SBPE = Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SESDEC = Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
SESI = Serviço Social da Indústria
SIN = Sistema Interligado Nacional

SINE = Sistema Nacional de Emprego
SINTRAPAV = Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção
Pesada do Município de Porto Velho
SISA = Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais
SPE = Sociedade de Propósito Específico
STICCERO = Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção
Civil do Estado de Rondônia
SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SRTE-RO = Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado
de Rondônia
TAC = Termo de Ajuste de Conduta
TRT = Tribunal Regional do Trabalho
UFAC = Universidade Federal do Acre
UFRJ = Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPA = Universidade Federal do Pará
UHE = Usina Hidrelétrica
UNIR = Universidade Federal de Rondônia
USP = Universidade de São Paulo
UNESP = Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
PARTE 01	52
A AMAZÔNIA COMO A NOVA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA NO SÉCULO XXI: POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA NO "NOVO DESENVOLVIMENTISMO"	
CAPÍTULO 01 A POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO "NOVO DESENVOLVIMENTISMO": CAOS DESTRUTIVO ANUNCIADO EM UM MUNDO DE "PROGRESSO"	53
1.1 A Amazônia no contexto da política energética brasileira: da integração e fronteira nacional à dominação pelo grande capital e nova fronteira hidroenergética	54
1.2 Grandes projetos hidrelétricos na Amazônia... lições do passado, pesadelo no presente	73
1.3 Planejamento governamental no "Novo Desenvolvimentismo" e a construção de UHEs na Amazônia: da "corrida por megawatts" à apropriação de novos territórios pelo capital	82
CAPÍTULO 02 BRASIL: DO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL AO "NOVO DESENVOLVIMENTISMO"	96
2.1 Trabalho, crise do capital, reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho	97
2.1.1 Reestruturação produtiva e a degradação do trabalho no setor da indústria da produção de energia hidrelétrica: mediações para uma contribuição à Geografia do trabalho	110
2.2 O Brasil no contexto do "Novo Desenvolvimentismo": da reestruturação produtiva à reorganização do capital - a construção de um projeto de desenvolvimento?	115
2.2.1 O "Novo Desenvolvimentismo": conceito e historicidade ..	116
2.2.2 Pilares materiais do "Novo Desenvolvimentismo"	131
2.2.3 "Novo Desenvolvimentismo", papel do Estado e reorganização do capital	141
CAPÍTULO 03 ESTADO E POLÍTICAS TERRITORIAIS: O PAPEL DO PAC ENQUANTO MOTIVADOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DINAMIZADOR DE INFRAESTRUTURA	156
3.1 O PAC enquanto motivador do crescimento econômico	157
3.2 PAC e as hidrelétricas na Amazônia	171

PARTE 02	198
O COMPLEXO HIDRELÉTRICO MADEIRA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES	
CAPÍTULO 04 O COMPLEXO HIDRELÉTRICO MADEIRA – A UHE DE JIRAU: MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	199
4.1 O Complexo Hidrelétrico Madeira e a mercantilização da natureza	201
4.2 Destrutivismo anunciado: dos estudos de viabilidade ao conturbado licenciamento ambiental das UHEs do Complexo Madeira, o caso de Jirau	213
CAPÍTULO 05 A UHE DE JIRAU E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: O TERRITÓRIO DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO E SEUS PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES	235
5.1 A UHE de Jirau e o território do hidronegócio-energético: Estado e capital na mercantilização da natureza	236
5.2 O CHM: reorganização espacial e seus processos desterritorializantes	256
 PARTE 03	 294
TERRITÓRIO DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO: CONTROLE, NEOBARBÁRIE E REVOLTA DOS TRABALHADORES	
CAPÍTULO 6 MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO NA UHE DE JIRAU	295
6.1 Mobilidade e plasticidade do trabalho	297
6.2 Mobilidade espacial do trabalho e grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia brasileira - alguns apontamentos	307
6.3 A migração do trabalho para a UHE de Jirau e os desafios postos.....	327
6.4 A migração do trabalho para a UHE de Jirau e os sonhos desfeitos	352
CAPÍTULO 7 PRECARIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: A NEOBARBÁRIE ANUNCIADA NA UHE DE JIRAU	368
7.1 Relações de trabalho no âmbito dos Acordos Coletivos	371
7.2 Prolongamento da jornada e degradação no ambiente de trabalho	374
7.3 Precarização e formas manipulatórias de gestão do trabalho	399
7.3.1 A precarização atrelada à antecipação da obra da UHE de Jirau	400
7.3.2 Intensificação e formas manipulatórias de gestão do trabalho	403

7.4 Segurança e saúde do trabalhador na UHE de Jirau	419
CAPÍTULO 8 AS REVOLTAS DOS TRABALHADORES EM JIRAU: IRROMPEM AS DISPUTAS ENTRE CAPITAL, TRABALHO E ESTADO	448
8.1 As Revoltas dos trabalhadores em Jirau e o discurso do capital: "de vandalismo a rebelião" e as questões trabalhistas	450
8.1.2 A Revolta e as questões trabalhistas a partir dos enunciados jornalísticos.....	474
8.2 A primeira Revolta de trabalhadores em Jirau (2011): a nova ambiência do trabalho nas determinações do mundo de progresso do "Novo Desenvolvimentismo"	484
CAPÍTULO 9 A AÇÃO DO ESTADO NAS REVOLTAS DOS TRABALHADORES EM JIRAU: ANTAGONISMOS FRENTE À LUTA DE CLASSES	505
9.1 Ação do MPT-RO na primeira Revolta dos trabalhadores de Jirau, março de 2011	506
9.2 Ação do MPT-RO na greve de março de 2012, e a iminência de uma segunda Revolta dos trabalhadores de Jirau	524
CAPÍTULO 10 A AÇÃO SINDICAL E AS CONTRADIÇÕES DA LUTA DE CLASSES FRENTE ÀS REVOLTAS DE TRABALHADORES EM JIRAU	542
10.1 Disputas sindicais no Complexo Hidrelétrico Madeira.....	544
10.2 Questão sindical, o setor da Construção Civil e formas de luta	555
10.3 O STICCERO no contexto das Revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau	566
10.3.1 O epicentro da luta: a primeira Revolta dos trabalhadores em Jirau (2011) e o papel do STICCERO	576
10.3.2 E a história se repete: a segunda Revolta dos trabalhadores na UHE de Jirau (2012) e o papel do STICCERO ..	585
CONSIDERAÇÕES FINAIS	609
REFERÊNCIAS	628
APÊNDICE	655

INTRODUÇÃO

Apresentação

A proposta inicial para a pesquisa do doutorado tinha como tema o agronegócio canavieiro no estado do Acre, com o projeto intitulado "Dinâmica regional, agrocombustível e a territorialização do capital no estado do Acre: do discurso às mediações da acumulação capitalista". O objetivo era analisar a dinâmica territorial do capital na Amazônia Sul-Ocidental acreana tendo como enfoque o agronegócio canavieiro, a ação do capital e do Estado no contexto da política de "desenvolvimento regional sustentável" adotada pelo governo no fomento à expansão canavieira, bem como verificar as formas de subordinação, exploração e organização do trabalho nessa atividade agroindustrial na região amazônica.

Essa temática tinha ganhado força a partir de nossa experiência na pesquisa como professor no curso de Geografia na Universidade Federal do Acre (UFAC), instituição a qual estamos vinculados desde o ano de 2005.

No entanto, nosso ingresso no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Presidente Prudente (SP), e nossa participação no Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), nos permitiu, juntamente com as disciplinas cursadas no período de créditos do doutoramento, o melhor contato com pesquisas sobre o tema e, assim, a reavaliação do projeto de pesquisa inicial.

Foi nesse contexto que a leitura do trabalho de Oliveira (2009)¹, realizado no âmbito do CEGeT, nos permitiu reavaliar o recorte espacial e temático da investigação.

Nesse momento, outras dinâmicas na região Amazônica passaram a nos chamar a atenção, e a partir disso, oportunamente tivemos o desafio posto pelo orientador a repensar o tema da investigação. Após nossa participação no Encontro Nacional de Geógrafos, ainda naquele ano de 2010, realizado em Porto Alegre (RS), acabamos amadurecendo a ideia de partir para ações mais significativas e impactantes do capital na região Amazônica com fortes desdobramentos para o trabalho, como

¹ OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

os processos que estavam ocorrendo com as Usinas Hidrelétricas (UHEs) no Complexo Hidrelétrico Madeira (CHM), no estado de Rondônia.

Naquele mesmo 2010 participamos do III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens, realizado na cidade de Belém (PA), que nos possibilitou contato com a temática das grandes obras de produção de energia hidrelétrica no bioma amazônico e seus impactos socioeconômicos e territoriais. Nesse momento constatamos a carência de pesquisas sobre a problemática do trabalhador "barrageiro"² em tais obras e evidenciamos a relevância de uma pesquisa nesse sentido, a partir dos projetos das UHEs de Jirau e Santo Antônio, no estado de Rondônia.

Nos sentimos incentivados a direcionar nossa atenção para o entendimento do contexto de inserção da Amazônia na dinâmica de acumulação do capital nacional e internacional, como a nova fronteira hidroenergética no século XXI. Fomos chamados a atenção pelo orientador para a atuação do Estado brasileiro, em especial, pelas políticas do setor energético dos dois mandatos de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, na fase atual de desenvolvimento do capitalismo brasileiro denominada de "Novo Desenvolvimentismo" ou "Neodesenvolvimentismo" quais os desafios que se apresentam para o trabalho.

Portanto, a motivação passa a ser a análise da superexploração do trabalho, via formas de degradação, precarização, terceirização, intensificação da jornada, acidentes e questões relacionadas à saúde do trabalhador.

É neste contexto que traçamos o aspecto central da análise sobre as formas de resistência e Revoltas dos trabalhadores no contexto da intensa exploração do trabalho, da lapidação e mercantilização da natureza enquanto meio essencial à vida emancipada do metabolismo social do capital, de um novo projeto para o Brasil.

² Trabalhador migrante vinculado à indústria de produção de energia hidrelétrica, sendo uma mão de obra empregada em especial na fase de construção dos empreendimentos hidrelétricos.

Problematização e o objeto da investigação

Um ponto chave para a análise dos processos de superexploração dos trabalhadores, de modo mais direto, e ao projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura hidroenergética, de modo indireto, são os episódios conhecidos como as Revoltas dos trabalhadores de Jirau. Estas intensas manifestações envolvendo trabalhadores no canteiro de obras da UHE ocorreram em março de 2011 e abril de 2012.

Deste modo, a análise dos desdobramentos da maior Revolta de trabalhadores da história recente do Brasil necessita de muitos estudos, pois somente assim se poderá ter a dimensão dos seus significados para a classe trabalhadora. Nossa pesquisa e as reflexões que apresentamos intencionam contribuir com esse debate.

É nesse cenário de relações complexas que os processos territoriais se explicitam, não só pelas questões ambientais, sociais, culturais, políticas, mas principalmente a transversalidade que estabelece com o trabalho.

Desvendar os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora frente às investidas do capital nacional e internacional em grandes obras de produção de energia na Amazônia, no caso na UHE de Jirau, é condição primordial para a análise da dinâmica territorial do trabalho, suas manifestações objetivas e subjetivas, bem como novas ambiências diante da superexploração do trabalho, da pilhagem e mercantilização da natureza.

É possível compreender qual é o papel da região Amazônica como a nova fronteira hidroenergética nacional e espaço de acumulação do grande capital? Essa questão para ser compreendida deve ser debatida no contexto da atual inserção do Brasil na atual Divisão Internacional do Trabalho, bem como o papel da Amazônia nesse processo. Ou seja, seu lugar, se assim pode-se dizer, também nessa divisão territorial do trabalho, o que necessariamente deve ser pautado em uma discussão de fundo que permita debater a questão hidroenergética nacional e o Brasil no quadro da crise estrutural do sistema metabólico social do capital (MÉSZÁROS, 2007).

Em termos territoriais, quais lógicas podem ser evidenciadas nas ações governamentais do "Novo Desenvolvimentismo", a partir do

“lulismo” (SINGER, 2011) e do PAC, de tornar a Amazônia Legal a nova fronteira hidroenergética nacional? E ainda, qual o peso disso frente às iniciativas de grandes obras de infraestrutura referente à indústria de produção e distribuição de energia elétrica no contexto do PAC em escala nacional?

Portanto, teríamos neste contexto um intenso processo de mercantilização da natureza, em especial a água, mas não só, tendo em vista a condição de “fronteira viva” da Amazônia, diante da transformação da terra, da floresta e do subsolo em mercadoria, posto em ação sob o “Novo Desenvolvimentismo”, como também no discurso do “desenvolvimento sustentável” e do crescimento acelerado pós início da década de 2000. Logo, que mecanismos podem ser evidenciados pela ação do Estado brasileiro para que diferentes segmentos do capital (produtivo, comercial e financeiro/especulativo) passem a ter interesse na produção e distribuição de energia hidrelétrica na Amazônia?

Em suma, qual o papel da mercantilização da natureza e do trabalho vivo para a produção de energia na Amazônia, nas condições objetivas das políticas públicas de infraestrutura do PAC?

A partir dessas questões, pode-se indagar uma leitura geográfica da dinâmica territorial do capital e do trabalho em grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia, tendo como cenário os imperativos destrutivos do capital na degradação da natureza e na precarização e superexploração do trabalho? O debate nesse ponto, além de ser respaldado na categoria trabalho, como central e fundante no sistema sócio-metabólico do capital, exige um arcabouço que referencie o espaço geográfico, o território, a região, a paisagem e o lugar, elementos-chave que permitam entender as tramas complexas de relações no processo de mercantilização da natureza, na superexploração do trabalho e nas formas de neobarbárie postas em prática pelo “Novo Desenvolvimentismo” no Brasil.

Poderíamos identificar o CHM³ como a ponta de lança de uma estratégia duradoura de (re)inserção da Amazônia para as demandas de

³ Formado pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio, além do projeto de uma UHE na divisa Brasil e Bolívia e outra em território boliviano, empreendimentos que permitiriam o prolongamento em todo este trecho de uma hidrovía ligando esta importante região para o processo de acumulação do capital no momento atual.

energia hidrelétrica para o grande capital, tendo como base o Estado nacional enquanto fomentador desse processo?

Como essas obras induzem intensa mobilidade, não só do capital, mas também da força de trabalho, a análise territorial destas dinâmicas possibilita desvendar quais as formas de controle e da nova ambiência de luta e rebeldia, expressas nas Revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau. Portanto, seria possível evidenciar a Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, resultante do “Novo Desenvolvimentismo” e sua resultante materializada pela neobarbárie das formas de controle do trabalho nos canteiros de obras de Jirau?

Assim, em termos objetivos parte-se da hipótese de que as Revoltas de trabalhadores de Jirau seriam a expressão territorial da neobarbárie evidenciada com o projeto do “Novo Desenvolvimentismo”, via PAC, de (re)incorporação da Amazônia como a nova fronteira hidroelétrica. Portanto, buscar-se-á demonstrar que as Revoltas de trabalhadores de Jirau ocorreram por descumprimento à legislação trabalhista, como decorrência de um intenso processo de intensificação da exploração e degradação do trabalho, pelo uso generalizado da terceirização e tentativa de antecipar a produção de energia elétrica gerada na UHE, como prerrogativa para a redução de custos na construção do empreendimento.

Partindo do pressuposto conceitual da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2009) e os trabalhadores do setor da construção civil pesada na indústria de produção de energia hidrelétrica como sujeito central, como as Revoltas de Jirau nos ajudam a entender o papel deste sujeito no questionamento tanto no âmbito econômico, de modo direto, mas também político, das tramas de relações e formas de poder e controle empregadas no “Novo Desenvolvimentismo”, postas em prática pelo Estado burguês brasileiro a favor do capital? Pode-se assim endossar a ideia de que estar-se-ia transformando a região Amazônica na nova fronteira hidroenergética, via mercantilização dos corpos hídricos em recurso energético e como condição de superexploração do trabalho?

Além dessas formas de resistência que deixam o conflito de classes latente, quais instituições e organizações se impõem à lógica destrutiva da construção da UHE de Jirau, defendendo os direitos à reprodução social de camponeses, ribeirinhos, comunidades

tradicionais, indígenas e dos trabalhadores? Portanto, qual o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério Público Federal (MPF), da Justiça do Trabalho, dos governos estadual e federal, do Sindicato da construção civil e dos Movimentos Sociais?

Diante dessa formulação central, a pesquisa e a discussão propõem-se analisar a superexploração do trabalho atrelada à construção da UHE de Jirau e os conflitos de classe entre capital-trabalho-Estado, decorrentes das Revoltas de trabalhadores nos anos de 2011 e 2012, o que deve ser entendido no contexto mais geral de atuação do Estado brasileiro, via "Novo Desenvolvimentismo" e do PAC, de inserção da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética. Já os objetivos específicos, são:

a) Avaliar a atual política hidroenergética brasileira como subsídio para a análise do papel da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética nacional, portanto, condição e fonte de recursos naturais para a acumulação e reprodução do capital (trans)nacional;

b) Apreender a ação do Estado, no que tange aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), para o entendimento do desenvolvimento atual do capitalismo brasileiro sob o chamado "Novo Desenvolvimentismo", podendo assim identificar o papel das políticas territoriais de infraestrutura hidroenergética postas em ação para a Amazônia a partir do PAC;

c) Estudar a constituição do CHM, de modo a evidenciar os antagonismos territoriais e de mobilidade do trabalho decorrentes de um projeto de infraestrutura hidroenergética;

d) Compreender as formas de superexploração e controle do trabalho empregadas pelo capital e pelo Estado na UHE de Jirau;

e) Estudar os conflitos conhecidos como as Revoltas dos trabalhadores de Jirau, e assim identificar e desvendar seus processos, causas e antagonismos no cerne das disputas entre capital-trabalho-Estado;

f) Contribuir com a Geografia do trabalho para o estudo da dinâmica territorial do capital e do trabalho na Amazônia nesse início do século XXI.

Questões teórico-metodológicas no âmbito da Pesquisa Qualitativa

Os conflitos são aqui entendidos como expressão dos antagonismos e fissuras do sistema sócio-metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2006; 2007; e 2009).

Tal entendimento no campo epistemológico e político exige uma construção/desconstrução na medida em que isso ocorre com o objeto pesquisado, e assim, no nosso fazer geográfico e na práxis como professor na Universidade Federal do Acre, no curso de Geografia. Assim sendo, se o pesquisador se constitui no processo e ao se constituir também enriquece o processo de produção do saber geográfico, explicitamos que não buscamos desenvolver uma pesquisa neutra, mas com um posicionamento político crítico, ou seja, não há neutralidade nesta relação tendo em vista a perspectiva de desvendar as amarras de dominação e controle do trabalho pelo capital e pelo Estado no objeto em foco.

Esse passa a ser um desafio no entendimento do método para além de uma leitura positivista na qual os antagonismos de classe prevalecem na ordem sociometabólica estabelecidas nas formas hierárquicas estruturais de controle do trabalho, via mediação de segunda ordem no sistema do capital (MÉSZÁROS, 2006), ou seja, como uma forma alienada de uma mediação (de primeira ordem) entre homem e natureza a partir da propriedade privada, do intercâmbio, da divisão hierárquica do trabalho, no trabalho assalariado "fetichizado e alienado" (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2011).

Portanto,

[...] com a superposição das mediações de *segunda ordem*, as *mediações de primeira ordem* são metamorfoseadas e subordinadas aos imperativos da reprodução do capital, sendo que as suas funções genuinamente produtivas e de controle do processo de trabalho social separaram radicalmente aqueles que *produzem* daqueles que *controlam*. O trabalho alienado tornou-se, então, a forma de trabalho dominante e imprescindível para a valorização do capital. (ANTUNES, 2011, p. 80, grifos no original).

Ainda segundo o autor supracitado, essas mediações de segunda ordem, constitutivas do sistema de metabolismo social do capital, têm como núcleo central o tripé capital, trabalho e Estado, ambas inter-relacionadas e fundamentais para o sistema.

Assim, a teoria marxiana é “o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal qual como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”. Em decorrência a teoria é, para Marx, “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. (NETTO, 2011, p. 20-21, grifos no original).

Essa construção de conhecimento da dinâmica e estrutura do objeto deve ir além do nível da aparência da realidade, embora se parta dele, mas deve-se chegar e apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto.

Desse modo:

Numa palavra, o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa visualizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22, grifos no original).

O processo de construção de conhecimento para se chegar à síntese da essência do objeto investigado passa obviamente pela relação que o sujeito investigador tem com o seu objeto, o investigado. Como já indicado, “a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’” (NETTO, 2011, p. 23).

O papel do sujeito que investiga então não é mecânico, de se colocar como observador e mapear o objeto em sua aparência e o reproduzir em seu pensamento. Ou seja, como afirma Netto (2011, p. 25) o papel desse sujeito é totalmente ativo para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas sua essência, a sua estrutura e sua dinâmica, devendo o mesmo “mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los [...]”. Citando Marx afirma que “o sujeito tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”.

Parte-se, assim, do exercício em construção da relação sujeito/objeto, no qual a fundamentação no método tem como base o entendimento da totalidade da sociedade burguesa atual e sua crítica radical às formas de mediações, de segunda ordem do sistema de metabolismo social do capital em detrimento das mediações primárias, "condições necessárias para todas as formas viáveis de reprodução social" (MÉSZÁROS, 2009, p. 192), e de reprodução social sob o domínio do capital.

Em decorrência, tendo como base a totalidade do sistema do capital, por intermédio das mediações de segunda ordem particulares, há tramas de relações em múltiplas instâncias que necessitam ser reveladas para trazer à tona as fissuras contraditórias e as ações e esforços emancipatórios de homens e mulheres que se expressam (i)materialmente no território.

A materialidade das lutas no território constitui-se nas mais variadas formas de territorialidades do capital, bem como de dinâmicas territoriais do trabalho que o alimenta e a ele são subordinados por estruturas hierárquicas de dominação e poder. É neste caminho teórico-metodológico que para operacionalizar a construção do conhecimento também recorreremos a instrumentos e técnicas de pesquisa qualitativa.

Para a fundamentação teórico-metodológica realizamos levantamentos bibliográficos nas bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por intermédio dos bancos *on-line* de teses e dissertações sobre o tema.

Também visitamos bibliotecas de universidades na região Amazônica, sendo: Departamento de Geografia e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na Universidade Federal do Pará (UFPA); biblioteca da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Biblioteca Pública de Rondônia; biblioteca da Universidade Federal do Acre (UFAC) e Biblioteca da Floresta Marina Silva (AC). Também foi realizado levantamento bibliográfico nas bibliotecas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campi de Presidente Prudente e Marília (SP).

Foram pesquisados trabalhos sobre a temática em teses, dissertações, periódicos especializados, artigos de revistas, documentos oficiais e livros. Além disso, podemos contar com o acervo do orientador, o professor Antonio Thomaz Júnior, e montagem de nosso

próprio acervo, além de realizarmos levantamento em sites especializados, como a Biblioteca Digital Domínio Público, Biblioteca Digital Mundial, sites de grupos de pesquisas como o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) da UFRJ, e anais de eventos.

Outro procedimento adotado foi o levantamento de dados e informações de fontes secundárias em órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério Público do Trabalho em Rondônia (MPT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE), na Agência Nacional das Águas (ANA), no Ministério de Minas e Energia (MME), ELETROBRÁS, na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em secretarias estaduais do estado de Rondônia, como a do Meio Ambiente.

Também procedemos ao levantamento de informações em jornais de circulação nacional, como: O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e Valor Online; jornais regionais digitais como Rondoniaovivo, TudoRondonia, O Rondoniense, Rondoniagora; sites eletrônicos como o Portal UOL, Amazônia.org.br, além de blogs especializados; em revistas de circulação mensal e semanal como a Piauí, Caros Amigos e Carta Capital; bem como a pesquisa em meios eletrônicos de sites de busca (Google) de documentos oficiais como projetos, relatórios, jornais especializados e informativos do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (STICCERO).

Sem contar o recurso do cadastro no site de busca Google para o sistema Alerta Google sobre reportagens e matérias referentes às palavras-chave: UHE de Jirau, UHE de Santo Antônio, UHEs na Amazônia, energia elétrica, revolta de Jirau, tendo um banco de dados com cerca de 809 referências pré-selecionadas sobre o tema.

Realizamos pesquisa de vídeos sobre as Revoltas de trabalhadores de Jirau e acontecimentos noticiados em meios televisivos. Foram acessados vídeos de domínio público de jornais televisivos, em especial, da Rede Globo de Televisão, como o Jornal

Nacional, Jornal da Globo, Bom Dia Brasil, jornais da Globo News e reportagem especial do programa Profissão Repórter.

Já as informações sobre o empreendimento da UHE de Jirau foram levantadas em *sites* das empresas do Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), como: GDF Suez; Tractebel Energia GDF-Suez; Camargo Corrêa; CHESF e ELETROSUL. Essa estratégia foi necessária em especial devido às dificuldades para obter tais dados e informações diretamente com os administrados dos Consórcios e Empresas, tanto o ESBR, como também o Consórcio Santo Antônio Civil (CSAC).

Para o levantamento de dados e informações primárias, realizamos:

a) Trabalhos de campo para conhecimento empírico das áreas de estudo e aplicação de entrevistas, conforme descrito na sequência;

b) Elaboração e a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e livres com os responsáveis por órgãos e instituições governamentais, como o MPT-RO, o MTE-RO, o MPF-RO e o MPE-RO;

c) Entrevistas com trabalhadores da UHE de Jirau (Roteiro em Apêndice);

d) Entrevistas com representantes do STICCERO (Roteiro em Apêndice);

e) Entrevista com representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);

f) Entrevistas com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão de Justiça e Paz, Pastoral do Migrante;

g) Participação em atividades, como: 9ª Romaria da Terra de Rondônia, no ano de 2011; Seminários Temáticos; participação em audiências entre representantes da empresa Camargo Corrêa e Procuradores do MPT-RO, audiência de Dissídio Coletivo de Greve, no ano de 2012 entre Justiça do Trabalho do estado de Rondônia, MPT, STICCERO, Comissão de Trabalhadores, e CESBR e CSAC;

h) Visitas a campo para registro fotográfico.

Os trabalhos de campo foram realizados em três fases, sendo:

a) entre os dias 11 a 22 de junho de 2011;

b) entre os dias 08 a 18 de julho de 2011; e

c) entre os dias 30 de março a 03 de abril de 2012.

O primeiro trabalho de campo ao município de Porto Velho ocorreu a partir do contato com a Irmã Maria Ozânia da Silva, Coordenadora da Pastoral do Migrante, para participarmos da 26ª Semana do Migrante intitulada " Migração e mudanças climáticas: o que temos a ver com isso?", realizada entre os dias 12 a 19 de junho de 2011. Em nosso cronograma da pesquisa a fase exploratória do primeiro trabalho de campo deveria ocorrer entre os meses de julho/agosto de 2011, mas devido aos acontecimentos da primeira Revolta de Jirau, no mês de março de 2011, e pelo seminário que debateria a questão do migrante, optamos por antecipar e aproveitar a oportunidade de contato com a Pastoral do Migrante. Na oportunidade, registramos a valiosa contribuição da irmã Ozânia tanto pela acolhida, com a indicação de hospedagem na casa de Felizberto e Ludiomar, que foi nosso porto seguro, além de guias naquele momento. Além disso, tivemos muitas portas abertas com contatos de trabalhadores, professores da UNIR, membros do clero de Porto Velho e integrantes da Pastoral da Terra, e Comissão de Justiça e Paz, ambas vinculadas com a causa dos trabalhadores nas UHEs do CHM.

Na Semana do Migrante participamos do seminário de abertura na Universidade Federal de Rondônia (UNIR)⁴, de visitas a alojamentos de trabalhadores da UHE de Santo Antônio na cidade de Porto Velho, e de uma celebração religiosa com trabalhadores na UHE de Jirau, no dia 14 de junho no canteiro da referida UHE. Esse foi nosso primeiro contato com o canteiro de obras de Jirau onde pudemos presenciar aquele universo vivido cotidianamente pelos operários, em especial com aqueles que participaram da celebração em homenagem ao dia do migrante, momento em que conhecemos sua origem, dentre as quais os estados do

⁴ Após a abertura oficial da Semana do Migrante, no dia 12 de junho, ocorreu, no dia 13, um seminário na UNIR em parceria com o Mestrado em Geografia com o tema "Grandes Projetos e Migração". Um ponto de destaque foi que o seminário contou com a participação do haitiano Samuel. Este relatou sua drástica experiência a partir da imigração forçada devido à catástrofe natural com o terremoto de grandes proporções ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010. O mesmo faz parte de um grupo de haitianos que se deslocou inicialmente para o estado do Acre e, posteriormente, juntaram-se a outros que estavam no Equador, indo para Porto Velho. Naquele momento (junho 2011) estavam em Porto Velho mais de 120 imigrantes, e quase 2.000 haitianos no Brasil, que buscam trabalho para a sobrevivência de suas famílias que ficaram no Haiti, dentre eles os empregados em Jirau.

Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Paraná. Este foi o primeiro momento de entrevistas livres com os trabalhadores.

Estar nos canteiros de obras da UHE de Jirau foi um grande desafio devido ao controle por parte da empresa Camargo Corrêa no tocante à entrada de pessoas na obra, especialmente após a primeira Revolta dos trabalhadores ocorrida no mês de março de 2011. A UHE de Jirau, uma grande obra considerada uma das maiores em construção do PAC, assim se revela não só em termos de engenharia como no número de trabalhadores, que chegou a 25 mil no pico da obra, além da forte estrutura de controle para que a mesma tenha seu andamento conforme as regras e prazos estabelecidos pelo consórcio e a construtora responsáveis pelo empreendimento. Carros vistoriados, filmagem e registro fotográfico somente com autorização, pressão para manter o itinerário interno, circulação somente aos locais previamente autorizados foram protocolos que chamaram a atenção.

Apesar desse clima, pudemos manter diálogo com alguns operários, migrantes, sobre as reais condições de vida no ambiente de trabalho, da sua vivência longe da família, de sua terra de origem, dos dramas vividos no canteiro de obras frente às difíceis tarefas realizadas. Uma experiência densa frente aos desafios que a pesquisa qualitativa nos exigiria para conseguirmos adentrar e desvendar aquele universo laboral⁵ dos operários migrantes.

Foi a partir desse momento que mantivemos contatos com trabalhadores para posteriormente realizarmos entrevistas (duas por telefone) para conhecermos a dinâmica do seu cotidiano de trabalho e morada nos canteiros de obras da UHE de Jirau.

Na ocasião, realizamos uma entrevista (livre) com: o Padre Juquinha, coordenador da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz (CPJ); a advogada Cíntia Barbara Paganotto Rodrigues, que atua na CJP; Dom Antonio Possamai, bispo de Ji-Paraná e membro da Comissão Episcopal da Amazônia, vinculada à Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por fim, entrevistamos a irmã Maria Ozânia, no dia 22 de junho de 2011, sobre a ação da Pastoral do Migrante junto aos trabalhadores das UHEs de Jirau e Santo Antônio, buscando entender quem são esses

⁵ Nesta tese, quando usarmos a palavra labor, faremos como sinônimo de trabalho e em sintonia com o referencial teórico adotado da centralidade do trabalho.

migrantes, a questão do aliciamento sofrido pelos mesmos e os relatos de trabalho degradante e em condições análogo ao de escravo, bem como os migrantes e a Revolta de Jirau.

No dia 15 de junho, fomos informados sobre o resgate feito por procuradores do MPT-RO, via força tarefa "Construir com Dignidade", de oito trabalhadores que estavam em cárcere privado no canteiro da UHE de Jirau. Os mesmos estavam hospedados em um hotel na capital sob os cuidados do MPT-RO. Fomos autorizados pelo representante do Sindicato (STICCERO) que os acompanhava a visitá-los para que pudéssemos entrevistá-los.

Na ocasião, entrevistamos os procuradores do MPT que localizaram os operários presos em uma sala no canteiro de obras da UHE de Jirau, sob responsabilidade da empreiteira Camargo Corrêa. Realizamos duas entrevistas, uma com o procurador Eder Sivirs, do MPT/SC, e outra com o procurador Juliano Alexandre Ferreira, do MPT/RO.

Além dos contatos com o MPT, também realizamos entrevista (17/03/2011) com Juscelino José dos Santos, chefe do Núcleo de Segurança de Saúde do Trabalhador da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na cidade de Porto Velho (SRTE-RO). Essa entrevista, a única que conseguimos realizar naquele órgão, foi fundamental para entendermos as ações do MTE e da SRTE-RO, na fiscalização das UHEs de Jirau e Santo Antônio para o cumprimento das Normas Regulamentadoras, contratação de mão de obra, aliciamento, acidentes de trabalho, autos de infrações, entre outros pontos.

Ainda no MTE não conseguimos realizar entrevista com a Superintendente da SRTE-RO que naquele momento dirigia o órgão e não nos permitiu ter acesso a nenhuma informação pública, a não ser que tivéssemos uma autorização expressa vinda direto do MTE em Brasília. A justificativa para a "blindagem" se daria devido à magnitude de uma obra como a de Jirau e do uso que se pudesse fazer de tais informações, além do receio de que as empresas pudessem entrar com processo pela divulgação de laudos de inspeção de irregularidades no meio ambiente de trabalho.

Além das entrevistas com o presidente e vice-presidente do STICCERO, também acompanhamos visitas de membros da diretoria do Sindicato à UHE de Jirau, e em diferentes locais da cidade de Porto Velho para observar casos em que trabalhadores encontravam-se em plena

situação de abandono, já que após terem sido demitidos não tinham condições de se manter na cidade enquanto aguardavam a rescisão contratual.

Essa era a realidade dos trabalhadores que foram “despejados” em um hotel em Porto Velho, que por não terem mais vínculo trabalhista não poderiam permanecer hospedados até que a rescisão de contrato e os devidos acertos trabalhistas ocorressem.

Visando entender a situação desses trabalhadores e como foram suas experiências em Jirau, nos deslocamos até o referido hotel para observar o clima que tinha se instalado. Segundo os trabalhadores, diante da comunicação da demissão, foi lhes proposto o ressarcimento dos custos com o transporte de volta aos seus lugares de origem, mas arcando com o ônus de uma demissão por justa causa, por abandono de emprego. Chama a atenção o fato que esses trabalhadores não abandonaram o emprego, estavam nos seus locais, em suas casas, por motivos que fugiam à sua vontade e com respaldo de uma Ação Civil Pública movida pelo MPT-RO contra o consórcio ESBR e a empresa Camargo Corrêa.

Um grupo de cerca de 20 trabalhadores, que entrevistamos em um alojamento improvisado na antiga sede do STICCERO na cidade de Porto Velho, compartilhou conosco seus dramas⁶, alguns emocionados e abalados psicologicamente devido às condições de total desamparo por parte da empresa, do longo tempo de espera para uma decisão judicial dos processos em tramitação. Não lhes restando alternativa para permanecer em Porto Velho, acabaram sendo instalados nesse alojamento improvisado pelo Sindicato, que também informou estar dando assessoria jurídica para que os mesmos tivessem seus direitos trabalhistas garantidos.

⁶ No alojamento citado, os trabalhadores tinham acesso a um colchão, luz e água, mas a alimentação deveria ser bancada pelos mesmos, apesar de não terem recursos, de estarem em condições precárias, com a ajuda de alguns trabalhadores que realizavam atividades temporárias na forma de diária para conseguirem comprar alguns alimentos básicos. Indignados com as condições degradantes pelas quais foram submetidos, que ferem o direito básico da dignidade humana, nos mostraram a geladeira e a refeição que estava sendo preparada para alimentar todos os trabalhadores da casa. Os colchões, nos quartos, na sala e na varanda na parte da frente da casa, estavam dispostos no chão, sem lençóis e qualquer condição confortável para uma noite de sono. As condições térmicas da casa eram sufocantes devido ao calor, ainda mais intenso sem o acesso a ventiladores. Dois banheiros para todos usarem, sendo um deles somente com ducha, sem vaso sanitário; o outro também apresentava condições péssimas para uso.

Os relatos expressam as condições degradantes quanto aos “descartes” (como se autodenominam) aos quais foram submetidos ao serem demitidos, sem nenhum acompanhamento jurídico, em total descumprimento dos acordos fechados à época da primeira Revolta, entre sindicato dos trabalhadores, MPT e empresas responsáveis pela obra de Jirau.

Ainda naquele momento do trabalho de campo entrevistamos três procuradores do MPT/RO, sendo: o Procurador Chefe Francisco José Pinheiro Cruz, e as procuradoras Paula Roma de Moura e Clarisse de Sá Farias; a primeira, uma das responsáveis (juntamente com os demais procuradores) pela Ação Civil Pública movida pelo MPT-RO face ao consórcio construtor e empresa Camargo Corrêa pela defesa dos direitos dos trabalhadores com a Revolta de março de 2011. Outro procurador entrevistado foi o então Procurador Chefe Ailton Vieira dos Santos, quando do terceiro trabalho de campo, em março e abril de 2012.

Também entrevistamos o procurador Ercias Rodrigues de Sousa, do MPF, para entendermos as ações sobre a violação de direitos humanos com as referidas UHEs no rio Madeira.

Nesta fase do trabalho de campo, no dia 15 de julho de 2011, também acompanhamos o STICCERO e o MAB para uma reunião com a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). O objetivo desta nova visita à UHE de Jirau foi a reunião com o Major Aragon, Diretor da FNSP, convocado pela Presidência da República para comandar a saída dos policiais presentes em Jirau. O contingente inicial naquele momento enviado para a obra, a pedido da construtora Camargo Corrêa, e endossado pelo governo estadual junto ao Ministério da Justiça (MJ), foi de cerca de 200 policiais.

Participaram da reunião, autoridades militares integrantes da FNSP: Major Borges, Capitão Alberto e outros militares que os acompanhavam em dois carros, fortemente armados. O vice-presidente Altair Donizete e o secretário do STICCERO, conhecido como Chaquinhas, e Luiz Carlos Shikasho (Cazu) do MAB Rondônia, sendo recebidos pelas autoridades militares na portaria da UHE de Jirau.

A terceira fase do trabalho de campo aconteceu nos meses de março e abril de 2012.

Nesse momento realizamos observação nas seguintes atividades:

a) Audiência Pública: "Violação de Direitos Humanos Trabalhistas nas Usinas do Madeira", realizado pela CPT/RO, Comissão de Justiça e Paz, Pastoral do Migrante e Ministério Público do Trabalho/RO;

b) Audiência de Dissídio Coletivo entre os consórcios e construtoras das UHEs de Jirau e Santo Antônio, STICCERO, MPT/RO e Justiça do Trabalho/RO;

c) No dia 31/03/2012 acompanhamos atividade do STICCERO e Comissões de Greve da ENESA Engenharia e Camargo Corrêa junto aos trabalhadores da UHE de Jirau sobre os resultados da negociação da Audiência de Dissídio Coletivo e agendamento de uma assembleia;

d) No dia 02 de abril participamos de assembleia do STICCERO com os trabalhadores em greve na UHE de Jirau para a decisão de retorno ou não ao trabalho, tendo como base a proposta do Dissídio Coletivo acordada no TRT-14ª Região;

e) No dia 03 de abril participamos de uma reunião entre MPT/RO e MTE/RO para avaliarem os resultados das assembleias e mais uma Revolta de trabalhadores na UHE de Jirau.

Com base nas ações previstas realizamos as seguintes entrevistas:

a) Com o Procurador Chefe do MPT/14ª Região Aílton Vieira dos Santos;

b) Com Edilson Luíz da Silva Almeida, vinculado à CONTICOM (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira) e CUT que acompanhou a negociação durante as greves nas UHEs de Jirau e Santo Antônio;

c) Com cinco trabalhadores membros da Comissão de Negociação de Greve das empresas Camargo Corrêa e ENESA Engenharia;

d) Uma entrevista realizada por telefone com um trabalhador alojado na UHE de Jirau.

Os trabalhos de campo realizados no ano de 2011 e 2012 foram extremamente produtivos, pois realizamos um total de 48 entrevistas, sendo 28 com trabalhadores de Jirau e 4 com trabalhadores de Santo Antônio, e as demais com representantes de órgãos públicos, STICCERO, movimento social, membros de pastorais envolvidos com a luta dos trabalhadores nas UHEs do rio Madeira.

Nossa participação nas várias Audiências Públicas foram imprescindíveis, como a ocorrida no dia 16 de junho de 2011, às 19 horas na Procuradoria Regional do Trabalho/14ª Região, entre Procuradores do MPT, vinculados à força tarefa "Construir com Dignidade", e advogados da empresa Camargo Corrêa, para tratar da ação no canteiro de obras da UHE de Jirau que resgatou 8 trabalhadores mantidos em cárcere privado.

Naquele momento foi possível constatar a força de persuasão da empreiteira e a estratégia do seu corpo jurídico para que nenhum Termo de Ajuste de Conduta (TAC) fosse assinado para solucionar problemas trabalhistas no empreendimento de Jirau, já que a saída, pelo visto, seria levar as ações para a esfera judicial e prolongar o máximo possível tais disputas de judicialização.

Já na audiência na qual transcorreu o Dissídio Coletivo de Greve referente às duas UHEs CHM, registramos relatos de autoridades e depoimentos de trabalhadores sobre as condições degradantes de trabalho nas UHEs, bem como o sério problema da terceirização, falência e sumiço de empresas terceirizadas que não arcaram com os direitos trabalhistas dos operários⁷. Observou-se a ação das empresas e consórcios em deslegitimar a greve dos operários em ambas as UHEs e a ação do judiciário para firmar acordos entre trabalho e capital.

Em nossas visitas em ambas as UHEs acompanhamos diversas ações do STICCERO, o que nos permitiu o acesso aos canteiros, e o diálogo com os trabalhadores no ambiente laboral, bem como conhecer a estrutura dos empreendimentos. Foram nesses momentos que realizamos amplo levantamento fotográfico da rotina de trabalho nos canteiros e da própria estrutura dos empreendimentos. Realizamos também vídeos, que juntamente com as fotografias permitiram fundamentar as reflexões ao longo da tese, bem como ilustrá-la com material fotográfico, contribuindo assim para a apreensão das condições de trabalho na UHE de Jirau.

Assim, a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa tem no método, nas metodologias e técnicas de investigação elementos que dialogam entre si. São esses exercícios que nos possibilitaram analisar o objeto em seu movimento dialético, de modo a conseguirmos

⁷Esse foi o caso da empresa WPG, contratada direta pela Camargo Corrêa e do Consórcio Energia Sustentável do Brasil.

avançar da aparência à essência, com vistas à construção do conhecimento crítico sobre o tema em foco.

É nessa perspectiva teórico-metodológica e política que a pesquisa qualitativa nos subsidiou para enfrentarmos as dificuldades de conhecer o objeto pesquisado. Entre tais dificuldades podemos destacar os seguintes pontos:

a) Como a pesquisa faz parte de uma totalidade na qual o conflito e antagonismos de classe são latentes, com expressões de relações de poder intrínsecas, mas nem sempre visíveis, entre capital, trabalho e Estado, o que exigiu no acesso às informações procedimentos estratégicos, com investigações que não possibilitariam alardear sobre a prática da pesquisa, pois toda informação foi de difícil acesso e estrategicamente ocultada pelas empresas, consórcios, e alguns órgãos públicos;

b) Isso pode ser explicitado em relação ao capital, por não permitir o acesso aos canteiros das obras da UHE de Jirau, mesmo sendo um empreendimento com financiamento e significativa participação pública. Entrar em Jirau foi um dos maiores desafios, pois as portas são fechadas para a pesquisa crítica. Só conseguimos adentrar naquele universo a partir de atividades correlatas como acompanhando ações da Igreja com a Pastoral do Migrante, e com o STICCERO, por intermédio de um membro atuante do Sindicato que nos permitiu acompanhar as ações realizadas junto aos trabalhadores;

c) Quando pensamos que entrar na UHE de Jirau tinha sido a maior dificuldade, descobrimos que sair de lá com alguns registros fotográficos e depoimentos seria tanto quanto desafiador. Isso porque as conversas e registros naqueles ambientes tiveram que ser realizados com muita cautela. Tivemos situações em que nossa câmera fotográfica foi vistoriada por um membro do Setor de Comunicação da Camargo Corrêa, que queria nos levar a uma sala reservada para ver as fotografias e os vídeos e decidir quais poderíamos manter em nosso equipamento e quais outros deveriam ser excluídos. Lembramos que nosso acesso foi liberado para registrarmos as assembleias e reuniões do STICCERO com os trabalhadores. Se não fosse a intervenção do vice-presidente do sindicato, Altair Donizete, não conseguiríamos sair com o material coletado;

d) Outro elemento complicador foi quanto à nossa segurança, já que mesmo sabendo de relatos de trabalhadores e do próprio sindicato quanto à ação de uma milícia na obra e em locais onde os trabalhadores são alojados, como hotéis, não imaginávamos que seríamos alvo desse tipo de pressão para a realização do nosso trabalho de pesquisa. Um fato que merece registro foi quando acompanhávamos uma reunião do vice-presidente do STICCERO, Altair Donizete, com trabalhadores em frente ao hotel Canaã, em local público (rua e calçada), e fomos ameaçados⁸. Enquanto os trabalhadores relatavam as dificuldades com demissões e rescisões com as empresas e que estariam sendo retirados à força do hotel antes de terem sua situação resolvida, observamos a presença de dois homens que monitoravam tudo o que estava acontecendo. Em certo momento um dos homens chegou e exigiu que apagássemos o levantamento fotográfico realizado, o que obviamente não foi acatado;

e) Outra situação foi durante uma assembleia realizada no canteiro de obras da UHE de Jirau, no dia 02 de abril de 2012, em que o caminhão de som usado pelo STICCERO foi alvo de depredação. Em um universo de mais de 5.000 trabalhadores que acompanhavam a assembleia, após a decisão do término da greve e indicativo de continuação da

⁸ Dois homens, que segundo trabalhadores que presenciaram a intimidação fazem parte da "milícia da Camargo Corrêa", nos abordaram, exigiram que o material registrado na máquina fotográfica fosse apagado. Quando dissemos que não o faríamos, pois estávamos naquele local a trabalho, como funcionário público no exercício legal da profissão, e mediante a apresentação da Carteira Funcional, constatamos um recuo por parte daqueles que nos intimidavam. Na sequência presenciámos que um dos homens realizou uma ligação, aparentemente para um superior, e pelo que conseguimos ouvir relatou o acontecido. Um dos trabalhadores que presenciou o ocorrido nos informou posteriormente que foi descrito o que se passou na tentativa de nos proibir de registrar as falas e denúncias dos trabalhadores. A ordem seria que se continuássemos fazendo esse acompanhamento era para nos dar um "susto", tomar o equipamento e se preciso quebrá-lo. Foi nesse sentido, que frente à pressão e ameaças sofridas na realização da pesquisa que chegamos a ser orientados pelo Procurador do MPF, Ercias Rodrigues de Souza, para que procedêssemos junto àquele órgão de uma denúncia e do registro das intimidações sofridas no exercício da profissão e da pesquisa, o que teria ocorrido por supostos pressupostos da empresa Camargo Corrêa. No entanto, após uma avaliação cuidadosa com o orientador, decidimos por não divulgarmos aquele episódio, nem realizar a denúncia do fato ocorrido, uma vez frente a dificuldades de acesso à informação, e pelo fato de estarmos na fase inicial da pesquisa e diante da necessidade de estabelecermos contato com as empresas, realizarmos visitas técnicas aos canteiros de obras da UHE de Jirau, e realizar entrevistas com os trabalhadores para levantamento de informações e dados para a investigação, poderíamos ter a pesquisa inviabilizada pelas dificuldades que poderiam tornar-se ainda mais sérias e restritivas.

negociação com as empresas, um grupo de trabalhadores resolveu interromper e expulsar os dirigentes sindicais que ali estavam;

f) Além dessas dificuldades também fomos alvo de pressão por alguns membros do STICCERO para que nosso acervo documental da referida assembleia fosse entregue para a empresa Camargo Corrêa, que tomaria providência administrativa e judicial com os trabalhadores envolvidos nos protestos. Negamos sumariamente, e fomos intimidados após esse momento. Inclusive tivemos nosso retorno de Porto Velho antecipado, pois começamos a receber pressão da empresa, por intermédio do sindicato, para que todo nosso material de pesquisa fosse entregue à Polícia Civil. Segundo informações, membros do STICCERO chegaram a ir ao Aeroporto de Porto Velho para me interceptar no momento do embarque e ter acesso às fotos e filmagem;

g) Quanto aos trabalhadores a maior dificuldade foi em relação à confiabilidade para que as informações a nós relatadas não fossem usadas contra os mesmos, que não tivessem suas identidades reveladas. Essa barreira foi superada, primeiramente, por que sempre fomos apresentados por intermediação ou de membros da Pastoral do Migrante e/ou do STICCERO, na pessoa do vice-presidente Altair Donizete. Em segundo lugar, tivemos um compromisso ético com os entrevistados, com esclarecimento do objetivo da pesquisa, qual nossa função, para qual fim seriam usadas aquelas informações e que a identidade dos mesmos seriam preservadas quando da divulgação da pesquisa. Deste modo, os nomes dos trabalhadores nessa tese são mantidos no anonimato, representados junto aos nomes fictícios a indicação do símbolo de asteriscos, como o exemplo: Maria*⁹. Ou seja, assumir uma conduta ética com o entrevistado foi o ponto-chave para romper a barreira da desconfiança e termos a permissão de todos os trabalhadores para a gravação das entrevistas. Somente um entrevistado, o promotor estadual do MPE de Rondônia, Aluildo de Oliveira Leite, preferiu não ter sua entrevista gravada.

h) Ainda nesse sentido, não aplicamos um questionário fechado, mas o fato de adotarmos estratégias diversificadas da Pesquisa

⁹ Lembramos que a anomização foi um compromisso ético, com os trabalhadores entrevistados, já que os demais estão vinculados a órgãos públicos e não exigiram tal procedimento, pois quando acharam pertinente fazer alguma declaração reservada pediam para falar em *off*, sem gravar.

Qualitativa, como planos de entrevistas semi-estruturadas e livres, sem roteiro prévio, nos permitiu estabelecer um diálogo mais livre com os entrevistados, em especial os trabalhadores (conforme roteiro de entrevistas em Apêndice 1 e 2);

Neste ponto, sobre as entrevistas junto aos trabalhadores, fizemos uma divisão do roteiro em 5 momentos: a) Identificação; b) Mobilidade; c) A Revolta; d) Condições de trabalho; e, d) Representação sindical. Assim, elaboramos 2 roteiros de entrevistas, denominados A e B (Apêndice): no roteiro A, os momentos ou eixos de questões foram mais detalhados, permitindo avançar mais em cada ponto; no roteiro B, os momentos/eixos tinham um menor número de questões, embora mantivesse a centralidade de cada eixo. A opção por um roteiro mais longo e um mais sintético foi devido às condições que poderíamos encontrar no momento das entrevistas, o que variaria conforme o local e o tempo disponível para realizar a entrevista com os trabalhadores. Além dessa estratégia, tendo como base os eixos centrais indicados, em certos momentos tivemos que realizar entrevistas sem um roteiro pré-estabelecido, ou seja, a entrevista foi livre, de modo que a experiência e a vivência do trabalhador em pontos que consideramos importantes pudessem ser explorados com mais profundidade.

Outro desafio foi quanto à organização das 48 entrevistas. Para tanto, adotamos uma metodologia proposta por Graham Gibbs (2009) para a análise de dados qualitativos.

O primeiro cuidado foi na organização do banco de dados e, para tanto, a preparação dos dados teve que ser bem planejada. Optamos por transcrever integralmente todas as entrevistas gravadas, uma decisão difícil tendo em vista a demanda do tempo e os esforços que isso gerou. Foram seis meses nesse trabalho de transcrição das entrevistas digitais e vídeos realizados. Isso porque além de transformamos o material digital em texto, isso não poderia ser feito de qualquer maneira, já que envolve também um processo de interpretação, por transformar fala em texto, já que a fala não é uma prosa gramatical, como enfoca Gibbs (2009).

A estratégia, então, foi a transcrição completa de todas as entrevistas, mantendo fidelidade da fala para o texto, sem mudar a estrutura do dito, embora em alguns momentos lapidamos os pontos vagos, difusos e os vícios de linguagem dos entrevistados para dar fluidez

ao texto. Também adotamos o processo de minutagem da entrevista, para caso necessário uma consulta posterior a certas passagens do áudio, pudéssemos encontrar qual período de tempo se encontrava parte do texto. Às vezes a minutagem acontecia de minuto a minuto, a cada cinco minutos, e sempre que havia mudança de assunto ou ponto relevante registramos o tempo que aquilo aparecia nas entrevistas.

Ainda em termos práticos e operacionais, a realização da transcrição e revisão das entrevistas foi feita por nós (com exceção de poucas entrevistas que tivemos apoio para digitação da primeira versão). Mas em todos os casos ouvimos novamente cada entrevista conferindo a estrutura e narrativa do entrevistado, tanto para manter a fidelidade do texto, quanto para iniciarmos a análise e manter familiaridade com as mesmas. Várias ideias e articulações entre fatos, denúncias surgiram nesse momento importante de organização do material primário e constituição do banco de dados de fonte oral (THOMPSON, 1992).

Além da transcrição das entrevistas também realizamos diários dos trabalhos de campo, nos quais as anotações soltas e sem relação foram organizadas, permitindo uma análise inicial, inclusive após término de cada dia de trabalho. Duas estratégias foram usadas: as Notas e os Memorandos. As Notas são mais curtas e descritivas, já os Memorandos foram mais extensos e com análises preliminares.

Avançando no tratamento das informações de fonte oral, respaldados em Gibbs (2009) e Thompson (1992), realizamos a codificação, forma usada pelo pesquisador sobre o que se trata os dados em análise. Esta envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de textos ou outra fonte de dados, em que explicam a mesma ideia teórica e descritiva. Assim, pode-se identificar tais passagens no texto (transcrição, nota, memorando, etc.) e classificá-las com um nome para esta ideia, o que se denomina de um "código".

Sendo assim, todo o texto, entre outros elementos, que se refere à mesma coisa ou explica a mesma ideia é codificado com o mesmo nome. A codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele. (GIBBS, 2009, p. 60).

Para realizar a categorização das entrevistas, após a transcrição e revisão das mesmas, procedemos à impressão de todo o

material, totalizando só as entrevistas 545 páginas, e posteriormente procedemos ao processo de definição dos códigos para a categorização com base nos objetivos da pesquisa. Tendo os códigos/conceitos definidos, procedemos a uma nova leitura do material impresso e a marcação de decodificação, usando canetas coloridas para cada código/categorização; fomos indicando nas margens do texto a que se referia cada passagem e como esta se inseria na estrutura da análise qualitativa e na proposta do plano de redação prévio da tese.

A categorização/codificação foi realizada a partir dos códigos (palavras-chave) selecionados com base nos conceitos, categorias, temas e teoria-método da pesquisa, conforme o organograma a seguir (FIGURA 01).

Foram elaborados seis eixos temáticos para a categorização das entrevistas, sendo:

a) **O processo de trabalho:** destacamos o vínculo de trabalho (ativo/inativo) do entrevistado com as empresas na UHE de Jirau; função/profissão; tempo na obra; forma de contratação (terceirização, Consórcio, Camargo Corrêa, ENESA etc.); período de trabalho; rotina laboral; relações hierárquicas; horas extras; jornada e formação de equipe;

b) **Mobilidade:** origem do entrevistado; motivo do deslocamento; função exercida antes do emprego atual; tempo como barrageiro; forma de contratação (agenciamento "gato", SINE, empresas); o deslocamento; a adaptação na obra; a família; desenraizamento; avaliação da experiência como migrante;

c) **Condições de trabalho:** salário; diferenças entre terceirizadas, empreiteira Camargo Corrêa e ENESA; condições de trabalho na obra conforme função; desvio de função; segurança; meio ambiente de trabalho (alojamento, alimentação, condições sanitárias, lazer etc.); transporte; saúde; acidente de trabalho; opressão; insegurança; assédio moral; "baixada";

d) **Produção e intensificação do trabalho:** expansão da jornada; formas de mais trabalho; trabalho por produção/meta; a "célula de trabalho"; a equipe de trabalho; pressão objetiva e subjetiva; antecipação da obra; PLR; formas de controle no ambiente laboral;

e) **Filiação sindical/papel do sindicato:** importância do sindicato; representatividade; atuação nos canteiros; contribuição; participação em assembleias; críticas;

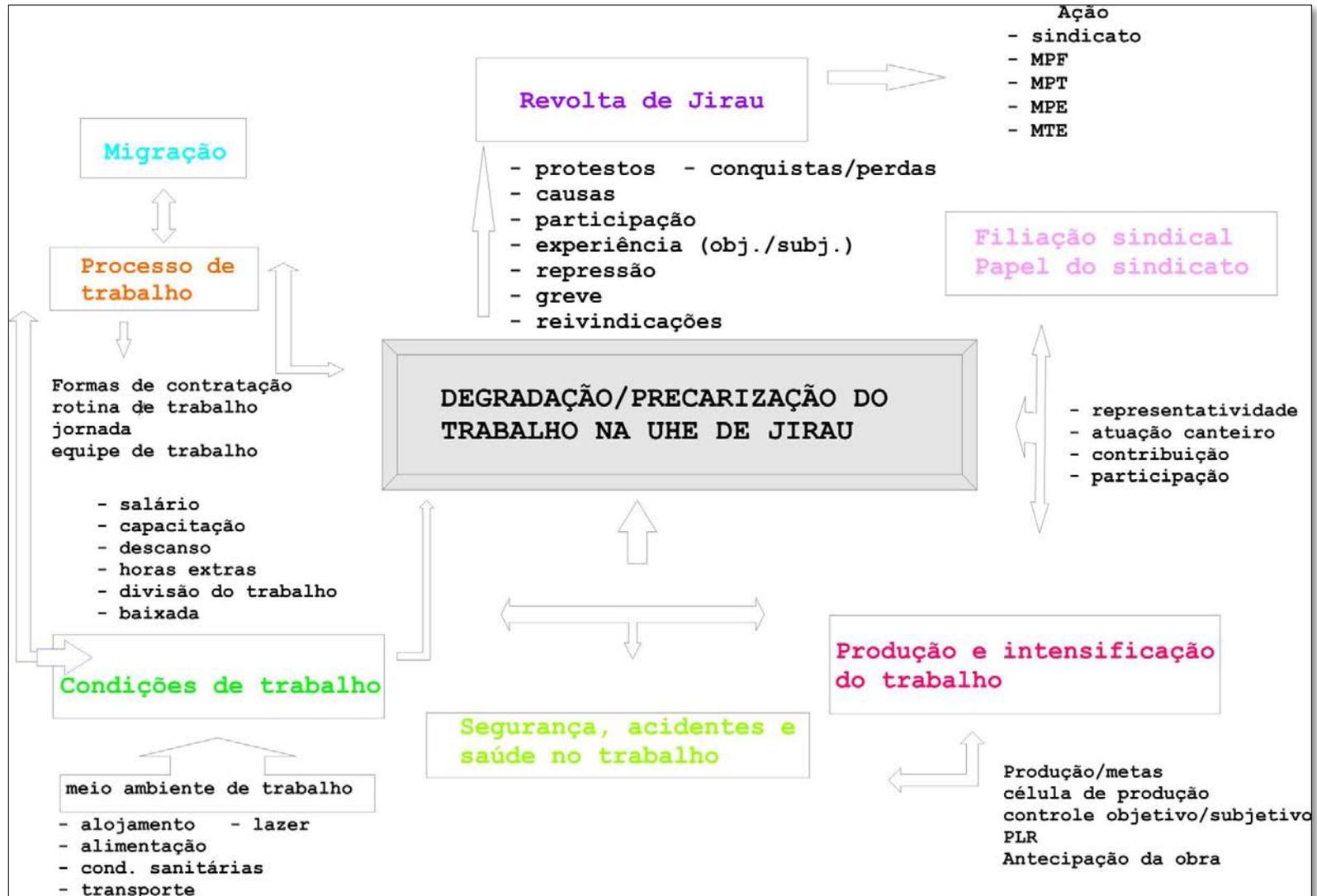
f) **Revoltas em Jirau:** causa/motivo da luta; os conflitos; paralização/greve; participação na luta; a experiência (objetiva e subjetiva); repressão (FNSP, Polícias Militar, Civil e Federal); "vandalismo"/luta; perdas; conquistas; atuação do MTE, MPT, MPF/MPE, STICCERO; retorno para casa; demissões; reivindicações; pós revolta; consciência da luta.

A técnica de decodificação das entrevistas por códigos/palavras-chave/tema/conceito, permite criar certa hierarquia entre os mesmos, pois como demonstramos, se partirmos hierarquicamente do nível mais simples (palavras-chave) chegamos aos temas e ideias centrais que permitem analisar os conceitos e as categorias como degradação/precarização do trabalho, mobilidade espacial, território, disputas e conflitos de classe no território.

No organograma (FIGURA 01) ilustramos as formas de mediações para conhecer parte do tema em estudo, ou seja, analisar a centralidade do trabalho em uma grande obra de produção de energia, articulada à lógica sociometabólica do capital, financiada e respaldada pelo Estado, e como o capital cria mecanismos os mais perversos para subordinar e controlar o trabalho. Em suma, evidenciar quais os mecanismos postos em prática pelo capital e Estado para a superexploração do trabalho.

Por fim, mas não menos importante, realizamos colóquios com o orientador e participamos de reuniões mensais/temáticas do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT), e mais recentemente do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), bem como em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais. Essas atividades propiciaram o constante diálogo e debates entre a teoria, e as mediações com o empírico, com o objeto estudado em suas múltiplas relações, dinâmicas, processos e conflitos.

FIGURA 01: Categorização das entrevistas



Org.: José Alves.

Desse modo, a tese encontra-se estruturada em 10 capítulos, organizados em 3 partes, sendo:

a) Parte 01 - "A Amazônia como a nova fronteira hidroenergética no século XXI: Política de infraestrutura no "Novo Desenvolvimentismo", sendo composta de 3 capítulos.

No capítulo 1 buscamos apreender a política energética para a Amazônia brasileira no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", de modo a evidenciar o planejamento governamental e a construção de UHEs na região, a partir do PAC.

No capítulo 2 procuramos evidenciar a inserção do Brasil no contexto da crise estrutural e da reestruturação produtiva do capital, e seus reflexos no mundo do trabalho em território nacional. Além disso, debatemos a atuação dos últimos governos com o projeto de reorganização do capital no chamado "Novo Desenvolvimentismo".

No capítulo 3 discutimos as mediações dessa nova dinâmica de ação do Estado brasileiro com o "Novo Desenvolvimentismo" no âmbito da política pública de infraestrutura energética com o PAC, com enfoque para a construção de UHEs na Amazônia.

b) A parte 2 - "O Complexo Hidrelétrico Madeira: a territorialização do capital e seus processos desterritorializantes", é composta de 2 capítulos.

No capítulo 4 abordamos o Complexo Madeira e a territorialização da UHE de Jirau, aspecto debatido a partir da compreensão da mercantilização da natureza, via apropriação e controle dos recursos hídricos para a produção de energia hidrelétrica, bem como analisamos o conturbado licenciamento ambiental das UHEs do CHM.

No capítulo 5 avançamos no entendimento da territorialização do grande capital vinculado à UHE de Jirau, de modo a evidenciar nesse contexto os processos desterritorializantes na reorganização espacial com a construção desse empreendimento hidrelétrico.

c) A parte 3 - "Território do hidronegócio-energético e seus desdobramentos para o trabalho: controle, neobarbárie e Revolta de trabalhadores", está organizada em 5 capítulos.

No capítulo 6, evidenciamos os processos de migração e mobilidade do trabalho para a UHE de Jirau. No capítulo 7, a análise é aprofundada na compreensão da precarização e superexploração, com

destaque para as formas de controle e uso da força de trabalhos nos canteiros de obras da UHE de Jirau.

No capítulo 8 evidenciamos as Revoltas dos trabalhadores e as disputas entre capital, trabalho e Estado, no qual objetiva-se partir da desconstrução dos enunciados discursivos do capital sobre a primeira Revolta, contrapostos com a fala dos trabalhadores de Jirau.

No capítulo 9 debatemos a mediação do Estado frente aos antagonismos da luta de classes na construção da referida UHE, de modo a identificarmos a ação do MPT-RO e da Justiça do Trabalho na mediação do conflito entre capital e trabalho decorrente dessa forma de rebeldia em tempos do "Novo Desenvolvimentismo".

No capítulo 10 fechamos a discussão com a análise da ação do STICCERO no contexto das Revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau.

Além das Considerações finais, apresentamos Apêndices com os roteiros de entrevistas com os trabalhadores e membros da diretoria do STICCERO, além de um quadro referente aos trâmites sobre o licenciamento ambiental das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e outro sobre as condicionantes da Licença Prévia (LP) das referidas UHEs.

PARTE 01

**A AMAZÔNIA COMO A NOVA FRONTEIRA
HIDROENERGÉTICA NO SÉCULO XXI: POLÍTICA DE
INFRAESTRUTURA NO "NOVO DESENVOLVIMENTISMO"**

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A AMAZÔNIA
BRASILEIRA NO CONTEXTO DO "NOVO
DESENVOLVIMENTISMO": CAOS DESTRUTIVO ANUNCIADO
EM UM MUNDO DE "PROGRESSO"

Durante participação no Seminário “Diálogos Capitais - Hidrelétricas: as necessidades do País e o respeito à sustentabilidade”, realizado na cidade de São Paulo (SP), no dia 22 de agosto de 2011, evento promovido pela revista Carta Capital e patrocinado pela ELETROBRAS, a Ministra do Planejamento Miriam Belchior, e o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, entre outros convidados, discutiram sobre a importância das hidrelétricas na matriz energética nacional e sua contribuição para o desenvolvimento nacional. Um ponto que merece destaque nesse seminário, na fala de Tolmasquim, refere-se à questão da hidroeletricidade continuar a ser a principal responsável pelo fornecimento de energia elétrica no país, e o seu papel de destaque no desenvolvimento nacional. Para ele, essa importância é um fato, e diante de tal relevância, o bioma amazônico é a saída para a expansão de energia que o mercado nacional necessita, já que “a Amazônia é a fronteira hidrelétrica que o Brasil tem” (informação verbal)¹⁰.

Deste modo, neste capítulo busca-se analisar o papel da Amazônia na política hidroenergética brasileira, o que será realizado em três seções: na primeira tentaremos compreender, no contexto da integração regional e enquanto fronteira econômica, o papel da Amazônia e dos grandes projetos hidrelétricos; posteriormente, as reflexões fundamentar-se-ão como o planejamento governamental, sob o “Novo Desenvolvimentismo”, coloca a referida região (o bioma amazônico) na “corrida por megawatts¹¹”, e como espaço privilegiado de apropriação territorial para a reprodução do capital.

1.1 A Amazônia no contexto da política energética brasileira: da integração e fronteira nacional à dominação pelo grande capital e nova fronteira hidroenergética

O entendimento da Amazônia no contexto da política energética brasileira, nos leva, de imediato, a ter como pressuposto que este setor não pode ser visto distanciado da totalidade que envolve a região

¹⁰ Afirmação de Tolmasquim no Seminário “Diálogos Capitais - Hidrelétricas: as necessidades do País e o respeito à sustentabilidade”, em São Paulo, em agosto de 2011.

¹¹ Termo empregado no título da Nota Técnica N°. 8, do Observatório de Investimentos na Amazônia.

e sua gente, seja ela amazônida, ou migrantes que ali foram se instalando e construindo novas relações com o bioma, com a natureza, com a cultura. Também não pode ser compreendida sem ter em primeiro plano a ação do Estado brasileiro pelo domínio, controle e integração da vasta região à sociedade e ao território nacionais, articulada aos interesses de reprodução ampliada do grande capital nacional e internacional.

Por necessidade de recorte da pesquisa, não faremos um resgate detalhado dos projetos hidrelétricos e ações de geração de energia para o abastecimento da região - tendo o setor elétrico como norteador -, mas enfocaremos a ação dos governos após a segunda metade do século XX e, assim, de como a Amazônia brasileira (em seu processo de integração e enquanto fronteira econômica) teve na infraestrutura energética um dos elementos balizadores para a intensificação do capital na apropriação e exploração da natureza, bem como, elo articulador a outros projetos de infraestruturas (políticas territoriais), planejados e executados pelo Estado, com financiamento internacional.

Assim, dois processos nos parecem importantes, embora não possamos aprofundá-los como necessário para a análise proposta, sendo: a) o respaldo no conceito de fronteira (para melhor entendimento ver PAULA e MORAIS, 2010), seja no sentido geopolítico de controle pelo Estado nacional, que representa em torno de 58% do território brasileiro, mas em especial, para o recorte, da fronteira enquanto mecanismo econômico de apropriação, disputas, territorialização de/no espaço geográfico pautado em diferentes formas de uso que se chocam, em suas racionalidades espaço-temporais diferenciadas - isto significa, de uma relação metabólica entre homem e natureza respaldada fundamentalmente no valor de uso (populações indígenas, caboclos etc.), para uma relação mediatizada, mercantilizada da natureza e do território para o valor de troca; b) o papel do Estado a partir da segunda metade do século XX para a integração nacional e o papel que coube à Amazônia enquanto fronteira econômica no projeto de Nação, e como a questão energética (hidroenergética) se insere nesse contexto.

Influenciados por Mészáros (2007), somos levados a nos questionarmos se a ação do Estado brasileiro e do grande capital nacional e internacional (seus parceiros na empreitada para a

apropriação econômica e social da Amazônia brasileira), teria como consequência no “desafio do desenvolvimento”, da modernização e da integração, um destrutivismo ímpar para as populações e natureza na Amazônia, já que desse processo de desenvolvimento desigual e combinado – de um desenvolvimento geográfico desigual (THEIS, 2009) –, o preço pago pelos “de baixo” para a ação dos “de cima” foi alto, com a vida, com a desterritorialização, com “a própria degradação do outro nos confins do humano” (MARTINS, 2009), o que refletem os múltiplos conflitos observados na monopolização do capital nacional e internacional nessa região.

Se a sociedade brasileira acreditou, a partir dos discursos ideológicos oficiais (como o nacionalista) da necessidade de integração regional para a defesa da natureza amazônica e de seus recursos naturais (minérios, madeira, água etc.) frente a um processo de internacionalização regional, o resultado disso foi a exclusão desencadeada pelo “fracasso da modernização e do desenvolvimento conservador e autoritário”.

Com a ditadura militar (1964-1985) os governos (im)põem em prática um amplo programa de ocupação econômica e geopolítico da Amazônia brasileira, considerados oficialmente em bases modernas, haja vista a não orientação com as oligarquias regionais, como ocorrida com o extrativismo da borracha, conforme indicado por Porto-Gonçalves (2001). Em termos ideológicos, os programas e ações inicialmente estavam impregnados de um discurso ideológico nacionalista, embora o fosse na aparência (OLIVEIRA, 1991), de que a integração regional tivesse uma base de ocupação econômica, ou seja, de “integrar” a Amazônia ao Brasil (sociedade e território, de fato) para que a mesma e sua natureza (recursos naturais) não fossem entregues para os estrangeiros¹², a partir de seus projetos sobre a região (como os Grandes Lagos planejados pelo Instituto *Hudson*), o que fechava o lema “para não entregar”, ou seja, “integrar para não entregar”.

Em suma, a região deveria ser integrada, e assim já estava sendo antes dos militares, pois com o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960) houve a construção de Brasília e os seus Planos de Metas, propiciando a expansão da fronteira para o Centro-Oeste

¹² “Portanto, a ‘interferência na nossa Amazônia’ não começa com as ONGs, mas pela ação governamental em favor dos interesses privados” (PAULA, 2005).

brasileiro, o que deu base para as primeiras grandes rodovias adentrarem na região como a Belém-Brasília (1961), e posteriormente a Brasília-Cuiabá-Santarém (ligando Mato Grosso à Transamazônica) e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, além da faraônica Transamazônica (1972), no sentido Leste-Oeste (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental - Porto Velho e Rio Branco). Assim, alguns motivos potencializaram, pós 1960, essa integração amazônica ao contexto nacional, com destaque para: necessidade de novos mercados consumidores para o capital industrial - produtos industrializados do Centro-Sul; expandir o mercado de trabalho para empregar o excedente de trabalhadores (urbanos e rurais) do Nordeste e os já expropriados e expulsos pela modernização da agricultura na regiões Sul e Sudeste; necessidade de aproveitar o potencial mineral, madeireiro, pesqueiro, extrativista da Amazônia com vistas à exportação; procurar novas terras mais baratas para investidores do Sul-Sudeste do país. No que tange aos aspectos geopolíticos pode-se destacar a ação do Estado com o controle territorial e de "segurança nacional", com a defesa da fronteira e ocupação do espaço, considerado equivocadamente como "vazio demográfico", bem como válvula de escape para as pressões sociais em outras regiões, como a seca no Nordeste e a modernização da agricultura no Centro-Sul (LOUREIRO, 2004; OLIVEIRA, 1990 e 1991; BECKER, 2004; MARTINS, 2009).

O respaldo encontrado pelos governos militares, e os pactos com a burguesia e o capital nacional e internacional, com aval e apoio dos Bancos Multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), se fez inicialmente pela "Operação Amazônia", como uma ocupação mais efetiva do território, embora com elementos contraditórios como o incentivo à grande propriedade para criação extensiva de gado bovino, reconhecida pela baixa geração e precariedade do trabalho empregado (além do trabalho escravo), mas também pelo incentivo à colonização oficial para ocupar efetivamente a fronteira, via, por exemplo, projetos de colonização na área de 200 km (100 km de cada lado - com a federalização das terras devolutas na Amazônia Legal), das rodovias que integravam o território regional, além dos grandes projetos agropecuários e minerais, via polos de desenvolvimento, que também se estenderam para os projetos industriais calcados na Zona Franca de Manaus.

O respaldo financeiro para a atração dos grandes capitais, tanto nacionais como estrangeiros, vão se dar pelos incentivos fiscais e financiamentos (como desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos nas áreas mais desenvolvidas do país), que pudesse assim se tornar base para construir uma empresa agropecuária ou mineral na região amazônica. O governo financiava, então, 75% desses empreendimentos e os capitalistas entravam com 25% de recursos próprios. Para romper o bloqueio que a propriedade da terra fazia para os empresários de outros setores, Martins (2009) afirma que o Governo Federal (militar) oferecia aos empresários a "recompensa dessa doação de 75% do capital de que necessitam para o novo empreendimento. [...] Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo" (MARTINS, 2009, p. 75).

Em termos territoriais e sua articulação com o planejamento governamental, não podemos deixar de referenciar o papel importante dos Programas de Desenvolvimento e sua relação com a região amazônica, com destaque para:

a) Programa de Integração Nacional (PIN - Decreto Lei nº. 1.106 de 16/06/1970), com ênfase para a abertura de rodovias (Transamazônica e Cuiabá-Santarém), e inicialmente na faixa de 10 km de cada lado da rodovia para reforma agrária e projetos de colonização;

b) I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972/1974), devido ao seu aporte de integração rodoviário, ocupação humana via projetos de colonização oficial e particulares, e com desenvolvimento econômico com incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ao setor privado, além dos da Zona Franca de Manaus. Para Loureiro (2004), coube ao PIN os instrumentos básicos de ação do I PND, responsável pelas rodovias e programa de distribuição de terras (PROTERRA);

c) II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/1979), que teve como destaque os Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, no caso para a região o POLAMAZÔNIA, com "objetivo de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas produtoras da Amazônia" (apud LOUREIRO, 2004, p. 99)¹³;

¹³ A lógica desses polos era irradiar o desenvolvimento em um espaço maior, embora tenha ficado concentrado no Polo Carajás, e no Programa de

d) Outro ponto importante foi o Projeto RADAM (Radar da Amazônia, criado em 1970) incorporado ao PIN que, para Oliveira (1991), foi importantíssimo para a "descoberta dos recursos minerais da Amazônia", que desembocou no programa dos Polos Agrominerais e Agropecuários da Amazônia.

Os pontos citados (embora de modo sumário) mostram a abertura pelo Estado e os incentivos para a apropriação da natureza pelo grande capital, bem como as formas de "controle do trabalho" na região amazônica, ou seja, abrem-se os mecanismos via fronteira econômica e seus desdobramentos articulados pelas frentes pioneiras para que o capital possa se apropriar dos recursos como terra, água (UHEs), minerais, madeireira, além de outras como as florestas, etc., para sua reprodução com base na exploração e superexploração do trabalho. Essa é a lógica de integração da Amazônia à sociedade e ao território nacionais. Se isso já estava posto no PIN e no I PND, foi aprofundada no II PND, a qual passa a ter papel mais significativo para melhorar a balança comercial do país.

Assim, alguns elementos deste processo exigem considerações específicas.

A primeira refere-se à modalidade de ocupação territorial pela propriedade privada da terra, tendo a atividade agropecuária como elo econômico, como já indicado, dos incentivos e paternalismos dos governos para que o limite imposto pela renda da terra pelo capital fosse superada, a opção não foi a reforma agrária de fato (mas como diz Ariovaldo Umbelino de Oliveira, uma contrarreforma agrária com os projetos de colonização) já que os beneficiados de fato foram os latifundiários, empresários que compram grandes áreas de terras, além dos grileiros. Em suma, uma concentração ainda mais gritante da terra, já histórica, mas que se aprofunda com o avanço da fronteira para a Amazônia brasileira.

Isso foi posto em prática, tendo em vista que a ditadura não visou a igualdade e liberdade para o acesso à "terra de trabalho" (MARTINS, 2009), mas a escolha "pela terra de negócio" se fez sobre o

Desenvolvimento Regional de Infraestrutura do Complexo de Alumínio Albras-Alunorte, como o projeto hidrelétrico de Tucuruí, com suporte energético a esses empreendimentos. O destaque então do II PND foi a exploração da mineração e grandes projetos agropecuários.

autoritarismo e falta de controle para os mecanismos postos em prática pelo capital, em sua lógica de reprodução ampliada que a fronteira permitiu. No caso, a reprodução do capital na fronteira, incluso com as complexas relações para a reprodução ampliada do capital, em seu desenvolvimento desigual e combinado na sociedade brasileira¹⁴.

Portanto, conforme nos ensina Martins (2009, p. 133), o estudo e análise da fronteira no Brasil, e na Amazônia em particular, revela sua situação de conflito social, que na sua "interpretação, nesse conflito, **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade**", de descoberta do outro e de desencontro. "O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas", da reprodução dos grupos que se levado em conta a complexidade da frente de expansão e frente pioneira, permite compreender que os grupos estão situados diversamente no tempo da história - indígenas, caboclos, camponeses, ribeirinhos, seringueiros. Mas tempo e espaços são "revelados" na fronteira, e em suas expressões como frente de expansão e frente pioneira, pode-se compreender os avanços, meandros e estratégias do capital para sua reprodução ampliada, em seu desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, da sua expansão territorial no domínio, controle e exploração/superexploração do outro, à sua lógica. Como arremata Martins (2009, p. 157 - grifos no original): "A teoria da fronteira é, no meu modo de ver, basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital".

É nessa lógica de apropriação da natureza, em sua mercantilização, que o capital usa de estratégias para criar relações sociais de controle do trabalho, como os mecanismos de acumulação primitiva (relações servis de trabalho, como a peonagem ou escravidão por dívidas), no seu processo de reprodução ampliada (via frente de

¹⁴ Portanto, "as contradições engendradas pelo capital, em seu processo de reprodução ampliada, incluem formas sociais de mediações formais, como é o caso da *servidão por dívida*, diversas de suas outras manifestações formais, como a do trabalho livre" (MARTINS, 2009, p. 74). O autor em foco, apresenta dados de que entre 1970-1993 tenha ocorrido trabalho escravo (escravidão por dívida) em 431 fazendas, sendo 308 localizadas na Amazônia, e que no período tenha ocorrido denúncias de no mínimo 85 mil trabalhadores escravizados, "submetidos ao cativo". Outros dados revelam que foram 9 mil os trabalhadores que conseguiram fugir do cativo, sendo a maioria em fazendas da Amazônia, em 27% das fazendas amazônicas houve assassinato de trabalhadores (peões), e em 37% das fazendas amazônicas houve tortura, e em 6,5% delas houve "revolta de peões".

expansão), assim como na reprodução mediada pela produção, pelo "mercado [que] se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território" (MARTINS, 2009, p. 157) como ocorre na frente pioneira, com os "mercados de terra e trabalho"¹⁵.

Ainda sobre a questão do conceito de fronteira para a análise das transformações amazônicas, Becker (2004, p. 20) demonstra que "a fronteira como espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas", contando que "sua especificidade é a sua virtualidade histórica", faz com que, apesar das grandes transformações ocorridas na região nas duas últimas décadas "ainda permanece válido", considerando que na Amazônia "existem diferenças significativas em consequência da complexidade do novo contexto histórico em que vivemos [não mais a do projeto de integração nacional do regime militar]", sejam pelas "novas motivações", "novos atores" que a impulsionam.

¹⁵ Sobre a fronteira no Brasil, i. e., a fronteira dentro da fronteira nacional, há uma distinção que se deve levar em conta entre fronteira demográfica e fronteira econômica, na qual "há uma zona de ocupação pelos agentes da 'civilização', que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc." (MARTINS, 2009, p. 138). Uma 'datação histórica' seria que adiante da fronteira demográfica, da civilização, estão populações indígenas, não um 'vazio demográfico' sobre cujos territórios avança a 'frente de expansão'. "Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica". Portanto, uma característica central da frente de expansão é o uso privado das terras devolutas, mas sem assumirem a equivalência de mercadoria, tendo como figura o ocupante, posseiro. Já na frente pioneira tem-se os empreendimentos econômicos, a produção não do excedente (frente de expansão), mas produção de mercadorias, e seu ponto chave é a propriedade privada da terra, já que a mesma não é ocupada mas comprada. A questão não é uma leitura mecânica e estruturalista de ambas as formas de ocupação e reprodução social nesses espaços, mas como tais espaços estão ocupados por populações e tempos históricos, articulados e combinados, de inserção ou não na fronteira econômica, no desenvolvimento da sociedade e do modo capitalista de produção. Os tempos históricos da frente de expansão e tempo histórico da frente pioneira, dos sujeitos que ali vivem são diferentes, embora possam estar em conflito no mesmo tempo e espaço geográfico. Assim, há uma complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, "que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações" (MARTINS, 2009, p. 139). Portanto, embora se possa fazer a distinção metodológica entre frente pioneira e frente de expansão, isso só tem sentido se ajudar na compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira, já que essas duas concepções seriam para o autor supracitado como momentos históricos distintos e ao mesmo tempo combinados de diferentes modalidades da expansão territorial do capital. As duas, trabalhadas na sua unidade, mostram a situação histórica de cada grupo social da fronteira, e sua diversidade social aos diferentes modos e tempos de participação na história.

A questão para a autora é que no início do século XXI não se trata mais "do domínio das instituições governamentais, nem tanto da expansão territorial da economia e da população nacional", mas de força que embora presente anteriormente, tem na primeira década do século uma forte e diferente atuação nas escalas global, nacional e regional/local. Isso por que, configuraria "verdadeiras fronteiras nesses níveis, pois que geradoras de realidades novas". Tais forças seriam as "populações ditas 'tradicionais', os governos estaduais e a cooperação internacional", sendo que "como resultado dessa complexa configuração, a Amazônia não é mais apenas uma fronteira móvel, adquirindo uma dinâmica regional própria" (BECKER, 2004, p. 20).

No contexto da mundialização do capital a Amazônia assumiria um novo significado geopolítico como "fronteira do capital natural em nível global". Em escala nacional apresenta-se uma "grande questão", afirma Becker, que é a possibilidade de "recrudescimento da fronteira em certos momentos, vinculado a múltiplas condições que reativam fatores estruturais". Isso significaria que a fronteira funciona como uma válvula de escape reguladora para investimentos de atores capitalizados, ora se expandindo, ora permanecendo estável, dependendo da conjuntura nacional/internacional, como o que corre com a soja, madeira e pecuária que explicaria a retomada da expansão da fronteira. Portanto, "a reativação da fronteira é um problema crucial para a Amazônia" devido às suas riquezas como "biodiversidade, as florestas, a água".

É nesse contexto, que embora relativize como no caso apontado anteriormente de "recrudescimento da fronteira", a autora citada vê como elemento importante a hipótese de "a tendência ao esgotamento da região como fronteira de expansão demográfica e econômica nacional". As ressalvas compareceriam devido a "um forte recrudescimento das frentes de expansão no Sul do estado do Amazonas, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém e no Centro-leste do Pará" (BECKER, 2004, p. 60).

Caberia ao Estado o regulador das dinâmicas da fronteira pelo ordenamento territorial, e como elemento chave na busca por um desenvolvimento com um compromisso ambiental. Como veremos, os projetos governamentais para a região, quanto às obras de infraestrutura como UHEs e asfaltamento de rodovias, são elementos de questionamento "da tendência [embora relativizada] ao esgotamento da

Amazônia como fronteira móvel”, devido ao fato “dessa vasta área não é mais uma fronteira de ocupação, mas sim uma área de *povoamento consolidado*, com significativo potencial de desenvolvimento, seja pela intensificação do povoamento e das atividades produtivas, seja pela recuperação das áreas alteradas e/ou abandonadas” (BECKER, 2004, p. 77). Em suma, mesmo relativizando para a autora, no trabalho citado, podemos considerar que o capital agindo de modo mais intensivo na região, não teria como meta expandir a fronteira, mas intensificar os usos nas áreas de povoamento consolidado.

Outra contribuição para o entendimento da Amazônia, ainda como fronteira, é apresentada por Loureiro (2009), que analisa a Amazônia no século XXI, que passa de “fronteira econômica” do país à “fronteira do mundo”, vista, respectivamente, entre os anos de 1970-1980 e após os anos de 1990 aos atuais. Assim, demonstra ter havido uma ruptura histórica que produziu uma nova fronteira que se consolida na década de 1990, mas que tem sua raiz na crise dos anos de 1980 e na ação do Governo Federal com outra estratégia para a exploração da região, tida com a instalação dos mega-projetos amazônicos - como a construção de Tucuruí, o Projeto Ferro-Carajás e o Projeto Albrás, tendo aquela UHE como base. A engrenagem passaria então a ser movida com a mudança do perfil da fronteira nacional (integração, colonização etc.) em direção ao mercado internacional. O coração desse processo ocorreu com as políticas neoliberais as quais intensificaram os incentivos à exportação, e aí entra o papel fundamental dos recursos naturais regionais, bem como ampliação de novas áreas para a pecuária, exploração de madeira para exportação, consolidação dos parques siderúrgicos e a produção de grãos que avançam na região. Em suma, completa Loureiro (2009, p. 74), “creio que a transformação básica reside no fato de que, cada vez mais, a fronteira amazônica se transforma numa *fronteira de commodities* voltada para o mercado internacional”.

Tal processo teve início com três produtos: madeiras, ferro e alumínio em lingotes. No entanto, sua expansão, pós década de 1990, se articula também, além dessas mercadorias, ao gado, à soja, à palma, ao dendê e ao arroz. Se em outro momento (décadas de 1970-80) a fronteira se deslocava da terra de trabalho para a terra de negócio, vinculando-se também à exploração dos recursos naturais, como já

ocorrera como “uma frente de recursos”, nessa nova fase o destaque é a pulsão do mercado mundial, não somente no que Becker (2004), considera como uma mercantilização da natureza, via “capital natural”, em “vias de transformarem em mercadorias fictícias e objetos de mercados reais”, como o ar (crédito de carbono), a vida (biodiversidade) e a água (novos processos de gestão, como usos urbanos e rurais) (BECKER, 2004).

É neste contexto que presenciamos, a partir dos discursos do desenvolvimentismo sustentável, processos de “espoliação” de recursos naturais sob o chamado capitalismo verde. É o caso da reterritorialização capitalista na Amazônia Sul Ocidental (área da tríplice fronteira entre Brasil-Bolívia-Peru) que a partir dos mecanismos dessa economia verde como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), Manejo Florestal Sustentável (MFS), Programa de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação (REDD), entre outros, que Paula e Morais (2013, p. 356) analisam que “a Geopolítica do controle dos bens naturais passa a orientar a reterritorialização do capital ancorada nos novos e velhos interesses, valendo-se, sobretudo, da instrumentalização do discurso ambientalista”. Assim, com base em projetos do Banco Mundial, do BID e do BNDES o Governo do Acre atua em um discurso de inclusão de populações tradicionais atrelando seus territórios e meios de vida (recursos naturais) a essas formas mais “abstratas” e “virtuais” de valorização econômica de recursos naturais, como as florestas e Reservas Extrativistas.

Portanto, eclodem novos conflitos frente aos avanços da “espoliação” sob formas metamorfoseadas de mercantilização e financeirização da natureza. Assim, para a manutenção da autonomia dos povos indígenas e camponeses/extrativistas, que “para mais além da terra, tem-se lutado para garantir o controle dos demais bens naturais - inclusive do ar que se respira - naqueles territórios conquistados nas lutas de resistência nas três últimas décadas” (PAULA e MORAIS, 2013, p. 359).

Ainda como exemplo da inserção da Amazônia na “economia verde” atrelada ao capital internacional, tem-se o caso do *Projeto de REED Purus*¹⁶, considerada uma política de REED exemplar não só para o estado

¹⁶ Projeto Purus/REED está em fase de registro, já com validação de “indicadores de sustentabilidade social e ambiental”, e sendo classificado

do Acre. De modo resumido, o estado do Acre, em 2007, instituiu sua Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, sendo criado em 2010 o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) - via Lei estadual nº. 2.308 de 2010 - que visa fomentar a manutenção e oferta de "serviços ambientais", relacionados aos mercados nacionais e internacionais de carbono¹⁷.

Segundo o Centro de Memórias das Lutas e Movimentos Sociais na Amazônia (CENTRO..., 2013), esse projeto REED apresenta em si sérias dicotomias que, embora no discurso busque defender a permanência de extrativistas posseiros em uma área particular - apesar dos direitos de posse da terra pelo usucapião, já que tais famílias estão em média há mais de 20 anos na área - o que se constata é um mecanismo de registro e certificação do Projeto Purus sem que se tenha havido de fato esclarecimentos e anuência das famílias atingidas pela mercantilização da floresta e controle dos seus territórios pelo mecanismo de mercado de carbono, via REED. Ou seja, no contexto de mercantilização dos recursos naturais pela floresta e sua condição de participar do "mercado de carbono", os camponeses em questão (comunidades residentes em dois seringais) perderiam sua autonomia de exercer atividades como lavoura de subsistência, caça e criação de gado para subsistência em seus territórios, já que deveriam sobreviver com os escassos recursos repassados pelos proponentes dos projetos, a partir do cumprimento de metas e preservação da floresta com o REED.

Deste modo, uma fronteira em movimento, que mercantiliza a natureza em todas as suas potencialidades, e aqui o que já vamos chamando a atenção do leitor é o fato do bem natural água estar cada vez mais na mira deste processo de mercantilização, em especial tendo

como "um dos melhores projetos de REED no mercado". Este projeto tem como objetivo reduzir as pressões sobre desmatamento em uma área de floresta de cerca de 34.702 hectares, localizado no interior do município de Manoel Urbano (AC). É um projeto privado com proponentes as empresas Moura & Rosa Empreendimentos Imobiliários Ltda, Carbon CO e Carbon Securities, as duas últimas estadunidenses. No discurso a meta é "gerar oportunidades econômicas para as comunidades locais", e implementar projetos sociais, escola e Unidade de Saúde), para 18 famílias residentes na área e que teriam "práticas insustentáveis" de pressão sobre a floresta.

¹⁷ CENTRO de Memórias das Lutas e Movimentos Sociais na Amazônia. **Considerações sobre um projeto privado de REED no interior do estado do Acre - Brasil.** MOVIMENTO Mundial pelas Florestas Tropicais. Disponível em: < <http://lutasemovimentosamazonia.wordpress.com> >. Acesso em janeiro de 2013.

a ação do Estado em transformar a região cada vez mais na nova "fronteira hidroenergética". Isso nos levaria à hipótese de que como "fronteira de *commodities*", a ação do Governo Federal e do Estado em prol de uma Amazônia como "fronteira hidroenergética" do setor elétrico nacional, permite uma forte articulação nos mecanismos de mercantilização da natureza, da vida e dos territórios que passariam a estar cada vez mais voltados para a lógica da reprodução ampliada do capital em detrimento da reprodução da vida, de valor de uso a valor de troca.

Conforme Loureiro (2009, p. 84-85), se antes o Estado dava os incentivos e infraestrutura ao capital, no novo contexto o "capital avança independente da ação e dos investimentos do Estado". Há uma intensificação das conexões escalares possibilitadas pelo grande capital. O movimento da fronteira, conforme a autora aponta, deslocou-se do campesinato e do mercado local, pois os grandes negócios passam a mover a fronteira, e o campesinato passa a "ficar obscurecido, tentando sobreviver nos interstícios do movimento e das pressões do capital internacional".

Como consequência há o aumento do desmatamento, a luta pela terra disputada agora pelas *commodities* frente ao campesinato, indígenas e populações ribeirinhas, extrativistas, além da intensificação da grilagem de grandes extensões de terras públicas.

Por fim, um ponto que chamamos a atenção, devido à necessidade do recorte, é que esse "novo/velho" contexto da fronteira econômica amazônica exige cada vez mais infraestruturas pesadas, financiadas e executadas por parte do Estado, como novas estradas, recuperação e asfaltamento das rodovias federais e construção de novas UHEs, como as do Complexo Hidrelétrico Madeira e Belo Monte, o que geram imensos impactos sobre o meio rural, florestas e na dinâmica urbana, além da apropriação de terras indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas. Portanto, se o capital passa a atuar de modo mais independente em alguns setores econômicos na Amazônia, transformando-a em "fronteira de *commodities*", por outro, não podemos deixar de considerar o papel central do Estado dotando o espaço regional de grandes obras de infraestrutura, como os grandes projetos hidroenergéticos, que são base para essa investida do capital na região nas bases esboçadas até o momento.

A fronteira amazônica, a partir das diversas formas de intervenção estatal e do capital na região, teve mudanças significativas no seu processo de organização espacial, que tendo como elos importantes de apropriação econômica, cultural e territorial, com destaque para dois padrões que se alteraram ao longo de sua história. Porto-Gonçalves (2001) assim os denominam: a organização do espaço rio-várzea-floresta para o padrão de organização do espaço estrada-terra firme-subsolo. Se o primeiro se constituiu desde o período colonial, dando suporte para a expansão dos ciclos da borracha, também teve como base ser o rio um importante elemento de ocupação territorial na Amazônia, mas também ter sido um elo importante de intercâmbio orgânico do homem com o ecossistema. No entanto, com os "novos colonizadores", após a década de 1960, e o lema de ocupar o espaço para integrá-lo à sociedade e ao território nacional, a estrada passa a ser a referência de penetração regional, aspecto central para a ocupação, exploração e posse da "terra firme" e do subsolo, ou seja, mecanismo de apropriação do espaço e da natureza incentivados pelo Estado e pelo grande capital. Grandes obras de infraestruturas rodoviárias, referências para os projetos de colonização, caminho para o avanço da pecuária (as famosas espinhas de peixe) e, acima de tudo, concretização para a mudança no padrão de organização do espaço regional. A organização preexistente com "padrões ecológico-culturais" sofrera imposições de toda ordem para outro calcado na estrada, na terra firme e na ocupação, mecanismo de apropriação não mais respaldado no metabolismo homem-natureza referenciado no valor de uso, mas no valor de troca, tanto com interesses nacionais, como cada vez mais internacional.

Consequentemente, isso nos leva a questionarmo-nos, com as grandes obras de geração de energia o que pode ser alterado nesse padrão de organização espacial amazônico? A análise do Complexo Hidrelétrico Madeira nos daria quais pistas? A lógica exógena do enclave seria o padrão do capital transnacional e um novo elemento dinamizador da fronteira econômica amazônica em constante movimento, com mais essa ação do Estado brasileiro? Este ponto nos chama a atenção pelas formas de apropriação, mercantilização e degradação da natureza em vários biomas brasileiros, a exemplo da Amazônia, colocados em prática pela inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho

(DIT), na qual os imperativos do agronegócio tomam ares de alternativa às crises internacionais, devido ao seu peso na balança comercial, na composição do *superávit* primário. De fato, mercantilização e apropriação da natureza não vêm sem as formas de controle e exploração do trabalho, como elemento central para seu processo de apropriação e transformação em valor de troca.

Nesse contexto o conceito de agrohídronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010) é revelador por possibilitar a análise das conexões e relações das formas de apropriação dos recursos terra e água e das formas de subordinação e degradação das relações de trabalho nos processos de investida do capital no território nacional, bem como as mediações que articulam os conflitos e as contradições fundantes da relação capital trabalho, onde o entendimento das suas dinâmicas territoriais permite desvendar suas formas de materialização, de alienação, bem como os conflitos e resistência que daí surgem.

Assim, a dinâmica do agronegócio em diferentes biomas brasileiros, a ação do Estado no fortalecimento dos agrocombustíveis, mas não só como a "fronteira de *commodities*" analisada por Loureiro (2009), as práticas da "economia verde" discutidas por Paula e Morais (2013), além da instalação de projetos de novas usinas hidrelétricas na Amazônia, o pacto com o grande capital nacional e internacional, bem como com as grandes construtoras, nos chamam ao debate, conforme Thomaz Júnior (2009), para a problemática não somente da concentração de terra e riqueza, mas para o monopólio e mercantilização da água em prol do processo de acumulação do capital, respaldados pelo discurso do desenvolvimento econômico nacional, com ares e roupagem de sustentabilidade. Portanto, aspectos importantes da dinâmica do capitalismo brasileiro no contexto do "Novo Desenvolvimentismo".

No entanto, não abordamos a mercantilização da água no sentido dado por Becker (2004), na "gestão contra o desperdício", emplacado pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, que tem na escassez decorrente do forte crescimento do consumo sua base - o que não se aplica para a Amazônia, como bem lembra a autora. A gestão e a forma de mercantilização da natureza para o recurso água, que nos interessa, é sobre a gestão das outorgas de uso da água para a geração de energia hidrelétrica na Amazônia, que tira esse bem natural da posse de camponeses, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, e o coloca sob

controle e domínio dos grandes conglomerados de capitais que vão explorá-lo como matéria prima para gerar a mercadoria energia, e com ela decide-se e faz a gestão dos usos que cabem ao lagos e nos rios amazônicos.

Assim sendo, as disputas e os conflitos em torno do território do Polígono do Agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2009b, p. 308) oferecem condições para o debate sobre a compreensão da "nova divisão territorial do trabalho, no Brasil, e toda a ordem de desdobramentos para a luta de classes e para as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc., sendo, pois, a água empregada ao campo de disputa e de domínio de *novos territórios*"¹⁸.

Esse diálogo nos possibilita analisar como no atual contexto de inserção da Amazônia na dinâmica de acumulação do capital nacional e internacional, com base no "Novo Desenvolvimentismo", como a nova fronteira hidroenergética nacional, respaldada pela atuação do Estado brasileiro, em especial pelas políticas do setor energético nacional dos governos do ex-Presidente Lula e atual Presidenta Dilma Rousseff, se inserem as formas degradantes do trabalho nas grandes obras de produção de energia. Portanto, antes de analisarmos a precarização, terceirização, intensificação, desemprego, além das formas de resistência e revoltas de trabalhadores diante da intensa exploração do trabalho, e desvendar os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora frente às investidas do capital (nacional e internacional) nessas grandes obras de geração de energia hidrelétrica na Amazônia, necessitamos identificar os mecanismos engendrados para a lapidação e mercantilização dos recursos naturais essenciais à vida emancipada do metabolismo social do capital, de um projeto para o Brasil (THOMAZ JÚNIOR, 2011), o que vem ocorrendo na região com a atual política energética brasileira.

¹⁸ Ao partir do conceito de hidroterritório (TORRES, 2007), que articula as formas de controle do território e da água, Thomaz Júnior (2009a) foca os mecanismos utilizados pelo capital e pelo Estado, bem como na dinâmica territorial das disputas sociais pela terra e água para seus projetos emancipatórios. Deste modo, contempla em suas pesquisas a dinâmica dos "negócios agropecuários", atrelados à expansão e consolidação da cana-de-açúcar, das plantas agroprocessadoras e suas vinculações à apropriação privada da terra e dos recursos hídricos, pois não há somente "a territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água" (THOMAZ JÚNIOR, 2009b, p. 304).

Isso porque, a Amazônia Legal nas últimas décadas voltou a ser foco do governo federal para a construção de novas UHEs (além da reativação de velhos projetos, como Belo Monte), como condição, no discurso oficial, de tirar o país de uma crise energética intensificada após os "apagões". Fato que corrobora a pressão à sociedade brasileira para que a energia hidrelétrica seja colocada como alternativa mais viável economicamente, além de ser considerada renovável/"sustentável" diante da térmica e nuclear, mas que não evidencia os problemas da forma como o modelo do sistema elétrico nacional foi gestado politicamente, sem uma soberania nacional.

Os grandes projetos para a Amazônia, nessa primeira década do século XXI, constituem-se de um olhar geoeconômico articulado à Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA) com ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dos Planos Decenais de Energia (PDEs) e do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Portanto, conforme Sevá Filho (2010, p. 115-116) constata em sua análise, a partir da expressão "desenvolvimento" uma "acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos", e para tanto no jogo das relações internacionais que a região se insere, há a expansão de infraestrutura produtiva pesada, que se concretiza dentro da lógica do circuito econômico global. "Assim, essa expansão da infraestrutura e do capital fixo sempre se faz à custa dos recursos naturais locais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas".

Além disso, assinala:

um mecanismo essencial da atualidade internacional: *materializar e conduzir grandes fluxos de materiais e de energia daqui - das Américas Central e do Sul, da Amazônia, em especial, e também da Patagônia, dos Andes, da Bacia do Prata - para o crescimento do comércio com a América do Norte e com a Europa e, em proporção crescente, com os mercados asiáticos".* (SEVÁ FILHO, 2010, p. 115-116, grifo no original).

Por conseguinte, há um conjunto de investimentos internacionais de grande porte para uma "Amazônia mineral e metalúrgica", uma "Amazônia petrolífera" e a "Amazônia hidrelétrica". Quanto a esta última forma de apropriação, na escala internacional, é

notável o parque hidrelétrico do continente sul-americano como uma expressão do grande capital industrial-financeiro historicamente ancorado nessa região a fim de alavancar significativa porção de sua acumulação em escala planetária. A América do Sul é pródiga para a "indústria barrageira", afirma, já que desde a fase pioneira da eletrificação, na virada do século XIX para o XX, se instalaram os capitais norte-americanos, canadenses, britânicos, franceses, implementando usinas térmicas e hídricas. Em muitos países seus rios tiveram uma escada de barramentos e espelhos d'água de represas, gerando problemas sociais e econômicos concomitantes para os moradores a serem deslocados. Os riscos das hidrelétricas e represas que não podem ser descartados, a destruição dos monumentos naturais pelas mega-hidrelétricas, fatos que geram a necessidade de um debate político sobre tais projetos para os países, muito mais que uma questão ambiental, como comumente é posta, embora ambas de importância ímpar.

Todavia, a fala oficial do Governo Federal fundamenta-se nos argumentos de que tais obras contribuirão para fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN), gerar empregos e alavancar o desenvolvimento do País, sem os temores da falta de energia e como base ao "crescimento acelerado nacional" - velhos discursos, velhas práticas com ares de novo - um dos lemas do "Novo Desenvolvimentismo".

As ações para instalação de novas UHEs na Amazônia ocorrem em detrimento de uma atenção necessária, porém negligenciada por parte dos governos federal, estadual e municipal dos impactos ambientais, sociais, econômicos, culturais e territoriais, já que a meta e a racionalidade estão na esfera econômica, ainda mais com o processo de privatização que o setor passou pós 1995 e mantido em 2004 com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive "melhorado" com o "Novo Modelo" do setor elétrico brasileiro, mantido pela Presidenta Dilma Rousseff.

É fato que o Brasil, nas últimas décadas, ao se inserir na lógica da reestruturação produtiva do capital internacional, o fez de modo a reforçar as desigualdades sociais e territoriais, pois o Estado passou a atuar com uma política direcionada ainda mais para o capital rentista, sendo as privatizações, a mercantilização da natureza e a obediência aos organismos multilaterais condição para isso.

O setor elétrico brasileiro não fugiu a essa regra e também passou por reestruturações com o Programa Nacional de Desestatização (PND) consolidando um novo modelo baseado na desverticalização do sistema elétrico, fundada em princípios comerciais e de concorrência via modelo de desverticalização (GONÇALVES JÚNIOR, 2007), desmembrando as fases que envolvem o sistema (geração, transmissão, distribuição, somando-se à comercialização), além das privatizações de distribuidoras e geradoras de energia, a implantação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), implementando-se o novo modelo energético brasileiro¹⁹.

É nesse sentido que as disputas territoriais frente à construção de UHEs é um tema que permite compreender a inserção atual da Amazônia no contexto do chamado agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2009b), que no âmbito desta pesquisa articula-se com a energia, ou seja, ao território do hidronegócio-energético, no qual a água mais do que nunca passa a ser o foco de uma forte investida do capital nacional e internacional como um recurso econômico, matéria prima básica para a mercadoria energia, visto a partir da ótica da sua mercantilização. Em suma, assim se coloca a Amazônia como a “nova fronteira hidroenergética” nacional, ou dito de outro modo, constituem-se no “Novo Desenvolvimentismo” uma retomada da região amazônica como a fronteira hidroenergética, tendo em vista o desastroso histórico de implantação de grandes UHEs na região no último quarto do século XX.

Assim, antes de abordarmos esse processo para a constituição e materialização do Complexo Hidrelétrico Madeira (capítulo 4), no estado de Rondônia, de forma resumida, identificaremos qual o legado dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira, implementados na fase anterior ao “Novo Desenvolvimentismo”, o que podemos denominar da expansão do setor elétrico nacional para a região.

¹⁹ A reforma do governo Lula, comandada por Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia, manteve praticamente a estrutura institucional do governo FHC, mas esta “adotou um modelo comercial ainda mais liberalizante e de alta complexidade, que não mitigou os equívocos do anterior e manteve os custos sociais, sobretudo em termos de tarifas altas e deterioração da qualidade da gestão setorial” (BARROS, 2011, p. 28).

1.2 Grandes projetos hidrelétricos na Amazônia... lições do passado, pesadelo no presente

No contexto do "milagre econômico", do projeto modernizador do "Nacional Desenvolvimentismo" posto em prática pelo Estado brasileiro para inserir a região amazônica nacionalmente, a infraestrutura teve um papel de peso, e a energética (hidroelétrica) foi uma delas.

Assim, até a década de 1980 as regiões Sul, Sudeste e Norte eram consideradas referências na geração de energia, posteriormente, com os planos de expansão as bacias hidrográficas da região Norte passaram a ser objeto de intervenção. Do ponto de vista da contextualização histórica, alguns pontos demonstram a evolução do setor elétrico na Amazônia brasileira, dos quais se destacam:

a) Em 1934, com o Código de Águas, há condições nacionais para a utilização do potencial hídrico regional; até 1939 eram poucas as usinas para a produção de energia; em 1952 são criadas as Centrais Elétricas de Manaus (CEM); na década de 1960 ocorreu a criação de várias Centrais Elétricas estaduais; em 1968 foi criado o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, que embasou a criação da ELETRONORTE (1973);

b) A criação da ELETRONORTE (Central Elétrica no Norte do Brasil), uma subsidiária da ELETROBRAS (criada em 1962) teve como base "gerir o aproveitamento de Tucuruí" (BERMANN, 1996, p. 18), mas também "com o objetivo de realizar estudos de inventário e viabilidade econômica de aproveitamentos hidrelétricos, a transmissão de energia voltada para o suprimento às concessionárias estaduais e para a região Nordeste" (OLIVEIRA JR, 1995, p. 240). Logo, com a ELETROBRAS e a ELETRONORTE há uma ação de planejamento do setor elétrico com olhar nacional, no qual, a partir (especialmente) dos Planos 2010 e 2015, pode-se afirmar que o setor passou a compreender um papel importante da região amazônica atrelada a uma lógica exógena da política energética, seja se inserindo no planejamento como geradora de energia elétrica para "exportar"²⁰ para a região Nordeste e também Sudeste, a

²⁰ Com os Planos 2010 e 2015 da ELETROBRÁS, Oliveira Jr (1995, p. 247) afirma que essa estratégia se torna mais clara, pois com o possível esgotamento da capacidade das regiões Sudeste e Nordeste de se autossustentarem, há o destaque para o suprimento de suas demandas também pelo potencial hidrelétrico

longo prazo, seja como fornecedora de energia para as indústrias eletrointensivas de ferro e alumínio da região. Fato que a Amazônia se incluiria subordinada e com enclaves de grandes hidrelétricas para "exportar" energia elétrica, em um primeiro momento embutida nos produtos eletrointensivos, e a longo prazo exportando energia elétrica para outras regiões brasileiras, o que já ocorria para o Nordeste;

c) A UHE de Tucuruí (1974-1984), como já enfocado, esteve vinculada à formação dos grandes projetos modernizantes/industrializantes da região amazônica, em especial no complexo de alumínio ALBRÁS/ALUNORTE e ALUMAR, embora não só, tendo em vista o Grande Projeto Carajás. Esta foi um exemplo alarmante do lugar reservado ao potencial hidroenergético da Amazônia;

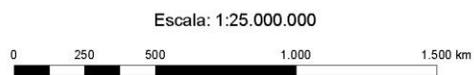
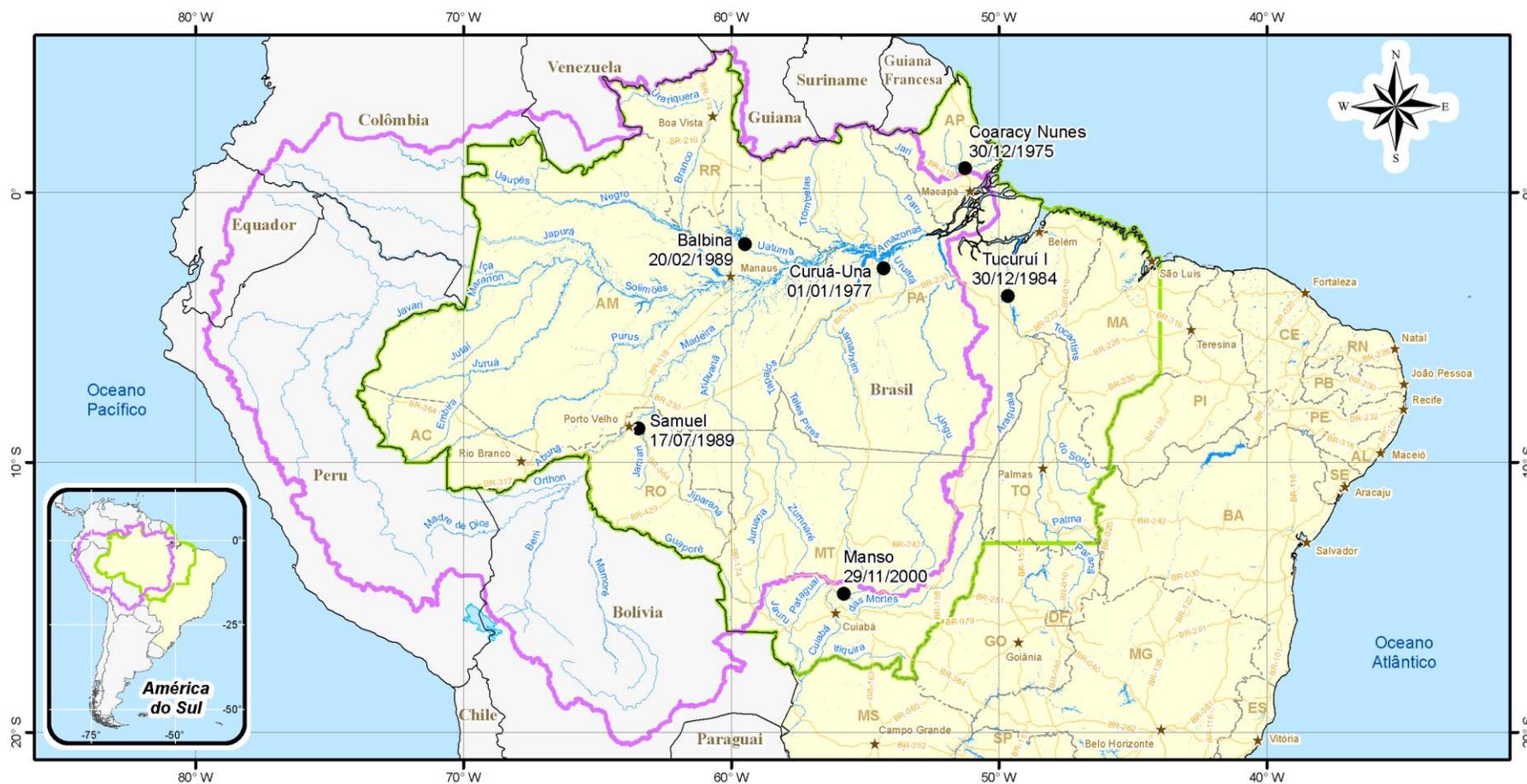
d) A construção de outras importantes UHEs e com significativos impactos ambientais, como a UHE de Balbina (1980) e Samuel (1983), também são significativas, nesse contexto de grandes UHEs na Amazônia (MAPA 01).

De modo objetivo, registraremos alguns pontos importantes da construção destes projetos hidrelétricos na Amazônia, os quais destacam-se:

a) A geração de energia não visou atender as demandas da população regional, sem acesso à eletricidade, mas sua geração esteve voltada principalmente para atender o grande capital em seu processo de exploração e mercantilização da natureza na Amazônia, como o caso de Tucuruí, uma usina com investimento inicial em 1,2 bilhões de dólares (valor de 1974)²¹ bancado pelo Estado, para uma capacidade instalada de 3.960 MW em sua primeira etapa, e total de 7.960 MW na fase I e II. Bermann (1996) demonstra que em torno de 60-62% do total de energia gerado era consumido pela ALBRÁS e pela ALUMAR, com tarifa correspondente a 20% do preço internacional do alumínio;

da região Amazônica "com troncos de transmissão oriundos das usinas do Xingu, Madeira e dos formadores do Tapajós [...]".

²¹ E total em torno de US\$ 5 bilhões, via financiamento externo. Além disso, estima-se que o pagamento de juros do empréstimo tomado pela ELETRONORTE seja em torno de mais 3 a 4 bilhões de dólares (PINTO, 1996).



ORGANIZADOR: José Alves

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM e PNL2 2010
 NOVEMBRO/2013

Legenda

- ★ Capitais Estaduais
- UHE e Data de Início de Operação
- Rios Principais
- Rodovias Principais
- Amazônia Legal
- Bacia Amazônica
- Brasil Estados
- Outros Países

MAPA 01

UHES NA AMAZÔNIA: 1970 A 2000



b) O Estado brasileiro mantém o subsídio tarifário a tais empresas na Amazônia²², pelo menos no período de 1980 a 2004, quando venceria a vigência dos contratos. Além dessas duas empresas, o Projeto Ferro Carajás da CVRD (com prazo de vigência indeterminado), a fábrica de silício metálico da Camargo Corrêa Metais em Tucuruí (prazo até 01.04.2018), também são beneficiárias de subsídios tarifários. Isso representa que a ELETRONORTE abre mão de faturar US\$ 1,2 bilhões por meio da concessão de subsídio;

c) Tucuruí é um exemplo dos nefastos impactos ambientais no bioma amazônico, com um reservatório ocupando 2.430 Km², inundando 14 povoados, 9 reservas indígenas pertencentes a cinco povos indígenas diferentes, 160 km de rodovias, e gerando o deslocamento compulsório de 5 mil famílias, com estimativa de população total afetada variando entre 25 a 55 mil pessoas (BECKER; NASCIMENTO; COUTO, 1996);

d) Outro impacto refere-se aos graves problemas sociais, como os mecanismos de indenização que não reconheceu as famílias posseiras, ou seja, 2/3 do total de famílias atingidas, já que os detentores dos títulos de propriedade eram de 1.800 famílias (BERMANN, 1996);

e) Se Tucuruí constitui-se no exemplo de geração de energia para suprir demandas e usos exógenos (PINTO, 2011), voltados ao grande capital, Balbina é o exemplo da desgraça ambiental ampliada a grande potência. Impactos ambientais gerados por essa lógica de mercantilização e degradação da natureza, tendo como consequência elevado "custo ecológico" das hidrelétricas. Como afirma Marin (1996, p. 964), "a construção de barragens [UHEs na Amazônia brasileira] provoca bruscas mudanças, perdas e riscos incontornáveis [...] que tem

²² Para Lucio Flávio Pinto (1996, p. 57), isso tudo faz parte do chamado "fator amazônico", dos riscos do capital em investir na região, momento em que entra o Estado e faz sua parte em relação ao capital, como nesse caso de Tucuruí que o governo brasileiro poupou os investidores japoneses de 700 milhões de dólares com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, mesmo que fossem consumir 30% de energia hidrelétrica com a ALBRÁS. Além disso, destaca de modo alarmante: "o subsídio da energia da Albrás, por exemplo, vai representar, no prazo de vigência do contrato, que é de vinte anos, mais de 1 bilhão de dólares, outro bilhão de dólares para a Alumar, ou seja, os japoneses vão ter de volta o capital de risco que eles investiram a cada dois anos só com o subsídio da tarifa de energia". Isso sem falar na relação desigual da divisão internacional do trabalho ali estabelecida na troca de mercadorias, entre o lingote de alumínio, e sua intensa agregação de valor após sua primeira transformação no Japão - recebem matérias primas ou insumos básicos semielaborados e os transformam em produtos de alto valor agregado, e tem lucros enormes em sua comercialização e ainda com as operações financeiras dos empréstimos que sustentam o circuito da mercadoria.

escapado a esfera de decisões. A problemática ambiental está relacionada a balanço de perdas - de energia, de espécies e de qualidade de vida [...] dos diferentes grupos sociais - indígenas, camponeses sobre sua existência nesses espaços", quando não sua própria vida. Balbina e Tucuruí são exemplos que não podem ser esquecidos. Dentre esses impactos, autores como Fearnside (2009) e Tundisi (2007) também analisam os impactos de empreendimentos hidrelétricos quanto a emissão de gases de efeito estufa, em decorrência dos seus grandes reservatórios, fato desmistificador da energia limpa, não poluente. "Os impactos da construção de hidrelétricas na Amazônia decorrem principalmente do efeito da decomposição de vegetação terrestre inundada, a grande área inundada, a deterioração da qualidade da água e a perda de serviços dos ecossistemas terrestres e aquáticos, incluído a biodiversidade e a alteração dos processos" (TUNDISI, 2007, p. 111).

f) Embora na bibliografia pesquisada não tenhamos encontrado análises da degradação do trabalho diretamente envolvidas na construção das usinas hidrelétricas, há referência das formas de exploração do trabalho no contexto dos grandes projetos. O Complexo Carajás Ferro e Alumínio da ALBRÁS-ALUNORTE, além da ALUMAR, apresentaram mecanismos de controle e exploração do trabalho desde formas articuladas aos novos mecanismos de gestão do trabalho e da produção, como terceirização, flexibilização, controle de qualidade (CASTRO, 1996 e 1995)²³, mas também formas precárias e de

²³ A análise da autora foca o processo de reestruturação de uma empresa do setor siderúrgico, a Albrás, mas também em outros grandes projetos como UHE de Tucuruí, Projeto Ferro Carajás, Mineração Rio do Norte e ALUMAR, com a "introdução de padrões sofisticados de gestão do trabalho, e sobre a forma de dominação e controle da força de trabalho que se estende da fábrica à vida privada" (CASTRO, 1996, p. 321). Isso porque está diante do que a mesma chama de processo de imobilização de força de trabalho pela moradia, diferenciada socialmente entre alojamentos e residências, o que tem interferência direta na base de sociabilidade. Isso contrasta com o problema da intensa mobilidade de mão de obra (trabalhadores) nas áreas de fronteira amazônica, seguindo as grandes obras ou oportunidade de trabalho. Há na empresa estudada, como portadora de 'Estratégia de Adaptação Global' formas anteriores aos novos padrões de competitividade e qualidade, mas também a incorporação de estratégias mais abrangentes e repassando-as para o coletivo dos trabalhadores - 'competências, responsabilidades e controles, como os de qualidade e segurança. A problemática é analisada sob a luz das mudanças pós anos 1980 da intensificação da competitividade e os usos da microeletrônica e da informática no espaço do trabalho, fundada em uma nova divisão do trabalho, que difere do fordismo - no qual o posto de trabalho organizava a divisão do trabalho - na produção flexível o posto de trabalho deixa de ser central, valendo a polivalência. Portanto, "o princípio é o de aumentar a

superexploração do trabalho na construção desses canteiros de obras (FONTES, 1996)²⁴, da qual a UHE de Tucuruí faz parte, embora não tenha sido um caso analisado pelos autores estudados.

Embora de modo sumário, os pontos citados nos permitem evidenciar o papel centralizador e com o enfoque prioritariamente econômico do Estado (via ELEBRAS, ELETRONORTE, etc.) no planejamento e execução de grandes hidrelétricas na Amazônia. Assim, Peiter (1996), analisando o planejamento do setor elétrico e a inserção da Amazônia neste contexto, via grandes projetos de transmissão e o planejamento de grandes UHEs previstas pela ELETROBRAS nos Planos Decenais de Energia Elétrica referentes a 2010 e 2015, respectivamente, elaborados em 1987 e 1993, demonstra que no período 2005-2015 o Estado previa a expansão dos sistemas elétricos e a necessidade de se contar com as UHEs de grande porte a serem construídas na Amazônia para suprimento das regiões Sudeste e Nordeste, sendo elas: UHE de Belo Monte (11 mil MW, no rio Xingu), Altamira (5.720 MW, rio Xingu), TA-1 (9.528 MW no rio Tapajós) e MR-1 (6.854 MW, no rio Madeira). Portanto, já havia indicativo de que "a Amazônia se integra[ria] aos demais sistemas nacionais [projeto de transmissão da Amazônia, via exportação de grandes blocos de energia hidrelétrica] na condição de 'fronteira de recursos' ou ainda na condição de 'periferia' do sistema 'core' do Sudeste" (PEITER, 1996, p. 901; COELHO, 2010).

Essa análise também é feita por Bermann (1996) e Zylbersztajn (1996), os quais levantavam a hipótese e previsões de que os casos dessas grandes hidrelétricas na Amazônia seriam usados pelos planejadores oficiais de que a capacidade hidrelétrica da região deveria ser aproveitada no futuro com base no modelo de desenvolvimento regional de exportação de energia para o Centro-Sul,

rentabilidade do trabalho e das iniciativas na solução dos problemas que surjam na produção, não simplesmente pelo acesso rápido à informação". Tais inovações têm provocado também mudanças na subjetividade dos trabalhadores "frente ao processo decisório de perseguir uma qualidade total via gestão participativa" (CASTRO, 1996, p. 323).

²⁴ Em artigo citado, a autora analisa a relação entre capital e trabalho e a ação do Estado, em prol do primeiro, no contexto da construção civil do canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE no município de Barcarena (PA). Assim, seu enfoque é mostrar como se constroem na luta e embates entre trabalho e capital a identidade operária dos peões de trecho e do peão de casa, sendo os primeiros alojados nos canteiros de obras civis.

e como base para atender a demanda eletrointensiva, isso, claro, em detrimento de um desenvolvimento de fato regional inclusivo. Assim, Bermann faz uma "previsão" de um futuro próximo em que "num clima de chantagem" movido pela "síndrome do *blackout*", permitirão articulações complexas com vistas à exportação da oferta de energia elétrica no País. Assim, tais planejadores foram movidos pela vertente "que admite um caráter irreversível do aproveitamento hidrelétrico em grande escala na Amazônia", como os novos aproveitamentos como Belo Monte no rio Xingu (na época com capacidade de 6.600 MW), Tucuruí II (1.320 MW), além de Serra Quebrada (1.200 MW) - ambas no rio Tocantins - e Samuel no rio Jamari, que estava em construção.

Em termos regionais, o processo demonstra uma dicotomia entre a lógica dos grandes projetos atrelados aos interesses externos à região, como gerar energia para abastecer empresas eletrointensivas, e a ausência de um desenvolvimento considerado endógeno. Apesar disso, vários autores consideram que o bioma Amazônia seria cada vez mais solicitado para atender a crescente demanda do mercado nacional, em especial como exportadora de energia para os grandes centros urbanos, e regiões industrializadas. Estaria assim estabelecido um paradoxo entre região com rica reserva de água e potencial para a geração de energia hidrelétrica e, devido ao modelo de desenvolvimento regional, manifesta uma carência de energia (BECKER, NASCIMENTO e COUTO, 1996).

Nessa lógica do Estado para o setor elétrico nacional e o lugar delegado da região amazônica, em termos territoriais, as grandes hidrelétricas atuariam mais como enclave, ou polo de sucção de riqueza, do que geradora de riqueza (polos de desenvolvimento). Além, é claro, dos grandes impactos sociais, econômicos, ambientais e étnicos decorrentes da valorização e produção do espaço daí decorrente mediante inundação das terras camponesas, povos indígenas e populações originárias e comunidades tradicionais.

Assim, como vemos em Almeida (1996), há no discurso do desenvolvimento pelos planejadores oficiais a "importância" das grandes obras de infraestrutura (energética, petrolífera, mineral, de transporte etc.), que incidem sobre territórios já ocupados por camponeses e indígenas, como sendo obras necessárias "ao progresso e

modernização" nacional. Para tanto empresas estatais, organismos militares, órgãos fundiários e órgãos indigenistas oficiais acabam atuando para o "deslocamento compulsório" dessas populações, e para tanto usam de termos como "desocupação", "esvaziamento", "transferência", "remoção", o que se faz em vista ao "reassentamento" e "relocação". Assim, há a desconsideração pelas relações territoriais, sociais, culturais e étnicas preexistentes e que com o "reassentamento", há no mínimo uma desconsideração às práticas de existências de camponeses, indígenas, que não leva em conta "o sistema de apossamento preexistente". Como exemplo das Barragens de Tucuruí, Balbina e Samuel, há registro, respectivamente, de deslocamento de povos/etnias indígenas como Parakanã e Gavião, Waimiri-Atroari e Urue-au-au.

Minimizam-se nos termos empregados o "espaço perdido", (HÉBETTE, 1996, p. 545), a desconstrução do lugar com a desterritorialização, o que passou a ser a trajetória do "povo da fronteira amazônica", "feito de índios, de caboclos e de colonos migrantes, de um povo que foi tirado de sua tranquilidade e quietude, passou para a revolta, denúncia e resistência, para se tornar no auge de sua trajetória, autor de um mundo diferente". Exemplo de lutas e conquistas como as dos povos da floresta no estado do Acre com as Reservas Agroextrativistas.

Isso nos permite levantar como hipótese que o Estado, de planejador e executor na fase do Nacional Desenvolvimentismo, executando ações importantes para a inserção da Amazônia brasileira como fronteira hidroenergética, retomará esse projeto no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", e como condição de fornecedora de energia hidrelétrica para o propagado crescimento acelerado, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com o PAC, um dos pilares do "Novo Desenvolvimentismo", reforçou-se a retomada do Estado brasileiro no planejamento de grandes hidrelétricas, e com as mesmas reforça-se também o modelo energético para atender os grandes consumidores, especialmente os setores eletrointensivos, a exportação de *commodities* de todos os gêneros, bem como de criação e articulação de infraestrutura ao território, o que nas palavras de Milton Santos (2002) poderíamos entender como um sistema de objetos aptos a dar fluidez ao território, um híbrido entre

ação-objeto-intencionalidades cada vez mais voltados para a reprodução ampliada do capital, tendo como base a mercantilização e apropriação da natureza e formas reinventadas e cada vez mais elaboradas de controle e exploração/superexploração do trabalho nesses "espaços do capital".

É neste contexto que a Amazônia passa a ser considerada uma importante fronteira - a "nova/velha fronteira hidroenergética nacional" - para a geração de energia nova (a partir de novos leilões preconizados pelo "Novo Modelo" do Setor Elétrico), isso além das UHEs em operação, na Amazônia, em torno de 9.591 (MW) de potência instalada, ou seja: Balbina (AM) (250 MW), Caoracy Nunes (AP) com 67 MW, Curuá-Una (PA) 30 MW, Tucuruí I e II (PA) com 8.125 MW, Samuel (RO) com 216 MW e Luís E. Magalhães (TO) com 902 MW (Conhecida como Usinas do Lajeado).

Mas qual o sentido atual de se pensar a Amazônia Legal como a "nova/velha fronteira hidroenergética nacional", projeto este já esboçado há muito tempo pelo Estado e gestores do setor elétrico? O que muda entre essas duas etapas de expansão do setor elétrico nacional quanto à consolidação da Amazônia como fronteira hidroenergética, no Nacional Desenvolvimentismo e no "Novo Desenvolvimentismo"?

Nos próximos capítulos faremos indicativos dessa intencionalidade, mas nossa preocupação está centrada nas formas que o Estado e o grande capital colocam a seu favor o controle dos grandes projetos hidroenergéticos, para mover essa trama de relações que dão suporte à reprodução ampliada do capital no século XXI. Portanto, em termos de exploração e degradação do trabalho o que muda? Como a Amazônia enquanto "velha/nova fronteira energética" mantém-se como alvo de atração do grande capital, e da migração de trabalhadores para esses grandes empreendimentos?

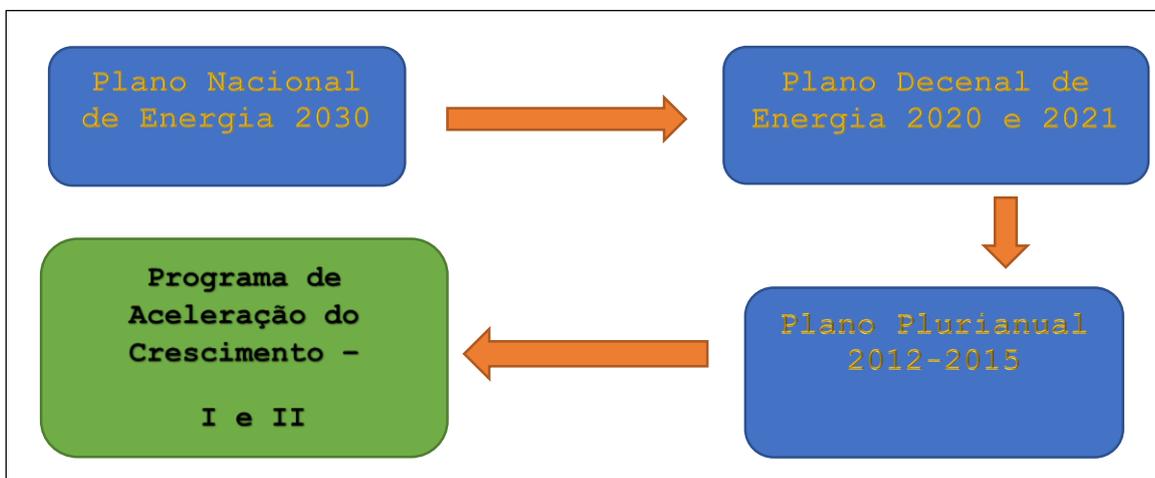
Antes de entrar nessa reflexão, ainda necessitamos colocar em cena o debate sobre o planejamento governamental na última década para a expansão de UHEs na Amazônia brasileira.

1.3 Planejamento governamental no “Novo Desenvolvimentismo” e a construção de UHEs na Amazônia: da “corrida por megawatts” à apropriação de novos territórios pelo capital

A ação do Governo Federal em projetos hidrelétricos para a Amazônia brasileira pode ser compreendida a partir de Planos para o setor, como: o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030), os Planos Decenais de Energia 2020 e 2021 (PDE 2020 e PDE 2021), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (FIGURA 02).

Deste modo, tais mecanismos de planejamento realizados após 2011, no Governo da Presidenta Rousseff - recorte temporal referente ao 3º mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Executivo - são mantidas as linhas gerais do “Novo Desenvolvimentismo” para o setor elétrico na referida região amazônica. Como durante os governos do Presidente Lula, a então ministra Dilma Rousseff esteve à frente do Ministério de Minas e Energia (MME) e, posteriormente, da Casa Civil, e após 2011 à frente do Executivo, podemos deduzir que foi colocado em prática um projeto em torno de uma década no qual a Amazônia brasileira torna-se a nova fronteira hidroenergética nacional. Como o Estado põe em ação essa integração regional à luz do “Novo Desenvolvimentismo”, tendo em vista a fase anterior já analisada, é o desafio a ser entendido nas próximas páginas.

FIGURA 02: Planos para o planejamento de hidrelétricas na Amazônia



Org.: José Alves.

Os Planos analisados em suas inter-relações permitem estabelecer as mediações desde os projetos em estágio mais avançado, como UHEs em operação e em construção, mas também as planejadas e os estudos de inventários do potencial hidroenergético dos principais rios amazônicos, no período de 2007 a 2030.

O PNE 2030 tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do país, de modo a orientar as "tendências" e "dar base às alternativas de expansão" do setor no prazo de duas décadas. Sua fundamentação são Notas Técnicas produzidas no âmbito da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que levam em conta "as perspectivas de aproveitamento dos recursos hídricos, com enfoque para a disponibilidade dos recursos hídricos, o cenário tecnológico, perspectivas do potencial hidrelétrico a aproveitar, e potencial de geração" (BRASIL - PNE, 2007, p. 10).

Em uma perspectiva de médio prazo, para o período de 10 anos, o PDE parte de um cenário de referência da expansão da demanda e da oferta de recursos energéticos que permitam orientações para a tomada de decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) e dos agentes do mercado, por meio dos leilões de energia realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Com base em tais documentos, dentre outros, elaborados pela EPE e pelo MME, há subsídios para que o PPA possa atender as demandas energéticas nacionais em curto prazo, que, por sinal, é insaciável sob a lógica do mercado. O PPA 2012-2015 (BRASIL - PPA 2012-2015, 2011) - "Plano Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade e Mais Participação" - destaca que as experiências do Governo Federal, desde 2003, e em especial com o PAC após 2007, teria permitido uma articulação dessas experiências para o referido Plano Plurianual. Assim, no PPA o Programa Temático de Política de Infraestrutura tem "ações voltadas para a energia elétrica, com o objetivo de ampliar a oferta interna de energia elétrica para manter o ritmo de crescimento nacional" (BRASIL - PPA 2012-2015, 2011, p. 15).

Nos Planos para o setor elétrico nacional as estimativas de consumo de energia são elevadas, tendo em vista o modelo de desenvolvimento e a perspectiva de crescimento. O PDE 2021 (BRASIL - PDE 2021, 2012) estima, a partir do cenário do PIB mundial, do comércio mundial e da dinâmica econômica nacional, em 2011, uma projeção de

crescimento do PIB brasileiro de 4,4% entre 2012-2016 e de 5,0% entre os anos de 2017-2021. Assim, dos investimentos totais de R\$ 1,1 trilhão no PDE 2021, 24,4% corresponderiam à oferta de energia elétrica, havendo ampliação na capacidade instalada de geração de 116,5 GW, em 2011 e 2012, para 182,4 GW, em 2021.

Para isso, diante de uma taxa de investimento em relação ao PIB de 16,7% e 18,3%, entre 2001-2005 e 2006-2010, a meta seria uma projeção acima de 20% entre 2012-2021 - 20,2% entre 2012-2016 e 21,7% entre 2017-2021. Tais investimentos seriam necessários, segundo o documento, para manter o consumo final energético no decênio que representaria uma variação anual de 4,9% entre 2011-2021, ou seja, se em 2012 o consumo de eletricidade foi de 500 TWh, a projeção seria de 774 TWh em 2021, ou seja, um aumento de 35,4% da demanda do consumo de eletricidade.

Para manter essa perspectiva elevada de consumo de energia elétrica e evitar o fantasma do "apagão elétrico", discurso muito bem empregado na última década do século XX para a reforma do Setor Elétrico brasileiro²⁵, o Governo Federal busca a todo custo (vale repetir) manter a oferta de energia, vinculada, sobretudo, à demanda insaciável do mercado e do grande capital, em especial às indústrias eletrointensivas.

A aposta é então manter a projeção de uma matriz energética que o Governo Federal considera limpa, segura e sustentável do ponto de vista ambiental, como prega o discurso oficial sobre o setor. Embora entre os especialistas do tema seja questionável, a questão para o momento é que da capacidade instalada, no âmbito da matriz energética, em dezembro de 2011, 67% (77.001 MW) era de fonte hidráulica; 14% (16.166 MW) térmica; 12% (13.713 MW) de fontes renováveis como biomassa, PCHs e eólicas; 2% (2.007 MW) nuclear; e 5% (6.275 MW) importado, contratada da Binacional de Itaipu, ou seja, comprada do Paraguai.

Nesse cenário, o planejamento governamental na era do "Novo Desenvolvimentismo" tem como base alguns aspectos, dos quais para nossa análise destacaremos, com base no PDE 2021, os seguintes:

²⁵ Uma análise crítica da reestruturação do Setor Elétrico nacional é realizada por Gonçalves Junior (2007).

a) Manter o crescimento médio anual da carga de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), que para o período decenal indica cerca de 3.200 MW/med., ou seja, uma taxa de expansão de 4,6% a.a. Isso representa em termos absolutos que em 2011 o SIN tinha uma capacidade instalada de 116.498 MW, e a meta planejada para 2021 é de 182.408 MW, aumento total de 65.910 MW, equivalente a 36,13%;

b) Segundo Tolmasquim (informação verbal²⁶) para atender essa demanda seria preciso instalar nos próximos anos 61 mil MW, valor muito elevado, e com os leilões realizados desde 2005, 75% da necessidade de energia já fora contratada pela ANEEL;

c) Nos leilões realizados desde 2005 pela ANEEL, foram contratados 63 mil MW, fato que demonstraria o empenho do Governo Federal para responder as demandas do setor;

d) Tomando como base a distribuição regional da capacidade instalada, em 2011, da qual as regiões Sudeste e Centro-Oeste detinham 59%; Sul 17% (19.708 MW); Nordeste 14% (16.708 MW); e Norte 10% (11.454 MW), a meta de expansão direcionou-se para a Amazônia brasileira, de modo que na região Norte haja acréscimo de 32.783 MW, passando para 44.237 MW a participação total no SIN, o que corresponderia por 24% da capacidade instalada em 2021;

e) A meta visa aumentar a capacidade instalada de energia tendo como fontes prioritárias a hídrica e um aumento da eólica, biomassa e PCHs. Segundo dados do PDE 2021, a capacidade de geração hidráulica aumentará de 77 GW para 117 GW, aproximadamente, de 2012 até 2021;

f) A região Norte é vista pelo Governo Federal como a "fronteira hidroenergética", como já dito, região na qual ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, já que está previsto a entrada em operação de grandes empreendimentos, como a UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, além de outras UHEs em construção, contratadas, outorgadas, e em estudos de viabilidade e inventários, em andamento pela EPE;

g) Para a região Norte, a expansão já contratada é de 21.806 MW, como empreendimentos em construção (UHEs de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, por exemplo), de modo que parte do crescimento da demanda dos anos de 2017 a 2019 já está atendida com usinas que dispõem

²⁶ Afirmação de Tolmasquim no Seminário "Diálogos Capitais - Hidrelétricas: as necessidades do País e o respeito à sustentabilidade", em São Paulo, em agosto de 2011.

de contratos de concessão (BRASIL - PDE 2021). Além disso, a expansão planejada pós 2017 a 2021 é de 11.427 MW, quase o equivalente a outra Belo Monte.

Diante do exposto, mesmo frente aos problemas e impactos de toda magnitude que representam a expansão de grandes hidrelétricas no bioma amazônico - como os graves problemas ambientais para as dinâmicas dos rios amazônicos, mas também e, principalmente, para as populações tradicionais, ribeirinhas, povos indígenas que vivem e têm seus modos de vida atrelados ao metabolismo ambiental amazônico - e frente à fome incontrolável de energia pelo modelo de desenvolvimento nacional, o que se constata na leitura dos Planos de Desenvolvimento para o setor elétrico nacional é que a Amazônia brasileira (Amazônia Legal)²⁷ há muito tempo está na mira do setor elétrico, como demonstramos na seção anterior. Se não teve sua inclusão no setor elétrico nacional de modo mais intenso até recentemente - por uma série de fatores, em especial pela luta dos movimentos sociais, indígenas etc., frente a este processo devastador - com o "Novo Desenvolvimentismo" criaram-se mecanismos materiais para sua inclusão como a nova/velha fronteira hidroenergética.

Assim, as regiões Norte e Centro-Oeste, em especial a porção territorial atrelada à Amazônia Legal, apresentam-se como áreas prioritárias para a construção de UHEs de todas as dimensões, em especial as grandes UHEs - acima de um mil MW de potência, mas também as PCHs. Isso sem falar que "os inventários hidrelétricos recém concluídos apontam que projetos importantes poderão ser viabilizados nos próximos anos, a despeito da crescente complexidade socioambiental, que normalmente impõe estágios de desenvolvimento extensos" (BRASIL - PDE 2021, 2012, p. 83).

Isso é possível por uma série de motivos, os quais vão além da nossa possibilidade de análise para o momento, mas três pontos devem ser tocados, como: a) a forte pressão governamental para a realização de tais projetos, como o ataque sistemático ao IBAMA para a agilização dos licenciamentos ambientais, que inclusive tornou-se

²⁷ Estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Informação disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>> Acesso em: 20/03/2013.

elemento importante de ação do PAC para “desburocratizar” os instrumentos legais presentes nas decisões do Governo Federal, e do setor elétrico em particular. Além disso, (b) há um elemento de ordem tecnológica, já que as UHEs a fio d’água²⁸, com turbinas tipo Bulbo, são indicadas como a “salvação da lavoura” por não exigirem reservatórios de acumulação/regulação²⁹, em decorrência de não necessitarem de queda d’água com grande declividade, mas com grande fluxo de água e por isso gerarem energia hidrelétrica a partir da regulação desta vazão. Outro ponto chave (c) é a forma truculenta como o Governo Federal, via EPE, MME, a Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, e o próprio Executivo, atropelaram a tudo e a todos que resistiram à construção de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira. O Complexo Hidrelétrico Madeira é o laboratório governamental para isso, entretanto Belo Monte é considerada o exemplo nefasto de como populações tradicionais e povos indígenas foram desconsiderados para que o empreendimento pudesse sair do papel em prol do crescimento nacional, do atendimento dos interesses do capital, e da sua exigência por energia elétrica³⁰.

Mas o Complexo Hidrelétrico Madeira e a UHE Belo Monte não são os únicos projetos, e se ambos são a ponta da lança do capital nacional e internacional para a Amazônia sob o “Novo

²⁸ Conforme Gomes (2012), as UHEs a fio d’água permitem a geração de energia elétrica a partir do fluxo de água dos rios, podendo ter pouca ou nenhuma capacidade de regularização, já que UHEs desse tipo, com represamento, possuem capacidade de regular a vazão de curto prazo, em base diária ou semanal. O contrário ocorre com as UHEs com reservatório de acumulação, que atuam na geração de energia elétrica a partir da água acumulada. Em outras palavras, há um estoque de água nos grandes reservatórios que podem compensar os momentos de estiagem prolongada.

²⁹ Gomes (2012, p. 119), ao comparar a UHE de Jirau a partir do modelo de reservatório a fio d’água e de possível modificação para reservatório de acumulação, chega a seguinte consideração em defesa das UHEs com grandes reservatórios de acumulação: “Finalmente, com as análises comparativas das simulações que alternam a UHE Jirau entre uma usina a fio d’água e uma que contém um reservatório a montante com a capacidade de regularizar as vazões do Rio Madeira, evidenciam a oportunidade que o Brasil está perdendo ao se priorizar empreendimentos de grandes hidrelétricas sem que se tenha incluso em seus projetos reservatórios de regularização, capazes de diminuir os custos operacionais e aumentar a segurança energética para os consumidores brasileiros”.

³⁰ Não desconsideramos também a complexidade dos impactos ambientais, territoriais e étnicos, nefastos para as populações atingidas e à natureza, em decorrência da implantação de UHEs na Amazônia, mas devido ao recorte da pesquisa, estes não serão abordados nessa oportunidade.

Desenvolvimentismo”, muitos outros empreendimentos são postos em prática e estão por vir para pilhar ainda mais a região e seus povos.

Para constatar como a Amazônia está sendo apropriada, mercantilizada, pilhada pelo “hidronegócio-energético”, é importante demonstrar a expansão de UHEs em construção e contratadas, além das planejadas, para a região, no período de 2011 a 2021, conforme o PDE 2021 (QUADRO 01 e MAPA 02).

O primeiro ponto de destaque refere-se aos projetos de expansão hidrelétrica contratados e em construção no período de 2012 a 2021. O PDE 2021 já inclui no horizonte decenal os resultados dos leilões de compra de energia elétrica promovidos pela ANEEL até dezembro de 2011, o que representa uma expansão até 2014. Para os anos de 2015 e 2016 o parque de geração está mapeado, devido aos leilões de 5 anos (A-5) para a compra de energia decorrente de novos empreendimentos. O PDE 2021 (BRASIL - PDE 2012, 2011), informa ainda, que estavam previstos leilões para os anos 2012-2013, por meio de leilões A-3. Isso significa que os leilões de energia nova previstos no referido PDE já têm para o 1º quinquênio certames realizados como ocorreu em 2007 com a UHE de Santo Antônio, em 2008 com a UHE de Jirau, e em 2010 para a UHE de Belo Monte, o que representaria, sem contar com os atrasos nas obras devido a fatores de múltiplas ordens, como veremos no capítulo 3, a entrada das UHEs citadas no SIN, respectivamente, em 2012, 2013 e 2015. Para o segundo quinquênio do PDE 2021 (2017 - 2021), os certames de leilão ainda estão previstos.

Na Quadro 01, são evidenciados os empreendimentos já construídos e em construção no período de 2011 a 2016. De 2017 a 2021 são novos projetos hidrelétricos a serem viabilizados, ou seja, empreendimentos planejados. Assim, para o período de 2011 a 2021, a meta total de inserção da capacidade nacional de energia instalada é de 55.401 MW, sendo até 2016, 22.530 MW, e de 2016 a 2021, 32.871 MW. Em termos comparativos, representaria em MW construir o equivalente a quase 5 UHEs de Belo Monte, 14,7 UHEs de Jirau e 17,6 UHEs de Santo Antônio na Amazônia brasileira.

QUADRO 01: Amazônia Brasileira - Expansão hidrelétrica contratada e em construção no período de 2011 a 2021

Ano de início operação	Projeto	Rio	UF	Potência MW
2011	Estreito	Tocantins	TO	1.087
2011	Dardanelos	Arapuanã	MT	261
2012	Rondon II	Comemoração	RO	74
2012	Santo Antônio	Madeira	RO	3.150
2013	Jirau	Madeira	RO	3.750
2014	Santo Antonio do Jari	Jari	AP/PA	373
2015	Ferreira Gomes	Araguari	AP	252
2015	Colíder	Teles Pires	MT	300
2015	Belo Monte	Xingu	PA	11.233
2015	Teles Pires	Teles Pires	MT	1.820
2016	Foz do Apiacás	Apiacás	MT	230
2017	Sinop	Teles Pires	MT	400
2017	São Manoel	Teles Pires	MT	700
2017	Cachoeira Caldeirão	Araguari	AP	219
2017	Água Limpa	Das Mortes (Bacia Xingu)	MT	320
2018	São Luiz do Tapajós	Tapajós	PA	6.133
2019	Cachoeira dos Patos	Jamanxim	PA	528
2019	Jatobá	Tapajós	PA	2.336
2020	Bem Querer	Branco	RR	709
2020	Jamanxim	Jamanxim	PA	881
2020	Cachoeira do Cai	Jamanxim	PA	802
2020	Serra Quebrada	Tocantins	TO/MA	1.328
2021	São Simão Alto	Jurena	MT/PA	3.509
2021	Marabá	Tocantins	PA/TO/MA	2.160
2021	Salto Augusto Baixo	Jurena	MT	1.461
S/D*	Escondido	Jurena	MT	1.248
S/D*	Hidrelétrica Binacional Bolívia-Brasil	Beni/Madeira/Mamoré	RO/Bol.	3.000
S/D*	Chacorão	Tapajós	PA	3.336
S/D*	Urucupatá	Jari	AP	292
Total				55.401

Fonte: PDE 2021 (2012).

*S/D: Sem data para início da operação.

Org.: José Alves.

Dados do PDE 2021 (QUADRO 01) mostram que são 30 UHEs contratadas, em construção e planejadas para a Amazônia brasileira no período de 2012-2021, tornando-a, assim, a "nova fronteira hidroenergética". Das UHEs previstas para entrar em operação até 2016, destacam-se: Belo Monte (11.233 MW), Santo Antônio (3.150 MW), Jirau (3.750 MW), Teles Pires (1.820 MW), Ferreira Gomes (252 MW), Colíder (300 MW), Santo Antônio do Jari (373 MW), Estreito (1.087 MW). Isso representa 21.965 MW de energia contratada e em construção no período de 2012 a 2016.

Já no período de 2017 a 2021, os empreendimentos planejados de destaque são: UHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW), UHE Jatobá (2.236 MW), UHE Serra Quebrada (1.328 MW), UHE São Simão do Alto (3.509 MW) UHE Marabá (2.160 MW), UHE Salto Augusto Baixo (1.461 MW), UHE São Simão Alto (3.509 MW), UHE Escondido (1.248 MW), UHE Hidrelétrica Binacional Bolívia-Brasil (3.000 MW). Como observa-se todos esses empreendimentos são acima de 1.000 MW, mas há outros projetos de menor potência (< 1.000 MW) importantes, como: UHE Santo Antonio do Jari (370 MW), UHE Colíder (300 MW) Sinop (400 MW) e UHE São Manoel (700 MW).

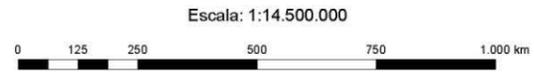
As bacias hidrográficas prioritárias de UHEs em operação e para a expansão no PDE 2021, territorializadas por tais projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira (QUADRO 02), são as dos seguintes rios: Branco, uma usina; Araguari, duas usinas; Jari, um empreendimento; Xingu, com um empreendimento; Tapajós, com dois empreendimentos; Madeira, dois empreendimentos (sendo uma UHE planejada binacional que não consta no PDE); Arapuanã, com uma usina; Teles Pires, com quatro empreendimentos; Juruena, com dois empreendimentos; e, Tocantins, com quatro usinas.

QUADRO 02: Bacias hidrográficas amazônicas prioritárias para construção e planejamento de UHEs

Bacia hidrográfica	UHEs		Potência (MW)
Rio Branco	01	Bem Querer	709
Rio Araguari	02	Cachoeira Caldeirão; Ferreira Gomes	469
Rio Jari	01	Santo Antonio do Jari	370
Rio Xingu	01	Belo Monte	11.233
Rio Tapajós	02	São Luiz do Tapajós; Jatobá	8.469
Rio Madeira	03	Jirau; Santo Antônio	6.900
Rio Aripuanã	01	Dardanelos	261
Rio Teles Pires	04	São Manoel; Teles Pires; Colíder; Sinop	3.220
Rio Juruena	02	São Simão Alto; Salto Augusto Baixo	4.970
Rio Tocantins	04	Estreito; Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado); São Salvador; Marabá	4.392
Total (MW)			40.948

Fonte: BRASIL – PDE 2021 (2011).

Org.: José Alves.



Escala: 1:14.500.000

ORGANIZADOR: José Alves

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000

FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM, PDE 2021 e PNLT 2010

NOVEMBRO/2013

Legenda

- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ■ Usina Concluída (4) ● Em Construção (6) ▲ Planejada ANEEL (15)
(Eixo Disponível ou Viabilidade Aprovado/Aceite/Registro) △ Planejada PDE 2021 (4) | <ul style="list-style-type: none"> ★ Capitais Estaduais — Rios Principais — Rodovias Principais | <ul style="list-style-type: none"> ▭ Amazônia Legal ▭ Bacia Amazônica ▭ Brasil Estados ▭ Outros Países |
|--|--|--|

MAPA 02
EXPANSÃO DE UHEs: PLANEJAMENTO HIDRELÉTRICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - CONTRATADA E EM CONSTRUÇÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2021



Portanto, são quase 41 mil MW de potência total para a expansão em diferentes estágios, ou seja, UHEs já em operação, sendo instaladas ou em planejamento. Dessas UHEs as duas do rio Tapajós (Jatobá e São Luiz do Tapajós) entram como estratégicas e de interesses público para o governo tendo em vista que depois do rio Xingu (com Belo Monte) o Tapajós é o rio com maior potencial de empreendimentos em Megawatts; em terceiro, mas já em fase de construção e operação parcial das UHEs, está o rio Madeira. Juruena, Tocantins e Teles Pires são outros rios em destaque, caracterizando assim em nosso ponto de vista territórios hidroenergéticos. Em outras palavras, além do Complexo Hidrelétrico Madeira (objeto de nossa investigação) com as UHEs de Jirau e Santo Antônio, no estado de Rondônia, há também outros complexos importantes na região amazônica, como: o Complexo Hidrelétrico do Tapajós (aproveitamentos Jatobá, Jamanxim, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos, Chocorão) no estado do Pará; o Complexo Hidrelétrico do Teles Pires (UHEs de Teles Pires, Sinop, Colíder, Foz do Apiacá e Magessi) no estado do Mato Grosso, e divisa com o Pará. Isso sem falar no mais importante projeto para a região, ou seja, o Complexo Hidrelétrico do Xingu, previsto inicialmente com cinco grandes reservatórios como Babaquara (Altamira) e Kararaô (Belo Monte) (FEARNSIDE, 2009).

Deste modo, o PDE 2021 tem um horizonte de implantação de 34 UHEs no período decenal, distribuídos em todas as regiões do País. Deste total, 15 são previstas inicialmente por já terem Licença Prévia (LP), em fase de implantação, o que representa 22.369 MW. As outras 19 UHEs planejadas correspondem a 19.672 MW, totalizando 42.040 MW da potência do parque nacional hidrelétrico brasileiro (PDE 2021). Do cenário em questão, como destacado até o momento, a região Amazônica é a que concentra a maior expansão, tanto em número de projetos quanto em relação à potência instalada, correspondendo a 86,5%. É com base nessa performance que a Amazônia tem sido carimbada como a "fronteira hidrelétrica do País", seja pelos projetos implantados, em construção, planejados, inventariados, mas também pelo potencial hidrelétrico ainda não explorado.

Das UHEs planejadas, os estados com maiores empreendimentos são o Mato Grosso, com 11 UHEs; Pará, com 7 UHEs; Rondônia, com 4 UHEs; e Amapá, com 3.

Por fim, outra meta do PDE 2021 é de permitir que os subsistemas regionais da Amazônia sejam interligados ao SIN.

Dados do PDE 2020 mostram perspectivas de ações governamentais para interligar os subsistemas isolados ao SIN, bem como as novas hidrelétricas e seus subsistemas dos quais passam a integrar e a constituir, como o caso da UHE de Belo Monte. O SIN divide-se em 5 regiões geoeletricas interligadas: Sul/Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste³¹.

Assim, sem levar em conta os atrasos das obras das UHEs em construção, a expectativa do Governo Federal era de que a partir de 2012 o Complexo Hidrelétrico Madeira já fosse inserido no SIN e, a partir de 2015, ocorresse a integração de outras UHEs da região Amazônica, permitindo a ampliação das interligações regionais³². Por exemplo, as instalações associadas à UHE de Belo Monte e às UHEs do Complexo Teles Pires, e a partir de 2017 a integração das UHEs do rio Tapajós. Já a UHE de Belo Monte constitui-se um subsistema por si, conectado ao subsistema Norte. As UHEs da Bacia Teles Pires, a perspectiva do PDE-2020 é de um novo subsistema interligado à região Sudeste/Centro-Oeste.

Como constatamos, a partir dos principais planos governamentais voltados para o setor de energia elétrica, a Amazônia está em pleno processo de reintegração, agora sob o *slogan* de nova fronteira hidroenergética nacional, constituindo-se assim uma região estratégica ao Governo Federal e ao grande capital nacional e internacional, para a territorialização de projetos hidrelétricos, tanto por grandes UHEs como empreendimentos menores de 1.000 MW.

Esse mecanismo de territorialização do capital, com planejamento e aportes vinculados ao Estado brasileiro, via modelo de

³¹ **Sul** (S) - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; **Sudeste - Centro-Oeste** (SE/CO) - Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia; **Norte** (N) - Pará, Tocantins e Maranhão; Amazonas e Amapá (a partir de 2012) e Roraima (a partir de 2014); **Norte** (N) - Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão; **Nordeste** (NE) - Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

³² A interligação dos estados do Acre e Rondônia ao subsistema da região SE/CO entrou em operação em 2009. Também no PDE 2020 foi planejada a entrada das UHEs de Santo Antônio e Jirau, a partir de 2012 (sem considerar os atrasos), com conexão na subestação coletor de Porto Velho, para atender prioritariamente o mercado local. A ligação se dará por corrente contínua de 700 kV entre Porto Velho (RO) e Araraquara (SP).

desenvolvimento do capitalismo nacional denominado de “Novo Desenvolvimentismo”, mostra-se voraz, insaciável e destrutivo, pois penaliza as populações e trabalhadores atingidos por tais obras, e beneficia os grandes conglomerados, empreiteiras representadas pelas construtoras, e os consórcios controladores da produção de energia.

Como demonstramos o bioma amazônico, via bacias hidrográficas que compõem o rio Amazonas e o Tocantins-Araguaia, são prioritários para essa expansão, tendo em vista seu potencial já em outorga, em uso e planejado, mas também inventariado.

Vale registrar a ação do Estado brasileiro e da burguesia em relação à Amazônia quanto aos interesses no que se refere à integração energética de países latino-americanos, como Peru, Bolívia e Guiana³³. O Peru, com potencial de 180 GW, aproximadamente, é um “alvo” para a construção de UHEs por empresas brasileiras (a exemplo de grandes construtoras e empreiteiras), inclusive com seis UHEs com capacidade de 7 mil MW, sendo a UHE de Inambari (2 mil MW), o estágio mais avançado (mas sem previsão de início da construção) por meio do Acordo Energético Bilateral Peru-Brasil. A Bolívia, com potencial estimado em 20,3 GW, tem perspectiva já planejada do projeto binacional de Cachoeira Esperança, com 800 MW; projeto binacional Brasil-Bolívia, com localização ao montante das UHEs de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, “com potencial de exportação de excedentes de geração para o Brasil”.

Assim, tanto no caso do Peru como da Bolívia, o PDE 2021 prevê que os estudos de inventários de empreendimentos hidroelétricos, além de priorizarem o atendimento à demanda local, visam “a possibilidade de exportação de energia excedente para o Brasil com a interligação dos sistemas elétricos se dando no estado de Rondônia” (BRASIL - PDE 2021, 2011, p. 67).

Portanto, o Complexo Hidrelétrico Madeira além da mercantilização do rio Madeira para a geração de energia hidrelétrica, atua também como ponto articulador de pilhagem dos recursos hidroenergéticos dos países vizinhos para o mercado brasileiro, bem como tem previsão de articular esses três territórios por meio de uma hidrovía naquela região fronteira, intensificando, assim, o processo

³³Na Guiana, com potencial aproximado de 8 GW, há estudos de inventário em andamento.

de pilhagem dos recursos naturais de populações indígenas e do vasto campesinato amazônico.

Assim, a estratégia do Governo brasileiro não é só de fazer a Amazônia nacional (Amazônia Legal) a nova fronteira energética - o que já foi tentado em décadas anteriores e não se avançou devido à crise do modelo do Nacional Desenvolvimentista - mas também articulá-la às possibilidades da Amazônia Sul-americana, como os projetos previstos na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a exemplo do Complexo Hidrelétrico Madeira.

CAPÍTULO 02

BRASIL: DO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA DO CAPITAL AO "NOVO
DESENVOLVIMENTISMO"

Este capítulo tem como objetivo compreender a atual inserção do Brasil no contexto da reestruturação produtiva do capital, bem como as ações dos governos nas duas últimas décadas que permitiram a reorganização do capitalismo brasileiro sob o chamado "Novo Desenvolvimentismo"³⁴.

2.1 Trabalho, crise do capital, reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho

Engels, em "Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem", afirma que o trabalho "é a condição básica e fundamental de toda a vida humana" (2004, p. 13)³⁵, pois é por meio deste que o homem se diferencia dos animais, se humaniza, estabelece relação de domínio e de transformação com a natureza e com os outros homens.

Marx (2010), por sua vez demonstra que o homem ao transformar a natureza, transforma a si mesmo enquanto elemento da própria natureza. Os elementos constitutivos dessa relação podem ser entendidos como o uso da natureza, transformada pelo trabalho, em coisas, meios e instrumentos que permitiram ao homem sobreviver ao longo dos tempos. Deste modo, o trabalho permite a relação dialética do homem com a natureza, pois o homem se constrói nesta relação que é ao mesmo tempo com sua natureza interna, bem como com a natureza externa e com os outros homens.

De fato os mecanismos empregados ao longo desse processo não foram imunes a muitas formas de dominação (como o trabalho escravo, servil), mas os mecanismos aplicados pelas mediações de controle do sistema metabólico do capital são singulares.

Nessa linha de raciocínio, Mészáros (2007) demonstra como o intercâmbio produtivo entre os seres humanos e destes com a natureza, em formas anteriores ao sistema de metabolismo social do capital, era orientado à produção para o uso, com um alto grau de

³⁴ O termo é empregado entre aspas, nesta tese, pois ao empregarmos sempre o faremos na perspectiva crítica de quem esse "Novo Desenvolvimentismo" beneficia, ou seja, a qual projeto de classe o mesmo serve.

³⁵ Escrito por Engels em 1876, conforme Antunes (2004).

“autossuficiência”. Entretanto, sob o sistema de mediações de segunda ordem³⁶,

O capital pôde emergir e triunfar sobre seus antecessores históricos como um sistema de controle sociometabólico pelo abandono de todas as considerações da necessidade humana vinculada às limitações dos valores de uso não-quantificáveis, sobrepondo-lhes - como pré-requisito absoluto de sua legitimação para se tornarem alvos aceitáveis de produção - os imperativos fetichistas do valor de troca quantificável e sempre expansivo. (MÉSZÁROS, 2007, p. 56, grifo no original).

Portanto, a ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também se constitui condição para a emancipação humana. Assim, sob o modo capitalista de produção, contraditoriamente, o trabalho é transformado em algo alheio ao processo de emancipação do homem, exterior a si mesmo. O trabalho estranhado, alienado, separa o ser humano da sua condição de sujeito na relação homem-natureza e homem-homem, o que se materializa historicamente no distanciamento engendrado pelo capital entre o homem e os meios de produção, consubstanciando-se na propriedade privada, bem como na relação de assalariamento pelo processo de dominação entre sujeitos.

Citando Marx, Alves (2009, p. 64) demonstra que o estranhamento explica a inversão da relação sujeito/objeto e do sujeito/sujeito a partir da “mutação” do objeto em coisa, ou seja, “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa [...]”. O trabalho é separado do homem, incorporado pelo capital, que volta na forma de dominação do próprio homem; trabalho concreto a trabalho abstrato: o produto (mercadoria) tende a dominar o produtor.

O trabalho estranhado é a base da vida social estranhada, mas vida social estranhada não se reduz à trabalho

³⁶ “As mediações de segunda ordem do capital - isto é, os meios de produção alienados e suas ‘personificações’: dinheiro; produção para troca, a diversidade de formação do Estado do capital sem seu contexto global; o mercado mundial - sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles” (apud ANTUNES, 2002, p. 17).

estranhado. O *trabalho* é a instância fundante (e fundamental) da reprodução social e da sociabilidade (enfim, da vida social). *Trabalho estranhado implica vida social estranhada*. [...] O *capital* é um sistema sociometabólico do estranhamento baseado no trabalho estranhado. A teoria do estranhamento pressupõe a teoria do trabalho estranhado, embora ela - a teoria do estranhamento - possa ser mais ampla do que este, pois ela trata de processos estranhados ligados à reprodução social, implicando assim o espaço da sociabilidade (ALVES, 2009, p. 67, grifo no original).

Ainda com base em Alves (2009), a propriedade privada, a divisão hierárquica do trabalho e o trabalho estranhado compõem o universo da teoria do estranhamento, base da teoria crítica do capital como sistema de controle do metabolismo social. O conteúdo material destas categorias é "constituído pelas relações sociais alienadas entre *sujeito/objeto* e *sujeito/sujeito*, elementos compositivos do *trabalho* como processo de trabalho, fundamento ontológico-estrutural da hominidade". Assim a teoria do estranhamento permite explicar as relações sociais (ou atividades) alienadas *sujeito/objeto-sujeito/sujeito* constitutivas da relação capital.

Diante do exposto, evidencia-se que o trabalho, ontologicamente, constitui-se em condição para o processo de humanização do ser humano. Mas essas condições passaram a ser subordinadas aos imperativos da acumulação do capital, ao seu processo de auto-reprodução calcado na extração de trabalho excedente não pago, em mais-valia, e na construção da segunda natureza.

Para Antunes (2008, p. 69), para o entendimento da dialética do trabalho, é importante destacar a distinção feita por Marx entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Portanto, de um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, intercâmbio metabólico entre homem e natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, condição que se efetiva o trabalho concreto, em sua dimensão qualitativa. Todavia, deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas o dispêndio de força humana produtiva (seja física ou intelectual) socialmente determinada, aparecendo a dimensão abstrata do trabalho - o trabalho abstrato. Tem-se, então, uma produção não mais voltada para a satisfação das necessidades básicas do ser humano, como no caso do trabalho concreto, mas constata-se "uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital", inclusive capital fictício. Portanto, tem-

se o trabalho na ordem do capital no qual o processo de trabalho constitui-se em desrealização do ser social que trabalha. Isso porque o "processo de alienação do trabalho (que Marx também denomina como estranhamento) não se efetiva apenas no resultado - a perda do objeto - mas abrange também o próprio ato de produção, que é o efeito da atividade produtiva já alienada". Deste modo, acrescenta o autor "sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega" (ANTUNES, 2008, p. 70). É importante ainda reconhecer que é por dentro desse processo que se constrói o processo revolucionário, de rebeldia e revolta do trabalho contra o capital.

Essa dimensão contraditória é importante para conseguirmos empenhar "sentido" ao trabalho nessa década de 2010, pois nas palavras de Antunes (2002), precisamos entender a nova morfologia ou polissemia do trabalho, pois mesmo com o intenso processo tecnológico o capital não pôde eliminar o trabalho vivo do processo das mercadorias. Mas se há uma crescente redução do trabalho vivo, concreto, em detrimento de sua substituição pelo trabalho morto, isso não significa a negação do trabalho no seio do capital, mas lança desafios para entendermos essa nova morfologia do trabalho no contexto da crise estrutural do capital.

A partir desse entendimento, compreende-se que o momento atual é marcado pela referência a uma série de crises que atingem a sociedade moderna: fala-se de crise econômica, social, ecológica, alimentícia, energética, de confiabilidade etc. De fato vive-se um complexo de processos desiguais e combinados, e para compreendê-los devemos ir à sua raiz, isto é, à crise "estrutural do metabolismo societal do capital" (MÉSZÁROS, 2009).

Encontramos em Mészáros leitura seminal, didática e crítica deste momento pelo qual passa a humanidade, que afeta sua totalidade e sua perspectiva de sobrevivência. O entendimento da crise instalada, longe de ser passageira é analisado pelo autor (2006, 2007, 2009) como estrutural, na qual o Estado e o sistema de monopólios passaram a exercer a função de reguladores das contradições do sistema do capital na sua variante imperialista. Entretanto, no projeto universalizador do capital este não consegue romper com as contradições intrínsecas à sua lógica, como o antagonismo entre capital e trabalho, "assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*" (MÉSZÁROS, 2007, p. 87, grifo no

original), bem como a dificuldade de constituir um Estado de comando do sistema do capital, visando superar os antagonismos entre Estados nacionais, pois na fase atual o imperialismo estadunidense que tenta se impor também coloca-se como fatal.

No prefácio do livro de Mészáros (2009) "A crise estrutural do capital", Antunes resume as contribuições do autor no tratamento crítico do tema, pois há décadas indicava que o sistema do capital³⁷, particularmente o capitalismo, após vivenciar a era dos ciclos, entrava em uma nova fase de crise estrutural. "Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradora, sistêmica e estrutural". As tentativas de controle deste sistema metabólico, quando priorizado somente parte do seu "tripé", como os mais arrojados sistemas estatais de controle e regulação do capital colocados em prática no século XX, a exemplo o keynesianismo, nas sociedades capitalistas marcadas pelo Estado de Bem-Estar Social, e o "tipo soviético", nas sociedades pós-capitalistas, não conseguiram o efeito esperado. "Em ambos os casos o ente político regulador fora desregulado, ao final de um longo período pelo próprio sistema sociometabólico do capital" (ANTUNES, 2009, p. 10-11).

Isso porque, conforme as teses de Mészáros, o sistema do capital como não tem limites à sua expansão, apresenta-se com caráter expansionista, incontrolável e essencialmente destrutivo. "*Expansionista* na busca crescente e desmedida de mais-valor, *destrutivo* na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema do capital torna-se, no limite, *incontrolável*" [e por isso irreformável] (ANTUNES, 2009, p. 11).

Portanto, a produção do capital se faz frente aos antagonismos destrutivos, ou seja, para se produzir destrói, aleija, mata, desterritorializa e impõe os mecanismos de mediação de segunda ordem sobre os de primeira ordem no metabolismo societal homem/sociedade - natureza. Em termos objetivos, é o que presenciamos com a produção de energia elétrica que se materializa no rio Madeira, com as UHEs do Complexo Hidrelétrico. Ao mercantilizar a água como recurso para a

³⁷ "O sistema sociometabólico do capital tem seu núcleo central formado pelo tripé *capital, trabalho assalariado e Estado*, três dimensões fundamentais e diretamente inter-relacionadas, o que impossibilita a superação do capital sem a eliminação do conjunto dos três elementos que compreendem esse sistema" (ANTUNES, 2009, p. 11).

produção da mercadoria energia, impõem-se a racionalidade do capital sobre os modos de vida e territorialidades preexistentes de camponeses, extrativistas, indígenas etc., que têm seus modos de vida atrelados ao ambiente do rio Madeira.

Portanto, o contexto de crise estrutural, e o Brasil imerso nesse processo, ficou mais latente após os processos protagonizados pelo capitalismo em meio às crises do petróleo, nas décadas de 1970 e 1990, bem como com as fissuras do regime de acumulação baseado no taylorismo-fordismo de regulação keynesiana e a imposição da fase de mundialização e financeirização do capital.

Antunes (2002) ao abordar as dimensões da crise estrutural do capital, enfoca que após o seu período "glorioso" de acumulação no apogeu do fordismo e da fase keynesiana os sinais fenomênicos da crise poderiam ser mapeados nos seguintes aspectos: a) queda na taxa de lucro do capital, devido, entre outros motivos, pelo aumento do preço da força de trabalho decorrente das conquistas laborais dos anos 1960; b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção devido à incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Por sua vez, isso já pode ser considerado como expressão do desemprego estrutural que se iniciava; c) hipertrofia do capital financeiro, na qual o capital fictício ganha relativa autonomia frente aos capitais produtivos - consequência da nova fase do processo de internacionalização; d) aumento da concentração de capitais devido às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; e) crise do Estado de Bem-Estar Social e dos seus mecanismos de funcionamento, como a redução do papel social do Estado; f) aumento das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, sob a roupagem neoliberal.

Como enfrentamento à crise constatou-se um processo de investida do capital via seu sistema ideológico e político de dominação, por intermédio das políticas neoliberais, em final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, postas em prática pelos EUA e Inglaterra, substanciada em escala internacional pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o GATT (atual OMC). Essa reorganização do capital ocorreu inicialmente nos países capitalistas centrais (OCDE - Organização para a Cooperação

e Desenvolvimento Econômico) e, posteriormente, passou a abranger outros países, denominados da periferia do sistema e/ou em desenvolvimento, fato que permitiu, de modo mais intenso, a internacionalização dos fluxos econômicos, que atrelados à revolução tecnológica coroou o processo de mundialização do capital no final do século XX.

Neste sentido, Mézáros (2007) demonstra que no contexto da crise estrutural o desemprego assume um caráter crônico, igualmente estrutural. O receituário neoliberal prega a flexibilidade, a intensificação da exploração do trabalho, o desmonte da organização sindical e dos direitos dos trabalhadores, que são bombardeados contínua e intensamente.

De tal modo, se no avanço do desenvolvimento tecnológico a extração da mais-valia relativa tornou-se cada vez mais ampliada, no contexto atual, da precarização do trabalho, observa-se a "tendência extremamente significativa e de longo alcance: a volta da *mais-valia absoluta* em um grau crescente nas sociedades de 'capitalismo avançado' durante as últimas décadas" (MÉSZÁROS, 2007, p. 152, grifo no original).

A problemática do desemprego, da terceirização, informalidade, dos sem direitos devido à precarização constitui-se, para o autor, um grande desafio para a esquerda, e para os comunistas em particular, uma vez que "atualmente, nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do 'trabalho temporário'³⁸" (MÉSZÁROS, 2006, p. 27). A análise do autor, no texto citado, privilegia os pontos apresentados nos próximos parágrafos.

Ao "drama" da "globalização do desemprego" e o enfrentamento por socialistas de vários países europeus, da América do Norte e do Sul, uma questão é a luta pela redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem a redução do salário. Diante dos dados apresentados pelo autor, constata-se que se em outro momento o desemprego foi um fato, na chamada periferia do capitalismo, neste início de século XXI, atinge Inglaterra, Itália, Espanha, Grécia, Portugal, Japão e os Estados Unidos. Isso sem falar em países de economia mais vulnerável como a Federação Russa, a Índia, a China (apesar do seu crescimento

³⁸ Este também entendido por alguns autores como precarização e emprego flexível - sentido deturpado.

estrondoso, durante anos e acima de 8% a.a.), o Brasil, o México, entre outros.

Portanto, afirma Mészáros (2006, p. 31): "Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante". Deste modo, evidencia-se a necessidade de produzir desemprego como imperativo do capital para diminuir custos, pela busca do lucro e da acumulação. Sem esse objetivo de auto-expansão o capital torna-se incapaz de controlar seu metabolismo social de reprodução, por mais irracional que isso possa parecer frente aos milhares de excluídos e marginalizados. Esse, pois, é, em essência, o conteúdo intrínseco do destrutivismo do capital.

Outro desafio posto ao trabalho, se o desemprego já não bastasse, vincula-se às questões da flexibilidade e da desregulamentação. Dois dos *slogans* apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, seja nos negócios, seja na política, camuflam as mais agressivas aspirações "antitrabalho" decorrentes das políticas neoliberais. Para o autor, flexibilidade significa um ataque ao trabalho frente a possibilidade de instauração de uma semana de trabalho de 35 horas; a desregulamentação dos direitos trabalhistas é vista como formas mais flexíveis de trabalho e podendo gerar novos empregos, o que é uma falácia³⁹. Tais processos são analisados por Mészáros (2006, p. 37) como sendo decorrentes da "equalização descendente das taxas de exploração diferenciais como tendência global de desenvolvimento do capital mundial". Assim sendo, quando o capital nacional total sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição no sistema global do capital, tenderá a forçar suas perdas, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho sob o seu controle. Isso, como visto, não se resume aos países subdesenvolvidos, ou ditos em desenvolvimento, mas também aos países desenvolvidos do centro do sistema, pois o que está em ação é "[...] uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de 'capitalismo avançado'" (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

³⁹ O autor supracitado cita o exemplo de países como o Japão, em que constata-se projeto de Lei para o aumento da jornada de trabalho de 9 para 10 horas diárias e a semana de 48 para 52 horas, isso sem falar na flexibilidade do chamado banco de horas, e na possibilidade das empresas usarem as horas semanais dos trabalhadores de acordo com suas demandas de mercado.

Merece destaque frente à reestruturação produtiva, a intensificação do trabalho em formas perversas de extrair mais trabalho na sociedade contemporânea. Sobre o tema Rosso (2008, p. 21) define intensidade do trabalho como "os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho é: "o que pode ser constatado pelo aumento do ritmo e velocidade da realização das atividades, pela cobrança de resultados, polivalência, versatilidade e flexibilidade, bem como acumulação de tarefas e alongamento da jornada. Formas consideradas flexíveis pelo método toyotista - tanto pela automação, pelo trabalho polivalente, produção enxuta, produção a tempo justo, sistema *kanban*, Círculo de Controle de Qualidade, Gestão da Qualidade Total, equipes de produção - ultrapassam o território japonês e são inseridas em outros ramos para além da indústria automobilística, embora seja nesta a forma mais acabada de verificar tais processos de organização do trabalho e da produção. Embora isso não signifique a eliminação ou superação de formas fordistas de organização do trabalho - toyotismo sistêmico e combinado" (ALVES, 2009).

Para Rosso (2008), o trabalho neste início de século XXI apresenta características diferenciadas de outros momentos, sendo, pois, uma delas o fato de que o emprego está cada vez mais concentrado em atividades de serviços, bem como a dimensão da exploração dos componentes intelectual e emocional dos trabalhadores em relação aos seus componentes de força física. Assim, Rosso (2008, p. 39) defende que "estaria em curso uma transição do trabalho de suas componentes manual e física para o trabalho em que prevalece a componente intelectual, emocional e relacional".

Se tais elementos e transformações são importantes, como ressalta Rosso (2008), também não se pode desconsiderar, como veremos ao longo deste trabalho, que com o "Novo Desenvolvimentismo" houve significativa criação de empregos que levam em conta o trabalho material, a exemplo do setor da construção civil, no qual a exploração

da força física e da sua subjetividade levam à superexploração, via a intensidade⁴⁰ dessa força de trabalho.

Com a inserção do Brasil na nova divisão territorial do trabalho, fruto do processo de reestruturação produtiva do capital, o tema da intensificação do trabalho passa a ser foco de análise dos autores, bem como a precarização decorrente não só da intensificação, mas da desregulamentação, perdas de direitos, redução salarial e perda da qualidade do trabalho, o aumento da informalidade, etc., como podemos observar nas pesquisas realizadas no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), como as de Thomaz Júnior (2009), Souza (2011) e Perpétua (2012).

Para o mundo do trabalho o estágio atual do capital gerou consequências significativas, tanto no plano objetivo como na subjetividade (ALVES, 2011). Verificou-se uma redução da força de trabalho, um ataque aos direitos trabalhistas obtidos em período anterior, terceirização nos espaços produtivos, a polivalência da mão de obra, redução de salários. Nas palavras de Alves (2005, p. 350) foi possível verificar um novo (e precário) mundo do trabalho que o capital ao reorganizar as formas de gestão, gerou também uma desfragmentação do trabalho, fragilizando sua organização, sendo que o principal efeito deu-se na forma de sindicato, por isso conclui o autor:

Foi no decorrer dos anos [19]90 que se constituiu a série de elementos que caracterizou a crise do sindicalismo. O seu principal sintoma é o desenvolvimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que assinalam uma rendição ideológica (e política) à lógica do capital no campo da produção. (ALVES, 2005, p. 350).

Antunes (2010, p. 23) também defende uma visão crítica de que diante da crise estrutural do capital há “tantos elementos de

⁴⁰ “A categoria intensidade é crucial para a teoria do valor trabalho. Ela assinala a passagem da mais-valia absoluta, ou grandeza extensiva de trabalho, para a mais-valia relativa, ou grandeza intensiva. A intensidade indica um salto fundamental na produção do valor. A *noção de mais-valia absoluta é empregada para analisar a produção extra de valor mediante alongamento da jornada e efeitos similares*. Já a *noção de mais-valia relativa é utilizada para produção de mais valores mediante intensificação e efeitos similares*. *Distintas formas de intensificação são hodiernamente identificáveis*, o que permite estabelecer mais-valia de tipo I, II, III e semelhantes, inclusive quando se trata do trabalho intelectual” (ROSSO, 2008, p. 54, grifo nosso).

continuidade com o padrão produtivo anterior [taylorista-fordista] quanto também elementos de *descontinuidade*, mas *retendo o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e de seus pilares fundamentais*. [...]”. Assim, o autor realiza em sua obra (2002 - Os sentidos do trabalho...) uma crítica radical às teses sobre o fim do trabalho, e fundamenta sua análise e reflexão na linha de que “as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (grifo no original).

Portanto, ao abordar as mutações no mundo do trabalho e os rebatimentos sobre a classe trabalhadora, o autor recorre às transformações da relação capital X trabalho sobre o trabalho produtivo e improdutivo e como isso interfere nos sujeitos constituintes da classe trabalhadora na contemporaneidade.

A forma flexibilizada de acumulação capitalista teve consequências imensas sobre o mundo do trabalho, afirma, pois “a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais”, já que em alguns setores teve-se uma intelectualização do trabalho, mas em outros setores houve uma desqualificação e precarização como, por exemplo, na indústria automobilística, além da redução de outros ramos. Houve, conseqüentemente, a criação do “trabalhador polivalente e multifuncional” da era informacional, mas há de outro lado “uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando a forma *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural” (ANTUNES, 2010, p. 24).

Essa contestação leva o autor a refletir conceitualmente sobre os sujeitos que fazem parte da “classe trabalhadora hoje [que] inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos*”. Mas ela não se restringe ao “trabalho manual direto”, já que incorpora a “totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado”. Destaca como papel central no interior da classe trabalhadora o trabalhador produtivo, aquele que produz diretamente mais-valia e que participa diretamente na valorização do capital, sendo o proletariado industrial seu núcleo principal. Além disso, vai além ao afirmar que a “classe

trabalhadora” engloba também os “trabalhadores improdutivos”⁴¹, a exemplo das formas de trabalho usadas como serviços (tanto para o uso público como para o capitalista), “e que não se constituem enquanto elemento diretamente produtivo, enquanto elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia”.

Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo é assalariado* e nem todo *trabalhador assalariado é produtivo*, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo *ampliada*, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Isso não elide o papel de *centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo*, criador de valores de troca, do *proletariado industrial moderno* no conjunto da *classe que vive do trabalho*, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas, como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, esta *noção ampliada* nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (ANTUNES, 2010, p. 25, grifo no original).

Esta noção de “classe trabalhadora ampliada”, inclui todos aqueles sujeitos que “vendem sua força de trabalho em troca de salário”, incorporando tanto o proletariado industrial, assalariados do setor de serviços, proletário rural, como o “proletariado precarizado”, o “subproletariado moderno”, os trabalhadores “assalariados” da chamada “economia informal”, por serem muitas vezes subordinados ao capital, bem como os trabalhadores desempregados.

As transformações da reestruturação produtiva do capital geraram mutações decorrentes de sua crise estrutural que criaram

[...] uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores

⁴¹ Citando Marx, demonstra que os trabalhadores improdutivos são aqueles em que o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. Assim, “o *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque* de assalariados que não criam diretamente valor. São aqueles que se constituem em trabalhadores não produtivos, geradores de antivalor no processo de trabalho capitalista, mas que são necessários para a sobrevivência do sistema” (ANTUNES, 2010, p. 24-25).

na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2010, p. 27).

Defensor da tese das formas contemporâneas da centralidade do trabalho, Antunes demonstra que as teses que propagam a crise da sociedade do trabalho devem qualificar a dimensão do que se está tratando, pois questiona-se se é uma “crise da sociedade do trabalho *abstrato* ou se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 2010, p. 29). Portanto, afirma que é preciso ponderar, pois embora possa se considerar uma redução quantitativa no mundo produtivo, “o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca”. Isso porque a redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor quando se considera a totalidade do trabalho, do trabalho coletivo como expressão das múltiplas atividades combinadas. Sobre a crise da sociedade do trabalho *abstrato* destaca uma diferenciação entre a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pois a diferenciação entre trabalho concreto e trabalho *abstrato* permite compreender uma dupla dimensão desse processo. Assim, discorda da extinção do trabalho concreto, enquanto criador de coisas úteis, de valores de uso, formas de intercâmbio entre o ser social e a natureza.

Em “Adeus ao trabalho?”, Antunes (2008) reflete sobre a precarização estrutural do trabalho em escala global e seus rebatimentos no Brasil, e na morfologia da classe trabalhadora, apurando assim os “sentidos do trabalho no momento atual⁴²”. Nova morfologia, afirma o autor, que abrange o operariado industrial e rural clássico, assalariados de serviços, novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam cada vez mais, bem como do trabalho escravo no campo e agronegócio. Acrescentaremos a esse universo a tentativa de compreender a morfologia do trabalho vinculado às grandes obras civis de geração de energia hidrelétrica no século XXI, trabalhadores, homens e mulheres,

⁴² O autor refere-se à segunda metade dos anos 1990.

na maioria migrantes em busca de trabalho que se submetem às mais bárbaras condições de labor nesse ramo de atividade.

Nosso foco é, pois, o construto dos rebatimentos da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996 e 2009) e da sua crise estrutural sobre o mundo do trabalho no Brasil. Com a reestruturação produtiva no universo industrial e de serviços houve modificações tanto no plano da chamada organização sócio-técnica da produção e do trabalho, como nos processos de reterritorialização e desterritorialização da produção e da força de trabalho. Assim, com a reestruturação produtiva do capital as mudanças e rebatimentos sobre o mundo do trabalho não se restringem ao mundo da planta fabril moderna, atrelada aos setores "modernos" da economia e dos serviços, sejam eles privados ou públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicação, previdência também sofreram intenso processo de reestruturação.

2.1.1 Reestruturação produtiva e a degradação do trabalho no setor da indústria da produção de energia hidrelétrica: mediações para uma contribuição à Geografia do trabalho

Portanto, o desafio posto é entender e analisar como na construção civil pesada, no setor barrageiro, a exploração dos trabalhadores barrageiros ganha, (se ganha?), novas dimensões de precarização e degradação, tendo em vista que nesse setor esses "tributos" sempre existiram.

Diante disso, a hipótese que apresentamos é de que além dos mecanismos arcaicos de exploração desses trabalhadores (tanto de modo formal como informal), chegando ao uso do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, há uma imbricação da forma de exploração e degradação que também são acrescidas dos mecanismos mais atuais de extração de sobretrabalho no setor da construção da indústria de produção de energia hidrelétrica. Assim, verificaríamos: as metas de produção e as células de produção do trabalho materializadas nas equipes; na intensificação e extensão da jornada de trabalho por meio das horas extras; nas formas objetivas e subjetivas de controle desses trabalhadores colocando-os como "colaboradores" nas demandas da construção civil; a reestruturação dos processos de trabalho via

sistema de montagem, etc. Portanto, podemos pensar em formas de extração, tanto do sobretrabalho via mais-valia absoluta, pela extensão da jornada de trabalho, quanto pela mais-valia relativa, pelas formas materiais e subjetivas de exploração e superexploração do trabalho intensificado. Essa é uma hipótese importante para a reflexão no decorrer desta tese.

Nos estudos geográficos se constata a importância da categoria trabalho, como nas reflexões de Thomaz Júnior. Assim, no texto "Por uma Geografia do Trabalho (reflexões preliminares)", Thomaz Júnior (2002 e 2009a) desafia-nos ao estudo das categorias-chave para compreendermos as relações dialéticas entre o mundo do trabalho e a espacialidade humana sob o metabolismo social do capital. Entender como tais relações se particularizam no recorte territorial de nossa pesquisa é, ao mesmo tempo, um desafio e um projeto político para perceber as amarras da dominação, controle social e estranhamento do trabalho, ou seja, dos sujeitos que vivem do trabalho.

Se o trabalho estranhado dificulta o processo de consciência das relações contraditórias entre homem/natureza/sociedade, fato fundamental para se colocar no debate da crise ambiental, das mediações do trabalho com a natureza no sistema do capital, consideramos que a problemática energética (no caso em análise hidroenergética) é uma forma de externalização desta crise, uma expressão fenomênica tanto da crise estrutural do capital, como de modo particular, da imposição de uma lógica metabólica com a natureza vista de forma dicotômica. Portanto, no "Novo Desenvolvimentismo" isso ganha materialidade, em especial com a mercantilização da natureza, via recurso água, posta em prática para a geração hidroenergética quando a Amazônia se concretiza como a nova fronteira hidroenergética.

Assim, como podemos ao eleger o sujeito que vive do trabalho, sujeitos da classe trabalhadora, como foco de nossas pesquisas, desvendar mediações que estão ocultas quando vistas de modo generalizado em grandes obras de produção de energia hidrelétrica?

Então, o contato com autores da sociologia do trabalho, como visto anteriormente, permite-nos constatar que a definição dos sujeitos da "classe trabalhadora" se restringe aos assalariados ou outras formas de emprego que estão diretamente vinculados à produção de valor.

A conceituação oferecida por Alves (2009) em respeito à condição de proletariedade⁴³, mostra tais perspectivas, ainda que seja mais abrangente e não restrita ao trabalho do proletário fabril, industrial.

Antunes também amplia o debate da classe trabalhadora não restringindo-a ao proletariado industrial, mas sua propositura de uma nova morfologia da classe trabalhadora, da classe-que-vive-do-trabalho (da venda do trabalho), que permite-nos avançar no entendimento das formas de precarização e degradação do trabalho em setores como o da indústria da produção de energia hidrelétrica, onde temos trabalhadores que em certos momentos podem ser barrageiros, em outros camponeses em sua localidade de origem, ou exercer funções como trabalho temporário em atividades agrícolas, urbanas etc.

Assim, o diálogo com essas perspectivas da nova morfologia da classe trabalhadora e da condição de proletariedade torna-se fundamental.

Para tanto o conceito de classe trabalhadora defendido por Thomaz Júnior (2009a), que se fundamenta e dialoga com os autores citados, permite-nos essa aproximação com o nosso objeto de estudo, ao inserir assalariados, ou não, ao sistema do capital. Assim, ao sugerir o conceito de plasticidade do trabalho, propõe desvendar as formas de estranhamento, de dominação, de controle do trabalho e da subjetividade dos trabalhadores, assalariados ou não, como camponeses, ribeirinhos, extrativistas etc.; sujeitos que compõem a classe trabalhadora e inserem-se no sistema do capital a partir de suas particularidades regionais e territoriais.

Thomaz Júnior (2009a) apresenta reflexões importantes sobre a temática do trabalho quando toma como ponto central o questionamento

⁴³ "Portanto, a *condição de proletariedade* propriamente dita surge com o *trabalho estranhado capitalista*. Ela emerge com a modernidade do capital, tornando-se condição universal das *individualidades de classe* despossuídas da propriedade dos meios de produção da vida social. A condição de proletariedade se caracteriza, portanto, pelos elementos compositivos da *relação-capital* no plano das individualidades alienadas ou 'trabalhadores livres'. Homens e mulheres imersos na *condição de proletariedade* são individualidades sociais que não possuem a *propriedade* - e em geral a *posse* (e portanto, o controle) das *condições de produção da vida social*. É a partir desta condição sócio-estrutural que podemos derivar as múltiplas atribuições existenciais da proletariedade moderna ou condição de proletariedade" (ALVES, 2009, p. 78-79, grifos no original. Sublinhado nosso).

de quem são os sujeitos, homens e mulheres, capazes no século XXI de transformar/emancipar a sociedade e imprimir um projeto histórico para além do capital. Ou seja, quais são os sujeitos pertencentes à classe trabalhadora que apresenta potencial revolucionário nessa fase de crise estrutural do capital? Em um processo intenso de fragmentação da classe trabalhadora pelo capital, por meio de sua lógica metabólica, como tais sujeitos mantêm um processo de coesão de classe, será via partidos políticos, movimentos sociais, as igrejas, ONGs etc., questiona-se o autor.

Para tanto, pensar o movimento metabólico do capital e os processos contraditórios e de resistência à sua práxis, não é possível

sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese a sociedade geograficamente posta, em cujas bases o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar as relações de propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade pela base (THOMAZ JÚNIOR, 2009a, p. 34).

É neste quadro teórico-metodológico mais amplo que o entendimento da (des)realização, fragmentação do trabalho em categorias, corporações, via divisão técnica, territorial e hierárquica do trabalho, como organizações em sindicatos, associações, movimentos sociais etc., reduz sua força de enfrentamento perante o capital. Portanto, neste momento de crise estrutural do capital e dos seus mecanismos de exploração do trabalho, faz com que haja a plasticidade do trabalho, da identidade territorial do trabalho com redefinições de profissões, habilitações, especializações, o que atinge diretamente o labor. São essas, pois, "as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho na perspectiva de classe" (THOMAZ JÚNIOR, 2009a, p. 41), e podemos acrescentar no objeto de nossa investigação.

Um desafio importante, então, seria o entendimento dos vínculos entre a fragmentação do trabalho e (re)divisão técnica, que ultrapassa a espacialidade campo e cidade, bem como a "escala da identidade/subjetividade de cada experiência laboral", o que permite colocar em questionamento os referenciais fragmentados de representação política (como sindicatos/categorias, associações,

cooperativas, movimentos sociais), e também na própria forma de analisá-los via estudos científicos.

Em suma, a partir da compreensão dos sentidos do embate dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, pode-se constatar o desvendamento dos embates presentes no processo de organização espacial da sociedade e nas disputas territoriais existentes nesses universos multiescalares, como nos mostra Thomaz Júnior (2009) a exemplo da dinâmica do agrohidronegócio em diferentes biomas brasileiros.

Assim, a ação do Estado no fortalecimento dos agrocombustíveis, na instalação de projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia, o pacto com o grande capital nacional e internacional, bem como com as grandes construtoras e empreiteiras, os grandes projetos de infraestrutura e de integração regional (IIRSA e PAC), nos chama ao debate da problemática, não somente da monopolização de terra e riqueza, mas também para o monopólio e mercantilização da água em prol do processo de acumulação do capital.

É neste ponto que nossas preocupações se põem para entender o atual contexto de inserção da Amazônia na dinâmica de acumulação do capital (nacional e internacional) como a nova fronteira hidroenergética nacional, respaldada pela atuação do Estado, em especial pelas políticas públicas específicas para o setor elétrico nacional, a partir do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, via PAC. É nesse ambiente que se tornam recorrentes e complexas tramas de relações que se materializam nas formas degradantes do trabalho nas grandes obras de produção de energia hidrelétrica.

Portanto, precarização, terceirização, intensificação da jornada e do processo de trabalho, desemprego, controle social (objetivo e subjetivo) são aspectos a serem considerados. Sem contar que para desvendarmos os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora frente às investidas do capital nacional e internacional, por meio das grandes obras de produção de energia na Amazônia, é condição primordial a análise das formas de resistência diante da intensa exploração do trabalho, da lapidação e privatização/mercantilização dos recursos naturais essenciais à vida emancipada do metabolismo social do capital, de um projeto para o Brasil com uma vida com mais sentido.

Por isso, pode-se pensar uma leitura geográfica da dinâmica territorial do capital e do trabalho em grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia tendo como cenário os imperativos destrutivos do capital, a degradação do trabalho e monopolização da natureza, por intermédio da lapidação e mercantilização dos recursos naturais, sendo a terra e a água elementos de controle, via outorgas para esses grandes empreendimentos.

Poderíamos identificar, assim, o Complexo Hidrelétrico Madeira (CHM) como a ponta de lança de uma estratégia duradoura de inserção da Amazônia no "novo ambiente" das demandas de energia elétrica para o grande capital, tendo como base o Estado nacional, via recursos públicos, o fomentador desse processo. É necessário, sim, caracterizar e identificar alguns aspectos importantes que envolvem a implantação desses grandes projetos e seus impactos sociais, ambientais, territoriais, mas sobretudo, sobre o trabalho.

Antes, porém, analisaremos a inserção do Brasil nos processos de reestruturação e reorganização produtiva do capital, a partir do chamado "Novo Desenvolvimentismo". Feito isso, no próximo capítulo avançaremos com a ação do Estado, via governo federal, com o Projeto de Aceleração do Crescimento para a implementação de grandes projetos de infraestrutura no território. Em seguida, teremos elementos importantes para as mediações que se veem construindo da Amazônia como nova fronteira hidroenergética, e seus rebatimentos territoriais para o trabalho nessas obras, como as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

2.2 O Brasil no contexto do "Novo Desenvolvimentismo": da reestruturação produtiva à reorganização do capital - a construção de um projeto de desenvolvimento?

De modo sumário, podemos dizer que a última década do século XX e a primeira do século XXI constituíram-se de intensos processos de reestruturação econômica e política, envolvendo a sociedade e o território nacional, o que comumente é definido pela bibliografia especializada como sendo a fase neoliberal, e com os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de uma "ruptura" para o chamado "Neodesenvolvimentismo / Novo Desenvolvimentismo".

O debate é caloroso e complexo; para compreendê-lo, iniciaremos com uma caracterização do conceito de "Novo

Desenvolvimentismo”, para posteriormente, identificarmos os pilares dessa formulação, bem como a reorganização do capital no território nacional. Na sequência, no próximo capítulo, pretendemos estabelecer as relações entre a reorganização do capital articulada pelo Estado, via governos Lula e da presidenta Dilma Rousseff, e as políticas territoriais de infraestrutura, via PAC.

2.2.1 O “Novo Desenvolvimentismo”: conceito e historicidade

Os impactos da reestruturação produtiva do capital na sociedade brasileira, assim como nas economias dependentes da América Latina, permitiram aos Estados e burguesias nacionais criarem mecanismos diferenciados para enfrentarem as crises desencadeadas após a década de 1970.

No caso brasileiro, observa-se instabilidades de várias ordens decorrentes da crise da dívida externa e da inflação acelerada, bem como o conflituoso processo de abertura política com a redemocratização do País após a longa fase de regimes militares autoritários, sendo a Constituição de 1988 uma conquista importante de tais processos.

É no contexto, pós 1985, que se abrem mecanismos para a reestruturação política e econômica, e o caminho trilhado pela burguesia e o Estado-nação foi seguir a “cartilha” do centro do sistema capitalista, ou seja, manter o receituário neoliberal imposto pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aprofundado com o Consenso de *Washington*.

A sucessão dos Presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), identifica um período da história contemporânea com importantes repercussões para a luta de classes e os anseios emancipatórios da classe trabalhadora. Compreendê-lo não é uma tarefa fácil, mas sem a qual não podemos entender as mediações com a totalidade do objeto de investigação, ou seja, os intensos processos de precarização e degradação do trabalho a partir da política de fortalecimento do setor energético nacional, na Amazônia, atrelado aos investimentos em infraestrutura para fomentar o desenvolvimento/crescimento nacional.

Portanto, entender as formas como o Estado atua em políticas públicas territoriais de infraestrutura e de controle dos recursos naturais - como a água para a produção de energia hidrelétrica - em prol da burguesia nacional e internacional, na temporalidade dos governos presidenciais Lula e Dilma, em especial, nos leva à análise cuidadosa e crítica de qual projeto de classe o chamado "Novo Desenvolvimentismo" se propõe.

Para isso, os direcionamentos na economia e na política foram desencadeados por mecanismos complexos, desde os governos Collor e FHC, mas em especial com Lula e Dilma Rousseff. Assim, a singularidade da pesquisa necessita ser situada à luz da totalidade de processos conjunturais e estruturais de desenvolvimento adotados desde a década de 1990. E, portanto, para não cairmos na tentação de uma crítica antecipada de que os governos Lula e Dilma seriam uma continuidade das políticas neoliberais de FHC e seu antecessor, necessário se faz decodificar as tramas das mediações expressas na relação capital-trabalho no período em questão.

Tomaremos o conceito de "Novo Desenvolvimentismo", empregado pelos apologistas desses governos, como partida para avaliar o momento recente da sociedade brasileira e verificar se o mesmo nos permite dialogar com o nosso objeto de investigação. Portanto, reiteramos que seu emprego não é a adoção do mesmo pura e simplesmente. O exercício de entendimento do conceito não significa que pretendemos adentrar na discussão das escolas econômicas, mas sim de tratá-lo em sua historicidade e contradições.

Ainda sobre essas considerações, os sufixos "nacional", "neo", "social", "novo" não significam que as estratégias de desenvolvimento iniciadas, especialmente, com a Revolução de 1930, da Era Vargas, e recorrente (em linhas gerais) até a década de 1980, sejam simplesmente transpostas para a década de 2000, sem levar em conta sua historicidade. São momentos históricos diferenciados, se comparado ao período do capital monopolista da metade do século XX com o da internacionalização da economia na fase da mundialização do capital, da década de 1990, no qual o País está mergulhado.

Devemos levar em conta as contradições e antagonismos de classes em cada momento como elemento basilar, e para tanto, tomaremos

como respaldo a discussão sobre “pacto de poder e de dominação” de classe entre burguesia e Estado em tais momentos.

Se tomarmos como referência o Nacional Desenvolvimentismo, de modo geral, sua origem está atrelada à transição do modelo econômico centrado nas exportações de produtos primários, ou agroexportador. Com a crise econômica mundial de 1929 (*crash* da bolsa de Nova York) e o processo de revolução da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, tem-se o Estado como o principal sujeito impulsionador do desenvolvimento capitalista nacional, com base na chamada industrialização de substituição de importações.

É nesse contexto que ocorreu “a articulação de um novo bloco de poder, com uma aliança entre Estado e uma burguesia nacional emergente, sem, contudo, romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários” (CASTELO, 2012, p. 618).

Para Bresser-Pereira (2012, p. 106) com a Revolução de 1930 e, a partir dela, surgirá o “primeiro pacto político voltado para o desenvolvimentismo” - o que denomina de “Pacto Nacional-Popular de 1930 (1930-1959)”. Esse pacto é entendido pelo autor como sendo um pacto autoritário e industrializante, que poderia também ser chamado de nacional, porque envolveu a burguesia comprometida com a industrialização, e também um “pacto popular”, já que envolveu as “classes populares”⁴⁴.

Nessa fase há a ação do Estado como fomentador da industrialização via substituição de importação, como uma estratégia nacional de desenvolvimento, com forte ação também na construção do próprio Estado e dos mecanismos de regulação das relações de trabalho, os quais se vinculariam com a indústria em ascensão. Bresser-Pereira (2012) afirma que o Brasil, nesse momento, estava realizando “sua revolução nacional e industrial”, sua “revolução capitalista e construindo seu Estado-nação”.

⁴⁴ “Vargas logrou unir em um pacto informal diversas classes e setores sociais: a burguesia industrial nascente, a burocracia pública moderna que também estava dando seus primeiros passos, a classe trabalhadora urbana, intelectuais nacionalistas e de esquerda, e setores da velha oligarquia: os setores ‘substituidores de importações’ (que não produziam para a exportação) como eram o dos criadores de gado (do qual Vargas fazia parte) do Sul e do Nordeste. Na oposição ficavam a oligarquia agrário-exportadora e os interesses estrangeiros” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 106-107).

O ciclo de desenvolvimento brasileiro iniciado na década de 1930 abriu mecanismos de construção de um Estado forte, com ações efetivas na economia, na temática trabalhista, via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e na própria organização do território nacional. Os processos de fortalecimento da indústria nacional ganham novo fôlego com as políticas do período do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), em especial com o Plano de Metas e uma industrialização acelerada, com base no lema "50 anos em 5".

A estratégia nacional de desenvolvimentismo das décadas de 1940, 1950 e 1960 fundamentaram o desenvolvimento nacional. Mas com JK, atrelado à forte expansão do capital internacional, via empresas multinacionais, há uma abertura para este capital imperialista, que passou a participar do acelerado capitalismo industrial brasileiro.

Segundo Castelo (2012), a aliança com o capital imperialista para setores mais dinâmicos da economia, como as multinacionais que investiram nos setores de bens de consumo duráveis, permitiram, junto a outros fatores, como o aprofundamento da implementação do capital financeiro, o auge do desenvolvimentismo (Nacional-desenvolvimentismo) no período de 1950-1960. Portanto, com JK houve a fusão de um "novo bloco de poder" no país baseado no tripé burguesia internacional, burguesia nacional e Estado.

Com o golpe de Estado, em 1964, e a tomada do poder pelos governos militares, a industrialização, a modernização conservadora da agricultura e a integração nacional se consolidaram, e o período dos anos de 1930 a 1980 demonstra ações significativas do Estado-nação para que o capitalismo tivesse um forte desenvolvimento econômico (via industrialização, urbanização e integração nacional). Todavia, com a grande maioria da população brasileira excluída desses processos e sem gozar dos avanços conquistados, ou seja, questiona-se se também houve um desenvolvimento, ou a demora em "dividir o bolo" com toda a sociedade, para usarmos a famosa expressão de Delfim Netto.

Assim, com os 21 anos de ditadura o Nacional Desenvolvimentismo tomou novos rumos. "O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora" (CASTELO, 2012, p. 620-21).

Para Gonçalves (2013a), apesar dos avanços na “Era Desenvolvimentista” (1930-1980) - avanço da modernização, formação de uma economia industrial moderna e constituição de um mercado interno relativamente grande etc. - houve retrocessos, como os regimes políticos ditatoriais, o modelo de substituição de importações foi marcado pelo protecionismo, e principalmente, o bolo não foi dividido, pois não ocorreram as reformas estruturais relacionadas à distribuição de riqueza e renda, mas “ao final desse período, o país tinha uma das mais elevadas concentrações de riqueza e renda do mundo” (GONÇALVES, 2013a, p. 48).

Mas a ação dos militares e o pacto de poder articulado, chamado por Bresser-Pereira (2012, p. 108) de Pacto Autoritário-Modernizante, de 1964, não realizaram as reformas estruturais⁴⁵ que poderiam levar o país ao desenvolvimento, ou seja, ter passado de fato por uma revolução industrial-burguesa, como ocorrido em países do centro do sistema capitalista. Reformas estas que não aconteceram, como a agrária e maior participação dos trabalhadores e movimentos sociais no direcionamento do aclamado desenvolvimento.

Portanto, o subdesenvolvimento que poderia ser atacado e superado nessa fase não ocorreu, pois a burguesia nacional não compartilhou um projeto com as classes subordinadas/trabalhadora. O golpe militar fechou ainda mais a possibilidade de um projeto emancipador, com reforma agrária e liquidação da alta exploração dos trabalhadores decorrentes do custo rebaixado da força de trabalho.

Tavares (2010) aborda essa questão ao analisar o pacto de dominação no Brasil no período de 1930 a 1980, que não permitiu a constituição de uma sociedade democrática, de fato. A explicação para tal questão é obtida pelo entendimento do “pacto de dominação” em uma sociedade de capitalismo periférico como a brasileira. Argumenta a importância fundamental das dimensões econômicas e políticas da ocupação, e o domínio privado e político do território. Dessas duas

⁴⁵ Conforme Castelo (2012, p. 622), “as reformas da revolução democrático-burguesa tocariam em elementos estruturais do subdesenvolvimento, tendo como base social organizações da classe trabalhadora coligadas com setores progressistas da intelectualidade e com uma burguesia nacional, sob bênção de um pacto social orquestrado e sancionado pelo Estado. Esta aposta desenvolvimentista para a ruptura com o atraso foi abortada pelo golpe de 1964”.

instâncias da sociedade, o aspecto da dimensão econômica mais importante para o processo de acumulação do capital seria:

[...] **a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do agrobusiness e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira.** Assim, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os 'donos da terra' indispensáveis ao pacto de dominação nacional. (TAVARES, 2010, p. 136, grifo nosso).

Portanto, evidencia-se assim a importância da apropriação do território via monopolização política, jurídica e econômica do Estado. Como estamos falando de um Estado capitalista, a apropriação territorial do espaço se dá com fins de mercantilização, embora se faça com a roupagem ideológica de uma riqueza, recurso natural, pertencente a toda à sociedade, sob controle da Nação, via Estado.

Assim, quando discutimos no capítulo anterior a ação dos governos militares para a integração e apropriação da Amazônia à sociedade nacional, à Nação, evidenciou-se o papel da apropriação territorial dos recursos terra, subsolo, florestas, que sob o monopólio e controle efetivo do Estado brasileiro ganhou na esfera jurídica e, portanto, política, fins de mercantilização como com os grandes projetos de colonização, os Polos de Desenvolvimento etc. Evidenciou-se também naquele momento que no discurso de integrar para não entregar, o Estado burguês elaborou todo um marco regulatório de concessão e/ou mercantilização de tais recursos para os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais se apropriarem dos recursos naturais estratégicos naquele momento histórico, como a terra enquanto fronteira para a expansão da soja, do gado, da extração da madeira, mas também das concessões para a exploração dos recursos minerais no subsolo amazônico.

Em suma, em cada momento histórico o Estado atua na mediação dos pactos de dominação de classe, para a apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores que é apropriada, dentro dos marcos regulatórios e jurídicos, em benefício daqueles setores ou classes que controlam e/ou exercem maior poder sobre a instituição Estado. Como falamos de um Estado burguês, esses pactos de dominação são condições necessárias para a manutenção das condições de reprodução ampliada do capital e para a perpetuação do *status quo*.

Deste modo, a perspectiva que podemos tirar dos mecanismos que historicamente foram empregados pelo Estado brasileiro, como na fase do Nacional Desenvolvimentismo, se recomporia com a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética. Enquanto no Nacional Desenvolvimentismo verificamos que a terra, as florestas, o subsolo foram amplamente mercantilizados, no "Novo Desenvolvimentismo" pode-se indagar que a água é recurso que ganha essa dimensão de apropriação territorial pelo Estado, mas na contemporaneidade com fins de mercantilização ao grande capital para a produção de um bem/serviço estratégico que é a geração de energia hidrelétrica.

Ou seja, não falamos de qualquer recurso natural, mas de um que é fundamental para que o país mantenha as condições de reprodução ampliada do capital na conjuntura do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, após a reestruturação produtiva do capital em escala global.

Voltando às contribuições de Tavares (2010), se na instância econômica constituiu-se com a expansão da fronteira condição para a manutenção do pacto de dominação, quanto à dimensão política, destaca-se a "ordem política autoritária centralizada" à União. Portanto, a "revolução burguesa", iniciada há mais ou menos 150 anos, manteve o pacto de dominação social entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, e essa "aliança" envolve três ordens de relações estruturais⁴⁶ que sustentam o pacto de dominação, tendo apenas mudança na hierarquia espacial da articulação política das elites territoriais. Isso ocorre quando o "pacto de compromisso oligárquico é desfeito, em geral em decorrência de uma crise financeira do Estado, quase sempre ligada ao endividamento externo" (TAVARES, 2010, p. 137).

⁴⁶ Esses três elementos, segundo Tavares (2010, p. 137-138) são: a) Primeiro fator de natureza estrutural para manter o pacto de poder é a apropriação privada e concentrada da terra como forma concreta de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. "É isto que explica o papel permanente do capital agrário na acumulação de capital e na dominação burguesa"; b) Segundo aspecto reside nas "relações patrimonialistas" entre oligarquias regionais e poder central, a partir da representação política na disputa e distribuição de fundos públicos; c) Terceiro tem como base as relações de dominação e "cumplicidade os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional", que formam a moldura estrutural que gerou a formação das elites e o seu caráter mais ou menos dependentes da burguesia nacional com o capitalismo financeiro internacional.

Isso desencadearia, ainda, conforme Tavares (2010, p. 139), na impossibilidade de "contemplar a revolução democrática burguesa". Assim, sintetiza os elementos dessa tese:

Em resumo, o fato de nossa 'revolução democrático-burguesa' continuar 'incompleta' não se explica cabalmente pelo caráter tardio e periférico do nosso capitalismo, nem pelo caráter atrasado ou de dependência cultural das nossas elites. Tampouco pode ser atribuído ao comportamento dos nossos burocratas de Estado, que sempre procuraram centralizar o poder, já que isso não impediu muitos outros países de capitalismo tardio e periférico de levar a cabo as reformas agrárias e de ensino requeridas pelas suas modernizações conservadoras. As nossas 'revoluções pelo alto' sempre foram uma 'falsa via prussiana', entre outras razões, porque as elites dominantes do país não tinham nenhum espaço geopolítico para conquistar nem tampouco estavam em condições de levar o capital monopolista nacional ao seu destino de sustentáculo do progresso técnico autônomo e de 'potência'. Nem reformas de base (veto interno), nem potência militar (veto externo)! (TAVARES, 2010, p. 142).

Os pactos tornaram-se elementos importantes de poder de um processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado, com crescimento econômico excludente, ampla desigualdade social, impactos ambientais e territoriais, uma marca do desenvolvimentismo nacional, como evidenciamos (no Capítulo 01) com a expansão da fronteira para a Amazônia.

Além disso, Oliveira (2008, p. 31-32) nos mostra que o período militar (1964-1984) logrou forte repressão sobre os sindicatos, coerção estatal, aumento da presença de empresas estatais em proporções que os nacionalistas do período anterior não teriam sonhado, bem como a abertura para o capital estrangeiro, industrialização forçada, sem resolução do agudo problema do financiamento interno da expansão do capital etc. Nesse período, o endividamento externo apareceu como solução e abriu "as portas" para a financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro, e como não podemos deixar de mencionar, a corrupção tornou-se uma doença na máquina pública.

Em outro trabalho, Oliveira (2006, p. 268), considera que o Golpe de Estado de 1964 foi "um abalo sísmico" no sistema político que já acusava mudanças de atores centrais, como a burguesia industrial nacional e o proletariado como subsidiária da estrutura de poder. Com o golpe não teve mudança no modelo de desenvolvimento, pois a lógica

de industrialização requereu a radicalização do controle do operariado e uma acumulação primitiva mais profunda. Além disso, manteve-se a tutela estatal inaugurada pelo Estado Novo de Vargas nos anos 1930 para além do controle salarial. Isso tudo no contexto, como já dito, da formação do tripé desenvolvimentista entre empresas estatais-privadas, nacionais-internacionais.

O modelo adotado logrou, ainda conforme Oliveira (2008), a saída de parte notável do excedente econômico para o exterior, via pagamento da dívida externa, sendo que nos anos de 1980 caminhou-se para uma crise da dívida externa como ficou conhecida. Já nesse período se insinuava certa financeirização da economia, "subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital e retirando centralidade às decisões internas" (OLIVEIRA, 2006, p. 296). E ainda com a redemocratização do país após a queda da ditadura militar, em 1985 (a Nova República), ocorreu uma transição feita por cima, ou "prussianamente". Neste contexto, destaca-se o peso do Partido dos Trabalhadores (PT), com bases sociais assentadas no novo sindicalismo/autêntico, até a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outro grande ator social foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), com a reforma agrária na agenda. Portanto, nesse momento da Nova República, observa-se que seu programa teria sido a tentativa de criar uma política que fosse a tradução dos novos interesses gerados pela expansão capitalista interna, com recuperação das linhas de força entre classe e representação. "Com o PFL, PMDB, PT e PSDB, as linhas entre classe e representação, interesses e representação, pareciam claras como nunca estiveram na política brasileira [...]" e, portanto, teríamos uma era importante de invenções na sociedade nacional (OLIVEIRA, 2006, p. 271).

Diante do exposto, no período de 1930-1980, os governos latino-americanos adotaram políticas baseadas nas linhas teóricas desenvolvimentistas e keynesiana, tendo o Estado papel importante de ação dos direcionamentos da economia e da política nos países, inclusive o Brasil, mas que mesmo com o crescimento econômico nacional os resultados foram a intensificação da dívida externa, alta inflação e aumento das desigualdades sociais.

É assim que desde a década de 1970 a América Latina passaria a sofrer influência nas políticas econômicas de outra escola teórica,

a neoliberal, de economistas neoclássicos⁴⁷ e do Consenso de *Washington*. Conforme Castelo (2012, p. 623), em essência as medidas do Consenso de *Washington* representaram a vitória político-cultural da burguesia rentista, do capital fictício, preparando a América Latina para a etapa contemporânea do imperialismo, pois a região se tornaria a plataforma dos capitais estrangeiros, via compras e expropriações maciças de bens públicos e da especulação financeira.

A década de 1990 vai ser o momento do projeto neoliberal no Brasil, México e Argentina, pois parques industriais foram desmontados, setores da economia desnacionalizados, aumento do desemprego estrutural e do pauperismo, perda de direitos sociais básicos, precarização das relações trabalhistas, privatização dos bens públicos, como saúde, previdência, educação entre outros.

Esse período, que surge no governo do presidente Fernando Collor de Mello, apresenta-se totalmente atrelado aos anseios do imperialismo estadunidense, com reformas econômicas e políticas macroeconômicas, como já dito, comandadas pelo Consenso de *Washington*⁴⁸.

Se o presidente Collor deu os passos, digamos iniciais, com FHC as "invenções" do período do Nacional Desenvolvimentismo (OLIVEIRA, 2006)⁴⁹ foram ainda mais atacadas⁵⁰. Isso em especial na

⁴⁷ Essa ideologia passa a dar base então para, em um primeiro momento, golpes ditatoriais, como ocorreu em 1972 no Chile com Pinochet e em 1976 na Argentina. Já na década de 1980 há uma nova onda neoliberal, mas nesse momento com pleito eleitoral das democracias representativas, com agenda política em torno do Consenso de *Washington*, com medidas para atacar a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários (CASTELO, 2012, p. 621).

⁴⁸ Neste momento, houve uma nova articulação de interesses da burguesia nacional, na qual os empresários nacionalistas ficaram em minoria, enquanto os capitalistas rentistas buscaram na política de juros internos elevados, câmbio sobre-apreciado e forte dependência externa mecanismos para obterem altas taxas de juros via pacto com o setor financeiro (BRESSER-PERRERIA, 2012, p. 116).

⁴⁹ Oliveira (2006) mostra que nessa "nova fase" de dominação burguesa no Brasil, a indeterminação no contexto da financeirização da economia tem na absolutização do mercado uma "forte privatização" na qual os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, um novo discurso que busca se construir com a instauração de um discurso liberal da iniciativa dos indivíduos quanto à desregulamentação, a base do novo discurso.

⁵⁰ Conforme Oliveira (2006, p. 278): "Privatização total das empresas estatais (restaram apenas a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e os bancos, o BNDES e os regionais de fomento), deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais-privadas nacionais-multi-nacionais que deslizou para a predominância da

economia produtiva, real, onde no Brasil o "trabalho sem forma" inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego saltou de 4% no começo dos anos 1990, para 8% em 2002 e 9% em 2003 (IBGE). Também o "cinturão da pobreza" alargou-se, pois incluía mais de 50% da população e um terço vivia abaixo da chamada "linha da pobreza". A base disso se deve ao "aumento da produtividade do trabalho combinado com a privatização e a desnacionalização, sancionados semanticamente pela desqualificação dos atores". Além disso, a desigualdade na distribuição de renda se aprofundou, já que as "formas desorganizadas do trabalho não têm como acessar os mecanismos distributivos que no capitalismo estão ligados ao trabalho sob contrato formal" (OLIVEIRA, 2006, p. 280-281).

Mas com as eleições de 2002 e a chegada do Presidente Lula ao Executivo (2003-2010) o que mudou, se mudou algo, em termos de política de desenvolvimento nacional diante do contexto apresentado? Como entra em cena o "Novo Desenvolvimentismo"?

Inicialmente, sem entrar no debate das condições políticas que levaram ao chamado "Lulismo" (conforme analisado por SINGER, 2012), há alguns posicionamentos sobre esse momento do comando do Executivo em relação ao do ex-presidente FHC. E, sobre o tema, Castelo (2012) identifica que o "'Novo Desenvolvimentismo' surgiu no século XXI com os primeiros sinais de esgotamento do neoliberalismo, e apresentou-se como uma 'terceira via', tanto ao projeto neoliberal quanto ao socialismo". Nesse trabalho (CASTELO, 2012) destaca três correntes principais do "Novo Desenvolvimentismo":

a) A primeira pode ser chamada de "macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo", na qual Bresser-Pereira seria uma referência. Defende a ideia da primazia do mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, com atuação regulada do Estado nas falhas do mercado, em especial nas políticas cambiais e de juros, e o destaque para promoção de exportações;

última nos principais eixos da acumulação de capital [...]. A relação Estado burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras. [...] O período de FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a Era Vargas".

b) A segunda corrente chamada pós-keynesiana (com base em João Sicsú e outros, no livro "O Novo Desenvolvimentismo"), assemelha-se à primeira, porém sustenta-se no papel do Estado como redutor de incertezas do ambiente econômico para favorecer tomada de decisões do setor privado. Em ambas há a defesa da tese da aliança do Estado com o mercado, contra o capital rentista e defende a coalização nacional entre burguesia industrial nacional, burocracia estatal, setores médio e trabalhadores, sendo a hegemonia da burguesia industrial sobre os demais;

c) Corrente denominada de "social-desenvolvimentista", com afirmação do mercado interno, via ampliação do consumo de massa. O Estado tem peso maior nas propostas dessa corrente e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas ao desenvolvimento. Destaca autores como Mercadante e Pochmann.

d) Por fim, podemos incluir uma quarta perspectiva, que são autores que apresentam uma leitura crítica ao "Novo Desenvolvimentismo", como Francisco de Oliveira⁵¹, Reinaldo Gonçalves (2013a), Armando Boito⁵² e Giovanni Alves⁵³, entre outros.

Tomemos como base a primeira e última corrente apresentada por Castelo (2012) para ilustrarmos alguns elementos discordantes entre as mesmas.

⁵¹ Obras como:

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), ago. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 369-376.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁵² ARMANDO BOITO JR. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista Sociologia Política**, v. 28, p. 57-73, 2007.

⁵³ Com uma série de ensaios publicados no Blog da Boitempo, intitulados: "Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil" (composto de 3 partes); "Os Limites do Neodesenvolvimentismo"; "Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil"; e "Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil".

Para a primeira, que Castelo (2012) denomina de "Macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo", teríamos o posicionamento de Bresser-Pereira - com escritos iniciais no primeiro mandato de Lula - que foi ex-ministro da Reforma do Estado na fase FHC e "um intelectual orgânico do PSDB". Assim, "o novo desenvolvimentismo brasileiro emergiu, portanto, do seio da intelectualidade Tucana que implementou o neoliberalismo no país" (CASTELO, 2012, p. 624).

Em 2004, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, Bresser-Pereira (2004) faz uma análise do "Novo Desenvolvimentismo" em relação ao "desenvolvimento" proposto pela ortodoxia convencional do período neoliberal na economia brasileira, após a década de 1990⁵⁴. Como contraponto, afirma ser o desenvolvimentismo uma estratégia nacional de desenvolvimento. Mas mesmo diante das críticas à ortodoxia convencional (neoliberal), afirma que "o Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios" (BRESSER-PEREIRA, 2004). Assim, busca mostrar as diferenças entre o "Novo Desenvolvimentismo", o nacional-desenvolvimentismo e, principalmente, com a ortodoxia convencional⁵⁵.

⁵⁴ Mostra o contexto em que a economia brasileira foi regida pelo nacional-desenvolvimentismo como estratégia ao desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980, período considerado pelo mesmo como de "enorme crescimento e transformação da economia brasileira". O que foi barrado pela crise dos anos de 1980, e como contraponto a onda ideológica "globalista e neoliberal" decorrente do Norte, como a transformação da ortodoxia convencional em estratégia de desenvolvimento definida pelos Estados Unidos e suas agências. Além disso, o Consenso de *Washington* vai na direção de enfrentar a crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado. Na década de 1990, destacam-se reformas decorrentes da estratégia de desenvolvimento da ortodoxia convencional de modo mais radical, que o autor denomina de "segunda geração de reformas": "a eliminação dos instrumentos do Estado nacional de proteção do capital e do trabalho nacional". No Brasil, entre as metas, destacavam-se após a estabilização de 1994, fazer crescer a poupança externa, manter a baixa inflação, controlar o déficit público, pois assim a capacidade do Estado de pagar a sua dívida pública interna e externa não ficaria ameaçada. Em suma, declara o autor, "o resultado dessa política ortodoxa foi desastroso em toda a América Latina, enquanto países asiáticos, como China, a Índia e a Malásia, que resistiram firmemente às pressões da ortodoxia convencional, continuaram a se desenvolver de forma acelerada".

⁵⁵ Bresser-Pereira (2004), nessa distinção, destaca os seguintes pontos:
a) Novo Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional são favoráveis ao equilíbrio fiscal, mas enquanto o Novo Desenvolvimentismo busca fortalecer o Estado no plano fiscal, a Ortodoxia Convencional tem preocupação com o pagamento dos credores "é por essa razão que o novo desenvolvimentismo quer minimizar o déficit público, enquanto que a ortodoxia convencional visa um superávit primário que mantenha estável a relação da dívida pública/PIB";

Para os "Social-desenvolvimentistas" tomaremos como exemplo a definição conceitual do "Novo Desenvolvimentismo" a partir da tese de Mercadante (2010). Com vinculação ao projeto de Governo Lula, o autor destaca a importância do Instituto Cidadania e ao documento "Um Outro Brasil é Possível", que do seu ponto de vista foi a síntese de que viria a ser o Programa do Governo Lula. Como aspecto central do documento, quanto ao padrão do desenvolvimento proposto, **seria a elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, via constituição de um amplo mercado interno que geraria uma nova dinâmica para o crescimento acelerado, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento.** Portanto, o programa teria como base três eixos centrais, que são: o social, o democrático e o nacional, com o objetivo de promover a inserção internacional soberana do Brasil, **com a ruptura com as políticas neoliberais.**

Nessa linha, outro documento importante refere-se à "Carta ao Povo Brasileiro"⁵⁶, lançada em julho de 2002, na qual Lula assume abdicar publicamente de uma estratégia de ruptura em prol de um

b) No aspecto macroeconômico, a Ortodoxia Convencional prepara o controle da inflação e equilíbrio fiscal, enquanto o Novo Desenvolvimentismo está preocupado também com a balança de pagamento e o pleno emprego; o combate da inflação na primeira é usado pelo aumento da taxa de juros, um ponto-chave para o capital rentista;

c) Em termos de política de desenvolvimento, enquanto a Ortodoxia Convencional pretende que o principal obstáculo ao desenvolvimento do país é microeconômico, e se resolve com reformas, o novo desenvolvimentismo afirma que o problema principal está no desequilíbrio macroeconômico, expresso na dívida pública, na taxa SELIC, e na dívida externa". Outro ponto considerado importante sobre o novo desenvolvimentismo é que para essa corrente o desenvolvimento se financia com os próprios recursos da nação, ou seja, "o capital se faz em casa".

⁵⁶ Mercadante (2010, p. 4, grifo nosso) faz a defesa ao governo Lula, em especial sobre o documento citado, já que para o autor a "Carta ao Povo Brasileiro" não representou uma mudança estratégica e uma guinada conservadora em relação às diretrizes do documento "Um Outro Brasil é Possível", pois a Carta foi "uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para garantir o objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo de massa". Segue afirmando, que em especial no segundo mandato, "Lula implantou um novo padrão econômico e social no Brasil, muito distinto do anterior, pautado pela agenda neoliberal", em contraponto a FHC. Afirma ainda que a partir do governo Lula, o Brasil passou a combinar crescimento econômico sustentado, estabilidade econômica (com inflação dentro dos limites estabelecidos), distribuição de renda com a retirada de 28 milhões de pessoas da condição de pobreza, consolidação da democracia, **liderança na agenda ambiental com vanguarda na geração de energia renovável e matriz energética "relativamente limpa"** e crescente protagonismo internacional.

"compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento" (MERCADANTE, 2010)⁵⁷.

É nesse contexto que Mercadante (2010) defende a tese de que os avanços gestados nos governos Lula "iniciou um novo processo de desenvolvimento que se distingue não apenas do que se convencionou chamar de modelo neoliberal, mas também de antigo nacional-desenvolvimentismo". Começou, então, um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo autor como sendo denominado de "Novo Desenvolvimentismo", centrado, em sua primeira etapa, na distribuição de renda, inclusão social e combate à pobreza. No segundo mandato de Lula, o "Novo Desenvolvimentismo" passou a ter retorno do planejamento estratégico por meio de investimentos públicos e "parceria" com o setor privado (PPP), com destaque dado para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), retomando, pois, o papel atuante do Estado na economia. Além disso, ao contrário do nacional-desenvolvimentismo, nessa fase o País teria uma atuação no cenário internacional, pois "a nova política externa ampliou o espaço de autonomia do país", o que aprofundou sua inserção na economia global (MERCADANTE, 2010, p. 446).

Ainda para essas duas correntes de interpretação do pensamento econômico brasileiro, via "Novo Desenvolvimentismo", teria colocado em tela temas nacionais como: soberania externa, integração regional e inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média etc.

⁵⁷ "Na 'Carta ao Povo Brasileiro', lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com **a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo.** Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento" (MERCADANTE, 2010, p. 3-4, grifo nosso).

2.2.2 Pilares materiais do "Novo Desenvolvimentismo"

Como já dito anteriormente, no primeiro mandato do governo Lula constata-se uma política mais ortodoxa como continuidade das políticas neoliberais de FHC. É justamente o direcionamento dado, em grande parte do seu primeiro mandato, que tem levado alguns autores a afirmarem a continuidade das políticas neoliberais (BOITO, 2012), e o continuísmo de FHC, ou para outros um "desenvolvimentismo às avessas" (GONÇALVES, 2013a).

Para aqueles que defendem um novo padrão de desenvolvimento com o governo Lula, já a partir do seu primeiro mandato (2003-2006), isso teria acontecido após a conjuntura da crise de 2002 - como as tensões conjunturais nas esferas monetárias e cambial (MERCADANTE, 2010). Como enfrentamento dessa crise, e da transição de governo do ex-presidente FHC, Lula adotou políticas restritivas nas áreas monetárias e fiscal para tentar reverter o processo de desestabilização em curso.

Singer (2012) considera que mesmo com a ortodoxia do primeiro mandato de Lula, com a "carta ao Povo Brasileiro", ou para nós, na verdade, uma mensagem direta aos capitais especulativos que a política macroeconômica seguiria os rumos do governo anterior - houve "o pulo do gato" ao construir políticas de promoção do mercado interno destinado aos mais pobres, que juntamente com a manutenção da estabilidade econômica permitiu realizar um "programa de classe, ou fração de classe", como o autor denomina o "subproletariado".

A questão é que Singer ao periodizar o governo Lula (2002-2010) mostra mudanças ao longo do próprio governo devido à hierarquia de prioridades relacionadas com as margens de manobras políticas e econômicas disponíveis, o que manteria o desenvolvimento positivamente. Para a primeira fase (2003-2005), Singer (2012) destaca o pacote neoliberal para estabilizar a economia e manter o pacto assumido com o capital, já que se priorizou o pacto com o atendimento das condições impostas pela classe dominante. Neste período, Mercadante (2010) afirma que uma característica do primeiro mandato de Lula foi marcada pelo esforço de reverter o processo de desestabilização e reativar a economia a partir do impulso às exportações, o que já teria surtido efeito em 2004 com a expansão do PIB em 5,71%. Ao analisar as taxas de crescimento do PIB em um longo

período histórico (1901 a 2008), Mercadante (2010, p. 153-54) demonstra que o Brasil teve uma média excepcional de crescimento, com taxa anual de 6,3% entre 1900 a 1980, e no período pós-guerra (1951 a 1980) ao momento da dívida externa dos anos de 1980, o crescimento foi de 7,4% (durante os 35 anos em questão). Já nas décadas de crise houvera ciclos periódicos de estagnação, com taxa média de crescimento do PIB, entre 1981 e 2002, declinando para 2,1%, fato que agravou o conflito redistributivo e aumentou a tendência à concentração da renda e da riqueza, bem como à exclusão social⁵⁸. Já no período de 2003 a 2008, que nos interessa mais de perto, a taxa média de crescimento do PIB foi de 4,1%, ou seja, superior à média do período de 1981-2002⁵⁹.

Ao analisar os dados do IPEA, Mercadante (2010, p. 156) mostra que o PIB cresceu 1,31% em 2001, 2,66% em 2002, com redução para 1,15% em 2003, momento em que o governo Lula teria atuado para reverter o quadro de desestabilização da economia, fato que afetou a retomada da produção e dos investimentos. Após o primeiro ano de governo, em 2004, já começam a aparecer os chamados resultados da política ortodoxa, pois em 2004 o PIB teve crescimento, aumentando para 5,71%, e em 2005, aumentou para 3,16%, 3,97% em 2006, 5,67% em 2007 e 5,09% em 2008 - quando da crise internacional.

Portanto, os autores citados, Singer (2012) e Mercante (2010), demonstram o crescimento do PIB e o retorno produtivo do País, o que estaria fundado na "retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológica, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e da

⁵⁸ Assim, Mercadante (2010, p. 153-154) resume o período entre 1981 a 2002: "A crise da dívida externa, associada a um longo período de hiperinflação, e posteriormente, nos anos 90, a adoção de políticas indiscriminadas de abertura comercial e financeira, a fragilização financeira do Estado e a desregulamentação da economia interromperam a trajetória de crescimento e levaram à estagnação do investimento produtivo, ao aumento do desemprego e à acumulação de atrasos significativos na expansão da infraestrutura energética e de logística. A economia passou a alternar espasmos de crescimento com ciclos periódicos de estagnação, com o que a taxa média de crescimento do PIB, entre 1981 e 2002, declinou para 2,1% e agravou-se o conflito redistributivo, reforçando-se as tendências à concentração da renda e da riqueza e à exclusão social".

⁵⁹ Questão para reflexão: se os índices do PIB são elementos centrais do "Novo Desenvolvimentismo", ainda mais no contexto da crise global, a exemplo da redução do PIB no governo Dilma, isso significa a falta de um projeto de desenvolvimento para o país?

exportação” (MERCADANTE, 2010, p. 156). Além disso, “as políticas de renda e de inclusão social conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais”. A defesa da tese de Mercadante (2010) é que o país passou a ter crescimento econômico e distribuição de renda, tendo o social como um dos seus principais eixos de sustentação.

Para Singer (2012), até 2005, se de um lado houve o atendimento aos interesses do capital, também o governo Lula atuou na outra direção para atender os mais pobres, como o aumento da transferência de renda com o Programa Bolsa Família, o aumento do financiamento popular (crédito consignado), a valorização do salário mínimo, a partir de maio de 2005. No entanto, considera que após 2006, com a posse do Ministro Guido Mantega no Ministério da Fazenda, favoreceu uma política com “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”, fato que acabou caracterizando o segundo mandato do presidente Lula.

Nessa fase, Singer (2012) considera como ponto crucial a valorização continuada do salário mínimo, além do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (em janeiro de 2007), o que possibilitou, ao seu ver, recursos para o aumento do investimento público (de 0,4% do PIB em 2003 para 0,7% entre 2006 e 2008 – com a crise internacional), além de ter estimulado o investimento privado em infraestrutura, junto ao papel do Estado indutor⁶⁰.

Após 2008, justamente no momento da crise internacional, o governo Lula ampliou o consumo popular via: aumento do salário mínimo; transferência de renda; desonerações fiscais (redução do Imposto de Produtos Industrializados – IPI) para a indústria automobilística e eletrodomésticos da linha branca; alongamento do crédito; além do Programa Minha Casa Minha Vida, que Singer (2012) considera o símbolo social dessa fase.

Como percebemos as argumentações de Singer (2012) e Mercadante (2010), mostram elementos estruturantes do “Novo Desenvolvimentismo” a partir dos governos Lula. Para Singer (2012), essas fases que demonstram a “economia política do lulismo”, confirmam um ponto

⁶⁰ O PAC será analisado de modo mais detalhado no capítulo 03.

central, qual seja, "a massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada começava a ser absorvida no circuito econômico formal, e, tudo isso sem confronto com o capital!"⁶¹.

Embora essa afirmação do autor exija uma atenção crítica, no sentido de que não teria havido confronto com o capital, que apesar da referência do mesmo ter sido com o projeto dos Governos Lula quanto à arbitragem realizada pelo Estado entre capital e trabalho - no sentido de mediar os antagonismos de classe - tenha tentado evitar políticas de Governo, e de Estado, que não rompesse o pacto de dominação. As políticas do Governo Lula podem ter tentado evitar o confronto com o capital, para manter o pacto de dominação, seja com continuidade dos pilares da macroeconomia que atendam ao capital rentista, à exportação de *commodities* e os benefícios do agronegócio, seja com as isenções fiscais e financiamentos que atendam tanto a grande indústria (desde carros a eletrodomésticos), mas também os grandes grupos do varejo que viram no crédito farto a relação direta com o aumento do consumo das massas. Assim, o fetiche da mercadoria, no Lulismo, pode ter atuado como ópio para uma massa de consumidores vislumbrados com a entrada no circuito econômico formal.

Todavia, o reverso desse processo é a intensificação da precarização do trabalho, da informalidade, do trabalho escravo no campo que se diz moderno e tecnificado, mas que mantém práticas de espoliação e da acumulação primitiva não só nas fazendas da fronteira da Amazônia brasileira, mas também nos celeiros do agronegócio das regiões Centro-Sul como condição para o seu processo de acumulação. Confronto que não deixou de existir também nos antagonismos de classe entre trabalho e capital, mas que por uma série de motivos não foram focados nas lentes dos estudiosos que viram o projeto do "lulismo" como a retomada do "milagre" do desenvolvimento brasileiro; só que agora camuflado a metáfora de que não se deveria esperar o bolo crescer para ser repartido, mas que poderia ser distribuído conforme a mesa fosse ficando farta. Confundi-se consumo com cidadania; reposição salarial com redução das desigualdade; e, ser consumidor, passou mais uma vez a ser confundido com cidadania plena.

⁶¹ Como veremos ainda nesse capítulo, o que representou para a maioria das famílias inseridas nesse mercado de massa um processo intenso de endividamento, como defende Gonçalves (2013a) em "Brasil negativado".

Em artigo publicado no Blog da editora Boitempo, intitulado "Senso comum e conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência", Mauro Iasi (2013) mostra um fragmento de entrevista do Presidente Lula, ao término do seu segundo mandato, para o programa de televisão estadunidense *60 Minutos*, quando responde ao repórter sobre empresários no Brasil e no exterior, que eram contrários ao seu governo por ser "socialista" e acharem que faria um governo com tal postura "ideológica", mas que acabaram sendo seus maiores admiradores ao fim dos mandatos deste Presidente. A questão era saber como isso aconteceu, e Lula respondeu:

Veja, eu de vez em quando brinco que um torneiro mecânico com **tendências socialistas** se tornou presidente do Brasil **para fazer o capitalismo funcionar**. Porque éramos uma sociedade capitalista sem capital. E se você olhar para os balanços dos bancos neste ano (final do segundo mandato de Lula) verá que **nunca antes os Bancos ganharam tanto dinheiro no Brasil como eles ganharam no meu governo**. E as **grandes montadoras nunca venderam tantos carros como no meu governo**. Mas os trabalhadores também fizeram dinheiro. (Luiz Inácio Lula da Silva, *apud* Iasi, 2013, grifo nosso)⁶².

Portanto, o "Novo Desenvolvimentismo" tem uma base econômica, que como o próprio ex-presidente demonstrou (apesar de ter sido de tendência socialista), visa manter o crescimento e o fortalecimento do capital, e para tanto, inserir e permitir o maior número de consumidores possíveis é um ponto-chave na dinâmica econômica. Os estragos dessa estratégia, no mínimo, são o endividamento das famílias e a superexploração do trabalho - desenraizamentos, doenças, acidentes, riscos de morte, como ficará evidenciado no que chamamos de "canteiros de concentração" do PAC, como os das grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia.

Mas os holofotes das ações desse modelo de crescimento econômico são para vangloriar algumas conquistas, e não iluminar as contradições que daí emergem. É isso que encontramos na tese de Mercadante (2010), quanto analisa as bases econômicas do "Novo Desenvolvimentismo", já que dentre elas destacam-se: a inclusão social e distribuição de renda como base para a ampliação do mercado de massa;

⁶² IASI, Mauro. Senso comum e conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência. **Blog Boitempo**. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/> >. Acesso em: 25 abr. 2013.

o aumento do emprego formal; valorização do salário mínimo; os programas sociais e a política de transferência de renda e previdência; a democratização do crédito; a redução da pobreza e o incremento da mobilidade social; os impactos sobre a expansão do mercado de trabalho de consumo de massa. Seriam essas políticas assistencialistas os indicadores que propagam uma nova onda de modernização do capitalismo brasileiro?

Essa questão não é refletida pelo autor, mas são postos como pilares do modelo de desenvolvimento. Assim Mercadante (2010, p. 174) resume tais pilares:

Em resumo, a queda na taxa de desemprego, a crescente formalização do mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo, o aumento dos rendimentos da população ocupada, os avanços na reforma agrária (sic) e na consolidação da agricultura familiar, e os programas de transferência de renda e assistência social permitiram ampliar as bases reais de crescimento da demanda interna. Somados ao aumento e à democratização da oferta de crédito, esses fatores determinaram uma expansão sustentada do consumo das famílias, que contribuiu de maneira relevante para o crescimento acumulado do PIB, entre 2003 a 2008, da ordem de 27,3%. Em 2009, apesar das dificuldades, o consumo cresceu 4,1%, contribuindo decisivamente para a reativação da economia e, conseqüentemente, limitando os impactos da crise sobre a taxa de variação do PIB. (MERCADANTE, 2010, p. 174).

Além disso, destaca que houve um reforço do mercado interno como eixo dinamizador da economia, o que era cumprido pelas exportações, e a partir de 2006, essa inversão no eixo da economia se consolida.

Portanto, o entendimento do mercado como "salvador da pátria" só pode ser entendido por meio de uma leitura atrelada ao conservadorismo burguês, no qual se resolveria os problemas sociais (via consumo), tirando de cena a luta de classes como motor da história e da emancipação do trabalho, o que só ocorre no conflito com o capital!

São nos antagonismos de classe, nos pactos de domínio e de controle social, que o Estado tem um papel fundamental para as estratégias de desenvolvimento do capital, embora se pregue a sua retirada do mercado - com as privatizações e PPP - não se questiona os instrumentos que esse Estado burguês usa em prol dos interesses de uma classe, no caso a classe capitalista. Assim, do uso político e

jurídico dos marcos regulatórios e Medidas Provisórias, que intensificam o caos nas cidades brasileiras com o aumento desenfreado do número de carros circulando nas ruas, proporcionado com a redução de IPI para não reduzir as taxas de acumulação dos grandes capitais. Também não se leva em conta a normatização de um sistema fundamental para o capital como o da indústria elétrica, para que o capital não só nacional, mas internacional, tivessem seus interesses atendidos. Para isso, o Estado burguês concede para fins de mercantilização um recurso estratégico, e do qual o Brasil e a Amazônia se colocam como centrais nessas disputas internacionais, que são os rios brasileiros, a água como estratégia para a geração da energia hidrelétrica. Em uma perspectiva como esta, como veremos mais à frente, não podemos ficar restritos na análise com as "benesses" do "Novo Desenvolvimentismo", e seu corolário que é o PAC com a política pública de infraestrutura hidroenergética.

Consequentemente, quando colocamos à luz o papel do Estado na mediação das disputas entre capital-trabalho, deve-se privilegiar não somente o seu papel de arbitragem, embora seja fundamental para entender os mecanismos dos pactos de controle social, mas a lente tem que ser ajustada para os antagonismos de classe, para os conflitos que daí surgem, e quais as possibilidades emancipatórias da classe trabalhadora das amarras do capital frente aos imperativos do estranhamento construídos nas relações de controle e de uso do trabalho.

Em uma reflexão crítica ao "Novo Desenvolvimentismo", Oliveira (2010a, p. 374), analisa a herança deixada por FHC, que privatizou praticamente toda a extensão das empresas estatais, com uma imensa transferência de renda, riqueza e patrimônio público, ou seja, um desastre, já que "manipulando o fetiche da moeda estável, Fernando Henrique retirou do Estado brasileiro a capacidade de fazer política econômica". E Lula, ao invés de "reverter o desastre de FHC", radicalizou no descumprimento de um mandato que lhe foi confiado.

No aspecto da economia, a crítica de Oliveira (2010a) é de que o avesso tenha ocorrido porque o propagado crescimento econômico durante os seis anos de Lula foi um crescimento médio abaixo da taxa histórica da economia brasileira, e ainda esteve ligado à exportação

de *commodities* agropecuárias e bens primários, com ligação significativa às importações da China.

Esta crítica também é feita por Gonçalves (2011 e 2013a), ao afirmar que “no Governo Lula ocorre o ‘nacional-desenvolvimentismo’ com sinal trocado”, ou seja, às avessas, pois na conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Sobre a estrutura produtiva ainda se considera ter ocorrido no governo Lula uma desindustrialização e “dessubstituição” de importações. Ou seja, a participação da indústria no PIB, no Brasil, reduziu de 18% em 2002 para 16% em 2010, afirma Gonçalves (2011).

Conforme Gonçalves (2011, p. 2):

A taxa média anual de crescimento do PIB real é de 4,0% no período 2003-10. Neste período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da agropecuária é 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%. Os diferenciais entre estas taxas de crescimento informam, de fato, um processo de desindustrialização da economia brasileira no Governo Lula.

Os dados analisados pelo autor demonstram que em termos comparativos, a participação da indústria de transformação, em relação à escala mundial, o Brasil teve uma queda de 2,5% entre 1990-1999 para 2,3% em 2000-2007, ou seja, a participação do Brasil no PIB mundial se manteve estável, mas houve aumento das participações dos setores de mineração e agropecuária, em relação aos valores em escala mundial. Em suma, considera que “a fronteira do Brasil tem viés pró-mineração e pró-agropecuária e anti-indústria de transformação” (GONÇALVES, 2011, p. 3).

Ainda para Gonçalves (2011), teria ocorrido também a “dessubstituição de importações”, com uma “tendência de contribuição cada vez mais negativa das importações (vazamento de renda) para o crescimento do PIB”, pelo aumento da penetração das importações aos produtos da indústria de transformação.

Como já visto, outra bandeira no “Novo Desenvolvimentismo” fundamenta-se no “social como eixo estruturante”, conforme defende Mercadante (2010). Isso ocorre, para o autor, já que as ações e políticas de distribuição de renda e inclusão social implementadas no

governo Lula seriam inclusivas com distribuição de renda pela inserção qualificada no sistema produtivo, além da ação reguladora do Estado na distribuição de renda social via políticas salariais, de renda, habitação, e o aumento do emprego formal.

Sobre esse último ponto, analisa dados da PME - IBGE, que indicam no período de 2003 a 2008, o governo Lula ter estimulado a criação, sob regime celetista, de 7,7 milhões de novos postos de trabalho, além dos trabalhadores com carteira assinada, que nas regiões metropolitanas, teve um crescimento de 26%. Também é um mérito desse governo, para o autor, para o período de 2002 a 2008, a geração de emprego formal, passando de 28,7 milhões para 39,4 milhões, ou seja, um aumento de 37,5% - aumento absoluto entre 2003 a 2008 de 10,8 milhões de empregos formais (MERCADANTE, 2010, p. 160).

Atrelado ao aumento do emprego formal, Mercadante afirma que houve também a valorização do salário mínimo, fator primordial para um forte impacto na distribuição da renda do trabalhador, fato que abrangeu mais de 26 milhões de trabalhadores (incluindo 18,7 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários da assistência social).

Por fim, Mercadante (2010, p. 165) afirma que a redução da pobreza teria gerado um incremento da mobilidade social, pois "a população em condição de pobreza [renda mensal inferior a meio salário mínimo] diminuiu em mais de 30%, passando, como proporção da população total, de 32,6% em 2002, para 21,4%, em 2009"⁶³.

Avaliação positiva do "Novo Desenvolvimentismo" no aspecto social também é feita por Singer (2012), ao considerar que a pobreza monetária apresentou redução, mesmo diante da não eliminação e redução significativa das desigualdades. A população mais pobre teria sido beneficiada pelo Programa Bolsa Família, crescimento do emprego, o aumento do valor do salário mínimo e do acesso ao crédito, portanto tendo uma "progressão" nos extratos intermediários de renda. Em 2000

⁶³ Junto a isso, teria ocorrido um aumento na renda *per capita* domiciliar (renda do trabalho, predominantemente) no período de 2003/2009. O maior aumento ocorreu no segmento da população mais pobre (50%) com acréscimo de 47,5%, enquanto nos estratos médios (40% seguintes da população) o aumento foi de 28,8%, e os 10% mais ricos um incremento de 12,3%. Para o período o aumento real foi de 23,5%, conforme dados da IPEADATA/PNAD. O resultado teria sido "o maior esforço redistributivo já realizado no país", aumentando a mobilidade social e modificando significativamente a estrutura social (MERCADANTE, 2010, p. 170).

os 10% mais pobres no Brasil detinham 0,5% da renda e os 10% mais ricos 47%, já em 2010 os dados apresentados por Singer (2012, p. 232) mostram que os 10% mais ricos detinham 45% da renda nacional e os 10% mais pobres 1%. Ou seja, uma redução de 2% da concentração da renda dos mais ricos e 0,5% de distribuição de renda para os mais pobres. Uma mudança ridícula e insignificante, que ainda mantém a gritante concentração de renda no país e intensa desigualdade social.

Portanto, ante ao deslumbramento da mudança entre a estratificação nas tipologias de renda, como a "expressiva migração das classes D e E para outras, particularmente para a C, cuja participação aumentou 17,0%, entre 2002 e abril de 2008", que para Mercadante (2010, p. 170) mostraria que o "país foi capaz de reduzir a pobreza, em particular a extrema pobreza⁶⁴", devemos considerar que mudanças estruturais não aconteceram nesse aspecto.

Essa é uma das críticas de Oliveira (2010) sobre o *Aveso do Aveso* no *Novo Desenvolvimentismo*, ao discordar da proclamada diminuição da pobreza e da desigualdade, com base no Programa Bolsa Família. Fundamenta seu argumento afirmando que os "dados disponíveis não indicam redução da desigualdade, mas embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu". Sugere também que a desigualdade tenha aumentado, pois atualmente o Brasil tem pelo menos 10 brasileiros entre os homens e mulheres mais ricos do mundo capitalista, entre eles indicamos a dona do conglomerado Camargo e Corrêa, Dirce Navarro de Camargo - a viúva do fundador do grupo Sebastião Camargo - que foi considerada a mulher mais rica do Brasil, e a terceira colocada entre os brasileiros da lista da *Bloomberg* (BARBOSA, 2012).

Desse modo, mesmo considerando os avanços realizados no aspecto econômico e social durante os governos Lula, que não podem ser negados, fato é que tais políticas não permitiram mudanças estruturais no quadro da desigualdade social no país, muito menos atacaram projetos e bandeiras estruturais da classe trabalhadora como as reformas agrária, urbana, reversão da degradação e precarização do trabalho etc., pois a classe burguesa se mantém como a principal concentradora da riqueza nacional. Para entender esse aspecto no "Novo Desenvolvimentismo", analisaremos a seguir as estratégias do Estado

⁶⁴ Em 2009, a extrema pobreza foi reduzida a menos da metade dos índices de 2003.

na reorganização do capital nessa fase de desenvolvimento nacional, o que permite evidenciar que os benefícios ao capital foram mais intensos que à classe trabalhadora.

2.2.3 "Novo Desenvolvimentismo", papel do Estado e a reorganização do capital

Com o "Novo Desenvolvimentismo", a "era do lulismo", constata-se a reorganização do capital que tem suas raízes no contexto do esgotamento do Nacional Desenvolvimentismo e na adoção das políticas neoliberais. Isso porque a política de privatização iniciada após o governo do presidente Collor, intensificada nos governos FHC, realizaram uma "queima"⁶⁵ do patrimônio público passando-o para o capital privado, o que fortaleceu ainda mais os oligopólios, monopólios e a concentração de capital. Além disso, a reorganização do capital gestada a partir desse momento teve como base um novo papel do Estado na dinâmica econômica.

Apesar da densidade do tema de pensar o papel do Estado, nessa conjuntura da crise estrutural do capital, na qual o "Novo Desenvolvimentismo" está imerso e atua nos limites impostos pela totalidade de reprodução do capital em escala global, buscaremos elencar alguns pontos que nos ajudarão a entender e refletir sobre o objeto de investigação.

Portanto, na fase neoliberal de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, altera-se a retirada progressiva do Estado no sistema produtivo, com as privatizações. Já na fase do "Novo Desenvolvimentismo", tem-se a ação dos governos da máquina estatal para uma atuação mais efetiva com a retomada do BNDES financiando o grande capital e permitindo que as grandes empresas nacionais pudessem competir na economia mundializada. Entender a ação do Estado brasileiro, portanto, a partir do "Novo Desenvolvimentismo", no processo de reorganização do capital é condição para identificar o posicionamento do Estado no desenvolvimento do capitalismo nacional, no pós década de 2000.

⁶⁵ Alves (2013a) afirma que cerca de 30% do PIB brasileiro mudou de mãos, o que mostrou a ruptura do modelo de desenvolvimento posto em prática a partir dos anos de 1930, no qual o Estado teve papel decisivo.

Uma primeira constatação a esse respeito, refere-se ao processo de privatização do patrimônio público, que como afirma o jornalista Amaury Ribeiro Junior, gerou "A Privatária Tucana". Tara escandalosa do desvio de recursos públicos mediante a privatização, momento no qual o patrimônio público passa para o controle e propriedade do capital privado nacional e internacional, i. e., "a privatária de um Brasil vendido", conforme estampa a Revista Caros Amigos, de outubro de 2013.

Sem aprofundar no tema das privatizações, vale destacar alguns elementos desta ação estatal para a reorganização do capital nacional. As privatizações tiveram seus primórdios na década de 1980 (1981) com a Comissão Especial de Privatização⁶⁶ (PICCININI, 1996, p. 83), mas foi somente com o Programa Nacional de Desestatização (PND), a partir de 1990, que as mesmas tomam impulso devido à participação de grandes e tradicionais empresas estatais. Com o agravante que o entreguíssimo se completou com a permissão do investidor estrangeiro, até então restrito, participar das negociações na compra de empresas estatais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

Em síntese, Além (1998) divide o processo de privatização de empresas estatais no Brasil em três fases, sendo: a) os anos de 1980, a prática permitiu que um grande número de pequenas empresas fossem para o setor privado, o que "permitiu que o governo ganhasse experiência na venda de estatais"; b) a segunda teve início em 1990 com o PND, quando o BNDES passou a ter papel central no processo de privatização, já que foi o gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) e responsável pelo apoio técnico, administrativo e financeiro ao PND; c) um terceiro momento é quando o processo de privatização passou a ser prioridade para a política econômica federal, o que perdurou para a autora até 1995, mas podemos dizer que persistiu durante todo o governo de FHC, com destaque para as privatizações das empresas dos setores industriais (siderurgia, petroquímica e fertilizantes), e posteriormente, nos setores de infraestrutura e serviços, como veremos a seguir.

⁶⁶ Segundo Piccinini (1996, p. 83) no período de 1981/1989 o governo federal vendeu 38 empresas, transferiu 18 aos governos estaduais e fundiu 10 estatais em outras instituições federais. O período mostra um exercício de "reprivatização de pequenas empresas, que geraram pouca receita, em sua maior parte financiada pelo próprio governo".

Ao tomarmos como referência os autores da Revista do BNDES (Números 1, 3, 6 e 9), constatamos os discursos entusiastas sobre a importância das privatizações durante a década de 1990. Conforme Moreira (1994), com o PND o governo brasileiro confere prioridade à privatização como conjunto de medidas para a reforma do Estado e redefinição do seu papel na economia, no qual o BNDES teve papel central. Portanto, para a autora, naquele momento, "a privatização já não deve ser considerada modismo", mas "mecanismo adotado de reforma generalizada no mundo e que se insere no âmbito do novo paradigma de atuação dos Estados". Prossegue afirmando que a privatização deve ser "entendida como parte de um projeto de redefinição do papel do Estado na atividade econômica e como um dos instrumentos auxiliares no processo de elevação da eficiência global da economia" (MOREIRA, 1994, p. 99).

Assim, identifica-se a desestatização com o processo de venda de ações de empresas estatais, seja pela venda da totalidade ou não do capital e do controle da referida empresa. Foram adotadas diferentes formas de transferência de operação de atividades do patrimônio público ao setor privado, seja via amortização, permissões, arrendamentos ou concessões. Em suma, a privatização é uma transferência de propriedade, isto é "o Estado se retira e o setor privado entra" (MOREIRA, 1994, p. 102).

O Estado passaria então a estabelecer mecanismos para o marco regulatório, via Agências Reguladoras⁶⁷, que ao longo dos anos se mostraram incapazes de "domar" e manter a qualidade dos serviços privatizados, conforme constatamos com a telefonia, e sobretudo com os transportes, terrestre e aéreo. Assim, ao contrário do fortalecimento da concorrência, constatou-se a constituição dos grandes monopólios, como o caso da Vale, e sem retorno com o barateamento das tarifas, como foi o caso da telefonia, considerada uma das mais caras do mundo, e de serviços precários⁶⁸.

⁶⁷ Com ação e atuação questionável, pois como compreende Alves (2013a, sem paginação), "elas eram apenas um simulacro tendo em vista que elas têm muito pouca capacidade para impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que se dá hoje em escala internacional".

⁶⁸ RODRIGUES, Lícia. O "Legado nada honroso de FHC". **CAROS AMIGOS**, São Paulo: Editora Caros Amigos, ano XVII, n. 199, 2013.

Neste contexto, com a adequação da política econômica neoliberal, ocorre uma compatibilização ao Consenso de *Washington*, e a abertura ao capital privado internacional e nacional. Com isso, há mudança substancial do papel do Estado, de investidor para fiscalizador/regulador, ponto crucial para a reorganização em marcha do capitalismo brasileiro nas duas últimas décadas.

Assim, o PND⁶⁹ transforma-se em uma das peças de engrenagem do processo de internacionalização do capital, em particular no final da década de 1990, quando a privatização avança para o denominado núcleo duro do SPE [Setor Produtivo Estatal], com a alienação do grupo estatal Telebrás (empresa de telefonia fixa e móvel), de empresas estaduais e federais de distribuição e geração de energia elétrica, além de concessões na área de transporte e, até mesmo, de exploração de petróleo. (LANDI, 2010, p. 121).

Entre 1990 a 1994, o PND contabilizou US\$ 11,87 bilhões (US\$ 8,60 bilhões com vendas e US\$ 3,26 bilhões com dívida transferida), com alienação de 33 empresas, das quais 18 foram controladas e 15 participações minoritárias⁷⁰. Setorialmente os recursos se concentraram no setor siderúrgico, com 65% do total arrecadado, em seguida pelo setor petroquímico, com 22%. Dentre os compradores, houve a participação de 36% das empresas nacionais, instituições financeiras nacionais com representação em alguns consórcios que consolidaram 25% das receitas, além do papel dos fundos de previdência, atrelados às empresas estatais que representaram 14%, sendo que o capital estrangeiro teve participação de 5% nessa fase (BNDES Privatização no Brasil, *apud* LANDI, 2010).

Mas foi na fase posterior, entre 1995-2002, na gestão dos governos do presidente FHC, que a privatização avançou para os setores de infraestrutura e serviços públicos, ganhando força e destaque na venda do patrimônio público.

⁶⁹ Para Landi (2010, p. 122), com o PND o governo esperava a troca de ativos patrimoniais produtivos estatais por dívida pública, seja ela interna ou externa, sendo o PND capaz de atingir em 1990 o ajuste fiscal pretendido. O enfoque seria então fiscalista, sem ação da privatização com uma política industrial e de crescimento, mas "o programa vinculou-se plenamente à preocupação central do governo de diminuir o endividamento do setor público".

⁷⁰ Mais informações ver: Piccinini (1996), Moreira (1996), Landi (2010).

Destaca-se nessa fase a criação da Lei de Concessões nº. 8.987/95 que redefiniu o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, tendo o setor elétrico um tratamento particular nesse contexto. Os principais setores privatizados foram o setor elétrico, de petróleo e telecomunicações.

Como se evidencia com a inclusão do Brasil na mundialização do capital em sua fase de "financeirização" (CHESNAIS, 2009), a lógica foi reorganizar o papel do Estado e do capital nos processos de acumulação, sendo a privatização um mecanismo que no discurso oficial visava não só tirar o país da crise da dívida pública, mas também dar maior competitividade às empresas privatizadas. O "Estado gestor", privatizante, iniciado na década de 1990 foi intensificado com os governos de FHC, conforme já dito.

No entanto, se no quadro do "Novo Desenvolvimentismo", o lulismo prega um papel mais ativo do Estado, o que muda em relação à dinâmica do capital desencadeada com as privatizações no contexto dos governos liberais do período anterior?

Embora o Programa de Governo do Presidente Lula defendesse uma ruptura com a política privatizante do governo anterior, o que se constata não é a eliminação dos mecanismos privatizantes durante o "Novo Desenvolvimentismo", inclusive no governo da presidenta Dilma.

Se tomarmos como base as principais privatizações, em âmbito federal, no período de 2003-2008, durante os governos Lula identificam-se processos de privatização de dois bancos estaduais, e outorga para a concessão de serviços de transmissão de energia elétrica integradas ao SIN, além de licitação de trechos de rodovias federais⁷¹.

⁷¹ Portanto, destacam-se no período as principais ações:

a) 2003: Aneel continua outorga de concessões para exploração de empreendimentos de transmissão elétrica incluídos no PND, sendo leiloados na BOVESPA concessões de 7 lotes com 11 linhas de transmissão em vários estados; investimento de R\$ 1,8 bilhão;

b) 2004/2005: venda do Banco do Estado do Maranhão (BEM) e do Banco do Estado do Ceará, ambos comprados pelo BRADESCO, respectivamente, por R\$ 78 milhões e R\$ 700 milhões;

c) 2006-2008: ANEEL dá continuidade à outorga de concessão para transmissão incluídas no PND. **Também foram realizados o leilão da UHE de Santo Antonio (2007) e da UHE de Jirau (2008).** Também em 2007 a ANTT licitou 2.600 km de rodovias federais, e a inclusão do Trem de Alta Velocidade - TAV, por meio de concessão pública / Parceria Público-Privado (PPP);

d) Ainda em 2008 foram incluídos no PND, por meio de PPP, o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN), o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim (RJ) e o Aeroporto Internacional de Viracopos (SP); foram excluídas do PND as empresas controladas pela União responsáveis pelos

O resultado das privatizações no Brasil, entre 1990 a 2009⁷², teve com o PND receita equivalente a US\$ 30,8 bilhões, devido à venda de empresas, com a alienação de participações minoritárias, e com licitações. Além de US\$ 9,2 bilhões do valor da dívida transferida ao setor privado, totalizando US\$ 40,0 bilhões. Assim, o resultado geral das privatizações no Brasil no período atingiu US\$ 105,8 bilhões, tanto no âmbito federal como estadual (QUADRO 03).

QUADRO 03. Resultado Geral das Privatizações no Brasil (em bilhões US\$), 1990 - 2009

Programa	Receita de venda	Dívida transferida	Resultado Total
Privatizações Federais	59,8	11,3	71,1
PND	30,8	9,2	40,0
Empresas de telecomunicações	29,0	2,1	31,1
Privatizações estaduais	28,0	6,7	34,7
Total	87,8	18,0	105,8

Fonte: BRASIL - BNDES/PND (2009, p. 7).

Org.: José Alves.

Como vimos, os dados do BNDES sobre o PND não são estratificados por ano, o que dificulta a compreensão do peso deste no período Lula. No entanto, conforme informações apresentadas por Mercadante (2010, p. 84), no período de 1990 a 2002 o PND arrecadou US\$ 87,5 bilhões (menos as dívidas diferidas na ordem de US\$ 18,1 bilhões), sendo que deste total US\$ 78,6 bilhões correspondem às privatizações realizadas pelo governo FHC, especialmente no primeiro mandato. No total, as privatizações, incluindo o PND e as privatizações estaduais, envolveram um montante de US\$ 105,6 bilhões, equivalentes a 2009.

Tanto nos governos FHC, como no de Lula (até 2009), foram feitas 71 desestatizações nos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, financeiro e de petróleo. Apesar dos dados não serem estratificados por governo, o que dificulta uma diferenciação entre os governos

Portos Marítimos e Fluviais (BNDES, 2013). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html>. Acesso em: 23 mai. 2013.

⁷² Resultados da desestatização no âmbito do Programa, além do resultado obtido pelos estados com seus Programas Estaduais, e também com a venda das empresas federais de telecomunicações (BRASIL - BNDES/PND, 2009).

citados, não podemos incorrer no erro de colocá-los no mesmo patamar das privatizações. O que se quer demonstrar é a continuidade, apesar das particularidades, da desestatização na fase do “Novo Desenvolvimentismo”. Outra questão é que o PND 2009 não inclui resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos, linhas de transmissão e rodovias federais.

No entanto, há uma diferença importante que deve ser considerada no “Novo Desenvolvimentismo”, conforme Márcio Pochmann (informação verbal)⁷³, que considera o modelo de transferência do patrimônio público dos governos petistas diferente dos antecessores.

Isso porque

as PPPs, parcerias público-privadas, são diferentes das privatizações que ocorreram nos anos 1990. Lá se mantinha a capacidade produtiva e apenas se transferia a propriedade *ad aeternum* para o capital privado. Nas concessões realizadas pelos governos Lula e Dilma, há a transferência provisória da propriedade para a ampliação da capacidade produtiva. [...] o governo Fernando Henrique fez a transferência de patrimônio; **nas administrações petistas foram feitas concessões, que podem voltar para o Estado.** (RODRIGUES, 2013, p. 25, grifo nosso)⁷⁴.

Para o momento, Pochmann nos indicaria então uma diferença fundamental quanto à forma como o Estado atua na “gestão” do patrimônio estatal, pois ao contrário do ocorrido na era FHC, no “Novo Desenvolvimentismo” não há a transferência da propriedade para o capital de modo irreversível. Ou seja, nos governos Lula e Dilma as concessões seriam provisórias, a partir de contratos jurídicos/políticos, entre Estado e o capital privado, mas a propriedade efetiva mantém-se sob controle do Estado; cede-se, então, o direito de uso para o capital explorar tais bens/serviços.

Assim, tomando como base a análise de Landi (2010), podemos considerar que na gestão Lula, a área de infraestrutura teve mais

⁷³Em entrevista a Lúcia Rodrigues, Revista Caros Amigos, outubro de 2013.

⁷⁴No momento da redação deste texto ocorre o leilão do maior campo de petróleo já descoberto em território nacional, o Campo de Libra, a partir do modelo de partilha (vence a disputa quem oferecer ao governo maior fatia de petróleo extraído do campo, e não o maior valor pelo leilão para o campo explorado vigente no regime de concessão), considerado pela presidenta Dilma Rousseff como tendo sido um sucesso, haja vista a dimensão dos recursos que serão aplicados no Fundo Social. Só o preço inicial do contrato foi de 15 bilhões de reais.

preocupação com uma pauta de longo prazo do que de curto prazo, com olhar fiscal e de privatização.

Conforme Gomes (2012)⁷⁵, no governo Lula o PND focou determinados setores, especialmente o setor elétrico, e os novos arranjos público-privados buscaram manter a influência estatal, como no caso dos aeroportos. Ou seja, Lula não teria usado as privatizações para redefinir o papel do Estado, como ocorreu com FHC⁷⁶.

Se o "lulismo" imprimiu mudanças na ordem econômica do capitalismo brasileiro, não mais tendo o PND para bancar a dinâmica da política macroeconômica como ocorrera com as privatizações da fase peessedebista, que alterações podem ser verificadas na reorganização do capital em marcha sob o "Novo Desenvolvimentismo"?

Um primeiro ponto importante foi a retomada do papel do BNDES como banco de investimento, o que foi feito em um quadro de consolidação institucional e financeira dos bancos públicos, de modo a redefinir seu papel no fortalecimento da economia. Como já enfocado, isso foi fundamental para o estímulo ao crédito ao consumidor de modo a imprimir dinamismo à economia.

Nesse ponto, o destaque vai para o BNDES, que tem suas funções de indução e expansão dos investimentos e um agente de peso no desenvolvimento nacional. Para Mercadante (2010), isso ocorre tanto na retomada histórica de banco de investimento, tanto pelos próprios recursos do Banco com aportes do Tesouro Nacional, transformando-o em uma das maiores instituições de financiamento do desenvolvimento, como o Banco Mundial.

Se tomarmos como base os financiamentos do Banco, em especial dos desembolsos, mas também as aprovações, constatamos para o período de 1995 a 2011 (GRÁFICO 01) pelo menos dois pontos de destaque, que são: a) durante o período dos governos FHC, os financiamentos

⁷⁵

Disponível

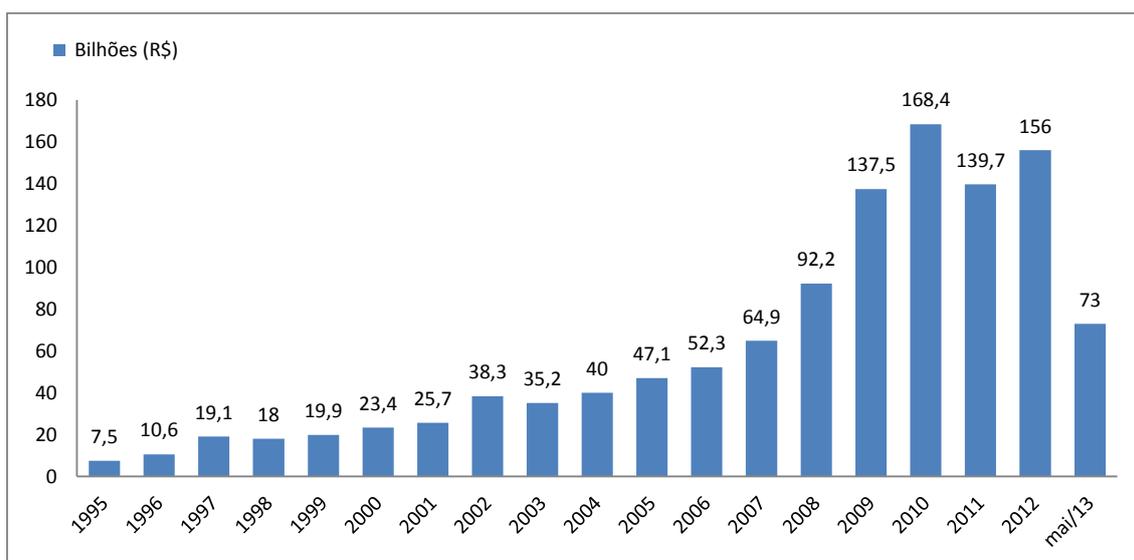
em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19585>. Acesso em: 23 mai. 2013.

⁷⁶ "A partir de 2003, com o fim do ciclo tucano e o início do governo Lula, a privatização saiu do primeiro plano da agenda nacional. Entretanto, jamais deixou de ser executada, no sentido de concessão a agentes privados da execução de obras e de serviços antes públicos. [...] O que domina a agenda pública agora [governos Lula-Dilma] é um retorno ao papel planejador do Estado" (GOMES, 09/02/2012).

mantiveram um crescimento reduzido, se comparado ao período Lula; b) foi sob o “Novo Desenvolvimentismo” que os financiamentos do Banco apresentam aumento significativo, em especial após 2004, já que no ano de 2003, Lula mantém a política econômica atrelada ao superávit primário para o pagamento da dívida, reduzindo os investimentos públicos.

GRÁFICO 01: Desembolsos do BNDES: período de 1995 a maio de 2013



Fonte: Anos 2000-2013, Relatórios Anuais e site do BNDES. Período de 1995 a 1999, Relatórios Anuais BNDES apud Mercadante, 2010.

Org.: José Alves.

Assim, quando focamos o papel do BNDES nos financiamentos para o setor de infraestrutura em energia hidrelétrica, em especial na Amazônia, constatamos que as grandes UHEs como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte têm expressivo financiamento de recursos dessa instituição - abordaremos essa questão de modo mais apropriado nos capítulos 3 e 4.

Nos governos Lula, destacam-se dois momentos, um antes da criação do PAC, em 2007, e outro após a retomada do investimento em infraestrutura. Em 2007, os desembolsos foram de R\$ 64,9 bilhões, enquanto as aprovações de propostas foram de R\$ 98,8 bilhões, o que representou 26,5% em relação a 2006. Assim como de 2005 para 2004 teve um aumento de 18%. Nos anos de 2009, 2010 e 2011 ocorreram os maiores desembolsos, respectivamente, R\$ 137,5, R\$ 168,4 e R\$ 139,7 bilhões, ou seja, financiamentos elevadíssimos mesmo com a crise internacional. Em 2012 o desembolso foi de R\$ 156 bilhões, 12% a mais no comparativo

com o ano anterior. Até maio de 2013, o desembolso foi de R\$ 73 bilhões (BRASIL - BNDES, 2011).

Em 2010 o Banco teve um desembolso de 22,6% a mais do que em 2009, e se descontar a capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 25 bilhões, os desembolsos atingiram R\$ 143,4 bilhões, superando os desembolsos de 2009.

Entre os setores de atividade, os destaques foram para a indústria e a infraestrutura, pois para o período de 2008, 2009 e 2010 os desembolsos foram, respectivamente, para a indústria nos valores de R\$ 39,0, R\$ 63, e R\$ 54 bilhões (BRASIL-BNDES, 2010). Para a infraestrutura os desembolsos foram de R\$ 35,1 bilhões em 2008, R\$ 48,7 bilhões em 2009, e R\$ 52,4 bilhões em 2010. Ou seja, os dois setores representaram 63% dos desembolsos do Banco (RELATÓRIO ANUAL BNDES, 2010, p. 21). O destaque para a infraestrutura refere-se à inclusão dos projetos do PAC na carreira do Banco. Abordaremos o tema em seção específica.

Como enfocado, o governo Lula atuou na perspectiva de fortalecer o papel do Estado na economia nacional, em especial com o BNDES no financiamento produtivo e em infraestrutura. Para Zibechi (2012, p. 160), essa teria sido uma marca dos governos Lula, em especial o segundo, ao tornar-se "financiador de grandes empresas para fortalecer grupos econômicos". Portanto, o Estado atuou na escolha de "campeões nacionais", "grandes grupos privados para fazê-los competitivos no mundo", de modo a incentivar fusões e megaoperações, tornando-se sócio de grandes empresas no país.

Para Tautz *et al.* (2011?), no governo Lula o BNDES e o Estado têm atuado na formação de conglomerados privados nacionais e internacionais, fomentado por fundos públicos, via capital estatal e para-estatal (empresas estatais e fundos de pensão). Assim, as privatizações e a liberalização econômica foram responsáveis por inaugurar um novo estágio do capitalismo brasileiro, pois se formaram importantes conglomerados privados nacionais, além de se fortalecer a presença de conglomerados estrangeiros, que têm o patrimônio público nos setores respectivos como base.

É nesse sentido, afirmam os autores, que o Estado por meio de uma suposta defesa de grupos nacionais, bem como da "escolha de vencedores" ou dos "eleitos", teria dado a atenção aos setores de

mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroeletricidade e da agropecuária, que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhão de reais desembolsados pelo BNDES nos governos Lula.

Estariam nessas "redes ou conglomerados", grandes e tradicionais empresas nacionais como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Votorantim, Bradesco/Vale, Gerdau. Mas também, além desses conglomerados privados, integraram também estas redes de proprietários as estatais, o BNDESPar (subsidiária integral do BNDES no mercado acionário) e a Eletrobrás, além dos fundos de pensão de funcionários de empresas públicas como PREVI, PETROS e o FUNCEF.

No processo de fusão, destacam-se alguns exemplos: a) a união de Sadia e Perdigão, em 2009, gerando a *Brasil Foods*, na qual o maior acionista individual é o Fundo de Pensão PREVI (do Banco do Brasil), com 13,6% de participação - o BNDES desembolsou 234 milhões de dólares e deteve 3% das ações; b) fusão dos frigoríficos JBS Friboi e Bertim, em 2009, no qual o BNDES investiu US\$ 4,7 bilhões em ambos os frigoríficos, tendo participação na empresa fusionada de 22,4%; c) fusão da Aracruz e da Votorantim Celulose e Papel, em 2009, com investimento do BNDES de 1,4 bilhão de dólares, detendo 34,9% da nova empresa; d) compra da Brasil Telecom pela Oi, em 2008, com investimento de US\$ 2,5 bilhões, sendo que o setor público ficou com 50%, tendo o BNDES 16,8%, Previ 12,9% e os fundos Petros e FUNCEF 10%, respectivamente (ZIBECHI, 2012, p. 160-165).

Como destacado, no "Novo Desenvolvimentismo" o governo Lula deu ao Estado maior capacidade de intervenção e papel ativo na economia. No entanto, no que tange ao papel do BNDES como financiador do desenvolvimento, Tautz *et al.* (2011?, sem paginação) defendem a tese de um **"alinhamento dos fundos públicos no governo Lula aos interesses das grandes empresas"**, e no caso dos financiamentos do BNDES, haveria condições de crédito amplamente favorecidos, déficits de transparência e ausência de contrapartida sociais, ambientais e econômicas nos contratos firmados.

Tautz *et al.* (2011?) citam os seguintes exemplos: Vale com R\$ 7 bilhões; o modelo de financiamento para as UHEs de Santo Antonio e Jirau, na qual o Banco se valeu do *Project Finance*, e "têm que as garantias apresentadas não são o patrimônio das empresas que compõem

os consórcios, mas sim os recebíveis, sua receita futura, comprometendo o Banco com a execução e os resultados do projeto" (TAUTZ, 2011?, sem paginação). Também destaca o caso de endividamento da Aracruz, na qual o Banco manteve o financiamento de R\$ 2,4 bilhões para que a Votorantim adquirisse aquela empresa. O Banco ficou com 34% da Fibria, a nova empresa, mas o controle ficou com a Votorantim que detinha 30% do capital da empresa - acordo de acionistas onde mesmo o Estado brasileiro sendo o sócio majoritário abre mão de um maior controle. Outro caso é o do setor elétrico com ação do Grupo Eletrobrás, que entra como minoritário, mas na maioria dos casos assume maior parte dos riscos e aceita um retorno de capital menor que as majoritárias, como o caso de Belo Monte, com participação da Chesf e uma sucessão de facilidades creditícias por parte do BNDES e fiscais do governo federal.

Assim, mesmo com a maior presença do Estado na economia, a crítica fundamenta-se no fato de que isso não tem conduzido a um maior controle público. Ao contrário, tem representado a transferência massiva de recursos públicos, acompanhada de flexibilização institucional. Não se tem, portanto, qualquer garantia de que o reforço do papel do Estado, mesmo nos casos propostos do Pré-sal e da TELEBRAS, não sirva prioritária e, principalmente, à acumulação e concentração privada, em detrimento dos interesses públicos. Assim, para Tautz et al. (2011?, p. 5-6) o padrão de acumulação, alimentado pelo BNDES nos Governos Lula, é questionável não apenas do ponto de vista das contradições relativas a sua origem, à trajetória histórica em que se inscreve, mas também dos seus resultados para a democracia e a justiça social e ambiental. Na verdade, tal padrão é insustentável econômica, social, ambiental e politicamente.

Já no governo da Presidenta Dilma Rousseff, as contradições também são visíveis quanto ao "Novo Desenvolvimentismo". Como exemplo, destaca-se o Leilão da 11ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, realizado entre 14 e 15 de maio de 2013 no Rio de Janeiro, com arrecadação de R\$ 2,8 bilhões, o que representou R\$ 823 milhões a mais do que o antigo recorde, de R\$ 2,1 bilhões obtidos em 2009. Segundo informações no Jornal Brasil de Fato (nº. 534), dos 30 grupos vencedores do leilão

do petróleo, 18 são estrangeiros, multinacionais que se beneficiaram com o modelo de concessões.

Isso mostrou o "apetite" das grandes empresas para o petróleo do Pré-sal, inclusive para o leilão realizado em 21 de outubro de 2013, que teve a participação de um único consórcio formado por Petrobrás (40%), a francesa Total (20%), a anglo-holandesa Shell (20%) e as chinesas CNPC e CNOOC (10% cada). O consórcio manteve o lance mínimo, de 41,65% do excedente de óleo bruto ao Estado brasileiro, bem como receberá o depósito de R\$ 15 bilhões de bônus inicial do leilão. As críticas são muito intensas para esse leilão, indo desde os mais liberais, que havia muita interferência do Estado e isso teria excluído a participação de outras gigantes petroleiras para formar novos consórcios e aumentar o percentual de óleo excedente. Critica-se também o modelo de partilha, pois os críticos mais radicais afirmam que a União, dona de 100% do petróleo de Libra, ficará apenas com 41%, entregando o restante ao capital internacional, embora ainda haja a participação da Petrobras no processo. Fato é que o governo Dilma destaca como positivo a possibilidade de a partir do consórcio formado, como importante participação de 40% da "estatal" nacional, também ter o Estado direito de 73% a 85% dos lucros do bloco - percentual muito questionado. O fato mais destacado no pronunciamento da presidenta foi o investimento desse lucro na área social - educação receberá 75% dos *royalties* (15% do valor do barril) e a saúde com 25%.

Outro exemplo de medidas "privatizantes" do governo Dilma foi a aprovação no Congresso Nacional da Medida Provisória 595, também na mesma semana do leilão do petróleo, que cria novo marco regulatório para os portos brasileiros. Essa MP cria um problema de concorrência entre os próprios portos estatais e os privados, já que esses últimos até o momento só podem transportar as próprias cargas, mas com a MP eles poderão transportar cargas de outras empresas.

Outra preocupação sob o governo Dilma refere-se ao setor hidrelétrico, nosso interesse de investigação, já que até 2015, 12 UHEs e 23 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), terão contratos de concessão encerrados. A crítica está na possibilidade de novas concessões para tais usinas, ao invés da União manter o controle sobre o setor elétrico.

Portanto, o que tudo indica, o modelo de desenvolvimento chamado "Novo Desenvolvimentismo", apresenta dilemas e contradições que sintetizam a própria dinâmica do capitalismo brasileiro. Ou seja, mesmo com medidas para fortalecer crescimento econômico, permitir o acesso da população pobre e carente ao mercado, o forte investimento e financiamento do Estado em infraestrutura e na indústria, há um maior benefício para o grande capital, para a burguesia nacional e internacional, do que para a classe trabalhadora.

É nesse sentido que Boito (2012, jornal Brasil de Fato), fala dos interesses de uma burguesia interna, que é integrada por grandes empresas de vários setores da economia, sendo unificado via motivação de proteção do Estado na concorrência como capital estrangeiro. Assim, a ascensão do governo Lula representou para essa fração da burguesia a disputa do Estado brasileiro com o grande capital internacional. Esse aspecto da política de crédito do BNDES para a formação das "campeãs nacionais" representa os interesses desse grande capital, constituinte pela fração burguesia interna.

Crítica na mesma direção foi apresentada no editorial do Jornal Brasil de Fato (BRASIL DE FATO, n°. 534, 2013, p. 2), ao destacar que o governo Dilma apresenta uma agenda privatizante, equivocada em relação às concessões dos portos, aeroportos, rodovias, petróleo e energia elétrica. Isso porque "a questão central é que elas aprofundam a desnacionalização da economia brasileira, comprometem a soberania nacional e não contribuem para viabilizarmos um projeto nacional de desenvolvimento".

Esse fato chama ainda mais a atenção se lembrarmos que o PIB no primeiro trimestre de 2013 teve um crescimento pequeno, embora dentro dos padrões internacionais como o estadunidense que está buscando sair de uma grande crise. A alta foi de apenas 0,6%, comparado ao mesmo período de 2012, inferior a expectativa do governo de 1,05%, com projeção anual de alta de 3,5%, o que significa para economistas consultados pelo Jornal Estadão, a indicarem um PIB anual com crescimento em torno de 2,5%. Após resultado da produção industrial no final de 2013 e início de 2014, segundo dados divulgados pelo Banco Central, a perspectiva do PIB, para analistas ouvidos pelo Banco, para 2013 seria de 2,30%. No entanto há projeções de crescimento em torno

de 2%, mesmo com todos os incentivos dados pelo governo à indústria nacional (CARNEIRO e SOARES, 2014).

Com base nesses dados, o governo Dilma recebe fortes críticas da oposição e da mídia burguesa nacional que questionam o modelo de desenvolvimento em curso. Questiona-se que o modelo com base na tese do aumento do consumo estaria no limite, e mesmo o governo apostando no direcionamento para a base do investimento como referência, já que as medidas para fortalecer o consumo foram adotadas e espera-se ainda mais resultados, a lógica que o investimento passasse a puxar o desenvolvimento nacional (conforme defesa do Ministro da Fazenda Guido Mantega).

Vejamos como os investimentos, via PAC, foram postos pelo "Novo Desenvolvimentismo" como um dos pilares para a reestruturação da infraestrutura nacional e motivador do crescimento nacional, em especial, as ações voltadas para o setor de energia hidrelétrica e a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética.

CAPÍTULO 03

**ESTADO E POLÍTICAS TERRITORIAIS: O PAPEL DO PAC
ENQUANTO MOTIVADOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E
DINAMIZADOR DE INFRAESTRUTURA**

Este capítulo tem como objetivo compreender o papel do Estado burguês, a partir do "Nacional Desenvolvimentismo", com a elaboração do PAC enquanto dinamizador do crescimento econômico, e suas ações para a concretização da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, via políticas públicas de infraestrutura hidroenergética.

3.1 O PAC enquanto motivador do crescimento econômico

O primeiro mandato do Presidente Lula foi comemorado pelos avanços da política econômica em "conseguir estabilizar a economia e construir as bases para o crescimento com distribuição de renda" (BRASIL - MP/PAC, 2007, p. 2).

Com esse cenário de euforia apresentado pelo governo federal, o Presidente Lula lançou, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado às ações e metas para um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e mecanismos de incentivos e facilitação do investimento privado.

Assim, constituem-se como eixos estruturantes do PAC (BRASIL - MP/PAC, 2007), os seguintes pilares:

a) Investimento em infraestrutura em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, por meio dos eixos em logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, além de combustíveis renováveis), infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos);

b) Estímulo ao crédito e financiamento, em especial ao crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura, com redução de juros e contando com o apoio dos bancos estatais como Caixa Econômica Federal e BNDES;

c) Medidas tributárias e fiscais, que incluem desonerações visando o estímulo ao investimento na construção civil e aquisição de bens de capital e promoção do desenvolvimento tecnológico dos setores da TV digital e de semicondutores. As medidas fiscais no PAC 1 (2007-2010) indicavam a contenção do crescimento do gasto com pessoal do governo federal, via criação do teto de 1,5% para o crescimento anual

da folha de pagamento, e política de longo prazo para o salário mínimo. Como veremos, posteriormente, penaliza-se o funcionalismo público e se estabelece um limite de aumento para o salário mínimo;

d) Outro elemento de destaque no Programa, conforme discurso oficial, seria atrelar tais políticas citadas à manutenção da responsabilidade fiscal e buscar a redução gradual da dívida do setor público na relação com o PIB.

Neste sentido, para o PAC 1, o cenário era de redução da taxa de juros, de uma taxa SELIC de 12,2%, em 2007, para 10,1%, em 2010; taxa de inflação de 4,1% em 2007, ficando na margem do teto de 4,5% em 2010; taxa de crescimento do PIB de 4,5% em 2007 para 5,0% em 2010. Esse quadro macroeconômico do PAC está atrelado aos fundamentos econômicos da estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa, o que constituem-se em elementos de críticas ao Programa, por ser restritivo ao crescimento econômico, e atrelado ao que alguns economistas denominam de modelo liberal periférico e capitalismo dependente, como veremos ao longo desse capítulo.

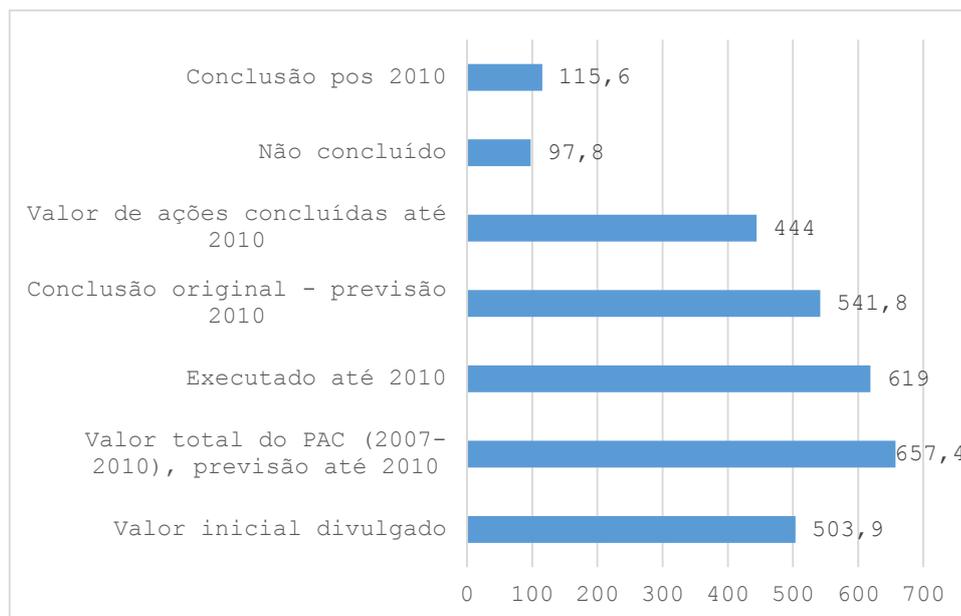
Após o PAC 1, no período de 2007-2010, foi lançado o PAC 2, com a abrangência para o período de 2011-2014, considerado pilar do desenvolvimento também no governo da Presidenta Dilma, assim como o foi nos governos do Presidente Lula da Silva.

Dentre as promessas do PAC 1 e 2, estaria a melhora no ambiente de investimentos, de modo a agilizar e facilitar sua implementação em infraestrutura, como o aperfeiçoamento do marco regulatório, em especial no que tange à questão ambiental, mas também buscando incentivar o desenvolvimento regional, com a recriação da SUDAM e SUDENE. O documento de lançamento do PAC (BRASIL - MP/PAC, 2007), buscava induzir um novo conceito de infraestrutura no País "que faz das obras de infraestrutura um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, para que elas sejam capazes de trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos" (BRASIL, 2007, p. 15).

A primeira constatação do PAC 1 é a dos vultuosos investimentos em infraestrutura que o Programa previa para os seus 4 anos de duração. Inicialmente, o valor divulgado, conforme o Gráfico 02, foi de R\$ 503,9 bilhões, sendo este ampliado ao longo do Programa com previsão para R\$ 657,4 bilhões. Deste total, foram executados até

o ano de 2010 R\$ 619 bilhões, sendo deste montante previsto, realizada a conclusão no valor de R\$ 541,8 bilhões. No fechamento do PAC 1, os dados mostraram que as ações concluídas até o mês de dezembro de 2010 foram de R\$ 444 bilhões, ou seja, 82% do total da execução orçamentária do PAC 1.

GRÁFICO 02: Valores de execução financeira do PAC 1 (bilhões R\$)



Fonte: BRASIL - MP/PAC, 2010. Balanço 4 anos do PAC: 2007-2010.
Org.: José Alves.

Da execução financeira do PAC 1, no que tange a previsão e ações concluídas por eixos, constata-se, conforme o Gráfico 03, que o eixo Energia⁷⁷ foi o com maior investimento, sendo seguido por social e urbano, e logística.

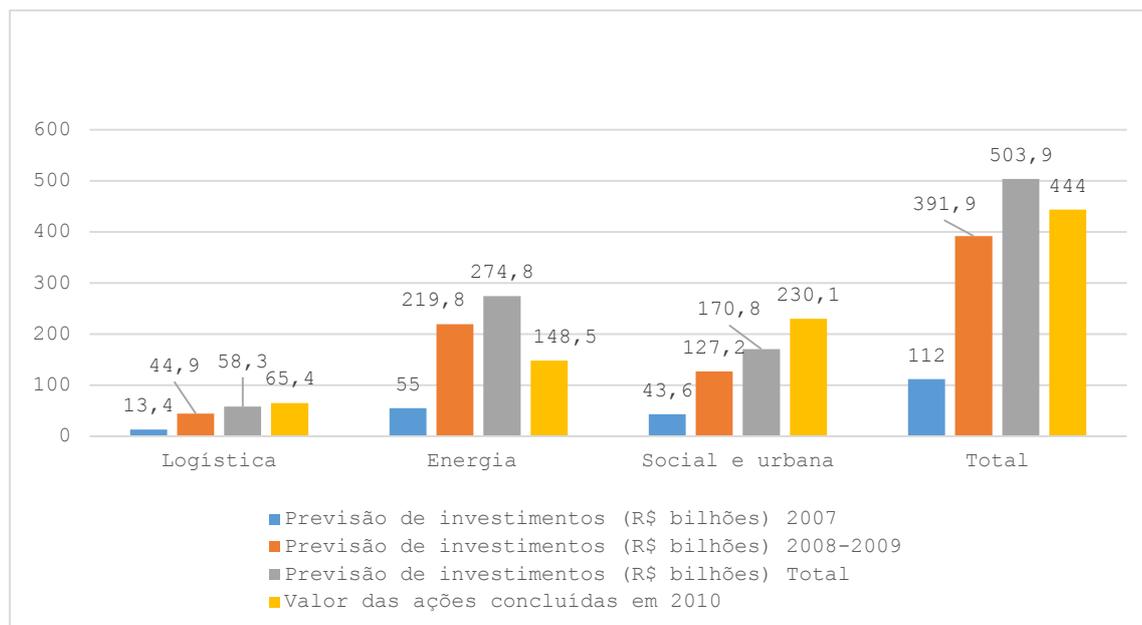
Do total dos investimentos, para o primeiro ano do Programa, a previsão em 2007 foi de R\$ 112 bilhões, aumentando em 2008-2009 para R\$ 391,9 bilhões, e R\$ 503,9 bilhões para os 4 anos. Como já indicamos, dos investimentos previstos foram concluídos em R\$ 444 bilhões.

Para o eixo Logística, foram concluídas ações no valor de R\$ 65,4 bilhões, R\$ 7,1 bilhões superiores ao valor total previsto. As rodovias foram as mais beneficiadas, com R\$ 42,9 bilhões, equivalente a obras concluídas de 6.377 km, entre duplicação/adequação (1.306 km), pavimentação/construção (1.789 km), concessão de rodovias (3.282 km).

⁷⁷ Composto de geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, e combustíveis renováveis.

Outros dois eixos de destaque foram a marinha mercante, com financiamento de 301 embarcações e 5 estaleiros no valor de R\$ 17 bilhões, e R\$ 3,4 bilhões de ferrovias, com 909 km de obras concluídas e 3.757 km em andamento.

GRÁFICO 03: Execução financeira do PAC 1 - previsão e ações concluídas (R\$)

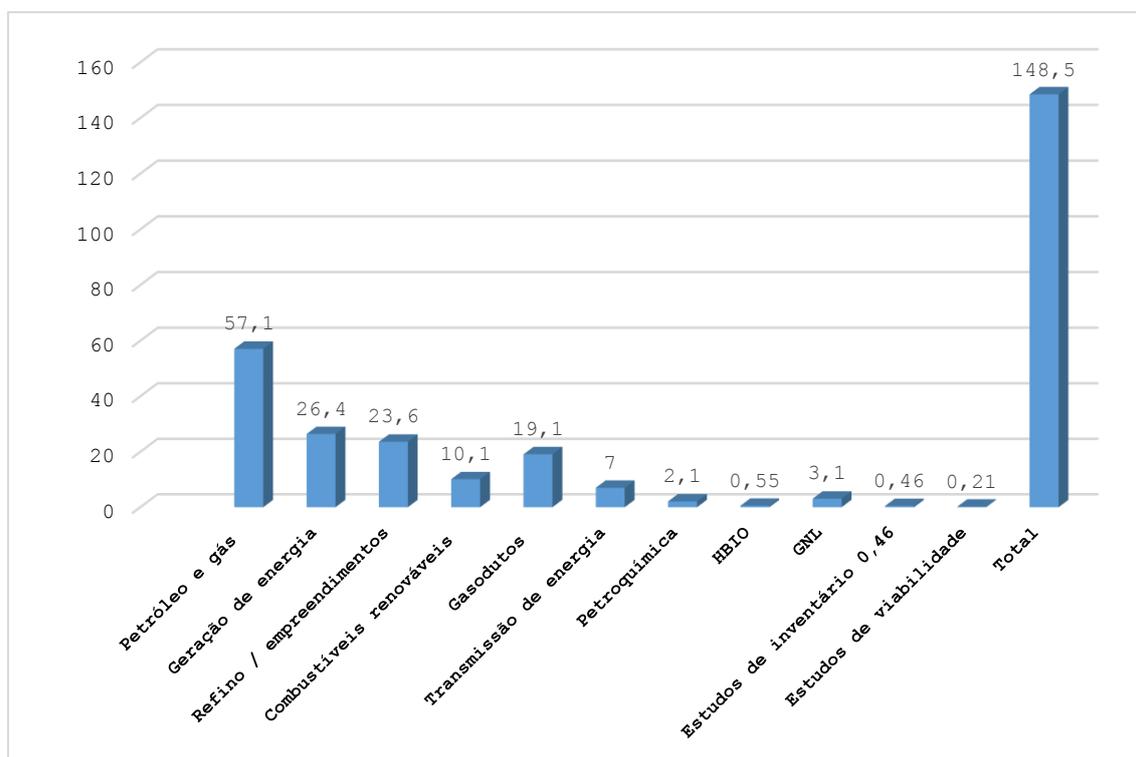


Fonte: BRASIL - MP/PAC 2010. Balanço 4 anos do PAC 1: 2007-2010.

Org.: José Alves.

No Eixo Social e Urbano, as ações concluídas foram da ordem de R\$ 230,1 bilhões, sendo o maior montante para financiamento habitacional no valor de R\$ 216,9 bilhões, R\$ 6,6 bilhões para o Programa Luz para Todos, além de outras ações em recursos hídricos, saneamento, metrô e construção de habitações.

Já o eixo Energia, conforme Gráfico 4, as ações concluídas foram da ordem de R\$ 148,5 bilhões, distribuídos principalmente para Petróleo e gás (R\$ 57,1 bilhões), geração de energia (R\$ 26,4 bilhões - 10.851 MW), refino de petróleo com 16 empreendimentos (R\$ 23,6 bilhões), gasodutos (R\$ 19,1 bilhões) e transmissão de energia elétrica (R\$ 7 bilhões), além de combustíveis renováveis (R\$ 10,1 bilhões).

GRÁFICO 04: Obras concluídas PAC 1 (R\$ bilhões) - Eixo Energia

Fonte: BRASIL, 2010. Balanço 4 anos do PAC: 2007-2010.

Org.: José Alves.

No PAC 01, os destaques de grandes obras em infraestrutura foram as UHEs de Santo Antônio e Jirau, bem como o planejamento de Belo Monte, e a inauguração da Eclusa de Tucuruí (PA), além das refinarias no Nordeste, o COMPERJ e a transposição do Eixo Norte do rio São Francisco. O governo comemorou também a conclusão de 6.377 km de rodovias, 909 km de ferrovias, além de 12 novos campos de petróleo, 12 plataformas em operação e 3.776 km de gasodutos.

Nos investimentos do PAC há destaque para importância da participação das estatais, como no caso da Petrobras⁷⁸ para o eixo Energia, já que estas foram responsáveis por investimentos da ordem de 1,12% do PIB em 2007, 1,85% em 2009 e 2,02% em 2010, enquanto o governo federal foi responsável por 0,72%, 1,02% e 1,25%,

⁷⁸ O Balanço do PAC de 2 anos (2007-2008), mostra que a Petrobras foi responsável por 35% do PAC em 2008, com investimento aumentado de 0,76% do PIB (2007) para 1,1% do PIB em 2008. Quando comparado o investimento público do Governo Federal e da Petrobras, entre 2003 a 2009, constata-se que enquanto o governo federal teve um aumento progressivo de 0,31%, em 2003, para 1,20% em 2009, a Petrobras também teve participação sempre crescente e significativa no investimento em relação ao PIB, ou seja, em 2003 representava 0,81%, em 2007 0,93%, e em 2009 1,4%, valores do PIB em investimento (BRASIL, 2009 - Balanço PAC 2 anos).

respectivamente. Em termos gerais, os investimentos públicos tiveram um aumento, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,2% nos 12 meses encerrados em outubro de 2010. Considerando o investimento Público e Privado, a participação total no PIB aumentou de 16,4%, em 2006, para 18,7% em 2008, mantendo em 18,4% em 2010 (BRASIL - MP/PAC, 2010).

Portanto, aqui vale registrar a importância da atuação das estatais com investimentos em infraestrutura, a exemplo do grupo ELETROBRAS com participação nos projetos de grandes UHEs construídas, em construção e planejadas durante o PAC 1 e 2, como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

Os resultados do PAC contribuíram, segundo o Governo Federal, para uma taxa de crescimento do PIB entre 2007-2010, base de 4,6%, frente ao esperado do Programa de 4,9%, o que foi considerado positivo frente às crises de 2008-2009, além de serem taxas consideradas superiores em momentos anteriores, como 3,5% na média de 2003-2006. Isso teve como respaldo, por exemplo, a redução da Taxa de Juros a Longo Prazo para 6,0% a.a., redução do custo de empréstimos da União para o BNDES, bem como a redução da taxa de juros para a aquisição de bens de capital com financiamento do Banco.

Para o Eixo Energia, os instrumentos de incentivo ao investimento privado em infraestrutura energética foram financiamento com aumento do prazo limite de 14 para 20 anos, financiamento mínimo de 70% do investimento, dentre outros pontos.

Ainda como "legado" do PAC 1, outro é o recorde de financiamento e desembolso do BNDES, que teve uma aprovação de financiamento aumentado em 130% entre 2006 e 2009, e aumento de 167% nos desembolsos para o mesmo período. Os desembolsos no período de 2007 a 2012 variaram entre R\$ 64,9 bilhões em 2007, R\$ 136,6 em 2009, R\$ 168,4 em 2010 - o maior volume desde 2002 - R\$ 156 bilhões em 2012, e no acumulado até março de 2013 a estimativa de R\$ 168,7 bilhões em 2013.

Esses e outros elementos permitiram ao Governo Federal apresentar avaliação positiva do PAC 1, e sua continuidade via PAC 2. No Balanço de 4 anos do PAC 1, o Comitê Gestor considerou que os resultados alcançados "mostram acerto da decisão de lançar o Programa", devido à expansão da economia brasileira.

Para a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, quando o Presidente Lula lançou o PAC, em janeiro de 2007,

os objetivos eram incentivar os investimentos públicos e privados em infraestrutura e com isso garantir os investimentos nessa área que o país precisava para continuar seu desenvolvimento. Fazer crescer o emprego e a renda, com isso também combater a desigualdade social e regional no nosso país, acelerando com isso o crescimento econômico. **E esses objetivos foram todos alcançados** (informação verbal⁷⁹, grifo nosso).

Mantendo a euforia do crescimento acelerado, o Presidente Lula lançou, em 29/03/2010, a segunda fase do PAC, denominado de PAC 2, estruturado em seis eixos que contemplam as grandes linhas já trabalhadas na fase anterior do programa. Os eixos são: Transporte, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, e Água e Luz para Todos (QUADRO 04).

A meta para o PAC 2, segundo o Governo Federal, é de ampliar os investimentos, pois o valor total previsto no período de 2011 a 2014 foi de R\$ 955 bilhões, mais R\$ 631,4 bilhões após 2014, totalizando R\$ 1,59 trilhão.

Os eixos com maior aporte de investimentos previstos continuaram sendo o de energia (incluindo petróleo), com previsão entre 2011-2014 de R\$ 461,6 bilhões, e mais R\$ 626,9 bilhões após 2014, seguido pelo eixo Minha Casa, Minha Vida, com R\$ 278,2 bilhões, e o de transporte com R\$ 104,5 bilhões no PAC 2, mais R\$ 4,5 bilhões pós 2014. O destaque no eixo energia e Minha Casa, Minha Vida, se deve, no primeiro, para a importância de petróleo e gás natural responsável por 61% dos recursos do PAC 2. Já o PAC Minha Casa, Minha Vida, do total previsto, 63,26% reservados para financiamento SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), e 25,7% específicos para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Quando analisamos os investimentos executados no PAC 2 (GRÁFICO 05), em três momentos distintos - 3º Balanço (até 30/12/11), 6º Balanço (até 30/12/12) e 7º Balanço (abril de 2013), constata-se o crescente aumento dos investimentos executados no total do Programa,

⁷⁹ Declaração de Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, durante palestra realizada em São Paulo, em 22/08/11.

que foi de R\$ 204,4 bilhões no primeiro ano, R\$ 472,4 bilhões no segundo ano, chegando a R\$ 557,4 até o primeiro trimestre de 2013.

QUADRO 04: PAC 2 - Eixos, abrangência e objetivos

Eixo	Abrangência	Investimentos	Objetivo
Transporte	Rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos, equipamentos para estradas vicinais.	R\$ 104 bilhões (2011-2014) e R\$ 4,5 pós 2014, total de R\$ 109 bilhões.	Viabilizar uma matriz de transporte diversificada, menos poluente, com redução de custos logísticos, e com mais segurança.
Energia	Geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, refino e petroquímica, revitalização da indústria naval e combustíveis renováveis.	R\$ 461,6 bilhões (2011-2014) e R\$ 626,9 pós 2014, total de R\$ 1.088,5 trilhão.	Garantir uma matriz energética com fontes limpas e renováveis.
Cidade Melhor	Saneamento, prevenção de áreas de risco, pavimentação e mobilidade urbana.	R\$ 57,1 bilhões.	Melhoria da qualidade de vida urbana, com ações de infraestrutura de saneamento, prevenção de áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação.
Comunidade Cidadã	Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches e pré-escolas, praças dos esportes e da cultura.	R\$ 23 bilhões.	Investir na presença do Estado nos bairros populares, com cobertura de serviços básicos à população.
Minha Casa, Minha Vida	Minha Casa, Minha Vida, urbanização de assentamentos precários, financiamento habitacional (SBPE).	R\$ 278,2 bilhões.	Reduzir o déficit habitacional, incentivar a construção civil, gerando emprego e renda.
Água e Luz para Todos	Luz para Todos, água em áreas urbanas e recursos hídricos.	R\$ 30,6 bilhões.	Oferecer serviços básicos de luz e água para população, com revitalização e preservação de recursos hídricos.

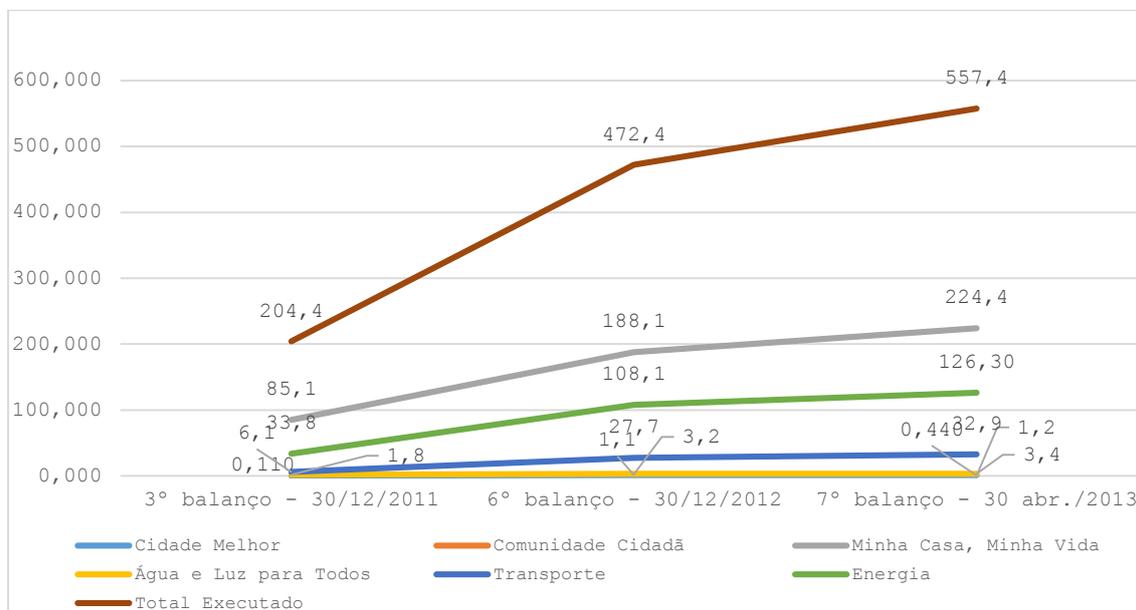
Fonte: BRASIL – MP/PAC (2011).

Org.: José Alves.

No eixo Energia, as ações concluídas foram no valor de R\$ 126,3 bilhões, com a entrega de 8.457 MW ao parque gerador brasileiro. Destaque para a operação da UHE de Simplicio com 333 MW (rio Parnaíba)

e da 12ª unidade geradora de Santo Antônio, chegando a 27% de sua capacidade total. Além da conclusão de 22 Linhas de Transmissão (LTs), com 5.256 km de extensão e 25 subestações.

GRÁFICO 05: PAC 2 - investimentos executados (R\$ Bilhões)



Fonte: BRASIL - MP/PAC (relatórios do PAC 2010, 2011, 2012, 2013a, 2013b).
Org.: José Alves.

Diante do exposto, os dados divulgados pelo governo sobre o desempenho do PAC (1 e 2) permite-nos constatar alguns avanços importantes no setor de infraestrutura nos últimos anos, mas deve ser considerado o sucesso propagado pelo governo, tendo forte relação não só com o crescimento econômico, mas também com o desenvolvimento nacional.

Sampaio Jr e Reinaldo Gonçalves fazem uma análise crítica das gestões dos governos Lula e Dilma no Brasil e da sua capacidade de mudar o quadro de desenvolvimento nacional. Portanto, sob o "Nacional Desenvolvimentismo" não teriam sido alteradas as bases macroeconômicas necessárias para mudanças estruturais na sociedade brasileira, inclusive no que tange à necessidade de superação do gargalo em infraestrutura, mesmo com os avanços reconhecidos do PAC.

Para Sampaio Jr (2012), a tese defendida pelo governo federal de que o Brasil vive um surto de desenvolvimento é um mito, mesmo que se ampare em diversos elementos da realidade. Haveria o destaque, por

parte do governo, dos aspectos positivos e a camuflagem dos negativos, dando uma visão parcial e distorcida da realidade.

É justamente esta perspectiva crítica do PAC que devemos ter em mente, pois como constatado no capítulo anterior, as taxas de crescimento do PIB vêm sendo cada vez mais modestas nos últimos anos, em especial no governo Dilma, tendo em vista o contexto internacional e global da própria crise estrutural do capital, como enfocado.

Assim, dois pontos merecem destaque.

O primeiro refere-se ao que Alves (2013a) denomina de "caráter farsesco", na medida em que o "Neodesenvolvimentismo" estaria limitado pelos "constrangimentos da ordem sistêmica do capital no plano do mercado mundial". Portanto, "nas condições da crise estrutural do capital, o desenvolvimentismo possível ou o desenvolvimento social no interior da ordem burguesa hegemônica hipertadia é o projeto neodesenvolvimentista" (ALVES, 2013a, não paginado). Portanto, entre outros aspectos isso interferiria, ao nosso ver, na capacidade do Estado em realizar os investimentos necessários em infraestrutura, tendo em vista inclusive a dificuldade (ou não projeto político) de romper com o tripé neoliberal (câmbio flexível, metas de inflação e superávit primário), e sua subordinação ao capital financeiro pelo sistema de dívida pública.

Este atrelamento ao capital financeiro constitui-se em uma das bases para que o Estado no "Novo Desenvolvimentismo" tivesse como política norteadora de infraestrutura, em especial a energética, os mecanismos de parceria público-privada, bem como a partir dos vultosos financiamentos ao capital privado nacional e internacional para atuar nesse setor, via concessões públicas e leilões e disponibilização dos recursos do BNDES e do Tesouro Nacional.

O outro ponto, indicado por Sampaio Jr (2012), refere-se a camuflagem dos aspectos negativos decorrentes dos antagonismos do "Novo Desenvolvimentismo", ou seja, quando analisamos o modelo de investimento no setor de energia hidrelétrica, tendo a Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, e o favorecimento do grande capital na apropriação e mercantilização dos recursos naturais, omite-se esses mecanismos de pilhagem dos recursos e da perda da soberania nacional sobre um bem estratégico, como a água.

Ainda nessa perspectiva, omite-se também e camufla os conflitos decorrentes da construção dessas grandes obras pelo PAC, como as revoltas de trabalhadores nos canteiros das UHEs, a exemplo de Jirau.

Quando retomamos a questão macroeconômica, segundo Gonçalves (2013a, p. 169), as análises estruturais durante o governo Lula apontam que "não houve 'grandes transformações', 'reversão de tendências estruturais' e 'políticas desenvolvimentistas'". Portanto, um fraco desempenho macroeconômico em consequência da consolidação do modelo econômico implementado, por ele denominado de Modelo Liberal Periférico.

Assim, entre 2003 e 2011, o crescimento da economia brasileira foi em média de 3,6% ao ano, considerado por Sampaio Jr (2012) bem abaixo do que deveria ser necessário para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho, algo em torno de 5%. Os investimentos (públicos e privados) tiveram taxa média abaixo de 17% do PIB. A estimava do Ministério da Fazenda entre 2011 e 2015 será de 21,3%, algo muito questionável tendo em vista o crescimento do PIB entre 2011 e perspectiva de fechamento de 2013, bem abaixo da meta, como já dito anteriormente, de 5,1%.

Além disso, a perspectiva de investimento está fundada em grande parte no setor público, o que representou 69,3% em 2010, em relação a 30,6% do setor privado. No setor público uma questão importante é o peso dos investimentos já previstos pelas estatais, e não novo aporte de recursos do governo federal, com exceção do PPI (Programa Piloto de Investimento), considerado importante por ter tido aumento da dotação orçamentária, mas de recursos extras de apenas 0,5% do PIB. Sampaio Jr (2007) considera um montante ínfimo para os investimentos em infraestrutura, que teve índice abaixo do PIB em infraestrutura (1%), em 2007.

Além disso, para Ávila (2007), o PPI segue uma lógica do FMI de que deva abranger empreendimentos que tenham retorno financeiro, em especial por cobrança de pedágios e tarifas, como ocorre no setor de transporte. Em suma, o PPI é visto pelo autor como mais uma forma de financiar privatizações.

Já o papel da iniciativa privada também é questionado tendo em vista a valorização do capital fictício e rentista em detrimento

do capital produtivo, que necessita de grandes imobilizações de capital e longo prazo de maturação para obtenção dos retornos e lucros dos capitalistas.

Além disso, outro pilar da política macroeconômica dos governos Lula e Dilma, tem sido a prioridade para o superávit primário, com forte ajuste fiscal. Neste ponto, reside outra crítica à capacidade do PAC de viabilizar, de fato, o desenvolvimento socioeconômico do país, tendo em vista que não questiona o modelo econômico, que serve principalmente ao pagamento da dívida, ao aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e territoriais, expressão de um capitalismo periférico e concentracionista, como o brasileiro.

Para Ávila (2007), essa estratégia do governo federal em manter a superação do superávit primário e priorização aos gastos com a dívida pública, constitui-se na estratégia do "Déficit Nominal Zero", como proposto por Delfim Netto a Lula. Como o superávit em 2007 equivalia a menos da metade dos juros, a proposta de Delfim visava um ajuste fiscal de longo prazo, com corte da gastos sociais (previdência, salário mínimo e dos servidos públicos) por um período de 10 anos, para viabilizar o pagamento total dos encargos da dívida. Assim, o PAC 1 previa gastos federais com os juros e amortizações das dívidas interna e externa na ordem de R\$ 275 bilhões, 37% do Orçamento Federal para o ano de 2006. Esse modelo econômico é um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento, pois os R\$ 275 bilhões gastos com a dívida, em um ano, equivaleram à metade do valor anunciado para o PAC 1, em quatro anos. Há limites claros aos gastos sociais, mas não aos gastos da dívida, destaca Ávila (2007).

Esse peso do superávit primário, que se manteve nos governos dos Presidente Lula e Dilma, e com ele uma lógica de manter o modelo de atendimento aos credores financeiros e exportadores (como exemplo o peso do agronegócio e do latifúndio no período, frente à prioridade dada às exportações), representa um gasto de 37% de seu orçamento anual para remunerar os rentistas, não sendo esse montante investido em áreas prioritárias como saúde, educação, reforma agrária, que estão fora do PAC (SAMPAIO JR., 2007). A dívida líquida do setor público apresentada no balanço de 4 anos do PAC 1 mostrava que em 2009 era de 43,4% do PIB, e 41,5% em 2010, não considerando a Petrobras e Eletrobras.

Gonçalves (2013a) e Filgueiras et al (2010) dão significativa contribuição na análise do modelo atual de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois têm indicado que esse seria um elemento da continuidade e fortalecimento do Modelo Liberal Periférico da economia brasileira posto em prática desde a década de 1990, mas intensificado nos governos Lula e Dilma. Com isso, teríamos (para Gonçalves, 2013b) um Brasil negativado, pois, entre outros elementos (como a dívida das famílias e das empresas) nos governos petistas o país teve que fazer enorme esforço de controle de gastos para gerar superávit primário, que foi de 3,2% do PIB, se tomar como média no período de 2003-2014. Apesar dos esforços, "isto não foi suficiente para compensar as elevadas despesas com o serviço da dívida pública (juros)".

Segundo dados do Blog Auditoria Cidadã da Dívida⁸⁰, no ano de 2013, até 17/7, a dívida consumiu R\$ 576 bilhões, o que corresponde a 53% do gasto federal. Para o Orçamento da União de 2012, no montante de R\$ 2 trilhões e 150 bilhões (R\$ 2.150.458.877.507), o valor destinado à dívida pública corresponde a 47,19% de todo o orçamento, algo superior a 1 trilhão de reais, correspondente a juros e amortizações da dívida, incluindo a chamada "rolagem" - refinanciamento⁸¹.

De acordo com Gonçalves (2013b), no aspecto do desenvolvimento macroeconômico, se FHC teve desempenho medíocre, os governos Lula tiveram fraco desempenho. Isso porque durante os governos petistas a estrutura econômica brasileira iniciou ou aprofundou tendências que comprometem a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo, haja vista a tendência à desindustrialização e dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica, desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa, maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominação financeira. Portanto, um "desenvolvimento às avessas".

Em contrapartida, destaca Gonçalves (2013b, p. 18):

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br>>. Acesso em setembro de 2013.

⁸¹ Para uma análise do questionamento da dívida ver Ávila e Fattorelli, "Os números da dívida". In: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2013.

É a trajetória do Brasil no início do século XXI que se caracteriza, na dimensão econômica, por: fraco desempenho; crescente vulnerabilidade externa estrutural; transformações estruturais que fragilizam e implicam volta ao passado; e ausência de mudanças ou de reformas que sejam eixos estruturantes do desenvolvimento de longo prazo. Nas dimensões social, ética, institucional e política desta trajetória observa-se: invertebramento da sociedade; deterioração do ethos; degradação das instituições; e sistema político corrupto e clientelista.

O último ponto importante desse "modelo de acumulação neoliberal-periférico", como diz Sampaio Jr (2007), que além das metas inflacionárias, liberalização e internacionalização da economia, é o caráter antissocial do PAC no que tange à classe trabalhadora.

Com o lançamento do PAC, em 2007, Sampaio Jr (2007) já fazia uma crítica ao seu caráter antissocial, com destaque para: a) arrocho salarial do funcionalismo público, como ocorrido na era FHC; b) a política de recuperação do salário mínimo, ajustando-o, a partir de 2008 pela inflação anual mais o crescimento do PIB de dois anos anteriores, sendo vista pelo autor não como uma ação de recuperação do salário mínimo, mas de "frear as pressões pelo aumento do mínimo, que, entre 2003 e 2006, tinha registrado expansão real superior a 8% ao ano". Assim, o governo evitou pressões salariais sobre os custos das empresas e estabilizaria a proporção do gasto com previdência social no PIB. Portanto, para que o salário chegasse ao patamar necessário de R\$ 2.750,83 (DIEESE), (em janeiro de 2014 valor de R\$ 724,00) seria necessário uns 60 anos com a recuperação que a economia manteve nos últimos 25 anos. Portanto, Lula não avançou sobre os direitos dos trabalhadores.

Ao contrário, "a verdadeira galinha dos ovos de ouro do capitalismo brasileiro", como diz Sampaio Jr (2012), é a crescente exploração do trabalho no contexto do "padrão de acumulação neoliberal-periférico", em especial nas grandes obras do PAC, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

Para Sampaio Jr (2012), os pontos chave dessa crescente exploração têm como base: a) gritante discrepância entre ganhos de produtividade do trabalho e a evolução do salário, o que não beneficiou os trabalhadores; b) aprofundamento da flexibilização e precarização das relações de trabalho, com jornada média do trabalhador brasileiro em 44 horas no governo Lula, contra 43 no governo anterior; c) grande

rotatividade do trabalho, informalidade elevada, o que reflete que mesmo com o aumento do emprego formal, houve um aprofundamento dos processos de deterioração dos vínculos contratuais dos trabalhadores com as empresas, como a subcontratação; d) destaque para estimativa de que 1/3 dos empregos gerados no período foi de trabalhadores terceirizados, em um total de 16,6 milhões até julho de 2011; e) trabalho escravo e infantil, ainda significativo na sociedade brasileira; f) desemprego estrutural, já que estima 40% da força de trabalho brasileira ainda permanecer desempregada ou subempregada (sem renda de trabalho ou com trabalho que remunera menos que um salário mínimo).

Assim, diante da criação de emprego formal visto como uma conquista do "Novo Desenvolvimentismo", não pode-se deixar de considerar, para o objeto de investigação, que os postos criados em obras de infraestrutura do PAC, como do setor hidroenergético na Amazônia brasileira, no caso da UHE de Jirau, mesmo com o respaldo legal da legislação trabalhista prevalecem os intensos processos de superexploração e degradação dos homens e mulheres em tais obras.

Isso porque, com os mecanismos de dominação postos em prática pelo "Novo Desenvolvimentismo", como os pactos de poder que mantêm inalteradas as formas de monopólios/oligopólios e apropriação privada da terra, mercantilização do recurso água, gestão do patrimonialismo, corrupção, dependência externa articulando à burguesia nacional com o capital internacional, e o papel do Estado como indutor e financiador desse modelo tem permitido a reorganização do capitalismo nacional. Além disso, a forte pressão sobre o ambiente, (re)primarização da economia com forte ação do agronegócio e a exploração dos recursos naturais, bem como as intensas formas de exploração do trabalho nesse contexto, são pontos chave do maior benefício ao grande capital em detrimento da classe trabalhadora.

3.2 PAC e as hidrelétricas na Amazônia

O PAC pode ser visto como um programa de forte inserção da Amazônia brasileira como a atual fronteira hidroenergética, seja pelos processos de inventário e viabilidade econômica de rios e bacias hidrográficas considerando-se o potencial hidrelétrico, seja na

construção de grandes UHEs, que o governo federal considera como sendo uma fonte "sustentável" e "limpa" de produção de energia⁸².

A proposta de produção de energia hidrelétrica no Brasil a partir do PAC, evidencia grandes "territórios do hidronegócio-energético" (MAPA 03), em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, como: o estudo de inventário da UHE de Marabá⁸³, o inventário e Estudo de Viabilidade (EV) do rio Tapajós, com o Complexo Hidrelétrico de Tapajós; inventários nas bacias dos rios: Trombetas, Jari, Jurena, Teles Pires, Sucunduri, Aripuanã e Araguaia⁸⁴.

Assim, com base no Mapa 03, identificam-se para a Amazônia Legal duas informações importantes sobre o que estamos entendendo como territórios do hidronegócio-energético no PAC 01: os estudos de inventários das bacias hidrográficas e os estudos de viabilidade considerando o seu potencial hidroenergético.

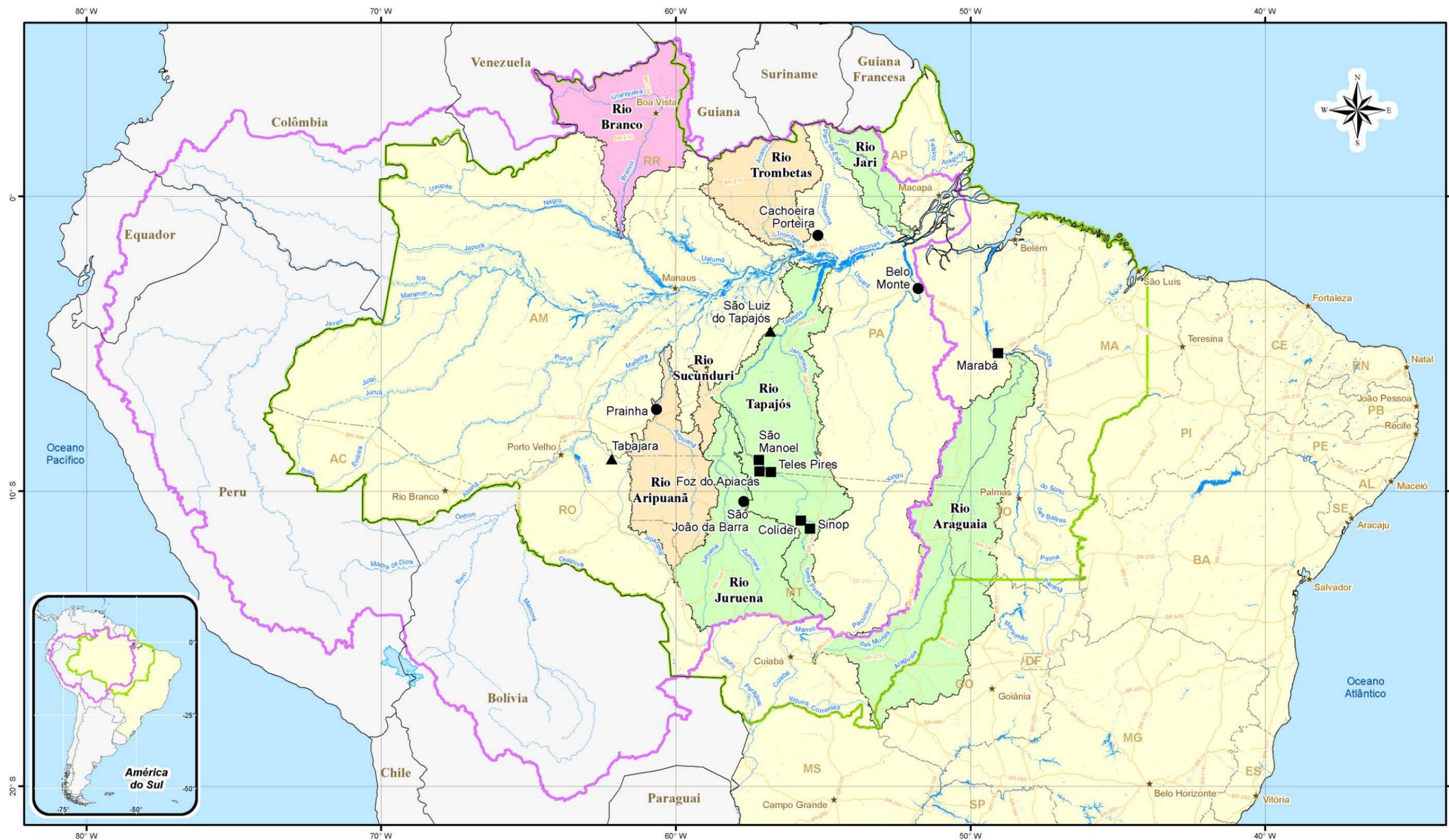
Portanto, entre as bacias inventariadas⁸⁵ e os respectivos estágios desses levantamentos - ação concluída, estudos concluídos e estudo em andamento - constatam-se 4 ações de inventários concluídas, sendo o rio Araguaia, rio Tapajós, rio Juruena e rio Jari. Eram 3 os estudos em andamentos no rio Trombetas, rio Aripuanã e Sucunduri.

⁸² Isso é enfatizado no plano do discurso, pois há pesquisadores que questionam essa tese da energia hidrelétrica ser considerada uma fonte limpa (não poluente) e sustentável, haja visto os intensos impactos sócio-ambientais gerados nos locais e nos territórios onde as UHEs são instaladas.

⁸³ Conforme Observatório de Investimentos na Amazônia (<http://observatorio.inesc.org.br/>), esta barragem será instalada no rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Terá um potencial de 2.160 MW e um reservatório de 1.115 km², atingindo os municípios de São João do Araguaia (PA), Bom Jesus do Tocantins (PA), Brejo Grande do Araguaia (PA), Palestina do Pará (PA), Marabá (PA), São Sebastião do Tocantins (TO), Araguatins (TO), Esperantina (TO), São Pedro da Água Branca (MA).

⁸⁴ Conforme a discussão realizada no capítulo 01, sobre o planejamento hidroenergético na Amazônia.

⁸⁵ Segundo a EPE (<http://www.epe.gov.br/acessoainformacao...>), os Estudos de Inventários de Bacias abrangem a avaliação e o registro do potencial hidráulico de bacias hidrográficas, e caracteriza-se pela análise das alternativas que uma bacia hidrográfica possibilita para a divisão de quedas, formando um conjunto de projetos de possíveis empreendimentos hidrelétricos. Os escolhidos são aqueles com melhor equilíbrio entre os custos de implantação, benefícios energéticos e socioambientais. Com os aproveitamentos escolhidos tem-se um conjunto de projetos inventariados para compor o plano de expansão de energia elétrica.



Escala: 1:14.500.000

0 125 250 500 750 1.000 km

ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM, PAC 1 e PNLT 2010
 NOVEMBRO/2013

Legenda

<p>Estudo Viabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Ação Concluída (6) ● Estudo Concluído (4) ▲ Estudo em Andamento (2) 	<p>Inventário Bacias</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Ação Concluída (4) ■ Estudo Concluído (1) ■ Estudo em Andamento (3) 	<ul style="list-style-type: none"> ★ Capitais Estaduais — Rios Principais — Rodovias Principais 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Amazônia Legal ■ Bacia Amazônica ■ Brasil Estados ■ Outros Países
--	---	--	--

MAPA 03
 TERRITÓRIOS DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO NA AMAZÔNIA: ÁREAS DE INVENTÁRIO E ESTUDOS DE VIABILIDADE NO PAC 1 (2007 - 2010)

Instituição: PPG-Geografia Apoio Financeiro: Grupo de Pesquisa:

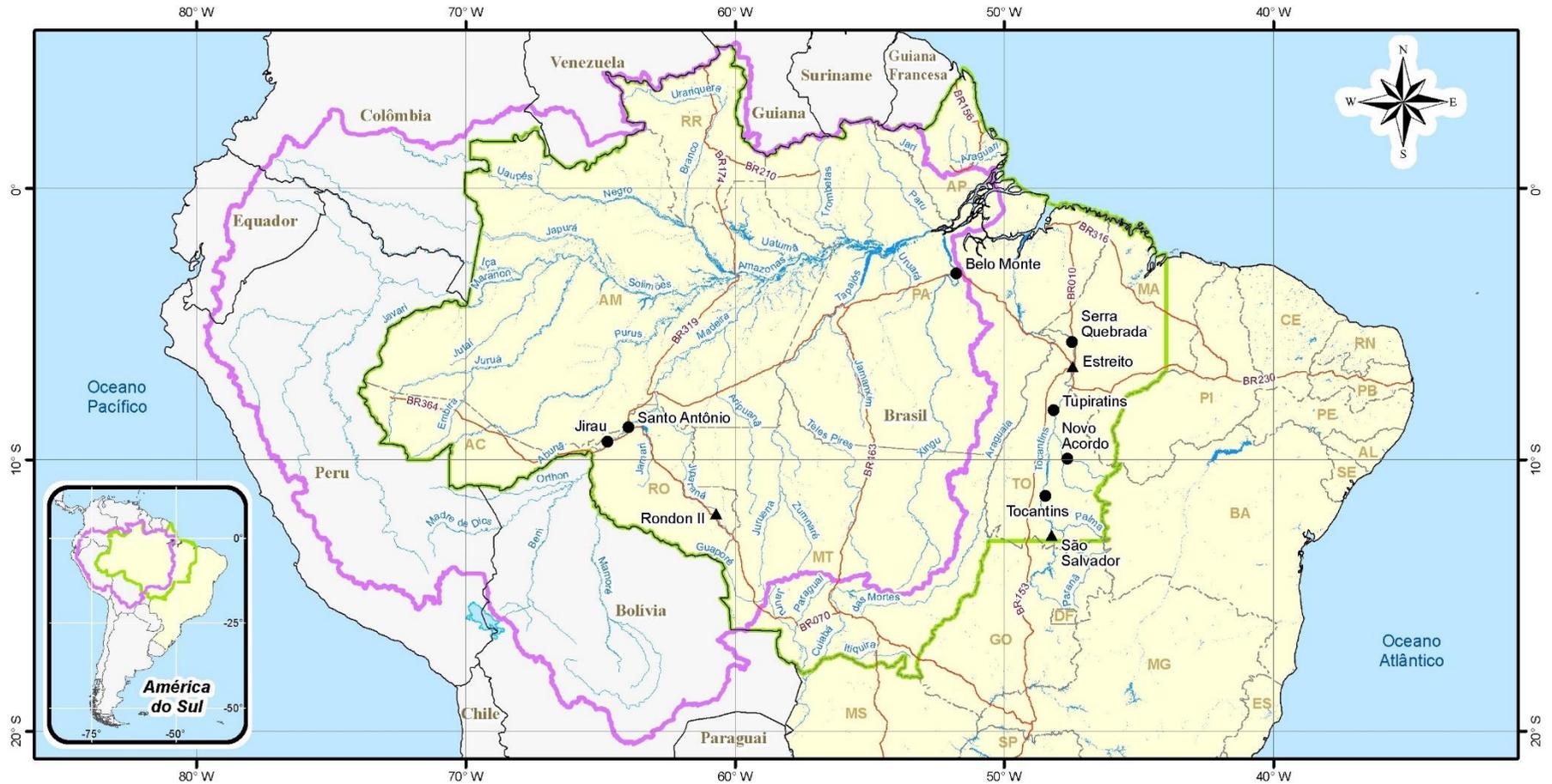
Quanto aos estágios dos estudos de viabilidade⁸⁶, eram 4 ações concluídas: Marabá no rio Tocantins; Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel no rio Tapajós. Além disso, eram 4 estudos concluídos e dois estudos em andamento.

Os biomas brasileiros, em especial o Amazônia e o Cerrado, constituem-se dois dos principais para a ação predatória e insaciável de geração de energia hidrelétrica, objeto de interesses do capital nacional e internacional no momento atual.

Tomando como base os projetos e estudos de novas UHEs no PAC 1 (2007-2010) (MAPA 04), foram previstas dez UHEs na Amazônia brasileira, sendo: três no estado de Rondônia (UHE de Santo Antônio, Jirau - rio Madeira, e Rondon II - rio Comemoração); uma no estado do Pará (Belo Monte no rio Xingu); uma no estado do Amapá (Santo Antônio do Jari); duas na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins (Estreito e Serra Quebrada, no rio Tocantins); quatro no estado do Tocantins (São Salvador no rio Paranã, UHEs de Tupirantins e Tocantins, no rio Tocantins, e Novo Acordom rio Sono). Rondon II e São Salvador, foram concluídas no PAC I (BRASIL/MP, 2009, 7º Balanço PAC).

Para o PAC 1 (até 2010), os investimentos previstos no setor de geração de energia hidrelétrica para a região Norte eram de R\$ 24,3 bilhões e após 2010, de R\$ 10,5 bilhões, o que totaliza R\$ 34,8 bilhões, com potência de 1.664 MW até 2010 e 15.685 pós 2010 - somando 17.349 MW. Para transmissão, os investimentos previstos para a região eram, até 2010, de R\$ 5,4 bilhões, e R\$ 466 milhões após 2010, correspondentes a 4.721 km de linha e transmissão entre 2007-2010 e 613 km após 2010.

⁸⁶ Após a definição dos empreendimentos ou UHEs inventariadas pela EPE (<http://www.epe.gov.br/acessoainformacao...>), estes são submetidos à ANEEL e, uma vez aprovados, terão seus projetos de engenharia estudados e definidos na etapa de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental, de modo a ter a otimização técnico-econômica e ambiental de seus custos. Assim, nos Estudos de Viabilidade, segundo a EPE, são "definidos o posicionamento da barragem, as obras de infraestrutura para apoio à construção, o tamanho do reservatório, as características energéticas da usina, o arranjo geral da usina e das estruturas que o compõem, a área de influência da usina e avaliados os outros usos da água e as ações socioambientais correspondentes. Também são estabelecidos os valores dos principais custos para a implantação da usina e para a implementação de todas as medidas e programas de controle, de mitigação e de compensação aos impactos socioambientais causados pelo planejamento, construção e operação da usina, identificados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)".



Escala: 1:25.000.000

ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes
 SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, PAC 1 e ORE-HYBAM
 NOVEMBRO/2013

Legenda

▲ Em Construção (3)	Amazônia Legal
● Planejada (7)	Bacia Amazônica
— Rios Principais	Brasil Estados
— Rodovias	Outros Países

MAPA 04

AMAZÔNIA: UHes PLANEJADAS E EM IMPLANTAÇÃO NO PAC 01 (SITUAÇÃO EM 2007)

Instituição: **unesp**
 PPG-Geografia
 Apoio Financeiro: **CAPES**
 Grupo de Pesquisa: **CEGeT**
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho Laboratório

Para o Brasil o total previsto no PAC 1 em infraestrutura hidroenergética, foi de R\$ 65,9 bilhões e após 2010, mais R\$ 20,7 bilhões, totalizando R\$ 86,6 bilhões. Para transmissão, R\$ 12,5 bilhões entre 2007-2010 e R\$ 3,4 bilhões, pós 2010, concluindo R\$ 15,9 bilhões. Isso permitiria o aumento na capacidade instalada para geração até 2010 de 12.386 MW, e após 2010, de 27.420 MW. Em transmissão a meta era 13.826 km até 2010, e 5.257 km após 2010. Isto representaria para a região Norte uma previsão de investimentos em geração de energia hidrelétrica no PAC 1 de 40,3% do total de R\$ 86,6 bilhões do setor para o território nacional, e 36,5% dos recursos previstos no PAC 1 em transmissão de energia elétrica, enquanto que em termos de capacidade de geração a região responderia por 43,58% do total nacional previsto no PAC 1.

Mas além desses investimentos regionais, os estudos de viabilidade técnica, econômica e EIA-RIMAs de aproveitamentos hidrelétricos no PAC 1 (período de 2008-2010) para a região Norte (MAPA 03) estimavam 25.768 MW em UHEs, como os aproveitamentos de Belo Monte (ainda nessa fase preparatória), Marabá e Teles Pires. Quanto aos estudos de inventários hidrelétricos de bacias hidrográficas, a meta no período de 2007-2010 era inventariar mais de 32.950 MW, com destaque para as bacias hidrográficas do rio Tapajós (14.000 MW), Trombetas e Aripuanã (3.000 MW, cada), Juruena (5.000 MW), Araguaia (3.100 MW) e Jari (1.100 MW).

Dando continuidade aos empreendimentos hidrelétricos não concluídos na fase 1 do PAC, os dados do PAC 2⁸⁷ de geração e

⁸⁷ Os dados do PAC 2 foram obtidos a partir dos Balanços Anuais do Ministério do Planejamento (conforme referências), bem como para os dados mais detalhados realizamos consulta no site "dados.gov.br" (<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>), que disponibiliza dados do PAC no formato "Dados Abertos". A partir do site citado, há uma lista de aplicativos que utilizam Dados Abertos, desenvolvidos pela comunidade e que utilizam como banco de dados os dados catalogados no Portal Dados.gov.br.

Entre os aplicativos indicados está o "Painel do PAC", um visualizador do estado das obras do PAC, disponível em <<http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/>>.

O aplicativo é desenvolvido pela IT4BIZ, e como já dito, utiliza os dados do Ministério do Planejamento. Segundo IT4biz, o aplicativo Obras do PAC, mostra de diversas maneiras os investimentos realizados, e os dados podem ser cruzados a partir de "Dashboarde Análises OLAP", que permite organizar e cruzar os dados por meio de uma ferramenta livre.

transmissão de energia elétrica permitem identificar a continuidade e ampliação do peso da região Amazônica no atual setor elétrico brasileiro.

Assim, o Mapa 5 permite comparar os estágios e avanços na geração de energia hidrelétrica na Amazônia, a partir do PAC 1 e 2.

Para o PAC 1 (2007 a 2010), constata-se que: 4 UHEs foram concluídas, sendo Estreito (início de operação em 29/04/2011), São Salvador (operação em 06/08/2009), Dardanelos (operação em 09/08/2011) e Rondon II (operação em 31/03/2011); 4 empreendimentos hidrelétricos estavam em execução, sendo Santo Antônio, Jirau, Colíder e Belo Monte; 01 UHE tinha sido licitada (Santo Antônio do Jari) e 4 empreendimentos estavam em ação preparatória (Serra Quebrada, Ribeiro Gonçalves, Água Limpa e Toricoejo).

No PAC 2, em 2011, uma UHE estava em execução (Ferreira Gomes), um empreendimento tinha sido licitado (Teles Pires), e nove estavam em ação preparatória (Cachoeira Caldeirão, São Luis do Tapajós, Jatobá, Cachoeira dos Patos, Jamanxim, Sinop, São Manoel, Tabajara e Marabá). Portanto, se compararmos as principais bacias e empreendimentos previstos no PDE 2012 (enfocado no Capítulo 01), constatamos que o PAC 1 e 2, os coloca em execução, materializando-os.

Em escala nacional, os investimentos totais para a geração e transmissão previstos entre 2011-2014 e pós 2014 são da ordem de R\$ 171,2 bilhões, sendo R\$ 131,3 bilhões entre 2011-2014, e R\$ 39,8 bilhões pós 2014 (TABELA 01). Para geração hidrelétrica, a região Norte⁸⁸ tem a maior previsão de investimento, em torno de R\$ 41 bilhões entre os anos de 2011-2014, e R\$ 27,8 bilhões após 2014, o que totaliza R\$ 68,8 bilhões. Esta vem seguida pela região Nordeste, com R\$ 31,2 bilhões, bem como por empreendimentos que ocupam mais de um estado da federação, que representam R\$ 9,1 bilhões para o PAC 2, e mais R\$ 7,5 bilhões pós 2014. Enquanto na região Norte destacam-se os empreendimentos hidroenergéticos, no Nordeste são os empreendimentos de usinas Eólicas (especialmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia). Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, destacam-se, no

⁸⁸ Referência para a região Norte e não para a região Amazônica, pois os dados do PAC estão organizados pelas cinco grandes regiões definidas pelo IBGE.

PAC 1 e 2, as usinas Térmicas e de Biomassa. As usinas Eólicas também são destaque no estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 01: Brasil: PAC 2 - Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Tipo	Região	Quantidade	Valor entre 2011 e 2014 (Milhões R\$)	Valor pós 2014 (Milhões R\$)
Geração de Energia Elétrica	Centro-Oeste	39	4.481	1.157
	Mais de um Estado	23	9.117	7.566
	Nordeste	208	31.211	
	Norte	21	41.017	27.800
	Sudeste	29	13.430	1.763
	Sul	62	8.923	882
Total geração		382	108.179	39.168
Transmissão de Energia Elétrica	Centro-Oeste	20	1.568	
	Mais de um Estado	24	14.085	600
	Nordeste	44	2.675	28,7
	Norte	11	1.991	
	Sudeste	19	1.607	
	Sul	25	1.227	68,5
Total transmissão		143	23.153	697,2
TOTAL		525	131.332	39.864 171.196

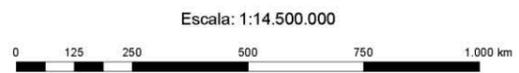
Fonte: BRASIL - MP/PAC 2, dados.gov.br

Acesso: <http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/>

Org.: José Alves.

Como os empreendimentos hidrelétricos de distribuição, em sua maioria, estão ligados ao Sistema Integrado Nacional, os investimentos em transmissão (TABELA 01) têm sua especialização destinada para mais de um estado da federação, totalizando no período de 2011-2014 e pós 2014, R\$ 14,7 bilhões. As regiões Nordeste e Norte foram as com maiores investimentos nesse setor, ou seja, R\$ 2,6 bilhões e 1,9 bilhão, respectivamente.

É com muito entusiasmo que o governo federal comemorou os resultados do PAC 2, divulgados no 8^a Balanço referente ao período de maio a agosto de 2013, tendo em vista que o PAC 2 até aquele momento já tinha superado a execução total do PAC 1, o que representa R\$ 665 bilhões, ou 67,2% do previsto até 2014.



ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes
 SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM, PAC 1 e 2 e PNLT 2010
 NOVEMBRO/2013

Legenda

- | | | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| PAC 1 (2007 - 2010) | PAC 2 (2011) | ★ Capitais Estaduais | ▭ Amazônia Legal |
| ■ Ação Concluída (4) | △ Em Execução (1) | — Rios Principais | ▭ Brasil Estados |
| ▲ Em Execução (4) | ○ Licitada (1) | — Rodovias Principais | ▭ Outros Países |
| ● Licitada (1) | ◇ Ação Preparatória (9) | | |
| ◆ Ação Preparatória (4) | | | |

MAPA 05
 GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NA
 AMAZÔNIA: PAC 1 E PAC 2



Portanto, para o Governo, diante de tais investimentos “o Brasil se tornou um dos países com o maior volume de grandes obras em andamento, o que gera oportunidades em diversas áreas para a população e se verifica pela baixa taxa de desemprego, 5,3%”. Entre os reflexos da geração de emprego o destaque foi para a construção civil, setor no qual o número de emprego formal com carteira assinada aumentou 75% de 2007 até 2012, período referenciado pelo citado Balanço do PAC (BRASIL - MP/PAC, 2013a, p. 4).

Na região Norte os investimentos previstos para o PAC 2, no item geração de energia elétrica no período (2011-2014), somam R\$ 41 bilhões, e R\$ 27,8 bilhões pós 2014 (TABELA 2), totalizando em geração 68,7 bilhões. Em transmissão no período de 2011-2014 a previsão é de R\$ 1,9 bilhão, e não há indicativo de investimento pós 2014, sendo que o total de investimento previsto para a região Norte no PAC 2 (2011-2014) é de R\$ 42,9 bilhões, e somando os investimentos pós 2014, o total em geração e transmissão é de R\$ 70,7 bilhões.

No 8º Balanço do PAC 2 (BRASIL - MP/PAC 2, 2013a) - referente ao quadrimestre maio/agosto de 2013 - as ações concluídas somam 553 ações no Eixo Energia, sendo 11 UHEs concluídas e em operação (embora ainda em construção como o caso de Jirau que entrou nessa categoria com 1 unidade geradora em funcionamento), 8 PCHs, 30 eólicas, 29 UTE Biomassa, 3 UTE a Gás Natural, 2 UTE a Carvão, e 4 UTE a Óleo, além de 26 linhas de transmissão.

Isto representa em energia elétrica a geração de 9.231 MW gerados por 87 empreendimentos no PAC 2, sendo 894 MW gerados por 16 empreendimentos no 2º quadrimestre do ano de 2013 (PAC 2, 2013, 8º Balanço), além de 26.553 MW em 146 obras em andamento. Em termos de transmissão de energia elétrica, o PAC 2 apresenta dados de conclusão de 8.270 km, em 26 LT concluídas nessa fase do Programa, sendo 3.014 km em 4 LT no 2º quadrimestre/2013. Além disso, 10.154 km, referentes a 38 LT, estão em obras.

TABELA 02: PAC 2: Região Norte - Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Hidrelétrica

Tipo	UF	Descrição	Estágio	Valor entre 2011 e 2014 (mil R\$)	Valor pós 2014 (mil R\$)
Geração	AM	Inventário - Bacia do Rio Sucunduri - AM	Concluído	782.000	
Geração	AM	Aproveitamentos Hidrelétricos - Sumaúma - AM	Ação preparatória	8.000.000	
Geração	AP	Usina Hidrelétrica - Cachoeira Caldeirão - AP	Ação preparatória	502.500.000	167.500.000
Geração	AP	Usina Hidrelétrica - Ferreira Gomes - AP	Em obras	766.000.000	46.000.000
Geração	PA	Usina Hidrelétrica - São Luiz do Tapajós - PA	Ação preparatória	3.631.990.000	14.527.940.000
Geração	PA	Aproveitamentos Hidrelétricos - Cachoeira dos Patos - PA	Ação preparatória	21.100.000	
Geração	PA	Aproveitamentos Hidrelétricos - Chacorão - PA	Ação preparatória	5.000.000	6.000.000
Geração	PA	Aproveitamentos Hidrelétricos - Jamanxim - PA	Ação preparatória	35.200.000	
Geração	PA	Usina Hidrelétrica - Jatobá - PA	Ação preparatória	1.028.720.000	4.114.880.000
Geração	PA	Usina Hidrelétrica - Belo Monte - PA	Em obras	18.718.420.000	7.157.000.000
Geração	RO	Usina Hidrelétrica - Jirau - RO	Em obras	7.690.750.000	40.250.000
Geração	RO	Usina Hidrelétrica - Rondon II - RO	Concluído	240.000	
Geração	RO	Usina Hidrelétrica - Santo Antônio - RO	Em operação	8.258.000.000	1.735.000.000
Geração	RO	Aproveitamentos Hidrelétricos - Tabajara - RO	Em execução	16.200.000	
Geração	RO	Pequena Central Hidrelétrica - Canaã - RO	Em obras	82.600.000	
Geração	RO	Pequena Central Hidrelétrica - Jamari - RO	Em obras	74.763.000	
Geração	RO	Pequena Central Hidrelétrica - Santa Cruz de Monte Negro - RO	Em obras	84.630.000	
Geração	RR	Aproveitamentos Hidrelétricos - Bem Querer J1A - RR	Em execução	9.230.000	2.115.001
Geração	RR	Aproveitamentos Hidrelétricos - Paredão A - RR	Ação preparatória	5.950.000	4.000.000
Geração	RR	Aproveitamentos Hidrelétricos - Paredão M1 - RR	Ação preparatória	6.000.000	
Sub-total				40.946.075.000	27.800.685.001
Transmissão	AM	LT 230 kV Lechuga - Jorge Teixeira, C3 - AM	Em licitação de obra	36.689.000	
Transmissão	AM	LT 230 kV Jorge Teixeira - Mauá III C1 e C2 - AM	Em obras	250.000.000	

Transmissão	AM	LT 230 kV Lechuga (ex Cariri) - Jorge Teixeira CD - AM	Em obras	36.286.000	
Transmissão	PA	SE Miramar II - 230/69 KV (patio 230 kV) - PA	Em licitação de obra	23.660.000	
Transmissão	PA	Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (Tucuruí-Jurupari) - LOTE A - PA	Em obras	942.380.000	
Transmissão	PA	LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara - PA	Em obras	50.527.000	
Transmissão	PA	LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás, C3 - PA	Em obras	48.300.000	
Transmissão	PA	SE Tucuruí 230/138 kV - PA	Em licitação de obra	32.140.000	
Transmissão	PA	SE Carajás 230/138kV - PA	Em obras	18.028.000	
Transmissão	RO	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara (SE Coletora Porto Velho) - LOTE A - RO	Em obras	279.768.000	
Transmissão	RO	Interligação N-CO (Vilhena - Samuel) - RO	Em obras	273.440.000	
Sub-total				1.991.218.000	
Total				42.937.293.000	27.800.685.001
Total geração e transmissão PAC 2 e pós 2014				70.737.978.001	

Fonte: BRASIL - MP/PAC 2.

Acesso: <http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/>

Org.: José Alves.

Deste cenário, o 8º balanço do PAC 2 (maio a agosto de 2013) destaca as seguintes ações, que incluem-se na Amazônia Legal: UHE de Santo Antônio, com 90,7% realizada, sendo 16 turbinas em operação - 4 no quadrimestre maio/agosto de 2013; Jirau com 90,3% das obras realizadas e entrada em operação da 1ª turbina (75 MW); interligação do circuito 1 da LT Madeira-Porto Velho-Araraquara, com 2.375 km (GO/MG/MT/RO/SP em 01/08/13), que entrou em operação e estava em fase de teste; interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, trechos entre AM/PA de 558 km e de 527 km no Pará; obras de Belo Monte com 34% realizados; Teles Pires com 58% realizados, Santo Antônio do Jari (AP/PA) com 77% realizados, Colíder com 82% realizados, e Ferreira Gomes com 72% realizados - todas com cronograma adequado na avaliação do Ministério Planejamento.

Dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia brasileira, o maior projeto em execução é a UHE de Belo Monte, localizada nos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, no estado do Pará, orçada inicialmente em R\$ 25,875 bilhões, sendo R\$ 18,71 bilhões entre 2011-2014, e mais R\$ 7,15 bilhões pós 2014. Outros dois empreendimentos em obras na região Norte são as UHEs de Jirau e Santo Antônio, orçadas pelo PAC em R\$ 7,731 e R\$ 9,993 bilhões, respectivamente, para o período 2011-2014 e pós 2014. Tais obras, somadas, representam 63,3% dos investimentos em geração de energia hidrelétrica na região Norte (TABELA 02).

Quanto à ação preparatória de novos empreendimentos de geração (TABELA 02) no PAC 2, destacam-se as UHEs de Jatobá⁸⁹ e São Luis do Tapajós⁹⁰, ambas nos estados do Pará, orçadas em R\$ 5,1 bilhões e R\$ 18,1 bilhões, respectivamente. Tais empreendimentos representam 33,86% dos recursos destinados à geração de energia na região no PAC 2. Portanto, somando investimentos em grandes obras em execução e projetos em preparação, tem-se 5 grandes UHEs que absorvem 97% dos

⁸⁹ Também localizada no rio Tapajós, terá potencial de 2.338 MW, reservatório de 643 km². Informações Observatório de Investimentos na Amazônia.

⁹⁰ Conhecida como Complexo Tapajós, localiza-se nos municípios de Itaituba e Trairão no estado do Pará, teve licitação ocorrida em 10/10/2011, via concessionária responsável Eletrobrás. O projeto terá uma área inundada de 722 km² e potencial instalado de mais de 3.000 MW. Há estimativa inicial de 977 pessoas afetadas, sendo comunidades indígenas atingidas como Comunidades Munduruku e Apiaká, além de 5 áreas protegidas afetadas. (Observatório Barragens, IPPPUR/UFRJ).

recursos do PAC, em geração, sendo responsáveis por 23.471 MW de energia.

Deste modo, os estados do Pará e Rondônia (TABELA 02), absorvem os maiores projetos de geração de energia no PAC 2, mas há uma série de outros projetos tanto de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), como UHEs, e Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE) na região, distribuídos entre os estados do Amazonas com 1 APH, Amapá com 2 UHEs, Pará com 3 AHEs, Rondônia com 3 PCHs⁹¹, 1 UHE e 1 AHE, e Roraima com 3 APH - Aproveitamento Hidrelétrico.

Já em projetos de transmissão de energia elétrica (TABELA 02), destacam-se: as ligações Tucuruí-Macapá-Manaus (Tucuruí-Jurupari); interligação N-CO com o eixo Vilhena-Samuel; a Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara (Sub Estação Coletora Porto Velho, Lote A Rondônia) (MAPA 06); Linha de Transmissão 230 no estado do Amazonas.

Os empreendimentos em geração de energia elétrica no Brasil, em vários estágios como ação preparatória, licitação de obras, em obras, em operação e concluídos, têm previsão de R\$ 54,6 bilhões no PAC 2, e R\$ 38,2 bilhões pós 2014, totalizando R\$ 92,8 bilhões em geração no período.

Em ação preparatória (MAPA 05) destacam-se 4 grandes UHEs: UHE de São Luiz do Tapajós (Complexo Tapajós), UHE de Jatobá, ambas no estado do Pará; UHEs de São Manoel (MT/PA) e Marabá (MA, PA, TO), orçadas, respectivamente, em: R\$ 18,1 bilhões, R\$ 5,1 bilhões, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 4,7 bilhões. Há também a UHE de Sinop (MT), orçada em R\$ 1,3 bilhão. Estes cinco empreendimentos, em ação preparatória, todos acima de 01 bilhão, têm como empresas envolvidas na execução as grandes construtoras do setor, principalmente a Construções e Comércio Camargo Corrêa nos três maiores empreendimentos.

⁹¹ São as PCHs Canaã no município de Ariquemes, Jamari em Machadinho D'Oeste, Santa Cruz do Monte Negro no município de Monte Negro, além do Aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara em Machadinho D'Oeste, já em execução. As demais PCHs encontram-se em obras, conforme dados do PAC.



Legenda

Grandes Interligações	★ Capitais Estaduais	 Amazônia Legal	 Brasil Estados
--- PAC 1	— Rios Principais	 Bacia Amazônica	 Outros Países
..... PAC 2	— Rodovias Principais		

Escala: 1:28.000.000

ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM, PAC 1 e 2 e PNL 2010
 NOVEMBRO/2013

MAPA 06
INTERLIGAÇÃO DO CHM AO SIN
(PAC 1 E 2)

Instituição unesp	PPG-Geografia 	Apoio Financeiro 	Grupo de Pesquisa CEGeT Centro de Estudos de Geografia do Trabalho Laboratório
-----------------------------	-------------------	----------------------	---

Para as três UHEs em questão, juntam-se a ELETROBRAS, ELETRONORTE, EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda. Outras empresas executoras de destaque na ação preparatória de outras UHEs são: Empresa de Pesquisa Energética⁹², Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Construtoras Odebrecht, Queiroz e Galvão, Leme Engenharia e CEMIG Geração e Transmissão.

Para os empreendimentos concluídos, destacam-se as UHEs Dardanelos no Mato Grosso, UHE Estreito no Tocantins/Maranhão, e Rondon II no estado de Rondônia (MAPA 05).

Já os empreendimentos em obras (MAPA 05), no Centro-Oeste (porção inserida na Amazônia Legal), destacam-se as UHEs de Colíder (MT), e São Domingos (MS) com execução da ELETROSUL. Na região Norte as UHEs em destaque são Belo Monte (rio Xingu), Jirau e Santo Antônio (rio Madeira), com unidades já em operação. Estas três grandes UHEs em obras têm complexa articulação de capitais tanto nacional como estrangeiro, com a formação de empresas que têm a concessão de exploração do empreendimento, os consórcios vencedores dos leilões da ANEEL, mas um processo de terceirização das obras para outras empresas, sendo a gestão encabeçada por uma empresa-chave - esse ponto será analisado no Capítulo seguinte para o Complexo Madeira.

Como podemos constatar, as ações preparatórias são realizadas além da EPE e subsidiárias da ELETROBRAS por grandes construtoras e empreiteiras, como no caso de Furnas e Odebrecht para as UHEs de Jirau e Santo Antônio. Este fato merece atenção, pois além de tais empresas estarem envolvidas nos estudos e ações preparatórias, também são consideradas as grandes beneficiadoras no momento de execução desses projetos de UHEs, já que direta ou indiretamente estão articuladas aos grandes consórcios vencedores dos leilões.

Isso se aplica ao caso da UHE de Belo Monte, que tem envolvimento de duas empresas, o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), formado por grandes empreiteiras do país, que é responsável por tocar as obras, e a empresa Norte Energia S.A., vencedora do leilão e beneficiada da outorga por um prazo de 35 anos para explorar a UHE.

⁹² A Empresa de Pesquisa Energética no "Novo Desenvolvimentismo" tem papel importante no planejamento do setor elétrico nacional, tendo em vista sua criação no contexto da retomada do papel do Estado no setor em face a política de privatizações do governo FHC (ROSA, 2013).

Esta é formada por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras. A composição do capital da Norte Energia, detentora de Belo Monte, distribui-se em 10,25% privado e 89,75% de estatais e fundos de pensão e investimentos. O capital privado é representado pela Vale com 9%⁹³, Sinobras 1% e J. Malucelli Energia 0,25%. O capital público inclui **empresas estatais** como ELETROBRAS com 15%, CHESF com 15%, ELETRONORTE 19,98% (totalizando 49,98% do Grupo ELETROBRAS), bem como **fundos de pensão** importantes como Petros com 10%, Funcef com 10%, e outras empresas do ramo energético compostas com capital misto, como Amazônia e Neoenergia, com 9,77% e 10%, respectivamente.

Portanto, destaca-se o papel das empresas estatais e dos fundos de pensão na UHE de Belo Monte, o que mostra uma forte atuação do Estado, via empresas estatais, que entram com significativo aporte de recursos - tendo em vista o percentual da participação no consórcio de Belo Monte - para financiar essas obras do PAC. Além disso, evidencia-se o interesse do capital financeiro em investir no setor de energia hidrelétrica na Amazônia.

Nesse sentido, o interesse do capital financeiro em entrar no circuito produtivo demonstra que a indústria de energia tornou-se uma opção extremamente rentável para que essa fração do capital vislumbre possibilidades de apropriação de parte da mais valia total ao participar do controle dos recursos hídricos e da produção de energia hidrelétrica na Amazônia.

Isso não é pouca coisa, já que estamos falando de articulações de capital privado (nacional e internacional), de capital estatal e dos fundos de pensão que têm vislumbrado no controle estratégico da

⁹³ No cenário de disputas pela formação dos Consórcios de Belo Monte, a tentativa de articulação "com empresas que entrarão no projeto como investidores para garantir uma parcela da energia em suas fábricas", buscava-se sócios de peso como a Vale (CVRD), além de outras grandes empresas eletrointensivas que necessitam de grande disponibilidade de energia (barata). "Os articuladores do projeto visavam incentivar a Alcoa a implantar uma fábrica eletrointensiva que ela afirma ser planejada para o Pará-Brasil, não obstante seus interesses atuais fora da América do Sul. A CVRD (Vale), além da expansão da Alunorte parecia, até 2010, interessar-se por ampliar a produção de alumínio em Barcarena [...]. No caso a CVRD (Vale) pode estar também interessada pela produção ampliada de aços planos, tal como a Gerdau e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O Grupo Votorantim interessado no fornecimento de cimento para a construção de Belo Monte e na diversificação do grupo" (COELHO et al., 2010, p. 91-92).

energia, em especial a hidrelétrica, condição para apropriar-se de um recurso chave para o setor elétrico nacional, e a partir disso, poder participar de um mercado extremamente rentável e importante para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Outra mediação complexa é o papel do Estado na gestão desses fundos de pensão, que usa recursos provenientes dos próprios trabalhadores para em última instância controlar um setor, como o de energia, que atua em conformidade com um projeto burguês de desenvolvimento - estamos falando do "Novo Desenvolvimentismo" - que oprime, degrada e impede a construção de um outro projeto de Brasil voltado à classe trabalhadora.

Ainda dando sentido às tramas de relações entre capitais e Estado nas grandes UHEs na Amazônia, verifica-se que a empresa Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), responsável pelas obras, reúne 10 das maiores empreiteiras do país, com destaque para Andrade Gutierrez (18%), Camargo Corrêa (16%), Odebrecht (16%), Queiroz Galvão (11,5%), OAS (11,5%), Contém (10%) e Galvão (10%), que juntas dominam 93% do consórcio construtor. Essa composição para as UHEs de Jirau e Santo Antônio, não é diferente, quando se identifica a participação da Camargo e Corrêa em Jirau, e Odebrecht em Santo Antônio.

Como buscamos demonstrar na análise, a Amazônia na era do "Novo Desenvolvimentismo", é vista pelo Governo Federal, no que tange à política de infraestrutura hidroenergética, como a nova fronteira nacional. E para que isso se concretize, para além do planejamento (como visto no Capítulo 01), o PAC tem papel estratégico na implantação das UHEs.

Papel estratégico que conta com a participação efetiva de empresas privadas como sócias dos consórcios, além da atuação do Estado com fartos financiamentos pelo BNDES para que o Estado possa tomar a frente o aporte de capital para que tais projetos sejam realizados. Todavia, tendo como base o modelo de concessão, estas obras não são de um Estado empresário, mas financiador e parceiro estratégico para que o capital privado tenha, via concessão, o controle da mercadoria energia, mas também o monopólio temporário da água. Impõem-se assim, em função desse uso do recurso natural uma trama de mediações que afeta desde a possibilidade de outros usos para a reprodução social de comunidades indígenas, populações camponesas, como as precárias

condições de superexploração do trabalho na indústria da produção de energia hidrelétrica.

Isso é constatado pela evolução no número de projetos e recursos investidos para a construção de UHEs de todas as dimensões, em especial as grandes UHEs, que começaram a ser materializados de modo mais intenso com o PAC 1 e continuam com o PAC 2. Após décadas de ausência de investimentos para o setor elétrico no Brasil, o que pode ser visto desde a década de 1980, seja pela crise da dívida externa, mas também pela onda neoliberal, a sociedade brasileira se viu diante do discurso do “fantasma do apagão elétrico”. Esse cenário foi um ponto central para que o mercado, as elites vinculadas às grandes empreiteiras e o próprio setor produtivo se vissem à mercê da fragilidade energética nacional, e atuasse junto ao Estado brasileiro para que seus interesses de classe fossem atendidos⁹⁴. Com os governos Lula e Dilma, o PAC 1 e 2 passou a ser um mecanismo de planejamento chave para a retomada dos investimentos no setor elétrico brasileiro.

O planejamento para o setor, como vimos, buscou manter no curto, médio e longo prazo os benefícios da riqueza hídrica nacional e das particularidades regionais quanto aos regimes pluviométricos, e como o principal potencial a ser explorado localiza-se na Amazônia brasileira, a meta foi usar o PAC para que essa região de fato fosse apropriada, a partir do discurso da matriz limpa, renovável e atrelada às novas tecnologias de UHEs sem grandes reservatórios, denominada fio d’água, que tanto gera entusiasmos entre planejadores e defensores desse modelo de UHE.

Tolmasquim (informação verbal)⁹⁵, é categórico ao afirmar que do potencial hidrelétrico nacional, de cerca de 260 mil MW (260 GW), o país utiliza somente 1/3, e o bioma Amazônico responde por (exploração) em torno de 7%. Assim, deixa claro que deste potencial explorado na região, considerado baixo, a meta dos próximos 10 anos, em termos de uso desse bioma, é de menos de 1% da área da Amazônia. “Então nós tamos (sic) falando que pro Brasil continuar numa liderança

⁹⁴ Ver em Gonçalves Junior (2007) o debate sobre o “pensamento hegemônico” e os “críticos das reformas” da indústria elétrica brasileira nos Governos FHC e Lula, com o “Novo Modelo” do Setor Elétrico.

⁹⁵ Em palestra no Seminário Diálogos Capitais, realizado em São Paulo, em 2011.

de matriz limpa, utilizar menos de 1% do bioma Amazônico” (TOLMASQUIM, informação verbal, 2011).

Sem levar em consideração os pontos estratégicos que tais obras das UHEs estão localizados, como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, localidades extremamente relevantes e fundamentais para a reprodução de populações tradicionais, pescadores, povos indígenas, dentre outros, a fala do Presidente da EPE foca a questão do custo benefício energético X redução dos reservatórios para manter tais empreendimentos com *status* de obras sustentáveis. Embora também possamos articular essa localização estratégica dessas UHEs a metas maiores do PAC, como a integração modal de transporte, como veremos para o Complexo Hidrelétrico Madeira (Capítulo 04).

Ainda segundo Tolmasquim (informação verbal), a “preocupação” ambiental teria alterado o projeto de Kararaô (atual Belo Monte), planejada inicialmente com reservatório de 1.225 km², sendo reduzido posteriormente para 516 km², o que faz desta UHE detentora de reservatórios menores do que as congêneres, pois com as novas tecnologias são usinas a fio d’água. O ponto chave em geração na Amazônia para o mesmo, assenta-se no fato que se do ponto de vista ambiental é um fato positivo, do ponto de vista energético é considerado ruim, pois os grandes reservatórios atuam como reserva de água para o setor⁹⁶.

Pensando nessa apropriação do recurso natural, na mercantilização da água pelo “hidronegócio-energético”, e uma série de pressões e demandas de energia elétrica para saciar a fome insaciável do modelo de desenvolvimento nacional, o bioma Amazônico no contexto do “Novo Desenvolvimentismo” é o *filet* para dar ao capital o que ele precisa, ou seja, condições adequadas para a sua reprodução ampliada.

O discurso ideológico burguês do planejamento governamental, para a política de infraestrutura energética posta em marcha pelo PAC, é revestido de que a produção de energia de fonte hídrica mantém a

⁹⁶ Segundo afirmação de Tolmasquim (informação verbal - Seminário Diálogos Capitais, São Paulo, 2011), há uma perda de capacidade com as UHEs a fio d’água, pois “do ponto de vista do meio ambiente é bom, porque você não tem impacto, do ponto de vista energético é muito ruim. [...] O Brasil tem as hidrelétricas com grandes reservatórios. Os reservatórios das hidrelétricas são a poupança de água que tem o setor”.

matriz nacional limpa, sustentável e, com as novas tecnologias de UHEs a fio d'água, há uma redução significativa de impactos ambientais. Omite-se, portanto, o modo despótico que o Estado impõe tais projetos hidrelétricos, desconsiderando os atingidos, criminalizando as lutas e oprimindo as resistências que não se calam. Exemplo foi a alteração do projeto original de Belo Monte e como este vem sendo implementado; outro caso refere-se aos impactos e conflitos surgidos com a implantação das UHEs do Complexo Madeira.

Como buscamos demonstrar, a Amazônia, como fronteira nacional, tem passado por intensos processos, tanto de controle e domínio territorial - face de sua condição de fronteira política - mas também por intensos processos de produção de seu espaço regional, que passa pela esfera de fronteira econômica e de povoamento, dos quais a mercantilização da natureza e a racionalidade imposta pela divisão territorial e técnica do trabalho a coloca como "fronteira de *commodities*", e "fronteira do capital natural", não só em escala nacional, regional, mas também internacional.

Nessa perspectiva, entendê-la como constituição de uma fronteira (econômica) hidroenergética é procurar desvendar as tramas de relações que o capital e o Estado põem em ação para fazer da mesma elemento importante no processo de reprodução do grande capital. De modo direto, a mercantilização da natureza, não só da terra, dos recursos minerais e florestais, mas também da água é a concretização fenomênica destes processos.

A mercantilização dos rios, sua "privatização" sucessivamente pelo Estado brasileiro (através da ação de consecutivos Governos) e suas instâncias de operação como as estatais ELETROBRAS - e subsidiária ELETRONORTE - toma intensidade ímpar com o "Novo Desenvolvimentismo", como acabamos de demonstrar, via projetos hidroelétricos constantes no PAC.

Mas como já indicado, esse mecanismo não é visto somente no contexto deste modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois no que tange à questão energética, o "Nacional Desenvolvimentismo" e seu projeto de modernização com base na industrialização, objetivava a entrada em cena da Amazônia no panorama nacional de energia. Assim, Pinto (2002, 2011 e 2012) nos presenteia com sua análise sobre o papel de "monocultura da água" que a região

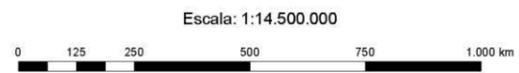
assume frente ao planejamento governamental para o setor, e com ela "a especialização dos rios amazônicos na monocultura energética", constituindo-se no "reino das águas" para um projeto de desenvolvimento com base intrínseca em um uso monovalente, tornando-o "um escravo da geração de megawatts". Isso certamente a partir do papel autoritário que a ELETRONORTE e os sucessivos governos brasileiros mantêm em relação à região, arremata.

Portanto,

Os rios amazônicos estão entrando na linha de montagem energética de forma estanque, individualizada, monovalente. Três hidrelétricas já se acham em atividade no vale do Araguaia-Tocantins, que drena águas de 10% do território brasileiro [...] (PINTO, 2002, p. 47).

No seu balanço referente ao exercício de 2001, a Eletrobras registou o saldo de 125 milhões de reais investido em seis inventários de cinco bacias hidrográficas amazônicas nas quais espera construir barragens para aproveitamentos hidrelétricos: dos rios Madeira, Tapajós e Trombetas, além do Araguaia-Tocantins (com destaque ao médio Tocantins) e Xingu. **Isso significa que transformar a correnteza dos rios em energia continuará a ser o uso prioritário da água. O único.** (PINTO, 2002, p. 77, grifo nosso).

Assim, o mapeamento dos importantes rios amazônicos para geração de energia hidrelétricas constantes no PAC, em sua fase 1 e 2, não deixa dúvida quanto ao lugar da Amazônia nesse processo. Isso porque os grandes projetos previstos no PDE 2021 para o prazo até 2016 já saíram das pranchetas e estão sendo executados, como apontamos e pode-se constatar comparando a evolução do PAC 1 e 2 (MAPA 05 e MAPA 07). Assim, no 8º e último balanço do PAC 2 (referente ao período de maio a agosto de 2013), constatamos que 5 grandes UHEs já estão em operação, apesar de estágios diferentes de geração, sendo algumas já em plena capacidade de funcionamento, como Rondon II, Dardanelos, Estreito, e operando com poucas turbinas, como Jirau, como também em estágio mais avançado, como Santo Antônio. Além de outras 5 UHEs importantes, em construção, como Belo Monte, Santo Antônio do Jari, Colíder, Teles Pires e Cachoeira Caldeirão, bem como Ferreira Gomes e Sinop já licitadas, e ainda 11 UHEs em ação preparatória, como Marabá e São Luiz do Tapajós.



Escala: 1:14.500.000

ORGANIZADOR: José Alves

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000

FONTE: ANA, ANEEL, ESRI, IBGE, ORE-HYBAM, PAC 1 e 2 e PNLT 2010

NOVEMBRO/2013

- UHE Estágio (PAC 2 2013)**
- Usina Concluída (5)
 - ▲ Em Construção (5)
 - Licitada (2)
 - ◆ Ação Preparatória (11)

Legenda

- ★ Capitais Estaduais
- Rios Principais
- Rodovias Principais
- Amazônia Legal
- Bacia Amazônica
- Brasil Estados
- Outros Países

MAPA 07
TERRITÓRIOS DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO
NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DO PAC

Instituição: PPG-Geografia

Apoio Financeiro: Grupo de Pesquisa:

Além disso, a dimensão da pilhagem que está em jogo vai além dos dados apresentados no PAC, embora nosso esforço tenha sido de evidenciar os projetos mais significativos e com referência à ação do planejamento governamental para a região neste setor. Conforme o *site* "Barragens na Amazônia"⁹⁷, há planejadas 98 UHEs, 61 inventariadas, 23 em construção e 73 em operação, algo equivalente a 194 empreendimentos.

Nas projeções de Pintos (2002), no começo da segunda década do terceiro milênio a Amazônia, detentora de metade das reservas hídricas do País (com geração de 50 mil MW de energia, 15% menos que a produção total do Brasil, em 2002), responderia por um quinto ou mesmo um quarto da produção hidroelétrica nacional; ampliado esse espaço de tempo para três décadas, a inserção da Amazônia no mercado energético nacional praticamente teria a duplicação da geração.

Para isso, dois elementos de base natural colocariam dificuldades para o capital e a tecnologia, ou seja, a baixa declividade dos rios amazônicos, que já estão sendo superados pela mágica da técnica como o barramento dos rios com quedas d'água com 70 metros em Tucuruí, e 90 metros em Belo Monte. Outro impedimento é a sazonalidade na vazão dos rios, ou seja, entre o verão e o inverno amazônico, com redução significativa até abaixo dos 50% da capacidade máxima de geração - como ocorrerá em Belo Monte que de 11,2 mil MW terá 4,6 mil MW de potência firme - constante, funcionando em plena carga em metade do ano apenas. Solução encontrada pelo capital e pelo uso racional da técnica seria mais reservatórios a montante (em formato de escadas), como ocorreu na segunda fase de Tucuruí, e só não está em execução ainda em Belo Monte devido às lutas e resistência, que levou a revisão do projeto pela Eletronorte em 2001. Outro "milagre da técnica", articulado aos dois já destacados, é a adoção tecnológica das turbinas fio d'água, com reservatórios menores, que na fala oficial dos planejadores do setor geram UHEs sem reservatórios, já que em tese toda água que chega à barragem é liberada pelas turbinas.

Outros desafios postos são resultados da própria racionalidade do capital - intrínseco à sua lógica metabólica e sua base - em se apropriar dos benefícios e da riqueza em detrimento da

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.dams-info.org/pt>>. Acesso em: 13/8/2013.

partilha e socialização dos custos e impactos. Portanto, a concentração ainda mais de riqueza originada dessa energia que terá como base a transferência em grandes blocos para suprir o Centro-Sul do país. Para Belo Monte serão 3.000 km de linhas de transmissão. No caso do "Linhão do Madeira", a linha de transmissão de 2.400 km e capacidade de suportar até 6.600 MW faz a ligação de Porto Velho (RO) e Araraquara (SP), de onde a energia é distribuída pelo SIN. O Consórcio IE Madeira⁹⁸, responsável pela obra, teve um atraso de 01 ano e 10 meses para o início da operação da LT, que foi concluída no fim de julho; em novembro de 2013 foi iniciada a fase de testes e no final do referido mês a linha começou a operar (BORBA, 2013).

Portanto, além de ter como possibilidade estimular a concentração de indústrias eletrointensivas na região, como já ocorrera com Tucuruí, registram-se os impactos territoriais, a desterritorialização e extermínio de povos indígenas e das populações tradicionais, além da perda das riquezas naturais de uma biodiversidade ímpar, que se vão com a própria dinâmica dos rios cortados e represados.

Outro aspecto refere-se à ação do Estado, que tem atuado de modo intenso, sistemático e complexo para materializar os projetos e estudos para novos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia brasileira, como já visto. Além disso, atua em frente que é permitindo ao capital nacional e internacional que investe no setor da indústria elétrica, condições de financiamento para a nova investida na região com projetos hidrelétricos de todas as dimensões, em especial as mega-usinas hidrelétricas.

Para Pêgo e Campos Neto (2008) o PAC contribuiu tanto no sentido de um marco regulatório, como em financiamento, como aumento do prazo de 14 para 20 anos para pagamento, financiamento de no mínimo 70% do investimento e aumento da carência de seis para doze meses.

Outra estratégia importante para o setor foi o papel que o BNDES exerceu no processo de financiamento, com destaque para:

a) Redução da remuneração básica de 1,5% para 0,5% a.a., o que permitiu a minimização do efeito de financiamento sobre tarifas;

⁹⁸ Formado por Furnas (24,5%), Chesf (24,5%) e Cteep (51%).

b) Aumento do prazo de amortização da dívida de 14 para 20 anos, para os projetos de UHEs acima de um mil MW, sendo, pois, prazo mais longo desde os praticados com a UHE de Itaipu;

c) Financiamento modalidade *Project Finance*, que dispensa garantias corporativas dos empreendedores aos financiamentos, ou seja, "os financiamentos terão como suporte os contratos de venda de energia e seguros mitigados de risco que visam assegurar a conclusão da obra". Assim, o empreendedor não precisa onerar os balanços com dívidas de financiamentos, nem empenhar o próprio empreendimento;

d) Para os projetos de geração de energia hidrelétrica a participação máxima do BNDES no total do investimento foi ampliada de 80% para 85%.

É sobre esse rol de condições que o BNDES passa a ter papel chave no financiamento dos grandes projetos hidrelétricos no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", via modelo de concessões, para a região Amazônica.

Vejamos alguns desses resultados a partir de artigo de dois economistas, Puga e Borça Jr (2011), da área de Pesquisa Econômica do BNDES, que analisam a perspectiva de investimentos do Banco, iniciada em 2006, sobre infraestrutura para o período de 2011 a 2014.

Assim, os valores apresentados pelos autores - a partir de mapeamento de projetos e planos estratégicos das empresas dos setores de infraestrutura - para o período 2011-2014 atingem montante de R\$ 378 bilhões, decorrente tanto das mudanças nos marcos regulatórios setoriais, mas também da atuação pública de planejamento do desenvolvimento em infraestrutura, com destaque para o PAC. Este investimento do Banco representa "uma aceleração sustentável dos investimentos na infraestrutura". Se entre 2006 e 2009 o Brasil teve um investimento de 2,1% do PIB em infraestrutura, com os novos aportes a perspectiva é de chegar a 2,5% e 3% do PIB nos quatro anos entre 2011-2014.

Portanto, comparando os investimentos do período em questão (2011-2014), com 2006-2009, consideram Puga e Borça (2011) que "a perspectiva global é de expressivo crescimento real de 9,0% a.a.". O crescimento comparativo dos investimentos do BNDES no setor de energia elétrica entre 2006-2009 e 2011-2014 ficará em torno de 34%, ou seja,

6,0% a.a., o que em valores absolutos significam um crescimento de R\$ 104 bilhões, entre 2006-2009, para R\$ 139 bilhões, entre 2011-2014.

O que nos chama atenção para a análise é que o crescimento de 6,0% a.a., ou 34% dos investimentos no período, para o setor de Energia Elétrica tem como base os principais projetos de UHEs no âmbito do PAC. Como exemplo, Belo Monte que responde por 10% do valor mapeado no estudo no setor entre 2011-2014. Os autores consideram, portanto, que neste setor "os investimentos estão concentrados em grandes projetos de energia elétrica, e em um crescente montante de inversões em energias alternativas".

Visando aprofundar a análise, no próximo capítulo (04) será foco de reflexão a constituição do Complexo Hidrelétrico Madeira, com as UHEs de Santo Antônio e Jirau, e seus processos de pilhagem, mercantilização da natureza, dominação e superexploração do trabalho para fazer da Amazônia brasileira a "nova fronteira hidroenergética" nacional. A partir desse trilhar investigativo, busca-se revelar o caos destrutivo intrínseco ao propagado mundo de progresso, de roupage sustentável⁹⁹ do "Novo Desenvolvimentismo".

⁹⁹ O MP acaba de lançar o 8º Balanço do PAC e com ele o destaque de que a UHE de Jirau "foi o maior projeto de energia renovável do mundo registrado no Mecanismo de Desenvolvimento Livre (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU)". Como tudo que legitima o discurso do desenvolvimento perfeito, este também é louvado, pois "esse registro confirma o compromisso do governo com a sustentabilidade social e ambiental" (BRASIL, 2013, p. 72).

PARTE 02

**O COMPLEXO HIDRELÉTRICO MADEIRA: A
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS PROCESSOS
DESTERRITORIALIZANTES**

CAPÍTULO 04

O COMPLEXO HIDRELÉTRICO MADEIRA - A UHE DE
JIRAU: MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA E O
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A UHE de Jirau é uma das obras para a produção de energia hidrelétrica mais importantes das últimas décadas em construção na Amazônia. Em uma visita ao *site* do Consórcio proprietário do empreendimento, a Energia Sustentável do Brasil (CESBR), notar-se-á a receptividade, no meio eletrônico, para que o internauta conheça a UHE de Jirau. Todavia, a mesma facilidade não terá quem pretende conhecer o projeto fora do ciberespaço. Se na materialidade territorial podemos encontrar o caos intrínseco ao mundo de progresso prometido com Jirau, em suas contradições e conflitos decorrentes deste mega-empreendimento, no ciberespaço, na página da empresa, paira um mundo de ilusão e de discursos, aquele dos princípios mais valorizados no capitalismo do século XXI, da humanização, do respeito, da ética, da sustentabilidade ambiental e social - aliás, base para o nome da empresa - do relacionamento transparente com as comunidades, inclusive destaque pela redução dos custos de R\$ 1 bilhão para, acreditem, gerar energia mais barata ao consumidor!

Certamente esses princípios no mundo real, para além das aparências virtuais, são opostos ao veiculado pelo Consórcio ESBR, já que visam "gerar e comercializar energia com rentabilidade, confiabilidade e responsabilidade ambiental, que maximize a criação de valor para os acionistas, clientes, empregados e sociedade em geral", de modo a que a **ESBR seja "a referência em geração de energia sustentável na Amazônia"** (grifo nosso).

Para desnudarmos "esse mundo de progresso", necessitamos ir além das aparências e dos discursos fáceis de serem absorvidos como sendo reais, o que só pode correr ao trazermos à luz os conflitos e as fissuras escondidas, pois assim identificaremos as intencionalidades e contradições latentes da territorialização de um projeto da magnitude da UHE de Jirau na Amazônia Sul-Occidental.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a constituição do Complexo Hidrelétrico Madeira no contexto das políticas de infraestrutura hidroenergética no âmbito do PAC, na região Amazônica. Em especial as derivadas da "Parceria Público Privado" (PPP) entre governo federal, grandes conglomerados de capitais nacionais e internacionais e o papel do Estado. Portanto, buscar-se-á evidenciar os antagonismos de um projeto de infraestrutura

dessa dimensão como motivador de pressão de todas as dimensões por rapidez no licenciamento ambiental, ao mesmo tempo como gerador de conflitos e impactos territoriais advindos da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e das ações de luta e resistências protagonizadas pelo trabalhador nos canteiros de obras ou no território em conflitos, como entendemos esse espaço.

4.1 O Complexo Hidrelétrico Madeira e a mercantilização da natureza

A análise da territorialização do capital, os meandros e as contradições do processo de licenciamento ambiental dos megaprojetos das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e suas influências (diretas e indiretas) na reorganização do território local permitem entender as mediações entre Estado, capital e trabalho. Assim, o espaço e a expressão territorial do metabolismo sociedade - natureza, sob a crise estrutural do capital, nos instiga à compreensão das conexões teórico-conceituais escalares nessa porção da região amazônica.

Enquanto recorte espacial o Complexo Madeira não se restringe às usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, apesar do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira (CHM) ter esse recorte. Os processos que atuam na escala regional em questão vão além da delimitação da bacia hidrográfica do rio Madeira, embora esta seja o ponto de partida e de chegada, mas não a única dimensão escalar da análise, pois estão em foco não apenas os projetos das UHEs para a geração de energia em território nacional, mas uma ampla articulação de infraestrutura e de pilhagem também, em território boliviano e peruano, via desígnios e interesses da Integração de Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) (MELO, 2008).

As ações do governo federal, do grande capital (trans)nacional, de instituições econômicas - como o BNDES, Banco Mundial, CAF (Cooperação Andina de Fomento / Banco de Desenvolvimento da América Latina) - demonstram um intrincado processo sócio-econômico-territorial que também leva em conta a navegação do referido rio com a construção de eclusas, a integração regional com a ligação interoceânica, como a Estrada do Pacífico, além de outras ações que ultrapassam os limites físico-geográficos da bacia hidrográfica e do próprio País, pois articula uma

importante região transfronteiriça para novos(velhos) mecanismos de pilhagem da natureza e exploração do trabalho, em intensidade jamais vista nesta porção da região Amazônica.

É nesta articulação que tentamos entender a construção do CHM com os mecanismos que põem em movimento a reestruturação do novo modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o chamado "Novo Desenvolvimentismo", no qual os projetos de infraestrutura são considerados chave para os governos e o grande capital, tendo em vista a bandeira no crescimento econômico acelerado.

Portanto, o que se pode evidenciar são processos intensos de acumulação e reprodução do capital que põem em movimento conflitos das mais diversas esferas entre capital e trabalho, quando o Estado permite ao grande capital o controle de recursos naturais estratégicos em benefício próprio, frente a contradições que colocam em xeque a reprodução social do capital, como este de crise estrutural do capital, que afeta inclusive a indústria da eletricidade. Por isso se poderia falar de um mercado atraente para o capital internacional, nacional neste setor de infraestrutura, que além de controle de abundantes recursos hídricos (como visto quando a Amazônia é tida como a fronteira hidroenergética nacional), desenvolvem-se mecanismos para uma superexploração do trabalho nessas grandes obras de geração de energia.

Busca-se então compreender os meandros para que o capital possa se apossar do recurso água com potencial hidroenergético, ou seja, como para a produção de energia hidrelétrica nas condições postas no "Novo Desenvolvimentismo" se materializa em projetos de UHEs como as de Jirau e Santo Antônio, tendo a Amazônia como fronteira hidroenergética.

Buscamos entender tal processo no contexto da produção do "valor trabalho social" (GONÇALVES JUNIOR, 2007). Ou seja, nas condições objetivas criadas pelo Estado burguês em função da manutenção da reprodução ampliada do capital, sob o desenvolvimento contemporâneo do capitalismo brasileiro, e assim, atua para poder transformar a natureza e as relações sociais aos interesses de classe, da classe capitalista. Assim, propõe Gonçalves Junior (2007, p. 117) que esta perspectiva de abordagem do "valor-trabalho-social

julga que não é possível compreender qualquer ramo de produção e ou sua organização se não for entendida a sua finalidade social”.

É assim que na relação contraditória entre capital e trabalho na sociedade capitalista, a classe capitalista atua para manter o controle e as formas de expropriação e exploração sobre a classe trabalhadora, apropriando-se do trabalho excedente com aumento da jornada e trabalho, redução de salários, aumento da produtividade e intensidade do trabalho¹⁰⁰. “Historicamente, no capitalismo, todos estes recursos são usados sistematicamente e combinados de diversas formas para a reprodução das relações sociais que garantem a acumulação do capital” (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 136).

Mas, como defende Gonçalves Junior (2007, p. 139), a energia não é um elemento natural, pois só pode ser compreendida no contexto da totalidade do desenvolvimento do modo capitalista de produção, já que esta é uma noção desenvolvida no interior da sociedade capitalista, frente à necessidade de compreender, quantificar e qualificar as transformações objetivas da incorporação de fenômenos naturais como forças produtivas para manter e fortalecer a reprodução do valor. Portanto, é neste o contexto que a indústria elétrica, ligada à produção e distribuição de eletricidade deve ser posto.

Assim, Gonçalves Junior (2007) nos mostra que do ponto de vista da produção, o valor da eletricidade produzida a partir dos potenciais hidráulicos é menor do que o valor da eletricidade produzida de fontes de combustíveis fósseis, a partir de termoelétricas.

Portanto,

[...] uma unidade de eletricidade de origem hidráulica demanda menor quantidade de meios de produção - menos capital constante - menor número de horas de força de trabalho - menos capital variável - do que uma unidade de eletricidade de origem térmica. Isto mostra que a geração de eletricidade a partir de potencial hidráulico tem uma produtividade em sua instalação que requer menos tempo de trabalho para produção de uma unidade de eletricidade. Por isso, o preço próprio de eletricidade de origem hidráulica é menor que o preço próprio de origem térmica. (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 165-166).

¹⁰⁰ Analisaremos essa questão no Capítulo 7.

Deste modo, o "lucro suplementar" da geração de eletricidade hidráulica é resultado "da diferença do preço de produção social médio - térmicas a combustível fósseis - e o preço de produção próprio das hidrelétricas" (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 166). Assim, é a partir da noção de "lucro suplementar" que Gonçalves Junior entende a importância da energia elétrica no Brasil, pois tanto historicamente, como na atualidade, em especial, "tem sido um dos fatores centrais na 'disputa pelas 'fontes' e controle dos excedentes' da indústria elétrica brasileira" (grifo no original).

Vejam como o referido autor caracteriza o conceito.

- a. [...] o lucro suplementar, embolsado pelo produtor de eletricidades a partir de hidrelétricas não decorre de vantagens obtidas na venda de sua mercadoria. Isto é, não nasce na circulação;
- b. O lucro suplementar não resulta do recurso natural (não é renda hidráulica - como diz os fisiocratas). **"O recurso - natural - hidráulico é a base para produção da eletricidade em condições de elevada produtividade, mas não é ele o componente determinante do lucro suplementar. O componente determinante é o preço de produção social médio.** Pois, se a produtividade da produção social média da eletricidade alcançar a produtividade dos recursos hidráulicos o lucro suplementar proveniente da geração hidrelétrica deixa de existir";
- c. Terceiro, o lucro suplementar advém então do preço de produção social médio, que para a eletricidade - historicamente - é dado pelo preço de produção a partir das térmicas a combustíveis fósseis.
- d. [...] **assim como o recurso hidráulico não determina o lucro suplementar a propriedade também não o determina. Porém, é ela que credencia a quem tiver a sua posse o direito de se apropriar do lucro suplementar, seja na forma de renda se proprietário do potencial, ou lucro suplementar adicionada a taxa de lucro médio sobre o capital quando empregado pelo empreendedor que tenha a posse do recurso hidráulico.** (GONÇALVES JÚNIOR, 2007, p. 166).

Estes aspectos do "lucro suplementar", ainda esclarece Gonçalves Junior (2007, p. 166), somado a uma taxa de lucro médio sobre o capital quando empregado pelo empreendedor que tenha a posse do recurso hidráulico, só pode ser entendida sob apreensão do valor trabalho social, pois o mais valor (lucro suplementar) não é dado como atributo natural.

Assim sendo:

O lucro suplementar nasce da diferença entre a produtividade dada pelas condições sociais médias de produção, a qual, os capitais não têm nenhuma restrição a sua entrada, e a maior produtividade - que independe do capital e do trabalho - **proporcionada por um capital empregado em um recurso natural que não está disponível a todos os capitalistas.**

Esta condição de assim poder produzir é privilégio daqueles - empreendedores - que tem acesso a determinados territórios dotados de recursos naturais que são base para maior produtividade do trabalho, em determinado segmento da produção, quando comparada à produtividade do trabalho social neste mesmo segmento. Não existe aqui, contradição na representação do valor do trabalho social pela existência de certa porção de valor (lucro suplementar) desvinculada do trabalho, pois, o valor - nas palavras de Marx - é uma relação social de produção. (GONÇALVES JÚNIOR, 2007, p. 166, grifo nosso).

A busca pelo capital para apossar dos recursos estratégicos para a sua valorização, sendo "esse privilégio" facilitado pelo Estado burguês, via marcos regulatórios, financiamentos, revisões e pressão para agilidade quanto às questões ambientais. Em suma, toda uma trama de relações é posta em prática para que o capital tenha posse, controle de tais recursos, via sua mercantilização.

Na imposição dessa racionalidade e controle de um certo espaço, há conflitos inevitáveis com as territorialidades preexistentes em tais lugares, envolvendo assim questões sociais, ambientais, culturais, frente ao processo de espoliação/pilhagem da natureza, base de existência de comunidades ribeirinhas, camponesas, populações indígenas, trabalhadores urbanos e rurais, que têm suas lógicas de reprodução atacadas pelas dinâmicas sócio-metabólicas do capital.

O desafio, então, é viabilizar a materialidade espacial, a existência no lugar/paisagem, território e região dos mecanismos postos em prática pelo Estado e capital, via "Novo Desenvolvimentismo", em especial a partir das políticas públicas como o PAC, e conseqüentemente a política energética brasileira no século XXI. Isto é, discutir os interesses do capital nacional e internacional, do Estado que garantem a um só tempo, reprodução ampliada e manutenção no poder, respectivamente, submetendo a natureza (pilhagem) e o trabalho (superexploração) à lógica destrutiva do metabolismo do capital em sua crise estrutural.

Como o Complexo Hidrelétrico Madeira entra nesse contexto?

Almeida (2009, p. 19) tece conceituação interessante sobre o Complexo Madeira¹⁰¹ ao compreendê-lo sob o prisma de "alocações, discursos, instrumentos jurídicos, iniciativas empresarias, planos oficiais e suas respectivas medidas, quanto seus efeitos sobre as práticas de diferentes agentes sociais referidos às 'comunidades locais' e as relações que lhes são adstritas". Portanto, registra-se que o Complexo Madeira vai além das UHEs em foco, i.e., Jirau e Santo Antônio, como já dito.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, 2004), o Complexo do Rio Madeira (FIGURA 03) envolve os projetos do Complexo Hidrelétrico do Madeira, encabeçado pelas barragens de Jirau e Santo Antônio, além de outras duas previstas, ou seja, a de Guajará-Mirim, binacional entre Brasil e Bolívia, e *Cachuela Esperanza*, na Bolívia, o que permitiria a navegação por uma hidrovia em estudo de 4.225 km de extensão. Além dessas hidrelétricas, as rodovias BR-319 e BR-317, articuladas à Interoceânica ou Estrada do Pacífico (ligando o Brasil, do Acre, via Assis Brasil, ao Peru, e até o Oceano Pacífico), colocam a região como estratégica da Pan-Amazônica, um dos eixos de investimento da IIRSA, criada em 2000¹⁰². Além disso, há a linha de interligação (Linha de Transmissão do Madeira), em corrente contínua, das duas UHEs em construção ao SIN, com 2.420 km de extensão, ligando Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), cortando 85 municípios em cinco estados no trajeto entre a subestação Porto Velho até a subestação de Araraquara (MAPA 06).

¹⁰¹ "As medidas que integram o 'Complexo Madeira', de nosso ponto de vista, transcendem às noções operacionais de áreas de influência direta e indireta, baseadas numa determinada quantidade de quilômetros de diâmetro, considerando-se cada empreendimento. Mas compreendem os efeitos sociais e ambientais tais como assinalados por aqueles agentes sociais que são atingidos pelas diferentes obras e medidas. Elas abrangem, neste sentido, uma vasta região da Pan-Amazônia, que compreende pelo menos dois departamentos da Bolívia e um do Peru, além de áreas correspondentes a quatro estados brasileiros. No Brasil, concerne, parcial ou integralmente, a pelo menos 06 (seis) meso-regiões mencionadas dos Estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Acre. As meso-regiões mencionadas são: Vale do Acre, Sul Amazonense, Madeira-Guaporé, Centro-Amazonense, Leste Rondoniense e Norte Matogrossense" (ALMEIDA, 2003, p. 23-24).

¹⁰² Tema estudado por MELO (2008).

FIGURA 03: Localização das UHEs do Complexo Madeira (RO) no Estudo de Viabilidade



Fonte: Estudo Viabilidade (2004, p. 14).

O CHM entra em cena na articulação à IIRSA com ações do PAC e do PDE, ficando evidentes os interesses que articulam tais obras de infraestrutura na região transfronteiriça entre Brasil/Bolívia/Peru, que têm as UHEs do rio Madeira como polo aglutinador, mas não único, de uma nova investida do capital e do Estado brasileiro na Amazônia ultrapassando, portanto, os interesses energéticos contidos nos PDEs.

Switkes (2008), no livro "Águas turvas", analisa o Complexo Madeira como a "pedra fundamental da IIRSA", em uma articulação complexa entre o Estado brasileiro, agências de financiamento internacional, BNDES e grandes empresas e empreiteiras nacionais, além de beneficiar outros seguimentos do capital em detrimento das

populações e do meio ambiente constitutivos ao rio Madeira. Assim, o Complexo Madeira vai além do interesse na geração de energia, embora seja sua bandeira principal, mas como aglutinador de interesses que extrapolam essa questão.

A esse respeito, Switkes (2008, p. 25) afirma que "a Odebrecht e Furnas tiraram proveito de um novo programa destinado a impulsionar a integração de infra-estrutura entre os países da América do Sul para lançar o projeto Madeira". Assim, a "IIRSA propõe um projeto que seria a pedra fundamental da integração sul-americana pela criação, de acordo com as companhias, de uma hidrovia ou caminho fluvial industrial de 4.225 km de extensão". Com isso as balsas atravessariam as corredeiras do Madeira (trecho entre Porto Velho e rio Abunã, principalmente), possibilitando navegação de Porto Maldonado e Riberalta, nos rios Madre de Dios (Bolívia) e Bene (Peru), até o estuário do rio Amazonas e o Oceano Atlântico. Com uma consolidação dessa hidrovia, permitia assim, que grãos (soja), minérios, madeira e outras mercadorias possam ser transportados, via Estada da Transoceânica, até o Oceano Pacífico. Em suma, conexões rodoviárias multimodais que ligariam essa porção da Amazônia continental tanto ao mercado brasileiro, como ao mercado internacional.

O grande projeto do CHM¹⁰³ foi apresentado pela primeira vez (Monteiro, 2009; Switkes, 2008) no Seminário Internacional de Cofinanciamento do BNDES e da Corporação Andina de Fomento (Corporación Andina de Fomento ou Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF), realizado de 6 a 8 de agosto de 2003, no Rio de Janeiro¹⁰⁴. O projeto do rio Madeira foi identificado como parte do eixo de Integração IIRSA, como setor de hidrovia e energia, articulado ao eixo interoceânico, multimodal Amazonas e Peru-Brasil-Bolívia. O foco do projeto articulado à interiorização do desenvolvimento da América do Sul, por meio da "transposição de obstáculos naturais à navegação do Rio Madeira e seus afluentes

¹⁰³ COMPLEXO MADEIRA. 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF. Realizado entre 6 a 8 de ago. 2003. Rio de Janeiro: BNDES, CAF, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_20.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

¹⁰⁴ O Protocolo de Cooperação entre as duas instituições financeiras foi assinado em 05 de dezembro de 2002.

(construção de eclusas)", bem como "geração de energia em quantidade expressiva, ou seja, UHE de Jirau, com 3.900 MW, e Santo Antônio, com 3.589 MW, as UHEs planejadas na fronteira binacional com 3.000 MW, ainda em estudo".

Portanto, os benefícios propagados naquele momento foram: a integração de infraestrutura energética e de transporte internacional entre Brasil, Bolívia e Peru; "acréscimo de 4.225 km de rios navegáveis a montante de Porto Velho (RO), interligando a ampla zona fronteira dos três países"; geração de energia "em quantidade expressiva e de baixo custo sendo previsto no Brasil 7.480 MW (estimativa para aquele momento), e binacional 3.000 MW"¹⁰⁵; consolidação de Polo de Desenvolvimento Industrial do *Agrobusiness* na região Centro-Oeste; interligação elétrica dos estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e Amazonas ao SIN.

Assim, se neste Seminário foi divulgado de modo expressivo o projeto para os agentes econômicos, em outro momento, o projeto do CHM foi vendido ao governo brasileiro para que o planejamento elétrico nacional pudesse se expandir para a Amazônia sob o "Novo Desenvolvimentismo".

Como lembra Switkes (2008), e podemos constatar no capítulo anterior, há um fato que chama a atenção na realização dos estudos de inventário e do próprio EIA/RIMA das UHEs de Jirau e Santo Antônio que é a quebra do monopólio estatal, da ELETROBRAS e ELETRONORTE, nesse tipo de ação para a região da Amazônia. Isto é que a parceria público-privado entre Furnas Centrais Elétricas e a construtora Norberto Odebrecht rompe e inicia aí uma articulação para exploração da natureza, mediante mecanismos de mercantilização da água para a geração de energia elétrica envolvendo o capital privado não só na construção, mas também na geração e comercialização da energia, a partir do processo de reestruturação do setor elétrico nacional.

A implantação de UHEs é complexa e envolve vários agentes, governamentais e não governamentais, ainda mais se isso ocorrer na região Amazônica, que devido ao passado recente mostra o desastre de

¹⁰⁵ Enquanto no trecho nacional a situação dos projetos era de Estudo de Viabilidade das UHEs e Eclusas, no trecho binacional Abunã - Guajará-Mirim era de Estudos de Inventário para a hidrovia e energia.

Balbina e Tucuruí, no bioma amazônico. Entre os atores, estão os que regulam e planejam o setor elétrico e que definem o uso das águas dos rios via mecanismo de outorgas, tais como Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), IBAMA, EPE. Entre os não governamentais estão empresas do setor de energia, empreiteira e construtora de engenharia civil, empresas de eletromecânica, investidores, empresas fornecedoras de insumos e serviços, populações impactadas direta e indiretamente, e outros. Mas, para empreendimentos da magnitude das UHEs de Jirau e Santo Antônio, o que prevalece é a imposição de interesses, como o econômico e político em detrimento do social, ambiental e da vida como um todo¹⁰⁶.

Conforme o EIA/RIMA, "o crescimento do Brasil e os esforços de inclusão social relacionados à ampliação do acesso à energia elétrica à população do País justificam o contínuo aumento da oferta desse insumo" (RIMA, 2005, p. 9). Mas será esse o verdadeiro interesse em jogo para a implementação do CHM? Além disso, a tecnologia empregada com as turbinas Bulbo e os reservatórios a fio d'água, permitidos pela forte vazão do rio Madeira, permitiriam a geração de energia em níveis elevados o ano todo, com custos "competitivos frente ao custo marginal de expansão do sistema", embora ainda não tenham sido incorporados os custos de conexão e transmissão. Tais elementos fariam das UHEs empreendimentos viáveis, tanto tecnicamente como economicamente.

Outra justificativa do EIA/RIMA é sobre a "redução dos custos ambientais", que comparada ao tamanho dos reservatórios e a potência das usinas construídas na região Amazônica, como Balbina e Tucuruí, com áreas inundadas acima de 2 mil km², no caso das UHEs de Jirau e Santo Antônio teriam reservatórios considerados mínimos, por ficarem próximos da cota máxima de vazão do rio nos momentos de

¹⁰⁶ "Para que a implantação de um projeto para geração de energia com base hídrica seja viável, é preciso que haja um consenso entre todos os agentes, ou seja, quando: - há demanda por energia que justifique o Projeto; - há viabilidade técnica para sua execução; - sua implantação e operação acarretam impactos ambientais reparáveis ou compensáveis; - não há conflito entre sua operação e os demais usos da água em sua região de implantação; - a população local pode ser devidamente compensada pelos transtornos causados por sua implantação e operação; - há agentes interessados em sua construção e financiamento. As Usinas de Santo Antônio e Jirau atendem a essas exigências" (RIMA, 2005, p. 9).

enchentes, sendo 258 km² e 271 km², respectivamente, ou seja, 25.800 ha. De fato, não precisa ser especialista no tema para saber que Balbina e Tucuruí não são parâmetros para nenhum tipo de intervenção no bioma amazônico, muito menos para justificar a construção de Jirau e Santo Antônio.

Ainda no plano do convencimento, outras justificativas referem-se à questão estratégica dos empreendimentos que seriam ligados ao SIN, mantendo Porto Velho nessa rede, e garantiria maior "confiabilidade quanto ao fornecimento de energia à região", com redução da participação do óleo diesel na matriz energética estadual. Como justificar então que a energia produzida será exportada, corrente contínua, por um linhão de 2420 km, direto para a região Sudeste? Mais uma vez um projeto de pilhagem dos recursos naturais da região Amazônica em proveito do grande capital, em detrimento dos danos e impactos para a população regional.

Outra integração além desta ao SIN, como já dito anteriormente, é a regional, via hidrovia, já que as UHEs "seriam um primeiro passo para a formação de um sistema hidroviário a ser formado, além do próprio Madeira, pelos rios Guaporé, Beni (na Bolívia) e Madre de Dios (no Peru)" (RIMA, 2005, p. 10). Segundo o estudo de viabilidade do AHE de Jirau, denominado "Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira - Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Jirau", produzido por Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., este AHE teria um peso estratégico importante, pois:

A viabilização do AHE Jirau é, portanto, o primeiro passo de uma longa caminhada, rumo à implantação de um complexo que possibilitará um desenvolvimento regional organizado, a presença e o fortalecimento do poder público, em todos os seus níveis, a ratificação da soberania nacional sobre a Amazônia e a confirmação do interesse brasileiro pela integração sul-americana, contribuindo determinadamente com as bases do desenvolvimento sustentável da região. (ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL, 2004, p. 13).

As duas empresas em foco, pleiteadoras dos empreendimentos com o EVTE, tiveram sua parceria iniciada com o empreendimento de Manso (MT), em 1999, o que selava "um amplo sucesso" no

desenvolvimento de PPP. Isso levou as duas empresas a realizarem estudos de inventário e/ou viabilidade de rios com potencial estratégico para "as empresas como para o país". A ANEEL liberou os estudos para o rio Madeira às duas empresas em 2001, no trecho de 260 km localizado entre a Vila de Abunã (divisa com a Bolívia) e a cidade de Porto Velho, ambas no estado de Rondônia, na porção do rio conhecida como médio Madeira, ou trecho de quedas d'água que despertavam a cobiça!

Apesar dos fatores críticos considerados pelas empresas, conforme o próprio documento citado, como a necessidade de estudos aprofundados, participação social, Furnas e Odebrecht defenderam ter identificado os fatores críticos dos projetos de grande magnitude no estado de Rondônia, já que os grandes projetos na Amazônia constituem em si um fator crítico diante dos desafios de sua sustentabilidade, isso tendo em vista "o fracasso de inúmeros projetos que foram implantados na Amazônia".

Assim, arremata o documento:

Face ao exposto, cientes de suas responsabilidades as empresas tomaram para si a missão de propor um novo paradigma técnico para implantação de empreendimentos na região, com relevo de planície, que proporcionasse o máximo respeito ao meio ambiente, às populações tradicionais, às atividades econômicas locais e às efetivas necessidades regionais, conferindo às iniciativas, caráter sustentável. (EVA do AHE Jirau, 2004, p. 16).

O recorte do estudo teria sido de não criar empreendimentos binacionais, assim, não inundando o território boliviano com os dois AHEs de Jirau e Santo Antônio, os dois aproveitamentos foram definidos pela partição do trecho em estudo, sendo um na Cachoeira de Jirau (localizada a aproximadamente 130 km de Porto Velho) e o outro na Cachoeira de Santo Antônio, distante cerca de 10 km da capital do estado. Outra opção seria somente um barramento no rio, em Santo Antônio, mas para a melhor viabilidade houve a divisão em dois aproveitamentos.

Os Estudos de Inventário do rio Madeira foram entregues à ANEEL em 20 de novembro de 2002. Em 16 de janeiro de 2003 as duas empresas obtiveram da ANEEL o registro para os Estudos de

Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) no mesmo trecho do rio. Furnas e Odebrecht ficaram responsáveis pelos estudos ambientais para a elaboração do EIA/RIMA, o que foi feito pela empresa Leme Engenharia.

4.2 Destrutivismo anunciado: dos estudos de viabilidade ao conturbado licenciamento ambiental das UHEs do Complexo Madeira, o caso de Jirau

Com a territorialização do capital na construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, fica evidente, em um primeiro momento, as estratégias da política do Estado e do governo federal a serviço do econômico, e a expressão fenomênica disso no emaranhado envolto na questão do licenciamento ambiental destes projetos. Isto é, consideramos ser a ponta de lança da apropriação econômica do "Novo Desenvolvimentismo" com referência à política energética que envolve a Amazônia enquanto a atual fronteira hidroenergética e sua transformação em territórios do hidronegócio-energético.

Devido à magnitude que envolve o processo de estudos e licenciamento ambiental do Complexo Hidrelétrico Madeira, em especial das duas UHEs, Jirau e Santo Antônio, que demandaria um capítulo a parte, relataremos apenas alguns elementos deste histórico, que evidenciam os graves problemas que permeiam esse conturbado processo de licenciamento¹⁰⁷.

No processo de licenciamento ambiental, iniciado no dia 20 de agosto 2003 é solicitado ao IBAMA a exarcação do licenciamento dos empreendimentos, e como sendo o Madeira um rio federal, ficou nessa esfera sob a competência do IBAMA. Em 2004 este órgão fez visitas técnicas ao local para subsidiar a elaboração do Termo de Referência para os Estudos Ambientais dos Empreendimentos Hidrelétricos do Madeira, sendo disponibilizados às empresas no mesmo ano. Esse processo de licenciamento dos aproveitamentos hidrelétricos do rio

¹⁰⁷ A este respeito é importante a contribuição de Garzon (2008), no artigo "O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das Usinas no rio Madeira", Universidade e Sociedade, DF, ano XVIII, n. 42, p. 37-57, jun. 2008.

Madeira elaborado no IBAMA pode ser acompanhado no próprio *site* do órgão federal¹⁰⁸.

É importante notar que o processo de licenciamento dos empreendimentos citados apresenta uma série de irregularidades e contestações. Estudiosos, especialistas, movimentos sociais, ONGs, e a equipe técnica do próprio IBAMA, expressaram suas críticas. Mas por que mesmo com tais problemas e questionamentos, as licenças ambientais (Licença Prévia - LP, Licenças de Instalação - LT, e Licença de Operação - LO), foram emitidas? O que permitiu, ou endossou, a continuidade do licenciamento dos empreendimentos, em especial da UHE de Jirau, e as tragédias anunciadas em sua implantação?

Vejamos alguns questionamentos que foram surgindo ao longo da pesquisa.

Em agosto de 2004 Furnas encaminha ao IBAMA o memorial descritivo da linha de transmissão associada aos empreendimentos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio, considerando no estudo um corredor de 10 km de largura. Esse caso é relevante, pois segundo Monteiro (2011), no mesmo ano Furnas contesta alguns itens do Termo de Referência (TR) enviado pelo IBAMA, em 23 de setembro de 2004, tais como: retirada do EIA específico do sistema de transmissão do TR, considerando somente o traçado preliminar, sendo o licenciamento dessas linhas feito a *posteriori* pelo vencedor do leilão, antes da concessão da Licença de Instalação. Defende também naquele momento a "impossibilidade" de, nos estudos, fazer o diagnóstico dos impactos ambientais de toda a bacia do Madeira, sob justificativa que isso inviabilizaria o projeto. Também solicitou a retirada da investigação dos impactos ambientais que afetariam o estado do Amazonas, e que os estudos sobre as eclusas (parte do projeto original) fossem postergados para o momento da concessão. O coordenador-geral de licenciamento do IBAMA, Luiz Felipe Kuns Júnior, em ofício, aceitou todas as restrições impostas por Furnas.

Portanto:

¹⁰⁸ APÊNDICE D- Trâmites sobre o licenciamento ambiental das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Ficou então determinado por 'decreto' firmado entre Furnas e Ibama que o estado do Amazonas não iria sofrer as interferências dos projetos, que a bacia hidrográfica do rio Madeira era muito grande para ser estudada quanto aos impactos decorrentes dos empreendimentos (portanto, melhor desconhecê-los) e que as linhas de transmissão não precisavam de EIA/Rima antes da licitação. Começaram aí as ilegalidades no processo de licenciamento das UHEs de Santo Antônio e Jirau.

Esse procedimento de aprovação do Termo de Referência selou definitivamente o destino do rio Madeira, onde seriam implantados dois dos mais polêmicos projetos em construção na Amazônia. (MONTEIRO, 2001, p. 9-10).

Uma grande falha, então, dos estudos de viabilidade ambiental é a fragmentação dos estudos para projetos separados e em momentos distintos. Isso não contemplou visão de conjunto dos mesmos, e pior, não levou em conta a dinâmica natural e de ocupação humana da bacia do rio Madeira como um todo, tanto a montante como a jusante dos empreendimentos de Jirau e Santo Antônio localizados na porção do médio Madeira. Isso por si só já é muito grave, e ainda piora com a exclusão da Bolívia e do Peru, desta, e das posteriores fases dos estudos de viabilidade ambiental da bacia, como bem analisa Garzon (2008 e 2009).

Em maio de 2005, conforme informações do IBAMA, Furnas protocola requerimento de Licença Prévia junto com três volumes do EIA/RIMA, bem como encaminha o documento "Complexo do Rio Madeira - A avaliação Ambiental Estratégica". Tais estudos são trocados cerca de um mês depois, a pedido da empresa, mas não há justificativa registrada para tal fato. No dia 07 de junho de 2005 é apresentado o EIA/RIMA no IBAMA, conforme histórico de consulta no site do órgão (APÊNDICE D).

Outro fato complicador que envolve o processo de licenciamento, naquele momento, foi de cunho político, ou melhor, de pressão política do próprio Executivo ao IBAMA. Para Monteiro (2011), tal fato "selou o início, efetivamente, de um processo de licenciamento conturbado e marcado por pressão política". Isso porque o então ministro do MME, Silas Rondeau Cavalcante Silva, manda um aviso à então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no qual reitera a importância dos AHEs de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, e de Belo Monte, no rio Xingu.

Assim, seque o documento:

[...] considerados prioridades estratégicas de governo para suprir a demanda de energia elétrica do país já em 2011, que se não forem viabilizados com a celeridade requerida poderá ser absolutamente danoso à expansão da oferta e impor riscos para o atendimento à sociedade e à base de sustentação do crescimento e desenvolvimento do País [...]. (apud MONTEIRO, 2011, p. 11).

Assim, o Ministro recorre à Ministra Marina Silva, "solicitando a vossa diligência decisiva para que essa questão seja considerada como prioritária no acompanhamento dos estudos pelo Ibama e na viabilização do processo de licenciamento no menor prazo possível" (apud MONTEIRO, 2011, p. 11).

Essa pressão política seria sentida em momento posterior quando o então Presidente Lula atuou na reestruturação do IBAMA, revertendo uma parte do órgão com questões relacionadas ao licenciamento ambiental, e outra com questões sobre Unidades de Conservação. A decisão do presidente foi vista como medida para acelerar e contornar o trabalho que os técnicos do IBAMA vinham fazendo para analisar os dois EIA/RIMA, de modo a agilizar a Licença Prévia. Claro que isso foi feito no contexto do peso dessas obras do PAC, e a pressão e chantagens frente aos possíveis "apagões elétricos" no País, e nesse momento a Ministra Marina Silva não estava mais no governo.

O fato inusitado sobre as pressões sofridas pelo IBAMA quanto aos processos de licenciamento em voga, foi a fala viral de Lula de que por causa da "proteção de bagres do Madeira", as licenças ambientais dos AHEs eram negadas, conforme divulgado no Jornal O Estado de São Paulo, em 25 abril de 2007.

Antes, porém, desse episódio, entre 31 de janeiro a 04 de fevereiro de 2006, os técnicos do IBAMA visitaram a área de influência de Jirau e Santo Antônio, o que subsidiaria a elaboração de informação técnica a respeito do aceite do EIA/RIMA para disponibilização dos estudos em Audiência Pública, e possível emissão da LP. Ainda em fevereiro de 2006, a Informação Técnica nº 12/2006 - COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA conclui pela necessidade da complementação de determinados estudos, fundamentais para a análise final quanto à viabilidade ambiental dos empreendimentos. Em outros pontos, considerou-se que eram necessárias adequações para que o

estudo a ser submetido às audiências públicas tivesse maior consistência¹⁰⁹.

O histórico do processo de licenciamento ambiental até a LP de Jirau e Santo Antônio mostrou ambiente conturbado diante das questões políticas internas ao IBAMA, tendo em vista que EIA/RIMA seria, no limite, insuficiente para atender de modo seguro a viabilidade dos empreendimentos, tendo em vista, ao contrário do propagado pelas empresas, a baixa densidade ocupacional da região, já que os barramentos estão localizados em uma porção de ocupação não desprezível da região amazônica.

Em relação à marcha processual da LP de Jirau e Santo Antônio, é oportuno destacar alguns aspectos:

a) Em 24 de fevereiro de 2006 Furnas/Odebrecht são informadas da necessidade de complementação dos estudos dos AHEs de Santo Antônio e Jirau. Em 28 de abril do mesmo ano Furnas entrega ao IBAMA as complementações solicitadas, mas em 26 de junho a análise técnica do órgão "conclui que as complementações ao EIA/Rima dos AHE Santo Antônio e AHE Jirau apresentadas ao IBAMA não foram suficientes e/ou satisfatórias tecnicamente para o aceite dos estudos e análise da viabilidade ambiental dos empreendimentos, fazendo-se necessária a reapresentação dos itens considerados como não atendidos". (Parecer Técnico 14/2007 - IBAMA, p. 5);

¹⁰⁹ A Informação Técnica sugere ao IBAMA que o Consórcio Furnas / Odebrecht atenda a complementações como: a) meio físico: apresente estudos e informações sobre a expectativa de vida útil dos reservatórios, sem a necessidade de dragagem tendo em vista a eficiência de retenção de sedimentos, materiais transportados por arraste - entre outros. A problemática do aporte de sedimentos decorrente das dinâmicas do rio Madeira, que com o barramento do rio poderia ter maiores manchas de inundação para além das verificadas nas cheias do rio, provocaria maior elevação do nível do Madeira, podendo também comprometer a vida útil dos reservatórios; b) meio biótico: aprofundar estudos quanto a ecossistemas aquáticos e ictiofauna, tendo em vista que a fauna de peixes do rio Madeira tem como característica alta diversidade de espécies, como os bagres migratórios que necessitam atingir a área a montante das hidrelétricas em tributários na Bolívia e Peru, bem como as ovas desses peixes precisam descer a jusante nas regiões baixas da bacia do Madeira e do Amazonas até o estuário para manterem seu ciclo reprodutivo; c) meio socioeconômico: detalhar uso de várzeas nas áreas comprometidas entre o remanso do AHE Jirau e a jusante de Santo Antônio e apresentar programa de compensação e ações mitigadoras quanto a essa extinção da exploração econômica de vazante pelos ribeirinhos, avaliar impactos na perda de áreas de lazer e turismo (praias), qualificar os impactos na área tombada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apresenta ainda outras adequações necessárias.

b) Visando suprir dúvidas sobre a revisão das complementações solicitadas e das exigências do órgão ambiental foram realizadas na sede do IBAMA (entre 11 a 21 de julho de 2006) quatro reuniões com empresas consultoras e empreendedor. Em 25 de setembro do mesmo ano é publicado o edital de disponibilização do EIA/RIMA e abertura de Audiência Pública (AP);

c) Em 08 de novembro de 2006 foi suspensa a AP no Distrito de Abunã em virtude de decisão judicial em caráter liminar, expedido pelo juiz federal da 3ª Vara Federal, Élcio Arruda, com base em ação cautelar proposta pelo MPF e MPE-RO. O mesmo ocorreu na AP prevista para o dia seguinte no Distrito de Mutum Paraná. No entanto, nos dias 9 e 10 de novembro foi realizada AP em Jaci Paraná para discutir os empreendimentos, comparecendo 800 pessoas. No dia 11 ocorreu a AP em Porto Velho, com a presença de 1.100 pessoas. No dia 27 do mesmo mês a equipe técnica do IBAMA participou da AP promovida pelo MPE-RO para a apresentação do "Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira". Também correu no dia 29 a AP no Distrito de Abunã, com 404 pessoas presentes, e no dia 30 ocorreu a AP em Mutum Paraná com 669 pessoas. Nesse processo de análise dos impactos dos empreendimentos, o MPE-RO protocola no IBAMA o "Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira".

Foi no Parecer Técnico nº. 14/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 21 de março de 2007, assinado por uma equipe técnica de oito profissionais, que a análise do EIA/RIMA e de estudos correlatos referentes aos AHEs de Jirau e Santo Amônio tomou proporções questionáveis quanto ao papel burocrático que o IBAMA assumiria tendo em vista a aprovação da viabilidade ambiental destes empreendimentos.

A ira contra o IBAMA e o peso da caneta em relação à análise técnica ficou evidente. Isso porque, como destaca o próprio Parecer Técnico, "conforme legislação para concessão de serviços públicos (Lei 8.987/95), cada empreendimento só após a Licença Ambiental Prévia é que deverá ir à licitação pública, indicando grupo ou

empresa responsáveis pela construção e exploração". Portanto, a lógica do Executivo era agilizar o licenciamento para a liberação da LP e a realização dos leilões dos aproveitamentos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio.

Após longa análise (221 páginas) o Parecer Técnico considera sendo "notória insuficiência dos estudos e complementações apresentados", atestado por contribuições de órgãos e entidades, como o Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental, apresentado pelo MPE-RO (RONDÔNIA - MPE, 2006). Tal insuficiência refere-se às áreas diretamente afetadas e áreas de influência direta e indireta que são maiores que as diagnosticadas nos estudos¹¹⁰. Os "estudos sub-dimensionam, ou negam, impactos potenciais", e "a análise dos impactos identificados demonstram a fragilidade dos mecanismos e propostas de mitigação [como os socioeconômicos]"; a "extensão dos impactos (diretos e indiretos) abrangem outras regiões brasileiras e países vizinhos (Bolívia e Peru), comprometendo ambiental e economicamente territórios não contemplados no EIA, sendo, desta forma, impossível mensurá-los".

¹¹⁰ Segundo os "Estudos para Licitação da Expansão da Geração do AHE de Jirau: análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e das Condições da Licença Prévia", elaborado pela EPE, com data de 17 de março de 2008 (BRASIL-MME-EPE, 2008), a área de influência dos aproveitamentos de Jirau e Santo Antônio teria sido estabelecida com base nos critérios constantes no Termo de Referência emitido pelo IBAMA para a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Portanto, a própria EPE já indica (indiretamente) que essa teria sido a base de uma sub-análise das áreas de influência dos empreendimentos, e não que as empresas Furnas e Odebrecht teriam reduzido a área em prol de uma análise completa da bacia do Rio Madeira. Assim, "em atendimento ao disposto no Termo de Referência", foram definidas as seguintes áreas de influência dos empreendimentos: a) Área de influência Indireta (AII): para os meios físicos e bióticos essa área abrange a totalidade das sub-bacias de contribuição à inundação dos dois aproveitamentos hidrelétricos. Abrange também 12 km a jusante do barramento de Santo Antônio e 5 km do remanso de Jirau. Já para o meio socioeconômico foi considerado o limite geográfico do município de Porto Velho, portanto, desconsiderando a Bolívia e o Peru; b) Área de Influência Direta (AID): a área levada em consideração nos estudos do AHE Jirau "abrange um perímetro de 5 km a jusante de salto Jirau, contornando as duas margens do rio Madeira numa faixa média de 5 km no entorno da área de inundação". A área inclui parte da cidade de Porto Velho e a vila de Jaci-Paraná; Área de Abrangência Regional (AAR): a meta era buscar verificar os efeitos cumulativos e potenciais sinergias decorrentes da implantação dos AHEs e outras atividades desenvolvidas na bacia, o que permitiu a delimitação da AAR que "compreendida pela Área de Influência Indireta - AII dos AHEs Santo Antônio e Jirau mais a Área de Influência Indireta - AII do AHE Samuel, que compreende a área da bacia do rio Jamari e seus tributários e o trecho da hidrovia Porto Velho - Itaocara (AM)" (BRASIL-MME-EPE, 2008, p. 7).

Portanto, como a nova área de influência dos empreendimentos demanda estudo da amplitude dos impactos ambientais em nível regional, e como a área real dos empreendimentos é maior do que a subestimada, apresentada no EIA/RIMA de Jirau e Santo Antônio, além do envolvimento de outros dois países, o Parecer considera que a "magnitude desses novos estudos remete à reelaboração do Estudo de Impacto Ambiental e instrumento apropriado a ser definido conjuntamente com esses dois países impactados".

Em suma, é sumário o parecer técnico do IBAMA:

Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, **a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfonteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia** (BRASIL-IBAMA - Parecer Técnico n°. 14/2007, p. 221, grifo nosso).

Em 30 de março de 2007, o Diretor Nacional de Licenciamento Ambiental, na época Luiz Felipe Kunz, não acatou o parecer da equipe técnica do órgão. Assim, a conclusão do Parecer Técnico 14/2007 foi contestada por Kunz, não acatando a sugestão da equipe técnica do IBAMA. Pediu, então, complementação dos estudos do licenciamento contratando novos especialistas de notório saber independentes para a continuidade processual do licenciamento. A escolha política em dar continuidade ao processo de licenciamento com "devidas complementações", e não a realização de um novo EIA, decretando a inviabilidade ambiental dos aproveitamentos, foi um ponto crucial naquele momento (GARZON, 2008, p. 44).

Em 03 de maio de 2007, o Diretor de Licenciamento Ambiental, Valter Muchagata, envia Ofício (n°. 270/2007 - DILIC/IBAMA) para o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Márcio Pereira Zimmermann, divulgando o "Estudo de Gestão de Sedimentos e Hidráulica" do consultor independente, contratado pelo MME, Sultan Alam.

Segundo Garzon (2008, p. 43) as pendências levantadas pelos técnicos do IBAMA até esse Parecer Técnico (14/2007) não tinham sido sanadas, inclusive o próprio IBAMA já teria passado por cima e "obrigado a engolir seus próprios critérios e exigências para transformar aquilo, que deveria ser prévio e condicionante, em concessão *a posteriori*". Assim, "[...] desde o início, o EIA das UHEs no Rio Madeira, patrocinado pelo Consórcio Furnas-Odebrecht, mostrou-se inconsistente diante da enorme complexidade do Rio Madeira, da sua bacia e da vida em seu entorno".

Para decretar a nova posição do IBAMA frente aos mega-projetos de geração de energia hidrelétrica na Amazônia, a postura política da área de licenciamento do órgão foi incisiva aos anseios do Executivo para a realização do leilão, que só poderia ocorrer com a LP. Vejamos a contribuição de Garzon sobre a decisão do IBAMA frente ao Parecer Técnico 14/2007 que avalia como impróprio o licenciamento ambiental dos AHEs de Jirau e Santo Antônio.

[...] a sugestão de reelaboração ou de realização de novo EIA seria considerada extemporânea por Kunz, que segue alegando, na seqüência do despacho, que 'No entendimento dessa diretoria, o momento atual do processo é o de complementações [...]'. Deste modo, Luiz Felipe Kunz substituiu meses de trabalho coletivo especializado, que redundaram em um Parecer Técnico conclusivo pela inviabilidade ambiental, por um unilateral 'entendimento' a favor da complementação dos estudos. Em entrevista à imprensa, Kunz se contorce para distorcer o resultado do Parecer, como se fora despropositado, para assim vender a ponderação: 'Não cabe nem refazer nem começar do zero. Não tem sentido processual mudar as regras depois de um pedido de complementações, que foi feito ao consórcio pelo Ibama em fevereiro de 2006, e depois das quatro audiências públicas já realizadas'. (GARZON, 2008, p. 44).

Assim, considera o autor sobre esse fato:

Não há justificativa técnica, administrativa, processual e jurídica para o não acolhimento do Parecer nº 014/2007. O que não faltou antes e depois desse despacho, foram as pressões políticas e econômicas, notadamente do Ministério das Minas e Energia, da Casa Civil, da Presidência da República e das grandes corporações empresariais, todos interessados na aprovação, o mais rápido possível, da Licença Prévia das duas Usinas. Na verdade, o que o Governo e o setor privado queriam era a aprovação, sumária e incondicional, da Licença Prévia do Madeira. Era a senha para a grita generalizada, primeiro do próprio Presidente, depois de todo o *establishment* público-

privado e seus negócios associados, contra o 'gargalo ambiental' e os 'entraves ao desenvolvimento'. (GARZON, 2008, p. 45).

Outra questão para a legitimação da viabilidade ambiental e emissão da LP, foi a contratação de Sultan Alam, como consultor independente - um tópico à parte - tendo em vista que mesmo com os problemas destacados sobre a influência dos sedimentos nos reservatórios e a possibilidade de redução do empreendimento de Santo Antônio, o MME usou esse parecer para agilizar o processo de licenciamento no IBAMA¹¹¹.

A sugestão do Parecer Técnico de novo EIA/RIMA não foi acatada pelo IBAMA, e dentre a contratação de novos consultores pelo MME, e pedido de esclarecimento às questões levantadas pelo IBAMA no processo de licenciamento (Informações Técnicas nºs 17, 19 e 20/2007) houve reposta de Furnas e Odebrecht em 11 de maio de 2007. Já em 09 de julho de 2007, o então presidente do IBAMA, Basileu Alves Margarido Neto, assina a Licença Prévia (LP) de Jirau e Santo Antônio¹¹², e com 31 condicionantes específicas (APÊNDICE E) que deveriam ser sanadas até a Licença de Instalação de Santo Antônio, e depois de Jirau.

Se os fatos apresentados até o momento são inaceitáveis tendo em vista a forma como os estudos foram desconsiderados ou relativizados em prol da agilidade das LPs para que os empreendimentos de Jirau e Santo Antônio pudessem ir a leilão e atender as demandas das grandes empresas que pleiteavam esse quinhão na Amazônia, como o consórcio Furnas/Odebrecht, as surpresas não pararam por aí.

Assim como, nessa fase da LP, os leilões das UHEs de Jirau e Santo Antônio também foram polêmicos.

O leilão de Santo Antônio foi realizado no dia 10 de dezembro de 2007, com lance vencedor de R\$ 78,87 MW/h, que foi feito

¹¹¹ Segundo Monteiro (2011, p. 18): "As conclusões [de Sultan Alam], no entanto, não foram assimiladas na interpretação que o MME e a então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fizeram do parecer de Sultan Alam. Eles distorceram as conclusões do parecer, divulgando que não haveria assoreamento no reservatório e nem risco à vida útil das hidrelétricas. Além disso, de quebra, descartaram a evidência das consequências que as alterações do volume dos reservatórios causariam em terras bolivianas".

¹¹² Obras compostas de dois barramentos a fio d'água, duas casas de força, vertedouros e turbinas tipo bulbo.

pelo próprio consórcio responsável pelo Estudo de Inventário e pelo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, liderado pela Construtora Norberto Odebrecht S/A. O Consórcio Madeira Energia, formado pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestrutura (17,6%), Construtora Norberto Odebrecht (1%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig Geração e Transmissão (10%), Furnas Centrais Elétricas (39%), e Fundos de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) (20%) - composto pelos bancos Banif e Santander - foi o vencedor do leilão de Santo Antônio. Portanto, o conhecimento do projeto foi suficiente para um lance com valor muito alto de deságio (35%) para os padrões do setor, superando inclusive a expectativa da ANEEL. O teto previsto era de R\$ 122 MW/h e a disputa entre 3 consórcios¹¹³ contribuiu para o valor do leilão, sendo que da energia produzida 70% será negociada junto ao Ambiente de Contratação Regulado (ACR), composto por empresas de distribuição, e 30% poderá ser comercializada no mercado de livre contratação. Ficou segurado, portanto, só com a venda de energia para as distribuidoras um total de R\$ 32,18 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão (EPE, 2007)¹¹⁴.

O leilão de Jirau ocorreu em 19 de maio de 2008, e mesmo o consórcio liderado pelas empresas Odebrecht e Furnas ser considerado o favorito, quem arrematou o leilão de concessão e venda de energia da UHE de Jirau foi o Consórcio Energia Sustentável do Brasil (CESB ou ESBR), liderado pela multinacional francesa GDF Suez *Energy South America* Participações (50,1%), com presença de uma grande construtora e empreiteira brasileira, a Camargo Corrêa Investimento em Infraestrutura (9,9%), além de duas estatais do grupo ELETROBRAS (40%) - Eletrosul Centrais Elétricas (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (20%). A primeira surpresa foi o CESBR vencer esse leilão e não o Madeira Energia, considerado o favorito pelos estudos de Viabilidade Técnico e Econômica do CHM. Esse resultado foi possível pelo preço final ofertado pela energia ter sido de R\$ 71,37 por MW/h, ou seja, deságio de 21,5% abaixo do preço-teto inicial de R\$ 91 MW/h, estipulado pela EPE. Deste modo, o consórcio vencedor tem garantido durante 30 anos contratos de venda

¹¹³ Os outros dois consórcios concorrentes eram: a) CEISA, formado por Camargo Corrêa (0,9%), Chesf (49%), a CPFL Energia (25,05%) e a espanhola Endesa (25,05%); e b) CESB, formado por Suez (51%) e Eletrobrás (49%).

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>>.

com as distribuidoras de 70% da energia gerada, via Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e os 30% restantes ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). Segundo dados da EPE, a energia negociada no processo totalizou 384.649.462,678 MW/h, a um valor total de R\$ 24,883 bilhões¹¹⁵.

Assim, dois consórcios venceriam os leilões das UHEs de Santo Antônio e Jirau, materializando uma longa etapa de planejamento governamental para a retomada de grandes projetos de geração de energia na Amazônia, um processo "privatizante" que não poderia faltar as grandes empreiteiras parceiras nesse espólio da sociedade brasileira em sua história recente.

Na avaliação do Presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, o resultado do leilão de Jirau foi "muito bom", já que o preço de venda ficou abaixo das previsões mais otimistas. Assim: "esse leilão, se somado ao da usina de Santo Antônio, também no Rio Madeira, traz um sinal bastante positivo para o futuro da expansão hidrelétrica na Amazônia, cujo potencial ainda a explorar é muito grande", o que é corroborado pela presença de um grande grupo privado internacional, como a GDF-Suez, demonstrando a "atratividade do marco regulatório do setor elétrico brasileiro" (informação verbal)¹¹⁶.

Mas qual o resultado para esse milagre, se não é aceito mexer na taxa média de lucro do grande capital?

Mais uma vez a resposta passa pelos benefícios da tecnologia, pela mediação econômica e da política, e pela pressão e vontade soberana do dinheiro, e pelo controle territorial da natureza pelo capital.

Deste modo, como vimos anteriormente, em Gonçalves Junior (2007), a posse e controle dos recursos naturais hídricos é a base para a produção da eletricidade em condições de elevada produtividade, e assim, condição a quem tiver essa posse e controle, o direito de se apropriar do lucro suplementar, adicionado à taxa de lucro médio do capital empregado no setor de produção de energia hidrelétrica.

¹¹⁵ Informações EPE. Disponível em: <www.epe.gov.br/leilão>

¹¹⁶ Entrevista concedida pelo Presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, publicada na matéria "Cesb vence leilão de concessão da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira". Disponível em: <www.epe.gov.br/leilão>

Portanto, com a ação política do Estado brasileiro e os marcos jurídicos/políticos de concessão de recursos naturais ao capital, como pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal n.º. 9.344/1997), e o Novo Modelo do Setor Elétrico, de concessão de infraestrutura energética ao capital, permite-se que o monopólio do Estado sobre tais recursos seja disponibilizado, mercantilizado ao capital privado.

Esse processo de mercantilização da natureza, via outorga do recurso-natural-hídrico ao grande capital (trans)nacional, posto em marcha na consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, ganha sua expressão máxima com o CHM, sendo os leilões a materialidade desse marco jurídico, regulatório e político para transformar tais espaços, quando apropriados pelo capital, em territórios do hidronegócio-energético.

A compreensão dos territórios do hidronegócio-energético, como expressos nas UHEs de Jirau e Santo Antônio, pode ser fundamentado a partir das contribuições de Torres (2007), quando analisa a problemática do "hidroterritório" que se impõe a partir do modelo institucional nos ambientes regulatórios do recurso hídrico no Brasil; condições objetivas de avaliar a água como mercadoria, via outorgas e cobranças. Apesar da água ser um bem público, no margo da lei, ela ganha uma relação intrínseca de valor econômico, pela outorga e cobrança. Em suma, afirma Torres (2007, p. 62): "a água como mercadoria, como direito privado de uso, toma expressão legal no corpo das leis, regulamentos e normas".

É a partir dessa compreensão que na gestão do uso da água nas bacias hidrográficas, e como essa ao ser mercantilizada, tomada e controlada pelo capital, expressa um espaço hídrico em disputa, ou seja, um hidroterritório. Como no caso da outorga, e o leilão como permissão do Estado para as grandes empresas controlarem e se apropriarem da água (do recurso-natural-hídrico) para a produção de mercadoria, temos assim a transformação do poder do capital sobre a natureza em sua expressão de um "hidroterritório privado". Esse movimento de mercantilização da água para a produção de energia hidrelétrica na Amazônia, entendemos como o território do hidronegócio-energético materializado nas UHEs de Jirau e Santo Antônio, bem como outros projetos realizados nessa lógica de

mercantilização da natureza na Amazônia, enquanto nova fronteira hidroenergética.

Assim, no campo das disputas entre os consórcios pelo controle do potencial hídrico do rio Madeira, para a instalação das UHEs de Jirau e Santo Antônio, constata-se o elemento estratégico desse recurso com potencial energético, pois na composição do Consórcio Madeira Energia e Consórcio ESBR, constata-se tanto a participação do capital internacional, vinculado à indústria da energia, mas também o capital privado nacional, com grandes empreiteiras e construtoras de ampla experiência em grandes obras públicas de infraestrutura, além da própria ação das empresas estatais com participação significativa nos empreendimentos. Também se evidencia o interesse do capital financeiro nesse negócio, ou seja, no hidronegócio-energético, no controle destes territórios (voltaremos a este ponto no próximo capítulo).

Ainda no campo da disputa por Jirau, como um território do hidronegócio-energético, a primeira vantagem do CESB em detrimento do Consórcio Madeira Energia foi o pedido do Consórcio vencedor pela mudança do eixo da barragem da UHE de Jirau, não mais na Cachoeira de Jirau, onde o EI tinha indicado o barramento e para onde a LP tinha sido emitida - apesar de todos os problemas já apontados. Agora esperava-se uma mudança no projeto para abocanhar mais 9,5 km de rio, com nova localização na Ilha do Padre, com um custo reduzido em R\$ 1 bilhão, segundo a ESBR¹¹⁷.

Segundo o próprio CESBR, em *release* divulgada no dia 15 de outubro de 2008, intitulada "Usina de Jirau: Mudança vai baratear preço da energia", constata-se a prevalência dos objetivos econômicos dos benefícios à sociedade, dessa mudança estrutural no projeto da UHE. O projeto que naquele momento estava sendo avaliado pelo IBAMA, "reduz, significativamente, os impactos ambientais, viabiliza a construção da usina em menos tempo e, ainda por cima, barateia o custo da energia para o cidadão" (ESBR, 2008, p. 1).

¹¹⁷ Há uma questão nebulosa nesse episódio como relata Monteiro (2011), de que o consórcio teria feito uma consulta informal a ANEEL sobre a mudança de local do barramento, o que foi negado posteriormente pela agência reguladora, mas que não convenceu, já que isso poderia ter sido uma estratégia entre ANEEL e a GDF Suez para tirar o monopólio de um único consórcio no complexo.

É propagado com entusiasmo o papel e o milagre dos engenheiros da ESBR, que “levaram em consideração a obrigação de procurar a melhor solução, mais barata e com menor impacto ao meio ambiente” (ESBR, 2008, p. 1). Em termos ambientais, os benefícios ocorreriam porque as estruturas principais do projeto seriam colocadas no leito do rio Madeira, reduzindo bastante a quantidade de obras, destacando o desvio do leito natural, que baratearia a construção da usina e todo o processo. Além de que o novo projeto permitiria a antecipação da UHE em 01 ano, tendo em vista o prazo estipulado no contrato com a ANEEL.

Portanto, frente aos argumentos da ESBR, o que tentaria transparecer é que como uma empresa “sustentável”, tem “preocupação com toda a sociedade”, com a mudança do eixo da barragem, redução de custos estruturais e ambientais, antecipação do projeto, o consumidor seria o grande beneficiado, afirma a nota. “E, se a empresa gasta menos para construir a usina, a energia chega mais barata a sua casa” (ESBR, 2008, p. 1).

Essa otimização do projeto foi elogiada pela revista “O Empreiteiro”, pois o Consórcio teria adotado um projeto inovador, inclusive com redução de custos nas obras civis equivalente a 1/5 do total previsto na licitação. A antecipação prevista para a geração de energia seria para o mês de março de 2012, ou seja, uma antecipação de 10 meses, já que o prazo do cronograma com a ANEEL, o início da geração estava previsto para janeiro de 2013, podendo assim vender para o mercado livre.

No entanto, os planos da ESBR previam uma antecipação total ainda maior de quase três anos (34 meses), pois segundo o presidente do Consórcio, Victor Paranhos¹¹⁸, “existe uma antecipação porque estamos com duas casas de força. Com isso, você consegue mais equipamentos operando antes do tempo. O nosso cronograma é para que uma grande quantidade de turbinas comece a gerar em abril de 2012. Gerando com todas as turbinas, a previsão é para final de 2013 e não mais para 2016”. Com o contrato com a ANEEL a meta era que a UHE

¹¹⁸ Em entrevista a Agência Brasil no dia 19/05/2008 - Consórcio prevê antecipar a operação da Usina de Jirau e minimizar impactos ambientais. Disponível em: <www.agenciabrasil.ecb.com.br> Acesso em: 14 nov. 13.

gerasse 1.975,3 MW em setembro de 2015, mas a ESBR pretendia a entrega de 2.045,7 MW até dezembro de 2012.

Todavia, apesar de todos os esforços da ESBR para a antecipação de 34 meses para a venda de energia, a primeira turbina de Jirau (a unidade geradora 29), que estava em teste desde agosto de 2012, só teve autorização da ANNEL para comercializar a energia em 05 de setembro de 2013. Essa energia da primeira turbina foi comercializada para o Sistema Acre-Rondônia, e com o término da Linha do Madeira, e a operação de outras turbinas o destino da produção será para a Região Sudeste.

Para o presidente do CESBR, Victor Paranhos, "conseguimos colocar a primeira unidade em operação comercial no prazo recorde de 34 meses de obra, descontado o período em que a obra ficou paralisada" (*apud* ANEEL..., 2013), e ainda no cronograma da empresa, a meta era entrar em operação entre 6 a 10 unidades geradoras.

Além da antecipação com reorganização do projeto civil¹¹⁹, também veem a própria articulação com grandes empresas fornecedoras das turbinas, antecipando a entrega dos equipamentos, que ocorreu com as chinesas *Dong Fang Electric Corporation International* e *Dong Fang Electric Machinery*, permitindo assim a instalação das mesmas em 38 meses. Lembramos que Jirau é a maior UHEs em construção no mundo com esse tipo de tecnologia, turbinas tipo Bulbo.

Ainda no ano de 2008, não estava explícito o planejamento da ESBR, que para manter um cronograma mais agressivo e antecipar a entrega da energia gerada, também teria que ir além da relação com os conglomerados na entrega das turbinas, na reestruturação de projeto de engenharia com o novo local da obra.

Esse ponto, chamamos a atenção de modo mais explícito do leitor, é de suma importância para essa tese, pois muito mais do que o fetiche da tecnologia empregada na obra, da mudança do eixo da UHE, das articulações com os grandes grupos de empresas fornecedoras de equipamentos para antecipar as obras, falta uma estratégia crucial e de relevância para o capital, o trabalho!

¹¹⁹ Como a "distribuição adequada no arranjo das duas casas de força [...] antecipação da concretagem da segunda casa de força, aumento das áreas de montagem. Montagem e comissionamento simultâneo das duas casas de força; antecipação da geração" (JIRAU ACIONA... O EMPREITEIRO, Edição 481).

Assim, a estratégia mestra, de extrema relevância e condição crucial ao capital para antecipar a produção e entrega da energia gerada em Jirau, seria a revelada em janeiro de 2010¹²⁰, com o aumento intenso do número de trabalhadores contratados, que após a emissão da LI a média seria contratar 600 trabalhadores / mês até atingir 15 mil com o pico da obra, fora os 30 mil empregos indiretos previstos. Essa previsão foi acelerada significativamente, pois nessa entrevista o presidente da ESBR afirma ter aumentado a contratação que já estava em 20 mil para 23 mil trabalhadores. A antecipação foi anunciada no dia 28 de janeiro de 2010 por Paranhos e por representantes da Camargo Corrêa. Para Paranhos: "acreditamos que nossos investimentos vão resultar em ganhos. Por esse motivo, estamos contratando mais 3 mil trabalhadores, que se juntarão aos 20 mil que já estão diretamente envolvidos com a obra" (apud PEDRUZZI, 2010)¹²¹.

Essas estratégias de antecipar a obra já faziam parte do cronograma da empresa para Jirau, pois também propiciaria a entrada de receitas na contabilidade da empresa, e corresponder às exigências dos acionistas e do governo brasileiro. Isso porque antecipando a geração de energia a empresa conta com uma liberdade de vender essa energia de modo que achar melhor, ou seja, como tem compromisso com a ANEEL de venda para o mercado cativo, de no mínimo 70% (Ambiente de Contratação Regulada - ACR), lhe resta até 30% para o mercado livre - formado por grandes consumidores de energia, como empresas eletrointensivas.

Lembramos mais uma vez, ter um contingente de trabalhadores além do previsto para o cronograma normal de entrega da energia firmado com a ANEEL, foi uma estratégia importante para o CESBR. Como essa mão de obra foi usada pelo capital, veremos no Capítulo 7.

Portanto, com a estratégia bem traçada, no dia 24 de julho de 2008 o ESBR encaminha o Projeto Básico Ambiental (PBA), específico do canteiro de obras de Jirau. No dia 05 agosto (através do Ofício nº. 863/GAB/SEDAM) o Governo do Estado de Rondônia solicita ao IBAMA novas Audiências Públicas, em face da

¹²⁰ PEDRUZZI, Pedro. Jirau antecipará geração de energia em quase três anos. Agência Brasil, Brasília. 29/01/2010. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso em: 14 nov. 2013.

¹²¹ Afirma em entrevista a Pedruzzi - repórter da Agência Brasil.

modificação do eixo da barragem, AP realizada em 15 de outubro, com a Presença do Presidente do IBAMA (Roberto Messias Franco), Diretor Presidente do ESBR (Victor Paranhos), prefeito de Porto Velho (Roberto Sobrinho) e demais autoridades da ANA, representante do governador. Como a ata da AP é irrelevante, pois não demonstra as principais questões pertinentes à mudança da UHE de Jirau - da Cachoeira de Jirau para a Ilha do Padre - buscou-se tais elementos na Nota Técnica 07/2008 em relação aos estudos complementares para a avaliação da modificação do eixo de barramento de Jirau.

De início a Nota Técnica destaca que **"os documentos protocolados pela ESBR não contém elementos técnicos e abordagem, suficiente para subsidiar está (sic) avaliação"**. No entanto, "Considerando o ineditismo deste processo de licenciamento ambiental, o qual compreende a análise ambiental da modificação do **eixo do barramento da UHE Jirau, o Ibama [...], definirá as etapas processuais complementares ao licenciamento ambiental do empreendimento"**. Em 15 de agosto de 2008 o consórcio ESBR protocola no IBAMA avaliação do deslocamento do eixo da barragem para a Cachoeira do Inferno (Ilha do Padre), com possíveis implicações e riscos associados ao deslocamento do eixo da barragem. Este pedido de alteração do eixo é considerado pelos técnicos do órgão de licenciamento como "alteração significativa", com afastamento em torno de 9,2 km entre os dois locais. Portanto considera a Nota Técnica: "a modificação do local do eixo da barragem da UHE Jirau para a Ilha do Padre é um dos fatores que repercute no grau de impacto do empreendimento. A quantificação deste grau de impacto e a realização de uma avaliação comparativa de impactos ambientais entre os eixos propostos (EPE e ESBR), tendo como base a avaliação realizada na fase de licenciamento prévio (EIA/RIMA), deverão ser os objetivos dos estudos complementares"¹²². (BRASIL-IBAMA, Nota Técnica 07/2008, grifo nosso).

¹²² Na consideração os técnicos do IBAMA (BRASIL-IBAMA, Nota Técnica 07/2008), afirmam que: "Portanto fica claro que persiste uma externalização de impactos que devem ser minimamente internalizados a cada um dos empreendimentos para que se possa realizar qualquer exercício de comparação de impactos ambientais incrementais. A sobrelevação dos níveis d'água a montante de Jirau ou da Ilha do Padre, trazem claramente impactos adicionais sobre tipologias vegetais (campinaranas), sobre sítios à margem do Madeira (barreiros dos piscitacídeos), sobre zonas de alagamento na região de Mutum-Paraná, em sítios de ocupação humana (ribeirinhos) entre

Mais uma vez os pareceres técnicos do órgão são vistos como etapa burocrática pelo alto escalão do IBAMA, e em 14 de novembro de 2008, foi emitida a Licença de Instalação n°. 562/2008, referente à implantação do canteiro de obras pioneiro¹²³. Em suma, foi atestada a mudança da localização do eixo da barragem de Jirau.

Em 03 de junho de 2009 foi emitida a Licença de Instalação n°. 621/2009, referente à instalação do canteiro como um todo e das estruturas da própria UHE, com eixo previsto no local denominado Ilha do Padre (Cachoeira do Inferno). Foram apresentadas nessa LI 54 condicionantes e aplicação de R\$ 45 milhões para atender a saúde pública de média e alta complexidade em Porto Velho, educação na área de influência direta (ênfase em Jaci-Paraná e Polo Jirau) e segurança pública.

Em análise das condicionantes da LI n°. 563/2008, mesmo com vetos à realização de estruturas no arranjo geral da UHE (prevista na LI 621/2009), o CESBR durante esta LI, desrespeitou a legislação ambiental e implantou sem autorização do IBAMA as ensecadeiras de 1ª fase, o que gerou auto de infração n°. 465714 no valor de R\$ 950.000,00, além de embargo da estrutura. A documentação foi enviada a *posteriori* ao IBAMA, que prontamente fez o desembargo em questão. Outra irregularidade foi com a retirada de vegetação de uma área de

muitos não apropriados, contudo não faz o menor sentido analisar o incremento dos impactos causados pela eventual mudança locacional do eixo do AHE sem antes incorporar a necessária consideração dos efeitos de remanso. Desta forma, é necessário quantificar não apenas o impacto incremental das conseqüências da modificação do eixo do barramento de Jirau para a Ilha do Padre, mas também dos passivos constituídos pelos impactos sem avaliação sobre sua magnitude e alcance que dizem respeito à viabilidade da proposta, nesta etapa, atendo-se à análise comparativa entre o arranjo selecionado pela ESBR na localidade de Cachoeira do Inferno e o arranjo otimizado apresentado pela EPE na localidade de Cachoeira de Jirau". "Há uma série de solicitações como definir a abrangência de cada um dos reservatórios, nível máximo da casa de forças, efeitos de remanso (rio Madeira e Abunã, fase rio e fase reservatório), altimetria, vazão de seca, media e de enchente". (BRASIL-IBAMA, Nota Técnica 07/2008).

¹²³ Constituído de Cascalheiras, Jazidas de Solo, pedreira, caminho de acesso, bota-fora, estação de tratamento de esgoto, paiol, estruturas de apoio industrial e administrativo e ensecadeiras provisórias de 1ª fase da margem direito do rio madeira.

Esta LI não valia para casa de força, vertedouro, turbinas, tomada d'água e outros sobre o arranjo fetal da Usina. Também não autorizava supressão de vegetação. Dentre condicionantes, previa promover o fortalecimento de infraestrutura urbana de Porto Velho: mobilidade urbana e urbanização de assentamentos precários. Como isso deveria ser feito e de que forma não há referência.

18,65 ha de floresta nativa sem autorização, com multa de R\$ 475.000,00 e embargo da área, sendo depois emitida a Autorização de Supressão Vegetal (ASV - n°. 335/2009) para permissão de 75 ha de vegetação para novas estruturas do canteiro pioneiro.

Outras condicionantes não foram atendidas pelo Consórcio construtor de Jirau, como campanhas de informações suficientes para minimizar a atração populacional migrante, bem como não apresentou informações suficientes sobre a promoção do fortalecimento da infraestrutura urbana de Porto Velho (mobilidade urbana e urbanização de assentamentos precários).

O Parecer Técnico n° 79/2009 (BRASIL-IBAMA, 2009, p. 10) (COHID/CGENE/DILIC/IBAMA Brasília, 11 de agosto de 2009), conclui afirmando:

Pela análise efetuada do atendimento das condicionantes, **constata-se que não foram plenamente atendidas 11 condicionantes, das quais 9 foram consideradas como não atendidas.** No entanto, cabe ressaltar que **a análise do atendimento da maioria destas condicionantes foi prejudicada pela baixa qualidade do relatório final apresentado** (AJ/TS 778-2009) [...] Ainda, cabe ressaltar que a parte do relatório que trata do atendimento aos Programas não trouxe dados suficientes para atestar a execução destes.

Diante do exposto, apesar dos muitos exemplos de desrespeito às condicionantes ambientais do projeto da UHE de Jirau, podemos considerar que tanto o processo de licenciamento dos AHEs de Jirau e Santo Antônio, quanto a forma como foram emitidas as LP e as LIs da UHE de Jirau, atestam para o fato de que megaprojetos de grandes obras para a produção de energia emplacados pelo governo federal no contexto do PAC, considerados fundamentais para o “Novo Desenvolvimentismo”, não terão como limites questões relacionadas aos impactos ambientais, sociais e territoriais. Ainda mais quando estão em jogo os interesses políticos desenvolvimentistas, os interesses econômicos de grandes empresas do setor energético, de grandes construtoras/empreiteiras (também sócias desses projetos), empresas estatais do setor de energia, grandes instituições de financiamento nacional como o BNDES e outras agências internacionais, além dos fundos de pensão e de investimentos, para que montantes exorbitantes de capitais possam ser direcionados para

sua ampliação, que já em fase embrionária atentam para o caos anunciado em um mundo de progresso.

Isso fica mais latente quando, frente à redução de custos econômicos, relatórios falaciosos e omissos a respeito das condicionantes exigidas pelo IBAMA são apresentados com descaso pelas empresas envolvidas nesses grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, ou na "nova/velha" fronteira hidroenergética nacional.

Não podemos ter outra consideração a este respeito, tendo em vista que as equipes técnicas do IBAMA, nos maiores números dos Pareceres Técnicos, Notas Técnicas e Informações Técnicas emitidos, atestaram a falta de informações, a ausência de análise nos relatórios, a não divulgação de informações do cumprimento de condicionantes e programas do PBA que deveriam ser executados, de fato, para tentar mitigar ou compensar de modo satisfatório os impactos gerados com as UHEs na dinâmica do rio Madeira, com suas populações e territórios que dependem do rio para sua existência.

Se são executados a contento por que os resultados não são divulgados? Por que informações importantes a respeito, de modo aceitável, são guardadas pelos consórcios construtores? Não são apresentados, porque, de fato, não são executados, e por não serem não há resultados satisfatórios a serem divulgados. Então, divulgam-se documentos para atender aos trâmites burocráticos, tendo em vista, que em última instância o que vale é o poder econômico e a subordinação da política ao mesmo, na verdade um abuso do poder econômico. Passa-se por cima das análises e prerrogativas dos técnicos que avaliam/elaboram tais documentos/relatórios, pois de qualquer modo os empreendimentos mantêm-se em andamento, e mesmo com atrasos os prazos são reduzidos, processos são burlados (como a transferência do eixo da barragem de Jirau), e quem paga pelos dividendos das grandes empresas e acionistas é a população local/regional, que permanece com as significativas alterações e impactos na paisagem, nos modos de vida em seus territórios e ambientes de existência.

Portanto, o projeto do "Nacional Desenvolvimentismo" em consolidar a região Amazônica como a nova fronteira hidroenergética, neste aspecto da questão ambiental, ganha sua objetividade tendo em vista o não cumprimento na práxis do que rege a legislação ambiental

brasileira, no mínimo em considerar a totalidade da bacia hidrográfica afetada, suas formas de uso e ocupação. O não cumprimento da legislação, a coerção política para agilizar os processos de licenciamento resume-se na redução de custos ao capital para a sua territorialização, e constituição dos territórios do hidronegócio-energético.

Assim, no Capítulo 5, abordaremos como o governo federal compactua com essa dinâmica destrutiva do capital, impulsionado pelo “Novo Desenvolvimentismo” via PAC, no que tange à territorialização do capital (trans)nacional, a ação do BNDES nos financiamentos dessas UHEs, e seus impactos na reorganização espacial e na desterritorialização da população atingida.

CAPÍTULO 05

A UHE DE JIRAU E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: O TERRITÓRIO DO HIDRONEGÓCIO- ENERGÉTICO E SEUS PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES

Este capítulo encontra-se dividido em duas seções: na primeira, buscar-se-á analisar a territorialização do capital (trans)nacional na UHE de Jirau e o papel do BNDES na constituição do território do hidronegócio-energético; na segunda, discutiremos as consequências desses processos na reorganização espacial e a desterritorialização camponesa e ribeirinha.

5.1 A UHE de Jirau e o território do hidronegócio-energético: Estado e capital na mercantilização da natureza

Nos dois megaempreendimentos hidrelétricos no rio Madeira, as UHEs de Jirau e Santo Antônio, podemos constatar acirradas disputas entre grandes conglomerados empresariais pelo controle de porções do rio e sua mercantilização via concessão de direito de uso de bem público, oriundo de outorga do uso da água.

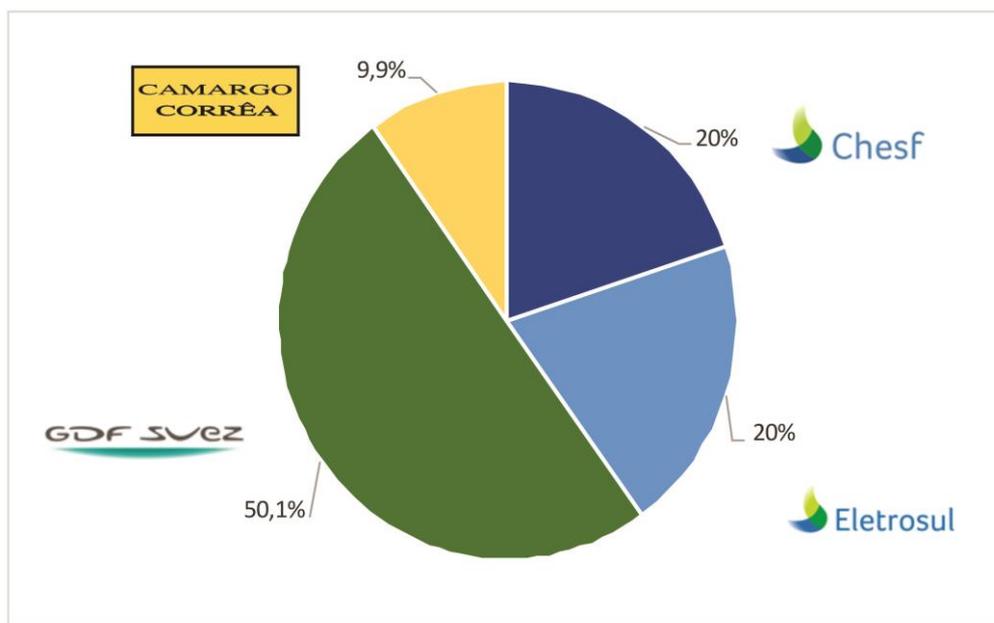
A UHE de Jirau, controlada pelo CESBR, como já visto anteriormente, teve sua formação inicial constituída pelos sócios GDF-SUEZ (50,1%), CHESF (20%), Eletrosul (20%) e Camargo Corrêa (9,9%) para a sua construção, operação e manutenção, com a construtora Camargo Corrêa na execução das obras civis (FIGURA 04). O consórcio detém o Contrato de Concessão e é o responsável pela obtenção de financiamentos e pela venda da energia a ser gerada pela UHE. A ANEEL concedeu ao CESBR, no dia 27 de abril de 2009, a outorga para a construção da UHE de Jirau, via Resolução n°. 269, para a exploração do potencial de energia hidráulica (incluindo eclusa e canais de navegação). A outorga vigorará por 35 anos, até 13 de agosto de 2043 (BRASIL, ANA, 2009)¹²⁴.

Esse capital inicial de formação do CESBR sofreu reorganização em sua composição, pois houve a venda da participação da Camargo Corrêa (9,9%) na participação acionária para a GDF SUEZ. A saída da Camargo Corrêa não é um ponto esclarecido pela ESBR e nem pela própria Camargo

¹²⁴ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. Resolução n°. 269, de 27 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/proton/dou.asp?dt_publicacao=14%2F11%2F2013&txt_critério=Energia+Sustent%Elvel+do+Brasil&acao=+Pesquisar+&cod_data_pesquisa=1#>. Acesso em: 14 nov. 2013.

Corrêa¹²⁵. Segundo informações do jornal Valor Econômico¹²⁶ essa saída teria sido negociada pela GDF Suez e a Camargo Corrêa que já teriam acertado tal reorganização já no momento de formação do consórcio (antes do leilão). Assim, o grupo construtor das obras civis deixaria a sociedade seis meses após a emissão da licença ambiental do empreendimento. Tal prazo se encerrou em dezembro de 2009, mas a SUEZ deu novo prazo até meados de 2010, tendo em vista que nenhum dos fundos de pensão que teriam mostrado interesse em comprar as cotas da Camargo Corrêa fecharam o negócio.

FIGURA 04: Consórcio Energia Sustentável do Brasil, composição do capital inicial



Fonte: ESBR.

Org.: José Alves.

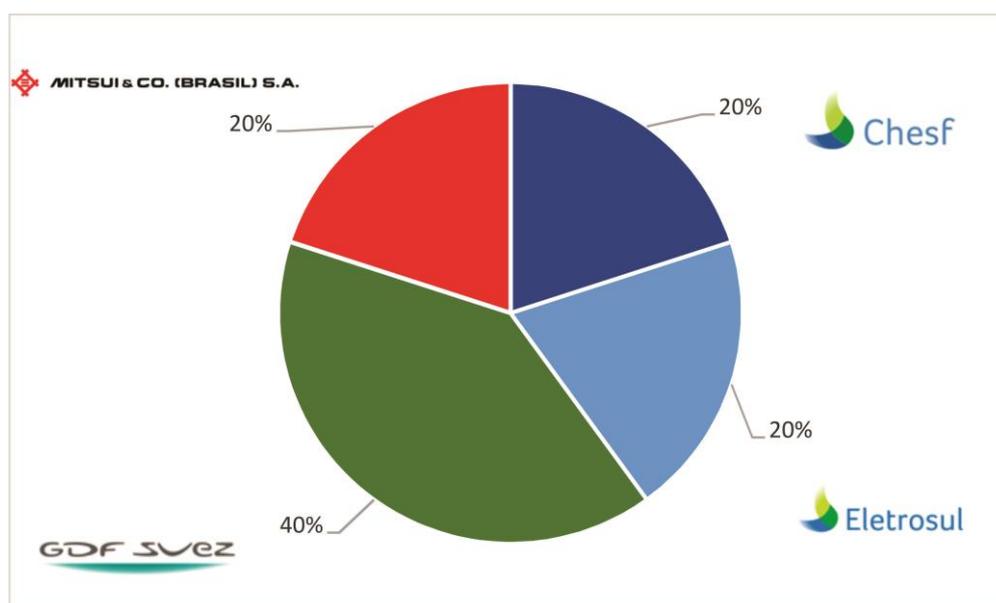
Assim, a própria GDF Suez comprou a parte da Camargo Corrêa, de 9,9% do capital da UHE de Jirau, aumentando sua participação de

¹²⁵ Segundo o Jornal Valor Econômico, esta saída fundamenta-se em uma cláusula do contrato de formação da própria ESBR. "Essa cláusula foi vista como necessária por um possível conflito de interesses, já que a construtora contratada para a empreitada em Porto Velho é também a Camargo Corrêa. Inicialmente, a ideia da Camargo era transferir as ações para a CPFL, que tinha direito de preferência para comprar as ações e que é controlada pela Camargo. Mas a CPFL não quis exercer tal direito". (<http://www.valor.com.br/arquivo/810675/camargo-deixa-jirau-so-no-meio-do-ano>)

¹²⁶ GOULART, Josette. Camargo Corrêa deixa Jirau só no meio do ano. Valor Econômico, 26/02/2010 - <http://www.valor.com.br/arquivo/810675/camargo-deixa-jirau-so-no-meio-do-ano>

50,1% para 60%, o que ocorreu em 01/10/2012. Mas conforme divulgado pelo Jornal O Estado de São Paulo, a empresa francesa GDF Suez acabou vendendo uma participação de 20% na UHE de Jirau para a empresa japonesa Mitsui & CO. Ltda, pelo valor de R\$ 1,4 bilhão (equivalente a 440 milhões de euros). A GDF Suez ainda continua sendo sócia majoritária em Jirau, com participação de 40%, enquanto as subsidiárias da ELETROBRAS (Chesf e Eletrosul) mantêm, cada uma, 20%, a mesma cota da Mitsui (FIGURA 5). Esta operação foi avaliada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou, sem restrição, o negócio que não terá, na avaliação do órgão, qualquer efeito no mercado de geração de energia elétrica ou mesmo no mercado de geração de energia elétrica por UHEs¹²⁷.

FIGURA 05: Consórcio Energia Sustentável do Brasil, recomposição do capital



Fonte: ESBR.

Org.: José Alves.

Segundo Bahnemann (2013)¹²⁸, essa negociação teria como estratégia a redução do risco da Tractebel (geradora de energia

¹²⁷ Agência Estado, 13 maio de 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=negocios-geral,gdf-suez-vende>. Acesso em: 12 nov. 2013.

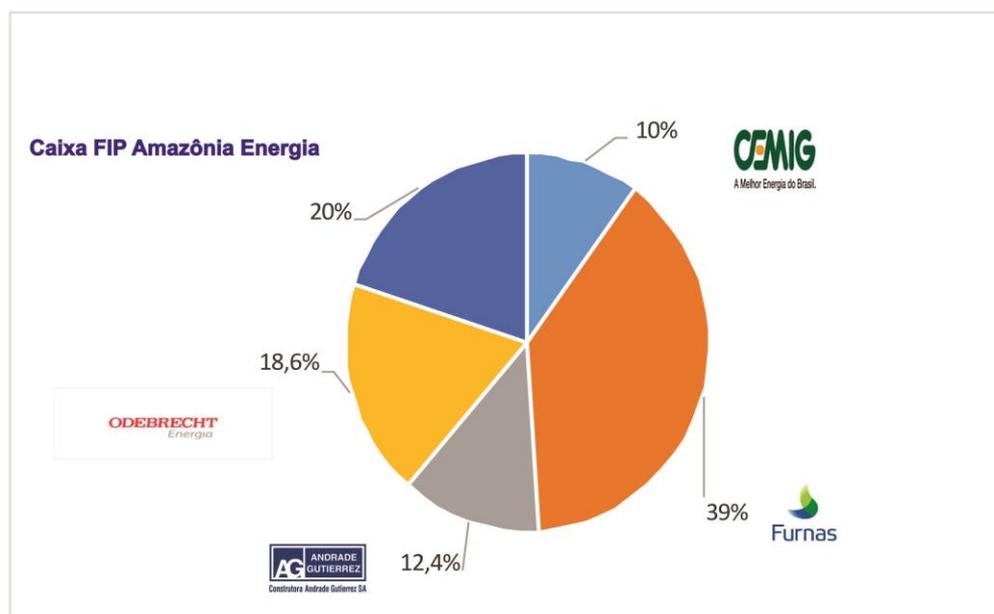
¹²⁸ Publicado no Jornal O Estado de São Paulo - SUEZ vende 20% na usina de Jirau para japonesa Mitsui, 14 maio de 2013. Disponível em: <

controlada pela GDF Suez) quando a mesma viesse fechar a compra dos 40% restantes do projeto sob controle acionário da GDF Suez. Isso representa uma estratégia dentro dos próprios conglomerados para remuneração de seus acionistas.

Já a participação da Mitsui & CO. Ltda. é uma estratégia importante, pois passam a contar também com um dos grupos de investimento e comércio líderes do Japão, mas com atuação, via subsidiárias, em 66 países, sendo no Brasil desde 1938 em infraestrutura, indústria alimentar, recursos energéticos. Neste setor, a Mitsui detém um total de 8,4 GW de capacidade instalada em ativos de geração de energia em escala global.

A UHE de Santo Antônio pertence à concessionária Santo Antônio Energia S.A., controlada pelo Consórcio Madeira Energia S.A. (MESA), como já dito, vencedor da licitação realizada em 2007, sendo formado por Furnas Centrais Elétricas (39%), Fundo de Investimento (FIP) composto por Banif, Santander e FI-FGTS (20%), Odebrecht Energia (18,6%), Andrade Gutierrez (12,4%) e Cemig (10%) (FIGURA 06).

FIGURA 06: Consórcio Santo Antônio Energia, composição do capital



Fonte: SAE.

Org.: José Alves.

A concessão da outorga à Madeira Energia S.A., referente ao aproveitamento hidrelétrico de Santo Antônio, para a exploração de potencial de energia hidráulica, foi concedida pela ANA em 11 de agosto de 2008 para um período de 35 anos, que vigorará até 13 de junho de 2043 (BRASIL. MMA, ANA. RESOLUÇÃO n° 465, de 11 de agosto de 2008). Esta outorga foi retificada devido à permissão de elevação da cota do reservatório, conforme veremos mais à frente devido à ampliação da capacidade ampliada, de 44 unidades geradoras para 50, realizada pela Santo Antônio Energia S.A.

Portanto, nessa composição de capitais articulam-se relações entre empreiteiras e construtoras, com empresas estatais/privatizadas após a abertura e queima do patrimônio nacional com a fase neoliberal, dos presidentes Collor de Mello, a partir de 1990, mas principalmente com FHC após 1995. Assim, articulam-se grandes capitais, antes totalmente estatais, mas que após a década de 1990 passaram a se articular com o setor privado nacional e internacional, a partir do modelo de concessões. Portanto, articulam-se um emaranhado de interesses de capitais como as Estatais do setor elétrico, multinacionais do setor de energia, construtoras e suas subsidiárias no ramo de energia, com frações bem sucedidas do capital fictício, como os Fundos Públicos de Pensão, além de Fundos Privados de Investimentos, que passam a ter na indústria elétrica nacional um quinhão privilegiado para sua reprodução ampliada.

Assim, quando o Estado, no período do "Novo Desenvolvimentismo", abre mão da posse e do monopólio dos recursos naturais hídricos, via concessões e outorgas para a produção de energia, permite que as mais variadas frações do capital nacional e internacional, em sua constituição (trans)nacional, passem ao controle econômico da natureza. Desse modo, na mercantilização da natureza para a geração de energia hidrelétrica, o Estado brasileiro lança mão do controle de um recurso que se torna cada vez mais estratégico para o grande capital transnacional, mas também, e em decorrência disso, permite que o setor elétrico nacional, também estratégico, fique sob controle e seja usado em benefício dos conglomerados do grande capital.

Em resumo, a Amazônia, a partir da política do Estado em favor do e para o capital, é "fatiada" em territórios do hidronegócio-energético, como constatamos com o Complexo Hidrelétrico Madeira, via

UHEs de Jirau e Santo Antônio. Com isso, e frente à crise estrutural do capital e sua expressão nas crises financeiras, capitais fictícios/especulativos impossibilitados de se reproduzirem somente na acumulação predominante financeira, veem no setor hidroenergético condição para sua reprodução ampliada, mesmo que tenha que retornar à sua expressão produtiva, como via indústria elétrica.

Portanto, fazendo um paralelo com Harvey (2005), o capital fictício/financeiro usa como estratégia a articulação com outras frações do capital produtivo, para que no regime de acumulação por espoliação e via mercantilização da natureza, possa tentar driblar o antagonismo estrutural do capital. Ou seja, ter que se deslocar da esfera predominantemente financeira para a produtiva, buscar realizar-se na produção por meio da extração de mais trabalho, como diretamente na indústria da produção de energia, onde busca o lucro suplementar. Seria este o papel que a Amazônia como fronteira hidroenergética passa a cumprir nessa fase contemporânea de crise estrutural do capital e do "Novo Desenvolvimentismo".

Nesse contexto, as grandes construtoras, dentre elas as 7 top do *ranking* das "Empresas Mais Admiradas no Brasil 2013", conforme Edição Especial da Revista Carta Capital (nº. 16, nov./dez. 2013), as do setor da Construção Civil, tais como: Odebrecht, Cyrela, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, JHSF, OAS, Queiroz e Galvão, ocupam papel central nas obras públicas, sobretudo de infraestrutura, realizadas em todo o país. Segundo o jornal O Globo¹²⁹ (SCOFIELD JR, 2011), das eleitas, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz e Galvão, "deixaram de ser apenas construtoras e se transformaram em verdadeiros conglomerados de infraestrutura, atuando em áreas que vão de petróleo e energia elétrica, à telecomunicação e agronegócio". Também pudera, as principais obras em andamento, em maio de 2011, no Brasil, ou já contratadas, "as 4 irmãs" estão envolvidas e junto abocanham R\$ 138,7 bilhões (SCOFIELD JR, D'ERCOLE e NOGUEIRA, não paginado, 2011).

Grande parte dessas obras, esclarece a matéria, integram o PAC (1 e 2), como as UHEs de Belo Monte e as do rio Madeira, além dos

¹²⁹ SCOFIELD JR, Gilberto; D'ERCOLE, Ronaldo; NOGUEIRA, Danielle. Quatro empreiteiras concentram R\$ 138 bilhões em obras no país. **O Globo**. 07/05/2011. Disponível em: www.oglobo.com. Acesso em: 21 nov. 2011.

estádios da Copa, projetos de infraestrutura urbana, portos etc. Assim, em 2010 do montante de gasto do Governo Federal, de R\$ 16 bilhões em obras - orçamento dividido entre 5.709 construtoras - as "4 irmãs" ficaram com R\$ 988 milhões. De 2004 a 2010, no acumulado, do total gasto de R\$ 49 bilhões, abocanharam R\$ 3,5 bilhões. A matéria apresenta ainda dados da revista "O Empreiteiro", nos quais as "4 irmãs" tiveram receita com engenharia e construção no ano de 2009 no valor de R\$ 18,7 bilhões, o que representa cerca de 38% do faturamento total dessas empresas. Os destaques foram para a Odebrecht (R\$ 5,292 bilhões), Camargo Corrêa (R\$ 5,264 bilhões), Andrade Gutierrez (R\$ 4,2 bilhões) e Queiroz e Galvão (R\$ 4 bilhões).

Portanto, há uma inestimável importância dos contratos públicos na manutenção de poder econômico e faturamento do oligopólio das "4 irmãs". Isto é, "62% das receitas da Odebrecht, 35% da Camargo [Corrêa], 72% da Andrade [Gutierrez] e 100% no caso da Queiroz e Galvão vem de obras do setor público" (SCOFIELD JR, D'ERCOLE e NOGUEIRA, não paginado, 2011).

Com esse monopólio dos contratos de grandes obras, tais empresas têm um peso importante no crescimento e na apropriação da riqueza nacional. Ainda mais quando as mesmas contribuem com as campanhas eleitorais, por meio de doações, investindo assim em seus portfólios de negócios espúrios. Em matéria veiculada em O GLOBO¹³⁰, publicou-se dados da pesquisa "O espólio da vitória: Doações de campanha e contratos públicos no Brasil", que concluiu que "para cada real doado, a empreiteira recebe 8,5 vezes o valor na forma de contratos de obras escolhidas por políticos do PT, e incluída nos orçamentos federal e estadual, ao longo de 33 meses após as eleições". Embora a matéria seja usada para atacar o PT, em detrimento de outros partidos, os dados apresentados mostram que no ano de 2010, as 4 maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, Queiroz e Galvão, Odebrecht e Camargo Corrêa - doaram cerca de R\$ 38,48 milhões em campanhas eleitorais ao PT, e R\$ 26,9 milhões para o PMDB (partidos governistas), totalizando R\$ 65,38 milhões. Em síntese, presume-se um retorno de R\$ 555,73 milhões em contratos, considerando a

¹³⁰ SCOFIELD JR, Gilberto. Empreiteiras receberem R\$ 8,5 por cada real doado a campanha de políticos. O GLOBO. Disponível em: www.oglobo.com.br. Acesso em: 08 mai. 2011.

multiplicação indicada na pesquisa, o que deve estar muito subestimado. Além disso, apesar da pesquisa citada fazer referência a dois partidos políticos, não podemos esquecer que a podridão do uso da máquina e dos recursos públicos, em favorecimento de políticos corruptos e grandes empresas nacionais e multinacionais, é algo que, se não generalizado, infelizmente é disseminado no País. Não podemos esquecer das denúncias do Ministério Público, no caso de superfaturamento de contratos e pagamento de propina por multinacionais do setor a diretores da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) da cidade de São Paulo, sob 3 governos do PSDB: Mario Covas, José Serra e Geraldo Alckmin.

Deste modo, o PAC, ao desenvolver grandes projetos de infraestrutura, busca atrair capitais privados a partir do modelo chamado Parceria Público Privado, para construir e tocar grandes projetos, como os do CHM.

O Observatório dos Investimentos na Amazônia, em nota técnica sobre energia elétrica e os aspectos econômico-financeiros dos investimentos das obras do Complexo Madeira, evidencia que no aspecto econômico os riscos do projeto quanto à construção e processo de licenciamento há uma elevada pressão tanto de caráter público quanto privado, envolvendo bancos, órgãos públicos, empresas, lobistas e gestores, "para que não haja qualquer tipo de prejuízo do cronograma das obras e de sua entrada em operação". Assim, nesta lógica do modelo de investimento PPP, a "rentabilidade esperada com a venda e transmissão de energia representa o principal lastro do arranjo econômico-financeiro dos projetos" (CARDOSO, 2011, p. 3). Como é um "arranjo que em si é um grande negócio, que oferece rentabilidade para um conjunto amplo de instituições financeiras, empresas públicas e privadas do setor de energia, empreiteiras e toda uma cadeia de fornecedores, de cimento a turbinas" (CARDOSO, 2011, p. 3), os atrasos devem ser superados e os projetos concluídos dentro dos cronogramas previstos - fato que podemos constatar sobre a pressão governamental e das grandes empresas em relação ao licenciamento das UHEs do rio Madeira. Ainda mais quando "a eficiência dessas parcerias público privadas é sustentada por altos subsídios e pela insuficiente internalização dos custos sociais e ambientais" dos projetos (CARDOSO, 2011, p. 3).

Tomemos como suporte analítico o “arranjo empresarial e financeiro” representado no organograma a seguir, elaborado por Cardoso (2011), e apresentado na Nota Técnica sobre a multiplicidade de atores econômicos envolvidos no projeto hidrelétrico Madeira. A autora relaciona as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, empresas públicas e de economia mista, bancos públicos nacionais e regionais, bancos privados nacionais e internacionais, sendo todas essas instituições articuladas na espera dos retornos econômicos dos projetos, e na disputa pela “drenagem de recursos públicos por meio do Tesouro Nacional”, aguçam ainda mais o endividamento público protagonizado pelo Estado nacional, por meio de políticas de governos específicas (FIGURAS 7).

Para o caso do Complexo Hidrelétrico Madeira, afirma Cardoso (2011, p. 15-16), “os dados evidenciam que estas PPPs estão alicerçadas, fundamentalmente, em empresas públicas e financiamentos públicos; e tem parte importante dos investimentos custeados com recursos do Tesouro Nacional”¹³¹, e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

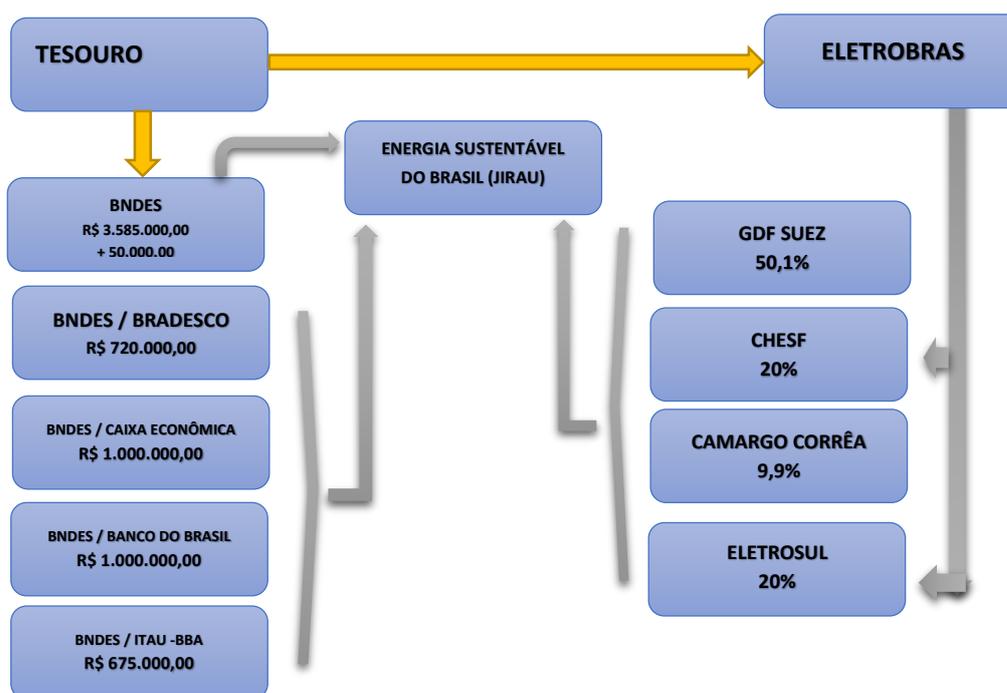
A engrenagem dessa “máquina”, lubrificada com recursos públicos, funciona conforme organogramas em que o BNDES é o principal agente financiador, e “mobiliza nas suas operações um conjunto de agentes operadores que são bancos públicos e privados” (FIGURAS 7 e 8). Os recursos do BNDES para os empréstimos em questão das UHEs de Jirau e Santo Antônio são oriundos do FAT (Depósitos Especiais, do Fundo de Participação PIS/PASEP), além de recursos oriundos do Tesouro Nacional.

O Tesouro Nacional, até o levantamento realizado pela autora (segundo trimestre de 2011), era um fomentador desse repasse para o BNDES e este para os empreendimentos, na ordem de R\$ 1,13 bilhão para a UHE de Jirau e R\$ 1,59 bilhão para a UHE de Santo Antônio. Recursos do Tesouro também são repassados para a ELETROBRAS, que ao capitalizar

¹³¹ Para a autora citada (CARDOSO, 2011, p. 15) os projetos estratégicos do governo federal, a partir dos modelos de investimento PPP, leva a um debate importante tendo em vista as formas de utilização dos recursos públicos para viabilizar financiamentos públicos a estas obras, “teoricamente deveriam ter seus investimentos e financiamentos assumidos pelo setor privado, sob condições de mercado”. Ou seja, este modelo de investimento das Parcerias Público-Privadas, que permitiriam a ampliação dos investimentos em infraestrutura sem comprometer o volume da dívida do governo.

suas empresas subsidiárias (como FURNAS e CHESF) permite que estas entrem nas PPPs, via Sociedades de Propósitos Específicos (SPE). Por fim, identificam-se as empresas que compõem a SPE e suas respectivas participações acionárias.

FIGURA 07: Arranjo empresarial e financeiro da UHE de Jirau



Fonte: Cardoso (2011, p. 7).

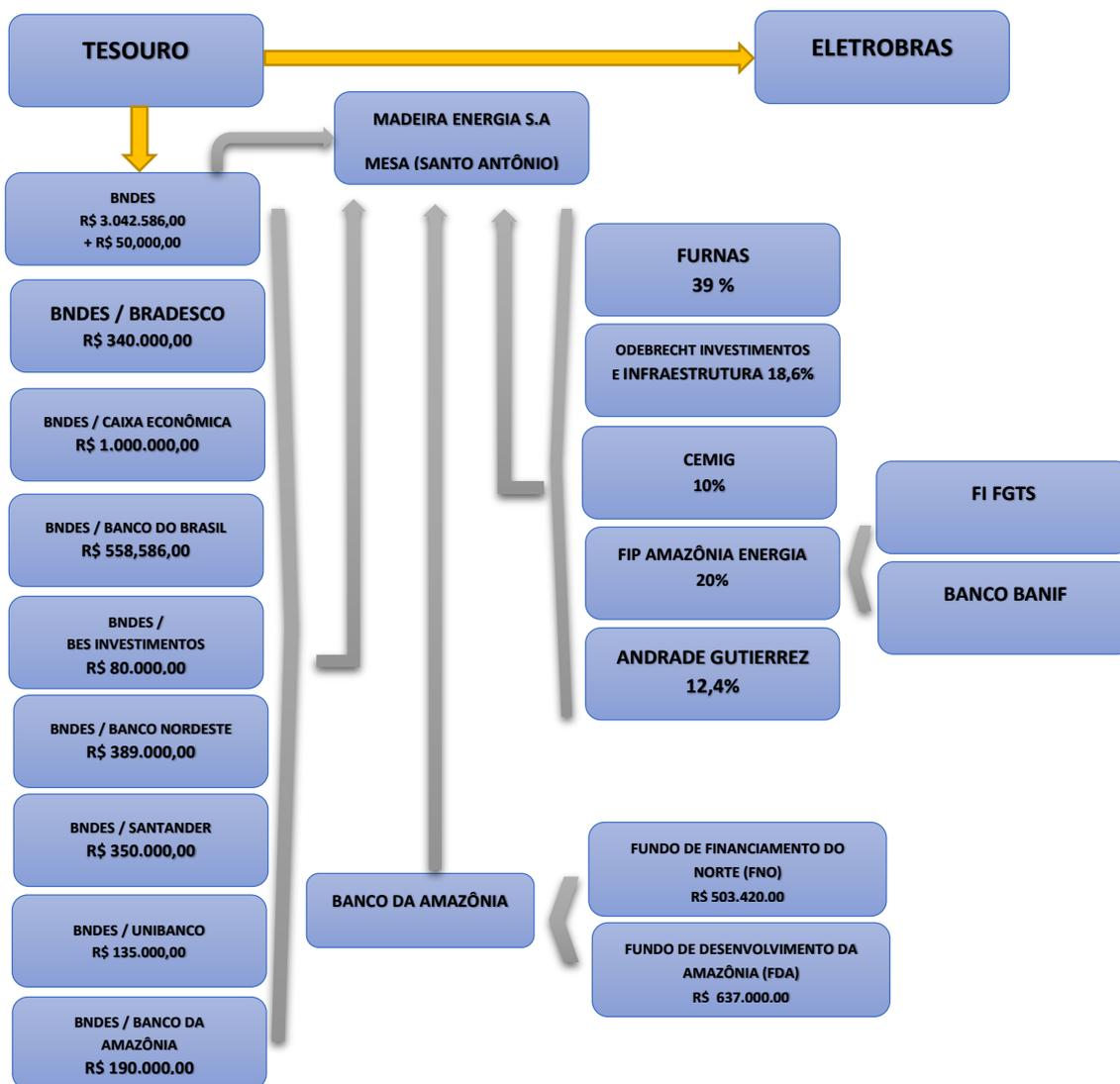
Portanto, o primeiro grande engodo a ser desvendado é que essas obras em infraestrutura são tocadas com recursos privados. O controle e monopólio de informações importantes como quem financia e a que custos essas obras são financiadas é uma forma de expressão de poder e controle que não permite, na maioria das vezes, que o cidadão comum chegue aos verdadeiros beneficiários dessa pilhagem dos recursos públicos em proveito de grandes conglomerados empresariais privados. Sem contar que algumas empresas estatais e de capitais mistos também detêm parcela significativa dos recursos públicos.

Ainda sobre a "máquina" de apropriação de recursos públicos, Cardoso (2011) indica três grandes drenos para a vazão, com o objetivo para financiar as grandes obras das UHEs do rio Madeira, sendo:

1) via empréstimos do BNDES, sendo que "parte dos R\$ 14,52 bilhões das operações de empréstimos do BNDES, para o 'Complexo Madeira' estão vindo da chamada capitalização do BNDES feita pelo

Tesouro Nacional que tem buscado estes recursos, por sua vez, por meio da venda de títulos públicos”, ou seja, via endividamento da sociedade brasileira. Os dados mostram somente os desembolsos realizados entre janeiro de 2009 a junho de 2011, e não o total do montante contratado para cada obra, informação monopolizada pelo banco e agentes envolvidos;

FIGURA 08: Arranjo empresarial e financeiro da UHE de Santo Antônio



Fonte: Cardoso (2011, p. 7).

2) via investimento das empresas públicas, que como tais empresas são parceiras nas Sociedades de Propósitos Específicos responsáveis pelo Complexo Madeira, há “uma complexa relação entre endividamento público e expansão da capacidade de investimento do setor elétrico comandada pela ELETROBRAS”, que no caso tem-se em Jirau

a participação acionária da Eletrosul, além dos Lotes A e G na construção da Linha de Transmissão do Madeira;

3) Outro mecanismo de repasse dos recursos públicos ocorre por meio dos financiamentos via recursos do Fundo Regional, como é visto para a UHE de Santo Antônio, com a atuação do Banco da Amazônia, via Fundo de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, apesar dos montantes dos recursos serem mais modestos, comparados aos outros agentes financiadores. Mesmo assim, não são desprezíveis como um financiamento de R\$ 637 milhões para a UHE de Santo Antônio (FDA), outro financiamento de R\$ 539 milhões foi destinado à mesma UHE via FDA. O CESBR também teve acesso aos recursos destes fundos, via financiamentos, pois em 2010 recebeu do FNO (via Banco da Amazônia - BASA), R\$ 503 milhões, ou seja, 34% dos recursos financeiros disponibilizados pelo Tesouro Nacional a este fundo.

Como podemos constatar, o governo brasileiro no "Novo Desenvolvimentismo" vem criando mecanismos que permitam ao PAC a realização de grandes obras de infraestrutura, e no caso em apreço, de infraestrutura energética (hidroenergética), que para sua concretização e materialização busca-se desobstruir o que considera entraves. Se a política ambiental é considerada assim, passa-se por cima das normativas, legislações etc. e a pressão política cria mecanismos para resolver as pendências e liberar as grandes obras, mesmo com os nefastos impactos anunciados. Se o setor privado é um parceiro, mas cauteloso em colocar seu capital para projetos de investimento de longo prazo, o governo federal, via instituições financeiras públicas, inclusive com recursos do Tesouro e do BNDES, dá um presentão com financiamentos a juros mais baixos do que o de mercado, que o cidadão comum paga, não com base na Selic, mas via taxas de juros de longo prazo a exemplo do BNDES para obras do PAC com prazo de amortização de 14 para 20 anos, além dos períodos de carência, no caso de Jirau, de 5 anos.

Isso é um convite a projetos que permitam alta rentabilidade ao capital privado e público, com apoio do Estado brasileiro, e endividamento social partilhado com o aumento da dívida pública. E pior, os financiamentos, para o caso do BNDES, para alimentar o faminto mercado do setor energético, tem como base o uso de dinheiro dos

trabalhadores, já que em torno 50% dos recursos do Banco são oriundos do FAT.

Redução de riscos e custos ambientais via processos e pressão política, autoritários, passando por cima dos direitos dos povos atingidos por esses megaprojetos, sejam homens e mulheres do campo, da cidade, ou da floresta, têm levado ao que no popular seria um "saco sem fundo" de drenagem dos recursos públicos para o capital, no caso o Complexo Hidrelétrico Madeira.

Conforme Switkes (2011), na divulgação do Complexo Hidrelétrico Madeira, as UHEs de Santo Antônio e Jirau, com eclusas, teriam um custo total de US\$ 5,5 bilhões, com estudos oficiais, foi para US\$ 9 bilhões, com aprovação dos estudos de viabilidade pela ANEEL o custo foi para US\$ 12,6 bilhões (R\$ 25,72 bilhões), aumento de 129% sobre estimativas iniciais. O mesmo (des)planejamento para linhas de transmissão, com estimativa inicial do projeto em 2003 no BNDES em US\$ 600 milhões, e última estimava de US\$ 1,75 bilhões a US\$ 4,2 bilhões. Custos atualizados das barragens e linhas de transmissão para valor entre US\$ 16,5 a US\$ 24,5 bilhões.

Os investimentos que envolvem o Complexo Hidrelétrico Madeira chamam a atenção, pois estavam orçados na ordem de R\$ 43 bilhões, conforme dados da ANEEL, divididos entre as duas UHEs, com R\$ 25,76 bilhões; eclusas à base de R\$ 1,38 bilhão; interligações de interesse restrito com R\$ 930 milhões; linhas de transmissão de energia na ordem de R\$ 15 bilhões (CERVINSK, 2007) (TABELA 03).

TABELA 03: Custos iniciais das UHEs do Rio Madeira

Obras	Custos (R\$)
Construção hidrelétrica de Santo Antônio	12,72 bilhões
Eclusa Santo Antônio	730 milhões
Interligação de interesse restrito de Santo Antônio	350 milhões
Custo total da UHE de Santo Antônio	13,80 bilhões
Construção hidrelétrica de Jirau	13,04 bilhões
Eclusa de Jirau	650 milhões
Interligação de interesse restrito de Jirau	580 milhões
Custo total da UHE de Jirau	14,27 bilhões
Linha de Transmissão	15 bilhões*
Custo total do Complexo Hidrelétrico Madeira	43,07 bilhões

Fonte: Switkes (2011, p. 24).

*Os empreendedores dos projetos estimam que a LT entre Porto Velho a Araraquara teria custo variando entre R\$ 10 a 15 bilhões. Normalmente esses valores são subestimados.

Esses custos da UHE de Jirau ainda não estão fechados, tendo em vista que novos enredos surgem a todo momento, mostrando a face mutante destes projetos. Além da mudança do eixo estrutural da barragem para a Cachoeira do Inferno (como já visto), em 8 de abril de 2011 a ANEEL publica a Nota Técnica nº. 117/2011 - SGH/ANEEL, analisando o projeto básico de ampliação da UHE de Jirau de 44 para 50 turbinas, isso após todo o pedido de licença do empreendimento¹³². Esta medida foi publicada no Diário Oficial, dando despacho ao aumento da capacidade instalada de 3.300 MW para 3.750 MW, com cota máxima a montante de 90 metros e área máxima da represa de 302,6 km². Portanto, um acréscimo de 450 MW no projeto de expansão, que já fora inscrito pelo consórcio ESBR no leilão de energia para o mercado cativo em 2014, via leilão de energia nova (A-3), com teto de preço de R\$ 102/MW/h para negociar essa oferta no leilão¹³³. O leilão ocorreu no dia 17 de agosto de 2011, no qual foram vendidos 209 MW/h de energia hidráulica.

Este fato mostra o acirramento das disputas pelo recurso água e a espoliação da natureza pelos dois grandes consórcios das UHEs do Madeira, tendo em vista que a perspectiva de ganhos com a expansão da motorização para além dos projetos originais não foi solicitação só pelo CESBR, mas pelo Consórcio Santo Antônio Energia, formado por Furnas e Odebrecht, proprietários da UHE de Santo Antônio. Em 3 de julho de 2013 a ANEEL também aprovou o pedido de elevação da cota da represa de Santo Antônio de 70,5 para 71,3 metros, o que lhe permitirá alagar uma área além do previsto no licenciamento ambiental já concedido, de 350 km² para 430 km². Portanto, uma queda d'água maior, e ganho de capacidade de instalação de mais 6 turbinas, bem como ganho de energia de 207 MW médios.

¹³² A ANEEL, nesta Nota Técnica, "recomenda a aprovação do Projeto Básico de Ampliação da UHE Jirau", pois do ponto de vista técnico o projeto está em conformidade com os aspectos de gestão do potencial hidráulico. Além disso, o destaque da nota pelo ganho energético associado à nova configuração da Usina, sendo devido à relativa mudança do eixo da usina, ao "refinamento do estudo de remanso" e pelo incremento de potencial de mais seis unidades geradoras. O destaque nisso é pelos investimentos associados da concessionária e sua notória remuneração financeira como retorno.

¹³³ AGÊNCIA ESTADO. Aneel aprova projeto de expansão da usina de Jirau. Publicado no Portal IG em 01/08/2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/aneel-aprova-projeto-de-expansao-da-usina-jirau/n1597112020193.html>>. Acesso em: 12/02/2012.

A disputa entre as gigantes estaria na fatia de ganho possível de 57,3 MW para Jirau, pois a elevação do nível do reservatório de Santo Antônio afetaria essa capacidade estimada de ganho, só que neste contexto Santo Antônio não teria nenhum ganho. E como diz Singer (2012), o "lulismo" como árbitro nos conflitos, não só entre capital-trabalho, mas também com o próprio capital, entra e media a partilha dos lucros. Assim, a ANEEL decide permitir que cada consórcio (ESBR e MESA) tenha um aumento da capacidade produtiva com a instalação de 6 unidades geradoras em cada UHE, respectivamente Jirau e Santo Antônio, e assim amplia-se a capacidade produtiva do Complexo Hidrelétrico Madeira como um todo em 150 MW¹³⁴. Santo Antônio passaria então de 3.150 MW, com 44 turbinas, para 50 unidades geradoras e potência elevada em 419 MW, totalizando 3.569 MW.

Como destacado em matéria do Jornal Valor Econômico (em 10 de outubro de 2012 - Ampliação de UHEs traz de volta disputa no Madeira), há uma peleja acirrada por "centímetros preciosos" da água do rio Madeira, e com ela, além dos ganhos dos Consórcios e empresas envolvidas, há toda uma rede composta pelas empresas beneficiadas pela compra de mais máquinas, como o Consórcio liderado pela Alstom (francesa), incluindo a Voith Siemens (alemã) e Andritz Hydro (austriaca). Em defesa do seu quinhão o Consórcio ESBR chegou a apelar para a questão catastrófica do aumento do espelho d'água de Santo Antônio, que afetaria as estruturas de Jirau, com "graves riscos estruturais"¹³⁵.

¹³⁴ "As duas usinas teriam a capacidade elevada, mas Jirau perderia parte do aumento potencial futuro. Assim, a Aneel autorizou a mudança no reservatório de Santo Antônio, mas obrigou a concessionária a ceder, sem ônus, parte da energia produzida à Jirau - 21,3 MW médios de energia firme, ou 24,3 MW médios de garantia física. Essa cessão, porém, pode ser interrompida caso o governo brasileiro entre em acordo com a Bolívia em relação ao reservatório de Jirau. Para que a usina consiga obter o máximo ganho energético, é provável que ela tenha que alagar parte do território boliviano. Nesse caso, desde que Jirau obtenha a energia que perdeu devido a Santo Antônio, a cessão terminaria. 'Fizemos essa configuração porque ela equaliza a frustração de ambas as usinas. Dado que a ampliação máxima das duas é fisicamente impossível, nenhuma das duas terá tudo que quer, mas as duas terão o máximo possível', afirmou o diretor da Aneel Julião Coelho". WARTH, Anne. Aneel aprova a ampliação de Santo Antônio e põe fim à disputa com Jirau. **Estadão**. 03 de junho de 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=impresso,aneel-aprova-..> Acesso em: 11/10/2013.

¹³⁵ "A **ESBR** chegou a mandar uma carta para o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, advertindo sobre o dano potencial ao vertedouro e às casas de força de **Jirau**. O grupo fez ainda um alerta sobre eventuais prejuízos

Como já indicado anteriormente, os interesses em jogo são econômicos, e se na disputa por grandes obras as construtoras “são irmãs”, na formação dos Consórcios das UHEs do Madeira, o que vale é o interesse econômico particular, e mesmo com a mediação de conflito posta em prática pela ANEEL, a fala do presidente da ESBR é clara na defesa dos interesses do consórcio e do capital a ele vinculados.

Não há nada acordado. A posição dos sócios é que Jirau não abrirá mão de direito que tem [...]. Sem alagar nenhum metro quadrado a mais nem fazer nenhum investimento adicional, podemos aumentar a energia assegurada de Jirau em pelo menos 35 MW médios, se não houver mudança da cota de **Santo Antônio**. Essa mudança tem que ser aprovada também por Jirau. E não vamos aprovar nada enquanto não soubermos o impacto de engenharia [e no bolso dos acionistas, podemos acrescentar]. (apud RITTNER, sem paginação, 2012, grifos no original).

As UHEs do rio Madeira, diante de todos os arranjos possíveis, têm seus orçamentos elevados à estratosfera, sendo que Santo Antônio já chega a R\$ 17,5 bilhões¹³⁶. Com a ampliação da capacidade instalada de Jirau, o aporte de recursos para ampliar esta capacidade também foi revista e o BNDES foi a instituição procurada para que o financiamento feito a Jirau de R\$ 7,3 bilhões tivesse um aditivo que pudesse chegar a R\$ 10 bilhões, ou seja, um aumento de R\$ 2,7 bilhões. O financiamento realizado tinha sido o maior já concedido pelo BNDES em sua história para um único projeto, o que ocorreu via modalidade *Project Finance*. Esse valor foi ampliado no dia 26 de novembro de 2012, quando o Banco anunciou financiamento de R\$ 22,5 bilhões para a UHE de Belo Monte, com prazo de 30 anos.

Assim, segundo Maurício Bähr (presidente da GDF Suez Brasil), o valor total da construção de Jirau “subiu de R\$ 11 bilhões para R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões referentes à indexação contratual e à

socioambientais, como a necessidade de realocação da parte baixa do distrito de Jaci-Paraná e a inundação de ‘alguns quilômetros’ da BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco. ‘A nossa preocupação continua sendo a mesma de antes’, afirmou Paranhos”. (RITTNER, Daniel. Ampliação de usina traz de volta disputa no Madeira”. Valor, 10/10/2012).

¹³⁶ Segundo o Consórcio Santo Antônio Energia (site da empresa), o investimento do projeto original era de R\$ 16 bilhões, mas com a ampliação de 44 para 50 turbinas e aumento da capacidade em mais 206,2 MW médios, houve um aumento dos investimentos em torno de R\$ 1,5 bilhão – incluindo a obra civil, compra das turbinas, serviços de montagem e investimento na ampliação do reservatório – o que totaliza R\$ 17,5 bilhões.

expansão de 44 para 50 turbinas". Esse valor foi revisto em setembro de 2010, com a estimativa da ESBR de investimento total para R\$ 17,3 bilhões, ou seja, uma elevação de mais R\$ 1 bilhão após a última atualização do orçamento da UHE ocorrido em março de 2013 (JORNAL..., 2013).

Essa negociação com o BNDES também pede revisão do prazo de amortização do financiamento com carência de seis meses¹³⁷, data contratual inicial de 2014, após a data marcada para o início da antecipação da operação que está atrasado devido às greves e Revoltas ocorridas no canteiro, o que abordaremos no próximo capítulo 7. No dia 29 de setembro de 2012 o BNDES aprovou empréstimo suplementar de mais R\$ 2,32 bilhões para a construção de Jirau, elevando o financiamento realizado pelo Banco para R\$ 9,5 bilhões (FONTES, 2012).

Do valor total previsto de R\$ 10 bilhões - retirando o primeiro financiamento de R\$ 7,2 bilhões fornecido pelo BNDES - R\$ 3,385 bilhões foram repassados "por um pool de bancos que inclui o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Banco do Nordeste. [...] os R\$ 3,15 bilhões restantes serão aportados pela Suez (50,01%), Camargo Corrêa, Chesf (20%) e Eletrosul (20%) ao longo da obra" (SCHÜFFNER, 2012).

Segundo informações de Schüffner (2012), em entrevista com o Presidente da ESBR, há informação que os grandes acionistas de Jirau teriam capitalizado, inicialmente, com R\$ 882 milhões com recursos próprios, do total de R\$ 3,15 bilhões aportados pela Suez (50,01%), Camargo Corrêa, Chesf (20%) e Eletrosul (20%). Ou seja, 31,5% do valor inicial estimado em R\$ 10 bilhões, um montante digamos "camarada" tendo em vista os R\$ 9,5 bilhões de financiamentos realizados somente pelo BNDES. E além do mais, para não deixar de evidenciar as benesses do BNDES com o grande capital, o pagamento ocorrerá no prazo de 20 anos, e mais cinco de carência.

Com tanto capital em jogo, "a usina também fez apólice de seguro de R\$ 7 bilhões que conta as obras civis, equipamentos e

¹³⁷RODRIGUES, Alexandre; PEREIRA, Renee. Jirau quer ampliar financiamento de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 10 bilhões. Estadão.com.br/economia, 18 fev. 2012.

operação, inclusive atrasos. O resseguro foi feito em Londres e liderado pela Swiss"¹³⁸.

Entre a união de capitais na formação do Consórcio há disputas pela melhor concorrência que atraiu as gigantes do setor para o fornecimento de peças, equipamentos e demais produtos necessários para tocar o projeto da UHE de Jirau. A parceria foi feita entre dois consórcios fornecedores de turbinas, como já dito, sendo 28 fornecidas pelo primeiro, formado pela Alstom, Voith Siemens e Andritz, que serão instaladas na margem direita do Rio Madeira e com um custo de R\$ 1,95 bilhão. O outro é o consórcio fornecedor das outras 16 turbinas para a segunda casa de forças instalada na margem esquerda e é formado pelas chinesas Dong Fang Electric Corporation International, e Dong Fong Electric Machinery, com contrato no valor de R\$ 900 milhões.

Além disso, participam do fornecimento de produtos para a construção de Jirau a Votorantim Siderurgia, com venda de 120 mil toneladas de aço, e 600 mil toneladas de cimento da Votorantim Cimentos. Esse contrato foi tão significativo para o grupo que foi construída uma fábrica de cimento para suprir as duas UHEs. Outra empresa que participa desse mercado é a Bardella, no fornecimento de equipamentos hidromecânicos, com contrato de R\$ 500 milhões e uma fábrica construída no Polo Industrial de Porto Velho. Também foi construída uma fábrica de pré-moldados BS. A, da coreana Hyosung, para fornecer 18 subestações de energia no valor de US\$ 48 milhões (SCHÜFFNER, s.d.); todas empresas pressupõem-se atreladas à construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

É neste contexto de disputas entre grandes grupos para ter sua fatia no mercado brasileiro de energia elétrica em expansão, e a própria reorganização do capital entre as grandes empresas, mas também na parceria entre multinacionais e a articulação com o capital nacional privado (construtoras/empreiteiras) e estatais que podemos constatar o intenso processo de territorialização de grandes projetos de produção de energia na Amazônia, sob o "Novo Desenvolvimentismo", a partir do PAC.

Assim, o Complexo Hidrelétrico Madeira é o laboratório, e ponta de lança para essa investida, exploração, mercantilização da

¹³⁸ http://www.acenergia.com.br/default.asp?id_materia=1586. Acesso em: 12/11/2013.

natureza e a degradação ambiental, destruição de territórios de populações tradicionais e gerador de uma reorganização do espaço local e regional.

Essa dinâmica destrutiva e "recriadora" do capital é permeada por uma série de mecanismos obscuros, dos quais conseguimos apresentar alguns elementos para o debate e reflexão, que passam pelo discurso do desenvolvimento regional, haja visto que até o Consórcio proprietário da UHE de Jirau assim se intitula "Energia Sustentável do Brasil", de um "desenvolvimento sustentável" pela geração de "energia limpa e segura", da geração de emprego. Discursos que em essência fazem parte de um intenso processo de apropriação da riqueza nacional, seja via mercantilização da água com potencial hidroenergético, seja pela lapidação de recursos públicos para fomentar a reprodução cada vez mais intensa e ampliada desses grandes capitais que têm na apropriação de territórios do hidronegócio-energético um dos seus mecanismos de acumulação ampliada.

Mesmo com todos os problemas elencados sobre a forma autoritária, como a pressão política, com o "terrorismo do apagão", com a desconsideração da legislação ambiental pela política voltada ao mercado, os discursos de que esse tipo de empreendimento hidrelétrico seja sustentável é a bandeira do Estado e do grande capital para legitimar sua ação na região amazônica. Um exemplo claro desse mecanismo perverso é que além da mercantilização da água para a geração de energia, sob o controle desses grandes grupos - disputando cada centímetro desse recurso em detrimento dos usos sociais, culturais e da reprodução da vida que os utiliza - há ainda a estratégia de novos mercados, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Essa é a mais nova forma de apropriação pelo Consórcio ESBR com Jirau, já que a ONU reconheceu o projeto de Jirau e deu o aval para vender créditos de carbono (ABREU, 2013).

Segundo Antonio Jorge Abreu, diretor de Meio Ambiente da Energia Sustentável do Brasil, o projeto de MDL de Jirau tem a seguinte importância:

Esse é o maior projeto aprovado pela ONU no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Ficou comprovado que vai ter uma redução de 6 milhões de toneladas por ano de dióxido de carbono equivalente. Para a ONU, **não basta comprovar a redução de emissão de gases de efeito estufa, é importante**

provar que o seu projeto é sustentável, que tratou de forma adequada as questões sociais e ambientais. Para a ONU isso ficou comprovado em Jirau e isso é mais uma vitória do empreendimento. É importante ter não só o crédito de carbono para ser vendido, mas também o reconhecimento da organização de que o projeto foi implantado de forma sustentável, mostrando que é viável ambientalmente um projeto hidrelétrico dessa ordem de grandeza na Amazônia. (ABREU, não paginado, 2013).

Portanto, com esse projeto a UHE de Jirau passou a se enquadrar como um projeto MDL, já que passaria a ser considerada como um empreendimento de "geração de energia limpa". Isso ocorreria, pois, como consequência de sua implantação o empreendimento contribuiu com a "redução de aproximadamente 6 milhões de toneladas de CO₂ por ano para a atmosfera", o que representaria a redução para o País de emissão de gases de efeito estufa do setor elétrico, que ocorreria com a expansão de UTE (ESBR, informação sobre a concepção do Projeto MDL)¹³⁹.

Como o crédito de carbono é uma nova mercadoria fictícia, que precisa de condição de valorização, a ESBR espera que os valores ainda baixos, sejam elevados, acumulando esses créditos para uma venda futura.

Portanto, questiona-se que desenvolvimento sustentável é este desestruturador da vida, de territórios de populações ribeirinhas, extrativistas, camponesas, indígenas, de trabalhadores nos canteiros de obras, que desarticula espaços de vida em detrimento de espaços de acumulação, que gera graves problemas ambientais, socioeconômicos, de segurança e saúde pública, tanto no campo como na cidade?

Ao contrário do enunciado discursivo posto pelo capital e Governo Federal, o que se pode identificar é o empenho pelo desmonte da legislação ambiental devido aos constantes ataques ao IBAMA e ao sistema de licenciamento em voga, como averiguado para as UHEs de Jirau e Santo Antônio, posto em prática pelo viés desenvolvimentista dos últimos governos, ou seja, no "Novo Desenvolvimentismo". Para demonstrar o destrutivismo da implantação do Complexo Hidrelétrico Madeira, que ao contrário do propagado como exemplo de projetos sustentáveis, na próxima seção analisaremos os principais impactos

¹³⁹Disponível em: <<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br>>. Acesso em: 10/02/2014.

territoriais no campo e na cidade em decorrência da construção da indústria de produção de energia hidrelétrica na Amazônia.

5.2 O CHM: reorganização espacial e seus processos desterritorializantes

Além dos sérios problemas com os licenciamentos ambientais, houve uma delimitação subestimada das áreas de influências das UHEs do rio Madeira, intensificando os impactos territoriais para com as populações ribeirinhas, extrativistas e camponesas, bem como o caos gerado na cidade de Porto Velho e nos distritos de Jaci-Paraná (influência direta de Santo Antônio) e Mutum-Paraná (influência direta de Jirau).

Assim, com o início da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, evidencia-se a constituição (em processo) dos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia, sob o "Novo Desenvolvimentismo", territorialização que teve, tem e continuará tendo sérios impactos sobre as populações e seus territórios ao longo do rio.

Tomando como base as áreas de influência do EIA/RIMA de Jirau e Santo Antônio, ficou evidenciado que a mesma foi subestimada, pois não incluíram a bacia completa do Rio Madeira, o que excluiu os contribuintes à montante de Jirau, como rio Mamoré e Guaporé, rio Beni e rio Madre de Dios, por exemplo. Portanto, para os estudos regionais foi considerado somente a bacia hidrográfica do rio Madeira em território brasileiro, expresso na delimitação espacial pela Área de Abrangência Regional (AAR)¹⁴⁰.

Já a Área de Influência Indireta (AII) (FIGURA 09) dos dois AHEs, totalizam cerca de 23.520 km², iniciando em Abunã (divisa com a Bolívia) até as proximidades da cidade de Porto Velho, à jusante do eixo de Santo Antônio, próximo do terminal portuário da PETROBRAS.

¹⁴⁰ A Área de Abrangência Regional (AAR), para estudos do meio físico e biótico, "materializou-se o território compreendido pelas Áreas de Influência Indireta (AII) dos AHEs de Santo Antônio e Jirau, além da Área de Influência Indireta da UHE Samuel, que compreende a área da bacia hidrográfica do rio Jamari e seus tributários e o trecho da hidrovia Porto Velho-Itacoatiara (AM) [...]” (EIA, 2004, p. III-3).

A definição da AII para o meio biótico e abiótico (representado pela cor vermelha na Figura 09) vai além da delimitação para o meio socioeconômico (representado pela cor cinza), que não adotou toda a dimensão da bacia hidrográfica, mas o município de Porto Velho como sendo a AII para os estudos socioeconômicos.

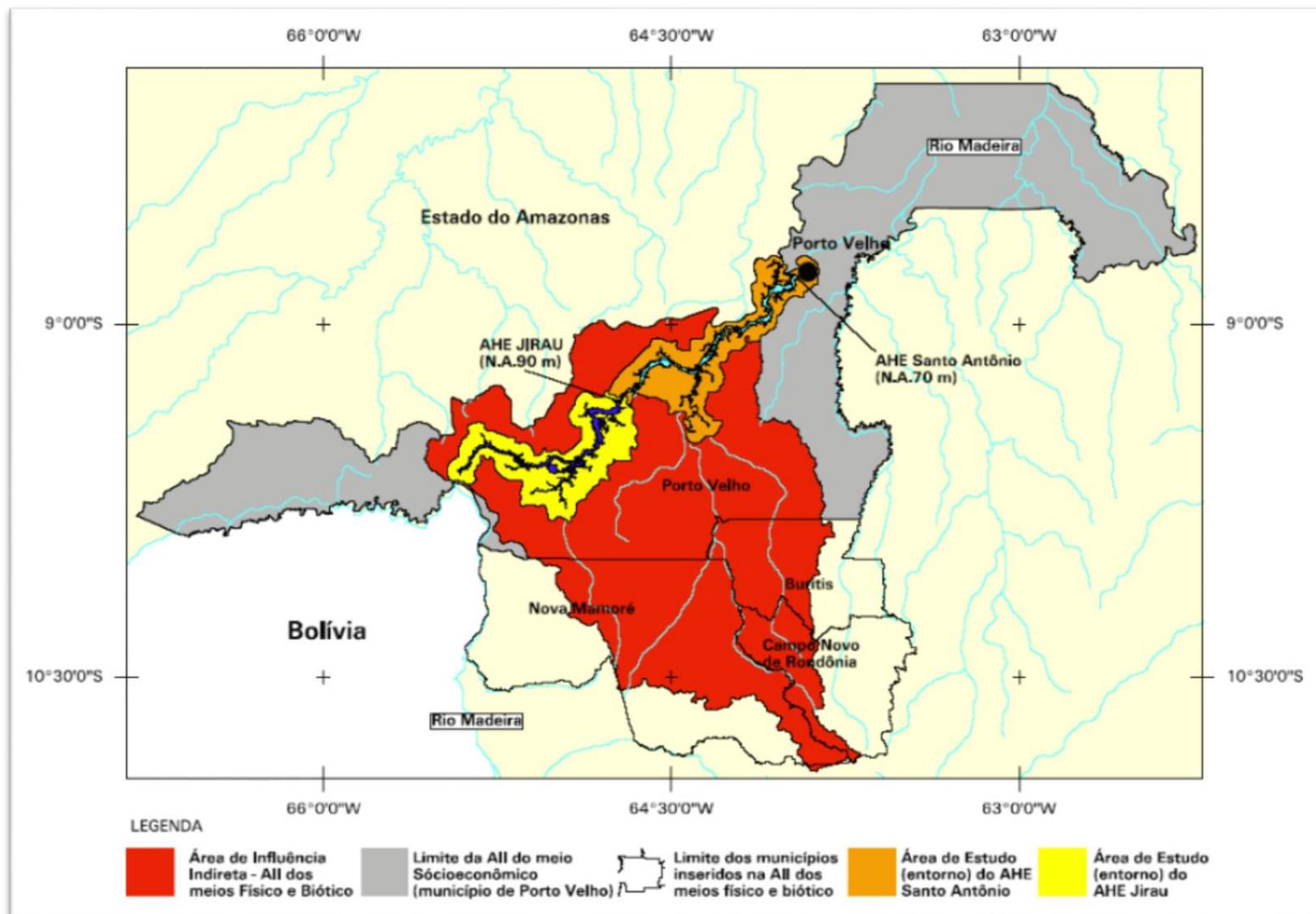
No que tange às Áreas de Influência Direta (AID) (FIGURAS 10 e 11) foram delimitadas pelos espaços geográficos suscetíveis aos efeitos diretos da implantação da infraestrutura dos empreendimentos, como área prevista para inundação das represas, canteiros de obras, vias de acesso, áreas de Preservação Permanentes (APP). A AID de Jirau (FIGURA 10) tem áreas de 36.863 ha, e a de Santo Antônio, de 26.922 ha (FIGURA 11).

Na AID de Jirau o canteiro de obras do aproveitamento hidrelétrico, com cota de inundação do reservatório em 90 metros e o impacto direto na sede do Distrito de Mutum-Paraná, bem como a faixa da Área de Preservação Permanente com área de 100 metros, é a área que foi definida como de estudo do entorno do AHE de Jirau.

Na AID de Santo Antônio, constatamos a jusante a cidade de Porto Velho, bem como a área do canteiro com nível de alagamento em 70 metros, que serve como base para a cota de inundação na curva de nível de mesma altitude. A área de estudo do entorno tem como limite a montante do AHE de Santo Antônio, o AHE de Jirau. O Distrito de Jaci-Paraná sofrerá impacto direto deste reservatório.

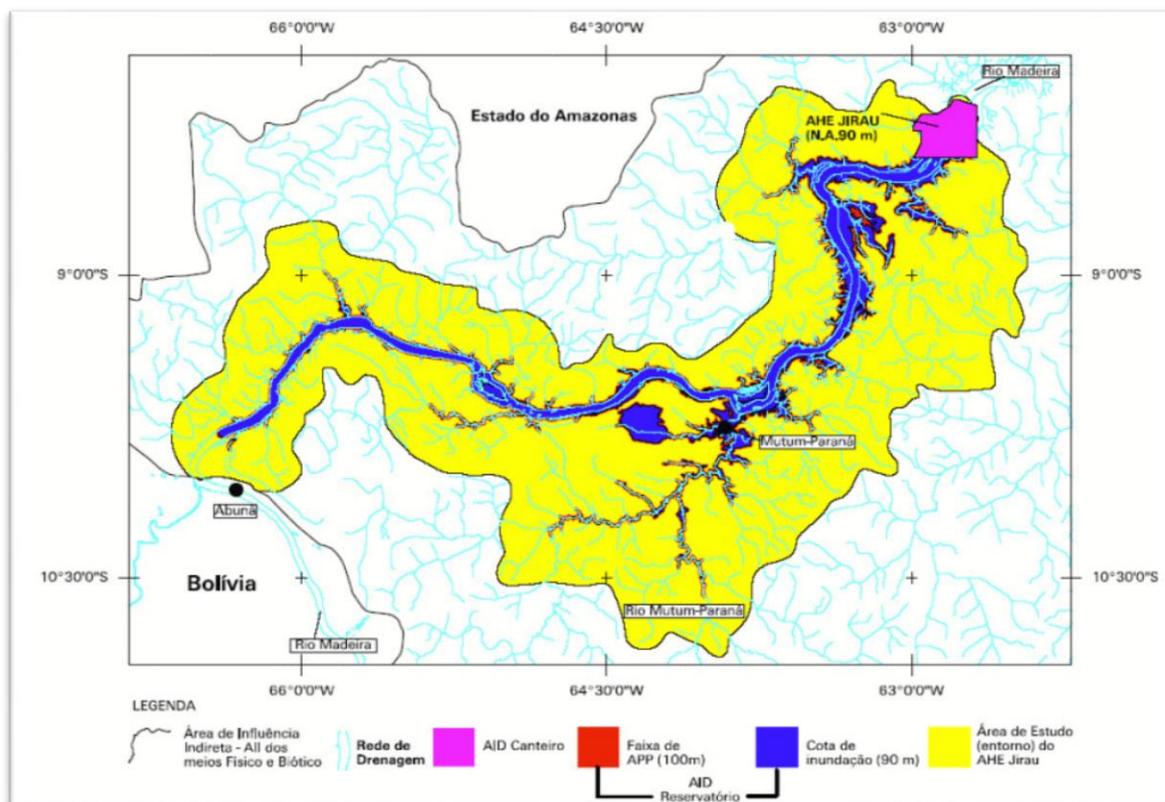
Levando esta delimitação subestimada em questão, que impactos territoriais são identificados na reorganização espacial em decorrência da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio?

FIGURA 09: Área de Influência Indireta das UHEs de Jirau e Santo Antônio



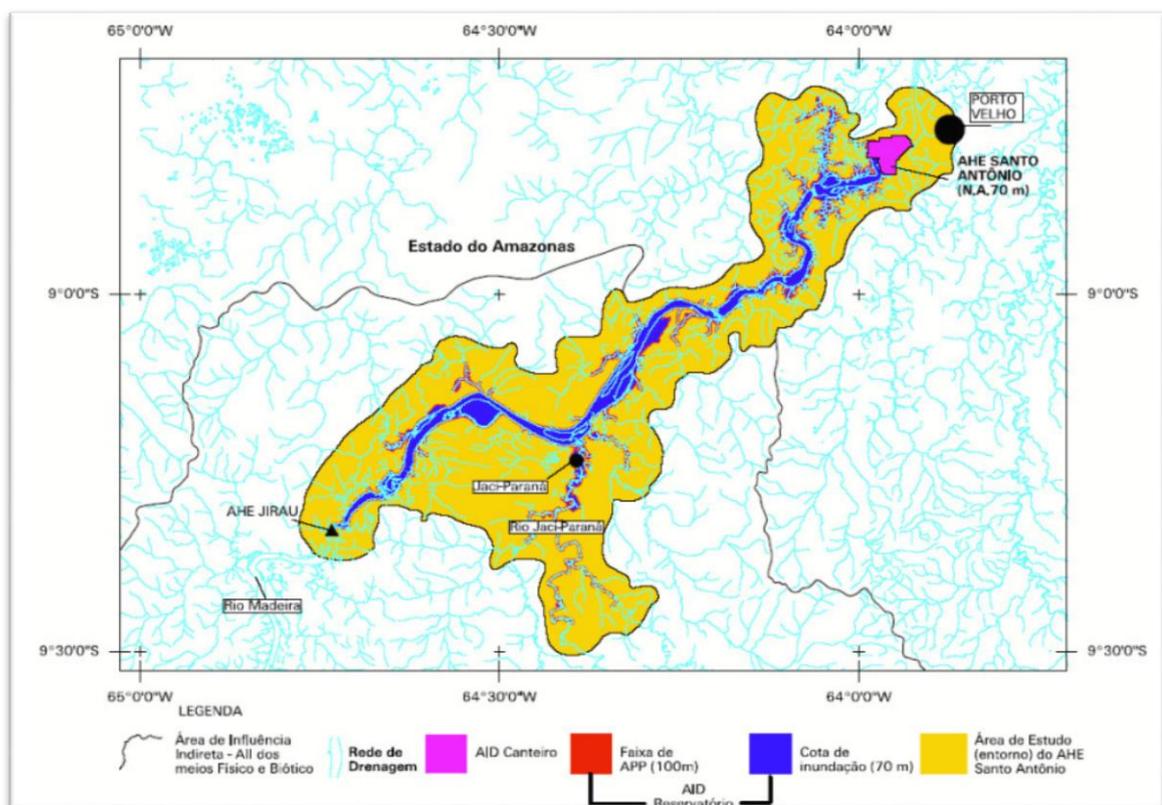
Fonte: EIA (2003, p. III-5), Figura A.III-2.

FIGURA 10: AID e de Estudos do Entorno de Jirau



Fonte: EIA (2003, p. III-8), Figura A.III-3.

FIGURA 11: AID e de Estudos do Entorno de Santo Antônio



Fonte: EIA (2003, p. III-9), Figura A.III-4.

O primeiro aspecto que merece destaque refere-se às considerações do Parecer Técnico nº. 014/2007 (BRASIL - IBAMA, 2007, p. 92), que apresenta resultados da avaliação dos AHEs de Jirau e Santo Antônio a partir do EIA/RIMA, Audiências Públicas, vistorias técnicas, reuniões técnicas etc. Esse documento "não apresenta adequadamente a determinação das Áreas de Influência Direta AID e Indireta - AII para o meio sócio-econômico". Assim, "a região, para o meio socioeconômico, apresenta uma fragilidade importante no que diz respeito, principalmente, à atração de população, atividade pesqueira, incidência de malária e outras doenças potencialmente endêmicas, e pressão sobre terras indígenas" (BRASIL - IBAMA, 2007, p. 101). Considera ainda que "é possível destacar que a abrangência das áreas de influência direta e indireta são incapazes de fornecer o melhor cenário de inserção do empreendimento", pois, "aqueles que vivem de atividades pesqueiras, por exemplo, são atingidos economicamente muito além dos limites brasileiros, como é o caso dos bolivianos e peruanos que dependem economicamente da pesca da dourada" (BRASIL - IBAMA, 2007, p. 102).

As áreas de influências (direta e indireta) dos empreendimentos consideram 90 metros de inundação para a represa de Jirau e 70 metros para Santo Antônio, e sendo considerados atingidos "residência ou atividade produtiva situadas na área de inundação e em sua vizinhança sem delimitação precisa". Foi desconsiderado o expressivo assoreamento que ambos os reservatórios sofrerão e conseqüente elevação dos níveis d'água para além dessas cotas. O EIA desconsiderou ainda como afetados os Assentamentos de reforma agrária Joana D'Arc I, II e III e comunidades ribeirinhas como Porto Seguro e Engenho Velho, localizadas próximas a represa de Santo Antônio. Essas questões foram levantadas no parecer citado antes das Licenças de Instalação, portanto, já indicavam a gravidade dos impactos em decorrência da instalação das UHEs e do enchimento dos respectivas represas.

Como a lista de impactos é grande, questões como terras indígenas (Karitiana e Karipuna) e povos indígenas isolados, também

são elementos importantes sobre os efeitos devastadores das UHEs¹⁴¹, bem como os desdobramentos gerados em território boliviano e peruano.

Assim, esta seção analisa as mudanças na reorganização espacial e os impactos sobre populações ribeirinhas e camponesas atingidas pelas UHEs, bem como as ações do MAB no processo de luta desses trabalhadores atingidos no campo, além dos impactos nos distritos também afetados.

Em termos territoriais três distritos do município de Porto Velho foram diretamente afetados pelas UHEs, sendo Mutum-Paraná por Jirau, e Jaci-Paraná por Santo Antônio, ambos a montante dos respectivos reservatórios, e o Distrito de São Carlos (Baixo Madeira) e a cidade de Porto Velho a jusante das UHEs. Segundo nota do MAB-RO, tais distritos e a própria cidade de Porto Velho não foram preparados para o aumento populacional e os impactos decorrentes dos empreendimentos hidrelétricos.

Como os impactos vão além da cota de inundação e da dinâmica direta e restrita da forte pressão das águas escoadas pelos vertedouros, o que é uma visão restrita defendida pelas empresas, tanto a montante como a jusante, o que se constata é que todo o território tem impactos e não somente a delimitação restrita que as empresas apresentam, conforme a seguir.

Como se constata há impactos de toda ordem, o que reativa a ação econômica sobre o território, inclusive sobre uma área de fronteira como em direção ao estado do Amazonas, no sentido do município de Lábrea. Portanto, para tomarmos como exemplo a pressão dessas atividades econômicas no território e sobre o uso do terra, comparamos duas imagens em período curto de tempo; 1985 e 2013.

Na Mapa 08, imagem de satélite LANDSAT 5 de 1985, constata-se o uso da terra mais intenso nas proximidades da malha urbana de Porto Velho, e no sentido Jaci-Paraná pela BR-364, onde é possível constatar pequenas manchas de desmatamento na área de floresta. O que também ocorre no trecho entre os Distritos de Mutum-Paraná e Abunã (divisa com o estado do Acre), nas proximidades da ferrovia Madeira-Mamoré. Nas áreas atuais onde estão localizados os Assentamentos São

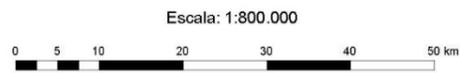
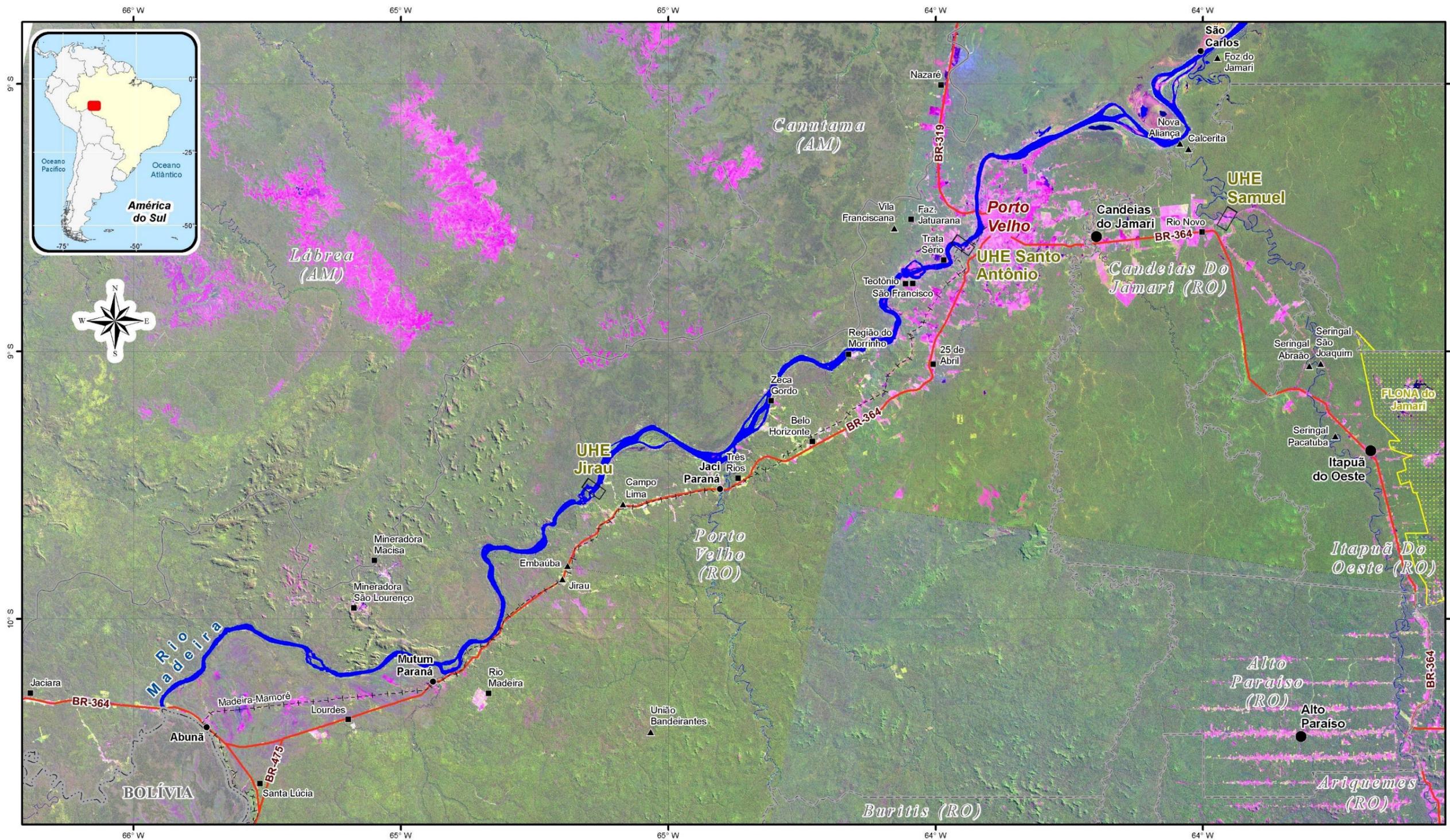
¹⁴¹Devido ao recorte desse texto, não enfocaremos os impactos sobre populações indígenas. A respeito consultar ALMEIDA (2009).

Francisco, Nilson Campo, Joana D'Arc e Porto Seguro, a imagem de satélite revela pouco desmatamento em áreas de floresta.

Já no Mapa 09, com imagem de satélite LANDSAT 5, de 2013, constata-se uma dinâmica de uso da terra mais intensa com a instalação das UHEs de Jirau e Santo Antônio, o que é representado pelas significativas mudanças na paisagem, quando se compara ao ano de 1985. O primeiro aspecto é a instalação das UHEs de Jirau e Santo Antônio que já estão em funcionamento e com a represa cheia, e com a instalação das mesmas, ocorreu uma alteração na própria dinâmica de ocupação e valorização do uso do terra.

De modo geral, pode-se dizer que a intensificação do uso do solo pode ser expressado pelo desmatamento significativo, como observa-se na Carta-Imagem (MAPA 09), em especial na margem direita do rio Madeira, nas proximidades da BR-364, como nas localidades de Lourdes, União Bandeirantes, Três Rios, Belo Horizonte, 25 de Abril e Vila Franciscano. Isso também é evidenciado nos Distritos de Mutum Paraná e Jaci-Paraná. Desmatamento também representativo pode ser observado na Resex do Rio Jaci-Paraná e nas proximidades da Floresta Nacional do Bom Futuro. Todavia, não se constata o avanço do desmatamento nas Terras Indígenas Karipuna e Karitiana. Os Assentamentos de Reforma Agrária, também evidenciam desmatamento em áreas dos principais ramais (estradas rurais), como verificado em São Francisco, Nilson Campos e Joana D'Arc. Outra evidência de significativa alteração na paisagem se dá com o aumento expressivo da mancha urbana (sítio urbano) da cidade de Porto Velho.

Ao compararmos essas duas imagens de satélites em temporalidades diferentes, 1985 e 2013, (MAPAS 08 e 09), fica evidente que no curto período de tempo de 28 anos houve avanços expressivos no uso do terra rural e urbana no município de Porto Velho e na região do médio rio Madeira. Essa dinâmica certamente passou a ser intensificada com as notícias da instalação das UHEs do rio Madeira, e sobre isso, o trabalho de Cavalcante (2012) revela pontos importantes. A autora analisa os impactos no ordenamento do território e uso da terra com a construção das UHEs do Madeira, na qual destaca entre os impactos, os seguintes pontos:



ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes
 SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANEEL, ESRI, IBGE, MMA e Landsat 5
 NOVEMBRO/2013

- Legenda**
- Barramento UHE Futuros
 - Cidade
 - Vila
 - ▲ Aglomerado Rural
 - Outra Localidade
 - Rodovia
 - - - - Ferrovias (Desativadas)
 - Floresta Pública
 - Limites Internacionais
 - Limites Estaduais
 - Limites Municipais

MAPA 08
 USO DA TERRA (1985): LOCALIZAÇÃO DAS UHES DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO

Instituição: **unesp**
 PPG-Geografia
 Apoio Financeiro: **CAPES**
 Grupo de Pesquisa: **CEGeT**
 Centro de Estudos de Geografia e Trabalho Laboratório



ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes
 SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANEEL, ESRI, FUNAI, IBGE, INCRA, MMA e Landsat 8
 NOVEMBRO/2013

Legenda

Barramento UHE	Rodovia	Unidade de Conservação	Assentamento
Cidade	Estrada	Área de Prot. Amb.	Mancha Urbana
Vila	Ferrovia (Desativada)	Estação Ecológica	Terra Indígena
Aglomerado Rural	Limite Internacional	Florestas Públicas	
Outra Localidade	Limite Estadual	Parque Nacional	
	Limite Municipal	Reserva Extrativista	

MAPA 09
 UHES DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO: TERRITÓRIOS DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO (2013)



a) Fragilidade ambiental à erosão na área de influência das UHEs decorrente das mudanças nos padrões de organização espacial existentes na região;

b) Com a expectativa de construção das UHEs há um descontrole do Estado na gestão e ordenamento do território, colocando em xeque os usos da terra previstos no Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) do estado de Rondônia, pois a pecuária que já era o uso predominante na região mantém ritmo crescente no município de Porto Velho após o ano de 2000, com pico em 2005 e 2010. Neste período houve no município aumento de 279% do rebanho bovino e a exploração madeireira cresceu 3.978% (ou seja, 40 vezes!);

c) A expectativa de infraestrutura gerou intensa valorização da terra em áreas com ocupação já consolidadas e houve estímulo à expansão para novas áreas, tendo como efeito o adensamento da fragilidade ambiental na área com desmatamento, erosão e pressão em áreas de Unidades de Conservação;

d) Essa valorização gera pressão ambiental sobre unidades de conservação que podem estar comprometidas, como: Floresta Nacional do Bom Futuro, Reserva Extrativista Jaci-Paraná, Floresta Estadual Rio Vermelho C, e Área de Proteção Ambiental do Rio Madeira;

e) Intensificam-se os conflitos entre os vários sujeitos situados na área de influência dos empreendimentos, como madeireiros, agricultores camponeses, pecuaristas, pescadores, garimpeiros, ribeirinhos, sojicultores e as próprias empresas construtoras de Jirau e Santo Antônio.

É nesse sentido que o Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia (MAB-RO) também questiona o diagnóstico das empresas quanto aos atingidos, e apresenta 14 apontamentos sobre os impactos gerados em decorrência da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, sendo afetados: a pesca; a agricultura de várzea; há ocorrência de desbarrancamentos de solo às margens do Madeira; há a deterioração da qualidade da água; identifica-se a perda da fertilidade do solo; denuncia também o fracasso dos reassentamentos de populações atingidas, as indenizações insatisfatórias e medidas mitigadoras não reparadoras das condições vividas pelos atingidos; desestruturação de distritos como São Carlos e Jaci-Paraná; ameaças às culturas de povos indígenas e tradicionais; o aumento dos problemas de saúde pública e

na educação; problemas de mobilidade urbana devido ao caos no transporte na capital; o aumento da criminalidade, do consumo de drogas, e abuso e violência contra mulheres e crianças. Em suma, impactos e problemas de todas as esferas que passam a existir tanto no campo como nos centros urbanos.

É nesse contexto que compreendemos os impactos das UHEs na dinâmica e na organização do território regional, que passou a ser intensificado já quando da intencionalidade da instalação, mas principalmente com suas construções, em especial pela desterritorialização das populações atingidas, o que acabou por gerar "zonas de tensão quanto ao uso do território".

Na perspectiva de Cavalcante (2012) a tensão estaria no embate entre política ambiental (com o ZSEE) e a política desenvolvimentista de infraestrutura do governo Federal, via as disputas travadas no território pelo uso do corpo hídrico com fins econômico. Assim, teriam nesta região do Alto e Médio Madeira duas zonas de tensão, sendo:

a) A zona de tensão na área de várzea: tensão ocorre devido ao conflito entre a territorialização do capital pela construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio e pela (des)territorialização da população atingida pela represa, pois há uma incompatibilidade de usos do corpo hídrico, das águas do rio Madeira, prevalecendo o uso como recurso econômico para a geração de energia;

b) A zona de tensão na área de terra firme: substituição da floresta pela exploração madeireira e pecuária.

Portanto:

[...]a intensificação das atividades nesta área tem sido motivada pela mobilização do capital que as usinas agregam, assim como na maioria dos grandes projetos de infraestrutura implantados na Amazônia funcionam como vetores de expansão da ocupação desordenada, estimulam à especulação fundiária (a terra tem um valor apenas econômico e não social), a exploração madeireira ilegal e apropriação de terras Públicas da União. O resultado é a pressão em área de unidade de conservação e terras indígenas, o desenvolvimento da pecuária sem considerar as características do meio natural, contribuindo com o desmatamento e processos erosivos. (CAVALCANTE, 2012, p. 130).

Quanto à UHE de Santo Antônio, o MAB Nacional¹⁴² denuncia que desde o início da construção das obras as empresas não apresentavam dados concretos em relação ao número de atingidos com os empreendimentos; prevaleceram sempre as incertezas. O PBA estimava que 561 famílias seriam atingidas. Em 12/08/2009 o Consócio SAE divulgou a informação que 1.145 famílias integraram o projeto de desterritorialização. Já em 2011 o número divulgado, também pelo Consórcio, era de 1.729 famílias, mas esse número poderia ultrapassar 2.000 famílias, conforme projeção do MAB. Número que deve aumentar significativamente com a alteração da cota da represa de Santo Antônio (de 70 metros para 71,3 metros), em decorrência da ampliação da sua capacidade de produção de energia hidrelétrica.

Levantamento realizado por uma equipe técnica da UNIR, com base no ano de 2004 (apresentado no Parecer Técnico 0014/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA), conforme Tabela 04, constata que o número total de domicílios afetados pela construção da UHE de Santo Antônio seria de 437, com uma população total de 1.762 habitantes. A base para inclusão de área dos domicílios afetados foi a cota de 70 metros que a represa abrangeria no projeto original. Assim, do total de domicílios, 81 estariam em área urbana - especialmente do Distrito de Jaci-Paraná.

Já para a área rural, o Parecer Técnico citado demonstra que no lugar denominado povoado de Amazonas seriam atingidos 16 domicílios, com 63 pessoas; em Teotônio, 60 domicílios com 262 pessoas. Na área rural, de modo geral, na margem direita, seriam atingidos 91 domicílios com 386 pessoas e, na margem esquerda, 158 domicílios com 610 pessoas, com total na área rural de 1.321 pessoas.

Os dados sobre atingidos da UHE de Jirau na região de formação da represa concentram-se na área urbana do distrito de Mutum-Paraná, com 172 domicílios, compostos por 696 pessoas (Tabela 04). Na área rural, seriam 87 domicílios na margem direita e 17 na margem esquerda, respectivamente, com 289 e 60 habitantes. O total seria de 276 domicílios com 1.045 pessoas. Cavalcante (2012) identifica que foram inviabilizados 325 domicílios na área urbana e não 172.

¹⁴²Disponível em:

<http://www.mabnacional.org.br/amazonia/santo_antonio_e_jirau/sobre_a_barra_gem_jirau>. Acesso em: 10/11/2013.

TABELA 04: Domicílios identificados na área de formação dos reservatórios das UHEs de Jirau e Santo Antônio - 2004

Local	AHE Jirau		AHE Santo Antônio	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Domicílios habitados e pesquisados				
Área urbana				
Jaci-Paraná	0	0	81	403
Mutum-Paraná	172	696	0	0
Povoados (área rural)				
Amazonas	0	0	16	63
Teotônio	0	0	60	262
Área rural				
Margem direita	87	289	91	386
Margem esquerda	17	60	158	610
Total de domicílios pesquisados				
Área urbana	172	696	81	403
Povoados (área rural)	0	0	76	325
Área rural	104	349	249	996
Total	276	1.045	406	1.724
Total de domicílios identificados*	326	1.057	437	1.762

* Inclui domicílios habitados e não pesquisados, domicílios de uso ocasional (lazer) e domicílios desabitados.

Fonte: FURNAS/UNIR/EIA - Recenseamento das famílias, 2004 (apud BRASIL - IBAMA, 2007).

Dois distritos foram os mais afetados pela UHE de Jirau, sendo Mutum-Paraná (FIGURA 12), que teve seu núcleo urbano quase totalmente comprometido pela represa, e Jaci-Paraná, com 437 equipamentos (domicílios e unidades produtivas urbano/rural), sendo que destes 109 são equipamentos do setor agropecuário, 06 serrarias, 02 laminadoras, 15 estabelecimentos comerciais, 01 posto de gasolina, 28 pequenos estabelecimentos comerciais em áreas fora do aglomerado urbano, 04 centros ecumênicos, 01 cemitério, 01 posto de saúde, 01 delegacia e 01 escola estadual (CAVALCANTE, 2012).

FIGURA 12 - Projeção de inundação do núcleo urbano do Distrito de Mutum-Paraná

Fonte: Cavalcante et al, (2008).
(Reprodução www.geracaorondonia.com.br, 2006).

Conforme Cavalcante (2012), este distrito teria tido um forte impacto em decorrência do aumento populacional, passando de uma população residente de 611 habitantes no ano de 2000 para 6.575 no ano de 2010, um aumento de 1.076%. O maior impacto populacional foi na área rural, com 6.157 habitantes. Já o distrito de Jaci-Paraná tinha 2.821 habitantes no ano de 2000, e passou para 13.131 habitantes em 2010, o que representa um aumento de 465%.

A sede do distrito de Mutum-Paraná foi transferida para o Reassentamento Coletivo Urbano Nova Mutum-Paraná, construído pelo CESBR, com 1.600 casas, tanto para atender operários, equipes técnicas do Consórcio e moradores do antigo distrito, com 200 casas para a população desterritorializada. Nova Mutum-Paraná está localizada há cerca de 100 km de Porto Velho e cerca de 5 km do canteiro de obras da UHE de Jirau (FOTO 01). Segundo a ESBR "a nova localização dará mais qualidade de vida para a população, com uma infraestrutura urbana moderna e em pleno funcionamento. A população ganhará, sem nenhum custo um terreno e uma boa casa, novas escolas, novos postos de saúde modernos e equipados, mais segurança, saneamento básico bem distribuídos, mais emprego, mais recursos e crescimento da economia regional" (ESBR, release, 15 de outubro de 2008).

Esse enunciado da ESBR do progresso, do desenvolvimento e da melhor qualidade para os atingidos como a Vila de Nova Mutum-Paraná, pode ser observado nas placas espalhadas na referida vila urbana (FOTO 02). Assim, o núcleo urbano de Nova Mutum-Paraná é divulgado como o lugar "onde a felicidade veio pra ficar", pois a representação do novo, moderno, em relação às condições preexistentes de habitação das famílias atingidas, sofreria mudanças tão significativas que não teria como não ser feliz eternamente. Vende-se a felicidade, omite-se a desterritorialização e seus impactos na vida objetiva e subjetiva daqueles que perderam seus lares e sua vivência com o rio Madeira. Propaga-se que as casas, como visto no último plano na Foto 02, são incomparáveis com as condições de habitação anteriores, mesmo que seja um fato a diferença entre as casas para os funcionários de gerência e encarregados da UHE de Jirau e a casa dos reassentados (FOTO 03).



FOTO 01: Vista aérea do Reassentamento Coletivo Urbano Nova Mutum-Paraná, no município de Porto Velho (RO)

Fonte: PAC 2¹⁴³ (Foto tirada em 30/05/2011).



FOTO 02: Propaganda de Nova Mutum-Paraná pela ESBR

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em 15/07/2011.

¹⁴³ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/pacgov/5958570027/in/set-72157627242561562>. Acesso em: 11/02/2014.



FOTO 03: Casa, com quintal, para reassentados de Jirau em Nova Mutum-Paraná

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em 14/06/2011.

Assim, os impactos na área rural e urbana seriam tanto pelo remanejamento ou desterritorialização populacional, como pelo aumento populacional nos distritos mais próximos das UHEs. Nos distritos em questão, Mutum-Paraná e Jaci-Paraná, o crescimento demográfico ficou evidente no estudo realizado em 2004, com taxa de 33,6% a.a., para a população e incremento de 31,8% no número de domicílios. Destaca-se também o elevado número de membros das famílias, com 8 ou mais moradores. Em geral, esse aumento populacional estaria relacionado à busca de trabalho e oportunidades em relação à construção das UHEs, e nessa lógica, o acesso à posse de terra nas áreas urbanas é uma questão que gera insegurança para os atingidos no momento das indenizações, devido à condição de posseiros. Para o distrito de Jaci-Paraná, segundo informações de Océlio Muniz (MB-RO)¹⁴⁴, ante uma população de 4 mil habitantes, no início de 2014, atingia cerca de 22 mil habitantes em consequência das UHEs.

¹⁴⁴ MUNIZ, Océlio. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por bairral@hotmail.com em 03 jan. 2014.

Conforme o Parecer Técnico 14/2007 (BRASIL-IBAMA, 2007), as atividades econômicas na área de influência direta das UHEs, como os núcleos urbanos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, povoados de Teotônio, Amazonas e núcleo urbano de Abunã, com núcleos de pequeno porte, caracterizam-se pela economia voltada para o comércio local e atrelada a BR-364 (como Abunã, Jaci-Paraná e Mutum-Paraná localizados ao longo desta rodovia). Assim, são áreas de suporte a agricultores, garimpeiros e pescadores, além de ter uma economia dinamizada pela indústria madeireira.

Deste modo, a população dessas áreas acaba sendo atingida pelas UHEs, o que defende o MAB/RO¹⁴⁵, já que as UHEs de Santo Antônio e Jirau afetarão mais de 50 povoados (comunidades). Portanto, a estimativa do MAB-RO (03 de janeiro de 2014)¹⁴⁶, é de 2.260 famílias atingidas em Santo Antônio, mais 230 com o aumento da cota da represa da referida UHE, e 1.300 famílias para a UHE de Jirau. Somam-se a esses dados mais 4 mil famílias removidas, totalizando cerca de 7.800.

Para a UHE de Santo Antônio, Garzon (2009) informa que as primeiras realocações coletivas realizadas pelo Consórcio SAE foram as comunidades do assentamento Joana D'Arc I, II e III parcialmente e a Agrovila de Novo Engenho Velho, embora também tenha impacto em Jaci-Paraná (MAPA 09).

Nesse distrito, além dos pontos já indicados, há também um incremento nos problemas já detectados no projeto inicial da UHE de Santo Antônio, que com o aumento da elevação do reservatório, além de aumentar o número de famílias e localidades atingidas, há também elevação do lençol freático no distrito, processos com rebatimento direto na desterritorialização dos atingidos. Além dessas áreas, com populações atingidas próximas ao canteiro de obras e na área da represa da UHE, há também as comunidades de São Domingos, Jatuarana, Trata Sério, Vila Amazonas, Cachoeira dos Macacos, Porto Seguro, Ilha Grande, Teotônio, Padre Eterno, Morrinhos, Betel e Zeca Gordo (CAVALCANTE, 2012).

¹⁴⁵ Disponível em: <www.mabnacional.org.br/menu/rio_madeira.html>.

¹⁴⁶ MUNIZ, Océlio. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por bairral@hotmail.com em 03 jan. 2014.

Nesse empreendimento a primeira comunidade desterritorializada, em dezembro de 2008, com cerca de 40 famílias, para a construção do canteiro de obras, foi a população da Agrovila Engenho Velho que foi realocada para a Agrovila Novo Engenho Velho (MAPA 09). Segundo relatório de pesquisa de Level e Garzon (2009), os impactos na reorganização da dinâmica socioespacial dessa comunidade afetou intensamente o modo de vida de seus moradores quando os mesmos foram tirados de seus territórios e das condições de reprodução vinculadas ao seu modo de vida ribeirinho, baseado na agricultura e na pesca compatíveis com a dinâmica do rio Madeira. Assim, a importância da pesca para a população ribeirinha não foi estudada como se devia pelo empreendimento da UHE de Santo Antônio, e no processo de reassentamento compulsório para a Agrovila Novo Engenho Velho, as famílias constataram que "as condições para a viabilização da agricultura e da pesca apresentam-se insuficientes e até mesmo inexistentes" (LEVEL e GARZON 2009, p. 39). Além das dificuldades com a pesca, devido ao desterroamento das áreas onde viviam, há também uma significativa alteração nas dinâmicas do rio Madeira com o enchimento da represa, o que afeta diretamente a atividade dos pescadores¹⁴⁷.

Com o enchimento das represas das UHEs de Jirau e Santo Antônio (MAPA 09), constata-se o impacto na agricultura de várzea, pois a principal fonte de renda da comunidade estava atrelada à agricultura decorrente da várzea - "devido a sua fertilidade natural das barrancas" - usada para o plantio de hortaliças, mandioca, abóbora, feijão, milho e melancias, dentre outros. Portanto, há a retirada das famílias do seu lugar, e o reassentamento, como na Agrovila Novo Engenho Velho, não permitiu a equivalência entre os rendimentos das famílias, se comparado às antigas localidades, pois as áreas de produção são insuficientes e improdutivas. Além das condições inexistentes de atendimento médico e de saúde no posto já finalizado

¹⁴⁷ "Peixes migradores, os chamados 'grandes bagres' como a dourada, piramutaba, filhote, entre outros, que tem maior valor comercial, já estão rareando nos mercados de Porto Velho. Sabe-se, por experiências verificadas em outras hidrelétricas, que inicialmente ao enchimento dos reservatórios, pode haver um aumento da quantidade de capturas, mas, logo em seguida, este volume é reduzido e também há uma mudança na variedade disponível, predominando espécies carnívoras de menor valor, a ponto de comprometer a vida das comunidades que vivem da pesca" (LEVEL, 2009, p. 43).

pelo Consórcio SAE, bem como falta acompanhamento psicossocial continuado às famílias reassentadas, tendo em vista os casos de transtornos mentais e depressão.

Teotônio, Amazonas, Três Rios e São Francisco são outras comunidades ou povoados afetados pela construção da UHE de Santo Antônio. Informações apresentadas no Parecer Técnico nº 014/2007 (BRASIL-IBAMA, 2007, p. 109), sobre dois desses povoados, Teotônio e Amazonas, mostram que "é importantíssima a representatividade da pesca [...] grupo que representa 36,8% das atividades locais de 60,9% do total daqueles que não se encontram vinculados às atividades agropecuárias". A pesca e a agricultura são frequentes em toda a região, pois "o pescado é a base da segurança alimentar e nutricional da população", incluindo as comunidades indígenas que dependem dos cardumes nos cursos d'água tributários.

Só que os impactos da represa na dinâmica da pesca não foram totalmente contemplados no EIA/RIMA, já que o mesmo subestima o número de pescadores, pois apresenta 1.952 registrados na Colônia Z1 em Porto Velho, enquanto desconsidera cerca de 470 pescadores que não foram registrados e atuam no município, conforme Parecer Técnico nº 014/2007 (BRASIL-IBAMA, 2007). Dentre os peixes com maior retorno econômico para os ribeirinhos e pescadores estão a Dourada, o Filhote, a Jutuarana, o Surubim e a Pirapitinga. Já os com menor preço são o Tucunaré, Acará, Jeraqui, Curimatã e Pacu.

O Projeto de Assentamento (PA) Joana D'Arc (MAPA 09) - Assentamentos estruturados em três grandes áreas, o Joana D'Arc I, II e III¹⁴⁸ - foi outra área atingida pela represa de Santo Antônio. Nesses assentamentos, com mais de 1.000 lotes, o avanço da represa de Santo Antônio fica evidente, e de cerca de 800 famílias, 500 foram atingidas, mas somente 176 famílias foram removidas, embora tenham mais 260

¹⁴⁸ Conforme estudo de Veppo (2009), o Projeto de Assentamento Joana D'Arc localizava-se na antiga Gleba Jacy, na margem esquerda do rio Madeira, com área aproximada de 130 mil ha. Esta área foi loteada pelo INCRA, em 2000, nas três áreas já denominadas - mas desde 1992, pelo menos, 32 mil ha já eram ocupados por pequenos agricultores, em sua maioria posseiros. O Joana D'Arc I está localizado a 40 km da sede de Porto Velho, com 20.400 ha, incluindo área de reserva ambiental; o Joana D'Arc II localiza-se a 60 km, com área de 27.920, e a terceira etapa do PA com área de 19.387 ha. Todos os assentamentos teriam originalmente no projeto do INCRA área em torno de 50 ha.

famílias impactadas após enchimento da represa¹⁴⁹. Já as demais famílias assentadas sofrem com a desestruturação da economia e os reflexos na organização social, econômica, cultural e territorial no assentamento que foram intensos. O número de atingidos nesses assentamentos não é oficial, pois o Consórcio SAE considerou somente uma parte da área como impactada e outra grande área como não atingida, negando assim o direito de muitas famílias, que já estão isoladas após o enchimento da represa. Do mesmo modo, outro assentamento fortemente atingido pela represa foi o Porto Seguro, como verifica-se no Mapa 09.

O Assentamento Joana D'Arc pode ser considerado o exemplo das dificuldades dos atingidos em negociar com os consórcios construtores das UHEs no rio Madeira, seja pelos pontos já indicados sobre a forma como as empresas definem quem é o atingido, seja pelo processo de desterritorialização e realocação / reassentamento dessas famílias, ou pelos danos causados àquelas que residem na área afetada.

Conforme informações divulgadas no Site do MAB/Nacional, o MAB/RO atua desde 2006 nessa área para que as famílias se organizem e busquem conquistar seus direitos frente aos consórcios construtores das UHEs do Madeira (MAB, 2008, 2010 e 2013).

Assim, uma pauta importante para os assentados do Joana D'Arc constitui-se em serem ouvidos pelo consórcio Santo Antônio Energia, além de outras reivindicações, como: manter o reassentamento próximo ao rio Madeira, que para muitos é base para a sobrevivência e via de acesso a Porto Velho; conhecer e decidir conjuntamente qual a área a ser comprada para o reassentamento das famílias; que as casas não sejam somente no padrão de 60 m², mas também de 100 m², atendendo assim às necessidades das famílias; lutar por revisão dos valores das indenizações e dos casos das famílias que tiveram o direito à indenização negado; luta pelos direitos de todas as famílias atingidas pelos empreendimentos e não somente as desse assentamento.

É nesse contexto, que a agenda do MAB/RO a luta inicialmente esteve para impedir a construção dos empreendimentos hidrelétricos na região, tanto no canteiro de obras como a montante (FOSCHIERA, 2009)¹⁵⁰,

¹⁴⁹ MUNIZ, Océlio. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por bairral@hotmail.com em 03 jan. 2014.

¹⁵⁰ O histórico desse processo de luta pode ser encontrado em Foschiera, 2009.

organizando formas de lutas com os temas: "Levante contra a venda do rio Madeira. Em defesa da Amazônia e das comunidades atingidas" e "Seminário contra a privatização do rio Madeira e pela soberania da Amazônia".

Com a construção das UHEs, segundo o atual coordenador do MAB/RO, Océlio Muniz, o movimento passou a lutar pelo diálogo com o poder público e os consórcios com relação aos problemas relacionados à terra, ao trabalho, à renda, e o acesso à água, moradia e infraestrutura. Isso tem levado o movimento social na construção de pautas, como a da reunião de julho de 2010 com o Consórcio SAE, na qual foram destacados os seguintes aspectos: reassentamento de 400 famílias organizadas pelo MAB e também dos assentados de reforma agrária que serão atingidos pela represa da barragem de Santo Antônio, (Projeto Joana D'Arc como um todo); reassentamento de 135 famílias nos 2.459 ha da Fazenda Santa Rita (localizada entre a BR 364 e a represa), que encontra-se em processo de negociação da área pelo Consórcio MESA, concessionário de Santo Antônio; que outros latifúndios sejam desapropriados para os reassentamentos; que todos os agricultores que tenham alguma dívida relacionada a investimento no lote atingido pela represa, tenham a mesma quitada pela empresa (MAB-RO..., 2010).

No contexto da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, a demora na resolução da situação dos atingidos tem levado as famílias a protestos constantes na cidade de Porto Velho¹⁵¹, inclusive fechando a sede da empresa Santo Antônio Energia (FOTO 04) (construtora da UHE homônima), questionando a demora no pagamento das indenizações, já que nem todas foram reassentadas e/ou indenizadas. De modo geral, segundo o MAB-RO (2013), das 1.728 famílias atingidas com a construção da UHE de Santo Antônio (dados de agosto de 2011), 7,1% receberam declaração de crédito, 19,7% foram reassentadas, 65,7% receberam indenizações, 6,7% possuem ação na justiça, e 0,8% permanecem nos casos de remanescentes.

151

Disponível

em:

<<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/assentados-fecham-acesso-ao-porto-graneleiro-em-protesto-em-ro.html>> Acesso em: 15 out. 2013.



FOTO 04: Atingidos fecham sede da empresa Santo Antônio Energia, em Porto Velho (RO)

Fonte: Larissa Matarésio (G1-RO) ¹⁵². Porto Velho, 01 de outubro 2012.

Mas com os protestos as famílias e o MAB pressionam o poder público e as empresas para ampliar as previsões do reduzido número de atingidos, sem os dados apresentados inferiores aos impactos pelas UHEs. Conforme o Superintendente Adjunto do INCRA/RO, Cleto Brito, isso tem levado a necessidade de estudos técnicos sobre todas as famílias atingidas, que, por exemplo, no Assentamento Joana D'Arc vão além das 34 que a Santo Antônio Energia afirma terem suas áreas afetadas pela represa da UHE.

De modo geral, o MAB denuncia que o reassentamento das famílias atingidas foi feito sem o processo de consulta às mesmas, pois as empresas, de forma truculenta, impuseram um modelo de reassentamento extremamente problemático. Foram sete as áreas implementadas, que além do reassentamento Santa Rita, como já

¹⁵² Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/10/reassentados-fecham-sede-da-santo-antonio-energia-em-porto-velho.html>>. Acesso em: 15/10/2013.

dissemos, também têm o Novo Engenho Velho, São Domingos¹⁵³, Riacho Azul¹⁵⁴, Vila de Teotônio, Morrinhos¹⁵⁵ e Parque dos Buritis (MAPA 09). Para esses assentamentos o MAB sinalizou a necessidade de direitos igualitários nos reassentamentos das famílias, incluindo: patrulha de máquinas agrícolas e todos os implementos; galpão, área mínima de 50 ha de terra para cada família; estrada e moradia; encascalhamento de estradas, incluindo as que dão acesso ao distrito de São Carlos (MAPA 09) e às comunidades do PA Rio Madeira, Jamari, Terra Caída, Brasileira e Cuniã¹⁵⁶.

Os protestos e a organização das famílias levaram a uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Porto Velho, no dia 24 de abril de 2013, para discutir os impactos gerados pelos Consórcios ESBR e SAE.

No caso dos Assentados do Joana D'Arc, foi denunciado o isolamento dos moradores que estão atingidos diretamente pelas duas UHEs, devido aos impactos nas estradas de acesso aos assentados que permanecem nas áreas afetadas. Na referida Audiência Pública, o Deputado Hermínio Coelho pediu aos representantes dos Consórcios ESBR e SAE que tomem medidas urgentes para solucionar os problemas vividos pelas famílias dos Assentamentos Joana D'Arc (I, II e III), pois além das compensações e indenizações, que é de direito das famílias atingidas, há também o direito de sair do isolamento pelas precárias condições das estradas com a elevação do nível da represa da UHE de Santo Antônio.

Diante dos pontos colocados pelos moradores e autoridades, como promotores do Ministério Público Federal, órgãos estaduais como a Secretaria de Meio Ambiente¹⁵⁷ e vereadores de Porto Velho (RO), os

¹⁵³ 36 famílias oriundas da margem esquerda do Madeira, para nova área de 370 ha na margem esquerda do rio começaram a ser deslocadas de suas unidades produtivas em 2011.

¹⁵⁴ Reassentamento de 42 famílias indicado em 2010 em uma área de 981 ha na margem esquerda do rio Madeira.

¹⁵⁵ Reassentamento de 50 famílias na margem direita do Madeira em uma área de 947 ha. 15 lotes estão inviabilizados pela "alagação" da área, isso em uma área de reassentamento pela própria SAE.

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-busca-apoio-do-governo-ro-para-garantir-direitos>> Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁵⁷A secretária de Estado do Meio Ambiente, Nancy Rodrigues da Silva, denunciou que houve violação dos direitos das comunidades atingidas, relatando problemas como na Comunidade de São Sebastião do "encharcamento da terra e o desbarrancamento do rio Madeira com erosão". Informou também que "o governador

representantes dos Consórcios ESBR e SAE apresentaram justificativas sobre as consequências dos impactos sofridos pelas famílias atingidas. Para Neves (2013), os representantes dos Consórcios das UHEs de Santo Antônio e Jirau colocaram-se à disposição para “resolver as questões dentro da melhor maneira”. O que se poderá é para quem? Já o diretor técnico da Santo Antônio Energia, Antônio de Pádua, disse que Santo Antônio está cumprindo seu papel, tendo em vista que vai ficar 35 anos em Rondônia, conforme previsão da concessão. E acrescenta: “Em momento algum vamos substituir as obrigações da administração pública. Não podemos fazer isso. Estamos sempre dispostos a conversar”, destacou.

Já o consultor da Energia Sustentável do Brasil, Édio da Luz, falou como será gerada a energia pela UHE de Jirau. Informou que, quando do funcionamento pleno da UHE, serão repassados cerca de R\$ 90 milhões por ano para o Estado e o município de Porto Velho (50% para cada). Pediu para a comunidade fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos. Disse que a Energia Sustentável vai ficar 35 anos em Rondônia e que não vai alterar a cota do projeto em Jirau. Citou o trabalho realizado no combate à malária em Porto Velho. Colocou-se à disposição para participar de comissão que se formará para discutir as questões relativas à UHE de Jirau, observando que “uma obra dessa envergadura traz consigo coisas boas e ruins” (apud NEVES, 2013).

Esse exemplo da postura dos consórcios construtores das UHEs de Jirau e Santo Antônio, de repassar suas responsabilidades com os atingidos para o poder público, frente às ações mitigadoras e *royalties*, evidencia o total descaso das empresas com as famílias atingidas, que diante dos exemplos citados, permite considerar uma repetição do tratamento que o setor elétrico brasileiro tem dado para com as populações atingidas. Ou seja, diante da desterritorialização e destruição dos seus meios de existência, há como consolo a contribuição deste sacrifício para o desenvolvimento e o “progresso da Nação”, um discurso inaceitável ainda usado nessas situações.

determinou à Sedam que fizesse o dimensionamento que está afetando as comunidades para dar encaminhamento e tomar posição como governo do Estado”, mas “quem tem competência para licenciar e embargar as obras é o Ibama, pois a obra é do Governo Federal. Nós, da Sedam, só fazemos as constatações e encaminhamos para os órgãos competentes para as medidas cabíveis”, completou a secretária. Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com/noticias/atingidos-pelas-obras-das-usinas-assembleia-decide-que-comissao-vai-indicar-pontos-e-danos-a-serem-reparados-pelos-consorcios-de-santo-antonio-e-jirau,36549.shtml>>

Qual o preço pago por essas famílias frente ao abuso econômico das grandes empresas proprietárias dos empreendimentos hidrelétricos? A fala de Edson Silva de Souza, presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Joana D'Arc III, evidencia bem este agravo. Segundo Souza (*apud* Neves, nota 50) a produção dos agricultores teve forte impacto negativo devido ao alagamento, já que os camponeses não conseguem plantar, criar animais, além dos problemas de deslocamento devido às estradas estarem intrafegáveis. Ou seja, as empresas desrespeitam os direitos dos atingidos, desconsideram a necessidade de resolução dos impactos nessas localidades.

O discurso dos consórcios além de ser contestado pelos atingidos, pelo MAB/RO, também o é pela Associação dos Agricultores do Projeto Assentamento Joana D'Arc (Aprojoda), Comissão das Agrovilas (Assta e Acajod), que refutam as afirmações da SAE, pois esta "procura dar a impressão de que já fez tudo que podia e deveria para os assentados do Projeto Joana D'Arc". Aproximadamente 500 famílias estão sofrendo diversas consequências diretas da represa da UHE de Santo Antônio, sem ter recebido apoio ou indenização¹⁵⁸.

Mas para as famílias que foram realocadas as formas de reassentamento estão longe de suprir suas necessidades, seja devido à qualidade e extensão das terras, seja pelo fato de famílias camponesas serem alocadas em assentamentos urbanos, agrovilas, sem condições de reproduzirem seu modo de vida camponês e de se reterritorializarem, como os pescadores que foram apartados do rio Madeira.

Conforme documento do MAB-RO "Movimento dos Atingidos por Barragens - Rondônia: Apontamentos gerais sobre os impactos" (2013), há um fracasso em relação a esse assunto, pois "os projetos dos reassentamentos não foram debatidos com as famílias. Tratam-se de projetos arbitrários, impostos pelas empresas" (MAB, não paginado, 2013). Além disso: "não há alternativa de renda nos reassentamentos,

¹⁵⁸Além de outros problemas que vêm sofrendo, como: ataque de animais selvagens como onça; presença de animais peçonhentos; aumento de insetos como mosquitos na área (transmissores de Malária, Dengue e Leishmaniose); dificuldade de trânsito pelo alagamento da área; impacto na área de produção com a elevação do lençol freático, com perda da produção, diminuição da área de pastagem e insegurança produtiva; transbordamento de igarapé; elevação do lençol freático com solo permanentemente encharcado. Todos impactos decorrentes do enchimento do reservatório e sua interferência nas comunidades atingidas pelo mesmo.

direitos básicos como saúde e educação não são garantidos”; “não existiu padrão nenhum na implementação dos reassentamentos. As famílias como os mesmos direitos foram tratadas de diferentes formas. Não houve ação do Estado para que os direitos fossem igualmente garantidos”¹⁵⁹.

Portanto, os impactos são tanto diretos quanto indiretos, pois como nos afirmou em entrevista o Coordenador do MAB/RO, Océlio Muniz (informação verbal) ¹⁶⁰, tais obras das UHEs acabaram desestruturando as comunidades, seja na parte de acesso entre elas com a interrupção e o alagamento de estradas e ramais, seja com o desmatamento para o enchimento da represa, o alagamento de lotes e parte de lotes de outros camponeses. Além disso, outros impactos relevantes decorrem da má qualidade da água, pois com a elevação do lençol freático há contaminação de poços, deixando a água imprópria para o consumo. A mudança no nível do lençol freático também afeta a qualidade do solo. Além desses pontos, as indenizações foram insatisfatórias, injustas e não asseguraram as condições de vida pré-existent das famílias atingidas, como pregam as ações indenizatórias e mitigadoras com as famílias afetadas.

Como constatamos, as informações divulgadas pelos Consórcios/EIA/RIMA apresentam situações destoantes, variando quanto ao número de domicílios e pessoas atingidas. Mas apesar desse cuidado na análise desses dados, os questionamentos das ações de transferência e indenizações referentes às populações afetadas, independente do número, mostram que o processo como um todo foi danoso e é questionado por órgãos como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, movimentos sociais (MAB) e pelos próprios atingidos.

O MPF e MPE-RO entraram na Justiça com Ação Civil Pública, questionando o Consórcio ESBR, responsável pela UHE de Jirau, bem como os governos federal, estadual e municipal pelas irregularidades no reassentamento de famílias atingidas pelo empreendimento. Isso por que a UHE ao inundar Mutum-Paraná e transferir a população para Nova Mutum-Paraná, na nova área não havia toda a infraestrutura necessária para receber os atingidos, como exemplo: faltava transporte, saúde,

¹⁵⁹ Exemplo como famílias com lotes de 400 metros quadrados, outras com 3 a 10 hectares, casas variando de 50 m², 60 m², 70 m² e poucas de 100 m².

¹⁶⁰ Entrevista realiza no município de Porto Velho, em 22/06/2011.

condições de moradia digna para os reassentados, sem contar as pendências quanto à regularização fundiária. Foi negado também aos atingidos informações esclarecedoras por parte do Consórcio ESBR sobre o valor das indenizações e assistência jurídica aos moradores em processo de realocação.

Em relatório especial sobre as compensações sociais da UHE de Jirau, o Consórcio ESBR (COMPENSAÇÕES... 2010?)¹⁶¹ informa que no ano de 2010 foi lançado um pacote de obras das compensações sociais que totalizaram R\$ 160 milhões, com 71 convênios, sendo 54 com o governo municipal de Porto Velho e 17 com o governo estadual. Destes, na comunidade de Nova Mutum-Paraná, o consórcio teria implantado o reassentamento coletivo urbano onde as "pessoas teriam vida nova, em local totalmente estruturado, com atendimento à saúde pública, escola de qualidade, energia elétrica, asfalto, saneamento básico, internet 3G e sinal para celular". Além disso, outros "benefícios" teriam sido instalados na comunidade, como: Unidade Integrada de Segurança Pública; Batalhão da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros; Terminal Rodoviário com linhas intermunicipais; Prédio de Administração Pública; Posto de Saúde; Escola Pública com 12 salas de aula; Escola Particular com sete salas de aula.

Mas como apuramos, além da ACP questionando a construção por parte do Consórcio ESBR, o assentamento coletivo e as infraestruturas urbana e sociais do local, o MAB/RO denuncia que no antigo distrito onde viviam cerca de 400 famílias, formadas predominantemente por pescadores, ribeirinhos, extrativistas e agricultores, além da desestruturação do distrito, apenas 125 famílias foram transferidas para a área urbana.

Essa área urbana planejada como sendo a Nova Mutum-Paraná, com 1.600 casas pré-fabricadas, para alojar tanto o quadro técnico das empresas construtoras, além do número de famílias transferidas, como já visto em outro momento deste capítulo, evidencia que "as famílias foram forçadas a alterar profundamente seu modo de vida, pois a cidade [vila urbana] não oferece acesso direto às suas principais fontes culturais de existência e renda: a terra, o rio e os bens naturais.

161

Disponível

em:

http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/arquivos/compensa%C3%A7%C3%B5es_sociais_final.pdf

Este processo de desterritorialização, marcado por intensiva degradação e desagregação sociocultural, torna flagrante a piora da qualidade de vida". Assim, cerca de 40 famílias já abandonaram o local, venderam ou alugaram suas casas e mudaram para áreas rurais há cerca de 10 km de Nova Mutum-Paraná, denuncia o MAB/RO¹⁶².

O coordenador do MAB/RO, Océlio Muniz (informação verbal)¹⁶³ nos informa que com o reassentamento das famílias do distrito de Mutum-Paraná para Nova Mutum-Paraná, o Consórcio ESBR não incluiu um plano de geração de renda para as famílias, um projeto de inserção social desses ribeirinhos e camponeses, já que foram transferidos para uma área que era para ser considerada um Polo Industrial de Porto Velho.

No entanto, nesse local não há condições desses camponeses, ribeirinhos e pescadores serem inseridos nessa dinâmica "urbana/industrial" que se tenta montar na localidade. Na fase inicial o Consórcio ESBR se dispôs a repassar uma verba de manutenção (entrevistado não soube nos informar o valor) para as famílias reassentadas, o que vigorou até julho de 2011. A questão posta por Muniz (MAB-RO) é de que após a ajuda recebida pelas famílias acabar, que inclui a conta de energia utilizada, como tais famílias vão continuar sobrevivendo sem sua rotina e condições de trabalho mantidas antes de perderem suas terras para a formação das represas das UHEs?

Além dos impactos citados no processo de constituição do território do hidronegócio-energético no Complexo Hidrelétrico Madeira, via UHEs de Jirau e Santo Antônio, há ainda a segregação socioespacial na vila urbana de Nova Mutum-Paraná, visível entre essas famílias e os funcionários das empresas e consórcio de Jirau. Na questão da educação, como já indicamos, foram construídas duas escolas: uma particular, com material didático do Sistema Positivo de Ensino e uma boa infraestrutura instalada; também foi construída uma pública, "onde não tem água encanada, não tem infraestrutura, não tem professor" (afirma Océlio Muniz, informação verbal)¹⁶⁴. Assim, são "duas escolas no mesmo espaço, para os filhos de engenheiros, no mesmo

¹⁶² Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/cons-rcio-esbr-criminaliza-atingidos-pela-barragem-jirau-em-rond-nia>>. Acesso em: 20/10/2012.

¹⁶³ Entrevista realizada em Porto Velho, 22/06/2011.

¹⁶⁴ Entrevista realizada em Porto Velho, 22/06/2011.

terreno, no mesmo local. Então tem um conflito lá dentro da escola [...] a escola e a estrutura é pública e a empresa (ESBR) deu o Sistema Positivo (material didático) e lá construíram escola só para os filhos desses engenheiros”, denuncia Muniz, do MAB-RO.

Já no distrito de Jaci-Paraná, segundo núcleo mais próximo da UHE de Jirau (sentido UHE à cidade de Porto Velho) ocorreu a migração de modo intenso, atraindo muito mais pessoas que a localidade poderia receber, presenciou-se, assim, sua população saltar de 4 mil para cerca de 22 mil habitantes (segundo o MAB-RO). Isso aumentou o caos em relação aos serviços de infraestrutura, saúde, educação, segurança e emprego. Grande parte desses migrantes que foram em busca de emprego, não conseguiram ocupação. Em síntese, o MAB e o STICCERO denunciam o agravamento de sérios problemas sociais no distrito como o aumento da prostituição, inclusive infantil, violência com assassinatos, graves problemas com o uso de drogas. Problemas que tomaram proporções que nem as empresas, nem o poder público se prepararam para enfrentar, embora seja comum em empreendimentos desse porte. Portanto, a sede do distrito de Jaci Paraná é a expressão contraditória do mundo de progresso prometido e vendido pelas obras do PAC, podendo assim ser visualizada em sua materialidade territorial (FOTOS 05 e 06).

O MAB-RO sofre ações do Consórcio ESBR que dificulta o diálogo com os camponeses e populações tradicionais afetadas pela UHE de Jirau, inclusive específico de criminalização. Segundo informações de Océlio Muniz (informação por e-mail)¹⁶⁵, “as próprias empresas tentaram criminalizar o movimento, usando de Parlamentares e agentes de segurança para forjar ações de terrorismo nas UHEs, na tentativa de criminalização, também usando da justiça para impedir que os atingidos pudessem se mobilizar”.

Assim, a ação das empresas dificulta a atuação do movimento social junto às famílias atingidas e reassentadas, além de influir no processo de organização das famílias atingidas pela construção da UHE de Jirau. Para Muniz:

¹⁶⁵ MUNIZ, Océlio. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por bairral@hotmail.com em 03 jan. 2014.



FOTO 05: Forma de ocupação nas margens da BR-364 no distrito de Jaci Paraná – Bares e pensões

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em 15/07/2011.



FOTO 06: Rodoviária no distrito de Jaci Paraná, município de Porto Velho (RO)

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em 15/07/2011.

[...] a empresa fez tudo no esquema para o MAB não entrar, o MAB conseguiu fazer trabalhos lá no mapeamento, construção de pauta coletiva, um ano atrás, quando a empresa entrou e desestruturou, fez um trabalho muito

forte de desorganização do MAB e de desorganização da sua proposta [...] (OCÉLIO MUNIZ, informação verbal)¹⁶⁶.

No site do MAB¹⁶⁷, a denúncia da investida das empresas/Consórcio em Jirau para desarticular a organização de resistência também é destaque, pois teria

[a] presença do ex-Coronel do Exército ligado a ABIN, Gélcio Fregapani, em áreas próximas a UHE de Jirau. Contratado para comandar o serviço de segurança do consórcio, infiltra-se em meio à população atingida e aos operários da usina com o objetivo de levantar informações, desarticular e impedir qualquer processo de organização e/ou mobilização social que confrontasse com as ações do Consórcio (CONSÓRCIO..., não paginado, 2011).

Outro ponto destacado pelo coordenador do MAB-RO refere-se à estratégia e a forma como os Consórcios ESBR e MESA barganharam com os camponeses atingidos, oferecendo empregos nas obras para desarticular a luta e a organização dos mesmos pelos direitos negados.

Então a empresa consegue dividir a comunidade dando emprego. Barganha com emprego para a comunidade se dividir... têm uns que lutam contra a empresa para garantir os direitos; têm os que ficam de intermediário que têm emprego com a empresa e não quer fazer baixa [ser demitido] com a empresa; e têm os que estão aliados com a empresa, que a empresa conquistou a confiança (OCÉLIO MUNIZ, informação verbal)¹⁶⁸.

Ou seja, além dos mecanismos empregados pelo capital desrespeitando os direitos dos atingidos pelas UHEs do rio Madeira, evidencia-se também ações para obstruir e tentar minar as formas de organização e resistência aos desmandos das empresas.

Se no início a estratégia do capital foi empregar os meios de comunicação para o convencimento da população local, estadual e regional dos benefícios que as UHEs de Jirau e Santo Antônio poderiam trazer para a região, fortalecendo inclusive o Movimento PROUSINAS do Madeira, com forte campanha para que a sociedade local apoiasse o projeto Madeira. Segundo o MAB-RO, o PROUSINAS acabou atuando na

¹⁶⁶Entrevista realizada em Porto Velho, 22/06/2011.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/cons-rcio-esbr-criminaliza-atingidos-pela-barragem-jirau-em-rond-nia>>. Acesso em: 10/02/2014.

¹⁶⁸Entrevista realizada em Porto Velho, 22/06/2011.

tentativa de combater as ações do MAB, tentando dificultar sua ação pela forma de combate que fazia. Conforme Melo (2008), existiu uma forte campanha de propaganda promovida pelas empreiteiras, políticos locais e empresários, inclusive estampando em *outdoor* as benesses do “progresso” promovido pela construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio¹⁶⁹.

Como se constata, a promessa de geração de emprego foi uma das estratégias empregadas pelos consórcios e empreiteiras para convencer a população rondoniense do desenvolvimento que chegava, inclusive esse argumento serviu de moeda de troca frente à tentativa do capital de tentar cooptar trabalhadores dos projetos de assentamento, comunidades e localidades rurais para que fossem defensores do progresso que chegava com nova cara ao estado de Rondônia. Ou seja, contraditoriamente o capital tenta cooptar e usar a seu favor o próprio trabalhador para desorganizar a luta que se fortalecia na atuação do MAB-RO contra as UHEs do Madeira.

Portanto, os mecanismos de lutas, organização e protestos realizados pelo MAB mostram os desafios em organizar as frações da classe trabalhadora frente aos imperativos do capital. Um dos momentos importantes, além das passeatas em protestos contra as UHEs de Jirau e Santo Antônio ocorridos na cidade de Porto Velho, foi a “9ª Romaria da Terra e das Águas de Rondônia: Água e o verde, vida do planeta”, que aconteceu no dia 10 de julho de 2011 no distrito de Iata, no município de Guajará-Mirim (RO), às margens do rio Mamoré.

A Romaria contou com a organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT-RO), Pastoral do Migrante (RO), MAB-RO, MST-RO, entre outros segmentos contrários à forma como tais empreendimentos são impostos ao território e suas populações de forma despótica, como Jirau e Santo Antônio, mas também a possibilidade de mais duas UHEs no rio Madeira a montante de Jirau, sendo uma localizada na divisa Brasil-Bolívia, em Guajará-Mirim, e outra em território boliviano. Portanto, questionava-se os impactos que rondam o rio Mamoré (afluente

¹⁶⁹ Declara Melo (2008, p. 68): “Propaganda com promessas de 20 mil empregos diretos, mais exportações do setor agropecuário, madeireiro e outros bens do setor primário em formas de matéria-prima bruta ou pouco elaborada com baixa agregação de valor. O governo aposta muito na alavancagem do setor industrial, ou seja, a vinda de empresas, indústrias da construção civil e outras transformações que ampliaria ainda mais o mercado de trabalho rondoniense e da região Norte do Brasil”.

do rio Madeira) com a construção da UHE binacional Brasil e Bolívia naquela área fronteiriça. Naquele momento participaram da caminhada de 4 quilômetros camponeses, ribeirinhos, pescadores, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras urbanos e, inclusive, das próprias UHEs de Jirau e Santo Antônio (FOTO 07). Também estavam presentes membros da CPT, MST/RO, MAB/RO, dos povos indígenas e tradicionais como seringueiros, do Movimento dos Pequenos Agricultores e moradores da comunidade de Iata (RO).



FOTO 07: Trabalhadores - luta por terra e água; por um território de vida

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Guajará-Mirim (RO), 10/07/2011.

Diante do exposto, essa segunda década do século XXI nos coloca como desafio pensar a luta de classes na sociedade brasileira sob a lógica da acumulação do capital e da ação do Estado no ambiente do "Novo Desenvolvimentismo". No processo de territorialização gerado pelos megaempreendimentos das UHEs o conflito surge na mesma dimensão com que a disputa e a monopolização da natureza, antes usufruída por populações camponesas, ribeirinhas, pescadores, indígenas passa a ser apropriada pelo grande capital, como ocorre com o corpo hídrico para fins energéticos, desterritorializando aqueles que dependiam da recursos terra, água e floresta para a reprodução dos seus modos de vida. Portanto, frente aos territórios da vida, impõem-se os

territórios do hidronegócio-energético, dos quais as UHEs de Jirau e Santo Antônio são expressões na Amazônia, no contexto da sua consolidação enquanto a nova fronteira hidroenergética.

Portanto, como se evidenciou ao longo desse capítulo, na lógica do "Novo Desenvolvimentismo" a ação do governo brasileiro para dotar o território nacional de grandes projetos de infraestrutura de geração e transmissão de energia hidrelétrica, visando em tese, o desenvolvimento nacional, acaba por impor à Amazônia, em especial na porção Sul Ocidental, com o Complexo Hidrelétrico Madeira, toda uma infraestrutura com impactos gigantescos nessa região e para suas populações.

A ausência de um planejamento que privilegiasse os sujeitos ali existentes, em prol de uma política voltada para atender às demandas exógenas à região e aos lugares, em benefício do grande capital, via consórcios construtores dessas UHEs, remete a um *déjà vu* na Amazônia brasileira, como Tucuruí, Balbina e agora o Complexo Hidrelétrico Madeira, que também não será o último, mas o anfitrião frente aos grandes projetos hidrelétricos previstos e em execução na Amazônia Legal, a exemplo da UHE de Belo Monte.

Deste modo, EIA/RIMAs elaborados para defender os interesses das empresas - inclusive elas são responsáveis pela elaboração destes - sem levar em conta de fato os impactos gerados nos lugares, pois são superficiais, omissos, e tecnicamente questionáveis, além da pressão política dos governos federal, estadual e municipal para emissão das Licenças Ambientais, faz com que esses grandes projetos sejam impostos arbitrariamente e "goela abaixo" às populações desestruturando seus lugares de existência, paisagens e territórios de vida. Há também a pressa das empresas em cumprir seus cronogramas e para isso usam de todos os meios para manipular a população atingida. Falar de mitigação e compensações é desconsiderar essa realidade, inclusive dos fartos financiamentos do Estado brasileiro a esses capitais, tendo em vista que se as mesmas fossem realizadas com seriedade, ainda não dariam conta de suprir o que foi usurpado da população local, e quem dirá da forma questionável que está ocorrendo, como evidência os movimentos sociais, os Ministérios Públicos (Federal e Estadual), Ministério Público do Trabalho (MPT), pesquisadores de várias áreas do

conhecimento, ambientalistas e, em especial, os próprios sujeitos atingidos, os trabalhadores.

Assim, se confirma nessas práticas a desterritorialização de camponeses, populações ribeirinhas, a desestruturação da vida social, cultural e econômica das populações atingidas, bem como daqueles que ficaram nos lugares de origem, como aconteceu com os atingidos que não foram indenizados e reassentados. Mas também com comunidades rurais/ribeirinhas que foram reassentadas em projetos urbanos, no modelo de agrovilas, longe do rio e dos espaços com os quais seus modos de vida estavam estruturados. Na territorialização do capital, expressa no território do hidronegócio-energético, a desterritorialização dos sujeitos é um fato, já a reterritorialização é uma dúvida e um desafio iminente.

Tais contestações já são alarmantes, isso tendo como recorte espacial somente a Área de Abrangência Regional das UHEs (AII e AID), não considerando toda a dimensão da Bacia do rio Madeira, e muito menos o território da Bolívia e do Peru, que certamente suas populações serão afetadas com as obras das UHEs do Madeira, com a hidrovia e em especial com as novas UHEs projetadas no Complexo.

Em suma, a desestruturação da vida do outro não cabe nas planilhas de compensações e indenizações das empresas, nem na política de aceleração do crescimento do governo brasileiro a partir do PAC, e quando a ilusão se esvai o que resta a essas famílias é lutar por seus direitos. Portanto, a luta pela terra, pela água e pela floresta necessita se fortalecer, tendo em vista as disparidades de forças e poder entre os agentes envolvidos.

Os movimentos sociais como o MAB, por si sós, não conseguem fazer resistência e dar conta de pleitear e organizar todos os atingidos nessa luta; os órgãos governamentais como MPF, MPT e MPE atuam como podem neste contexto e queiramos que seja na defesa das famílias atingidas; o poder político, muito mais em defesa dos interesses econômicos do que das famílias atingidas por tais empreendimentos, e ainda com o pensamento de que as compensações podem suprir os impactos gerados, sem falar no papel contraditório do Sindicato dos trabalhadores que atuam nessas grandes obras, como o STICCERO.

Mesmo com as articulações destacadas ainda se evidencia que isso não tem sido suficiente para reverter as pendências com as indenizações e compensações das famílias atingidas pelos empreendimentos. Muito menos para contornar os impactos que surgem a cada momento frente à tentativa de controlar e apropriar do maior volume possível de água nos reservatórios das UHEs, como os decorrentes da maior enchente sofrida nos últimos 50 anos na região do Complexo Hidrelétrico Madeira, que ocorre no mês de fevereiro de 2014, quando finalizamos essa tese.

Evidencia-se assim, neste momento, com a mercantilização da água no CHM e a constituição dos territórios do hidronegócio-energético de Jirau e Santo Antônio, uma "catástrofe ecológica" que tem sua base no propagado "desenvolvimento sustentável" do capital, da energia limpa, do milagre da tecnologia das UHEs a fio d'água e turbina Bulbo, mas que como desenvolvimento baseado em uma "desigualdade substantiva" (MÉSZÁROS, 2007) posta em prática no controle da natureza, em prol do capital e não da vida, tem como consequência a face do destrutivismo estrutural do capital (como abordado no Capítulo 2). É esse destrutivismo decorrente da desigualdade substantiva posta em movimento pelo e para o capital, via controle, domínio e mercantilização da natureza, que MéSZáros (2007) nos ajuda a entender a "catástrofe ecológica" anunciada, vivida no Complexo Madeira nesse "inverno amazônico" de 2014, onde a inundação potencializada pelo represamento das suas águas para a produção insaciável da mercadoria energia hidrelétrica tem como consequência alagamentos, perda de territórios de vida, impondo mais uma vez o medo aos que perderam seus lugares de existência, tanto no campo, como na cidade.

Assim, como podemos observar no Mapa 09, as UHEs de Jirau e Santo Antônio, com seus reservatórios a fio d'água, e não reservatórios de acumulação, como a UHE de Samuel (RO), seriam soluções milagrosas da tecnologia, que permitiria produzir energia hidrelétrica na Amazônia sem grandes impactos socioambientais, ainda que se tenha uma perda da capacidade de geração e, como gostam de propagar os críticos dessa tecnologia, mas a serviço do capital, tenha colocado em perigo a capacidade do País em manter e suprir seu sistema hidroenergético em momento de maior escassez de chuvas. Volta-se assim, novamente a

questionar o modelo posto em prática para as novas UHEs que “pipocam” na Amazônia¹⁷⁰, que deveriam ser em bases para maior capacidade de armazenamento de água para a produção de energia. Portanto, frente à ideologia das soluções estritamente tecnológicas e de um “desenvolvimento sustentável”, vista como uma ilusão, prevalecem os impactos e perda de controle pelos trabalhadores dos meios, como a natureza, fundamentais a uma vida de fato baseada na “igualdade substantiva”, no controle dos frutos do seu trabalho, ao contrário da apropriação privada desta para/pelo capital, enquanto tem-se a socialização dos impactos e os flagelos das “catástrofes ecológicas”, como visto com as UHEs de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira.

Portanto, mais do que nunca, frente aos destrutivos do “Novo Desenvolvimentismo”, devemos nos questionar, como nos ensina Mészáros (2007) sobre o “tipo de crescimento e de desenvolvimento e com que finalidade?”.

Parar as obras enquanto tais questões não são resolvidas seria uma saída? Pelo que parece essa seria uma estratégia dos movimentos sociais. Como isso pode acontecer, só o tempo nos dirá, ainda mais quando as licenças de operação já foram decretadas, mesmo com as decisões que aumentam a quantidade de turbinas para além dos projetos divulgados inicialmente. Essas são algumas faces destrutivas do “desenvolvimento sustentável” do capital proposto para a Amazônia brasileira, sob o “Novo Desenvolvimentismo”, e que se materializa na neobarbárie sob a instância ambiental. Em suma, o discurso de um mundo de progresso que traz em seu DNA o caos destrutivo.

Todavia, esses processos de territorialização do capital (trans)nacional, que têm como resultado a mercantilização da natureza e seus processos desterritorializantes, evidenciam a dominação estrutural dos territórios do hidronegócio-energético que estão sendo postos em intenso movimento na região. Somente uma sustentabilidade efetiva que fuja desse desenvolvimento insustentável do capital a longo prazo, é que de fato se poderia chamar de sustentável, e para

¹⁷⁰ Conforme matéria publicada (09 fev. 2014) no jornal O Estado de S. Paulo, assinada por Renée Pereira, intitulada: “Atrasos na entrega de projetos comprometem a oferta de energia”, na qual compara a eficiência do Modelo hidrelétrico com usinas com reservatório, em detrimento das Usinas a fio d’água.

tanto faz-se necessário uma ação em prol de uma “cultura de igualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2007), na qual a

sustentabilidade significa estar realmente *no controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais. (MÉSZÁROS, 2007, p. 190, grifos no original).

Se os territórios do hidronegócio-energético são formas de controle destrutivo da água como meio de vida, mas recurso fundamental para sua mercantilização e também forma de controle estratégico da energia hidrelétrica na contemporaneidade do capital, em território nacional, nos falta compreender e analisar como o capital controla, degrada, precariza e superexplora o trabalho no contexto da indústria da produção de energia hidrelétrica.

Para o desafio posto de compreender o papel do controle do trabalho pela indústria da produção de hidroenergia na Amazônia, avançaremos no capítulo 6, na questão da migração e mobilidade do trabalho para a construção da UHE de Jirau.

PARTE 03

**TERRITÓRIO DO HIDRONEGÓCIO-ENERGÉTICO E SEUS
DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO: CONTROLE,
NEOBARBÁRIE E REVOLTA DOS TRABALHADORES**

CAPÍTULO 6

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO NA UHE DE JIRAU

Este capítulo apresenta reflexões sobre o processo de mobilidade espacial do trabalho (dinâmica territorial do trabalho) atrelada à construção de grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia Sul Ocidental, com destaque para a UHE de Jirau no Complexo Hidrelétrico Madeira.

O mesmo encontra-se estruturado em quatro seções: na primeira apresentamos um breve arcabouço teórico-metodológico sobre a mobilidade do trabalho e sua contribuição para a leitura da Geografia do trabalho; na sequência apresentamos elementos sobre a migração do trabalho relacionada às grandes obras de produção de energia na Amazônia, e o caso das UHEs do rio Madeira. Depois enfocaremos a problemática da mobilidade espacial do trabalho atrelada ao capital e os desafios postos diante dos fluxos de deslocamento para as obras do Complexo Hidrelétrico Madeira - em particular a UHE de Jirau - no estado de Rondônia. Por fim, tendo os sujeitos barrageiros como foco, propomo-nos compreender as tramas de relações entre o capital e o trabalho, no uso que o capital faz desses homens e mulheres em sua mobilidade espacial enquanto força de trabalho, mediação esta na qual os sonhos são desfeitos a cada movimento migratório.

Em termos metodológicos busca-se apreender a dinâmica territorial do trabalho e do capital nas obras da indústria de produção de hidroenergia, que envolvem o ato do deslocamento (migrar) do trabalhador barrageiro e suas múltiplas conexões, objetivas e subjetivas (culturais, políticas, familiares, econômicas e territoriais), decorrentes dos deslocamentos sazonais acompanhando o capital e vinculado aos empreendimentos hidrelétricos.

Os conceitos de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) e plasticidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2009) fundamentam esse momento da análise, pois permitem identificar como os sujeitos que trabalham em um certo espaço-tempo podem ser camponeses, em outro barrageiro, ligado à construção civil de grande porte, mas a ser excluído desse ramo, retoma sua práxis camponesa. Portanto, embora essa não seja a forma única e predominante das formas espaciais que assumem o labor¹⁷¹, tais formas passam a fundamentar sua mobilidade e plasticidade.

¹⁷¹ Reiteramos que usamos o termo no sentido do conceito de centralidade do trabalho.

6.1 Mobilidade e plasticidade do trabalho

Inicialmente, o tema deste capítulo nos pede situar em foco que a migração de trabalhadores para as grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia brasileira, em especial no Complexo Hidrelétrico Madeira - UHEs de Jirau e Santo Antônio - exigem uma reflexão para além da primeira aproximação que é o seu deslocamento espacial, ou seja, a migração pelo território entre o local de origem de residência dos trabalhadores ao município de Porto Velho, destino onde se localizam as obras de tais UHEs.

Assim, mesmo que o objetivo para o momento seja compreender as dimensões materiais desses deslocamentos populacionais e sua mediação com os empreendimentos, a meta maior é o entendimento das condições de exploração que os trabalhadores são subjugados pelo capital enquanto força de trabalho, sendo que isso se inicia pela mobilidade espacial do trabalho.

Gaudemar (1977, p. 14) é um autor referência para compreender qual o uso que o capital faz da força de trabalho para o seu processo de acumulação e reprodução ampliada. O autor parte da reflexão do uso do trabalho / da força de trabalho, tanto extensivo como intensivo, que o capital faz, indo além do deslocamento espacial e categorial de funções, o que permite que toda potencialidade que é dada ao trabalho como mercadoria seja usada. Isso porque o trabalho é uma mercadoria única para o capital e este a usa de todas as formas possíveis para a extração do excedente de trabalho (da mais-valia), para a realização do valor que mantém sua produção e reprodução ampliada.

Portanto, a reflexão da qualidade do que o autor designa como mobilidade do trabalho permite compreender o "uso do trabalho e portanto do uso dos corpos dos homens" na lógica de valorização do valor.

De modo sumário, podemos resumir que a mobilidade do trabalho no sentido marxista tem como essencial a "produção da força de trabalho", de uma força de trabalho metamorfoseada em mercadoria, e no contexto geral da acumulação do capital o "trabalho é transformado em força de trabalho para uso capitalista" (GAUDEMAR, 1977, p. 388).

Essa transformação do trabalho em força de trabalho pelo capital remete ao processo de transformar o trabalho, de trabalho

livre, móvel, e tal mobilidade refere-se ao uso que o capital faz do trabalho (tanto na dimensão espacial, temporal e social de cada contexto de sua acumulação) em uma mercadoria necessária à sua valorização, sendo utilizada sob múltiplas formas.

A exemplo, quando vista sobre o exército industrial de reserva, mas não restrito a esta dimensão do seu uso, a mobilidade do trabalho pode ser exemplificada com o significado da expropriação do camponês dos meios de produção fundamental à sua sobrevivência, e estando livre para o mercado este se coloca cativo ao capital via emprego assalariado. Mas no ciclo de reprodução do capital, o trabalhador empregado ao ser eliminado da produção diretamente, vai alimentar o desemprego, é excluído de certas funções, há desenraizamento e mobilidade territorial e de profissões.

Se o uso do "exército industrial de reserva" / "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2011) permite ao capital formas de uso da força de trabalho para o seu processo de produção e reprodução ampliada, outra forma fenomênica, segundo Gaudemar (1977) é a mobilidade espacial do trabalho, a migração entre regiões, campo - cidade, países etc. Teríamos assim, formas "iniciais" de expressão da mobilidade do trabalho, mas não sua expressão enquanto potência do uso que o capital faz da força de trabalho, embora esse uso passe pela mobilidade espacial, não se resume a ela.

Portanto, a mobilidade da mão de obra e as formas de exploração de novas formas de trabalho, sua circulação como mercadoria que vai ao mercado (característica importante segundo Gaudemar - 1977 -, já que é única mercadoria que vai ao mercado por conta própria), e ao capital está submissa de modo formal e real, tem elos importantes que contraria a baixa tendencial da taxa de lucro.

A unidade do conceito marxista de mobilidade do trabalho provém exatamente desta forma que o conjunto, como forma de existência da mercadoria força de trabalho, contribuem, e até asseguram, a valorização do capital¹⁷². (GAUDEMAR, 1977, p. 391).

¹⁷² Segundo Gaudemar (1977, p. 400): "De certo modo, poderia até dizer-se que a lei de baixa tendencial da taxa de lucro, como lei de estrutura, é acompanhada de uma *lei de perfeição tendencial da mobilidade do trabalho*, colocada antagonicamente, como poderoso meio, nas mãos do capital, para lucrar contra a baixa da taxa de lucro. A partir de então, as formas imperfeitas da mobilidade do trabalho apenas podem surgir como *expressões das resistências que se manifestam contra a extensão do capital*, resistência das instituições,

A mobilidade do trabalho, então, é o conceito que “dá ao trabalho o seu valor de uso para o capital”, na capacidade teórica de dar conta das “formas de existência do trabalho (ou da força de trabalho) como mercadoria, ou ainda do uso capitalista do trabalho (ou da força de trabalho)”. Portanto, “a mobilidade do trabalho tanto conduz às suas formas primitivas como às suas formas acabadas, com outros tantos momentos do processo complexo de produção (e reprodução), de circulação e utilização da força de trabalho, isto é, do seu uso na valorização do capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 402).

Na análise geográfica a questão da mobilidade, tanto da força de trabalho e do capital, é um aspecto privilegiado para compreender como o espaço e o território são inseridos no processo de produção e reprodução do capital.

Harvey (2005a, 2005b e 2011), Smith (1988), Santos (2006), Moreira (2006) e Thomaz Júnior (2009), contribuem para a análise e entendimento da questão da dinâmica espacial do capital, a importância do espaço e do território na acumulação, e para os dois últimos autores, há neste contexto o destaque sobre a centralidade do trabalho em sua dinâmica territorial. Destacaremos duas contribuições para o momento.

Em o “Novo Imperialismo”, Harvey (2005b) enfoca a teoria da “ordenação espacial - espaço-temporal” para análise das contradições internas que tendem a gerar crises da acumulação do capital, em produzir crises de sobreacumulação. Essas “crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedente de força de trabalho lado a lado, sem que haja uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis” (HARVEY, 2005b, p. 78). Portanto, “a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção” para o capital, pois isso envolve investimentos em infraestrutura físicas e sociais de longa duração. Assim, “a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo”.

resistência das forças e dos espaços naturais, finalmente resistências dos homens a deixarem-se reduzir a objectos económicos”.

Um exemplo dessa mediação no emprego de capital excedente à busca de mecanismos para se realizar em sua acumulação ampliada e de trabalho excedente a ser empregado no sistema produtivo para a geração de mais valor, passa no momento atual pela atuação do que Harvey (2011) denomina de "nexo Estado-finanças", para que haja o emprego do capital-dinheiro. "A construção de uma usina siderúrgica, de uma ferrovia ou do lançamento de uma companhia aérea exigem um imenso despendimento inicial de capital-dinheiro, antes mesmo de a produção começar [...]", o que pode ser feito entre consórcios de capitais privados para realizar grandes projetos de infraestrutura no lugar do Estado. Mas se o capital realiza no lugar do Estado tais infraestruturas, quem permite ao capital os recursos necessários, via empréstimos, é o Estado. E ao financiar com recursos de fundos públicos e do próprio Tesouro o faz aumentando a dívida pública e sociabilizando os custos para a sociedade nacional como um todo, em especial nos territórios impactados por tais empreendimentos, como as UHEs no caso brasileiro.

É nesse complexo "nexo Estado-finanças", como visto nos capítulos anteriores que o Estado financia o capital para que na "destruição criativa da terra, possa dar novo sentido à natureza, enquanto apropriação e produto social". Portanto, como nos mostra Harvey (2011, p. 154), "a ideia de natureza como um produto social tem de ser acompanhada pelo reconhecimento de que os recursos naturais são apreciações culturais, econômicas e tecnológicas". Ou seja, é na conjunção de forças econômicas, políticas e das configurações territoriais e regionais da divisão do trabalho que a natureza é produzida e os recursos naturais ganham novas possibilidades e usos.

Mas isso não decorre sem a mediação transformadora do trabalho, pois para a construção de uma UHE, além da apropriação dos recursos hídricos com potencial hidroenergético, há também a necessidade de investimentos em capital, tecnologia, mas principalmente, no uso do trabalho humano. Portanto, evidencia-se forte mobilidade de capital e de trabalho para a construção desses empreendimentos materializados nos territórios do hidronegócio-energético, como Jirau e Santo Antônio.

A questão é, como demonstra Harvey (2011), que em cada momento há inovação dos nexos "Estado-finanças" para canalizar os excedentes do capital em grandes projetos de infraestruturas públicas como as

UHEs, o que tem rebatimentos diretos no processo geral de acumulação do capital, que tem no uso estratégico dessas infraestruturas, como a hidroenergética, para a sua acumulação.

Assim,

A acumulação do capital adicional é, aliás, baseada na construção de novas infraestruturas. A sobrevivência do capitalismo, em suma, depende do investimento na organização e financiamento de infraestruturas adequadas para manter a taxa de crescimento composto. (HARVEY, 2011, p. 76).

Estamos buscando mostrar, e os capítulos anteriores visaram essa contribuição, os "incentivos" que o "nexo Estado-finanças" dá ao capital para que possa investir em infraestrutura energética na Amazônia, e conseqüentemente, na consolidação da região como a nova fronteira hidroenergética. Vimos, portanto, que o controle da natureza, dos recursos hídricos com potencial hidroenergético, constituiu-se condição de disputas entre grandes capitais (trans)nacionais. Vimos também que esse controle gera um retorno ao capital, como visto para o setor de produção de energia hidrelétrica a partir do "lucro suplementar" (GONÇALVES JUNIOR, 2007), permitido pelo controle de tal recurso estratégico.

Mas tais infraestruturas devem ser postas em construção, os territórios do hidronegócio-energético precisam se realizar, pois esses espaços só terão seu sentido de ser para o capital se forem de fato espaços produzidos, ou seja, tornarem-se ambientes a serviço da valorização do valor. É neste sentido que Harvey (2011, p. 77) afirma que "a produção de espaços e lugares absorveu, ao longo do tempo, grandes quantidades de excedente de capital", e há uma grande quantidade de capital-dinheiro que se torna capital fixo nessas grandes obras de infraestrutura, como a energética, e para esse capital ser realizado precisa ser pago quando a sociedade usufrui da produção dessa infraestrutura, no caso em particular, tem acesso à mercadoria energia.

Se há uma grande mobilidade de capital para a construção desses territórios do hidronegócio-energético, esse capital-dinheiro para se tornar capital fixo, necessita fazer uso da força de trabalho, para que então se construam tais espaços, ambientes, e assim o capital

possa seguir seu ciclo de reprodução ampliada, a partir da produção da mercadoria energia hidrelétrica.

Portanto, frente à crise imposta pelos mecanismos neoliberais a favor do capital e com ela a ampla capacidade de acumulação por meio de mecanismos diversos, inclusive pela chamada "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2005b), ou acumulação primitiva como preferimos denomina-la, como geração de novos mercados, desterreamento de trabalhadores dos seus meios de produção, mercantilização da natureza, pilhagem dos bens públicos com a privatização¹⁷³, o Estado e o capital criam mecanismos para que barreiras impostas pelas contínuas crises sejam superadas à sua acumulação.

E uma delas é o uso que o capital faz dessa força de trabalho, via mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), e a criação de infraestrutura no território, permitindo mobilidade e fluidez ao capital e ao trabalho pelo espaço. Como estamos buscando entender a investida do Estado brasileiro em dotar o território nacional de novas infraestruturas, intensificando a materialidade técnica do território, nas palavras de Santos (1996), como ferrovias, hidrovias, rodovias, mas principalmente de uma intensificação de produção de energia hidrelétrica fazendo-a fluir pelo território, permite ao capital manter suas taxas sempre crescentes de acumulação, fundamental para sua reprodução ampliada.

Essa combinação entre disponibilidade de recursos hídricos potenciais para uso intensivo do capital, como a água na Amazônia, é possível com a ação que o Estado engendra em suas parcerias pervertidas com o capital nacional (a exemplo das empreiteiras) e internacional para que o chamado gargalo de infraestrutura não seja uma barreira ao desenvolvimento e à reprodução ampliada do capital em território nacional.

Embora não haja uma discriminação do peso do PAC para a geração de empregos no setor de construção de grandes UHEs, nossa pesquisa nos ajuda a compreender alguns elementos centrais de quanto degradante e conflituoso está sendo a inclusão de trabalhadores nessa atividade, tendo em vista as condições de trabalho encontradas nos canteiros de obras de Jirau, de Santo Antônio, e que se repetem em

¹⁷³ No caso brasileiro a chamada privatária (DÓRIA, 2013) que transferiu de modo leviano o capital estatal ao capital privado.

Belo Monte e outras UHEs construídas e em construção na região amazônica. Assim, a mediação que fazemos é quanto ao desemprego gerado no Brasil sob a fase do neoliberalismo, e com as obras do PAC, o Estado e o capital tiveram à disposição uma sobrepopulação disponível para que parte dessa força de trabalho pudesse ser deslocada para essas grandes obras - canteiros de UHEs, refinarias de petróleo, estádios da Copa do Mundo, infraestrutura urbana, projetos de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida etc.

Portanto, dando sequência ao entendimento da mobilidade espacial do trabalho para as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira, uma questão que se impõe é como o conceito de mobilidade do trabalho contribui para a análise da degradação do sujeito social, trabalhador barrageiro, e sua relação com o território.

Além disso, como podemos fazer a mediação dos processos de uso da força de trabalho, como a sua mobilidade espacial, com as atenções nos aspectos mais gerais da produção e reprodução do capital, para o recorte da pesquisa, tendo em vista suas particularidades regionais, territoriais, mas também no campo teórico-metodológico da Geografia do trabalho?

É no contexto de "polarização" da mobilidade espacial do capital como ocorre em uma grande UHE como Jirau, para a constituição de expressivos investimentos em capital fixo, e as expectativas seguras e certas de valorização ampliada deste capital com os exorbitantes lucros sobre a mercadoria energia, que homens e mulheres, bem como seus corpos e os seus espaços de vida, são atingidos de modo intenso e variado. Isso porque para o capital estes não passam de instrumentos de sua própria valorização.

Portanto, como compreender no contexto da constituição do CHM a relação entre mobilidade espacial do trabalho e mobilidade/territorialização do capital como processos imbricados de uso da força de trabalho, do trabalhador migrante, aos anseios das grandes empresas envolvidas nos referidos projetos?

Primeiramente devemos entender a mobilidade espacial do trabalho no contexto da reprodução do próprio capital (como já dito), que vai além da livre iniciativa do trabalhador como mão de obra livre (juridicamente) em migrar só por salários mais elevados, mas se assim

o faz é pelos próprios mecanismos de mobilidade forçada impostos pelo capital para sua sobrevivência enquanto trabalhador.

Se isso ocorre em escala global da reprodução do capital, como podemos entendê-la em nosso recorte analítico espaço-temporal? Trataremos disso mais à frente, neste texto, bem como no capítulo 7, em que retomaremos a questão da "mobilidade do trabalho" em seu uso nos processos produtivos e de controle na extração de mais trabalho, de trabalho excedente, buscando ir além dessa primeira aproximação que ora fazemos que é sua expressão fenomênica da mobilidade espacial. Para o momento posterior aprofundaremos as formas de expansão do tempo de trabalho, de intensificação da jornada, da redução das porosidades com turnos ininterruptos, mas também como mecanismos de intensificação e produtividade do trabalho. Logo, uma discussão que foca também o uso da força de trabalho no seu controle, tanto objetivo como subjetivo, tanto no tempo como no espaço, no território do capital materializado no território do hidronegócio-energético, visto em seu núcleo, no canteiro de obras, nos alojamentos, etc.

Sobre a mobilidade espacial do trabalho, sendo, pois, a migração uma dela, há também o desterroamento (THOMAZ, 2013) de atingidos pelos empreendimentos barrageiros, a migração campo/cidade da força de trabalho, que faz dessa uma mercadoria que circula pelo processo produtivo do capital, na atividade da indústria da produção de hidroenergia, para as atividades de montagem de grandes obras de geração e transmissão de energia.

Assim, essa mobilidade espacial do trabalho para as obras não está atrelada somente ao número de empregos gerados, como se os discursos de "uso" do emprego de trabalhadores locais fosse por si suficientes para manter os mecanismos de controle do trabalho que as grandes construtoras e os Consórcios ESBR e SAE pensam ter em mãos para cumprir os cronogramas de entrega da energia para o mercado, conforme assumido com a ANEEL. Portanto, o capital necessita de uma mão de obra extra, de reserva, ou uma sobrepopulação trabalhadora à disposição, demandando constantemente vaga nas colocações precárias, porém formais. A formalidade é, pois, divulgada como a salvação das misérias individuais e defendida pelas elites locais, sejam elas políticas, do empresariado, comerciantes, da mídia, e assim por diante.

Então, ao pensarmos a questão da mobilidade espacial do trabalho, de como o trabalho apresenta uma dinâmica territorial e como se pode compreender a lógica dialética entre capital x trabalho, temos na Geografia do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002; 2003; 2009 e 2011) o respaldo teórico metodológico para esse exercício.

As reflexões de Thomaz Júnior (2009) têm importante contribuição para a análise dos processos que envolvem a espacialidade contraditória da relação capital - trabalho, sendo o trabalho a categoria central para o entendimento e construção da Geografia do trabalho.

Assim, sendo o capital a relação social de controle sobre o trabalho, seja via subordinação formal e/ou real, mantém esse (o trabalho) alienado aos seus ditames. Mas como a luta de classes é o motor da história, o trabalho carrega em si a potencialidade de resistência, de emancipação e de reação anticapitalista em prol de sua libertação dessas amarras do capital.

Na dinâmica espacial do trabalho, no caso dessas grandes obras de infraestrutura energética, expressa dimensões territoriais que incluem camponeses, ribeirinhos, trabalhadores com habilitações e conhecimento na construção civil, não só pesada (de grandes obras), mas também leve como a predial; há trabalhadores de longa data envolvidos na construção de grandes obras, identificados no setor de barrageiros, por exemplo migrantes que passaram por Balbina, Tucuruí, Estreito, Porto Primavera, enfim, vinculados ao setor construtor dessas grandes obras. Há também camponeses e assentados que se obrigam a se aventurar nesses grandes canteiros de obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Essa mobilidade do trabalho para grandes obras não se resume ao setor hidroenergético (barragens e linhas de transmissão), mas também para a construção de plantas fabris, como as do setor papel-celulose. O trabalho de dissertação de Perpetua (2012, p. 22) analisa a mobilidade espacial do capital e do trabalho, que "não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra, numa relação de *reciprocidade dialética* entre os termos que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo vigente". É assim que o autor analisa os principais traços das dinâmicas espaciais da mobilidade do capital

e da força de trabalho, engendrados a partir da territorialização das indústrias do setor de celulose e papel na Microrregião de Três Lagoas (MS), o que ocorre tanto na construção civil das plantas industriais, mas também no monocultivo do eucalipto, e nas próprias agroindústrias. Para a construção das plantas fabris, a mobilidade da força de trabalho é intensa, não se restringindo ao setor, mas a grandes obras públicas e privadas pelo País.

Deste modo, como afirma Thomaz Júnior (2009a), as identidades do trabalho são expressas territorialmente nesse vai e vem pelo território, a partir das experiências, da práxis vivenciada em seus espaços de trabalho, mas também de vida. A plasticidade do trabalho é um conceito que busca compreender o movimento dessas identidades que demarcam a mobilidade do trabalho expressa pelo território. Isso não se dá somente no sentido fixo, restrito ao lugar (somente), mas sempre em movimento, se refaz continuamente, extrapolando os limites do urbano e do rural, da cidade e do campo. Também envolve redefinições constantes de profissões, habilitações e habilidades laborais, especializações, deslocamentos/migrações, pois são redefinidos os espaços de relações e da territorialidade da luta de classes diante da intensa reestruturação produtiva do capital no século XXI.

Como afirma o autor, um desafio na pesquisa (em Geografia do trabalho) constituiria em:

[...] podemos apreender a plasticidade do trabalho, no plano da explicitação no cotidiano, ou reconhecer suas singularidades e as materialidades de cada experiência, avançando para o plano do concreto em pensamento, síntese de múltiplas determinações, tendo como pressuposto contribuir para a formulação de investigações e estudos críticos e direcionados à construção de referenciais emancipatórios e anticapital, capazes, portanto, de romper com o estranhamento. (THOMAZ JÚNIOR, 2009a, p. 65).

Thomaz Júnior (2013) recoloca essa compreensão assumindo a fragmentação do trabalho decorrente da intensa hierarquização e divisão técnica, que também é desigualmente territorial, rebate nas experiências e identidades de pertencimento do trabalhador à esfera produtiva e de reprodução na qual estão envolvidos.

Portanto, repõem a questão da plasticidade do trabalho no século XXI a partir do "movimento territorial de classe". Assim, para Thomaz Júnior (2013, p. 12), o movimento territorial de classe da

classe trabalhadora "é, pois, a expressão geográfica da plasticidade do trabalho, conceito, aliás que nos têm permitido entender as (re)existências e (des)realizações das diferentes formas e manifestações dos homens e mulheres que trabalham". Assim, é com este movimento de amplitude das diferentes expressões contraditórias da relação capital-trabalho, que marcam a territorialidade da plasticidade do trabalho.

Deste modo, é na tentativa de compreender essas dinâmicas territoriais do trabalho, as formas de uso do trabalho pelo capital e quem são os sujeitos envolvidos na construção da UHE de Jirau, evidenciando de onde vêm, que práticas espaciais de mobilidade põem em ação para sua reprodução enquanto trabalhadores, que desejos e sonhos os motivam a migrar, que forças os fazem se deslocar para locais distantes de suas origens, seus lares e suas famílias, que voltaremos nossa atenção a partir de agora.

6.2 Mobilidade espacial do trabalho e grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia brasileira - alguns apontamentos

Os mecanismos empregados pelo capital para atrair mão de obra que se destina para construção de UHEs são os mais variados possíveis, a começar pelo aliciamento e agenciamento via gatos, tráfico de trabalhadores, subcontratações precárias à base de péssimas condições laborais e contratuais no circuito dos empreendimentos barrageiros.

Como afirma Thomaz Júnior (2009a, p. 114),

quanto mais intenso o processo de valorização do capital, mais profundas são as consequências para o trabalho e, em decorrência, para a dinâmica do trabalho. Em síntese, as mudanças rotineiras de tarefas e atividades ao longo do ano ou, mais propriamente, a dinâmica geográfica do trabalho [no campo, na cidade e podemos dizer na floresta] e os rearranjos territoriais constantes, expressos na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Com a intensa mobilidade do trabalho o migrante não é somente aquele barrageiro de profissão, mas, sobretudo, homens portadores das mais variadas habilidades laborais que encaram essas grandes obras civis pela primeira vez, partindo da origem como camponeses, ribeirinhos, assalariados rurais, serviços gerais, operários da

construção civil leve e até mesmo imigrantes estrangeiros, como os haitianos¹⁷⁴ para o caso do Complexo Madeira¹⁷⁵.

Esta mobilidade espacial de homens e mulheres que passam a ter suas vidas regidas por práticas precárias e despóticas de controle por parte do capital, obrigando-os às jornadas intensas e desgastantes, com direitos desrespeitados e fortes violações não só trabalhistas, mas também humanas. Isso acaba expressando a destrutividade do capital com o sujeito - "a mercadoria trabalho" -, que representam formas regressivas de acumulação materializada na neobarbárie da degradação e superexploração do trabalho em Jirau.

¹⁷⁴ Em "Relatório Haitianos Brasiléia - Acre" (2013) da Pastoral do Migrante - SPM, CPT - RO (Mimeo), Maria Ozânia relata a migração haitiana para a Amazônia, a partir do Acre (município de Brasiléia, principalmente Assis Brasil) para o estado de Rondônia, município de Porto Velho. A migração iniciou em fevereiro de 2011 com um grupo de 5 pessoas seguido por outro (em março) de 105 pessoas à capital rondoniense, sendo que os fluxos teriam se tornado perenes, seja para a referida cidade, seja como passagem para outras unidades da federação. Até março de 2013 havia registro de 5.550 haitianos com Visto Permanente por Razões Humanitárias (duração de cinco anos). Até a obtenção do visto, os imigrantes são alojados de modo precário, pois assim entram em território nacional pela fronteira do Peru com Brasil, após longa jornada para chegarem ao País, o que pode durar até quatro meses, informa o relatório da SPM. Na visita citada à Brasiléia foram encontrados 508 haitianos - 1) 435 homens; 2) 60 mulheres; 3) 13 crianças; 4) 06 mulheres estavam grávidas - concentrados em um galpão. Dentre os elementos motivadores para a migração, o Relatório destaca a "constância do fator trabalho nesse processo migratório". Assim, "o que de generalidade encontramos é a migração para trabalho e estudos entre os haitianos, o que denota que não vieram apenas para trabalhar, mas também para se profissionalizarem no Brasil". A saga desses imigrantes em sua chegada ao Acre é analisada por Paula (2012).

¹⁷⁵ Enquanto escrevia este capítulo o Jornal Brasil de Fato (Edição 562 - de 5 a 11 de dezembro de 2013) publicou artigo intitulado "Trabalhadores haitianos no Brasil: a nova onda de migração recente", que refere-se ao relato de Geraldo C. Cotinguiba (antropólogo) e Marília Lima Pimentel (linguista), ambos da Universidade Federal de Rondônia, que atuam junto à Pastoral do Migrante de Rondônia, acompanham a situação dos trabalhadores haitianos no Brasil. Apresentam os seguintes dados: "a) 6.519 receberam vistos de Residência Permanente expedidos no Brasil até 17/09/2013; b) 3.500 entraram documentados no país; c) 4.622 vistos permanentes foram outorgados pelo Consulado Brasileiro no Haiti até 8/11/2013; d) 1.060 vistos a título de Reunião Familiar foram outorgados até 8/11/2012 pelo Consulado Brasileiro no Haiti até 8/11/2013; e) 150 a 180 vistos semanais é a capacidade média de emissão de vistos no Consulado Brasileiro no Haiti; f) 10.000 haitianos ou mais estão no Brasil com o visto; g) 5.000 haitianos ainda estão indocumentados e aguardam emissão desse documento; h) 20.000 haitianos no Brasil é a estimativa do SPM". A ida desses imigrantes para o município de Porto Velho está relacionada com a perspectiva de emprego junto às Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. "Porto Velho foi por indicação obtida no Acre com pessoas do governo local, que lhes informou ter emprego nos canteiros de obra das hidrelétricas em construção no Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. [...] Os principais ramos de trabalho são a construção civil para a maioria, a limpeza urbana, alimentação e serviços".

O resultado é a destrutividade do capital que deixa esses trabalhadores a mercê de sua lógica irreformável, como se constata em Jirau. No embate entre capital x trabalho, há também manifestações de luta, resistência e de uma nova ambiência que necessita ser entendida como as Revoltas dos trabalhadores, que se expressaram com intensas paralisações que pipocaram nos canteiros desta UHE em dois anos consecutivos (2011 e 2012), além de ocorrer em outras obras de infraestrutura do PAC, destino privilegiado de trabalhadores pelo território nacional¹⁷⁶.

Como abordamos no Capítulo 1, a partir da década de 1960 intensificaram-se os processos de expansão/desenvolvimento das relações capitalistas na Amazônia Legal, rebatendo especialmente nos mecanismos da luta de classes pela apropriação de territórios e exploração da natureza. Isso se evidencia com as grandes obras de infraestrutura como a de barragens, rodovias de integração nacional, projetos agrícolas e de extração mineral (POLOAMAZONIA), ações que atuam na desestruturação e reestruturação de regiões, territórios e paisagens, além de forte impacto na mobilidade do trabalho.

Assim, tal mobilidade geográfica do trabalho explicita alguns elos da prática barrageira, ou seja, da indústria da construção de UHEs, como por exemplo, o esforço de transformação do formato das relações político-institucionais das construtoras/empreiteiras e concessionárias do grupo ELETROBRAS com as populações local e regional, sendo uma prática o desrespeito aos seus territórios, hábitos, culturas etc.

Outro desmembramento são as grandes mobilizações periódicas de mão de obra para a construção, como identificado para o Complexo Madeira, em torno de 40 mil trabalhadores. Tal fato ocasiona um descontrolado crescimento demográfico local/regional, como os

¹⁷⁶ Como os cortadores de cana-de-açúcar e outros "trabalhadores volantes" que com a mecanização das lavouras como a da cana e o desenvolvimento da economia, esse trabalho manual em parte acabou se dirigindo para outros setores da economia como serviços, construção civil e obras do PAC, que geraram outras oportunidades de trabalho não qualificado que absorve em parte os desempregados e "descartados" pela mecanização no campo nos dias atuais (2013), conforme análise de Maria Aparecida Morais (Entrevista ao programa Globo Rural Reportagem de Ana de La Pria, Priscila Brandão e Vico Iasi. Trabalhadores volantes rodam o Brasil à procura de emprego no campo. Programa Globo Rural, dia 01/12/2013. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/globo-rural/t/especial-de-domingo/v/trabalhadores-volantes-rodam-o-brasil-a-procura-de-emprego-no-campo/2988747/>>. Acesso em: 05/12/2013.

verificados na cidade de Porto Velho e distritos de Jaci-Paraná e Nova Mutum-Paraná, próximos ao canteiro de Jirau, mas também em outros casos como ocorreu, por exemplo, na UHE de Tucuruí.

Neste sentido, a mobilidade espacial do trabalho via migração está vinculada, por exemplo, ao cronograma de construção das obras, tanto na atração (mobilização) como desmobilização. Na fase de mobilização as empresas adotam intensivamente a terceirização, já que para as empreiteiras envolvidas nas obras civis e também de montagem, a contratação por esse mecanismo ocorre a custos mais baixos.

A nosso ver o estudo da mobilidade do trabalho para as grandes obras de geração e transmissão de energia deve focar não só a migração da força de trabalho, mas a precarização do trabalho decorrente da superexploração, conforme veremos de modo mais detalhado nos capítulos 7 e 8.

De tal modo, com a implantação de um empreendimento hidrelétrico constata-se um intenso procedimento de reorganização econômica e do território. Não só pelo fato do empreendimento da UHE se estender por muitos quilômetros em decorrência da barragem, do reservatório, da casa de forças etc., mas devido à desterritorialização que o mesmo gera ao se territorializar, como visto no capítulo 5. Os impactos gerados nos territórios das nações indígenas, populações tradicionais, camponeses, ribeirinhos, extrativistas e demais trabalhadores representam outra face destrutiva dos megaprojetos, sem contar que a desterritorialização destas populações é protagonizada por esses empreendimentos.

Outro fato são os fluxos migratórios de trabalhadores em busca de oportunidades de empregos (formal e informal), e na Amazônia a agenda política também passa a contar com questões relacionadas ao trabalho e ao salário, condições de meio ambiente de trabalho, paralisações, protestos, revoltas seguidas de greves que se inserem nos conflitos regionais, pois o capital aí se recria por meio das mais variadas formas de exploração e degradação do trabalho, tanto por mecanismos regressivos, mas combinados, com a acumulação ampliada.

A UHE de Tucuruí, em 1978/79, teve um efetivo de quase 20 mil homens, e naquele momento contratava-se mensalmente cerca de 2 mil trabalhadores; despedindo-se também em escala significativa, chegou-se a uma dinâmica de modo que, inacreditavelmente, em 2 meses poderia

renovar-se todo o efetivo do canteiro. Esse *turnover* que demonstra a intensa rotatividade dos trabalhadores é fruto das precárias condições de trabalho (SOUZA, 1988, p. 132).

Ainda sobre os fluxos migratórios atrelados aos empreendimentos de UHEs como Tucuruí, esta foi a primeira grande obra do gênero na Amazônia, com expressivo contingente de trabalhadores, de várias regiões do país, ou seja, marcado por intensa mobilidade espacial do trabalho.

Conforme Souza (1990, p. 26),

[...] a maioria provinha principalmente do Nordeste (71,6% N1 [pessoal formado por serventes e braçais] e 49,2% para N2 [pessoal qualificado da construção, pedreiro, carpinteiro, eletricitista] [...] seguido da Região onde se inseria o canteiro (sendo para as categorias mais numerosas N1 e N2 de 17 a 23% respectivamente) não chegando a 12% e 10% o pessoal proveniente das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A construção da UHE acaba determinando a mobilidade do trabalho, principalmente no pico de contratação dos trabalhadores que vai desde o desvio do rio até o fim da concretagem, sendo seguido por um período de desmobilização gradativo dos efetivos de trabalhadores, dos quais a mão de obra subcontratada acaba por tornar-se um "problema local" devido ao não retorno de parte dessa população para seus locais de origem, pressionando assim as demandas por infraestrutura e outros serviços públicos nos locais das construções.

A análise da mobilidade espacial do trabalho permite apreender como esse fluxo migratório "impacta" a população local e regional, onde os empreendimentos barrageiros são instalados. De tal modo, a dinâmica urbana, rural e regional passa a sofrer uma demanda significativa pelos fluxos migratórios que chegam com os projetos hidrelétricos. Estes empreendimentos transformados em territórios do hidronegócio-energético estão voltados às necessidades dos processos de valorização de mercado da força de trabalho, em detrimento das populações locais. Portanto, há à disposição do capital um excedente de trabalhadores, que apesar das condições degradantes nos canteiros de obras, estão à disposição e necessitando ser empregada pelo capital.

A crítica levantada por autores que estudam o tema se resume ao fato de que o poder de planejar e gerir a região sai das mãos do

Estado e passa a ser exercido pelos grandes grupos/consórcios e empreiteiras-construtores. Acrescentamos a isso um processo de "culpabilização" dos trabalhadores migrantes pela falta de infraestrutura (social, urbana, econômica) em atender o significativo fluxo de migrantes que se dirigem para os locais dos empreendimentos.

Assim, tornou-se algo naturalizado ao culpabilizar os trabalhadores que se deslocam e permanecem nos locais onde os empreendimentos hidrelétricos são instalados. São, normalmente, então os principais culpados pelo caos gerado nesses espaços, quando na realidade o que ocorre é que o Estado e o capital, na ânsia de construir e se beneficiarem dos empreendimentos o fazem impondo uma lógica exógena à dinâmica territorial dos lugares. Como prevalece um planejamento às avessas a tais demandas, a primeira impressão (para os desavisados) é de culpabilizar os trabalhadores como os principais responsáveis por todos os problemas sociais e econômicos gerados antes, durante e após as obras. Na verdade, há falta de planejamento, de ações mitigatórias e tomada de decisão pelos grupos e sujeitos atingidos. Ou seja, o Estado, os governos federal, estadual e municipal não levam em conta de fato a resolução dos próprios problemas gerados por essas UHEs, não se permite aos sujeitos atingidos pela falácia do desenvolvimento ser ouvidos, decidirem seus destinos, já que o que se tem é a submissão e pacto de um Estado burguês ao poder econômico e desmandos das grandes empresas.

Cunha (2006, p. 65), em parecer técnico sobre planejamento regional para o "Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para os Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau", demonstra que a história de grandes empreendimentos expõe que houve fluxos migratórios mais significativos do que os planejados, como pode ser visto nos municípios de Foz do Iguaçu (PR), com a UHE de Itaipu e em Altamira (PA) com a UHE de Tucuruí, outros dois casos exemplares. Quanto ao primeiro caso, o de Foz do Iguaçu, Itaipu¹⁷⁷ foi iniciada em 1971, e causou fortes impactos em toda a região do extremo oeste do Paraná, pois passou a ser um forte fator de atração de fluxos

¹⁷⁷ Uma referência para compreender os conflitos frente à instalação da UHE de Itaipu, em decorrência do intenso processo desterritorializante gerado pelo megaempreendimento hidrelétrico é o livro de Guiomar Inez Germani, intitulado "Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu". Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

migratórios, tanto do estado do Paraná como, principalmente, trabalhadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os dados citados pelo autor mostram que o contingente de mão de obra em Itaipu, no ápice de sua construção, foi de cerca de 40 mil trabalhadores (número equivalente ao pico de contratação das UHEs de Santo Antônio e Jirau previsto no EIA/RIMA), o que fez a população municipal saltar de 33.966 habitantes em 1970 para 136.321 em 1980 - fato que gerou grandes transformações na cidade de Foz do Iguaçu, como elevação da demanda por serviços públicos e privados.

O segundo caso é o da UHE de Tucuruí, construída entre os municípios de Tucuruí e Jacundá (PA), no período entre 1975-1984 (1ª etapa) e 1998-2008 (2ª etapa). O primeiro município passou de 25.973 habitantes para 34.518, e entre 1978/80 "no auge da construção", um aumento de 55.531 pessoas no município de Tucuruí em busca de trabalho e acesso à terra, muito acima das expectativas dos analistas na época.

Como assinalado por Cunha (2006), a estimativa, diante do exposto, é que a população de Porto Velho, no mínimo, cresça 25% ao ano, e sem medidas efetivas de "contenção migratória" pode chegar a 35%.

A população da cidade de Porto Velho, em 2007, era de 369.345 habitantes e de 428.527 habitantes em 2010, portanto teve um aumento absoluto de 59.182 habitantes em apenas três anos.

Esse crescimento demográfico demonstra que empreendimentos como as UHEs, como as do Complexo Hidrelétrico Madeira, constituem-se de expressiva mobilidade tanto de capital, mas também de uma mobilidade espacial do trabalho. Para o Complexo Hidrelétrico Madeira, como foco de atração populacional, há uma certa controvérsia entre o uso que o capital faria da mão de obra local, como sendo prioritária a ser empregada nas UHEs, em detrimento de uma mão de obra de outros estados da federação, em especial para a construção civil, incluindo aí os trabalhadores com histórico de migração nessas obras como os chamados "barrageiros".

A capacidade de atração de força de trabalho no caso em apreço soma-se ao histórico de migração que o estado de Rondônia tem em atrair população, como o ocorrido a partir da década de 1970 com os projetos oficiais de colonização. Estaria em questão a partir da divulgação das obras das duas UHEs uma atração prioritária em busca

de emprego nos empreendimentos hidrelétricos. Isso volta-se para a disponibilidade de uma sobrepopulação que ultrapassa a capacidade dos consórcios em empregar nas obras e atividades correlatas para a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, assim como para os empreendimentos das linhas de transmissão e das subestações necessárias para escoar a energia hidrelétrica gerada.

Pela racionalidade capitalista, quanto mais trabalhadores à disposição melhor, pois assim não há uma restrição de mão de obra e, conseqüentemente, existe toda uma potencialidade de uso dessa força de trabalho para reduzir salários e manter um controle mais efetivo sobre os empregados.

Estima-se uma mobilidade espacial do trabalho para o município de Porto Velho superior à capacidade de empregabilidade que as empresas terão, além da própria capacidade de infraestrutura socioeconômica disponível na cidade e nos distritos, como Jaci-Paraná e Nova Mutum-Paraná, o que viria acompanhado da preocupação do caos a ser gerado com essa sobrepopulação. Repete-se o mecanismo de culpabilizar os trabalhadores pelos problemas socioeconômicos como sendo decorrentes exclusivamente pelo aumento populacional, e não pela forma como as UHEs foram postas ao território, sem que tais localidades fossem preparadas em termos de infraestrutura urbana, de transporte, habitação, saneamento básico, saúde, educação, segurança para dar conta de atender, além da população local, os fluxos de trabalhadores que se dirigem para obras com esse porte. Em suma, governos omissos frente aos interesses das mais variadas frações da burguesia que se beneficia dessas UHEs, mas principalmente condição para que o capital (trans)nacional da indústria de produção de energia hidrelétrica tenha à sua disposição uma força de trabalho disponível e apta a ser renovada frente às suas demandas de acumulação.

Isso se agrava quando a região Norte está entre os destinos dos fluxos migratórios no território nacional, tendo um crescimento superior à média nacional, e "os estados que mais cresceram foram Amapá (5,74% a.a.), Roraima (4,57% a.a.), Amazonas (3,43% a.a.), Acre (3,29% a.a.)", por ofertarem novas oportunidades de emprego e renda. Outro dado que chama a atenção diz respeito ao fato de que a migração para a região Norte não atrai migrantes, especialmente, para a área rural, mas sim urbana, já que na década de 1990 os municípios nessa

região que mais cresceram foram Buritis (RO), 29,09%; Campo Novo (RO), 23,20%; Sapezal (MT), 21,54%; Palmas (TO), 21,34%; Confresa (MT), 20,84% (CUNHA, 2006, p.62). Outra constatação é que tais cidades não têm, juntas ao seu crescimento demográfico, uma melhoria de infraestrutura urbana, de serviços públicos para atender à população, pois estas "incham" pela pressão populacional e falta atuação do poder público em áreas como saúde, saneamento, habitação etc.

Nesse cenário, Cunha (2006, p. 65) enquadra cidades do estado de Rondônia e, o próprio município de Porto Velho, em especial, que historicamente tem sido destino de importantes fluxos migratórios, tanto na escala estadual como nacional de populações em busca de trabalho e terra.

Em Rondônia, Porto Velho, que continua ainda a ser uma cidade dinâmica, em parte por novos investimentos e em parte pela localização do aparato estatal continuou sendo um repositório natural tanto de fluxos de migrantes externos como internos, daí que, apesar da diminuição de seu crescimento, ainda recebe uma significativa população flutuante que aumenta sua necessidade de serviços e incide de forma negativa sobre os índices de saúde e violência, principalmente. (CUNHA, 2006, p. 62).

Sem aprofundar no histórico da migração para Porto Velho, o EIA (2004) da UHE de Jirau demonstra que tanto o estado de Rondônia quanto o município de Porto Velho sofreram transformações intensas nos últimos 30 anos. Fato importante, pois mesmo o município tendo sofrido vários desmembramentos, sua população no período quadruplicou e a do estado aumentou 12 vezes, saltando de 111 mil em 1970 para 1,3 milhão em 2000 (EIA, 2004, p. 17). Já o aumento populacional da cidade de Porto Velho, conforme dados do IBGE¹⁷⁸, pode ser verificado entre os anos de 1991, quando era de 287 mil habitantes, e em 1996, 292 mil, aumentando em 2007 para 369 mil e para 428 mil em 2010, o que representou um aumento percentual de 1,7% entre 1991-1996, 12,6% entre 1996-2000, de 9,4% entre 2000-2007, e o maior pico, de 13,7%, no período de 2007-2010, sendo que a estimativa foi de um aumento percentual de 1,6% entre 2010-2011, passando de 428 mil para 435 mil habitantes.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 19/06/2012.

Ainda segundo dados gerais da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE¹⁷⁹), da população total residente, de 428.527 habitantes, 245 mil é natural do município e 183 mil não são naturais de Porto Velho. Em relação ao estado de Rondônia, 155 mil não é natural da unidade da federação. Deste universo de pessoas não naturais da unidade da federação, 16 mil tinham um tempo de menos de um ano ininterrupto de residência no estado; 20,5 mil, de um a dois anos; 11 mil de três a cinco anos; 12,8 mil, de seis a nove anos e 94 mil de dez a mais anos.

Qual a relação dessa migração com o início das obras nas usinas do rio Madeira? Essa questão necessita ser devidamente entendida, mas se tomarmos o histórico dos empreendimentos hidrelétricos, constatamos que em nove anos a população não residente de Porto Velho teve um aumento de 60 mil pessoas, ou seja, um crescimento de 38,7%. Esse período que pode ser compreendido entre 2002, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publica o despacho que aprova o Estudo de Inventário do Rio Madeira, tanto para os AHEs de Jirau como Santo Antônio, a 2009, com a emissão pelo IBAMA da Licença de Instalação que autoriza a implantação do canteiro do AHE de Jirau. Em 2011 aprova-se a ampliação da capacidade de Jirau, passando de 44 para 50 unidades geradoras (3.750 MW), como já enfocado.

Só em 2008, quando foi emitida a Licença de Instalação do canteiro de obras, constata-se um aumento populacional de 20,5 mil pessoas, o que mostra o forte incremento populacional no município em decorrência dos empreendimentos hidrelétricos. Esse fluxo migratório necessariamente não ocorre somente com a força de trabalho absorvida diretamente com as UHEs de Jirau e Santo Antônio, pois as notícias dos empreendimentos hidrelétricos já permitem uma atração de pessoas e capitais em busca de trabalho, renda e lucro.

Segundo o EIA do AHE de Jirau, em seu Programa de Reorganização das Atividades Econômicas e Socioculturais (EIA, 2004, p. 97):

Mesmo antes do início da fase de construção do aproveitamento, marcada pela mobilização da mão-de-obra pelas empresas construtoras, **a expectativa da implantação do empreendimento, em virtude da previsão de dinamização da economia local, provoca a atração, para a região, de**

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 19/06/2012.

peças interessadas no desenvolvimento de atividades direta ou indiretamente ligadas à execução das obras de engenharia. Esta atração de população, se por um lado é traduzida em efeitos positivos, como o aumento da demanda por mercadorias, geração de ocupação e renda para a população local, aumenta a pressão sobre o mercado imobiliário (com elevação dos aluguéis) e sobre a oferta de serviços básicos à população, entre eles o atendimento à saúde, educação e saneamento (grifo nosso).

Já quanto à mobilização da mão de obra, compreendida pelas ações das várias empresas contratadas para a execução da obra, visando o recrutamento de trabalhadores, esta ocorre em duas formas, tanto pela migração de trabalhadores especializados que fazem parte do quadro de pessoal das empresas, como a segunda que refere-se à contratação de trabalhadores temporários, residentes ou não na região (EIA, 2004, p. 36-37).

Deste modo, o EIA do AHE de Jirau previa o emprego de

um contingente estimado de 7.000 trabalhadores - em média - durante a construção, chegando a 10.000 no pico da obra, sendo que parte significativa desse contingente deveria ser de mão-de-obra local, excetuando-se o pessoal técnico e administrativo especializado necessário para a construção da barragem (EIA, 2004, p. 97, grifo nosso).

Embora se previsse mão de obra local e com contingente de 10 mil no pico, a disputa entre Jirau e Santo Antônio já indicava que **"grande parte dos trabalhadores será [seria] arrematada em outras regiões do país, podendo-se supor que alguns deles virão [viriam] acompanhados de familiares"**, além de que se previa que a esse contingente se associaria uma população imigrante atraída pelas oportunidades de trabalho e renda (EIA, 2004, p. 37, grifo nosso). Além disso, a demanda de trabalhadores no pico da obra ficou muito acima do esperado, como já dito, chegando só em Jirau em torno de 25 mil¹⁸⁰.

Como a área afetada pela UHE de Jirau encontra-se no município de Porto Velho, sendo a cidade e os núcleos urbanos dos distritos de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná os mais próximos do canteiro de obras, no EIA planejava-se a contratação direta de cerca de 10 mil trabalhadores, sendo que destes, em torno de 500, em função de sua longa permanência

¹⁸⁰ Conforme estimativas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (STICCERO).

no trabalho de implantação do empreendimento, seriam alojados, junto às suas famílias, na sede do distrito de Jaci-Paraná (EIA, 2004, p. 97).

Em parecer sobre o "Papel do Município de Porto Velho frente aos Impactos Urbanos e o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira", os consultores Nelson Saule Júnior, Patrícia de Menezes Cardoso e Laila Mourad, do Instituto Pólis (SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006), analisaram a mobilização e desmobilização de mão de obra nas diferentes fases desses empreendimentos hidrelétricos. Caracterizaram-na em três fases: a) **planejamento e projeto**; b) **construção dos empreendimentos**; c) **enchimento dos reservatórios e operação**.

Na primeira fase de planejamento e elaboração do projeto há a mobilização inicial de mão de obra qualificada pela contratação de equipe técnica multidisciplinar para o desenvolvimento dos estudos de engenharia e meio ambiente, mas que em termos de impactos são menores que na fase de construção dos empreendimentos.

A fase dois é considerada de maior impacto sobre a região que recebe os empreendimentos. Esta fase engloba três conjuntos de ações, que são: a) mobilização da mão de obra para implantação dos empreendimentos; b) abrange as várias construções como acessos aos canteiros, barragens, equipamentos, residências em Jaci-Paraná para a implantação da UHE de Jirau e transferência da sede do distrito de Mutum-Paraná para Nova Mutum-Paraná; c) abrange questões sobre as desmobilizações de mão de obra, quando da fase final de implantação dos empreendimentos.

Conforme o parecer citado (SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006), a fase de mobilização de mão de obra inclui todas as atividades do empreendedor, "visando a seleção, contratação e manutenção em atividade de um contingente de pessoas que exercem todas as funções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos referentes à implantação dos empreendimentos", a exemplo: construção das infraestruturas de apoio como vias de acessos, residências, alojamentos, oficinas de manutenção de máquinas, escritórios, refeitórios, bem como outras unidades dos canteiros de obras, além da implantação das barragens, montagem de equipamentos e outras obras necessárias à operação das UHEs.

Saule Júnior, Cardoso e Mourad (2006), tomam como base as informações do Tomo C, do EIA, o qual apresenta a duração da ocupação do contingente de trabalhadores de ambas as UHEs (Jirau e Santo Antônio), dividindo a mão de obra em permanente e temporária.

A mobilização prevista de mão de obra temporária e permanente em cada um dos AHEs do rio Madeira, conforme o tempo de duração das obras, encontra-se no Parecer citados (SAULE JÚNIOR, CARDOSO E MOURAD) (GRÁFICO 06).

GRÁFICO 06: Mobilização de mão de obra nas UHEs de Jirau e Santo Antônio



Fonte: EIA, 2004 (Reprodução do Tomo C do EIA).

Ainda conforme o mesmo documento, a mão de obra permanente, constituída de trabalhadores, em sua maioria pertencente ao quadro de funcionários das empresas construtoras, mantém-se estável a maior parte da construção, envolvendo cerca de 1.500 trabalhadores, são transferidos de uma obra para outra, deslocando-se inclusive com suas famílias para núcleos próximos ao local da obra. Destacam-se nesse quadro os setores administrativo, financeiro, de manutenção, gerência e coordenação dos trabalhos, cargos e funções de mão de obra de menor remuneração comparada à mão de obra temporária.

O maior contingente de trabalhadores é formado pela mão de obra temporária, pois no intervalo de 1 a 82 meses das construções foi previsto por FURNAS e Odebrecht, na elaboração do EIA, um contingente de 20.199 pessoas em cada empreendimento, o que ocorre no 31º mês, considerado o mês-pico de mobilização de mão de obra, ou seja, mais

de 40 mil trabalhadores nas duas UHEs. Em seguida há uma redução em torno de 1.500 trabalhadores no 50º mês, fechando no 77º com a desmobilização completa dos trabalhadores temporários (SAULE JÚNIOR, CARDOSO E MOURAD, 2006, p. 23).

Aqui vale lembrar como FURNAS e Odebrecht, por meio do EIA, previram contingentes de pico de mão de obra díspares, aumentando ainda mais os impactos do forte fluxo de migrantes para o município de Porto Velho. Essa mão de obra temporária é composta de operários com menores níveis de qualificação, como auxiliares de pedreiros, armadores, carpinteiros e, conseqüentemente, com menores remunerações, além de técnicos especializados na operação e manutenção de máquinas e equipamentos. Nesta fase, conforme verificado no início desta seção, no caso da UHE de Tucuruí, estudado por Tude de Souza (1990), a composição dessa mão de obra depende do cronograma da obra, seja na fase de implantação da infraestrutura de apoio até a fase civil como concretagem, construção das casas de força, barragens, montagem de equipamentos etc.

Sobre a fase de mobilização desses trabalhadores Saule Júnior, Cardoso e Mourad (2006, p. 22, grifo no original) apontam que: **"A mão-de-obra que não exige graus tão elevados de qualificação poderá ser contratada no local de execução da obra, sendo procedente de áreas rurais e urbanas mais próximas ao centro de recrutamento de pessoal"**.

Em suma, o parecer apresenta uma síntese sobre a fase de mobilização de mão de obra nos empreendimentos hidrelétricos do rio Madeira, sendo que:

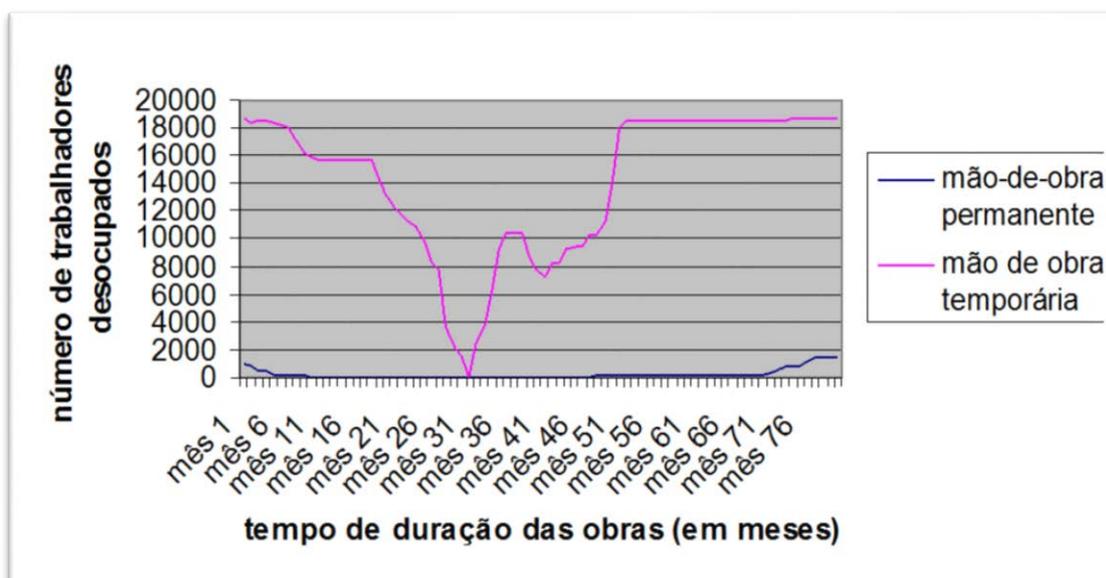
- **Verifica-se que durante a construção do empreendimento apenas a mão-de-obra permanente mantém-se estável garantindo vínculo empregatício para cerca de 1.500 trabalhadores. No entanto, como o próprio EIA explica, estas funções, de maior qualificação e remuneração são preenchidas pelo quadro de funcionários das empresas construtoras.**
- **Entre o primeiro e o terceiro ano de construção há contratação em larga escala de cerca de 15.000 trabalhadores, gerando a expansão da população e da pressão sobre a cidade de Porto Velho (SAULE JÚNIOR, CARDOSO E MOURAD, 2006, p. 23, grifo no original).**

Quanto ao processo de desmobilização de mão de obra nos AHEs do rio Madeira, o documento citado demonstra que esta ação produz uma alteração na dinâmica demográfica tendo em vista que o número de

demissões é maior que o de admissões, fato que gera a queda no fluxo migratório de atração de pessoas para a região e aumento do número daqueles que deixarão Porto Velho e Jaci-Paraná à procura de novas oportunidades. “O grande risco desta etapa é o desemprego em larga escala, a diminuição da renda e a sobrecarga da população desocupada que não sai de Porto Velho, mas ali se instala sobrecarregando a rede de infra-estrutura e serviços urbanos” (SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006, p. 25).

Se o pico de 20 mil trabalhadores na construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, que duraria apenas 1 mês dos 82 meses da obra (previsão inicial), ao término desse período tem-se a desocupação do mesmo contingente a partir do 56º mês¹⁸¹, o que demonstra a brutal desmobilização de operários (GRÁFICO 07).

GRÁFICO 07: Desmobilização de mão de obra nas UHEs de Jirau e Santo Antônio



Fonte: EIA, 2004 (Reprodução do Tomo C do EIA).

¹⁸¹ A metodologia utilizada pelos consultores, conforme parecer (2006, p. 24) foi a seguinte: “Para viabilizarmos graficamente o conceito da desmobilização de mão-de-obra invertemos os dados constantes no gráfico de mobilização de mão-de-obra do EIA, isto é, tomamos a referência máxima de mobilização de mão-de-obra que chega a 20.200 admissões no mês 31 e descontamos o grau de ocupação constantes nos demais meses, chegando, portanto, as taxas de desocupação de cada mês”.

Portanto, o parecer técnico de Saule Júnior, Cardoso e Mourad (2006) destaca que na análise do EIA as demissões ocorrem a partir do pico da ocupação em larga escala, e que entre os meses 31 e 37 já se previa a demissão de mais de 10 mil trabalhadores em apenas seis meses, e mais de 12 mil no período de um ano, entre os meses 40 e 52. Além disso, **“considerando que 70% (estimativa do EIA) da mão de obra temporária seja da cidade de Porto Velho, o maior índice de ocupação local seria de 13.000 portovelhenses ocupados durante 1 mês”**. Por fim, **“durante metade do período das obras (cerca de 40 meses), 18.700 trabalhadores temporários ficariam desocupados”** (SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006, p. 23, grifos no original)

Outro aspecto apresentado pelo parecer (SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006, p. 24) que merece atenção refere-se ao fato de que **“a mão-de-obra temporária não (sic) configura relação de emprego (com direitos trabalhistas) e é extremamente flutuante, sendo que o ‘pico’ de cerca de 18.700 trabalhadores ocupados por empreendimento dura - APENAS 1 MÊS”** (grifo no original).

Por fim, a terceira fase de mobilização e/ou desmobilização de mão de obra dos empreendimentos hidrelétricos é a de enchimento dos reservatórios e a operação das UHEs, sendo que nesta fase o EIA (apud SAULE JÚNIOR, CARDOSO e MOURAD, 2006, p. 26), demonstra que o enchimento do reservatório duraria 5 meses e após tal fase, na operação e manutenção das UHEs de Jirau e Santo Antônio “permaneceriam apenas 23 trabalhadores por empreendimento, segundo o EIA”. No mínimo algo desconexo e estranho para as UHEs com a dimensão de Jirau e Santo Antônio.

Quando colocamos em foco a problemática da mobilidade espacial do trabalho atrelada às UHEs de Jirau e Santo Antônio, evidencia-se que o EIA/RIMA não dão conta de prever a contento e de modo seguro, qual a demanda efetiva de população que o município de Porto Velho receberá com os empreendimentos hidrelétricos. As estimativas ficam ainda mais frágeis quando se leva em consideração que o próprio estado de Rondônia tem em sua formação socioespacial a migração como elemento importante para a produção do espaço desta unidade da federação. Mas nada comparado com a atração populacional desencadeada pelas usinas do rio Madeira em construção em um curto período de tempo.

Se o diagnóstico é falho, pois como planejamento não dá conta das múltiplas variáveis e dimensões da migração, o prognóstico feito às pressas e visando interesses econômicos dos grandes grupos e empresas envolvidas nos empreendimentos de construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio - que tem a redução de custos a meta chave - torna a situação ainda mais dramática. Portanto, os impactos serão/estão sendo muito maiores e intensos do que se previu, bem como das ações mitigadoras podem resolver.

Como já indicado, os fatores são de diversas ordens, mas dois deles merecem destaque, embora um deles já indicamos anteriormente, que se refere à "culpabilização" dos trabalhadores pelos problemas socioeconômicos gerados em Porto Velho, como sendo culpados diretos do aumento populacional. Assim, a falácia do discurso do desenvolvimento com as UHEs, que tenta fazer das mesmas polos de desenvolvimento, geradores de empregos e como a grande chance para muitos trabalhadores melhorarem de vida, na realidade é um engodo, e tem como meta ter uma força de trabalho disponível (inclusive excedente), "dócil/amedrontada" e à disposição para ser explorada nos canteiros de obras, na supressão vegetal ou em qualquer atividade vinculada às UHEs.

Claro que isso não exclui os problemas reais advindos com essa sobrepopulação para o município em questão, tanto de ordem rural, urbana, social e cultural que não está apto a recebê-la e inclui-la em tão curto período de tempo. Os espaços regional, municipal - espaço urbano e rural - não foram preparados para acomodar os migrantes, permitir sua reprodução, tanto no âmbito do emprego nas obras das usinas, mas também em sua reprodução cotidiana.

Prostituição, exploração infantil, aumento do uso de drogas, violência, caos urbano de infraestrutura e mobilidade, falta de saneamento, educação, saúde, especulação imobiliária, inflação nos preços de hotéis, por exemplo, são expressões do paradoxo do desenvolvimento contraditório do capital materializado no local, mas certamente não resolvidos em poucos anos e com as mitigações propostas. Essa foi uma das considerações constatadas em relatos na Audiência Pública "Violação dos direitos humanos trabalhistas nas usinas do Rio

Madeira" promovida pelo MPT-RO e Pastoral do Migrante de Rondônia, na cidade de Porto Velho, no dia 30/03/2012¹⁸².

Como resolver essas contradições do desenvolvimento capitalista materializado no local devido à mobilidade do capital e do trabalho? Para essa questão a primeira constatação é a de que não se resolve, já que são elementos materiais da contradição intrínseca do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que tomam expressões fenomênicas na mesma intensidade que essas grandes obras são realizadas. Ali, podemos dizer, condensam-se em uma única escala espaço-tempo vários mecanismos de produção e reprodução do capital, como a reprodução de relações regressivas do capital em seu processo atual de acumulação ampliada. Assim, sobrepopulação disponível ao capital é o ponto de interesse para as empresas que têm à disposição uma força de trabalho pronta para uso e sob condições que podem ser enquadradas em mecanismos de uma acumulação primitiva, reativada no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, em especial na fração territorial em questão.

Mas, no plano político e do verniz manipulatório, a estratégia usada pelo poder público e empresas vai das políticas de compensação ambiental, por exemplo, até chegarem à barbárie, o que estou entendendo nessa tese, no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", como neobarbárie. Prisões, mortes, aumento da violência de todos matizes nos distritos de Jaci-Paraná, Nova Mutum-Paraná e na própria capital do estado, a cidade de Porto Velho, habita o cotidiano dos trabalhadores.

Cunha (2006), debatendo o aspecto que tange aos impactos da migração, destaca algumas preocupações devido ao intenso fluxo de trabalhadores buscando "melhores salários, de uma contratação permanente", mesmo "que não dê certo de ganhar muito dinheiro".

Assim:

Para novos contratados, num tempo em que não se tem emprego, de qualquer forma é um meio de criar umas

¹⁸² Cunha (2006) também destaca como impactos sociais previsíveis os seguintes: elevação do preço da terra e dos imóveis; pressão sobre a estrutura urbana e seus serviços; desestruturação de comunidades já estabelecidas; aumento exponencial de/e surgimento de novas localidades; aumento da prostituição e da violência; e problemas de ajustamento local/migrante.

economias especialmente para os que deixam as famílias e pretendem morar em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino. Muitos não ganham o que irão ganhar por, pelo menos, seis meses há muito tempo. **A questão como sempre é quais serão os resultados finais. Nem sempre o que planejam acaba acontecendo. A história passada mostra que, em geral, muitos ficam e que nem sempre voltam com o que pensavam voltar.** Um resultado, no entanto é concreto: **a cidade vai ter que dar acolhida a essas pessoas e, pelo menos, durante sua estadia oferecer o mínimo possível de equipamentos e, também, quando for o caso, pensar na sua partida.** (CUNHA, 2006, p. 64, grifos nossos).

É nesse contexto da busca por emprego, salários melhores, que os fluxos migratórios são ampliados. Em parecer técnico o IBAMA já indicava a possibilidade de só Jirau atrair 59 mil pessoas para a região, diante da geração de empregos previstos de que “no pico de obra deveria ser criados cerca de 23.460 empregos entre diretos e indiretos”. Isso somado a Santo Antônio com uma atração estimada de 37 mil pessoas, seriam 96 mil pessoas, em poucos anos chegando no município de Porto Velho. Ou seja, uma expansão demográfica de grande magnitude!

A medida sugerida por Cunha (2006) seriam, então, formas de contenção migratória que iriam contra os enunciados de políticos, não só de Porto Velho, mas também do estado vizinho, Acre, e do próprio governo federal que propagam as “usinas [do Madeira] como geradoras de emprego e renda e como meio de legitimação” política e de poder regional/local¹⁸³.

Mas de que medidas de contenção dos migrantes se chegou a falar?

a) Campanhas de esclarecimentos sobre as oportunidades reais (frente às promessas) como: o perfil para empregar, da preferência por trabalhadores já vinculados às empresas construtoras e mão de obra local;

b) Trabalho de conscientização e “desestímulo nas áreas que devem ser identificadas como de maior possibilidade de expulsão de

¹⁸³ Para Cunha (2006, p. 67): “Ninguém deseja ferir o direito de ir e vir das pessoas, porém, dentro de uma perspectiva de mitigar e resolver problemas de um projeto não há como não se pensar que uma forma de melhoria do bem-estar das pessoas é impedir que venham, aventureiramente, para Porto Velho para depois se transformar num problema de criminalidade e/ou assistencialismo cujas estruturas, como se constata, não conseguem resolver os problemas já existentes”.

mão-de-obra”, ou seja, atual junto aos locais fornecedores de trabalhadores para a migração - os principais locais de origem;

c) A proposta mais severa inclui “posto de triagem em Vilhena. A revista em uma entrevista pode representar uma grande humilhação para muitas pessoas e um desestímulo”. Pode-se submeter o migrante também a “passar por exame médico e sanitário e até mesmo ficar numa ‘quarentena’ até poder entrar no Estado”.

Devido a não ação efetiva do Estado na mitigação dos impactos gerados pelo aumento populacional desenfreado junto a tais obras impostas aos lugares, e quando incluímos a incapacidade do Estado frente à pressão e poderio econômico das grandes empresas quando se ausentam de suas responsabilidades na execução de empreendimentos como Jirau e Santo Antônio, fica latente a ausência de propostas efetivas de mitigação e planejamento que deem conta de atender a complexidade de tais projetos hidrelétricos. Assim sendo, busca-se privar o cidadão do direito à mobilidade, quando este não tem o direito de ser atendido nos aspectos socioeconômicos nas localidades de atração, como as de grandes obras tocadas com recursos públicos, que têm intrinsecamente a capacidade de atrair população trabalhadora em busca de melhores condições de vida.

Faz-se frente a isso a pressão contra o trabalhador, com ações que embora não tenham sido levadas à frente (que tenham conhecimento) de barrar o livre acesso de homens e mulheres pelo território, a “sugestão” de transformar em mecanismo de controle do migrante (à “xenofobia”) de fazê-lo passar por humilhação, de colocá-los em “quarentena”¹⁸⁴, para desestimular um fluxo migratório “indesejado” (CUNHA, 2006).

O segundo ponto articula-se à ideia anteriormente exposta¹⁸⁵, é retomado para indicar que mesmo como condição para liberar a LI os programas de mitigação apresentados foram falhos. Apesar disso, as

¹⁸⁴ “São medidas que podem até parecer severas, porém são eficazes quando há ameaça de aumentar um fluxo migratório indesejado de pessoas em geral sem meios para enfrentar um tempo mais longo de espera. Em último caso, como já foi feito em outros lugares, é possível até mesmo se arcar com a passagem de volta, se constatado que a pessoa não terá condições de se manter” (CUNHA, 2006, p. 68).

¹⁸⁵ Embora já tenhamos tratado no Capítulo 3, sobre ações de mitigação frente aos impactos ambientais das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

obras foram liberadas e as UHEs já estão operando, ainda que parcialmente, após as Licenças de Operação emitidas pelo IBAMA.

A Nota Técnica n°. 015/2009 do IBAMA (BRASIL - IBAMA, 2009), avalia o "Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho", referente ao "Programa de Compensação Social", que foi proposta para a obtenção da Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica de Jirau - o programa deve compor conjunto de ações para mitigar os impactos causados à população pela instalação da UHE. Nesta NT, o analista Rodrigo Herles dos Santos, conclui que:

- a) A proposta apresentada pela ESBR pode ser considerada insuficiente para atender os impactos sociais previstos no EIA/RIMA;
- b) A ESBR não atendeu a condicionante 2.23 da LP 251/2007 '*apresentar programas e projetos que compatibilizem a oferta e a demanda de serviços públicos, considerando a variação populacional decorrente da implantação dos empreendimentos. Os programas e projetos deverão ser aprovados pelos governos de Rondônia e Porto Velho*';
- c) A proposta ora analisada não contemplou adequadamente o distrito de Jaci Paraná e a sede do município de Porto Velho;
- d) Não foram identificadas na proposta da ESBR, ações que contemplem as áreas de: (i) transporte; (ii) mobilidade urbana; (iii) oferta de água; (iv) saneamento básico; (v) lazer e cultura; (vi) infra-estrutura urbana (asfalto) e (vii) implantação de programa de moradias (BRASIL-IBAMA, Nota Técnica n°. 15/2009, p. 4).

Em suma, fica evidente que no processo de mobilidade do trabalho para atender a necessidade de mão de obra nas UHEs de Jirau e Santo Antônio, esta atração foi uma estratégia usada pelos governos em diferentes níveis para além de empregar mão de obra local (oficialmente dito como foco), atraiu também homens e mulheres de todo o território nacional para a região.

Detalharemos na análise que segue essa mobilidade do trabalho para as UHEs de Jirau e Santo Antônio.

6.3 A migração do trabalho para a UHE de Jirau e os desafios postos

Com os trabalhos de campo e a realização das entrevistas¹⁸⁶, pode-se apresentar a análise sobre o papel desses grandes

¹⁸⁶ Junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia), Ministério Público do Trabalho (MPT), com o presidente e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da

empreendimentos hidroenergéticos na migração de trabalhadores para a Amazônia brasileira. O enfoque passa a ser o entendimento da mobilidade do trabalho atrelada à dinâmica territorial do capital e as formas de arregimentação que as empresas e consórcios se utilizam em busca de mão de obra para construir as UHEs.

Assim, o que motivou de fato a ida de homens e mulheres para Porto Velho para trabalharem nas UHEs de Jirau e Santo Antônio? Melhores salários, emprego com carteira assinada? De onde são e por que migram esses trabalhadores? É sobre tal enfoque da mobilidade espacial do trabalho para as hidrelétricas do Complexo Hidrelétrico Madeira, em especial a UHE de Jirau, que pretendemos apreender a dinâmica espacial do trabalho, que em termos gerais tem nas obras do PAC, incluindo as UHEs na Amazônia, um dos destinos prioritários.

O EIA/RIMA (2004, p. 20) apresenta a perspectiva de que a mão de obra prevista para as obras realizadas em sete anos (2009-2016) seria em média de 26 mil trabalhadores nas duas Usinas (só Jirau teve pico de 25 mil), mas que nas fases de pico das obras poderia chegar a 40 mil. Certamente isso gera uma pressão sobre o mercado de trabalho no estado de Rondônia e também nos circuitos formais e informais de arregimentação de mão de obra para a Amazônia Sul Ocidental, tendo em um primeiro momento Jirau e Santo Antônio como foco, e posteriormente, a UHE de Belo Monte também sendo um importante destino migratório na Amazônia.

A título de exemplo dessa dinâmica espacial do trabalho, a UHE de Belo Monte é juntamente com Jirau e Santo Antônio o principal destino da migração para grandes obras de UHEs na Amazônia na atualidade (dezembro de 2013). E os discursos dos consórcios construtores são os mesmos que pairam nas UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira, ou seja: "A prioridade é para o pessoal da região. Estamos qualificando carpinteiros, pedreiros, armadores, operadores de máquinas", declara, em reportagem¹⁸⁷, Marco Túlio Pinto, diretor de construção do Consórcio Construtor Belo Monte (contratado pela Norte

Construção Civil de Rondônia (STICCERO), com a coordenação da Pastoral do Migrante de Rondônia e trabalhadores das usinas de Jirau e Santo Antônio.

¹⁸⁷ Obra da usina de Belo Monte atrai trabalhadores de todo o país. **Portal G1. Economia.** 25/08/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/obra-da-usina-de-belo-monte-atrai-trabalhadores-de-todo-o-pais.html>>. Acesso em: 10/05/2013.

Energia para executar a obra). Só nos três alojamentos¹⁸⁸ previstos para Belo Monte há capacidade para acomodar 20 mil trabalhadores, segundo matéria citada.

No entanto, o fluxo migratório é intenso¹⁸⁹. Em termos populacionais a 3ª maior UHE do mundo acarretará mudanças inimagináveis, como já está ocorrendo no Complexo Madeira. Com o anúncio das obras o município de Altamira já teria recebido até 2011 cerca de 20 mil pessoas, para uma população residente em torno de 100 mil habitantes, e a partir no pico da construção (2013) da UHE, a estimativa do consórcio construtor de Belo Monte é de receber cerca de 19 mil barrageiros. Como esses trabalhadores não veem sozinho, mas com família, além de outros funcionários das empresas subcontratadas, mais comerciantes e todo o universo de população que uma obra desse porte atrai, a estimativa do poder público é "que a cidade pode ganhar mais de 80 mil habitantes no auge da obra", ou seja, quase dobrar sua população! (RIBEIRO, 2013).

Com o intenso fluxo migratório, o despreparo do poder público e das empresas quanto ao planejamento adequado para construir tais obras, há nesses territórios um paralelo de um mundo considerado "legal" coexistindo com o "mundo ilegal". Exploração da prostituição¹⁹⁰, pois "os responsáveis pelo lazer chegam primeiro" nessas obras, aumento da criminalidade e de assassinatos¹⁹¹, epidemia de drogas com o *crack* e o *óxi* (ambos destrutivos ao ser humano), são elementos que tomam dimensão de primeiro plano junto à mobilidade do trabalho e populacional. Outro impacto é na migração gerada pelos desterritorializados com as obras, os "atingidos", que no caso de Belo Monte as estimativas mais otimistas indicam 7.900 imóveis rurais e urbanos (RIBEIRO, 2013).

¹⁸⁸ Em Tucuruí, Tude de Souza (1990) mostra que o recebimento do grande contingente de trabalhadores acaba por dar-se alojados no próprio canteiro das obras, e em outros casos com vínculos contratuais mais precários, como "os peões de trecho", os quais vivem em condições ainda mais difíceis em alojamentos, em distritos ou sedes municipais.

¹⁸⁹ A migração para Belo Monte também é abordada em reportagem da Revista Época, de 09/07/2011, intitulada "Os nômades de Belo Monte" (RIBEIRO, 2013).

¹⁹⁰ Allegrini (2013) aborda o tema para a UHE de Belo Monte, mostrando uma rede de relações de exploração da prostituição e violência infantil que surgem com as grandes obras das UHEs, como visto em Jirau e Santo Antônio.

¹⁹¹ Para Altamira, entre 2010 e 2011, os Boletins de Ocorrência tiveram aumento de 33% - 1.960 casos para 2.614.

Mapear a mobilidade espacial do trabalho para essas grandes obras não é uma tarefa fácil, seja pela forma como as informações são consideradas restritas às empresas, que em muitos casos nem elas mesmas as têm sistematizadas, ou se têm não as divulgam¹⁹². Para o caso das UHEs do Complexo Madeira esses dados não estão disponíveis nos *sites* dos consórcios construtores. Portanto, agentes públicos, sindicatos, entidades que atuam junto aos trabalhadores não têm dados oficiais e seguros de onde vêm os trabalhadores, o fluxo de cada município, estado ou região. Há dados sobre o número de trabalhadores empregados, mas uma estratificação desses para a análise não foi possível até o momento.

O Consórcio ESBR dá destaque para a quantidade de concreto, movimentação de rochas, equipamentos técnicos empregados na estrutura da UHE de Jirau, mas quanto ao trabalho, as informações são mínimas: "em 60 meses de trabalho, gerando mais de 12 mil empregos diretos e 30 mil indiretos. Importante: com amplo aproveitamento da mão-de-obra local"; a mobilidade espacial do trabalho assim se resume. Ou seja, informação vaga, sem precisar a origem dos trabalhadores e em que condições esses se deslocam para os canteiros de Jirau.

No *site* do consórcio Santo Antônio Energia também não tem nenhuma referência à geração de trabalho com a construção da UHE. Em uma nota, intitulada "Mais profissionais locais para a UHE", a SAE informa que desde o ano de 2008 - quando iniciou a construção da UHE de Santo Antônio - o número de funcionários oriundos de Rondônia variou entre 70% a 80%. E com o início da operação para produção de energia serão contratados 250 trabalhadores responsáveis pela manutenção e operação da UHE. Deste total, 100 pessoas já foram contratadas para os trabalhos de operação, manutenção eletrônica e eletromecânica, dos quais 67 são do estado de Rondônia.

Assim, resumem-se as informações sobre a mobilidade do trabalho e número de empregos gerados na construção e operação das UHEs do Madeira, com base nos dados divulgados pelas empresas.

¹⁹² Na Ação Civil Pública Processo Nº 00268-2011-003-14-005 movida pelo Ministério Público do Trabalho da 14ª Região (MPT-RO), contra a empresa Construções Comércio Camargo Corrêa S/A, quando da "Revolta dos trabalhadores" de 16 a 18 de março de 2011, não há dados discriminatórios da quantidade e origem dos trabalhadores afetados pela paralização das obras de construção da UHE de Jirau.

Como a UHE de Santo Antônio teve suas obras iniciadas antes de Jirau, ou seja, no ano de 2008, este empreendimento aproveitou de toda a logística e facilidades pela proximidade com a cidade de Porto Velho. Isto é, os quase 10 km de distância facilitou a contratação de trabalhadores da capital rondoniense, devido à facilidade do deslocamento diário de suas casas para o canteiro de obras. Portanto, esses trabalhadores não necessitaram ficar alojados no canteiro de obras da UHE.

Segundo informações do Vice-Presidente do STICCERO, Altair Donizete Oliveira¹⁹³, pode-se estimar por volta de 80% dos trabalhadores da UHE de Santo Antônio residam em Porto Velho, embora também tivessem trabalhadores vindos de outros estados e municípios rondonienses (representando em torno de 20%), já que “muitos trouxeram a família e se estabilizaram aqui [na cidade]” (MAPA 10).

Para Juscelino José dos Santos¹⁹⁴, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RO, o mesmo não aconteceu com a UHE de Jirau que teve o início de suas obras meses depois (ano de 2009) de Santo Antônio, e que acabou tendo uma disputa por mão de obra local para que não necessitasse buscar trabalhadores de outros estados. O argumento central das empresas de Jirau foi melhores salários, em detrimento de Santo Antônio que focou no fato dos trabalhadores não terem a necessidade de ficarem alojados no canteiro e/ou no deslocamento diário de Jaci-Paraná para Porto Velho. Já para os trabalhadores “arregimentados” de fora do município/estado não há outra opção a não ser o alojamento nos próprios canteiros, e no caso de Santo Antônio, também se constata o alojamento de trabalhadores em hotéis da capital.

¹⁹³ Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.

¹⁹⁴ Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.



Fluxos			Legenda		
	15%		UHE		Amazônia Legal
	18%		Rios Principais		Bacia Amazônica
	20%		Brasil Estados		Outros Países
	32%				
	80%				

Escala: 1:28.000.000

ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANEEL, ESRI, ORE-HYBAM, Trabalho de Campo e STICCERO
 NOVEMBRO/2013

MAPA 10
MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO
PARA AS UHES DE JIRAU E
SANTO ANTÔNIO

Instituição	PPG-Geografia	Apoio Financeiro	Grupo de Pesquisa
			Centro de Estudos de Geografia do Trabalho Laboratório

Juscelino dos Santos também informa que os trabalhadores de Santo Antônio, por residirem no próprio município têm, de certa forma, mais qualidade de vida, de lazer, de poder estar com a família por mais tempo, o que se torna um ponto favorável no processo de contratação e também na redução de custos com a mão de obra. Já na UHE de Jirau, desde o início, pelas dificuldades de instalação das infraestruturas básicas no canteiro, uma série de problemas na contratação e arregimentação de trabalhadores foi constatada.

Na UHE de Santo Antônio a proporção de alojados em relação ao número total de trabalhadores pode ser considerada em torno de 12,5% a 16,5%, conforme o fluxo de trabalhadores no empreendimento. Por exemplo, no primeiro semestre de 2011 (quando da entrevista com Juscelino dos Santos), tinha em torno de 16 mil trabalhadores, esse número aumentou para 18 a 19 mil com o início de montagem eletromecânica, sendo respectivamente, 2 mil e 3 mil os trabalhadores alojados.

Já na UHE de Jirau, para um universo de 23 mil trabalhadores no empreendimento, estavam alojados em torno de 16 a 17 mil operários, sendo 6 mil (26%) do estado de Rondônia que não estavam alojados, enquanto os alojados perfazem cerca de 74%, distribuídos em torno de 500 em Jaci-Paraná, quase 4 mil em Porto Velho, mais 1.000 trabalhadores do estado que estavam em Nova Mutum-Paraná. No canteiro da margem esquerda estavam alojados em torno de 4.823 mil trabalhadores e na margem direita mais 12 mil, quase 17 mil trabalhadores (em sua maioria homens) morando em instalações da UHE¹⁹⁵.

A partir das informações das entrevistas, chegamos aos seguintes perfis em relação à migração do trabalho: os principais fluxos migratórios são dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, além de outros estados em menor representatividade (MAPA 10). Em termos percentuais, estimou-se no pico da obra em 2011, conforme Altair Donizete (STICCERO), que a mão de obra migrante dos trabalhadores da UHE de Jirau fosse em torno de 20% do Piauí, do Tocantins em torno de 18%, do Maranhão 15%, do próprio estado de Rondônia em torno de 15%, e por volta de 32% de outros estados da Federação (Pará, São Paulo, Paraná, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Minas

¹⁹⁵ Dados fornecidos por Juscelino José dos Santos, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RO em junho de 2011.

Gerais, etc.), ou seja, essas informações indicam que 85% sejam trabalhadores migrantes.

Como os dados precisos de migração de trabalhadores não são conhecidos nem pelos órgãos oficiais, como a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do MTE/RO, MPT, ou STICCERO, adotamos a título de estimativa os dados fornecidos por meio da entrevista junto aos dirigentes do STICCERO.

Segundo a Irmã Maria Ozânia da Silva (Coordenadora da Pastoral do Migrante de Rondônia), apesar de não ser possível dimensionar qual estado brasileiro tem o maior contingente de trabalhadores migrantes, pois têm trabalhadores de "todo canto", são 3 os estados de maior fluxo de emigração: Maranhão, Piauí e Pará. Relata ainda que quando de uma visita no canteiro de obras da UHE de Jirau só do estado do Maranhão chegaram 3 ônibus, mas ao mesmo tempo também estavam saindo trabalhadores; "é um fluxo que vai e vem e você não tem como controlar" (informação verbal)¹⁹⁶. Tal relato demonstra um intenso processo de rotatividade de trabalhadores no canteiro de obras, além de indicar os principais fluxos migratórios de trabalhadores no empreendimento. Outros dois exemplos ilustram o peso da migração desses estados: a) o relato de um trabalhador do estado do Maranhão de que da sua cidade de origem, de pouco mais de 5 mil habitantes, só no canteiro da UHE de Jirau havia mais de 400 homens, em torno de 8% da população, majoritariamente masculina; b) no estado do Piauí, em São Raimundo Nonato, tem a "Associação de Viúvas de Maridos Vivos", porque um grupo de mulheres se organizou, pois seus maridos vão para os trabalhos temporários e essa migração sazonal, periódica, acaba tornando-se permanente; quando uma barragem termina, eles vão para outro ciclo de obras ou em outras atividades.

Outro exemplo ilustra a chegada de trabalhadores ao canteiro de obras da UHE de Jirau. No dia 15 de julho de 2011, em visita à UHE, na portaria, enquanto representante do STICCERO e do MAB/RO esperavam na tentativa de agendamento da Assembleia com os trabalhadores, presenciamos a chegada de dois ônibus com operários para assumirem suas funções na obra. Registramos (em vídeos e fotos) o seu desembarque, a maioria jovens, entre vinte e trinta anos, todos os 80

¹⁹⁶ Entrevista concedida em Porto Velho, em 22/06/2011.

vindos do estado do Maranhão, da cidade de Vitória do Mearim, a mais ou menos 178 km de São Luís, com população de 31.217 habitantes.

Em entrevistas com alguns trabalhadores soubemos que foram contratados pela empresa Camargo Corrêa, a maioria na função de carpinteiro, mas também havia pedreiros, armadores e ajudantes de serviços gerais. A conversa inicialmente foi reservada, pois estavam com receio, mas passado o contato inicial, mesmo na fila aguardando o ônibus para adentrar ao canteiro de obras, consegui compreender o momento em que viviam um misto de angústia e esperanças com o novo emprego na UHE de Jirau. Aparentemente inseguros com a chegada, com receio de se perderem uns dos outros, pois os conhecidos, amigos da mesma cidade, fizeram questão de usar o mesmo ônibus na portaria para o canteiro de obras, que os levaram ao alojamento (FOTOS 08 e 09).



FOTO 08: Desembarque de trabalhadores oriundos do Maranhão na UHE de Jirau (RO)

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Porto Velho (RO), 15/07/2011.

Os semblantes dos trabalhadores evidenciam claramente a insegurança com o que encontram dentro do canteiro, algo que remetesse aos conflitos da Revolta ocorridos no mês de março de 2011, inclusive preocupados se o Sindicato da categoria teria motivado o ocorrido,

como alguns afirmaram ter escutado. Com os esclarecimentos do Vice-Presidente do STICCERO, resolveram pegar o contato com o Sindicato para que pudessem manter o diálogo com o mesmo. O esclarecimento foi necessário, mas não há confiança com quem contar na defesa dos direitos trabalhistas e de segurança no canteiro de obras. Foi o que nos revelaram os trabalhadores entrevistados.



FOTO 09: Trabalhadores migrantes: a chegada na UHE de Jirau (RO)

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Porto Velho (RO), 15/07/2011.

Vale registrar também o receio de ficarem isolados, sem manter contato com amigos e familiares, pois o fato de todos que entrevistamos possuírem celulares (da empresa Vivo, a única operadora que tem sinal no local), o que os manteria ligados com familiares e com contato externo à obra; a iminência do isolamento em um canteiro de obras como Jirau assusta os trabalhadores.

A mobilidade do trabalho observada, segundo um dos funcionários da Camargo Corrêa, ocorreria no momento em que a contratação de trabalhadores novos teria iniciado naquela semana de junho de 2011 para suprir os que estavam sendo desligados devido à Revolta de março de 2011, quando retornaram para os seus lugares de origem e, posteriormente, acabaram sendo demitidos pela empresa.

Esclareceu ainda que naquele mês estavam chegando todos os dias dois ônibus trazendo 80 trabalhadores para atuarem no canteiro, mas não soube informar a origem dos mesmos, todavia presumia serem principalmente dos estados do Maranhão, Piauí e Pará¹⁹⁷.

O processo de contratação, após a primeira Revolta dos trabalhadores de Jirau (março de 2011) passou a ocorrer por intermédio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), mas as formas de contratação por aliciamento dos trabalhadores foi o mecanismo empregado em várias etapas da obra, seja na implementação de infraestrutura básica para a instalação do canteiro, seja por terceirizadas e inclusive pelo próprio consórcio e construtora responsável pela obra. Em suma, pode-se afirmar que a contratação de migrantes passa por uma complexa trama de relações que vai da ação de "gatos" à formalização (duvidosa) pelo SINE, mas é condição fundamental para a redução de custos na fase de implementação da UHE para a produção de energia hidrelétrica.

No início das obras na UHE de Jirau, o MPT e o Ministério do Trabalho e Emprego constataram uma série de problemas com a arregimentação de trabalhadores, inclusive para instalar o núcleo urbano que abrigaria parte significativa dos trabalhadores do consórcio, de empreiteiras e construtora responsável pela obra de engenharia, e também empresa de montagem de equipamentos. Isso foi observado pela arregimentação de forma irregular para a construção de Nova Mutum-Paraná por parte do CESBR, por intermédio de uma empresa terceirizada, a BS Construtora do município de Sorriso (MT), com trabalhadores em condições degradantes (informação verbal)¹⁹⁸. Em agosto de 2009, quando essa vila começou a ser construída para os funcionários mais qualificados da UHE, tanto da Energia Sustentável do Brasil, da Camargo Corrêa, como da ENESA, a situação do trabalhador migrante era degradante, pois como afirma Juscelino dos Santos "essas casas foram construídas é... com sangue e suor do trabalhador em condições análogas a escravo" (informação verbal).

¹⁹⁷ Naquele momento, houve relato do Vice-Presidente do STICCERO que os trabalhadores viajaram sem a carteira de trabalho assinada, ou seja, só teriam registro na carteira após chegarem à obra, o que fere a legislação (artigo 207 do CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Juscelino dos Santos, no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

Além disso, no início da construção do canteiro também se repete essa situação. A empresa que estava responsável pela construção trouxe trabalhadores de Canindé, estado do Ceará, e:

[...] colocou também os trabalhadores em condições degradantes, viajou com o pessoal em conduções subumanas, o pessoal veio sem dormir, sem comer, terrível, numa Van [...]. Eles fizeram isso em... acho que três dias. Lá do nordestão pra cá, imagina. Sem tomar banho, sem nada, e assim... fugindo da polícia né, polícia rodoviária, tava tudo irregular o transporte [...] não tinha Certidão Declaratória de Transporte para os trabalhadores, que era irregular, e foram arregimentados também de gatos, gatos responsáveis pelos trabalhadores. Então eles não podiam ser pegos pela polícia. [...] o motorista andava por vias escuras, andava à noite, enfim, para fugir mesmo da polícia. E aí um dos trabalhadores saiu de lá... foi até Porto Velho, de carona, veio e fez a denúncia; denunciou, fomos ao local que eles colocaram o pessoal, instaram ... era degradante. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)¹⁹⁹.

Para o melhor entendimento do trabalho degradante, o entrevistado cita a definição do conceito de condição análoga de escravo, conforme a alteração do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, emendando desde o cerceamento da liberdade pela falta de transporte, pela retenção dolosa de documento, pelo não pagamento de salários, colocar o trabalhador em condição indigna, ou condição degradante (sem água, sem condições sanitárias etc.), também pode ser considerado trabalho escravo, afirma.

Deste modo, o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro²⁰⁰ define a redução do trabalho à condição análoga à de escravo da seguinte forma:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.
[Sobre a pena também prevê punição para quem:]
I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

¹⁹⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁰⁰ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103275/codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acesso em: 26 jun. 2011.

Já o Artigo 207 do Código Penal Brasileiro trata da questão do aliciamento. Quando a empresa vai contratar, arregimentar um trabalhador fora do seu local de origem há uma série de procedimentos que devem ser seguidos como: informar os órgãos pertinentes que os trabalhadores estão sendo retirados do estado, e onde serão alojados, transportá-los em condições adequadas, seja de ônibus/avião, e informar o Ministério do Trabalho sobre origem dos mesmos e assinar Carteira de Trabalho.

O Artigo 207 apresenta o seguinte texto sobre o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional:

Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional. [...]
§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem²⁰¹.

Na referida obra do canteiro da UHE de Jirau, Juscelino dos Santos (informação verbal)²⁰² informa que as empresas não têm tomado esses procedimentos legais na contratação de trabalhadores de outros estados. Qual a estratégia então que as empresas adotam?

Ela manda até uma pessoa que tem uma certa voz de comando dentro da empresa, vai na região que ela sabe que tem carência de emprego, excesso de mão de obra [...]. **Aí esses gatos geralmente eles cobram desses trabalhadores, para trazer esses trabalhadores com o argumento que é dinheiro para o transporte, mas não tem que cobrar nada porque a empresa é obrigada, é obrigada a trazer o trabalhador, pagar todas as despesas de transporte, tanto na locomoção da ida quanto na volta, quando ele pedir para afastar do trabalho, pagar alimentação, pagar tudo.** Eles não têm obrigação nenhuma de pagar nada. E aí o argumento do gato é esse: 'Não, porque você vai ganhar R\$ 1.000,00 lá, vai ganhar muito. E aí eu tô te fazendo um favor, isso aqui é só para o transporte, R\$ 300,00'. Imagina, o cara pega uma Van, o cara vem passando fome, e aí cobra lá R\$ 300 do trabalhador. E aí eu falo isso R\$ 300,00, vai num universo de 40, 50 trabalhadores, como é que ele não vai ter? Cobrou o pessoal... ainda cobra da empresa, porque a empresa geralmente paga uma taxinha pra eles, pra esses gatos, eu vou te dar 4% por 'cabeça'. Isso porque em muitas empresas ó... trabalhador (inaudível) tá pagando... o chefe tá me

²⁰¹ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103275/codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acesso em: 26 jun. 2011.

²⁰² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

pagando seja... 10 ou 15 reais por cabeça. Isso um funcionariozinho de uma... **já era o intermediário do intermediário, já era o quinto mais ou menos. Então todo mundo vai ganhando nessa cadeia para arregimentar os trabalhadores. E aí é assim, essa é uma forma terrível, infelizmente boa parte das empresas que contratam trabalhadores, principalmente a UHE de Jirau utiliza pra contratar sua mão de obra.** (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal, grifos nossos)²⁰³.

Esse processo de arregimentar trabalhadores nessas condições precárias e ilegais não é uma estratégia só das empresas terceirizadas²⁰⁴, mas também de empresas maiores envolvidas no próprio consórcio construtor da UHE de Jirau.

A Camargo disse assim: **'Não, nós não fazemos isso'. Então assim, eles armaram um esquema até para ser ocultado... Tem sim envolvido, tem gente de cima envolvido no esquema. Então é um esquema que dá dinheiro para todo mundo, todo mundo se beneficia do prejuízo do trabalhador.** (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal, grifo nosso)²⁰⁵.

Em reportagem investigativa à ONG Repórter Brasil, a jornalista Biana Pyl denuncia que "Aliciamento associado à obra no Rio Madeira ilude migrantes". Na reportagem revela "esquema criminoso de recrutamento de pessoal para ajudar a erguer hidrelétrica: subcontratadas buscam driblar a legislação e emitem até boleto bancário para receber taxas ilegais cobradas de vítimas" (PYL, não paginado, 2012). O esquema revela a ação de "gatos" que atuam por meio de empresas formais subcontratadas para recrutar mão de obra para os canteiros das UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

No caso investigado, o trabalhador Pedro (32 anos) do município de Santa Helena (MA), foi um dos que tiveram que pagar, via boleto bancário - já que não tinha recursos para pagar à vista, uma taxa para poder se deslocar até as UHEs. A empresa responsável por emitir o boleto foi a "Atual Agenciamento de Empregos" (registrada em

²⁰³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁰⁴ "A Jauru, que era uma das terceirizadas da Camargo Corrêa, ela usou da mesma tática... os caras na realidade querem dar uma de 'João sem braço'... É..., você chega, pergunta, vai, conversa com a empresa: 'Olha, você fez isso'. 'Ah, federal? Eu não sabia que podia ter alguém pra intermediar toda mão de obra de fora e tal'. Pelo amor de Deus né! Convenhamos. Eu tô falando as terceirizadas" (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal). Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁰⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

nome de M. A. dos Santos Brito e Cia. Ltda.) do município de Sonora (MS), e prestava serviço para a empresa Consarg Construtora e Comércio Ltda., que por sua vez presta serviços para a Camargo Corrêa (responsável pelas obras civis de Jirau). Segundo Pyl (não paginação, 2012) a empresa Atual "recruta pessoal para outras empresas que atuam nas UHEs do Rio Madeira e solicitam o envio de trabalhadores" - declara à repórter o proprietário da empresa Atual, Francisco José Cavalcanti.

O representante da empresa Atual assim relata o esquema de arregimentação de trabalhadores:

'Nós já mandamos muitos trabalhadores para Jirau. A Consarg [uma das empresas contratantes desses trabalhadores] pede um número determinado e nós conseguimos. Temos um pessoal que vai aos municípios, principalmente no Nordeste, e contrata os trabalhadores' [...].

Para atrair gente, os prepostos da Atual anunciam as vagas e prometem salários tentadores [relata Bianca Pyl]. 'Como as cidades são muito pequenas, é só chegar em uma praça principal e dizer: 'tem trabalho em tal lugar, o salário é tanto, precisamos reunir tantos homens e o ônibus sairá em tal hora. Não falha', acrescenta Francisco [proprietário da empresa Atual], de forma espantosamente franca e direta. 'Nós já temos muitos contatos nestas cidades. Isso também ajuda'. (PYL, não paginado, 2012).

Há relatos na reportagem de trabalhadores de vários estados brasileiros, em especial das regiões Norte e Nordeste - mas a migração é de praticamente todos os estados, como Bahia, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Piauí - que pagaram "para ter o emprego garantido", e devido à distância os valores variam de R\$ 150,00 a R\$ 250,00. Segundo Pyl (não paginado, 2012), "só de Tucuruí (PA) vieram três coletivos lotados de pessoas que chegaram em 31 de agosto [2010] com o intuito de laborar nas obras. 'Todo mundo no ônibus pagou porque o serviço era garantido. Nós pagamos também a comida na estrada', destaca trabalhador entrevistado pela reportagem"²⁰⁶.

²⁰⁶ Segundo Pyl (não paginado, 2012), as empresas Consórcio Construtor Santo Antônio (em Nota), afirmam não fazer "contratação de profissionais por intermédio de empresas de consultoria ou de agências de emprego e de recrutamento e seleção que cobram honorários de candidatos para participação em processo seletivo". Já a Construtora Camargo Corrêa afirma "que é prática comum no mercado de construção pesada contratar empresas terceirizadas para a execução de alguns serviços específicos, tais como limpeza, segurança patrimonial, determinadas escavações etc.". A empresa afirma que "não autoriza terceiro a recrutar em seu nome em troca de taxas. Todas as contratações são feitas diretamente pela companhia ou por meio de empresas renomadas".

Além desse mecanismo de arregimentação por “gatos” / intermediários, há também outro mecanismo denunciado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RO referente ao processo de formalização da contratação de trabalhadores arregimentados por empresas na UHE de Jirau, quando inserem o SINE no processo para registrar os trabalhadores migrantes como se fossem de Porto Velho.

Eles vão no SINE lá da origem, o gato intermedeia essa mão de obra, manda lá pro SINE, cobra do trabalhador, aí o SINE cadastra ele, entendeu... aí recebe da empresa, o gato recebe da empresa, é... aí manda pro SINE de Porto Velho. Pra que? Pra que o SINE de Porto Velho registre que eles não vieram de outro local, que eles residiam em Porto Velho. **Aí forçam os trabalhadores a pegar inclusive comprovante de residência, declaração de residência local, pra a empresa... pra ficar claro que a empresa contratou os trabalhadores em Porto Velho, não lá... em localidade distante da prestação de serviço. Então assim, são N esquemas [...].** (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal, grifo nosso)²⁰⁷.

Essa prática foi detectada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RO desde o início da obra, mas o fato é negado pela Construtora Camargo Corrêa, pois “os diretores da parte de contratação deixam claro que eles não tinham conhecimento dessas ações”. Fato contestado pelo órgão, já que “obviamente, é impossível [...] imagina, você tá na sua casa, você manda alguém da sua casa fazer um serviço e você não toma conhecimento”, afirma o auditor do trabalho Juscelino dos Santos (informação verbal)²⁰⁸.

Essa prática do aliciamento de trabalhadores “é uma forma de enganar e explorar o trabalhador”, além de reduzir custos na contratação, pois:

Tem um ambiente externo, usam lá o gato pra intermediar mão de obra, o gato manda pro SINE, o gato cobra já desse trabalhador. Então o cerne da questão tá no que? **Tá no aliciamento, que o aliciar é você enganar o trabalhador, porque os gatos fazem isso, eles prometem um monte de coisa, que o alojamento vai ser mil maravilhas, que o salário vai ser o maior do mundo, que as condições de alimentação, transporte vão ser as melhores e quando o trabalhador vai efetivamente se utilizar disso ele vê que**

²⁰⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁰⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

não é nada disso. Isso é o aliciamento. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal, grifo nosso)²⁰⁹.

Essa denúncia do aliciamento de trabalhadores para as UHEs também é feita pela Pastoral do Migrante de Rondônia, pois segundo a coordenadora, Irmã Ozânia da Silva (informação verbal)²¹⁰, o aliciamento é uma forma ainda mais cruel utilizada, via "gatos", de trazer o trabalhador,

porque chegando aqui em Porto Velho as pessoas que ele contratou [...] não têm mais responsabilidade. As UHEs às vezes contrata e diz que não foi ela quem chamou. [...] Houve casos de que chegou aqui na rodoviária, ônibus de pessoas que vieram pra cá, a convite de um agenciador, chegou aqui nem contratados foram, e não tinham como retornar para a casa. (MARIA OZÂNIA DA SILVA, informação verbal)²¹¹.

A entrevistada relata o caso de um ônibus com 48 pessoas vindas do estado do Maranhão, que tornou-se público e chamou muito a atenção, e então a auditoria sobre trabalho escravo acompanhou o caso desses trabalhadores.

O STICCERO, por intermédio do seu Vice-Presidente, Altair Donizete, também faz denúncias sobre as formas perversas de arregimentação de trabalhadores migrantes para ambas as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

Quando nós assumimos o sindicato a empresa trazia essas pessoas e cobrava por hora deles, cobrava deles lá, cobrava 150 reais, o gato cobrava 150,00 de cada trabalhador pra vir pra cá. Ele pagava lá para o gato. Aí nos começamos a entrar com uma ação no Ministério Público, a entrar com Ação, entrar com Ação. A Camargo Corrêa [...] foi a maior, maior responsável né, por esse modelo, os contratantes da Camargo. Aqui em Santo Antônio também teve muito. O que aconteceu hoje? Proibiram! Totalmente proibiram! (ALTAIR DONIZETE, informação verbal)²¹².

Para entender melhor o processo de aliciamento empregado pelas empreiteiras e construtoras nas UHEs do rio Madeira, o primeiro aspecto

²⁰⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²¹⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 22/06/2011.

²¹¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 22/06/2011.

²¹² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

que chama a atenção são as formas de subordinação e controle dos trabalhadores pela coerção econômica, já que além de terem de pagar uma taxa para os "gatos" pelo transporte (como evidenciado anteriormente), no valor de R\$ 150,00, inclusive há denúncias de gatos que usavam o sistema de boleto bancário para cobrar essa taxa do trabalhador, há também uma pressão por parte das empresas construtoras e terceirizadas, já que tais trabalhadores migrantes ficavam com débito de 150 horas caso pedissem demissão.

'Você vai ficar devendo 150 horas. Se você pedir as contas da empresa aí você vai ter que pagar mais 150. [...] Se pedisse as contas para ir embora [o trabalhador] tinha que pagar mais 150'. Se ele fosse demitido pagava 'só' esses 150. [...] se ele pedisse a conta, tinha que pagar 300 horas. Ele não podia pedir conta. Tinha que sujeitar [...] Ele entrava devendo como no tempo da borracha. É aí nos denunciemos, denunciemos, pegamos em cima e comprovamos isso [...] Pegamos depoimento, pegamos documentos, de outros estados. Trabalhador vinha até a usina... era organizado o negócio. Papelzinho, tinha contratozinho e tudo da dívida dele. (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifo nosso)²¹³.

Outro relato do Vice-Presidente do STICCERO, foi quando o Sindicato acompanhou uma fiscalização na margem direita do rio Madeira para levantar casos de trabalhadores em condições degradantes / condições análogas a escravo, conforme relata a seguir:

Já era da Comissão [Comissão de transição de Chapa para a Diretoria do STICCERO], e saímos do outro lado do Rio Madeira. Encontramos um ônibus, cheio de trabalhadores, paramos o ônibus, entramos dentro do ônibus, informamos: 'Nós somos do sindicato, estamos aqui para ajudar vocês, se tem alguma irregularidade daí de vocês, se vocês acham que está irregular...'. Aí os trabalhadores falaram assim: **'Se vocês acharem... (um trabalhador deu um passo à frente falou) 'se vocês acharem que vir do Pará aqui de ônibus, por dentro do mato para fugir da fiscalização, sem comida, comendo manga, comendo manga, 'cagando' manga na estrada, dormindo dentro desse ônibus aqui, se vocês acharem que isso daí... chegamos aqui, 200 pessoas, chegamos aqui... (viam 4 ônibus, 200 pessoas) chegamos aqui, estamos dormindo em um barracão de curral de boi, pra dormir tem que amarrar a rede lá em cima, não tem uma parede nem nada, comendo muitas vezes na janta pão, pão com leite, leite comprado aqui nas fazendas, sem carteira assinada ainda, que nós não sabemos de nada ainda, com a promessa de um salário de R\$ 1.200,00, chegou aqui já diz que não é mais, que é R\$ 900,00, diz que vai ter um alojamento pra**

²¹³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

nós só mais 2 ou 3 meses, vocês acham que isso daí está bom? (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifo nosso)²¹⁴.

Tais trabalhadores estavam vinculados à UHE de Santo Antônio, conforme relato do entrevistado:

Não era para a Odebrecht, mas era para **terceirizado, uma tal de VP**. Mandamos embora. Foi tanto processo nas costas que ela foi embora. Aí na Comissão nós fizemos a denúncia no Ministério do Trabalho, levantamos tudinho, paramos a obra imediatamente, o Ministério foi lá e mandou parar, ficou por 60 dias parado, os trabalhadores até que arrumava... [...]

Isso foi [...] foi em **janeiro de 2010, janeiro de 2010**, isso daí. E... foi feito todo um acompanhamento... (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifo nosso)²¹⁵.

Outro caso relatado pelo Vice-Presidente do STICCERO aconteceu na UHE de Jirau.

Aí outro caso também forte foi os trabalhadores que vieram pra cá, para trabalhar na Camargo Corrêa, e, foi 44 trabalhadores que vieram do Piauí, em um ônibus, recrutados por um gato. Um gato trouxe esse pessoal, e quando chegou aqui na rodoviária [Porto Velho], eles pegaram, o ônibus foi embora, largou os trabalhadores aqui na rodoviária, sem comida, sem nada, sem janta, dormiram lá na grama, quando foi de manhã um taxista falou assim: 'Porque que não procura o Sindicato?' [...] E, esses 44 trabalhadores, nós levamos para o MPT, fizemos uma Ação, a empresa pagou R\$ 3.500,00 para cada um de indenização de danos morais, R\$ 3.500,00, negociados entre o Sindicato, o Ministério Público do Trabalho e a empresa, sem tribunal. (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifo nosso)²¹⁶.

Quanto ao desdobramento desse caso, vejamos um trecho da entrevista:

[...] a Camargo Corrêa pagou R\$ 3.500,00 para cada um, colocaram eles todinhos no ônibus, e levaram todos para a sua cidade de origem piauiense.

²¹⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²¹⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²¹⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

PESQUISADOR: E qual foi a justificativa da empresa de ter 'abandonado' esses trabalhadores?

DONIZETE: Não, eles abandonaram, abandonaram!

PESQUISADOR: E qual foi a justificativa?

DONIZETE: A justificativa é que o gato trouxe os trabalhadores, mas, sem a autorização da empresa. Entendeu?

PESQUISADOR: E o gato ganhou alguma coisa por isso?

DONIZETE: Não..., o gato ganhou! Ganhou dos trabalhadores que ele pegou, que ele ganha R\$ 150,00 de cada um. E aí a empresa teve que devolver os R\$ 150,00, pagou a hospedagem deles aqui 15 dias no hotel, tudo, deu R\$ 3.500,00 para cada um, de danos morais, lá negociado entre o Sindicato e a empresa, dentro do Ministério Público do Trabalho. Pagou os R\$ 3.500,00 e todas as despesas que eles tiveram, até a cidade de origem. **Esses R\$ 3.500,00 é para compensar os bens que eles tinham vendido para estar pagando despesa, danos morais** (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifo nosso)²¹⁷.

Como se pode constatar os fatos apresentados constituem-se em formas irregulares de contratação de trabalhadores para os grandes empreendimentos hidrelétricos no Complexo Madeira na região Amazônica, ocorrência que embora não seja novidade na atividade barrageira vem colocar em evidência os mecanismos usados pelo capital para suprir sua necessidade de trabalhadores em tais UHEs, em detrimento da ideologia do desenvolvimento social e geração de empregos apregoada pelo "Novo Desenvolvimentismo".

Portanto, nesse contexto da migração do trabalho para a construção de UHEs de Jirau e Santo Antônio e para a produção de energia hidrelétrica na Amazônia, o propagado "desenvolvimento sustentável" do capital é um discurso ideológico que degrada e se apropria do ambiente, subordina e explora o trabalho em condições regressivas dos mecanismos da acumulação primitiva pelo e para o capital. A mobilidade espacial do trabalho sob a égide do capital permite evidenciar mecanismos de exploração da força de trabalho desde o processo de "oferecimento" ao mercado, ou seja, não se explora e ganha sobre a mercadoria trabalho somente no processo de seu uso para a produção, mas na própria negociação dessa mão de obra, como evidenciamos no caso em questão.

²¹⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

Assim, além das formas citadas de arregimentar os trabalhadores para as UHEs de Jirau e Santo Antônio, há também denúncias de casos de tráfico de seres humanos para fins de trabalho (aliciamento de trabalhadores) pela empresa Camargo Corrêa, construtora da UHE de Jirau e sócia do empreendimento.

A denúncia de inquérito parte do MPT/GO em vista a irregularidades perpetradas pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, e tem como assunto "o tráfico de seres humanos para fins de trabalho no território nacional e não registro de empregados e retenção de documentos, CTPS - Carteiras de Trabalho".

A referida denúncia tem como base a operação conjunta do MPT(GO), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado de Goiás e Polícia Rodoviária Federal em Goiás, quando ocorreu a apreensão, no Posto da Polícia Federal Rodoviária no município de Jataí (GO), no dia 18/03/2011, de um ônibus oriundo do município de Ipatinga (MG) que transportava 44 trabalhadores com destino à UHE de Jirau no estado de Rondônia. Foi constatado "fortes indícios de aliciamento de trabalhadores para transporte de um local a outro do território nacional, além de falta de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e transporte inseguro de obreiros", conforme procurador do trabalho Antonio Carlos Cavalcante Rodrigues (BRASIL-MPT, 2011 - Processo PP 000545.2011.18.000/9).

Seguem algumas passagens do depoimento dos trabalhadores para a Auditora Fiscal do Trabalho, que acompanhou o caso:

QUE todos saíram da região de Vale do Aço/MG; QUE uma rádio chamada Rádio Van Guarda AM, Programa do Mineiro e a MGTV aliada da Globo anunciaram que a Construtora Camargo Correia (sic) estaria contratando empregados como soldador, armador, mecânico para trabalhar na cidade de Porto Velho em Rondônia na barragem do Rio Madeira, na construção de usina hidrelétrica no rio Madeira; QUE o anúncio pedia para os trabalhadores comparecerem no SINE de Ipatinga/MG [...] pegaram uma carta de encaminhamento para a entrevista com o Sr. Guedes que foi apresentado para os contratados como sendo o representante do RH da Camargo Correia (sic) [...] QUE todos confiaram em entregar a CTPS para o SINE e Camargo Correia (sic); QUE todos confiaram no porte da empresa contratante; QUE os depoentes não sabiam que haveria algum tipo de problema de contratação; QUE os depoentes não sabiam que as CTPS estavam dentro do ônibus [em uma caixa lacrada com documento da construtora Camargo Corrêa]; QUE o Sr. Guedes disse que à partir do momento que todos embarcassem no ônibus estariam ganhando pela Construtora Camargo Correia

(sic) [...]; QUE a empresa prometeu pagar as despesas de percurso, almoço, jantar, café da manhã, alojamento em Rondônia, passagem de volta para casa de quatro e quatro meses, remuneração de R\$ 4,56 por hora e cartão de ajuda de custo de R\$ 120,00; QUE o Sr. Guedes disse que a remuneração sairia na faixa de R\$ 1.300,00 por mês nas 220h trabalhadas; QUE na chegada a São Simão Goiás o ônibus que estava transportando os empregados quebrou, sem condições de seguir viagem; [...] QUE o dinheiro que a construtora tinha repassado para o motorista para garantir comida, banho, manutenção durante a viagem foi usado para custear o conserto do ônibus; [...] QUE os empregados decidiram tomar providência por que estão sofrendo desde a saída de Minas Gerais com ônibus ruim, alimentação reduzida por causa da falta de dinheiro para pagar os estragos do ônibus, ônibus fedendo, fora de horário, café da manhã café e um pão, falta de banho em Goiás; QUE o ônibus continua estragado e os trabalhadores estão sem dinheiro para comida, banho e se manter.[...]. (BRASIL-MPT, 2011, p. 10-11 - Processo PP 000545.2011.18.000/9).

Transcorridos os procedimentos preparatórios de inquérito civil, no dia 25/03/2011 ocorreu audiência para apresentação de minuta do Termo de Ajuste de Conduta de âmbito nacional à empresa Camargo Corrêa. Depois de pedido de vistas pelos advogados da empresa, a audiência foi remarcada, momento no qual os advogados esclareceram o processo de seleção e recrutamento, do qual destaca-se:

QUE as vagas para contratação são disponibilizadas para ao SINE local (Porto Velho), bem como a divulgação para os SINEs de outros Estados da Federação; [...] **QUE as etapas de contratação de trabalhadores, inclusive considerando o transporte interestadual, possibilita a seleção prévia do SINE**, com eventual acompanhamento de preposto da empresa, possibilidade de apresentação de documentos trabalhistas conforme solicitação do SINE, que poderão ser complementados quando da contratação definitiva junto à empresa, apresentação do canteiro de obras, porque inclusive as instalações da UHE-JIRAU, principalmente a área de vivência, com alojamento, alimentação, área de descanso etc., é considerada muito boa pelos órgãos públicos de fiscalização do Estado de Rondônia; **QUE na apresentação do local de trabalho ao candidato ao emprego, se o mesmo não concorda em fazer parte do processo seletivo, a empresa providencia o seu retorno, sem qualquer custo ao trabalhador, ao local de origem, mesmo porque também não houve qualquer oneração ao obreiro na sua vinda para o Estado de Rondônia**; QUE existiam no canteiro de obras da UHE-JIRAU até os problemas ocorridos a partir do dia 15/03/2011 mais de 15.000 (quinze mil) empregados; [...] QUE para esclarecer as fases do **processo de seleção e recrutamento feitas na construção da UHE-JIRAU, com trabalhadores egressos de outros Estados da Federação, ocorre a pré-apresentação** do empreendimento, teste prático para verificar a capacidade técnica (normalmente um dia), e os aprovados passam por teste psicotécnico, bem como comprovam a escolaridade,

passam por procedimentos de avaliação médica e para a contratação são verificados os documentos trabalhistas legais solicitados; [...] **QUE há contrato de experiência de 40 dias com prorrogação por mais 40 dias para todos os trabalhadores que participam do processo seletivo da empresa; QUE há o registro na CTPS dos trabalhadores que participam do processo seletivo de recrutamento da empresa, após passadas todas as fases acima descritas, diretamente no canteiro de obras da UHE-JIRAU;** [...] QUE a empresa arcou com as despesas de alimentação, alojamento e transporte dos 44 trabalhadores que permaneciam em Goiânia, sendo que 39 retornaram à Itapatinga/MG. [...] (BRASIL-MPT, 2011, p. 36-37 - Processo 000545.2011.18.000/9, grifo nosso).

Como se constata por meio do procedimento descrito pelo representante da empresa citada é no mínimo fora de propósito e escorchantes, já que para um empreendimento como a UHE de Jirau imaginar que todos os trabalhadores de fora do estado de Rondônia, alojados (em torno de 15 mil pessoas) vão até o canteiro de obras para saberem se serão ou não contratados e com os custos arcados pela empresa é algo que não condiz com a lógica do próprio capital, ou seja, de reduzir custos de todas as formas possíveis, inclusive deixando trabalhadores passarem necessidades básicas durante o processo de contratação, via agenciamento. Assim, o controle do trabalho já inicia mesmo antes do uso da força de trabalho, ou seja, o trabalhador já explorado no momento em que se coloca a serviço do capital.

Portanto, na audiência citada o próprio Auditor Fiscal do Trabalho esclareceu quanto à questão da contratação de experiência, pois considera a mesma inviável por considerar um contrato excepcional, devendo ser realizada antes do embarque dos trabalhadores na origem, pois caso contrário gera insegurança jurídica trabalhista e previdenciária aos "obreiros". Conceber um contrato de experiência de 40 dias e prorrogável por mais 40, mais de dois meses de experiência, também demonstra outro aspecto que as entrevistas trouxeram à tona, ou seja, o pouco tempo de contratação dos trabalhadores, menos pelo motivo de não serem aprovados na experiência, mas sim por não aguentarem as condições de trabalho impostas no canteiro de obras. Nas palavras de um trabalhador barrageiro, a Camargo Corrêa deixa os trabalhadores "rodados", com pouco tempo de serviço por não permitir boas condições de trabalho.

O representante da Camargo Corrêa reiterou que os procedimentos de contratação devem ocorrer na obra, e com os

acontecimentos da primeira Revolta de Jirau, em março de 2011, isso não pôde acontecer no momento em foco, porque a **“empresa institucionaliza esta contratação por meio de mecanismos oficiais de contratação, tal como o SINE”** (grifo nosso). Destaca que **“a empresa ainda pretende demonstrar a absoluta regularidade do seu processo de contratação por meio de suas inserções de defesa junto a este procedimento e aos demais que surgirem.** Ademais, os contratos²¹⁸ foram firmados sob pressão, com registro salarial e demais informações fornecidas exclusivamente pelos trabalhadores”. A empresa também negou qualquer violação ao direito dos trabalhadores ou qualquer outro direito social (*apud* BRASIL-MPT, 2011, p. 38-39 - Processo PP 000545.2011.18.000/9). Como despacha o procurador do trabalho, a representação de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi transformada em procedimento preparatório de Inquérito Civil, tendo a não assinatura de TAC sobre o tema em pauta fator motivador para Ação Civil Pública (ACP).

Os mecanismos descritos mostram formas de mobilidade espacial do trabalho nas UHEs no Complexo Madeira, em especial Jirau, que desrespeitam os procedimentos legais de contratação de mão de obra. O discurso oficial das empresas como sendo propulsoras do desenvolvimento local/regional, com geração de empregos e melhorias sociais, é de fato mentiroso e tem que ser desconstruído.

Se no plano do enunciado discursivo essa é a propaganda, na prática a ação do capital se mostra repleta de meandros, já que o uso e o deslocamento da força de trabalho gravitam em torno da formação de um exército de reserva, uma sobrepopulação trabalhadora à disposição das empresas, bem como de práticas degradantes e arregimentação da força de trabalho que caracteriza o uso dessa mercadoria em condições análogas a de escravo. Um processo de acumulação regressiva, posto em prática em toda sua magnitude, tendo em vista o poderio econômico (e o seu abuso) das grandes empresas envolvidas na construção das UHEs do Madeira, em especial Jirau, foco de nossa investigação.

A atuação das grandes empresas vinculadas aos consórcios construtores são escamoteadas e blindadas por ações de negação das

²¹⁸ Todos os 44 trabalhadores foram contratados por prazo determinado por ordem do Ministério do Trabalho e Emprego e do Procurador do Trabalho.

ilegalidades e irregularidades cometidas contra os trabalhadores no momento da contratação, já que para isso recorre-se ao forte corpo de advogados mantidos para sua defesa perante as ações na Justiça. TACs não são assinados, Ações Civis Públicas (ACPs) são prorrogadas ao infinito por meio do dispositivo de recursos, e com isso a blindagem da empresa é mantida.

Assim, na mobilidade espacial do trabalho e suas diversas manifestações pelos mais variados processos de migração para as grandes obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio, fica evidente a importância que o uso da força de trabalho assume para o capital na fase de implantação das plantas das UHEs. Ou seja, para a indústria de produção de energia hidrelétrica essa fase do empreendimento, sua construção, que é de alto investimento em capital dinheiro, que precisa ser metamorfoseada em capital fixo, e assim ser condição para que o trabalho excedente possa ser apropriado não só no universo dos 25 mil operários de Jirau, mas de toda a sociedade via apropriação do "lucro suplementar" com a venda da mercadoria energia produzida sob tais condições na Amazônia, como a nova fronteira hidroenergética.

É com o enunciado discursivo da geração de empregos formais, que o capital põe em funcionamento a atração de força de trabalho de modo precarizado, degradante e análogo às condições de trabalho escravo, mantendo os trabalhadores em condições de imobilidade espacial, dominados em condições de cárcere privado nos canteiros das UHEs.

Portanto, a promessa e os sonhos dos empregos formais do PAC e do "Novo Desenvolvimentismo" é uma armadilha para que o controle do trabalho aos ditames do capital seja feito, um controle intrínseco e nefasto, como o destrutivismo do capital, para homens e mulheres, mas extremamente rentável para o capital, tendo em vista o uso que faz dessa força de trabalho nas condições encontradas nas obras de UHEs na Amazônia neste início do século XXI, as quais compreendemos na expressão na neobarbárie enquanto antagonismo do "Novo Desenvolvimentismo".

E do lado dos trabalhadores como é vista a mobilidade do trabalho? Sobre este ponto nos dedicaremos nessa última seção.

6.4 A Migração do trabalho para a UHE de Jirau e os sonhos desfeitos

A análise sobre a mobilidade espacial do trabalho para as obras de produção de hidroenergia no CHM requer que destaquemos a questão dos sujeitos migrantes, do(a) trabalhador(a) que se desloca de seus lugares de origem, deixando suas famílias, amigos, o convívio social e a sociabilidade costumeira para viver em hotéis, alojamentos em canteiros de obras, distantes de seus familiares para revê-los a cada quatro meses, quando as empresas permitem a "baixada"²¹⁹. Isso quando esse(a) trabalhador(a) tem esse direito, conquistado com muita luta e revolta, pois no caso daqueles que foram para Porto Velho por conta, ou por intermédio de "gatos" e com a formalização do emprego no SINE, com endereço no próprio município de Porto Velho, embora suas famílias residam em outro estado, os trabalhadores não têm o direito da baixada (visita à família) garantido.

Tendo como base as entrevistas realizadas com 27 trabalhadores da UHE de Jirau nas fases do campo de 2011²²⁰, sendo 26 homens e uma mulher, pode-se constatar que o ato de migrar, de deslocar-se, articula-se com os sonhos de uma vida melhor para estes sujeitos e suas famílias, sonhos que são mantidos com promessas de salário melhor, de bens de consumo em seus lares, ou da casa própria. Na maioria dos casos estes sonhos são desfeitos, se desmancham no dia a dia da obra, na rotina pesada de trabalho, nas promessas que não são cumpridas e nas lutas que se materializam nas contradições capital-trabalho. As localidades de origem (MAPA 11) desses trabalhadores foram as mais diversas, de vários estados da Federação, sendo: 6 trabalhadores do estado do Pará, 2 do Maranhão, 1 do Piauí, 1 do Paraná, 2 de Sergipe, 8 de Pernambuco, 2 de São Paulo, 2 de Minas Gerais e 3 de Rondônia.

²¹⁹ Visita familiar que o trabalhador tem direito assegurado pelos Acordos Coletivos de Trabalho, firmado entre o STICCERO e a empresa que o contrata. São dias de folga, constituídos pelo período entre as visitas familiares. O número de dias depende do acordo e da luta, pois já foi de cinco dias consecutivos a cada seis meses. Recentemente, em decorrência das revoltas de 2011 e 2012, greves e lutas dos trabalhadores o prazo foi reduzido para três meses e os dias de folga aumentados para uma semana, bem como a possibilidade de transporte aéreo até a cidade mais próxima à residência do trabalhador(a).

²²⁰ No trabalho de campo no ano de 2012, as entrevistas com os trabalhadores tiveram como foco a temática das Revoltas e greves, uma vez que a temática da migração e mobilidade foi abordada a contento nos dois trabalhos de campo no ano de 2011.



Fluxos		Legenda	
—	1	●	UHE
—	2	—	Rios Principais
—	3	▭	Amazônia Legal
—	6	▭	Bacia Amazônica
—	8	▭	Brasil Estados
		▭	Outros Países

Escala: 1:28.000.000

ORGANIZADOR: José Alves
 ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
 EDIÇÃO CARTOGRÁFICA: Rafael da Silva Nunes

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - SIRGAS2000
 FONTE: ANEEL, ESRI, ORE-HYBAM, Trabalho de Campo e STICCERO
 NOVEMBRO/2013

MAPA 11

MOBILIDADE ESPACIAL DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS NA UHE DE JIRAU

Instituição unesp	PPG-Geografia 	Apoio Financeiro CAPES	Grupo de Pesquisa CEGeT Centro de Estudos de Geografia do Trabalho Laboratório
-----------------------------	-------------------	----------------------------------	--

Os trabalhadores expressam em sua dinâmica e identidade espacial do trabalho, o que indicamos anteriormente como sendo o que Thomaz Júnior (2009 e 2013) define como a plasticidade de suas práticas laborais. Primeiro pelo significativo processo de mobilidade espacial que realizam como trabalhadores, e mesmo os entrevistados não sendo todos "barrageiros de profissão", há alguns com histórico de outras obras em UHEs, inclusive pela própria Camargo Corrêa; há também aqueles que são camponeses e atuam em tantas outras habilitações, sendo Jirau a sua primeira experiência como barrageiro da construção civil pesada.

Rivelino*²²¹, 22 anos, do estado de Pernambuco, casado, pai de uma filha de dois anos, que ficou com a esposa no estado de origem "mexendo com roça", é um dentre os camponeses, pois "são moradores", parceiros, que pagam renda para a atividade de "plantio de milho, feijão, macaxeira", sendo, pois, a roça tocada pela esposa enquanto o entrevistado esteve 11 meses em Jirau. Este é um trabalhador sem histórico de emprego em "barragem" - UHEs. Segundo o entrevistado, essa é a primeira experiência como barrageiro, "nunca saí pelo mundo, é a minha primeira vez [...] eu saí porque o trabalho lá [no roçado] tava difícil, não estava dando pra eu ganhar um dinheiro pra eu comprar uma casa digna para minha família, aí eu saí pra ver se melhorava, ganhava mais uns troquinhos" (informação verbal)²²². Ficou sabendo do trabalho na UHE de Jirau pelo rádio e desta forma foi agenciado por um "gato", tendo que pagar pelo agenciamento R\$ 150,00. Foi reembolsado pela empresa CONSARG²²³, que depois o demitiu e foi contratado pela Camargo Corrêa, também como armador.

Raimundo*²²⁴, 33 anos, de Campo Maior (PI), é outro trabalhador sem experiência em barragem, embora já tenha prática no ramo da

²²¹ Como indicado na Introdução, os nomes indicados com (*) [asterisco] são fictícios para proteger a identidade dos trabalhadores.

²²² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²²³ Lembramos que essa é a mesma empresa denunciada pela ONG Repórter Brasil por aliciamento de trabalhadores. Além disso, "a CONSARG já está sendo investigada pelo Ministério Público do Trabalho por outras denúncias, inclusive por abandonar recentemente dezenas de trabalhadores vindos de outros estados, na rodoviária da Capital" (TRABALHADORES suspendem paralização na Usina de Jirau. EstadãoWeb.com. Jornal Estadão do Norte. Disponível em: <<http://estadaodonorte.com/noticia.php?noticia=664>>, Acesso em: 09/12/2013. Este foi o caso denunciado pela irmã Ozânia, da Pastoral do Migrante.

²²⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

construção civil (predial) e em outra obra da Camargo Corrêa. Foi recrutado na cidade de origem e trabalhou durante sete meses no canteiro de obras da UHE.

José*²²⁵, de 27 anos, da cidade de São Paulo (SP), onde era armador, carpinteiro e pedreiro, é outro trabalhador com passagem pela construção civil predial. Em "barragem", a UHE de Jirau foi sua primeira experiência, bem como na região Norte, o que tornou sua adaptação mais difícil, em especial pelo calor. Considera sua ida para Porto Velho um processo difícil, destacando o aliciamento pelo qual passou. Em suas palavras:

Na verdade muita mentira da agência. Porque lá [São Paulo] tem um jornalzinho que chama Amaralinha [...] Aí a gente viu no jornalzinho que tinha uma agência que estava recrutando aqui pra Porto Velho, para trabalhar na Camargo Corrêa. Aí a gente foi lá. Chegando lá o cara falou uma proposta totalmente boa, salário bom na carteira, Big Card [cesta básica], umas condições boas de trabalho. Só que quando cheguei aqui, nada disso. O salário que eles falaram lá era em torno de R\$ 1.250,00 entendeu? Aí tinha mais as horas extras, mais participação de lucro, mais 30% e aí variava de uns R\$ 2.500,00, por aí. Aí o que fez eu me deslocar de lá pra cá... (JOSÉ*, informação verbal)²²⁶.

Mais uma trajetória de migração para o trabalho é a de Maria*²²⁷, 34 anos, da capital paulista, mãe de dois filhos (18 e 16 anos) foi agenciada como no caso anterior, inclusive pela mesma agência de empregos. A única trabalhadora entrevistada fala que foi para Porto Velho com promessas de bom salário, fato que a motivou, pois "nunca tinha ouvido falar de barragem... eu nem sabia o que era [...], não sabia o que era, não conhecia" (informação verbal)²²⁸. Chegou no auge da contratação, "tinha muita gente", "não dá pra contar não, mas tinha bastante gente, inclusive tem tanta gente, tanta gente, que a gente passou vinte e dois dias para fichar". Descreve sua adaptação em Jirau como um desafio, já que em São Paulo era encarregada de produção onde trabalhava em refinaria, mas no canteiro de obras a adaptação foi "muito difícil... muito difícil, eu não sabia nada da obra, da

²²⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²²⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²²⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²²⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

ferragem, não sabia bem dizer nada. Eu nunca tinha trabalhado em construção". Além disso, informa que ser mulher em Jirau também foi desafiador, tanto pelo fato de ter poucas mulheres no canteiro, o que chamava muito a atenção dos homens.

No começo eu fiquei muito assustada, mas depois eu me senti muito vitoriosa porque eu via só, eu digamos assim oh ... E todo mundo falando: 'Nossa uma mulher na nossa área! Mulher na nossa área!' E todo mundo ficava perguntando: 'Uma mulher soldadora, soldadora!' Aí eu senti muito lisonjeada. Mas depois de uns dois, três meses aí eu comecei a ficar muito desprotegida, por causa que começou a entrar outras mulheres na área, aí começou o desrespeito dos caras, acho que as mulheres começaram a dar ousadia pros homens lá dentro, não sei o que acontecia... Aí começaram tipo uma prostituição lá dentro de mulher com os encarregado, os encarregado com as funcionárias era a maior cachorrada.

[...]

Aí foi perdendo o 'desrespeito' (sic), o respeito com as mulheres né ... **Antes eu passava recebia elogio, depois a gente passava e já escutava piada, por causa das outras. Ficou muito difícil depois. Comecei a desgostar, a querer sair pedi para ir embora, só que não quis deixar, o encarregado não quis deixar também.** (MARIA*, informação verbal, grifo nosso)²²⁹.

A preocupação com a segurança pessoal passou a ser um fator de cuidado para a entrevistada, pois mesmo tendo uma área de alojamento específico para mulheres, não tem "segurança nenhuma" no canteiro, "porque o acesso é livre" na área, o que dava "muito medo... de estupro... de estupro, de ser estuprada" (MARIA*, informação verbal)²³⁰.

O medo era superado pelos desejos e sonhos que a motivavam a trabalhar no dia a dia em uma obra de cerca de 23 mil trabalhadores, pois "era construir algo pra mim, montar um negócio próprio pra mim, não entrar mais em obras que tinham essa multidão de pessoas, principalmente de homens", considerava Maria* (informação verbal)²³¹.

Para esses trabalhadores e trabalhadoras que se aventuram pela primeira vez em um canteiro de obras de uma UHE, o que se constata, a partir dos relatos em foco, é que a mobilidade espacial do trabalho

²²⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²³⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²³¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

em busca de empregos com promessas de bons salários, benefícios como a Participação nos Lucros, cesta básica, Plano de Saúde e ainda passagem para ver a família que fica nos locais de origem, são estímulos que pesam nos deslocamentos pelo território nacional.

Mas não podemos dizer que somente "melhores salários" fundamentam a mobilidade, nem a busca por uma "casa própria", uma "moto", ou outro bem ou mercadoria. No fundo, a questão chave, materializada nesses elementos, está atrelada à necessidade do trabalhador/trabalhadora se reproduzir enquanto tal, manter a reprodução social e pessoal e da sua família, já que a única alternativa que lhe resta é a venda da sua força de trabalho.

Nessas trajetórias, os sonhos em ser um "empreendedor", "montar um negócio próprio", evidenciam mais uma vez o discurso propagado pela lógica econômica e política neoliberal, que essa seria a saída para o trabalhador: "ser patrão de si mesmo", que pode-se tornar um empreendedor e mudar sua condição de classe. Uma falácia mas que atua no plano da subjetividade do trabalhador, que apesar de enfrentar os dramas e a exploração nos canteiros de obra das UHEs, para alguns, a "liberdade" dessa condição passa pelo empreendedorismo. Um engodo! Para outros, como visto nos parágrafos anteriores, a plasticidade territorial do trabalho, ser camponês, ser operário "barrageiro", é o que permite ter um lugar real para onde voltar, para manter sua reprodução enquanto sujeito de classe.

Essa reprodução social do trabalhador enquanto força de trabalho, mesmo que movida pelo sonho de ter "um negócio próprio", também é essencial para movimentar sua mobilidade enquanto "barrageiro", o "peão de trecho", de longos trechos e muitas obras de UHEs pelo País e na própria região Amazônica, como o caso de Tucuruí, Balbina, Jirau, Santo Antônio, Belo Monte...

Quanto às trajetórias territoriais dos trabalhadores, já barrageiros, suas motivações não são diferentes, já que a cada obra a perspectiva de uma vida melhor e mais digna para suas famílias é o que os motiva a migrar de um estado para outro, de região para região do País, de uma barragem para outra.

Um caso elucidativo é o de João*²³², 36 anos, do município de Tucuruí, no estado do Pará.

Eu trabalhei na Camargo em Tucuruí. Tinha uma barragem lá e eu trabalhei. Entrei nela em 2007 e sai em 2009 [construção das Eclusas]; retornei novamente e depois saí no final de 2009 porque acabou a obra lá em Tucuruí. E nesse processo a Camargo entrou em contato com a ligação e eles me recrutaram porque precisava de mão de obra aqui [Jirau]. E então me convidaram pra trabalhar aqui em Jirau, em Porto Velho. Pagaram toda a minha passagem, despesas, entendeu? Aí vim trabalhei 01 ano e 04 meses, tive visita família, pagaram despesas e tudo, alimentação e passagem de avião (JOÃO*, informação verbal)²³³.

Portanto, a realidade de um operário já vinculado à empreiteira e que migra acompanhando-a nas várias obras que são construídas. Pela sua fala, as condições de trabalho parecem boas, inclusive, transparece que a construtora oferece boas condições, o que o motiva a se manter vinculado à mesma. Não se evidencia, ou o trabalhador não tem a consciência, que passagem e despesas de deslocamento pagas pela empresa não são benefícios e bondade do capital, mas direitos conquistados com muita luta, revolta, assim como o caso do direito à mobilidade, conseguido com a "baixada" para os operários de Jirau.

Quanto ao seu processo de adaptação, mesmo sendo da região Amazônica, o trabalhador destaca a dificuldade com a "questão cultural", dos "amigos", da comida - "aquele açazinho com aquele peixe".

Além desse ponto, destaca emocionado:

E depois de 01 ano e 04 meses essa questão de ficar muito longe de casa a saudade bateu [...] O mais difícil de tudo, o que primeiro bate na gente é a saudade da família, aí vem as amizades porque aqui colocam muitas pessoas da mesma cidade e termina é se adaptando, com tudo isso. **Mas o primeiro baque de imediato é essa questão familiar; na verdade a gente que é barrageiro, a gente 'acostuma' porque tem a família pra criar...** (JOÃO*, informação verbal)²³⁴.

²³² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²³³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²³⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

Para o trabalhador, a saudade da família, a distância do convívio e da sociabilidade torna a vida de barrageiro ainda mais difícil. E para se manter na atividade para a construção das grandes obras de produção de energia hidrelétrica, já gravada na sua identidade de barrageiro, mesmo com as dificuldades o faz se “adaptar”, pois “na verdade a gente é barrageiro, a gente se acostuma porque tem família para criar”. Assim, muito mais que uma adaptação, uma questão de acostumar, a estratégia de enfrentar a superexploração do trabalho na construção das UHEs só ocorre por que tem a reprodução social deste ser social e de sua família. Ou seja, uma reprodução de classe e da força de trabalho.

Vejamos mais um trecho da entrevista.

JOÃO: Olha, ser barrageiro é aquela pessoa que hoje tá aqui, visando ter um objetivo claro, lógico que é dar um conforto melhor pra sua família. E amanhã está em São Luiz ou Belo Monte, entendeu? Ou então, se termina passando a maior parte da tua vida meio longe de casa, mas o que te deixa fortalecido é saber que a família tá bem... [silêncio]

Pesquisador: E a saudade?

JOÃO: E a saudade... muito mal. (Pausa... entrevistado se emociona). Assim, que fortalece a cabeça fica enfim, entendeu? O carro tá na garagem, o colégio tá em dia...

Pesquisador: E hoje com esse término de contrato quem te espera?

JOÃO: A família!

Pesquisador: Quem?

JOÃO: Mulher, filho...

(Silêncio. O entrevistado se emociona).

(JOÃO*, informação verbal)²³⁵.

Em momento que pareceu ser de profunda reflexão quanto à vida de trabalhador migrante, barrageiro, o entrevistado faz uma avaliação, quase que em transe, em um profundo mergulho interior (sentado no meio fio, em frente ao hotel onde estava alojado esperando rescisão do contrato de trabalho), sobre sua experiência em Jirau.

Compensou! Compensou, é um aprendizado né, assim, cada vez que sai da sua cidade de origem e vai pra outros estados, é um aprendizado a mais é uma experiência a mais na sua vida né. Enfim, então compensou tanto na questão do

²³⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

aprendizado quanto na questão financeira, na questão financeira... O salário é bom, a Camargo paga em dia, né, então compensou, com certeza.
(JOÃO*, informação verbal)²³⁶.

Com essa avaliação e com a perspectiva de ficar alguns meses com a família, quase que num processo de "recarregar as energias", possibilitado pela "poupança" feita, para assim se fortalecer novamente, os planos posteriores se voltam para a "sina de um trabalhador barrageiro", "ir pra casa por enquanto... e outra obra", outra grande obra barrageira "Belo Monte, São Luiz, Marabá, entendeu! Para Tucuruí... Eu acho que vou esperar uns dois, três meses para rodar o trecho" (JOÃO*, informação verbal)²³⁷.

O depoimento evidencia que a mobilidade espacial do trabalhador impõe a este sujeito um difícil processo de readaptação no novo local de trabalho, o que inclui questões relacionadas às mudanças de ambiente, singularidades culturais (como a própria culinária), mas principalmente de elementos relacionados às subjetividades do indivíduo. Neste aspecto, a ausência da convivência diária com a família provoca um estresse emocional significativo para o sujeito, o que torna o cotidiano de trabalho ainda mais difícil, devido à convivência em um alojamento com outros trabalhadores com histórico de vida diferente, costumes e hábitos que fazem deste ambiente um não-lugar, no qual aquele espaço não tem representação e ligações subjetivas com o seu cotidiano, com suas práticas sociais, culturais entre os sujeitos que para ali se dirigem em um primeiro momento.

Aquele espaço, o canteiro de obras, surge afinal como território do capital, com formas de controle e de poder que visam sua reprodução cada vez mais ampliada, por isso o território do hidronegócio-energético é um não-lugar para o trabalhador. No capítulo 7 analisaremos como o capital controla o trabalho nesse espaço. Já no capítulo 8, mostraremos as revoltas dos trabalhadores frente a essas formas nefastas de controle intrínsecas ao destrutivismo do capital.

Por ora, quando falamos da mobilidade espacial do trabalho, vamos além do deslocamento espacial, porém este processo inclui

²³⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²³⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

mediações do próprio mecanismo de reprodução do capital, das formas de controle sobre o trabalho, o que tem impactos diretos sobre a objetividade e a subjetividade do trabalhador migrante, por isso o peso dado por tais sujeitos à redução do tempo de visita familiar - redução do tempo de "baixada", enfim ao tempo livre.

Rogério*, 28 anos, de Canindé (SE), foi para a UHE de Jirau por intermédio de agenciador, e também teve uma fase de adaptação considerada boa, apesar das condições climáticas (calor e umidade elevada), "mas mesmo assim foi bom, é bom a gente conhecer outros lugares, somos barrageiros mesmo" (informação verbal)²³⁸.

Para ele, complicado e difícil foi o alojamento, "lidar com oito pessoas num quarto, isso é ruim. **Você não confia em ninguém, passar sua vida com pessoas que você não conhece mesmo**". Isso por que o trabalhador tem familiares na obra, um primo e um irmão que ajuda a manter os laços com pessoas conhecidas e do convívio do lugar de origem.

Rogério* é barrageiro há doze anos, tendo trabalhado no estado de Minas Gerais, entre 2001 e 2002, depois nos estados de Tocantins e Goiás, e após mais um retorno para Minas Gerais foi para Porto Velho, trabalhar em Jirau, onde ficou por nove meses até sua demissão. Este, durante a entrevista, faz uma avaliação da experiência na obra, dizendo estar arrependido em ter ido para a Amazônia, pois teve duas malárias e quase morreu. "**É, agora tô indo embora para não pegar a terceira**" (informação verbal)²³⁹.

Desse modo, outra variável entra no processo de mobilidade do trabalho que é a saúde do migrante²⁴⁰ atrelada ao trabalho, já que para a região amazônica os fatores atrelados à malária, febre amarela e leishmaniose são questões preocupantes, não só após o enchimento dos reservatórios das UHEs, mas decorrente da própria mudança na paisagem com a formação dos canteiros e à exposição dos trabalhadores aos vetores dessas doenças.

Pedro*, de 50 anos, de Vitorino Freire (MA), foi para Jirau com sonhos e desejos, e vivendo a dura realidade da obra durante 8

²³⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²³⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²⁴⁰ Uma análise sobre migração e saúde foi realizada por Moraes e Priuli (2011) para o caso dos trabalhadores do corte da cana de açúcar.

meses, viu tudo “desmoronar”. Foi agenciado na pequena cidade onde mora com a família, indo para Porto Velho de ônibus.

Deixei o Maranhão, deixei lá tudo planejado, vou retornar ao trabalho e concluir... é um projeto, quando a gente está empregado já monta um projeto; vou fazer isso aqui, vou trabalhar um ano e seis meses lá no mínimo e já tem um dinheirinho pra mim fazer. Então tudo desmoronou... (PEDRO*, informação verbal)²⁴¹.

Paulo*, também na faixa de 50 anos, de Tucuruí no estado do Pará, trabalhava como carpinteiro em estaleiro de barco antes da primeira experiência em barragem na Camargo Corrêa, na UHE de Tucuruí (PA). Após ficar desempregado e saber da contratação em Jirau procurou o SINE para tentar uma vaga no empreendimento. Relata o processo de agenciamento:

[...] pra recrutar a gente vai lá no SINE e bota só o nome... logo no começo eles davam a manutenção até da viagem da gente, agora que nós viemos pra cá eles não deram mais, **eles entregavam na mão do motorista, você comia só hora que o motorista queria, porque a obrigação é eles darem R\$ 110,00 pra cada um, pra vim se alimentando de lá pra cá; mas eles não fazem isso, eles entregam na mão do motorista, aí o cara vem sofrendo de lá, é o jeito, você já tá na viagem.** (PAULO*, informação verbal, grifo nosso)²⁴².

Além das dificuldades relatadas com a viagem, o trabalhador também denuncia as formas de tratamento que encontrou no canteiro de obras da UHE de Jirau:

you tá alojado, você vem pra cá você tem que ter ao menos uma referência boa né, mas chega aqui, **se você adoecer aí você tá rodado porque eles não lhe dão remédio, o que o doutor faz é só falar o que você tem, escrever no papel e você se vira pra comprar** (PAULO*, informação verbal, grifo nosso)²⁴³.

Portanto, além das promessas não cumpridas, que são feitas durante a contratação da mão de obra, o trabalhador ao chegar no município de Porto Velho e conseguir ser empregado na UHE de Jirau,

²⁴¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁴² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²⁴³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

quando não é abandonado à própria sorte pelas ruas e rodoviária da capital sem ter efetivamente o emprego garantido, este também mesmo tendo a segurança do emprego formal, também é lançado à própria sorte nos canteiros da UHE - esse tema será analisado no capítulo 7. Muitas denúncias como estas que nos foram feitas, e mostram que a saúde do trabalhador no ambiente não é uma prioridade para as empresas, pois quando se consegue uma consulta com um médico, o acesso à medicação e o tratamento não é uma garantia. Fica o operário com uma receita em mãos, mas sem os recursos financeiros para comprar os remédios na farmácia do próprio canteiro, além disso, quando o caso exige tem que se deslocar até Porto Velho para procurar atendimento hospitalar. Então, encontra a realidade precária, sem vagas e com falta de estrutura e de médicos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo, na capital rondoniense.

Diante do exposto, com a investida do capital nacional e transnacional para a Amazônia, com a construção de grandes obras de produção de energia hidrelétrica como as UHEs de Jirau e Santo Antônio, no Complexo Madeira, juntamente ao fluxo intenso de capitais, também há a mobilidade espacial (migração) de trabalhadores em busca de novas oportunidades de emprego e melhores salários, seja de empregos formal ou informal, enfim, do sonho de uma vida melhor.

Além disso, a promessa de desenvolvimento para todos torna o discurso ideológico de políticos (locais, regionais e federais) e dessas empresas, ainda mais forte para populações que veem em tais empreendimentos um caminho para ter acesso a bens de consumo tão propagados com uma série de medidas macroeconômicas - como a redução de IPI e estímulo ao consumo e ao crédito. Promessas que fazem ampliar ainda mais a sobrepopulação disponível como força de trabalho à disposição para o capital, mesmo com o significativo número de postos de trabalho criados no pico das obras das UHEs, ainda que sejam de forma temporária, é fato que toda essa mão de obra não será empregada nas obras. Mas apesar disso, cumpre um papel importante para o capital, pois representa, no mínimo, mais uma estratégia de controle sobre os operários empregados, que com o medo do desemprego e frente ao contingente à espera de uma vaga, ficam mais sujeitos ao trabalho degradante e precário que estão submetidos.

É nesse cenário que se pode evidenciar como a dinâmica territorial do capital na Amazônia brasileira, via territórios do hidronegócio-energético, se conjuga com a mobilidade espacial do trabalho em escala nacional, sendo as UHEs do rio Madeira um eixo migratório no território, já que além dos trabalhadores acostumados a acompanhar as grandes obras de UHEs (barragens), também identifica-se a migração de trabalhadores que, de certa forma, se aventuram pela primeira vez nesses gigantescos canteiros de obras de construção de Jirau e Santo Antônio.

A plasticidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2009) torna-se um fato diante das formas encontradas pelos trabalhadores que migram de função e atividades laborais em busca de sua reprodução enquanto sujeitos da classe a que pertencem, a classe trabalhadora, pois se em determinados momentos da sua labuta realizam atividades no campo, em outro momento pode ser cortador de cana-de-açúcar, e meses depois pode se tornar um barrageiro em Jirau, Santo Antônio ou Belo Monte e, na sequência, carregador de caminhão, servente de pedreiro, carpinteiro, etc.

Entender essas tramas de relações constituiu-se um desafio, embora ainda em construção, não só para a tese que se apresenta, mas pelos processos que estão em movimento no Brasil do “Novo Desenvolvimentismo”, de grandes obras de infraestrutura do PAC, pois os exemplos de como o capital, ao territorializar-se nesses grandes projetos, com financiamentos e fortes incentivos dos governos municipal, estadual e federal, permite também alterar, em parte, a dinâmica espacial do trabalho em escala nacional, regional e local. Todavia, os lugares onde tais obras ocorrem e/ou em suas áreas de influência há a construção de outras práticas espaciais que permitem a compreensão das particularidades desses processos que mantêm mediações difíceis de serem percebidas e analisadas, em especial quando se buscar compreender a Amazônia nesse início de século XXI.

A prática de arregimentação de trabalhadores para projetos dessas dimensões, com financiamento e recursos que ultrapassam as cifras de R\$ 17 bilhões (só em Jirau), que se valem de estratégias de exploração e degradação do trabalho já no momento da contratação de trabalhadores, tanto nos circuitos formais, como e, especialmente, nos circuitos informais, precários, de tráfico de pessoas para o trabalho,

de arregimentação com práticas análogas à escrava é uma das faces da neobarbárie do "Novo Desenvolvimentismo" na Amazônia. Ou seja, mecanismos regressivos de acumulação primitiva que apartam, expropriam e desterritorializam os trabalhadores dos seus meios de existência e os põem à disposição do capital para que use essa força de trabalho em seu proveito e acumulação. Queremos dizer com isso que embora haja nos preceitos legais a contratação de trabalhadores formais, há também a contratação de mão de obra de forma significativa que paira a informalidade, com contratos precários, por meio da terceirização, com insegurança jurídica respaldada no prolongamento do período de experiência, sem falar no mais expressivo que é a arregimentação de trabalhadores por meio de "gatos"/intermediários que acabam tendo o aval do SINE (como denúncias apresentadas), para legalizar estes mecanismos clandestinos de contratação de trabalhadores.

Portanto, somos tentados a afirmar que estes mecanismos constituintes dos processos de mobilidade espacial do trabalho, atrelados às obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio, reproduzem no território elementos da acumulação primitiva.

A contratação, a migração e mobilidade do trabalho (no sentido do uso pelo capital), a geração de uma população trabalhadora excedente aos empregos gerados, são o primeiro mecanismo de entrada para a superexploração do trabalho empregada pelas grandes, médias e pequenas empresas que participam da construção dessas UHEs. Há assim, uma cadeia de mediações, que articulam as formas de trabalho terceirizadas e de contratação direta para a construção civil das barragens, mas também de outras atividades vinculadas às mesmas como alojamentos, supressão vegetal, etc. Portanto, o controle da força de trabalho já nessa fase é um elemento fundamental para o capital na indústria de produção de energia hidrelétrica, que na fase de maior investimento que é a construção da UHE, e do controle efetivo dos recursos naturais hídricos com potencial energético, se consolidam assim na constituição dos territórios do hidronegócio-energético.

Certamente isso ocorrendo no plano econômico e objetivo das relações contratuais e políticas da relação Estado, capital e trabalho, têm rebatimentos certos sobre os sujeitos que trabalham, sobre a classe trabalhadora, em suas práticas espaciais de vínculos do trabalho subjugado e alienado ao capital, via sua identidade

territorial refletida nessa plasticidade que permite sua reprodução enquanto força de trabalho.

Vejamos as formas manipulatórias empregadas pelos consórcios construtores das UHEs de Jirau e Santo Antônio, bem como das empresas terceirizadas que tocam tais obras, de arregimentar trabalhadores em estados da Federação que padecem de sérios problemas sócio-econômicos como o Maranhão, Piauí, Pará, mas não só, que ao prometerem e disseminar o discurso falacioso do desenvolvimento e do emprego formal, recheado de benefícios, induzem fluxos intensos de migração para enfrentarem uma realidade adversa à propagada no momento de atrair essa mão de obra.

Os sonhos desfeitos, a desconstrução da ilusão acaba acontecendo no dia a dia, na vivência nos canteiros de obras, sob "o sol implacável" do bioma amazônico, mas também e, pior, da ação mais implacável ainda da lógica degradante do capital de sugar do operário seu trabalho, sua saúde e seus sonhos, como base na sua irracionalidade sistêmica destrutiva ao ambiente e ao homem. Certamente que nesse processo intenso de exploração, degradação e precarização, já na fase de contratação e arregimentação do trabalho, surgem uma resistência desse sujeito, que na contradição e no embate entre capital e trabalho constrói e reconstrói essas relações de lutas e resistências.

Como vimos no capítulo 2, no contexto da reestruturação produtiva do capital e seus impactos no território brasileiro, o mundo do trabalho é atingido em cheio, a partir da reorganização produtiva e gerencial do trabalho, de novas formas de flexibilização e redução de direitos trabalhistas etc. Se o núcleo do trabalho organizado sentiu isso de modo mais intenso, tal mecanismo de reestruturação produtiva do capital não privou outras esferas e setores como da indústria da construção, em especial na sua relação com a indústria de produção hidrelétrica. Vimos, assim, as articulações de capitais do setor energético com construtoras, capital financeiro, bancos, enfim, toda uma trama de combinações comandadas pelo capital financeiro que vai encontrar no setor de geração de energia hidrelétrica uma estratégia de reprodução ampliada. E o Brasil do "Novo Desenvolvimentismo" e a região Amazônica como a nova fronteira hidroenergética são um dos espaços privilegiados para a reprodução ampliada do capital em sua fase de crise estrutural.

Portanto, frente ao controle já realizado dos recursos naturais, da superação das barreiras políticas, dos marcos regulatórios para a mercantilização da natureza, da agilidade nos mecanismos de liberação ambiental, dos financiamentos fartos conseguidos para a construção das UHEs, e dos próprios mecanismos vistos neste capítulo de disponibilidade da força de trabalho, nos falta compreender qual o uso dado pelo capital a essa força de trabalho na UHE de Jirau. Além disso, a partir desse caso empírico, qual importância assume esse uso para o processo de reprodução do capital ao se direcionar para a Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, nas condições objetivas e materiais postas pelo momento atual da crise estrutural do capital e pactuado pelo projeto político-econômico do "Novo Desenvolvimentismo".

Parte desta questão será respondida no capítulo 7, quando analisaremos as formas de dominação, precarização e superexploração do trabalho na UHE de Jirau.

CAPÍTULO 7

**PRECARIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: A
NEOBARBÁRIE ANUNCIADA NA UHE DE JIRAU**

Este capítulo tem como objetivos analisar a problemática da precarização e da superexploração do trabalho na UHE Jirau, compreendendo-a no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob o "Novo Desenvolvimentismo", onde a Amazônia se consolida como a nova fronteira hidroenergética nacional.

Deste modo, a crise estrutural do capital e o processo de reestruturação produtiva, bem como os desdobramentos sobre o mundo do trabalho no território brasileiro, expressam a reorganização do capital e o reavivamento do destrutivismo que repõe em cena mecanismos regressivos mediante o desterramento de comunidades tradicionais, a mobilidade de camponeses, que combina com processos organizacionais e produtivos espectrais constituindo-se em um "híbrido" de gestão e controle social.

Assim, como demonstra Thomaz Júnior (2009b, p. 56), "O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho". Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados.

É deste modo que os territórios do hidronegócio-energético, na Amazônia, constituem-se em espaços que articulam tempos diferentes de reprodução do capital pela via do controle e organização do trabalho; ou seja, expressam o desenvolvimento desigual e combinado do capital em um certo tempo e espaço que se repõe de elementos e práticas regressivas e espectrais (THOMAZ JÚNIOR, 2013).

Como visto no capítulo 6 a mobilidade do trabalho para a UHE de Jirau evidencia justamente como o capitalismo brasileiro, no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", mantém mecanismos de controle e de desterritorialização do trabalho sob condições da acumulação primitiva, pilhando seus meios de vida, seus recursos, e impondo aos trabalhadores que sejam força de trabalho à sua disposição para a construção de empreendimentos de grande magnitude como as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

Assim, o trabalho passa a ser controlado pelo capital desde o momento de arregimentação, instante em que ainda não está sendo literalmente usada no processo de produção propriamente dito, mas já há formas de controle tanto de assalariados, como camponeses ainda com vínculos precários com a terra, e também de trabalhadores desterrados.

O salto qualitativo para a extração de mais trabalho pelo capital na indústria de produção de energia, na fase de implantação das grandes UHEs, é quando se combina essa força de trabalho diversa e dá-lhe o uso no processo produtivo propriamente dito, via articulação com os mecanismos de gestão e organização do trabalho do momento da reestruturação produtiva.

Portanto, é na exploração da força de trabalho pelo capital²⁴⁴ que buscaremos avançar na reflexão e desnudar as condições laborais encontradas em Jirau. Tais condições ficam mais precarizadas à medida que as formas manipulatórias de exploração se desenvolvem, com destaque para os mecanismos de extração de mais trabalho, via processos de expansão da jornada, intensificação da produção, subcontratação, terceirização, aumento dos coeficientes de produtividade e metas de produção. Além dessas formas de controle nos canteiros de obras, há também a expansão para a esfera da vida da reprodução do trabalho, impactadas pelo cotidiano em alojamentos insalubres, alimentação insuficiente, coerção, vigilância, assédio etc.

Fundamentamos nossa análise nos Relatórios de Fiscalização da UHE Jirau (2010), produzidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia; Autos de Infração da SRTE/MTE-RO de diversas empresas atuantes na obra de Jirau em dois momentos distintos - abril de 2010 e maio de 2011; Ação Civil Pública com Pedido Liminar de Antecipação dos Efeitos da Tutela em face ao Consórcio Energia Sustentável do Brasil S.A. (CESBR) e empresa Camargo Corrêa, movida pela Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, do Ministério Público do Trabalho (MPT-RO); entrevistas com auditores fiscais da SRTE/RO, procuradores do MPT/14ª Região, dirigentes do STICCERO e trabalhadores da UHE Jirau.

²⁴⁴ A mobilidade do trabalho em sua potência, não só na mobilidade espacial, mas na articulação das formas intensiva e extensiva de extração de mais trabalho, conforme nos mostra Gaudemar (1977).

7.1 Relações de trabalho no âmbito dos Acordos Coletivos

As relações de trabalho foram analisadas com base nos Acordos Coletivos de Trabalho e Convenções Coletivas de Trabalho²⁴⁵ (ACT e CCT), firmados entre o STICCERO e o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de Rondônia, e empresas envolvidas na construção da UHE Jirau, como Camargo Corrêa e ENESA Engenharia (Montagem Eletro Mecânica)²⁴⁶.

Os ACTs têm abrangência para as categorias de trabalhadores da indústria da construção civil que desempenham suas atividades nas obras da UHE Jirau, com abrangência territorial em Porto Velho (RO), tanto para as empresas acordantes como para as suas contratadas, seja em atividades nas obras civis, montagem industrial e desmatamento.

Embora os ACTs tenham mostrado poucas alterações, e apesar de em alguns pontos ter havido conquistas para os trabalhadores, os fundamentos do controle sobre o trabalho foram mantidos, como jornada de 44 horas semanais e de 220 horas mensais, embora tenha casos de jornada de 6 horas diárias, totalizando 36 horas, para ocupantes de cargos cuja jornada é regulada por legislação específica, por exemplo, categorias diferenciadas como telefonista, segurança etc.

Em Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2012, de 21 de julho de 2010, com vigência de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2012, abriu-se a possibilidade de ampliação da jornada, que apesar

²⁴⁵ A Convenção Coletiva de Trabalho de 2008/2009 teve abrangência no período de vigência que referiu-se a 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009, com data-base da categoria em 1º e maio. As cláusulas de vigência econômica tiveram validade de 12 meses e as demais cláusulas da Convenção Coletiva de 24 meses, ou seja, até 30 de abril de 2010.

Os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) pesquisados no site do MTE entre o STICCERO e Camargo Corrêa foram: Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010, Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2012, Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, ACT comum que inclui a Camargo Corrêa 2012/2013 e Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2014.

²⁴⁶ No que tange aos trabalhadores da construção civil, as funções laborais podem ser divididas em quatro grupos, que são: a) Grupo I: Serventes; b) Grupo II: Meio Oficial - auxiliares de eletricista, de laboratório, de administração, de serviços gerais, de Agente de Portaria e demais funções auxiliares; c) Grupo III: Oficiais - pedreiro, carpinteiro, armador, eletricista montador, eletricista predial, encanador, nivelador, operador de guincho, apontador, pintor, motorista, almoxarife, e demais funções similares; d) Grupo IV: operador de retroescavadeira, motoniveladora, motoscrapers, trator de esteira, rolo de acabamento, pá carregadeira, rolo compactador.

de estar fixada em 44 horas semanais de segunda a sexta-feira, criou-se condições de prorrogá-la na semana e convocação aos sábados, com computação em horas extraordinárias.

Apresentadas como reivindicação dos trabalhadores, esse Aditivo corrobora com a manutenção de baixos salários pagos aos trabalhadores migrantes em Jirau, que necessitam ampliar a jornada para aumentarem seus rendimentos mensais, além do fato das empresas criarem mecanismos de ampliação da jornada de trabalho. Isso pode ser constatado comparando os ACTs quanto ao adicional de horas extras, que não estava presente na CCT de 2008/2009, e passou a fazer parte das reivindicações dos trabalhadores no ACT da Camargo Corrêa e subcontratadas, a partir de 2009/2010.

Houve reajustes para os salários e estabelecimento de pisos das categorias da construção civil, que atingiram as empresas Camargo Corrêa e ENESA, ambas no canteiro da UHE de Jirau. No entanto, mesmo com os reajustes, constata-se que se comparado à média do Salário Mínimo de 2008, a remuneração não chegava a 2 Salário Mínimo para as categorias de ajudante e meio oficial da construção civil. Os percentuais referenciados de 2,6%²⁴⁷ na reposição da inflação nos indica que frente aos baixos salários, comparados aos Salários Mínimos vigentes no período 2009/2010, os trabalhadores buscaram, na expansão das horas extras e na possibilidade de realizá-las - tanto durante os dias da semana, com aumento de 2 horas diárias na jornada de trabalho, como aos sábados, domingos e feriados - alternativas para alcançarem melhores remunerações no canteiro de obras da UHE Jirau. Além disso, os reajustes, somente para cobrir os índices de inflação não podem, na prática, ser considerados aumento de salários, senão correção. Para o capital isso representa a reprodução das condições mínimas dessa força de trabalho.

Por outro lado, ocorreram outras ações por parte dos trabalhadores com vistas à melhoria ou de tornar "menos pior" as condições de trabalho no canteiro de obras da UHE de Jirau. Dentre elas destaca-se o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que para os ACTs firmados entre o STICCERO e a empresa Camargo Corrêa (2009/2010; 2010/2011; 2011/2012), é importante notar que todos

²⁴⁷ No ACT 2009/2010 o reajuste total foi de 8%, inflação no período de 5,5%, com reposição real de 2,6%.

mantêm a mesma cláusula na qual a empresa estabelece a PLR com o pagamento de 25 (vinte e cinco) horas mensais do respectivo salário de cada trabalhador (em 2013 elevou-se para 33 horas), vinculado à meta e objetivos a serem atingidos individual e corporativamente, para a implementação a partir de 1º de novembro de 2009.

Na realidade a PLR é um mecanismo de controle sobre o trabalhador, pois o submete às metas e objetivos de produção/intensificação para garantir a gratificação/remuneração extra a cada seis meses. Isso contribui para o projeto do CESBR de antecipação da obra em um ano, e o lucro extra por conta da antecipação da venda de energia para o mercado livre.

Outros pontos presentes nos ACTs que também merecem destaque são: Cesta Básica/vale alimentação; Assistência Médica; Auxílios medicamentos, filho excepcional, funeral e de seguro de vida; Adicional de Insalubridade e/ou Periculosidade.

Para os trabalhadores fora do estado de Rondônia, uma conquista foi a folga, a "baixada"²⁴⁸ de cinco dias úteis para visita familiar, sendo esses dias remunerados, e com passagem rodoviária de ida e de volta ou com o valor equivalente em pecúnia para outro meio de transporte.

Outro avanço relevante para as condições de trabalho em Jirau, refere-se à cláusula sobre Assédio Moral, prevista no ACT de 2011/2012, já que as empresas deveriam se comprometer a realizar campanhas educativas para a sua prevenção.

Houve também para as mães trabalhadoras o auxílio creche, até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), mensalmente, por filho(a) com idade até 6 meses de idade.

Por fim, merece registro a avaliação de desempenho e promoções dos trabalhadores, que após 3 meses consecutivos desenvolvendo atividades diferentes de sua responsabilidade, em função

²⁴⁸ Essas folgas conhecidas como "baixadas", no Acordo de 2009/2010, eram a cada "6 (seis) meses de trabalho, sendo 3 (três) dias compensados e 2 (dois) dias remunerados"; no ACT de 2010/2011, ficou assegurado uma folga de 5 (cinco) dias úteis, a cada 4 (quatro) meses trabalhados, sendo todos os dias de folga remunerados; já no ACT 2011/2012 há um avanço, pois a folga passou a ser a cada 3 meses trabalhados, sendo todos os dias de folga remunerados, bem como fornecimento de passagem aérea para as capitais ou cidades mais próximas do local de domicílio, servidas por voos regulares, completando-se por trecho rodoviário até o destino final, quando for o caso.

hierarquicamente superior, seriam efetivados na nova função, o que não vale para substituição temporária, inferior a 90 dias. Essa prerrogativa nas relações de trabalho abre precedente para o "desvio de função", no qual trabalhadores acabam exercendo funções diferentes para as quais foram contratados, sejam em condições hierárquicas superiores ou inferiores.

Como enfocado, além da empresa Camargo Corrêa, outra que merece atenção quanto às relações de trabalho é a ENESA Engenharia, responsável pela montagem eletromecânica na UHE Jirau. Os respectivos ACTs mantêm as mesmas cláusulas já apresentadas para a Convenção Coletiva e Acordos de Trabalho da empresa Camargo Corrêa. Esta empresa também passou a adotar o PPLR Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) vinculados a metas e objetivos a serem atingidos individualmente pelo trabalhador, com pagamento semestral.

7.2 Prolongamento da jornada e degradação no ambiente de trabalho

Nesta seção buscamos apresentar alguns elementos norteadores que permitam trazer para a análise os problemas encontrados nos canteiros de obras da UHE de Jirau, que em sua maioria não se distanciam dos encontrados também na UHE de Santo Antônio.

Este tema será discutido em três momentos, por mais que sua lógica e processos não ocorram distanciados/separados uns dos outros, como as irregularidades mantidas pelas empresas construtoras quanto à legislação trabalhista, desrespeito aos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, bem como àquelas que dizem respeito às condições de segurança/acidentes e saúde no ambiente de trabalho.

Portanto, como a racionalidade que prevalece é a do capital, movida pela busca incessante por lucros rápidos e cada vez maiores, uma meta foi a antecipação da construção da UHE de Jirau para a venda de energia para aquém do prazo estipulado no leilão da ANEEL, bem como pelo emprego de trabalhadores no empreendimento acima do limite previsto no EIA, enquanto o pico previsto foi de 15 mil operários, atingiu no auge da obra 25 mil.

Diante disso, as condições impostas aos trabalhadores, as formas manipulatórias de intensificação e degradação do trabalho, de segurança ou insegurança com acidentes e impacto na saúde, são elementos indissociáveis de um mesmo processo e da lógica destrutiva

do capital para a redução de custos, aceleração das obras e superexploração, combinados a mecanismos identificados à acumulação primitiva.

As entrevistas junto aos trabalhadores revelam uma série de denúncias sobre as condições degradantes de trabalho nos canteiros de obras (margem direita e esquerda) da UHE de Jirau. Os aspectos enfocados sobre o meio ambiente de trabalho são: alojamento, alimentação, condições sanitárias, transporte, condições de trabalho na obra conforme função e dificuldades climáticas, capacitação profissional/promoção, desvio de função, controle das horas extras, pouco tempo para refeição, "baixada", lazer, assédio moral - decorrente de maus tratos e opressão aos operários.

O Relatório de Fiscalização da UHE Jirau (BRASIL. MTE. SRTE/RO, 2010, p. 13), da SRTE/RO, destaca que as irregularidades envolvendo a "legislação trabalhista mais comuns **foram o excesso de jornada, falta de registro mecânico para controle de jornada, intervalo para descanso irregular**, entre outros casos, que estão relacionados nos autos de infração [...]" (grifo nosso). Além disso, destaca o citado relatório que devido à logística do empreendimento há uma grande movimentação de trabalhadores dentro e fora do canteiro de obras, cujo deslocamento não é computado na jornada de trabalho, seja como jornada "*in itinere*" dentro do canteiro e no deslocamento dos trabalhadores Jirau-Porto Velho / Porto Velho-Jirau.

Esse relatório e os Autos de Infrações fundamentam a ACP da Procuradoria Regional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho PRT-MPT/RO (2011), contra o Consórcio ESBR e empresa Camargo Corrêa, pois "constataram-se de forma irrefutável, práticas de desrespeito aos direitos elementares dos trabalhadores contratados para levar a cabo a correspondente obra", além de

fatos que caracterizam graves infrações à legislação trabalhista e à Constituição Federal, na medida em que ofendem a dignidade dos trabalhadores e fazem letra morta dos dispositivos constitucionais que garantem os direitos sociais de milhares de cidadãos contratados para trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica Jirau (BRASIL. MPT-RO, ACP, 2011, p. 4).

A Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, nos procedimentos da citada ACP, apresenta um histórico das autuações

realizadas pela SRTE-RO, das quais foram lavrados os autos de infração que evidenciam a violação de direitos trabalhistas por diversas empresas, dentre elas a Camargo Corrêa.

Primeiramente apresenta infrações referentes a 08 (oito) Autos de Infrações, datados de 29 de junho de 2009. No mesmo ano, no dia 23 de novembro, foi realizada nova inspeção no canteiro de obras da UHE Jirau, com participação de representante do MPT (um Procurador e um Analista Pericial), e dois Auditores-Fiscais do Trabalho da SRTE-RO. Na ocasião da ação fiscal do Grupo Especial de Fiscalização em Obras de Infraestrutura, realizada no período de 17 a 25 de novembro de 2009, foram lavrados 16 autos de infração.

No mês de junho de 2010, a SRTE/RO, via Chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalho, remeteu relatório ao MPT/RO sobre a nova fiscalização em Jirau, ocorrida no período de 05 a 16 de abril de 2010. A ação do Grupo Especial de Fiscalização em Obras de Infraestrutura gerou a lavratura de 330 autos de infração, sendo 90 contra a Camargo Corrêa, responsável pela construção civil da obra de Jirau.

Uma nova ação de fiscalização em Jirau foi realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização em Obras de Infraestrutura, no mês de maio de 2011, sendo lavrados contra a empresa Camargo Corrêa, 21 autos de infração, todos em descumprimento de normas de segurança e saúde do trabalho.

No período de 07 a 10 de junho de 2011 foi realizada a **Força-Tarefa "Projeto Construir com Dignidade"**, no canteiro de obra da UHE Jirau, como parte da atuação do MPT, em escala nacional. Essa ação coordenada orientou-se no combate às fraudes trabalhistas e irregularidades no meio ambiente do trabalho, no combate e erradicação do trabalho em condições análogas à de escravo e do aliciamento no setor da construção civil, sendo, pois, com atenção às obras do PAC, da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas de 2016. Foram lavrados novos autos de infração contra a empresa Camargo Corrêa devido a várias irregularidades no ambiente de trabalho e nos procedimentos de contratação da obra de Jirau.

O Relatório de Fiscalização da SRTE/RO (2010), teve ação fiscalizatória em 33 empresas contratadas pelo Consócio Energia Sustentável do Brasil S.A., responsável pela construção de Jirau, que

prestam serviços técnicos, atividades acessórias, de acompanhamento etc., comissionamento de equipamentos e outras atividades, totalizando cerca de 11.000 trabalhadores. Segundo o referido Relatório o universo total de empresas contratadas pelo Consórcio ESBR era de 65 empresas totalizando mais de 12.000 trabalhadores em abril de 2010 (BRASIL. MPT-RO, ACP, 2011).

Devido à amplitude das atividades de construção da UHE de Jirau, e por ter feito parte do consórcio construtor e ser a principal empreiteira atuante na UHE, focaremos no caso da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa que foi autuada em uma série de irregularidades, tanto no âmbito da legislação trabalhista, quanto da segurança e saúde do trabalhador.

Em relação às irregularidades referentes à legislação trabalhista o Auto de Infração correspondente afirma que a empresa Camargo Corrêa comete as seguintes irregularidades: a) **“Deixa de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, como prescrito na CLT, ou seja, nos estabelecimentos com mais de 10 empregados”** (BRASIL. MTE - SRTE/RO, 2010, p. 16, grifo nosso).

As mesmas infrações também foram cometidas pelas seguintes empresas: Leme Engenharia LTDA, com 123 empregados; Capuano Fretamento e Turismo LTDA, transporte de trabalhadores, com 28 empregados; Porto Madeira Turismo LTDA, transporte de trabalhadores, com 168 empregados; CONSARG - Construtora e Comércio LTDA, serviços de construção civil em geral, com 233 empregados; Mario Marcos Kawano, serviços de terraplanagem, com 172 empregados; ÓTIMUS Terraplanagem LTDA, serviços de terraplanagem com 21 empregados; SOTREQ S.A., serviços de manutenção nos equipamentos Caterpillar, com 30 empregados.

Além dos problemas oriundos da não disponibilização dos registros dos horários de trabalho e descanso dos operários, houve também para 09 empresas autuadas, infrações quanto ao período de descanso e prorrogação da jornada normal de trabalho para além do permitido, com respeito: a) **“Deixar de conceder período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho”**; e b) **“Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal”**

(BRASIL. MTE-SRTE/RO, 2010, grifos nossos). As empresas autuadas nessas infrações foram: SC Transporte e Construções LTDA, responsável pelos serviços de transporte e cargas entre as duas margens do rio Madeira, com 42 empregados; Construtora OAS LTDA, atuando nos serviços de construção civil em geral, com 178 empregados; J. Luis Costa Cunha EPP, transporte de trabalhadores, com 35 empregados; Porto Madeira Turismo LTDA, transporte de trabalhadores, com 168 empregados; R.F. Tur - Turismo LTDA, com 74 empregados; CAIMAR - Construtora, Instaladora e Serviços LTDA, construtora de rede de distribuição de energia, com sete empregados; IBQ Indústria Química LTDA, serviços de desmonte de rocha a céu aberto, com uso de explosivos, com 49 empregados; TERRAPAR Construtora e Terraplanagem LTDA, serviços de construção civil, com 39 empregados; TOMIASI Transporte LTDA, serviços com caminhão muck madal (terraplanagem) com 22 empregados.

Já para as empresas Rondonorte Transporte e Turismo LTDA, transporte de trabalhadores, com 95 empregados; Manoel Marchetti Indústria e Comércio LTDA, que atua em serviços de construção de edificação em madeira e alvenaria (alojamento e outros), com 96 trabalhadores; e MTSUL - Terraplanagem e Transporte LTDA, serviços de terraplanagem com 93 empregados, as infrações constituíram em **"Deixar de conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas"** (BRASIL. MTE-SRTE/RO, 2010, grifo nosso).

A não concessão de intervalo mínimo para alimentação, repouso, descanso entre jornadas de trabalho e registro seguro dos tempos de trabalho e descanso, permitem evidenciar elementos da expansão do tempo de trabalho para com os trabalhadores do canteiro de Jirau. Este mecanismo empregado pelas empresas também foi relatado pelos entrevistados.

Segundo Amâncio*, 36 anos (informação verbal)²⁴⁹, funcionário em exercício, o mais difícil no seu dia a dia de trabalho é "o negócio do almoço, que é 'puxativo' [...] porque a gente chega, vira tumulto, fila, essas coisas, é curto demais o período né, uma hora e quinze nós tem que almoçar e depois voltar".

²⁴⁹ Entrevista realizada no município de Guajará Mirim, em 10/07/2011.

Para Raimundo* (informação verbal)²⁵⁰, de 36 anos, do estado do Piauí, o pouco tempo para o trabalhador deslocar-se do canteiro de obra, pegar o ônibus, almoçar e voltar para a frente de trabalho, faz com que também possa gerar acidentes de trabalho.

Ele [o trabalhador] tem uma hora cumprida [...]. É uma hora. Aí estava numa distância bacana, o refeitório ficava longe né. Aí o ônibus pode sair, e o cara... dá um jeito de descer mais rápido. Ele tem uma hora para almoçar e voltar de novo pra pegar no trampo de novo (RAIMUNDO*, informação verbal).

Outro ponto sobre o controle do tempo de trabalho e tempo de descanso refere-se às horas extras realizadas pelos trabalhadores, mas não pagas ou pagas parcialmente pelas empresas, devido ao que parece “uma falta de controle do registro” das mesmas, conforme denúncia dos entrevistados. Assim, como já indicado, os Acordos Coletivos de Trabalho foram criando mecanismos que permitiram a reposição aos sábados, bem como foram criados mecanismos, via Termo Aditivo, para que os trabalhadores pudessem se envolver na expansão da jornada de trabalho até duas horas durante a semana e até 10 horas aos sábados, domingos e feriados.

Segundo o trabalhador Rogério* (informação verbal), quando chegou na obra de Jirau trabalhava de domingo a domingo, o que considerava bom

Porque a gente... a partir do momento que a gente sai de casa, **chega aqui a gente tem que trabalhar de domingo a domingo, e sempre era bom, as hora extra sempre dava uma mão. Duas horas por dia, trabalhava sábado e domingo, sábado e domingo cem por cento. Eu sempre trabalhava** (ROGÉRIO*, informação verbal, grifo nosso)²⁵¹.

A expansão da jornada de trabalho pela prática de horas extras é uma estratégia adotada pelas empresas, além do não controle e, conseqüentemente, o não pagamento devido das mesmas pelas empresas. A entrevista com outra trabalhadora, Maria* (informação verbal)²⁵², nos ajuda a compreender essa forma de pilhar o operário.

²⁵⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

²⁵¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

²⁵² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

MARIA*: **Eu trabalhei trinta dias inteiro, sem intervalo nenhum.**

PESQUISADOR: E no final do mês?

MARIA*: Só R\$ 20,00 a mais.

PESQUISADOR: E nas reclamações que fazia. Chegou a reclamar sobre isso?

MARIA*: Várias vezes...

PESQUISADOR: Qual a justificativa que eles do setor financeiro davam?

MARIA*: Nenhuma.

PESQUISADOR: Não falavam nada?

MARIA*: **Não falava nada; falava que o salário era aquele mesmo** (Maria*, informação verbal, grifo nosso)²⁵³.

Segundo o Procurador Francisco Cruz, do MPT/RO, antes da primeira Revolta dos trabalhadores da UHE Jirau, ocorrida em março de 2011, o problema que envolvia a questão das horas extras referia-se ao fato de que "não que eles [os trabalhadores] tivessem feito hora extra e não tinham sido pagos, mas foi a redução de hora extra que é na realidade normal, até porque hora extra acima da jornada é ilegal" (informação verbal)²⁵⁴. Assim, a Camargo Corrêa foi comunicada para que os trabalhadores não exercessem hora extra além do permitido de 10 horas diárias.

Para o Procurador:

Então como eles [os trabalhadores] vêm de fora e ficam sem ter o que fazer [lazer], querem trabalhar, 16 horas e aí não pode, senão vai morrer de trabalhar. Então há um limite legal de oito horas por dia, tendo um acréscimo de duas horas e isso é a semanal e a mensal. Até nessas duas horas extras que forem habituais, já entendo que é ilegal, porque aí ela não passa a ser extraordinária, ela passa a ser habitual e o habitual são oito horas diárias. Então se trabalhar mais duas horas extras todos os dias, então aí ao invés dele trabalhar duas horas todos os dias o que iria ocorrer? Contratar outro trabalhador, porque esse tem dez trabalhando em sobre jornada, o que isso significa? Que tá precisando de mais gente pra trabalhar e não pegar todos os que ele [empresa] já tem e colocar pra trabalhar numa jornada além daquela que habitualmente, digamos assim, para a natureza física de um trabalhador não é adequada (FRANCISCO CRUZ, informação verbal)²⁵⁵.

A partir do exposto, evidencia-se dois pontos importantes, sendo o primeiro o não pagamento por parte das empresas de todas as

²⁵³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁵⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 18/07/2011.

²⁵⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 18/07/2011.

horas extras trabalhadas, e o segundo, é que esse mecanismo que deveria ser esporádico tornou-se uma prática comum entre as empresas para que o tempo do trabalhador fosse usado na construção da UHE. A questão não é contratar mais operários para revolver a questão posta, mas é justamente o fato das empresas expandirem ao máximo o tempo de trabalho e a não remuneração devida, que faz dessa prática um mecanismo rentável para o capital. Como desdobramento disso, revela-se a precarização salarial que obriga o aumento da remuneração via jornada extra.

Neste sentido, como demonstra Antunes (2002), o tempo de trabalho que se resume ao trabalho estranhado, tempo dedicado à reprodução ampliada do capital, aniquila o tempo livre, do ócio que permite ao trabalhador uma vida repleta de sentido, que não se resume em trabalhar, em estar à disposição para o capital.

Assim, essa problemática sobre tempo de trabalho e tempo de descanso ou tempo livre, quando vista a partir da vivência nos canteiros de obras de Jirau, permite apreender os mecanismos de controle e exploração dos trabalhadores pelas empresas na UHE, tendo como objetivo último a aceleração da obra, com vistas à antecipação da venda de energia e os ganhos adicionais decorrentes ao consórcio. Portanto, estar nos canteiros de Jirau é estar à disposição para o tempo de trabalho, por isso se labora de domingo a domingo, e há a compreensão para a maioria dos operários que "estamos aqui para trabalhar".

Deste modo, há o prolongamento de jornada de trabalho, por intermédio de horas extras, que em tese, não altera a jornada semanal de 44 horas, mas permite às empresas que os trabalhadores dediquem mais tempo ao trabalho, via horas extras. Fator este inclusive acordado com o Sindicato da categoria, conforme ACT. Tal procedimento adotado pelas empresas em Jirau nos permite evidenciar formas de apropriação de mais trabalho, mais valia absoluta, como expresso na extensão da jornada de trabalho pelo mecanismo de horas extras, na redução de dias de folga, na redução do tempo de descanso e tempo reduzido para as refeições, sendo, pois, esse, o caminho encontrado para burlar a legislação que estipula 44 horas semanais, conforme ACTs e CCTs. Em suma, em Jirau o tempo de vida se resume a tempo de trabalho.

Ainda no que tange às irregularidades que geraram Autos de Infração no canteiro de obras de Jirau, o Relatório de Fiscalização

(2010) da SRTE/RO, registra as seguintes infrações contra a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa:

a) Questões sanitárias: I) deixar de dotar as instalações sanitárias de lavatório, vaso sanitário, mictório e chuveiro na proporção de um conjunto de trabalhadores, respectivamente, para cada grupo de 20 e grupo de 10 trabalhadores ou fração; II) deixar de manter as instalações sanitárias em perfeito estado de conservação e higiene; III) deixar de instalar vestiário próximo aos alojamentos, e/ou a entrada da obra e/ou instalar vestiário com ligação direta com o local destinado às refeições; IV) manter vaso sanitário instalado em local em desacordo com a o dispositivo da NR-18;

b) Ainda sobre o tema, nas ações fiscalizatórias de 19/05/2011 e 11/06/2011, foram lavrados Autos de Infração para as seguintes irregularidades: "Manter lavatório ou pia com torneira ou comando que exija o contato das mãos quando do fechamento da água"; e, "Deixar de manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido".

Conforme relato de trabalhadores, a "correria" e pressão faz com que muitas vezes o operário tenha seu tempo de utilizar o banheiro controlado, isso quando o mesmo opta por ir ao banheiro e não faz suas necessidades no local mesmo de trabalho. Isso porque para o "colaborador" ir ao banheiro ele tinha "que falar com o 'líder de boca'" ou líder de equipe, ou então com o encarregado, "Ele tinha que falar com um da gente ou então com o encarregado para poder liberar ele ir lá [banheiro]" (José*, informação verbal)²⁵⁶.

Assim, as condições de trabalho em certos setores, como na armação de ferragens ficava insalubre, pois:

É muito quente, cara. [...] Era um fedor de inhaca, porque o pessoal fazia xixi lá, sabe? Aquele mau cheiro direto. E aí a gente ficava no outro dia, quando a gente chegava em casa, cara, a cabeça ficava meio embaçada... (NILTON*, informação verbal, grifo nosso)²⁵⁷.

Além das questões de higiene, os trabalhadores relatam outros problemas no ambiente laboral, que geram infrações, como:

²⁵⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁵⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

c) **Fornecimento de água potável aos trabalhadores:** I) fornecer água potável aos trabalhadores de forma que do posto de trabalho ao bebedouro haja deslocamento igual ou superior a 100 m no plano horizontal e/ou 15 m no plano vertical; II) **deixar de fornecer água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores, por meio de bebedouros de jato inclinado ou similar para um bebedouro para um grupo de 25 trabalhadores** (grifo nosso);

d) Manter local para refeições com capacidade insuficiente para garantir atendimento de todos os trabalhadores (BRASIL. MTE-SRTE/RO, 2010).

Quanto à alimentação, as empresas devem fornecer 3 refeições diárias (café, almoço e jantar) e sobre a qualidade e variedade da alimentação, há muitas críticas dos trabalhadores. Há relatos que só elogiam o cardápio, por ser "comida farta", por ter supervisão de nutricionista. Outros trabalhadores criticam o tempo longo entre as refeições, pois entre o café da manhã e o almoço não se come nada, não pode levar nenhuma fruta para comer na frente de trabalho, não é permitido retirar alimento do refeitório, "a Guarda Patrimonial não deixa". Haveria uma diferença entre o período diurno e noturno, pois "durante o dia só tem café, almoço e jantar. À noite, quando é nove horas, é a janta, 3 horas é o lanche". (Raimundo*, informação verbal)²⁵⁸.

Outro ponto refere-se à qualidade da alimentação no canteiro de obra da UHE Jirau, que segundo a operadora de solda Maria* (informação verbal)²⁵⁹, "tava horrível!", pois não havia uma variação de cardápio, repetindo almoço e jantar, a comida enjoava rápido, mesmo tendo carne, salada, arroz, feijão e fruta.

O presidente da Camargo Corrêa, Antonio Miguel Marques, foi enfático ao afirmar, em entrevista à Revista IstoÉ Dinheiro²⁶⁰ (BAUTZER, 2011), que devido às condições dos alojamentos e da infraestrutura os

²⁵⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

²⁵⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁶⁰ A revista IstoÉ Dinheiro, de 30 de março de 2011, destaca na capa a foto imponente do presidente da Construtora Camargo Corrêa intitulada "O maior desafio da Camargo", enfocando como "a construtora enfrentou os ataques de vândalos à usina de Jirau, principal obra do PAC, e conduziu a retirada de 20 mil trabalhadores em plena selva amazônica, na mais arrojada operação de resgate já realizada pelo setor empresarial no País".

trabalhadores da UHE Jirau não teriam motivos para reclamações, por “ter a melhor infraestrutura num projeto de construção de UHE no Brasil” – em referência às obras do PAC em andamento. Afirma que “a Camargo Corrêa construiu uma pequena cidade na selva. Os alojamentos têm ar condicionado, os restaurantes (FOTO 10) servem até 10 mil refeições simultâneas e os operários têm opções de lazer e esportes” (BAUTZER, 2011, p. 66).

Esse discurso das “excelentes condições de trabalho” foi reproduzido pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (informação verbal), no momento da concretagem das obras da UHE Jirau, quando afirmou que:

Essa hidrelétrica aqui, tem uma coisa importante que aconteceu aqui, que a gente não via em outras hidrelétricas, que é os alojamentos terem ar condicionado. Isso é uma coisa importante, porque demonstra que os trabalhadores vão aprendendo a conquistar seus direitos, os empresários vão aprendendo que é importante que quanto mais conforto tem os trabalhadores, mais eles vão produzir, e assim a gente vai mudando a cara do nosso país (DISCURSO... LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 13/08/2010, grifo nosso)²⁶¹.

Apesar da fala convincente de Marques e do ex-presidente Lula, o que não deveria significar mais que o mínimo em relação ao necessário cumprimento da legislação (NR-18), de condições dignas de trabalho no ambiente laboral, mas colocar os refeitórios e alojamentos como de boa qualidade (e quase um “mimo” aos trabalhadores), sendo reproduzido em massa pela imprensa, não elimina as reclamações por parte dos operários que vivem diariamente nesses locais.

²⁶¹ DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia alusiva à visita às obras de concretagem da Usina Hidrelétrica de Energia de Jirau, em Porto Velho, Rondônia. **Presidência da República, Secretaria de Imprensa**. Porto Velho-RO, 13 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/arquivos/Discurso%20Presidente%20da%20Rep%C3%BAblica%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula%20da%20Silva%20em%20Visita%20%C3%A0%20UHE%20Jirau%20no%20Dia%2013%20Agosto%202010.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2012.



FOTO 10: Mosaico de fotos do refeitório (margem direita do rio Madeira) com cenas do cotidiano, em momentos de refeição

Legenda: Na parte superior (à esquerda) observa-se a entrada do refeitório em um momento de pouca fila e, à direita, o interior do refeitório onde os trabalhadores formam fila para servir o jantar, o que também é destacado na foto inferior (esquerda). Na parte inferior, também pode-se observar uma visão panorâmica do refeitório, com fila no segundo plano, e os trabalhadores jantando, no primeiro plano. A foto ao centro destaca alguns trabalhadores durante a refeição - chama a atenção o cardápio: salada, prato principal, fruta de sobremesa e suco. O refrigerante não é incluso na refeição fornecida.
Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Jirau, 14/06/2011.

Quanto as alojamentos (FOTOS 11 e 12) têm 8 trabalhadores por quarto, divididos em 4 camas tipo beliche, um aparelho de ar condicionado, um pequeno armário que não é suficiente para os operários acomodarem seus pertences. Os quartos são equipados com banheiro, sendo um vaso sanitário reservado, dois mictórios, e chuveiros tipo ducha, sem aquecimento d'água. Há televisores na área de convivência coletiva.

No dia 02 de abril de 2012, em visita à UHE Jirau, conhecemos algumas instalações onde os trabalhadores ficam alojados, inclusive foi possível checar as reclamações sobre os alojamentos e refeitórios.

Mineiro (assim quis se identificar), um dos trabalhadores entrevistados naquele momento, fez reclamações sobre as condições de trabalho na obra, inclusive que os alojamentos (FOTO 11) "não são as mil maravilhas que dizem" (informação verbal)²⁶²; fez questão de mostrar onde os trabalhadores têm que lavar suas roupas, e depois secá-las no banheiro apertado para oito homens que dormem no quarto. Como se observa, as instalações são em madeira, sendo que algumas áreas da parte inferior das paredes já estão apodrecendo, permitindo assim a entrada de insetos, roedores, vento e chuva.

No alojamento encontramos dois trabalhadores que ainda estavam deitados; havia quatro beliches, com lençóis cobrindo e dando um mínimo de privacidade ao trabalhador no seu momento de descanso (Foto 12). Chamou-me atenção as malas pelo chão, e sobre os dois pequenos armários que não são suficientes para que os trabalhadores guardem seus pertences.

Ainda no alojamento, há um banheiro apertado para os oito trabalhadores (FOTO 13), com apenas um chuveiro, um mictório, o vaso sanitário e duas pias. Há peças íntimas e roupas dos trabalhadores espalhadas e dependuradas para que as mesmas sequem (quase impossível diante da alta umidade do ambiente). Mineiro* destaca que o banheiro ainda tem azulejo, o que não é regra.

²⁶² Entrevista realizada na UHE Jirau, em 02/05/2012.



FOTO 11: Mosaico de fotos da área externa de blocos de alojamentos (margem direita) na UHE Jirau

Legenda: Na parte superior (centro) observa-se dois blocos de alojamentos com ar condicionado e a área com tanque para os trabalhadores lavarem suas roupas. Na foto inferior verificam-se, no primeiro plano, suportes com varal e, no segundo plano, área com tanques para lavagem de roupas. No canto esquerdo (foto inferior) há destaque para as condições do alojamento, com reparo de parede improvisado devido ao desgaste no madeiramento. Trabalhadores reclamam da entrada de insetos e roedores.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Jirau, 02/04/2012.

Quanto ao lazer dos trabalhadores, a empresa Camargo Corrêa sempre divulgou que em Jirau há uma academia para os trabalhadores realizarem atividades físicas, mas segundo informações dos operários este espaço é usado pelo pessoal que atua no administrativo, ou seja, encarregados, não sendo frequentada pelos operários da construção civil. Dentre as atividades de lazer, destacadas pelos entrevistados, as mais citadas formam: frequentar bares, passeio à cidade de Porto Velho, e apesar da dificuldade de falar sobre o tema, frequentarem

casas de prostituição em Jaci-Paraná e na capital. Como atividade de lazer ainda foi classificada as atividades religiosas, como participação em missas e cultos.



FOTO 12: Mosaico de fotos de um alojamento na UHE Jirau

Legenda: Na parte superior (esquerda) observa-se um beliche e um armário dividido por 4 trabalhadores, que não é suficiente para guardar seus pertences; na foto à direita identifica-se as condições precárias da parede, facilitando a entrada de insetos e roedores. Na foto inferior, contata-se o pequeno espaço do alojamento, bem como formas empregadas pelos trabalhadores para manterem sua intimidade no momento de dormir - camas cobertas com lençóis e toalhas.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Jirau, 02/04/2012.



FOTO 13: Mosaico de fotos de banheiro na UHE Jirau

Legenda: Na parte superior (esquerda) observa-se o espaço para um chuveiro com instalação elétrica; na foto à direita identifica-se duas pias, dois mictórios e um vaso sanitário, bem como roupa e peças íntimas espalhadas para secar, o que aumenta a umidade e incidência de fungos e bactérias. Na foto inferior (a esquerda) detalhe da madeira da parede em decomposição.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado em Jirau, 02/04/2012.

Sobre o tema da prostituição, considera-se muito mais que apenas uma prática de foro particular dos trabalhadores, de pagar pelo ato sexual, mas deve-se compreender esta questão como um mecanismo não reprimido pelas próprias empresas nas proximidades e dentro dos canteiros de obras. Isso por que para que os ânimos de milhares de trabalhadores sejam menos "fervorosos", o capital também usa da fantasia e do desejo sexual como uma válvula de segurança às tensões reprimidas, e as próprias empresas recorrem a tal mecanismo como forma

de controle social no ambiente de trabalho. Assim, cumpriu essa função ao contratar o *Show* de Rita Cadillac²⁶³, em 19 de dezembro de 2009 (FOTO 14).

Segundo o Jornal Eletrônico Rondôniaaovivo²⁶⁴:

A grande estrela da confraternização de Natal [2009] para os operários foi a entrada triunfante de Rita Cadillac, **que adentrou no palco com uma roupa negra, transparente, que não escondia uma lingerie ousada, pequena, e que levou a platéia, maioria masculina a uma catarse de gritos e urros.**

Com o propósito de 'levantar o moral' [constata o duplo sentido dado pela matéria] dos operários no canteiro de obras, Rita Cadillac não se fez de rogada e mostrou porque tem o domínio de cena em suas apresentações, sem pudor algum e apresentando aquilo que é a 'macharada' quis ver. **Dentro do limite permitido, Rita canta, dança, brinca e troca carinhos com o público, não deixa o show cair em momento algum e mantém a sensualidade como arma para colocar a platéia em suas mãos. Mesmo durante os sorteios dos brindes a dançarina não deixa de provocar os operários, ficando de quatro no palco para pegar os números sorteados dentro de uma urna de plástico transparente.**

Um dos pontos altos foi o *strip* que ela fez com a ajuda de um operário, chamado pelo público de 'Barbicha', que de maneira cômica prestou uma dança sensual ao lado da artista e depois foi presenteado com um 'mimo' de Rita. **'Barbicha' ficou sentado - de maneira privilegiada - no palco e muito próximo de Rita assistiu extasiado o seu strip-tease, até que em um determinado momento a artista empinou as nádegas próximo ao seu rosto. 'Barbicha' não contou conversa e lambeu o que podia. A platéia urrou com a apresentação.**

A simbiose do show da artista ficou marcada pelos milhares de flashes de máquinas fotográficas digitais e celulares na platéia que gravaram cada movimento dela. Com o palco cercado de seguranças da própria Usina, Rita pode apresentar um show movimentado e que contou muito com a participação da platéia masculina - alguns foram privilegiados com as 'bitocas' que ela deu aos mais próximos do palco. Para o sorteado de uma das motos, Rita aproveitou para dar uma voltinha pelo palco, incendiando os ânimos do público.

A confraternização de Natal no canteiro da Usina de Jirau acabou rendendo um momento de lazer e descontração para os operários. Muitos, felizardos, puderam desfrutar de brindes de primeira linha e vão estar sempre lembrando do espetáculo sensual de Rita Cadillac. 'Espero que no próximo ano tenha uma confraternização desse mesmo modo. A desse

²⁶³ Personagem famosa por ter sido dançarina no Programa do apresentador de televisão Chacrinha. Em 2004 entrou na carreira pornográfica com filmes adultos, o que elevou sua fama.

²⁶⁴ SEM CENSURA - Show de Rita Cadillac no canteiro de obras de Jirau leva quase 3 mil operários ao delírio. *Rondôniaaovivo*. 28/12/2009. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=58538>. Acesso em: 05 jun. 2011.

ano eu nunca mais vou esquecer. Muito bom', disse um operário extasiado (grifo nosso).



FOTO 14: Show de Rita Cadillac na UHE Jirau, 19/12/2009

Fonte: Rondôniaaovivo.com.br

Pelo visto o *Show de Rita Cadillac* (FOTO 14), promovido pela empresa Camargo Corrêa, deixou o ambiente de trabalho mais alegre, excitante, relaxado e certamente mais quente, além da temperatura habitual enfrentada pelos trabalhadores no canteiro de obras da UHE de Jirau. Isso não só pelo clima tropical/equatorial, mas também pela pressão sofridas em suas relações laborais como as já apresentadas até o momento, fetichizadas pelas fantasias, que vão desde o desejo carnal²⁶⁵ ao desejo pela mercadoria. Nesse sentido, o capital soube articular muito bem dois mecanismos de controle: a fantasia sexual e o fetiche da mercadoria, ambos embutidos em uma só possibilidade, ou

²⁶⁵ Esse mecanismo de controle usado pelo capital, ao nosso ver, é uma forma que acaba estimulando um grave problema social que é a prostituição no entorno e no próprio interior da UHE Jirau, e portanto, o aumento ainda maior da exploração sexual (inclusive infantil) no distrito de Jaci-Paraná, como visto no capítulo 6.

seja, ter um brinde (como uma moto) entregue de presente por Rita Cadillac.

Outra reclamação dos operários sobre as condições de trabalho na construção da UHE de Jirau, refere-se às dificuldades de adaptação ao clima regional, com umidade relativa alta em grande parte do ano, sendo ainda mais difícil com as vestimentas pesadas e o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para as funções realizadas. Além disso, dependendo do local da realização das atividades laborativas, como túnel, ambientes fechados e de pouca ventilação, virolas²⁶⁶, armação de ferragem, concretagem, que "ficam insuportáveis sob o sol escaldante". Também há relatos das dificuldades de realização das atividades em período de fortes chuvas, pois os encarregados não facilitam para os "colaboradores". Segundo o armador Roberto* (informação verbal)²⁶⁷:

O Encarregado não tinha o que deixasse..., se tivesse chovendo os colaboradores descer tinha que trabalhar na chuva. Eles alegavam que a empresa dava capa, era pra usar. Mas já pensou uma pessoa de capa pra usar a turquesa pra não se molhar pra trabalhar a 50 metros de altura, 60 metros? Isso é muito escravizante... (sic).

O trabalhador fecha seu relato com a seguinte frase, constantemente ouvida de encarregados no canteiro de Jirau, e que muito nos marcou: "Antes que chore a minha mãe, eu quero que a mãe de vocês chore!" (ROBERTO*, informação verbal)²⁶⁸.

O Relatório de Fiscalização da SRTE/RO (BRASIL. MTE/SRTE, 2010), também apresenta Auto de Infração (nº 22642170) sobre o tema das condições ambientais no canteiro de obras, pois a empresa Camargo Corrêa foi autuada por "deixar de manter abrigo para proteger os

²⁶⁶ "As virolas são peças cônicas de aço com cerca de 10 metros de diâmetro, pesando aproximadamente 14 toneladas cada, e desempenham a função de revestir o duto por onde sairá a água que após passar pela turbina gerará a energia elétrica produzida nas unidades geradoras. As peças formam o tubo de sucção, composto por quatro virolas metálicas soldadas entre si, pesando em média 55 toneladas ao todo. O tubo de sucção é localizado na saída de água da turbina. A finalidade do conjunto é reconduzir, de forma ordenada, a água que passa pela turbina (500m³/s) de volta ao rio, ou seja, tem a função de restituir a água para o chamado canal de fuga, ao caminho natural do leito do rio" (ESBR, 30 jul. 2010).

²⁶⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁶⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

trabalhadores contra intempéries, nos trabalhos a céu aberto”. Além disso, destacam-se outras infrações como excesso de poeira no ambiente de trabalho, bem como “deixar de providenciar a umidificação das vias de circulação de veículos não pavimentadas”; e, “Deixar de adotar processos umidificados, para evitar a dispersão da poeira no ambiente de trabalho, nas operações de perfuração ou corte”.

Outro aspecto questionado pelos operários no canteiro de Jirau, refere-se à questão da substituição de trabalhadores para outras funções, ou desvio de função. Isso é permitido pelos ACTs, com prazo inferior a 90 dias, sem que gere nova classificação, mas que na prática constitui-se desvio de função, já que acabam realizando outras atividades para as quais não foram contratados. Isso mostra o uso de força de trabalho sem capacidade técnica para exercer determinadas atividades/funções, aumentando o risco de acidentes e a segurança destes operários.

Além disso, a problemática do desvio de função vai ao encontro de outro ponto polêmico e muito questionado pelos trabalhadores e pelo vice-presidente do STICCERO, que se refere ao curso de capacitação para a classificação de cerca de 2.500 trabalhadores, incluindo soldadores, motoristas, montadores, ferradores, operadores de guincho e de guindastes.

Conforme informa o vice-Presidente do STICCERO, Altair Donizete (informação verbal)²⁶⁹, mesmo com a realização do curso de capacitação pelos trabalhadores, a empresa Camargo Corrêa, quando da classificação para as novas funções, não cumpriu o que foi divulgado para os operários e a classificação não ocorreu.

Assim:

Esse treinamento durou 90 dias, aí mais 30 dias para fazer uma bateria de exames para receber a classificação no final de 4 meses, para receber todas as classificações, que era o objetivo de melhorar a qualificação profissional de cada um. Melhorando a classificação, todos eles ganhariam melhor. [...] Um engenheiro, maldito engenheiro foi lá, mandou um documento para todos esses trabalhadores dizendo que a classificação estava suspensa, tinha sido negada pela central [...] **o trabalhador que participou à noite, fora do horário de trabalho ainda, o estudo foi feito todo fora do horário de trabalho.** E aí foi uma decepção muito grande para esses trabalhadores que ficaram

²⁶⁹ Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.

chateados muito tempo, ligaram aqui no Sindicato: 'Donizete, o que vocês podem fazer por nós aqui'. Entramos em contato com a empresa, 'Olha, é uma decisão da empresa, está suspensa a classificação e tal' (ALTAIR DONIZETE, informação verbal)²⁷⁰.

Em um momento a empresa faz um curso de capacitação aos trabalhadores, mas não o considera para nova remuneração. Em outro, deixa de realizá-lo. Isso por que a falta de capacitação e qualificação dos trabalhadores do setor civil na UHE Jirau gerou dois Autos de Infração (20017812 - 20017839), versando sobre "Deixar de realizar treinamento de reciclagem bienal" e "Deixar de submeter os trabalhadores a treinamento periódico sempre que se tornar necessário" (BRASIL. MTE-SRTE, 2010). Como se não bastasse, trabalhadores exercendo atividades para as quais não são capacitados, ou exercendo-as em hierarquias inferiores para as quais são contratados, como oficiais, às vezes fazendo funções de meio-oficiais, conforme denúncias dos trabalhadores durante as entrevistas.

Ponto muito questionado também pelos trabalhadores refere-se aos dias de descanso com visita familiar, chamados de "baixadas" e que conforme já constatamos, tiveram uma redução gradativa de 6 para 4 e, posteriormente, 3 meses, sendo que os trabalhadores têm 5 dias úteis de folga, com custo de deslocamento e alimentação custeado pelas empresas. Além da luta por diminuição do tempo de mobilidade para visitar a família, e isso com condições mínimas no deslocamento e respaldo de alimentação etc., há também reivindicação de que a "baixada" seja um direito de todos os trabalhadores com famílias fora do município de Porto Velho e não somente para aqueles que foram agenciados pela Camargo Corrêa, mas para todos os operários de outros estados que foram por conta trabalhar na UHE Jirau.

De acordo com Altair Donizete (informação verbal)²⁷¹,

É norma da empresa [Camargo Corrêa] não adotar baixada para quem vem por conta. Mas como não é norma? Porque que a empresa não adota? Porque eles ficam mais barato, é um trabalhador que fica bem mais barato para a empresa. E os profissionais que vêm por conta são os melhores qualificados, porque ele já vem na certeza de que vai ser contratado, porque a qualificação dele é boa, porque já trabalhou na empresa... Vem por conta, gasta tudo por

²⁷⁰ Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.

²⁷¹ Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.

conta dele, a empresa adota ele aqui, e obriga ele a ficar um ano no canteiro, pra depois ele ir visitar a família, porque ele só vai nas férias, só vai quando tiver férias e vai por conta dele. Então é um trabalhador que fica baratíssimo para a empresa. Então esse daí também foi um ponto crucial, é muito trabalhador estressado no canteiro de obra, que ele estava com vontade de visitar a família (ALTAIR DONIZETE, informação verbal, grifos nossos)²⁷².

Para os trabalhadores entrevistados a demora na visita familiar torna o dia a dia no canteiro de obras mais estressante, pois "o mais difícil de tudo, o que primeiro bate na gente é a saudade da família né [...]"²⁷³.

Por fim, sobre o tema das relações de trabalho, merece atenção o tratamento dado aos trabalhadores por parte do Consórcio Construtor de Jirau e da empresa Camargo Corrêa, que é caracterizado pelo STICCERO como "truculento". O desrespeito aos operários parte não só de encarregados, engenheiros, mas também da Guarda Patrimonial que atua cumprindo papel de polícia dentro do canteiro, vistoriando os alojamentos de madrugada, espancando funcionários, inclusive no refeitório, humilhando verbalmente os trabalhadores. Como já focado no tópico anterior, nos próprios ACTs (2010/2011) passou a constar cláusula sobre o Assédio Moral, justamente para que a empresa Camargo Corrêa desenvolvesse campanhas e ações de "entendimento e respeito mútuo entre Líderes e Liderados", para manter uma sinergia positiva no ambiente laboral.

A partir das entrevistas com os trabalhadores, constatamos que as condições mínimas de existência no canteiro de obras, as falhas quanto às obrigações trabalhistas das empresas contratantes, leva alguns trabalhadores a desconsiderarem os maus tratos, devido a outros direitos que passam a ser vistos como "regalias para o peão"²⁷⁴.

²⁷² Entrevista realizada em Porto Velho, 17/06/2011.

²⁷³ Ainda sobre a "baixada", trabalhadores que entrevistamos reclamam de não poder escolher o horário do voo, do embarque em aeroporto e rodoviária, dificuldades com deslocamento para aeroporto longe, fora de hora, com casos de mais de 300 km para embarque aéreo. Há também denúncia por parte do STICCERO em relação à falta de controle da empresa da prestação de contas pelos trabalhadores dos gastos com a viagem, levando a descontos indevidos no salário com a "baixada".

²⁷⁴ "Você sabe que... eles trata tão bem... isso aí é que os **peão não entende**. O único problema que eu falei da pressão na hora do trabalho. **Tirando disso aí eles pagam passagem de avião pra você ir, paga pra vim, paga tudo. Te dá dinheiro ainda pra você ir comendo, faz tudo. Que eu acho que um peão não merece isso**. Por toda vida tive peão, tive de quinze a trinta peão aqui em

Assustador como o capital é bom! Pois o único problema para um dos trabalhadores entrevistados é "a pressão na hora do trabalho", a "superexploração" no dia de trabalho, na semana, nos meses que permaneceu na obra. Com um pensamento que foge à sua condição de classe, de trabalhador que é, encarna/verbaliza o discurso do capital.

O sentimento de culpa, de não ser merecedor das "benevolências" da empresa para com os operários, não ocorre com os outros trabalhadores entrevistados, pois as mediações objetivas da sua condição de classe os fazem rever suas concepções subjetivas no ambiente laboral, o tratamento rígido recebido no dia a dia em Jirau. Assim, o tratamento, tanto na frente de trabalho, quanto nos momentos de refeição, descanso e lazer (se há uma política para isso na obra), são considerados preocupantes, indignos para os trabalhadores, pois os operários são "tratados como marginais lá dentro", afirma em entrevista o supervisor de produção Roberto*.

Roberto*: Além de acordar cinco horas quando dá negócio de meia noite, uma hora da manhã a polícia (sic) tá batendo na porta lá pra revistar lá. Revirar pra ver se acha arma, essas coisas, bebida alcoólica. **É tratado como um marginal lá dentro.** [...]

PESQUISADOR: Estava dormindo e de repente o pessoal batia?

Roberto*: **Batia, é... Cansei de presenciar a Guarda Patrimonial espancando funcionário, lá.**

PESQUISADOR: Funcionário dormindo e era espancado?

Roberto*: Não, **isso no refeitório.** As vezes acontece acidente pra tudo. As vezes o cara vai pegar [a refeição] o chão escorregadio, né cai por acidente o prato da mão dele, quebra lá e os caras só faltam chamar de santo pra não dizer outra palavra pro **colaborador. São humilhados verbalmente, moralmente.**

(ROBERTO*, informação verbal)²⁷⁵.

Como se tais denúncias não bastassem para expor a situação alarmante das condições de trabalho na UHE Jirau, seu coroamento para a barbárie, ou melhor, a neobarbárie - como entendemos a precarização e superexploração do trabalho nos territórios do hidronegócio-

Rondônia [era madeireiro], sempre meu serviço tive esse tanto de peão. **Só que tratar bem igual eles trata, isso não existe. Eu acho que não merecemos isso.** [...] **Eu não posso falar mal da Camargo.** Não falo nunca. O meu patrão mesmo ele nunca esperava de eu falar: 'Tô indo embora'. E geralmente o povo chega e fala assim ó... aí começa dar problema pra pedir pra ir embora. **Eu não, eu cheguei nele e falei assim ó: 'Eu vou embora agora meu patrão'. Ele chocou, coitado** (APARECIDO*, informação verbal, grifos nossos). Entrevista realizada em Porto Velho, em 15/06/2011.

²⁷⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

energético -, se completa com a denúncia do vice-presidente do STICCERO, Altair Donizete, (informação verbal) sobre a atuação de uma "milícia" no referido canteiro de obras da UHE de Jirau, que atua para oprimir e intimidar os trabalhadores no espaço laboral. Ou seja, mais um mecanismo de controle do trabalho pelo capital no território do hidronegócio-energético, que contribui para a degradação do trabalho neste empreendimento.

DONIZETE: Essa milícia são policiais que foram expulsos, das corporações deles, policiais que foram expulsos, policiais aposentados, policiais que não conseguiram ficar nem um ano na corporação e foram expulsos, por corrupção, por tudo dentro da polícia, a empresa contratou pra levar lá pra dentro pra poder agir, fazer uma segurança. Ele não tem carteira assinada, nem nada não... [...]

Não tem vínculo formal com a empresa. No primeiro momento ali de uma investigação eles pulam fora, entendeu, eles pulam fora, é chamado uma inteligência dentro da empresa, eles chamam grupo de inteligência, até nos depoimentos eles falam, grupos de inteligência, e eles chamam de grupos de inteligência.

PESQUISADOR: Qual é o papel desse grupo?

DONIZETE: É oprimir, oprimir. É agredir trabalhador... eu fui agredido por essa milícia. Eu fui agredido.

PESQUISADOR: Como foi o caso?

DONIZETE: Nós chegamos lá no escritório para poder... Tinha havido uma paralisação... E nós estávamos para poder negociar, houve uma paralisação, nós fomos lá e fizemos uma Assembleia com os trabalhadores, pedindo que os trabalhadores retornassem ao trabalho, que a gente ia negociar com a empresa. O trabalhador aceitou, a gente foi lá para sentar com a empresa, reunimos, reunimos lá um... porque assim que nós chegamos no canteiro, reunimos lá, estava eu, estava o presidente, o secretário [STICCERO], estava o presidente da CUT. [...] Aí paramos assim em uma sombra do escritório [...]. E nesse momento que nós estávamos ali conversando, sai um trabalhador correndo do escritório, sai um trabalhador correndo [...] essa milícia sai correndo atrás do trabalhador.

PESQUISADOR: Tudo à paisana?

DONIZETE: Todo mundo à paisana, a gente não reconhece em nada, sai correndo atrás do trabalhador mais ou menos uns 8 deles, e conseguiram alcançar o trabalhador e pegar, porque eles tem preparo para isso. E conseguiram pegar esse trabalhador e, já pegaram e já segurou no pescoço aqui [...] Aí um deles já pegou e meteu a mão em uma pistola, já levantou a camisa, ficou me afrontando. Eu já deixei o trabalhador pra lá, já fui pra cima deles, bati a mão nos peitos deles e falei: '**Sou do Sindicato, me respeite e eu não aceito jaganço dentro do canteiro de obras, porque pra mim você é jaganço**'. Nisso já chegou o pessoal do Sindicato, chegaram depois né, porque não correram para o local na hora, mas o trabalhador já tinha

ido pra lá, peguei o trabalhador já encaminhei para o alojamento, e foi..., eles fecharam em cima de mim mesmo para bater em mim. Se eu não informo que eu era do Sindicato ali eles tinham...

PESQUISADOR: Na hora a coisa teria ficado mais grave ali...?

DONIZETE: **Tinha ficado feio, porque eles teriam me "cobrido de pau". E entrei pra dentro do escritório lá, chamei a atenção da empresa: 'Tira essa milícia daqui, tira essa milícia que vocês vão ter problemas com essa milícia!' Esses problemas que estão tendo hoje, esta milícia é um problema** (DONIZETE, informação verbal, grifos nossos)²⁷⁶.

Tentando entender o motivo da agressão ao trabalhador no canteiro de obras de Jirau, a justificativa dada pelos funcionários/responsáveis pelo escritório administrativo foi tão assustadora e injustificável quanto a ação de agressão.

DONIZETE: [A empresa] **Informou que aqueles seguranças ali eram seguranças ali da direção, da empresa, que tinha, geralmente chegava gente importante ali, e devido à greve também, que teve, podia alguém querer botar fogo lá no alojamento...**

Aí eu falei: 'E esse trabalhador, porque que ele foi agredido?'. [Funcionário do administrativo] 'Não, porque aqui no escritório não pode entrar de bermuda, e...'. Falei: 'Mas diretor, pra que? Ele entrou pra tomar água'. (DONIZETE, informação verbal, grifos nossos)²⁷⁷.

Como se constata, as denúncias são gravíssimas, atuação de milícia na obra da UHE de Jirau, mais a ação truculenta e opressora da Guarda Patrimonial, que também foi confirmada pelo STICCERO.

Assim, pelo exposto sobre as condições de trabalho evidencia-se que embora as instalações de permanência dos trabalhadores na UHE Jirau seja nos alojamentos, seja nos refeitórios, espaços coletivos de convivência, academia etc., difundidos como uma infraestrutura de qualidade, que deveria cumprir as normas e legislação trabalhista, não permite afirmar que o ambiente laboral não deva ser considerado desprovido de irregularidades e atestado como isento de problemas para classificá-lo como de boa condição de trabalho. Isto porque não é somente a infraestrutura que permitiria condições laborais dignas, mas

²⁷⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁷⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

também outras ações têm que ser levadas em conta para a vivência dos trabalhadores nesses espaços. Desconsiderar os problemas denunciados pelos trabalhadores, pelo STICCERO, SRTE/RO e MPT/RO, seria fechar os olhos para um empreendimento defendido como de interesse nacional e ao desenvolvimento regional, mas que mantém formas de controle e opressão truculentas sobre 25 mil trabalhadores.

Assim, constata-se a precarização no ambiente laboral, inclusive com tratamento aos trabalhadores que paira à condição de Assédio Moral, de agressão, condições irregulares de trabalho, até casos de trabalho análogo à condição de escravo, como já visto. Em suma, mecanismos regressivos, combinados com práticas de reprodução ampliada do capital afinadas aos indicadores tecnológicos e espectrais. Portanto, problemas como a extensão da jornada de trabalho, horas extras não pagas, além da redução de custos com o fornecimento de alimentação de qualidade duvidosa, fornecimento irregular de água potável, condições sanitárias e dos alojamentos reprovadas pelos trabalhadores, marcam o estágio da neobarbárie no canteiro de obras da UHE de Jirau.

Como a degradação do trabalho não se esgota nesses pontos, na seção 7.3 abordaremos outra questão crucial para o entendimento da degradação e superexploração do trabalho na UHE Jirau, que refere-se às formas manipulatórias na produção, o descumprimento contratual e a intensificação do trabalho na UHE de Jirau.

7.3 Precarização e formas manipulatórias de gestão do trabalho

A análise da precarização das relações de trabalho na UHE Jirau não se resume às formas de degradação e da expansão da jornada, como visto anteriormente, mas também evidenciam-se processos de intensificação do trabalho e formas manipulatórias de controle do trabalhador. Se isso por si não fosse grave o suficiente, o Governo Federal considera essas duas obras como modelos para a expansão das UHEs na Amazônia brasileira. Dito isso, podemos deduzir o caos representado pelo requinte de neobarbárie presente nos territórios do hidronegócio-energético, como Belo Monte e outros 30 empreendimentos em execução, em planejamento e estudos de viabilidade para esta região.

De fato, quando o capital dá o "ritmo da festa" o que se evidencia é a lógica econômica prevalecendo sobre outras lógicas.

Basta compararmos a forma como Jirau e Santo Antônio, e por que não dizer Belo Monte, foram tiradas das pranchetas e materializadas em plena Amazônia²⁷⁸. Assim, a extração de mais trabalho, só pode ocorrer quando o trabalho é posto sob controle do capital, que além de articular formas de acumulação regressivas, também articula expansão da jornada de trabalho e controle efetivo do tempo do operário como tempo de trabalho, tudo articulado a um ambiente laboral degradado, onde espaço de trabalho e de vida se combinam e dão a tônica para a degradação social.

Compreender como isso ocorre é um desafio, e os elementos apresentados na sequência nos ajudam, em parte, nesta tarefa.

7.3.1 A precarização atrelada à antecipação da obra da UHE de Jirau

O EIA (Tomo A, vol. I, 2004) da UHE Jirau já previa no processo de construção do arranjo o início da motorização e a geração antecipada de energia (geração comercial) com a obra ainda em andamento, pois o início previsto era novembro de 2009 com a entrada em operação de 6 unidades, e após março de 2010 a entrada de mais 3 unidades a cada 3 meses, fechando assim a geração completa das 44 unidades geradoras prevista ainda para janeiro de 2013, "o que proporcionará importante benefício ao fluxo financeiro do empreendimento" (EIA TOMO A, vol. I, 2004, p. VII-6).

No entanto, devido a uma série de questões, como as referentes ao Licenciamento Ambiental e principalmente pelas duas Revoltas dos trabalhadores, além das greves e paralisações, este cronograma não foi mantido²⁷⁹. Com as LI liberadas em 2009, iniciam-se as obras, e já no

²⁷⁸ Criar mecanismos para a reprodução ampliada do capital é a lógica central embutida no chamado "desenvolvimento sustentável" do capital nestes projetos. Certamente que a riqueza e o lucro em disputa pelas grandes empresas não cai do céu; portanto, mercantilizar a natureza como a água e a terra, e os espaços onde estes tornaram-se territórios de camponeses, comunidades tradicionais e populações indígenas, desterritorializando-os em detrimento da territorialização do capital é somente uma parte do processo.

²⁷⁹ Lembramos que em 2007 a ANEEL aprovou os estudos de viabilidade e o IBAMA publicou a Licença Prévia com 33 condicionantes que deveriam ser cumpridas para manter a licença; em 19 de maio de 2008 a UHE Jirau é leiloada pela ANEEL e o Consórcio ESBR vence o leilão; em 14 de novembro de 2008 o IBAMA emite a Licença de Instalação, autorizando a instalação do canteiro de obras pioneiro de JIRAU; em 03 de junho de 2009 o IBAMA emite a Licença de Instalação, autorizando a implantação do AHE Jirau.

mês de abril de 2010, teve início a etapa eletromecânica da UHE com a pré-montagem das virolas na margem direita do rio Madeira. Para o consórcio a primeira virola lançada na Casa de Força 1 foi o marco que deu o ponto de partida na montagem das turbinas na margem direita, tendo assim a previsão de iniciar a produção em março de 2012.

Em 24 de abril de 2012 a ANEEL aprovou a antecipação em 20 meses a conclusão de Jirau, passando de 31 de outubro de 2016 para março de 2015, bem como a antecipação em 30 dias para a entrada da operação comercial das primeiras unidades da UHE para 1º de janeiro de 2013. Devido a uma série de atrasos, a primeira turbina só iniciou a geração comercial no dia 06 de setembro de 2013²⁸⁰. Os condicionantes para esta antecipação tinham como base as condições de transmissão de energia já que o "Linhão" de transmissão do Madeira estava com as obras atrasadas em mais de 1 ano (conforme diretor da ANEEL, Edvaldo Santanta²⁸¹, em entrevista ao G1), pois a previsão seria agosto de 2013, embora a primeira etapa da linha de transmissão mantivesse previsão de funcionamento para janeiro de 2013²⁸². No entanto, a conclusão do Linhão ocorreu no fim de julho, sendo que no início de novembro iniciou a fase de testes e dia 29 de novembro de 2013 teve início o transporte comercial de energia nos 2.400 km de extensão, ligando Porto Velho (RO) a Araraquara (SP).

Assim, a questão central passa a ser como o Consórcio ESBR, construtor de Jirau, cumpriria o desafio de antecipar a obra, pois a entrada em operação antes do prazo previsto no leilão da ANEEL (31 de outubro de 2016) significava a possibilidade da venda da energia no mercado livre até o prazo que o consórcio teria para destinar a produção aos contratos vendidos no mercado regulado, um lucro de R\$ 1,2 bilhão.

²⁸⁰ Houve também a ampliação pela ANEEL da capacidade da UHE de 44 para 50 unidades geradoras, ou seja, a capacidade instalada passou de 3.350 MW para 3.750 MW.

²⁸¹ BACHEGA, Hugo. Aneel aprova ampliação e antecipação de Jirau. **G1**. 24/04/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/aneel-aprova-ampliacao-e-antecipacao-de-jirau.html>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

²⁸² Aneel aprova aumento de capacidade e antecipação da Usina Jirau. **Agência Brasil**. 24/04/2012.

BORBA, Júlia. "Linhão" do rio Madeira entra em operação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2013. Mercado.

Isso fica claro com a declaração do presidente da GDF Suez no Brasil, Maurício Bähr, ao jornal Valor Econômico (reproduzido em Rondoniadinamica.com)²⁸³, de que os conflitos acontecidos em Jirau, tanto no ano de 2011, como em 2012, poderiam afetar o cronograma da hidrelétrica, pois a UHE estava prevista para iniciar os testes de operação já no segundo semestre de 2012, o que só ocorreria em janeiro de 2013.

Se a antecipação da venda de energia no mercado livre de 20 meses, gera frustração à GDF Suez, pois em março de 2014 ante o funcionamento das 44 turbinas, ocorre a geração de somente 4, a tentativa do consórcio foi de uma antecipação recorde no funcionamento da UHE de Jirau, em relação ao cronograma inicial. Uma questão central é de saber quais condições são impostas aos trabalhadores para permitirem a antecipação de mais de um ano e meio na geração de energia em Jirau? Ou seja, sob quais condições de trabalho os operários foram/são submetidos para que as obras civis e instalações eletromecânicas possam ser mantidas no ritmo acelerado que atendessem às metas do Consórcio ESBR?

Segundo a Plataforma Dhesca Brasil, no documento "Relatorias em Direitos Humanos: fortalecimento de uma cultura de direitos no Brasil (2012)", para as UHEs do rio Madeira, as flexibilidades em licenciamentos ambientais acabaram reforçando violação de direitos humanos, inclusive com desrespeito à legislação trabalhista, pois "Os consórcios responsáveis pelas obras pretendiam adiantar a conclusão dos empreendimentos, para maximizar seus lucros com a venda antecipada da energia". Como consequência disso, cada umas das obras "já recebeu 1.000 autuações da Superintendência Regional do Trabalho por violação à legislação trabalhista" (2012, p. 57).

A mesma denúncia também é feita pelo vice-presidente do STICCERO, Altair Donizete, pois sobre as condições de trabalho em Jirau, decorrentes dos impactos da intensificação das obras em mais de um ano, destaca:

Tudo que vem ocorrendo dentro do canteiro, de todos os canteiros, é essa antecipação da obra. Lucro rápido, a empresa quer lucro rápido, não se preocupa com o respeito,

²⁸³ SUEZ admite alterar prazo de Jirau. **Rondônia Dinâmica.com**. 07/04/2012 - Reproduz Valor Econômico.

com o tempo normal, não se preocupa com o tempo normal do trabalhador para chegar ao trabalho, não se preocupa com o tempo normal do trabalhador visitar a família, esse fato da empresa não estar fornecendo 'baixada' aos trabalhadores é manter ele o mais perto possível dentro da obra, para produzir mais rápido. Acho que o caos é estabelecido com essa pressa em terminar a obra. (DONIZETE, informação verbal)²⁸⁴.

A lógica apresentada permite entender a racionalidade para as formas de controle do trabalho, mas não as formas de controle em si. Para que possamos entendê-las devemos pôr em evidência a organização do trabalho constituída pelas equipes, pela produção e intensificação laboral e a gratificação por produção, chamada pelo operários de Célula de Produção. Ou seja, como a organização e sua divisão técnica se impõem enquanto condição de intensificação da extração de mais-valia no dia a dia dos operários na UHE Jirau.

7.3.2 Intensificação e formas manipulatórias de gestão do trabalho

Consideramos a questão da intensificação uma das mais importantes, se não o elo principal para entendermos a precarização e superexploração em Jirau, para a extração de mais trabalho e para o controle dos trabalhadores, com rebatimentos diretos na objetividade e subjetividades dos operários.

Como já mostramos até o momento, a lógica que move a construção das UHEs no rio Madeira é a geração de lucro, em especial do "lucro suplementar" (GONÇALVES JUNIOR, 2007), e para isso o "atropelo" e a flexibilização da legislação, mais as formas de controle são elementos importantes para a expansão do tempo e intensificação do trabalho.

Portanto, os relatos dos trabalhadores (informação verbal) evidenciam formas coercitivas diretas e indiretas praticadas pelas empresas sobre os trabalhadores, como: "Antes que chore a minha mãe, eu quero que a mãe de vocês chore"; "A meta é geralmente atingir a meta"; "aquilo é uma panela de pressão..."; "fazia extra e não tinha negócio de folga não"; "A Camargo só não trata bem"; "É muito ferro... Quando a gente botava menos, o encarregado ficava querendo que a gente colocasse sempre mais [referente às metas do setor de armação]"; "Eu

²⁸⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

fui um dos melhores peão do meu encarregado. Eu trabalhei Natal, Ano Novo, Páscoa e Carnaval”; “Agora a parte mais difícil é que muitas vezes a gente era forçado a cumprir metas e objetivos na empresa”.

Como se observa, as expressões remetem ao sofrimento no labor, como algo “obrigatório” para enfrentar a constante, minuto a minuto por produção, para cumprir metas que, cada vez mais era/é aumentada para que a produção nunca fique estabilizada, já que o crescimento constante é a lógica que move o sistema do capital.

O primeiro ponto dessa malha de relações é a organização do trabalho por equipes de produção. Isto é, a equipe de produção funciona inicialmente pela “captura” da subjetividade do trabalhador, em participar da construção da UHE de Jirau. Portanto, um primeiro passo era que o empregado se sentisse parte da empresa, tomasse para si a importância de se doar para que a UHE de Jirau pudesse ser construída no tempo estipulado pelo CESBR, e assim, que este pudesse se sentir fazendo parte da construção de um projeto tão importante para a sociedade brasileira.

O número de trabalhadores por equipe varia e não é constante, mas as equipes de trabalho, em cada uma das atividades como carpintaria, armação de ferragem, pedreiros, soldadores, concreto, brita etc., acabam se articulando com outras em suas respectivas atividades e estas dão suporte para outras equipes de trabalho em funções diferentes. Há uma organização do trabalho por equipes que têm metas e prazos para serem cumpridos, o que permite aos outros segmentos dependentes dessa fase de trabalho uma articulação para que a atividade fim possa ser executada dentro do cronograma previsto. Em suma, uma combinação de processos organizacionais que passavam pela inclusão do empregado em cada célula/equipe de produção, e destas nos setores respectivos que se articulam com outros da construção civil, que mantendo o cronograma de execução de cada fase da obra civil permite o avanço para a etapa seguinte de montagem eletromecânica, como a montagem da casa de forças e das turbinas. Assim, mantêm-se uma lógica que o trabalhador individual se insere como um trabalhador coletivo no contexto do processo produtivo de construção da UHE controlado pelo capital.

Essa lógica de organização do trabalho nos foi explicada pelo Chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador, da SRTE-RO, pois,

como exemplo, “tem as formas de madeira, tem as armações de aço, tem a produção de concreto, tem a produção de brita”, uma sequência que não pode ser quebrada, assim como a sequência da esteira de produção de uma fábrica fordista.

Por exemplo, se a gente embarga o britador e para de produzir britas, acabou a brita lá e passa muito tempo sem a produção de brita, o alvo do setor de concretagem vai ficar sem concreto. Não adianta nada está tudo pronta, a armação estar pronta, e cadê o concreto para colocar lá dentro [da armação de aço]? Tem que preparar a brita para fazer o concreto. Então há uma sequência que tem que ser seguida. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)²⁸⁵.

Essa lógica de organização do trabalho na indústria da construção civil, impõe ao operário uma rotina e uma dinâmica do seu tempo que não é dada por ele mesmo, pelos seus limites físicos, mas de modo externo, pelo cronograma geral da obra, pelos setores encarregados, gerentes de produção, supervisores e líderes de equipe (“gerente de boca”), o que intensificam o ritmo e o tempo de trabalho, reduz o tempo de descanso e faz o operário ficar no canteiro o maior tempo possível para dedicar-se se não ao trabalho.

Tal ritmo e intensificação são sentidos pela pressão, por metas a serem cumpridas para que o “colaborador” sempre produza mais. Assim,

Ele sente como pressão. Tudo em forma de pressão. É o encarregado pressionando, é o cara do transporte pressionando, é o cara do refeitório pressionando, é o cara do alojamento pressionado, é a administração pressionando, é o corpo de engenheiros reunidos para produzir; é o capitalismo, é o capitalismo acima de tudo, acima de qualquer, do ser humano, acima do respeito, acima da família, acima de tudo. (DONIZETE, informação verbal)²⁸⁶.

Se tomarmos como referência o pico da obra no ano de 2011, e com a paralisação de Jirau após a primeira Revolta dos trabalhadores em março daquele ano, houve praticamente um choque de cronogramas entre a parte civil e a de montagem eletromecânica, pois a empresa

²⁸⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁸⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

Camargo Corrêa "atrasou"²⁸⁷/parou por um tempo os trabalhos da parte civil da obra, e a empresa ENESA de montagem eletromecânica manteve o ritmo acelerado.

Então são N coisas e se alguém quebrar a sequência não dá para fazer a coisa. Então nós precisamos terminar essa coluna do vertedouro. O que precisa?[...] Se alguém interrompe, complica. Tanto que chega nesse ponto de ENESA *pari passo* paralela com a Camargo [empresa Camargo Corrêa], porque a Camargo atrasou. É... dado ao caso fortuito, né, que ela atrasou. Mas atrasou! [...] Então há essa necessidade [para as empresas] realmente de haver essa sequência. As formas têm que ficar pronta, a ferragem tem que tá pronta, o concreto tem que tá pronto. Tudo pronto. Até antes da hora. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)²⁸⁸.

Para o Chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador da SRTE-RO, Juscelino dos Santos, a antecipação e aceleração das obras em Jirau rebatem na pressão sobre as horas extras dos trabalhadores migrantes e daqueles que moram em Porto Velho. Os trabalhadores migrantes que estão alojados em Jirau querem trabalhar o máximo possível, pois "eles pretendem continuar trabalhando acima do acordado, para mandar mais recursos para suas famílias". Esse ritmo de trabalho acaba coagindo ou compelindo todos os trabalhadores a fazerem horas extras.

Se não fizer, ou seja, fizer corpo mole você vai ser demitido. Então o cara é forçado a fazer também, porque imagina se você está numa equipe, essa equipe tem quatro de fora e três daqui, ou cinco de fora e dois daqui [do estado/município], e os dois daqui não querem fazer; tá demitido! Então a acereidade (sic) leva a isso e aí você fazer hora extra em excesso. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)²⁸⁹.

Esta denúncia da SRTE-RO também é respaldada pelo STICCERO, conforme entrevista realizada com o Sr. Donizete:

O pior sistema que existe dentro deste canteiro de obras é quando se dá a produção para o encarregado e não para o

²⁸⁷ Sentido relativo, pois as obras de Jirau mesmo com as paralisações decorrentes das Revoltas de trabalhadores que abordaremos no capítulo 8, ainda estavam adiantadas, se comparado ao cronograma inicial da obra.

²⁸⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁸⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

trabalhador. **O encarregado que cumprir as suas metas ele tem, chega a ter um vale de 10 mil reais a mais por mês, por produzir muito, ele acaba agredindo o profissional.** [...] Todos os segmentos. **Tanto da Usina de Santo Antônio como Jirau.** Os engenheiros, encarregados, aqueles que estão, os superiores, têm uma produtividade bem acima... **Bem acima não, tem uma produtividade, ele recebe pelo o que o trabalhador produz.** [...] o encarregado, ganha para pressionar. Ele ganha muito. Tô falando de ganho. Se você fala de PLR, nós temos aí 150 horas semestral, e temos pouco perto do que ele ganha, fora disso. (DONIZETE, informação verbal)²⁹⁰.

Vejamos como funcionam tais formas manipulatórias de intensificação do trabalho.

No início de 2012, no mês março, durante trabalho de campo no canteiro de Jirau, um trabalhador explicou como funcionava a produção na equipe de trabalho para que a mesma consiga alcançar a meta e receber a bonificação que eles chamam de "Célula de Produção".

Eu trabalho no britador, lá eles têm um planejamento assim de... **todo dia, todo dia, né, nós temos que produzir 3.000 tonelada. Todo o dia tem que produzir.** Nós somos em uns **10 colaboradores**, só que as vezes chove e nós não consegue produzir que depende também do tempo, do material, as vezes é um material ruim não dá pra produzir, quebra equipamento e aí tem que entrar a manutenção também, tem que tá junto com nós pra não parar muitas horas. A elétrica também tem que tá 100% junto com nós. **Então o trabalho é em grupo, um ligado com o outro.** [...] A elétrica ela é nos equipamentos lá, ela que dá assistência diariamente nos... painéis elétricos lá, nos painéis elétricos. Ele toma conta dos equipamentos elétrico também. [...] **E é assim, todo mês zera né, aí nós temos que produzir, as vezes, 28.000 de brita, 28.000 de areia, 5.000 de pedrisco, daí por diante, trabalha em metros quadrados, cúbicos.** [...] **A célula é em cima da meta, da meta cumprida, da meta das equipes.** (ROBERTO*, informação verbal)²⁹¹.

Conforme depoimento de outro trabalhador, que atua na área de lançamento de concreto, Joaquim (informação verbal), há "uma pressão sobre o trabalhador... uma pressão psicológica".

[...] aí o que aconteceu no mês passado [junho de 2012], por exemplo, **tinha uma meta para ser atingida de 25 mil metros de lançamento [de concreto], essa meta foi atingida no dia 25 ou 26 aí colocaram uma nova meta para ser**

²⁹⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

²⁹¹ Entrevista realizada no canteiro de obras Jirau, em 31/03/2012.

atingida de novo, eram mais 3 mil metros de concreto. No dia 30 de manhã quando foi atingida essa meta, foi soltado de 4 ou 5 minutos de fogos de artifício comemorando. Quem desceu (trabalhadores na área de concretagem) até lá e praticamente para ultrapassar o horário para poder lançar [o concreto] pros outros poder chegar e fazer o trabalho de troca de turno, **eles não podiam parar de lançar, então passava do horário praticamente.** (JOAQUIM*, informação verbal)²⁹².

Essa pressão por cumprimento das metas de produção faz com que a empresa Camargo Corrêa, segundo denúncias, desrespeite não somente o horário da jornada do trabalhador, mas também finais de semana e feriados.

E inclusive no dia 23, não sei se tem alguém que possa ajudar (um peão lá da obra), dia 23 de junho [2011], **no feriado de Corpus Christi** a Camargo [Corrêa] **praticamente forçou os funcionários a trabalharem sem ganhar horas extras alegando ser ponto facultativo aqui no estado de Rondônia**, não sei de onde decretaram essa lei, sendo que outras terceirizadas que estavam aqui pagaram hora extra e a ENESA que é montagem nem trabalhou naquele dia porque era feriado e a Camargo foi trabalhar como dia normal. **Todo mundo trabalhou de graça né, não teve retorno né nenhum.** (JOAQUIM*, informação verbal)²⁹³.

Outro trabalhador, Nilton* (informação verbal)²⁹⁴, mostra a rotina pesada de trabalho que é mais exaustiva ainda com o cumprimento das metas impostas.

O meu dia a dia era fazer puxar ferro, porque a gente trabalhava mais com aquele ferro 32 polegadas [...] doze metros, sete, nove metros, muito pesado. Tinha dia que a gente... A gente por dia botava 4, 5 toneladas por dia de ferro 32 [mm] é muito ferro. [...] Rapaz, no mínimo... logo que a gente chegou era 16 pessoas, né. [...] tinha que armar por dia. Quando a gente botava menos, o encarregado ficava querendo que a gente colocasse sempre mais [...]. Olha, teve um tempo que a gente chegou até discutir com o encarregado lá porque, não discutir, eu falo pra ele assim ó: 'quando estiver chovendo'... Porque eles queriam que a gente trabalhasse mesmo chovendo, então é uma coisa que não, a gente trabalhava embaixo da virola, mas tinha parede que a gente trabalhava em cima dela, nas paredes

²⁹² Entrevista realizada no município de Porto Velho, por telefone, em 13/07/2011.

²⁹³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, por telefone, em 13/07/2011.

²⁹⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

da virola, do lado. Estava no andaime, e as taboas ficavam molhadas quando chovia...

Altura mais ou menos de uns 10 metros, 12 metros. Uma altura aí e era muito arriscado. Pra gente descer chovendo ou subir era muito arriscado às vezes escorregava. (NILTON*, informação verbal)²⁹⁵.

Os relatos de como a pressão por metas é sentida no dia a dia do trabalhador são inúmeros, um mais chocante que o outro²⁹⁶. Assim, vale registrar que as equipes de trabalho tinham metas que deveriam ser cumpridas, pois só assim teriam acesso à gratificação. Para a viabilização da intensificação do ritmo de trabalho há a figura do líder de equipe, ou "líder de boca", que faz o papel de motivador, pois ele "agita a turma para o serviço sair", e a meta ser cumprida.

A pressão pela meta também gera um processo de coerção e opressão aos trabalhadores. Vejamos o relato de um entrevistado que já tinha ganho 3 "Células de Produção", ou seja, recebido três vezes gratificação por cumprir a meta de produção por equipe:

No caso a equipe no mês que não atingisse a meta ia pra rua o encarregado com todos os seus colaboradores, por baixa produção ainda. Todos armadores; a maioria ajudante, pessoas que nunca trabalhou em obras de grande porte como essa. A obra mais arriscada do mundo é a barragem, você sabe disso. Aí o que tem de profissional mesmo em cada equipe é dois três de armador e o restante é só ajudante. (ROBERTO*, informação verbal)²⁹⁷.

Para os trabalhadores entrevistados, envolvidos nas mais diferentes funções, como armador, soldador, pedreiro, carpinteiros, do concreto, a chamada "Célula de Produção" é "uma forma de enganar o trabalhador, e isso tem que acabar", pois o "trabalhador se mata e nada de ganhar, cumpre a produção, mas nunca recebe a Meta ou Super Meta [valor de R\$ 110,00 ou R\$ 300,00, respectivamente]" (informação verbal). Para tais trabalhadores, os requisitos empregados pela

²⁹⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

²⁹⁶ Os relatos dos trabalhadores armadores são fortes, pois "uma equipe de 16 colaboradores tinha que aceitar [executar] 5 toneladas de aço por dia. Para você ver a quantidade de peso que 15 pessoas tinham que carregar". Isso em condições difíceis, já que "tinha que carregar, se tivesse a 70 metros de altura que era pra puxar o aço tinha que puxar na corda, o guindaste não jogava lá em cima não. Era uma subescavidão (sic). Aí os colaboradores achavam que éramos nós (líderes de produção/equipe), mas isso vinha ordem do gerente da obra" (ROBERTO*, informação verbal, 11/07/2011).

²⁹⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

empresa Camargo Corrêa para que o empregado (“colaborador”) tenha direito à gratificação - “Célula de Produção” - que varia de R\$ 110,00, R\$ 220,00 e R\$ 300,00, é difícil de entender, e até mesmo os encarregados não entendem bem. Pois, muitas vezes cumprem a produção, que pode ser por metragem de caixaria, empreitada para o pedreiro, toneladas de ferragem para armadores, cubagem de concreto, e mesmo assim não recebem pela produção. A produção, segundo eles, vai somente para os encarregados de produção e para os demais encarregados e engenheiros, “mas os trabalhadores não veem a cor do dinheiro pago pela célula”, que vai direto no cartão da cesta básica - o BIG CARD - já que entra como bonificação e não parte do salário. Destacam também que o trabalhador pode realizar a produção - cumprindo a meta - mas se ficar um metro de concreto não lançado a produção não é cumprida, e mesmo se cumprirem não recebem a gratificação, já que outros fatores envolvem a gratificação por produção.

Para Edilson Luís da Silva Almeida (informação verbal²⁹⁸), essa é uma estratégia importante das empresas no ramo da construção civil, por vários motivos, dentre eles: intensificar o trabalho e a produção dos operários, bem como criar mecanismos de os próprios trabalhadores se fiscalizarem para manter o ritmo de trabalho, mas também, e este é outro ponto muito importante, de “esconder” e subestimar os registros de acidentes de trabalho (voltaremos a este ponto no tópico seguinte), pois isso não permite à equipe receber essa gratificação.

Vejamos a denúncia do sindicalista:

[...] é um tipo de **premiação que a empresa oferece aos trabalhadores e pra isso os trabalhadores acabam se esforçando muito, mais que o normal para poder atingir aquela meta que é uma meta de produção**. Como ele... vamos supor que tem uma área ali pra fazer, vamos supor 10 toneladas de ferro pra eles fazerem a armação. Então ele vai dizer o seguinte: ‘Olha, se a gente não fizer isso no mês não ganha’. Então os trabalhadores com certeza vai acabar se esforçando bastante. **E aí as condições de trabalho não é vista, se acontece alguma questão de acidente ou alguém daqueles trabalhadores vai questionar o próprio colega acaba questionando com eles é... dizendo**

²⁹⁸ Entrevista realizada com o Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Candeias - SITICCAN/BA (filial à CUT) e Secretário de Saúde e Meio Ambiente da COMTICON (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira) no município de Porto Velho em 02 de maio de 2012.

que se for falar que acaba contribuindo pra não ganhar aquela Célula...

Então isso realmente traz uma consequência tão grave para o trabalhador até mesmo porque a questão do próprio valor porque imagina que aí nessa empresa aí, **na Camargo essa Célula ela tem um limite, ela não passa de R\$ 320,00. Isso é o máximo e a maioria dos trabalhadores não conseguem com certeza chegar a esse limite.**

Eu venho conversando com os trabalhadores e o que eles ganham? R\$ 200,00, R\$ 110,00; entendeu? E mesmo assim... São três níveis: R\$ 110,00, R\$ 200,00 e R\$ 320,00. Geralmente quase nenhum acaba ganhando esse valor. **Geralmente quem ganha esse valor é encarregado. Mas mesmo assim ainda temos algumas informações aonde tem serviço que uma equipe depende da outra. Aliás, tem a equipe de armação e a equipe de forma. Se as duas não terminarem aquele serviço naquela data, prejudica mesmo aquele que termina antes, cumprindo a meta. Se a outra não colaborar nas formas acaba também não recebendo o valor total da Célula [de Produção].** (Edilson Luís da Silva Almeida, informação verbal)²⁹⁹.

Esse processo de controle e intensificação do trabalho é uma estratégia fundamental adotada pelas empresas. No primeiro caso, todos os trabalhadores buscam atingir a produção para ganharem a gratificação (receber a chamada Célula de produção). Assim, mesmo que cumpram a produção, podem não receber, em especial se algum trabalhador falhar, sofrer um acidente. Isso porque com essa forma de controle as empresas, além de atuar com encarregados e supervisores para fiscalizem a produção dos empregados, também estruturam mecanismos nos quais os próprios trabalhadores se fiscalizam, fixam ritmo mais intensivo, pois todos da equipe têm que alcançar a produção, não sendo essa uma meta somente individual.

E no caso de atividades que têm mais de uma equipe, como armação, todas as equipes devem cumprir a meta estipulada para determinado mês, sendo que se 3.000 toneladas de aço couber a uma equipe, de nada adianta que esta realize a armação e outra não, pois a produção total não será cumprida. Outro ponto importante, é que isso gera aspectos preocupantes quanto à segurança no ambiente de trabalho, já que o trabalhador na vontade de cumprir a produção tem um ritmo de trabalho mais acelerado, e intensificado e fica sujeito a acidentes (esse ponto será analisado na seção 7.4).

²⁹⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 02/04/2012.

Vejamos o relato de um trabalhador sobre as formas de controle do trabalho por parte das empresas na UHE de Jirau que não permitem o recebimento da gratificação, mesmo que a meta seja alcançada.

ROBERTO*: Aí dependendo disso tudo tem o **custo**, né, não pode ultrapassar aquele custo que a empresa... o planejamento deles lá...[...] Essa meta do custo é tipo assim, como eu falei, você não pode fazer gastos desnecessários, entendeu? [...] Aí se a minha não atingir e as outras atingir eu ganho R\$ 110,00 e os outros R\$ 220,00. [...] Aí se a minha equipe estourar o custo, a minha equipe não ganha só vai ganhar a equipe deles.

PESQUISADOR: Que outros elementos, além desses, podem não dar a gratificação/célula pra vocês?

ROBERTO*: **Acidente de trabalho, esse daí também... acidentou um da equipe não ganha a célula, que é primordial.** Se tiver alguém da minha equipe que não tenha acidente ganha. Agora mesmo nesse caso a gente ganhou R\$ 220,00 e a equipe da mecânica não ganhou porque teve um que quebrou o dedo. Aí eles não ganharam. (ROBERTO*, informação verbal)³⁰⁰.

Ainda sobre a pressão sofrida pelos trabalhadores para manter a produção e ritmo acelerado de produção, vale registrar o depoimento de outro operário da Camargo Corrêa em Jirau, Aparecido*, conforme segue:

Deixa eu falar pra você. **Primeira coisa, o encarregado chega de manhã dando pressão na gente, dando pressão: 'O supervisor falou isso, o supervisor não sei o que ...', tanto de coisa. Isso não existe!**

É... é pressão: **'Ó, vai mandar gente embora, ó, vai ter redução, vocês cuidado, e não sei o que. Ó, fulano...'**

Porque a gente chegava de manhã, chegava vinte minuto, trinta, antes do serviço, **umas pressão psicológica assim que eu não entendia aquilo, você tá entendendo? Que deixava a gente assim, tipo assim: 'Cuida que senão você vai embora que ele falou'. 'Ó, o supervisor falou isso, a meta é isso aqui'. Muito problema. Umas pressão... eu não consigo nem falar as pressão, eu não consigo repassar pra você as pressão, umas pressão diferente.**

[...] Assim, você tá me entendendo, fica repassando umas, imprensando muito a gente parece que assim testando para saber se eu aguento ou não aguento, você tá entendendo?

(APARECIDO, informação verbal)³⁰¹.

³⁰⁰ Entrevista realizada na UHE de Jirau, município de Porto Velho (RO), em 31/03/2012.

³⁰¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

Como podemos constatar as formas de controle do trabalho pelo capital na UHE de Jirau, a partir dos mecanismos objetivos e subjetivos, constituem-se estratégias importantes de manipulação para a extração de mais trabalho. Como visto até o momento, quando a meta de produção, os mecanismos são: a) metas estipuladas que ao serem alcançadas, são elevadas; b) expansão da jornada de trabalho com horas extras, feriados e finais de semana; c) as atividades são realizadas mesmo em condições climáticas adversas, como a armação de ferragens em altura com fortes chuvas; d) não pagamento da bonificação por meta, quando ocorrem acidentes, a equipe ultrapassa os custos de produção; f) intensificação do ritmo de trabalho por produção individual e por equipe; g) fiscalização do trabalho por hierarquia, mas também pelos próprios trabalhadores.

Essa estrutura hierárquica de controle do trabalho foi descrita em várias entrevistas, de que para manter o ritmo acelerado os "líderes de boca" (líderes de equipe) motivam os trabalhadores a não "perder tempo".

Há uma série de mecanismos de controle sobre o trabalho, que são compostas desde o envolvimento individual do "colaborador", que passa a ter o mesmo interesse que a empresa ao atingir as metas de produção estipuladas, e entender os demais trabalhadores como um grupo, que só conseguem chegar à meta global se atuarem juntos, mesmo que para isso um precise cuidar do ritmo do outro.

Há também a coerção pelo medo de que se não alcançar a meta, a penalidade é imediata, ou seja, além do não recebimento da gratificação - o ônus de que todos da equipe não recebam - paira o fantasma da demissão. Portanto, todos esses mecanismos são formas de "iludir o trabalhador", como nos relata um dos entrevistados.

JOSÉ*: Quanto mais o encarregado tem o controle da equipe, que a equipe é boa, que a equipe produz mesmo o encarregado vai subindo a produção, entendeu? Ele vai subindo ele vai ganhando a credibilidade ali dentro da empresa. Ele vai mudando... Ele começou como encarregado I, aí depois passou pra encarregado II, III, aí já passou pra encarregado líder; encarregado líder que toma conta dos outros encarregados. (JOSÉ*, informação verbal)³⁰².

³⁰² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

As estratégias de controle sobre o trabalho também ocorrem pelo mecanismo do "Cartão Fidelidade". Para Raimundo Soares, presidente do STICCERO (informação verbal)³⁰³, a empresa Camargo Corrêa tem um programa de "incentivo ao funcionário para o trabalhador não faltar, meter atestado, porque eles não perdem com o Atestado [Médico]. E assim, a produção deles render né, no canteiro de obras". Esse trabalhador que não falta, não apresenta atestado, e mantém o uso do EPI, é um operário que tem acesso ao Cartão Fidelidade e, portanto, recebe mais essa gratificação.

O mecanismo de bônus para o trabalhador assíduo, "colaborador padrão", também é entendido como um mecanismo de incentivo para que o operário tenha dedicação, embora isso não leve em conta os problemas causados.

Segundo o vice-presidente do STICCERO, Altair Donizete

Tem um ponto lá que nós questionamos muito lá no Ministério Público, é a questão do Cartão Fidelidade que quem não viaja quem não falta, quem não fica doente, né, tem o Cartão Fidelidade que lhe dá o direito de R\$ 300,00 até por mês para o trabalhador. Então isso daí é um ponto preocupante, porque isso daí sobrecarrega o trabalhador de trabalho e causa doenças futuras, estresse, abandono de lar, e muitos outros problemas que vem acarretar esse tipo de comportamento da empresa. (DONIZETE, informação verbal)³⁰⁴.

Outros mecanismos usados pela Camargo Corrêa para incentivar a intensificação do trabalho são os prêmios sorteados ao "trabalhador exemplar", aos dignos de "Cartão Fidelidade". Em março de 2012 entrevistamos um trabalhador identificado como Mineiro*, o qual fez reclamações/denúncias sobre as condições de trabalho na obra, sobre o não pagamento da gratificação por produção, de como esse mecanismo era considerado maldito para o trabalhador que "se mata de trabalhar e não tem recompensa, pois há mais de um ano e seis meses no canteiro", Mineiro informa que recebeu duas vezes, e nunca a gratificação de R\$ 320,00, mas R\$ 110,00 e R\$ 220,00.

Segundo relato de Mineiro*, ele se sentia como um maratonista que tem um percurso de quilômetros para cumprir e um prazo curto de

³⁰³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 16/06/2011.

³⁰⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

tempo para chegar ao destino final. Assim como tem que correr muito para chegar ao destino final e ser vencedor da maratona, o trabalhador, no canteiro, com o sistema de gratificação tem que atingir uma produção em um tempo X. Mineiro se reporta às três toneladas de ferragem que têm que armar no período de um mês. Como isso exige não somente que o seu trabalho, mas de todos os trabalhadores da equipe ocorra a contento, por se algo sair do controle a meta e a gratificação não são objetivadas. Por exemplo, um acidente que ocorreu quando quebrou um dedo e ficou com medo de os trabalhadores da equipe não receberem a produção.

Os relatos sobre as formas de intensificação e a precarização do trabalho decorrentes dessas formas de controle, tanto para o trabalhador individual, como o coletivo de trabalhadores, o "trabalhador coletivo" representado pela equipe de produção, evidencia uma combinação estratégica empregada pelas grandes empresas para que as obras da UHE de Jirau possam ser concluídas em ritmo acelerado.

Tais estratégias articulam desde as formas de controle postas em prática na arregimentação da força de trabalho (como visto no capítulo 6), que se articulam às estratégias de expansão da jornada de trabalho, mas também de uma série de subterfúgios para que o trabalho seja intensificado, isso a partir do próprio envolvimento do trabalhador na produção.

É deste modo que podemos encontrar nexos interessantes postos em prática pelo capital, em seu desenvolvimento desigual e combinado, que no controle e no uso da força de trabalho, realiza uma espécie de "hibridismo", no tempo e no espaço, de mecanismos empregados ao longo de séculos de acumulação. Une e articula formas de reprodução regressivas por acumulação primitiva, com estratégias da racionalidade técnica de trabalho como práticas fordistas de eliminação da porosidade de tempo no processo produtivo, mas, especialmente, insere formas de gestão calcada no "espírito do toyotismo" (ALVES, 2011) para o controle do trabalho. Assim, combina e dá coesão a todas essas formas de extração de mais trabalho, postas em prática pela indústria da produção de energia elétrica no território do hidronegócio-energético na Amazônia.

Como na fase de construção das UHEs a indústria de produção de hidroeletricidade tem elevado custo com o valor do capital variável,

e portanto, há uma interferência direta na composição da lucratividade da mercadoria energia que será produzida nessas UHEs, o controle e a organização do trabalho vivo constitui-se na estratégia primordial para o capital investir na região Amazônica.

Não é por menos que o trabalho ganha a dimensão estratégica, que juntamente com o controle dos recursos hídricos com potencial hidrelétrico, tem nas UHEs do Complexo Madeira a constituição de territórios do hidronegócio-energético. Mas não basta a mercantilização da natureza, o acesso às tecnologias e técnicas de construção como as UHEs com reservatório a fio d'água e turbinas Bulbo, é necessário também uma força de trabalho farta, disponível e sob controle, onde trabalho vivo não é eliminado, mas essencial para que usado em toda a sua potência possa permitir a construção de megaempreendimentos hidrelétricos em tempo recorde.

Extraír ao máximo mais trabalho do operário da construção, da montagem eletromecânica, é uma condição para que o capital que se materializou cumpra seu ciclo e possa ser ampliado no processo produtivo, com a venda de energia hidrelétrica, em condições especiais, que só produzindo na Amazônia, sob o "Novo Desenvolvimentismo", é possível ter.

Portanto, é necessário formas de controle do trabalho vivo, de modo que o trabalhador se veja como parte da UHE, que não seja um peão, mas um colaborador, mesmo que articulado em relações precárias como a terceirização e que seja sugado pelo capital. Portanto, é nessa lógica que o Consórcio ESBR mantém uma rede de empresas, as mais estratégicas sendo sócias da UHEs, e responsáveis pelas obras civis como a Camargo Corrêa, e ainda composta pelas empresas contratadas diretamente pelo consórcio como a ENESA, a Leme Engenharia etc. e suas terceirizadas e subcontratadas.

É no entendimento dessas articulações da fase de reestruturação produtiva no território brasileiro, sob o "Novo Desenvolvimentismo", como visto no capítulo 2, que podemos compreender também o "espírito do toyotismo", como sendo uma estratégia de controle do trabalho pelo grande capital na UHE de Jirau.

Assim, para Alves (2011, p. 111) o eixo central dos dispositivos organizacionais e institucionais do "novo complexo de reestruturação produtiva" é a "captura" da subjetividade do trabalho

pela lógica do capital. Portanto, tem-se “a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar a ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção”. Em tal sentido que a equipe de trabalho é vista como a manifestação concreta do novo trabalhador coletivo como força do capital.

Embora não possamos afirmar que haja elementos puros do novo complexo de reestruturação produtiva pela “captura” da subjetividade³⁰⁵ dos trabalhadores no caso em estudo, de fato, há o “espírito do toyotismo” atuando combinado como as formas de controle descritas anteriormente. Assim, a precarização é condição para a superexploração do trabalho nos territórios do hidronegócio-energético. Combina-se, nesse espaço-tempo, mecanismos regressivos de acumulação, bem como, referenciais tecnológicos e de gestão espectrais, fundados nos princípios do “espírito do toyotismo”.

Deste modo, é nesse “espírito do toyotismo que a ‘captura’ da subjetividade do trabalho pressupõe controle do trabalho vivo, por meio do olhar que perscruta o interior da alma humana” (ALVES, 2011, p. 115). Formas de controle que articulam as práticas tanto de modo objetivo, pela coerção, violência física, também por esse olhar que entra na “alma” do trabalhador, que é realizado não só pelos encarregados, supervisores, líderes de equipe, mas que com base nas formas manipuladoras das remunerações ditas flexíveis, por metas e gratificações, o próprio trabalhador também se coloca como “carrasco de si” e do outro. Em Jirau o olhar despótico externo, se combina com o “olhar perscrutador” interno, tanto do operário consigo mesmo, como dos companheiros de trabalho. Não há, portanto, forma de controle mais despótica que essa combinação realizada pelo capital. Isso é potencializado quando se articulam, combinam, formas regressivas de acumulação com formas espectrais de acumulação ampliada do capital.

É com base nessa lógica, que o desejo do trabalhador pelo fetiche da mercadoria é alimentado, ou seja, busca-se por todos os

³⁰⁵ Para Alves (2011, p. 114): “O processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pletora de valores-fetiche e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano”.

meios manipular o operário para que se sinta merecedor e atue pelas formas de complementação salarial, como as gratificações por produção, a PLR, pelo Cartão Fidelidade. Pois, como uma imagem pode falar por si, como a da Foto 15, captada durante um trabalho de campo, no canteiro de Jirau, onde observamos expostos no refeitório três motos e um carro Gol, e a fascinação dos trabalhadores com esses prêmios que seriam sorteados. Perguntei, então, a um trabalhador (MINEIRO*), o que significavam para ele aqueles veículos; rindo me disse que seriam sorteados entre os trabalhadores, ou melhor, entre àqueles que não faltam ao trabalho, que não apresentam atestado, que não têm reclamação dos encarregados, que não têm problema no canteiro; é para o trabalhador exemplar. Mais uma forma de iludir o trabalhador, como a gratificação por produção, conclui após alguns segundos, pensativo.



FOTO 15: O controle do trabalho pelo fetiche da mercadoria

Legenda: Nas fotos na parte inferior do mosaico destacam-se os prêmios para sorteio: um carro Gol e três motos Suzuki. Na parte superior, no primeiro plano destaca-se um trabalhador que toma seu café (pão com leite) e contempla/sonha com o carro exposto. No segundo plano o destaque fica para as motos na áreas de grande circulação de trabalhadores - o refeitório.

Fonte: José Alves, trabalho de campo na UHE de Jirau, município de Porto Velho, em 02/04/2012.

É nessa lógica destrutiva do capital que o trabalhador é explorado ao máximo para a extração de mais trabalho, as quais são reflexos da neobarbárie vista na combinação de práticas despóticas, de opressão e de manipulação nos territórios do hidronegócio-energético do “Novo Desenvolvimentismo”.

Assim, resta entendermos quais os impactos dessas formas de superexploração do trabalho para a saúde e segurança dos trabalhadores na UHE de Jirau.

7.4 Segurança e saúde do trabalhador na UHE de Jirau

Tomaremos como base para refletir sobre a questão da segurança e saúde do trabalho na UHE Jirau, o Relatório de Fiscalização UHE Jirau, do Grupo Especial em Obras de Infraestrutura do MTE - SIT (2010), Autos de Infrações de 2010 e 2011 da SRT-RO, e Ação Civil Pública (ACP) do MPT - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, bem como com as entrevistas realizadas com membros do STICCERO, SRTE-RO, PRT-MPT 14ª Região e trabalhadores, inclusive recém desligados do referido empreendimento.

O Relatório de Fiscalização UHE Jirau (BRASIL - MTE/SRTE/RO, 2010), revela que “foram detectadas diversas irregularidades documentais e fáticas no que diz respeito às questões de segurança e saúde no trabalho, conforme autos de infração lavrados para as empresas fiscalizadas”, no total de 33 empresas, dentre elas a contratada responsável pela obra civil a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A.

Deste modo, o Relatório apresenta as conclusões do auditor fiscal e médico do trabalho, Luiz Antonio Rabelo Rocha, relativas às condições que encontrou na empresa Camargo e Corrêa, a respeito da saúde dos trabalhadores. Destacaremos alguns pontos dessas conclusões (BRASIL. MTE/SRTE-RO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 14-15):

a) Quanto à empresa Camargo Corrêa, quanto ao controle médico dos trabalhadores, “mantém Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e conta, nesse serviço, com 04 (quatro) médicos do trabalho e 03 (três) médicos clínicos;

b) “Foi providenciado a elaboração e a implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, sob a coordenação da Dra. Vera Regina Bon Gomes, médica do trabalho”. Pontos

que merecem maior atenção do PCMSO pelo médico do trabalho Luiz Rocha:

[...] observa-se que não foram incluídas em nenhuma das planilhas de avaliação as questões relacionadas ao risco ergonômico, presente em inúmeras situações dentro da usina e desconsiderado na elaboração do programa. Da mesma forma, na avaliação dos postos de trabalho não foi incluído o risco biológico presente também nas diversas atividades: os vetores de transmissão de diversas doenças como malária, febre amarela, leishmaniose, dengue e outras além do risco representado por cobras, aranhas, escorpiões e outros animais presentes nos locais de trabalho (há atividades laborais em área de matas, em locais encharcados e pantanosos, etc. (BRASIL. TEM/SRTE-RO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 14);

c) Quanto aos exames médicos complementares realizados pelos empregados: "não são realizadas radiografias de tórax, padrão OIT (Organização Internacional do Trabalho), exame indicado tecnicamente para avaliar trabalhadores expostos a poeiras [...]". Além disso, "no canteiro de obras, muitos trabalhadores permanecem expostos a níveis elevados de pressão sonora, em muitas das situações acima dos limites de tolerância biológica". Embora o programa preveja a realização de exame audiométrico, seis meses após a admissão e depois anualmente, "foi detectada a não realização generalizada do exame". Assim, "muitos dos exames analisados apresentavam alterações compatíveis com Perda Auditiva Induzida pelo Ruído - PAIR e se enquadravam nos critérios legais para emissão de CAT [...] eram sugestivos de doença ocupacional";

d) Quanto à emissão de CAT para o caso de doenças ocupacionais citadas, destaca o perito:

Verificamos que em nenhum dos casos a CAT foi emitida e não há disposição da empresa em emití-las em flagrante contraposição à legislação de segurança e saúde do Ministério do Trabalho e à legislação da Previdência Social. (BRASIL. TEM/SRTE-RO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 15).

Além dos pontos indicados, foi detectado pelo médico e auditor do trabalho que a empresa atende em seu ambulatório médico "muitos casos de acidentes de trabalho, na maioria dos casos de pequena gravidade, onde o acidentado recebe o atendimento com realização de sutura, curativo ou imobilização de parte do corpo". Nestes casos, também há subnotificação de acidentes de trabalho, já que "a empresa

não emite a CAT nesses atendimentos, que na linguagem interna da empresa são classificados como 'APS' (atendimento de primeiro socorro)". Não bastasse a omissão dos acidentes por não emissão da CAT, os trabalhadores nessa situação "não são afastados do trabalho com atestado médico, mas incluídos 'voluntariamente' no programa "Reaproveitamento de Mão de Obra - RMO".

Portanto:

Além da evidente subnotificação ao INSS dos acidentes de trabalho, há a questão da manutenção do empregado acidentado em atividade laborativa no canteiro de obras da empresa. (BRASIL. MTE/SRTE-RO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 11).

Não bastassem os graves problemas apresentados no relatório do Auditor e Médico do Trabalho, o Relatório de Fiscalização (2010) ainda apresenta outras irregularidades sobre as más condições de segurança no trabalho que geraram a lavratura de Termo de Interdição para os seguintes setores do canteiro de obras da UHE de Jirau: 01 Grua; setor de britagem; Termo de Notificação de cumprimento imediato do Transporte (lancha e balsa) e da Grua; também devido às irregularidades foi efetuado termo de interdição do serviço de supressão vegetal da frente de trabalho localizada no canal de fuga da margem esquerda da UHE de Jirau.

Dentre as 33 empresas fiscalizadas na UHE Jirau constantes no Relatório citado (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 16), as principais infrações cometidas pelas empresas citadas são:

- a) Deixar de considerar, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores ou deixar de privilegiar, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre saúde e o trabalho;
- b) Deixar de conferir ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional o caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza clínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores;
- c) Deixar de garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- d) Deixar de identificar, na etapa de reconhecimento dos riscos do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- e) Deixar de prestar ao AFT [Auditor Fiscal do Trabalho]

- os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais;
- f) Fornecer equipamento de proteção individual inadequado ao risco ou deixar de manter os equipamentos de proteção individual em perfeito estado de conservação;
 - g) Deixar de constituir e manter em regular funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
 - h) Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores ou realizar análise ergonômica do trabalho que não aborde aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais e/ou mobiliário e/ou aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e/ou à organização do trabalho. (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 18-19).

Outro aspecto grave que consta nos autos de infrações referem-se aos serviços de transporte de trabalhadores entre as duas margens do rio Madeira, pois a SC Transporte e Construções LTDA foi autuada por que:

[...] efetuava o transporte de trabalhadores e de carga entre as margens do rio Madeira. **Em ambas as margens há frentes de trabalho, sendo efetuada a travessia de aproximadamente 1.700 trabalhadores diariamente.** Para a travessia existe duas lanchas com capacidade para 75 pessoas e 01 balsa de transporte de carga e com capacidade para 10 pessoas. **Esse transporte estava sendo feito com o licenciamento vencido, sendo que havia o transporte de trabalhadores na balsa (aproximadamente 380 pessoas por viagem), totalmente em contrário com a legislação, ou seja, sem a licença e transporte [de] pessoas em local destinado a transporte de cargas.**

Na ocasião, foi efetuado termo de notificação de cumprimento imediato para a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, como principal empreiteira, para impedir o transporte de trabalhadores em condições inadequadas e em meios de transporte sem autorização legal. (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 21).

O documento citado apresenta provas de que o transporte dos trabalhadores era realizado de forma inadequada e sem os devidos cumprimentos das condições de segurança, sendo que tal flagrante mostra com clareza a lógica do consórcio construtor e das empresas contratadas (empreiteiras) que se fundamenta na "corrida entre o produzir e a proteção dos trabalhadores [...], que constitui no transporte, ao final da jornada, de mais de trezentos trabalhadores em balsa, sem utilizar coletes salva-vidas, da margem esquerda para a margem direita do Rio Madeira" (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 42) (FOTO 16).



FOTO 16: Transporte de trabalhadores em meio inadequado (Balsa)

Legenda: Trabalhadores sendo transportados entre as margens do rio Madeira, na UHE Jirau, sem proteção de colete salva-vidas e em meio inadequado - Balsa de carga.

Fonte: BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (2010, p. 22).

Registra ainda que o citado rio “possui mais de 1km de largura e é considerado um dos mais perigosos do mundo, face a maior velocidade média de suas águas e a presença de restos de vegetação que são arrastados” (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 42). Além da empresa mencionada, outras 07 que atuavam no transporte de trabalhadores também foram autuadas devido às irregularidade na questão de segurança no trabalho.

O relatório de fiscalização da SRTE-RO apresenta 330 autos de infração para as 33 empresas na UHE Jirau, dos quais 93 correspondem à empresa Camargo Corrêa, ou seja, 28,18%. Do total, 300, equivalente a 90,90%, referiam a itens normativos de segurança e saúde. Desses autos de infrações, os referentes à segurança e saúde no trabalho apresentaram irregularidades cometidas pela Camargo Corrêa, com os seguintes aspectos, dos quais destacam-se:

a) Deixar de prestar ao auditor fiscal do trabalho os

esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições;

b) Deixar de submeter máquinas, equipamentos e ferramentas à inspeção e manutenção de acordo com as normas técnicas oficiais vigentes;

c) Deixar e garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

d) Deixar de providenciar a elaboração do Termo de Entrega Técnica da grua, prevendo a verificação operacional e de segurança, respeitando-se os parâmetros indicados pelo fabricante, antes da liberação para início de trabalho;

e) Deixar de incluir no PCMAT, aspectos como: o cronograma de implantação das medidas preventivas definidas, o dimensionamento das áreas de vivência, o programa educativo na temática de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e sua carga horária;

f) Deixar de garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, e desconsiderar no mesmo os riscos à saúde dos trabalhadores;

g) Deixar de submeter o trabalhador exposto a riscos e/ou portador de doença crônica a avaliação clínica, integrante do exame médico periódico, a cada ano ou deixar de submeter o trabalhador a avaliação clínica, integrante do exame médico periódico, em intervalo menor que um ano, por critério do médico encarregado do exame ou por notificação do auditor-fiscal do trabalho ou por previsão em negociação coletiva;

h) Permitir que o trabalhador assuma suas atividades antes de ser submetido a avaliação clínica, integrante do exame médico admissional;

i) Deixar de realizar, no exame médico ocupacional, exames complementares, de acordo com o dispositivo na NR-7;

j) Deixar de adotar medidas cabíveis, conforme dispositivos da NR-7, quando constatada a ocorrência ou agravamento de doenças profissionais ou sendo verificadas alterações que revelam qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico;

k) Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.

Diante da extrema irresponsabilidade e desrespeito das Normas

Regulamentadoras do MTE, por parte do consórcio construtor de Jirau, e das empresas subcontratadas, o Relatório de Fiscalização SRT-RO conclui que

Como uma das principais obras de infraestrutura em andamento no momento, a construção da usina hidrelétrica de Jirau deve ser objeto de uma ação diferenciada por parte da inspeção do trabalho, exigindo esforços no âmbito local e nacional, por parte da SRT-RO e do grupo de fiscalização de obras de infraestrutura. Destarte a abrangência de mais de 90% do efetivo laboral durante a ação empreendida, o atingimento de 33 empresas contratadas e a verificação de uma grande diversidade de atributos, que deram causa de 330 autos de infração, quatro interdições e um número maior de regularizações, em sua maior parte verificações físicas de área de segurança e saúde no trabalho, **outras ações devem ser desenvolvidas para solucionar problemas estruturais, que transcendem a esfera de ação do gerenciamento local da construtora e extrapolam os mecanismos aplicáveis numa ação fiscal.** (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 41, grifos nossos).

Desse modo, fica latente a negligência à segurança e saúde do trabalho nas obras da UHE de Jirau. Assim,

Apesar de possuir um sistema de gestão integrado de qualidade, segurança e meio ambiente, **a efetividade da implementação deste sistema não pode ser constatada, posto que muitas das irregularidades objeto de autos de infração são, em verdade, não conformidades replicadas de ações rotineiras, que poderiam ser evitadas caso não houvesse uma priorização da condução da obra em detrimento das questões de Segurança e saúde no trabalho.** (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 41, grifos nossos).

Portanto, em função dos compromissos assumidos que preveem a redução do prazo de conclusão de 14 meses, presumindo para janeiro de 2014 e não agosto de 2015, como previsto no cronograma inicial, **"ocasionando um descompasso nas ações de gestão de segurança e saúde em relação às produtivas"** (BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 42, grifos nossos).

Por fim, outra conclusão do relatório do Grupo Especial de Fiscalização em Obras de Infraestrutura, evidencia a problemática cadeia de terceirização e como isso afeta as relações de trabalho e a questão da segurança e saúde no ambiente laboral.

A ineficácia da gestão de segurança e saúde foi verificada em todos os níveis, sendo mais frágil à medida que se estende na teia de contratações. As irregularidades verificadas nas empresas subcontratadas da contratada principal pela execução do empreendimento, Camargo Corrêa, caracterizam-se pelo não atendimento de questões primárias de Segurança, conforme se percebe nas ementas dos autos de infração lavrados. [...]

(BRASIL. MTE/SRTE - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO, 2010, p. 43, grifos nossos).

Como se constata no relatório do Grupo Especial de Fiscalização em Obras de Infraestrutura, a SRTE-RO fez o que está dentro da sua ação jurídica em fiscalizar e levantar os problemas latentes na UHE Jirau. No tema da segurança e saúde no trabalho, várias ações fiscalizatórias também identificaram incidência de problemas que persistem na obra, mesmo com as fiscalizações da SRT-RO e com a força tarefa conjunta do MTE, MPT-RO e CEREST.

Assim, tomando como base os registros constantes nos Autos de Infração do MTE/RO sobre irregularidades a respeito do tema de segurança e saúde no trabalho, o Consórcio ESBR e empresas construtoras mantêm o desrespeito à legislação trabalhista, em especial sobre as condições de segurança e saúde no meio ambiente de trabalho, colocando em risco milhares de trabalhadores, inclusive ceifando vidas no ato do trabalho, que até o dia 04 de janeiro de 2014 totalizaram 8 mortes por acidentes de trabalho, pelo menos as que foram divulgadas.

A SRTE-RO, em 29 de julho de 2009, encaminhara para a PRT-RO/14ª Região, oito autos de infração emitidos contra a empresa Camargo Corrêa, sendo que sobre o tema em pauta detectou infrações, como "utilizar condutores elétricos sem isolamento adequado, ou manter condutores elétricos obstruindo a circulação de materiais e pessoas"; deixou de proteger máquinas e equipamentos que oferecem risco de ruptura de partes móveis, projeção de peças ou materiais; deixou de instalar proteção coletiva nos locais de risco, entre outras³⁰⁶. Tais

³⁰⁶ Ainda em novembro de 2009, foi realizada nova inspeção no canteiro de obras da UHE Jirau, a qual constatou irregularidades como na área de eletricidade, com subestação elétrica sem isolamento adequado, não fornecimento de trava-quedas e cabo guia para eletricitistas que trabalham há mais de 2 metros de altura, falta de aterramento adequado da rede de alta tensão; falta de utilização de EPIs adequados; proteção coletiva contra queda de altura instalada de forma irregular, como o cabo guia. Assim, conforme relatório de diligência do Analista Pericial, Engenheiro de Segurança, houve descumprimento das NR 6, 9, 10, 18 e 23 (MPT/PRT-RO, 11/2011, p. 6).

regularidades são citadas na ACP da PRT-RO 14ª Região (11/2011) como:

Essas irregularidades representam risco à integridade física e à própria vida dos trabalhadores. Há a possibilidade de serem atingidos pela queda de objetos, de os próprios trabalhadores sofrerem queda, choques elétricos, soterramentos, além de outros fatos que podem ocasionar a morte ou o afastamento temporário ou definitivo por invalidez. (MPT/PRT-RO, 11/2011, p. 5).

O Grupo de Fiscalização do Setor de Infraestrutura da SRTE-RO/MTE realizou nova inspeção na UHE Jirau entre 17 a 25 de novembro de 2009, constatando mais 16 autos de infração, os quais estão relacionados ao desrespeito das NR 6, 7, 10, 18 e 21.

Com as novas ações fiscalizatórias deste Grupo de Fiscalização há cada vez mais o aumento das irregularidades e infrações cometidas pela empresa Camargo Corrêa, e para objetivar a análise, passaremos a citá-las.

Vejamos as infrações quanto às Normas Regulamentadoras do MTE, da Portaria nº 3.214/78, e suas atualizações:

a) Quanto à NR-7, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), há uma série de questões que desrespeitam a referida Norma Regulamentadora, com Autos Lavrados em abril de 2010;

b) Autos lavrados em 19/05/2011, ainda com base na NR-7, como "Deixar de submeter o trabalhador a exame médico periódico" [Auto Infração: 19908610];

c) Quanto à NR-5, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) [Autos lavrados em abril de 2010], quanto "Deixar de acompanhar a adoção das medidas de segurança e saúde no trabalho pelas empresas contratantes que atuam no seu estabelecimento" [Auto Infração: 18829708];

d) Quanto à NR-6, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), infrações em Autos lavrados em abril de 2010 e junho de 2011: "Deixar de exigir o uso dos equipamentos de proteção individual" [Auto Infração: 22642188].

e) Quanto à NR-10, Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, com sete infrações, versando sobre: falta de medidas preventivas de riscos (choques) elétricos e outros riscos adicionais; deixar de realizar treinamento bienal; falta de procedimentos específicos para trabalhos com instalações elétricas; e utilizar

procedimento de trabalho que não tenha competência, conforme Autos de Infrações que seguem: 20017774, 20012497, 20017766, 20017812, 20017782, 20017804, 20012501;

f) Quanto à NR-17, Ergonomia: "Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores" [Auto Infração: 21913650].

g) Quanto à NR-18, Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, na inspeção de abril de 2010, foram realizados 90 Autos de Infração, sendo 49 sobre segurança e saúde no trabalho, ou seja, 54,44%³⁰⁷; na inspeção de maio de 2011, de 21 Autos de Infração, 6 foram sobre o tema da mesma NR (28,57%), e na inspeção de junho de 2011, de 8 Autos de Infração, 4 referiram-se às irregularidades nesta área - 50%. Na inspeção de maio de 2011 foram lavrados Autos sobre as seguintes infrações: problema em mangueiras dos maçaricos de solda; deixar de manter rampas e passarelas provisórias sem estar em perfeitas condições de uso e segurança; deixar de providenciar o aterramento elétrico da estrutura da grua. Já na inspeção de junho de 2011, destacam-se as seguintes irregularidades para esta NR: utilizar madeira de má qualidade ou esconder a madeira usada com pintura nas escadas, rampas ou passarelas; deixar de colocar pranchas de madeira firmemente apoiadas sobre as armações nas fôrmas para circulação de operários; e deixar de isolar a área de carga ou de descarga da grua ou permitir o acesso a área de carga ou de descarga da grua a pessoa não envolvida na operação.

h) Quanto à NR-21, Trabalho a Céu Aberto, infração por "Deixar de providenciar as medidas de profilaxia de endemias, de acordo com

³⁰⁷ Na inspeção de 2010, dentre as irregularidades destacam-se: falta de treinamento periódico com os trabalhadores; falta de sistema de alerta no canteiro de obras; circuitos ou equipamentos elétricos expostos a choques; uso de condutores elétricos sem isolamento adequados; manter canteiro de obras sem ambulatório; área de escavação sem sinalização de advertência; falta de proteção em área de descarga de vergalhões; deixar de instalar proteção coletiva em local de risco de queda de trabalhadores; permissão de transporte de pessoas por equipamento de guindaste sem esta finalidade; diversas irregularidades na grua; utilizar andaime cujo piso de trabalho apresente irregularidades quanto ao material; deixar de dotar o andaime de sistema de guarda corpo em todo o perímetro; deixar de manter máquinas, equipamentos e ferramentas à inspeção e manutenção; efetuar transporte de trabalhadores em meio de transporte não normatizado; deixar de adotar medidas eficazes de combate a incêndio para os diversos setores, atividades, máquinas e equipamentos do canteiro de obras.

as normas de saúde pública, nos trabalhos realizados em regiões pantanosas ou alagadiças" (AI nº 20012322).

Como buscamos evidenciar, com base nos fatos citados, via documentação da SRTE-RO e ACP da PRT/MPT, as fiscalizações do Grupo Especial em Obras de Infraestrutura da Delegacia Regional do Trabalho do estado de Rondônia, não foram suficientes para que as empresas contratadas e subcontratadas pelo Consórcio ESBR para a construção da UHE Jirau mudassem sua estratégia quanto ao cumprimento das normativas e legislação trabalhista de segurança e saúde no meio ambiente de trabalho. Isso levou a PRT da 14ª Região do MPT, a entrar com ACP com pedido de tutela antecipada por dano moral coletivo compartilhado face à ESBR e empresa Camargo Corrêa.

Isso porque o intenso processo de trabalho nas obras da UHE Jirau, além do desrespeito às Normas Regulamentadoras e à legislação trabalhista, tem como certo, frente à rapidez com que transcorre a construção, a precarização e degradação do trabalho, inclusive não tendo como limite nem a morte de trabalhadores que estão expostos à irracionalidade sistêmica do capital, haja visto que o padrão imposto às obras se mantém e intensificam-se.

Portanto, como ficou evidenciada, a rotina intensificada de trabalho tem gerado sérios problemas quanto às condições de trabalho, segurança e saúde no meio ambiente de trabalho, gerando a degradação das relações laborais no AHE Jirau. Assim, com essa lógica do capital, bem como do próprio Consórcio ESBR, constata-se a "tragédia anunciada" da neobarbárie em Jirau, com vários acidentes fatais.

Buscando entender a relação entre segurança e acidente de trabalho, Pinto (1996, p. 237) enfoca o debate das representações sociais dos trabalhadores da Construção Civil, a respeito do vínculo trabalho/saúde, na qual considera que a "construção do vínculo não se dá de forma linear e progressiva, como querem alguns, ou, talvez, como muitos o imaginam. Trata-se de uma construção ambígua, fundada em um processo contraditório, ancorada em um universo representacional polissêmico".

Portanto,

A exemplo do que aponta Déjours (1992), o vínculo inicialmente é negado [...] Se não é totalmente negado, o vínculo é admitido dentro de certas restrições ou condições que lhe imputam certa fraqueza. Assim é que

aparecem imagens do vínculo trabalho/saúde apenas 'para os outros', ou 'se ocorrer um acidente', ou ainda, 'se não utilizar os equipamentos de proteção necessários'.

Assim,

As práticas que tais representações iniciais inauguram são carregadas de significados estratégicos, aquilo que, dentro da linha Déjouriana, se denomina 'ideologia ocupacional defensiva': é assim que orientadas por aquelas surgem, no canteiro, algumas práticas representações: **aceita-se apenas o corpo trabalhador, não o corpo que adoce; todos devem mostrar-se valentes, e não 'mufinos'; minimiza-se a gravidade ou as conseqüências da ocorrência dos acidentes ou das doenças profissionais; 'despreza-se' ou nega-se o vínculo entre as condições de trabalho e a saúde do trabalhador. E para a eficácia de tais práticas, todos sabem que devem aderir às mesmas, sob o risco de se excluírem do coletivo de trabalho, serem rotulados os 'nós cegos' da obra, ou, até mesmo, efetivamente se acidentarem.** (PINTO, 1996, p. 237, grifo nosso).

No caso em pauta, Pinto (1996) realizou sua pesquisa com trabalhadores na ativa, no próprio ambiente laboral, o que permitiu compreender representações sociais ambíguas, e que os próprios trabalhadores muitas vezes tentaram livrar as empresas pesquisadas dos riscos impostos aos operários com trabalhos de risco elevado.

Em nossa pesquisa conseguimos poucas entrevistas com trabalhadores na ativa, pois a maioria das mesmas ocorreram com operários em fase de rescisão de contratos, que não tinham mais medo de serem demitidos das empresas. O desabafo sobre os riscos a acidentes e a doenças que foram expostos de forma mais explícita nos canteiros de obras, prevalecem nos depoimentos. Há nos relatos, embora de forma ambígua, a culpabilização do trabalhador pelo não uso de EPIs, o "descuido com o trabalho", mas também há referências conscientes por parte dos operários, dos perigos que rondam o ambiente laboral, a falta de fiscalização da empresa, de orientações nos Diálogos Diários de Segurança (DDS), e de como o ritmo acelerado de trabalho, a cobrança por metas expõem os trabalhadores a riscos de acidentes iminentes.

Chama a atenção na análise das entrevistas por nós realizadas é que mesmo as doenças como a malária e a dengue preocuparem os serviços de saúde, não são vistas pelos trabalhadores como formas degradantes do ambiente de trabalho (PBA, 2008), já que nem todos os trabalhadores fazem uma co-relação da endemia com o trabalho.

Vejamos um fragmento de uma entrevista com um carpinteiro de 31 anos:

Pesquisador: O fator mais negativo que teve foi o calor ou teve outra coisa que pra você foi difícil trabalhar em Jirau?

ROGÉRIO*: De vez em quando tinha dor de cabeça, febre... **e nos lugar que eu trabalhei nunca peguei esse tipo de coisa, só aqui mesmo. E principalmente a malária que a gente sente muita dor.**

Pesquisador: Como foi o seu tratamento, que a empresa ofereceu em relação ao tratamento?

ROGÉRIO*: Tinha os remédios, medicamento tudo certinho. Nunca deixou... todo medicamento no dia certinho. Na verdade não tenho que reclamar deles lá não, sobre esse tipo de coisa não tenho que reclamar não. (ROGÉRIO*, informação verbal)³⁰⁸.

Já para outro trabalhador, também carpinteiro, o adoecimento no ambiente de trabalho passa a ser visto de forma oposta, como sofrimento e até mesmo como desvinculação ao trabalho, sendo inclusive demitido da empresa, pois "quando o cara adocece lá o cara fica bronqueado porque os encarregados lá querem mandar mais que os donos da obra. Eles dizem que a pessoa não tá doente" (PAULO*, informação verbal)³⁰⁹. Buscamos entender como adquiriu a doença no ambiente de trabalho e como foi encaminhado pela empresa, o trabalhador esclarece que não teve um exame demissional bem feito e foi demitido mesmo estando doente:

Eu me machuquei lá com forma, fui descer e bati meu peito na forma, a quentura é muito grande e a gripe é muito forte até deu a inflamação né, mais eu nunca tinha tido isso. [...] Ai eles disseram que ... (ó, pra você ver se eu tô errado), aí chega lá pra fazer os exames, invés dele fazer um exame corporal pra bater uma chapa pra ver se a pessoa saiu doente ou não, ele não faz isso não, ele faz só um periódico de ouvido e pronto, aí já vai assinando como que tu teje bom, aí nem que tu fale que não tá bom. (ROGÉRIO*, informação verbal, grifos nossos)³¹⁰.

Evidencia-se como o trabalhador faz uma relação direta do seu

³⁰⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

³⁰⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

³¹⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

problema de saúde, como o adoecimento, e a função por ele realizada no ambiente de trabalho. No entanto, mesmo com tais relações, há um receio de se culpar, de mostrar que ele pode ter sido o responsável pelo adoecimento, pois "eu nunca tinha tido isso". Outro ponto chave refere-se como os exames médicos não registram, por serem falhos, conforme o caso citado, de não detectarem uma "inflação" no pulmão.

Tentando entender como os trabalhadores encaram os riscos no ambiente de uma obra como a UHE Jirau, questionamos se o local de trabalho tem algum perigo de acidente e como eles encaravam tais dificuldades no dia a dia. Essa inquirição revelou que a prevenção não é somente objetiva, com o uso dos EPIs, mas também há formas de interferência na segurança que depende do estado emocional do trabalhador, que pode ser afetado pelas suas preocupações com a família que ficou no local de origem, distante do contato cotidiano que o fortalece para a luta diária no canteiro de obras, ou mesmo das preocupações no âmbito da vivência nos alojamentos.

Essa questão é indicada pelo armador José* (informação verbal)³¹¹ por avaliar que não há por parte da empresa uma preocupação com o estado psicológico do trabalhador, uma vez que os DDS não levam isso em conta. Vejamos seu depoimento:

Se não está usando o cinto, não está usando os óculos, se não está usando a luva adequada, entendeu? **Se o cara está bem psicologicamente para trabalhar naquele dia, porque eu trabalhei em várias obras em São Paulo que o técnico de segurança, que ele fazia o DDS na parte da manhã... Aí o técnico de segurança ali sempre perguntava quem estava bem, psicologicamente, se tinha passado a noite bem, quem estava com algum problema. Ali eu nunca vi isso aí. Eu até as vezes, assim, como líder de boca [líder de equipe], né, até perguntava: 'Meu, porque que o técnico de segurança não vem aqui dar uma palestra com a gente, saber como é que está a situação', porque você está bem psicologicamente quando você vai dormir, você sabe se vai acordar bem? Porque o corpo da gente é cheio de falhas, e mistérios e amanhece com uma dor de cabeça, amanhece com uma dor no corpo, aí... (JOSÉ*, informação verbal, grifos nossos)**³¹².

Dois pontos nos chamam a atenção: primeiro a preocupação de como o estado psicológico pode afetar o desempenho no âmbito do

³¹¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³¹² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

trabalho, em especial sobre a segurança, fato que não são observados pelos técnicos de segurança no DDS; segundo, que além do estado emocional, há também outros fatores que podem interferir na questão à segurança, embora ambas ainda estejam sobre a responsabilidade direta do trabalhador, já que "o corpo da gente é cheio de falhas, e mistérios...". Ou seja, há a percepção que o corpo pode falhar, que é normal, mas e a relação com as falhas ou imposições quanto ao trabalho a ser realizado, porque isso não é visto como um fator desencadeador da própria pressão por metas e produção que afeta também o estado psicológico e emocional do trabalhador?

Embora o trabalhador considere o perigo iminente com a função realizada, a exemplo da armação de ferragens, há uma dupla culpabilização em caso de acidente, pois este pode ser tanto por descuido do próprio trabalhador, mas também considera que a empresa falta com a proteção necessária e prescrita em Lei, da mesma forma os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da segurança e saúde no trabalho. Na ACP na qual a PRT/MPT-RO destaca a situação de gravidade e degradação encontrada neste setor da obra da UHE de Jirau, pois foi constatado "**Trabalhadores em situação de grave e iminente risco, enclausurados e com acesso inadequado e sem sinalização de segurança, impossibilitando a remoção em caso de acidente: limiar da degradância**" (BRASIL. MPT/PRT-RO 14ª Região, ACP, 17 de junho de 2011, grifo original). (FOTO 17).

A irresponsabilidade e negligência das empresas em relação à questão da saúde e segurança do trabalhador materializa-se em números expressivos de acidentes, que segundo denúncia do site Liga Operária³¹³, só para o mês de janeiro de 2013 houve informação extraoficial de 400 acidentes leves em Jirau, mas os dados de número de acidentes de trabalho não são divulgados pela empresa. Outra constatação é que nem todos os acidentes são registrados com CAT.

Nesse sentido, no momento do Trabalho de campo (2012), um trabalhador da carpintaria, nos relatou que quando sofreu um acidente e teve um dos testículos atingidos por um vergalhão de ferro, mesmo desmaiado, foi pressionado pela equipe, para minimizar a gravidade do acidente, e por não ter sido nada grave não deveria abrir a CAT para

³¹³ Disponível em: <<http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=3746>>

que a equipe não se prejudicasse diante da eminente perda da gratificação de produção.



FOTO 17: Armadores em situação de risco no local de trabalho na UHE Jirau

Legenda: O destaque mostra onde deveria existir um vão desimpedido e sinalizado caso o trabalhador pudesse ser retirado em uma possível emergência.

Fonte: Brasil-MPT/PRT-RO, ACP (2011).

O trabalhador sentindo-se pressionado não comunicou o encarregado, e não foi registrada a CAT. Assim, o caso foi diagnosticado como enfermidade e não como acidente de trabalho, e para tanto, teve sérias complicações, necessitando de uma cirurgia, que não reverteu a gravidade da lesão, que levou a perda do testículo afetado. Além dos sérios problemas à sua saúde não conseguiu ter a seguridade social, pois como enfermidade deveria esperar seis meses para passar pela perícia do INSS, e como o atestado do médico não permitia o longo prazo de espera, acabou retornando para as suas atividades ainda doente. Segundo ele, isso ocorre muito no canteiro, pois os próprios trabalhadores pressionam o trabalhador acidentado para não registrar

o acidente de trabalho.

Com base nos relatos registrados, evidenciamos que outro ponto importante é que isso gera situações preocupantes quanto à segurança no ambiente de trabalho, já que o trabalhador, na vontade de cumprir a produção tem rotina mais acelerada e intensificada, e fica mais sujeito a acidentes. Em alguns casos o trabalhador entrevistado disse ter se negado a executar certas atividades devido ao risco que estava exposto.

Neste íterim a subnotificação de acidentes de trabalho é uma estratégia clara e com fortes indícios de fato comprovado, conforme constatamos em entrevista junto ao chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalho da SRTE-RO.

Ninguém quer demonstrar acidente de trabalho, todo mundo esconde. Todo mundo esconde. Então, só se for morte que não dá pra esconder, não tem jeito e olhe lá né, porque numa imensidão daquela lá pode dizer que sumiu alguém lá e tal; não sei, não vi e tal, né. Isso é coisa que assim... às claras né, essas mortes que tem conhecimento que falam muita coisa né, mas a gente não tem prova, nada. Falam muita coisa mais assim... essas mortes realmente são coisas que não dá, não tinha como esconder. Agora acidentes de pequena monta e acidentes até graves também, graves, mas não fatais era... as equipes escondem. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)³¹⁴.

Desse modo, há uma relação entre as subnotificações de acidentes de trabalho e a possibilidade do trabalhador ser prejudicado com isso pelo não recebimento das gratificações, como a PLR por metas de produção.

Isso eu falei inclusive em reunião em Brasília com a direção maior da Camargo Corrêa. Com a Camargo Corrêa, com a Energia Sustentável do Brasil e ENESA, né, com o Ministério do Trabalho, com a Secretária de Inspeção do Trabalho em reunião, ela mostrou pra gente, o substituto dela né, e os dirigentes dessas empresas e eu informei isso. Eles apresentaram a quantidade de acidentes e nós fomos analisar, a quantidade de acidentes que tão ocorrendo na obra, homens/hora fatal e tal. A gente vai ver que nós estamos num padrão muito bom né, **só que esse padrão foi gerado por isso, subnotificações, subnotificações** [de acidentes de trabalho]. **Então o valor tá baixo, mas se a gente for levantar os números de acidentes ocorridos, você vai ver que vai ser muito maior**

³¹⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

do que tá sendo apresentado. E além disso né, uma das coisas que eu até deixei claro pra eles lá, ah... além dessa situação tá mascarada (inaudível), ah, eu creio até que seja do vosso conhecimento, dos senhores, tá adotando esse esquema de controle por parte dos próprios trabalhadores da... do nível de acidentes de trabalho, porque ninguém vai demonstrar porque não vai querer se prejudicar né, ninguém vai meter a navalha na carne. Então eu acho que a estratégia dos senhores [representantes das empresas na reunião em Brasília] pra atingir e mostrar pra sociedade é uma coisa, mas pra fins de realidade... têm trabalhadores comparecendo no plantão fiscal dizendo que estão doentes, adoecidos, tão acidentados lá em Jirau e que a empresa não quer fazer CAT, não quer fazer Comunicação de Acidente de Trabalho, por conta disso, né; então os senhores estão equivocados. (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal)³¹⁵.

As denúncias consideradas graves, tanto por parte dos trabalhadores como do chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalho, da SRTE-RO, nos levam a entender a complexidade e os desafios em torno dos acidentes que ocorreram, seguidos de morte na UHE de Jirau, que pelo que conseguimos apurar foram 8 até o dia 04 de janeiro de 2014³¹⁶.

Diante dos fatos e dados apresentados, a Procuradoria Regional do Trabalho de Rondônia abriu procedimento investigatório para analisar a "transgressão às normas básicas que visam garantir ambiente de trabalho saudável, com violação direta à dignidade dos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Jirau", já que segundo constatação na citada Ação Civil Pública:

A descrição dos autos [conforme já apresentados] e as respectivas capitulação deixam **evidentes que a empresa CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. atua na obra de construção da Usina Hidrelétrica Jirau de forma negligente em relação às condições básicas de proteção do**

³¹⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

³¹⁶ "Essas obras têm que ter esse programa, PCMAT, todas elas. E elas têm. Às vezes não são implementadas a contento, alguns têm falhas nos projetos, né. Outros projetos são maravilhosos, mas não executam na prática, né. Por quê? Porque priorizam a produção à segurança, deixam a segurança em enésimo plano né. Então aqui tem uma gama de problemas José que acontecem e infelizmente lá nas usinas... eu digo nas duas, principalmente em Jirau, foi... nas duas, não vou dizer só Jirau que teve mortes aqui também; lá [Jirau] teve quatro e aqui teve três [Santo Antonio]. Em ambas situações foram por questão de priorizar a produção à segurança. Prioridade à... a obra tinha que ser acelerada a todo tempo, e os processos, as máquinas... é... ah... vão ficar em segundo plano, sei lá que plano, em enésimo plano (JUSCELINO DOS SANTOS, informação verbal, em 17/06/2011).

trabalhador no meio ambiente de trabalho, em flagrante descumprimento à legislação que disciplina as relações trabalhistas. (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 20).

Portanto, foram 8 acidentes fatais ocorridos na UHE de Jirau³¹⁷, com as seguintes mortes: 1) de Valter de Souza Rosa, em maio de 2010; 2) de Francisco da Silva Melo, em julho de 2010; 3) de João Batista dos Santos, em fevereiro de 2011; 4) do carpinteiro Antônio de Meneses Rocha, em maio de 2011; 5) do operário José Roberto Viana Farias, em maio de 2012; 6) do eletricitista Edinaldo da Silva de Souza, 25 anos, em 5 de março de 2013; 7) do eletricitista Antenor Rocha Nahum, em 20 setembro de 2013; e, 8) de Amilton Ambrósio de Carvalho, também eletricitista, em 04 de janeiro de 2014.

Nos casos dos acidentes fatais em Jirau, a ACP da PRT-RO, apresenta análise de duas das três mortes.

Um dos casos investigados e que apresenta irregularidades por parte da empresa Camargo Corrêa foi o da morte do trabalhador Francisco Melo, no britador. Vejamos descrição da cena do acidente realizada pelo Analista Pericial - Engenheiro de Segurança do Trabalho da PRT-RO:

Área localizada no britador terciário, onde encontram-se instalados de forma adjacente 3 (três) equipamentos denominados Alimentadores de Correia [...], em altura superior a 4 (quatro) metros do solo, sendo o acesso aos equipamentos, realizado através de escadas e plataforma [...].

O acidentado foi localizado, morto, no alimentador do britador n° 5, com o corpo preso entre duas chapas de aço sobre a correia e o rolo de cauda do equipamento [...].
(BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 21, grifos no original).

Em conclusão, para o Analista Pericial os fatores que contribuíram para a morte do trabalhador, conforme ACP (17/07/2011),

³¹⁷Na UHE de Santo Antônio, ocorrem, oficialmente, 6 mortes entre 2010 e 2013, que foram: 1) de João Carlos Sá de Jesus, na queda de uma lançadora de concreto, em julho de 2010; 2) de Bruno Alexandre Queiroz Martinho, em fevereiro de 2011, no acidente com uma grua; 3) de um trabalhador identificado apenas como Renan, afogado no rio Madeira em data não precisada; 4) do carpinteiro Claudemir Domingos Antonio, em 21 agosto de 2012; 5) do armador Derick de Almeida da Silva, em 14 de agosto de 2012; e 6) do soldador Francenilson Souza Veras, em 11 de outubro de 2013.

foram:

1. O equipamento 'Alimentador de correia' (local do acidente), não possuía suas partes móveis (correias, roletes e rolo de cauda) enclausuradas, segundo estabelece a NR 12;

2. O acidentado foi surpreendido pela movimentação das partes móveis do equipamento, realizando alguma atividade além de suas atribuições, isto é, em desvio de função. (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 21-22, grifos no original).

Além das considerações apresentadas, a PRT-RO do MPT-RO conclui sobre o devido acidente a seguinte constatação:

Note-se que a causa desse acidente está diretamente relacionada ao **desprezo** de normas básicas de segurança no trabalho. **Ou seja, nesse acidente fatal a negligência da Camargo Corrêa concorreu para o desfecho mais drástico possível no ambiente do trabalho: a morte do empregado.**

Registre-se que colaborou significativamente para a morte do trabalhador o fato de a empresa ter implementado modificações no britador, consistentes em adaptar chapas de aço de aproximadamente 30 cm (trinta centímetros) nos perímetros das correias - o que permitiu a ampliação da área útil para transporte de material a ser 'britado', tudo em desconformidade com as recomendações técnicas do fabricante. Note-se que foi justamente a chapa de aço soldada que prendeu o trabalhador, e levou-o à morte. **Conclui-se que a preocupação com a produção em detrimento da segurança dos empregados do setor de britador foi preponderante para o evento morte ocorrido.** (MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 22-23, grifos no original).

Outro acidente também registrado na ACP da PRT-RO, refere-se ao comunicado pelo Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalho - SRTE/RO via "Relatório de Análise de Acidente do Trabalho de empregado da Empresa Camargo Corrêa na UHE Jirau", do qual citamos alguns elementos que descrevem a fatalidade.

Vejamos descrição do acidente:

Um **novo acidente fatal ocorreu** no setor de casa de força, à noite, na operação da grua torre Liebherr, voltada ao içamento de cargas. O operador, durante essa atividade, é orientado por sinaleiro. Logo após, necessita desligar o equipamento. Segundo a fiscalização, 'há razoável planejamento da atividade, contudo este não foi devidamente seguido no dia do acidente'. Consoante o detalhado relatório, **'A exigência de aumento da**

produtividade pela empregadora é nítida. Ademais, constatou-se que os funcionários presentes nas obras laboram em regime de sobrejornada habitual' (negrito, grifo nosso). Com efeito, o operador da grua 'não conseguiu perceber a presença do sinaleiro na área da grua, o que ocorreu pela conjugação de dois fatores: 1) o procedimento adotado pela empresa exige que o operador fixe seu olhar na lança, localizada no alto do equipamento; 2) por ocasião da inspeção física, constatou-se que havia uma caçamba no local, posicionada entre o operador e a grua, onde o sinaleiro, durante o giro dessa última, acabou prensado e restou provocado esmagamento da região abdominal, com exposição das vísceras e demais órgãos'. (PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 23-24, grifos no original).

Esse acidente foi presenciado por um líder de produção, trabalhador, de 35 anos, do estado do Pará. Vejamos seu relato:

PESQUISADOR: Acidente de trabalho era comum acontecer?

ROBERTO*: Com certeza. **Eu presenciei um acidente que eu não esqueço até hoje** (pausa). Na Casa de Força, lá no GGF 14 tinha uma Grua, é um guindaste, tem um peso de concreto atrás, então na hora que ela girava assim ela passava uma base de uns 40 cm do muro do pilar, essa parte de concreto. **Aí o sinaleiro, sinaleiro da Grua, ajudante, não era lá, acho que não souberam preparar ele direito.** Ele içou uma carga assim e mandou o operador lá de cima girar a esquerda. Nesse caso ele foi passar aqui, foi tentar passar de lado aqui, foi na hora que a Grua imprensou ele.

PESQUISADOR: Imprensou quem, o sinalizador?

ROBERTO*: O sinalizador, entre o pilar e ele, ele ficou parecendo um pastel 'esmagalhado' (sic)... [...]

PESQUISADOR: E qual foi a medida tomada nesse caso?

ROBERTO*: A medida foi isolar, não deixaram ninguém chegar perto, chegou o grande gerente da obra lá e isolou. Eles ficaram até com um pedaço de pau tentando limpar colaborador que estava curioso pra ver. [...] Para falar a verdade, foi omitido, que pelo que eu me informei lá, pra empresa o colaborador passou pra família, pro Ministério do Trabalho que o colaborador veio morrer uma hora depois a caminho do hospital e não morreu na obra. E saiu mortinho de lá que eu vi. Entendeu, mas não podia falar nada... (ROBERTO*, informação verbal)³¹⁸.

No Linhão de Transmissão do CHM foram duas mortes por acidente de trabalho no ano de 2013, sendo vítimas fatais os operários Cleberon Pantoja Viana, de 28 anos, e Roneilson Santos Cruz, de 19 anos, que foram vitimados quando uma torre de transmissão desabou, no dia 15 de

³¹⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

fevereiro de 2013, no interior do estado de Rondônia.

Ainda conforme informações do relatório da fiscalização (apud BRASIL-MPT/PRT-RO ACP, 2010, p. 24), houve constatação de que "o panorama de segurança do trabalho verificado é deficitário, sobretudo no tocante à supervisão, que deve ser realizada constantemente nos canteiros de obras. Tal fato se verifica no relato de alguns funcionários (...)".

Como constatamos, há relatos de falta de antecipação de riscos por parte da engenharia de segurança, falta ou carência de fiscalização de técnicos de segurança e engenheiro de segurança no setor da obra³¹⁹, sobre jornada de trabalho, pressão por agilidade no serviço realizado, indicativo de falta de treinamento para a função, fatores que indicam que o acidente não se enquadra como fatalidade, mas algo que poderia ter sido evitado se as medidas de segurança e saúde no trabalho fossem colocadas em primeiro lugar em relação a produção e aceleração da obra da UHE Jirau. Como considera a PRT-RO, via ACP, "com efeito, os fatos noticiados no decorrer das investigações levam-nos à inevitável conclusão de que os acidentes de trabalho, são tragédias anunciadas" (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 23).

Portanto, a argumentação da Procuradoria Regional do Trabalho, do MPT-RO, da 14ª região, é taxativa sobre as responsabilidades dos acidentes ocorridos na UHE Jirau:

Ação ministerial já houve. Fiscalizações já ocorreram. E muito ainda precisa ser alcançado!!! QUANTOS OUTROS ACIDENTES GRAVES, INCLUSIVE FATAIS, AINDA TERÃO DE OCORRER PARA QUE AS EMPRESAS DEEM NECESSÁRIO VALOR ÀS VIDAS DAQUELES QUE A FAZEM PROSPERAR?

Como se vê, as demandadas simplesmente desconsideram as normas mais elementares relacionadas à preservação da saúde e segurança em seu ambiente laboral, deixando de velar pela higidez de tal meio. Resta cristalinamente violado o princípio da dignidade da pessoa humana, eis que não pode importar para as empresas - e os acidentes

³¹⁹ "[...] embora haja técnico de segurança, raramente aparece no local onde ocorreu o acidente (...) e o engenheiro de segurança com menor frequência ainda. Cabe ressaltar que a operação de içamento de cargas por grua é de alto risco (...) Também merece destaque o fato de que, no momento em que o operador de grua fazia o giro da lança, visando colocá-la na posição correta, uma caçamba bloqueava parcialmente a sua visão (...) **Esta cobria justamente o segmento onde o acidentado foi presenciado, a denotar falta de planejamento e antecipação dos riscos da atividade que era desempenhada**" (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 24, grifos nossos).

havidos, bem como as provas coligidas não deixam sombra de dúvida, tão somente, o lucro.

A conduta empresarial resta desajustada, MERECENDO A MAIS EFETIVA, RIGOROSA E CERTEIRA REPRIMENDA, sob pena de permanência da situação de leniência para com a saúde dos seres humanos que colocam, diuturnamente, sua força de trabalho em favor das mencionadas empresas.

Quem sabe assim as empresas, finalmente, aprendam a lição e passem a fazer o que sempre deveriam ter feito: cumprir fielmente a lei, restabelecendo o *status* de dignidade que as vidas dos seus trabalhadores representam, valores inestimáveis que são. (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, 17 de junho de 2010, p. 30-31, grifos no original).

Portanto, no destrutivismo do capital, a face da neobarbárie, do lucro a qualquer custo se sobrepõe à vida de homens e mulheres, pois os acidentes e mortes mesmo sendo tragédias anunciadas no caos de progresso nos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia, não restringem à lógica de reprodução do capital. A vida ceifada do trabalhador morto, que foi descartada é substituída por outro que compõe os milhares de desempregados do excedente de força de trabalho à espera de ser utilizada pelo capital, como sendo a única forma de poder se reproduzir.

Na referida ACP, a PRT/MPT-RO, por meio de nota, informou o requerimento à Justiça do Trabalho de que a empresa Camargo Corrêa cumprisse 11 requisitos de NRs para a segurança dos trabalhadores em Jirau, sendo que a JT atendeu ao pedido do MPT de Antecipação de Tutela obrigando a Camargo Corrêa a cumprir as NR de proteção, e que pagasse indenização de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos e R\$ 1 milhão pela prática da "*dumping social*", ou prática antissocial e desleal da empresa³²⁰.

Além dos acidentes fatais registrados e investigados pela SRTE-RO e PRT/MPT-RO, há denúncias pelos trabalhadores entrevistados de outros acidentes fatais na UHE Jirau, mas que não são denunciados e divulgados para a sociedade. Exemplos citados referem-se a acidentes por queda, que são omitidos pelas próprias empresas, como o acidente

³²⁰ Nota destacada na matéria de Borges (2013), "Camargo Corrêa terá que cumprir normas trabalhistas em Jirau". Disponível em: <http://www.valor.com.br/termos-de-uso>.

foi divulgado em vídeo por trabalhadores e postado no site YouTube³²¹, sendo possível acompanhar o momento do resgate e como os técnicos de segurança e encarregados se portaram diante da tragédia ocorrida. O vídeo intitulado "**Mais um trabalhador veio a óbito na usina de Jirau por falta de segurança**", seguido de descrição que fica nítida a indignação da responsável pela divulgação do vídeo de 2min e 07seg, publicado em 01/06/2012 por "Tatiana Liana": "essa é mais uma mostra dos seguranças tentando encobrir a morte do trabalhador porque todos os acidentes são ocultados pela empresa Camargo Correia (sic) para que não possam vir a público !!!!!!!!!!!!!!!" (Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=bgmxcPjc8d. Acesso em: 25 set. 2012).

O vídeo inicia com um corpo de um trabalhador no chão e uma grande mancha de sangue espalhada ao lado. Há quatro trabalhadores com uniforme de camisa amarela, que indica serem funcionários da empresa Camargo Corrêa, e mais um trabalhador junto ao corpo prestando atendimento de primeiros socorros. Há poças d'água no chão e uma tomada breve de cena para a altura da estrutura de concreto indicando onde aconteceu a queda, além de evidenciar ter sido em um dia chuvoso. Uma voz de um homem chama a atenção junto ao telefone celular: "morreu na hora!" Na sequência chegam mais três homens, dois de uniforme, camiseta amarela e outro com uniforme azul, indicando ser técnico de segurança. Uma trabalhadora pergunta: "Quebrou lá, foi?" Outro trabalhador responde: "Diz o menino (indicando relato de outro trabalhador) que ele caiu daquela tábua lá em cima...". Rapidamente os encarregados e técnicos de segurança vão em direção aos outros trabalhadores que estão próximos observando o acidente, em uma pequena área de poucos metros isolada com uma faixa, e mandam os mesmos se retirarem (gesticulando com os braços para saírem do local). Um trabalhador fala: "Pra quê esconder uma coisa que todo mundo já viu!". O encarregado fala: "Oh pessoal vamos pra lá, vamos pra lá..." Um encarregado da empresa Camargo Corrêa continua dizendo: "Pessoal vamos prá lá... Aí pessoal vamos embora, vamos embora"! Na sequência o corpo do trabalhador acidentado é carregado rapidamente para a ambulância

³²¹ Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=bgmxcPjc8d0. Acesso em: 25 set. 2012.

que sai em alta velocidade. O trabalhador que filmou a ocorrência retorna ao local da queda e mostra a grande mancha de sangue que ficou no local. Os encarregados (uniformes amarelos) terminam de isolar a área do acidente, considerado pelos trabalhadores que relatam o vídeo como sendo mais uma morte em Jirau.

O vídeo em questão caracteriza e reforça a denúncia de relatos de trabalhadores de que além das subnotificações de acidente sem a CAT há também a ocultação de acidentes graves³²², inclusive com morte.

No site "Liga Operária", matéria "ESBR e Camargo Corrêa tentam esconder seus crimes de tortura e mortes de operários"³²³, há denúncias de que essa morte tenha ocorrido "em virtude das péssimas condições e ritmo abusivo de trabalho. O operário caiu de aproximadamente 50 metros de altura, após ter pisado em tábua podre, não ter o equipamento coletivo de segurança que é o cabo guia para fixação de cinto de segurança". Além disso, denunciam também "a ação imediata dos encarregados de afastar os operários, como procuram impedir a filmagem e como removem o corpo para descaracterizar o local do "acidente". Assim, firma a denúncia de que os operários relatam que "ninguém morre de acidente dentro de Jirau, só no caminho para Porto Velho". Isso porque,

em todos acidentes a empresa remove os operários mortos para impedir a ação da perícia e do levantamento das causas das mortes dos empregados. 'Acidentes' como esse do vídeo, ocorreram inúmeros no canteiro de obras de Jirau, onde os operários não podem nem protestar, pois a 'Força Nacional' e 'COE' da PMRO ocupam o canteiro de obras'. (LIGA OPERÁRIA, 24/09/2011)³²⁴.

Raimundo Braga - trabalhador preso e torturado em Jirau na revolta de março de 2012 - em entrevista concedida a Tales dos Santos Pinto e estudantes da UFG (Universidade Federal de Goiás), no dia 06 de julho de 2012, no debate "A repressão aos trabalhadores das Usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia", organizado pela Associação

³²² Não se questiona a necessidade da equipe médica da empresa ter a obrigação de atender com urgência o trabalhador acidentado, mas o fato de, conforme as denúncias, de remover o acidentado para ocultar as irregularidades no que tange a segurança no ambiente de trabalho.

³²³ Disponível em: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=2569>. Acesso em: 24 set. 2012.

³²⁴ Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=61837>. Acesso em: 24 set. 2012.

Brasileira de Advogados do Povo (ABRAPO) e pela Liga Operária³²⁵, relata como é presenciar esses acidentes em Jirau.

RAIMUNDO BRAGA: O negócio de acidente de trabalho lá é assim, porque o cabra [sujeito, fulano] cai de uma altura de mais ou menos de cinquenta metros, por que lá é muito alto. A barragem é alta. Você fica trepado muito alto. **Todo na madeira, tem ferro também, mas tem aquelas tábuas, que apodrece. Então eles só trocam aquela tábua. Então você vai naquela parte caminhando, você desaba lá de cima, a tábua quebra, você cai.** O técnico de segurança o que é que ele faz? **Ele isola a área e diz que tá vivo. Retira o corpo de dentro do canteiro de obra. E diz que morre no caminho de Porto Velho.** Não morre dentro da obra. Por quê? Você caiu em cima de um monte de ferro, em cima de um monte de concreto daquele. Você tá vivo o quê? Quando você vem no meio do caminho você já vem morto. Quando você cai que voa sangue para todo lado que você tá vivo? Você tá vivo? Acho que não. Só se estiver vivo no outro mundo, porque neste não está mais não.

P: E neste caso o sindicato interfere nestes acidentes de alguma forma, ele se posiciona de alguma forma? Você já viu alguma situação desta?

RB: Não vi ele nunca lá não, quando acontece acidentes destes. **Eu só vejo ambulância vem e pega, e tira para fora. IML, né? Leva. Pronto. Passou do portão ninguém sabe mais de nada. Que é justamente lá dentro que poucos funcionários sabem o que aconteceu, que morreu este funcionário lá, e que teve esse acidente. Eles não falam que morreu. Aconteceu um acidente. E morre não fala.** (Entrevista Raimundo Braga, 06/07/2012, *apud* Passa Palavra, 2012, grifos nossos).

Para os trabalhadores que presenciam esse tipo de tragédia anunciada, gera insegurança e medo com o dia a dia no trabalho, em ser a próxima vítima, e os coloca em situação de revolta. Como relata José* (informação verbal)³²⁶, armador, ao acompanhar uma queda de um trabalhador, os operários realizaram paralisação devido ao choque do acidente. "E aí teve uma paralisação de uma hora mais ou menos, porque o pessoal viu aquilo e ficou tudo transtornado, né".

Em artigo publicado pela Liga Operária no CMI Brasil - Centro de Mídia Independente - intitulado "Governo reprime Trabalhadores de Jirau e Santo Antônio com polícias federal e militar", há uma grave denúncia de que o Consórcio ESBR e Camargo Corrêa "mentem e escondem acidentes de trabalho em Jirau", pois questionam-se informações das

³²⁵ Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=61837>. Acesso em: 24 set. 2012.

³²⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

empresas quanto ao número de horas trabalhadas sem acidentes³²⁷.

Em Nota da assessoria de imprensa do Consórcio ESBR, publicada no jornal eletrônico Rondônia ao Vivo.com, intitulada "Usina Jirau alcança mais uma vez recorde de horas sem acidente"³²⁸, datada de 23/02/2012, a UHE Jirau teria atingido pela segunda vez em janeiro de 2012 o recorde de 10 milhões de horas/homem trabalhadas sem acidentes com afastamento, o que já teria ocorrido pelo empreendimento em outubro de 2010. Assim, "O número, resultante do cálculo de horas trabalhadas pelo efetivo da obra, equivale a 114 dias - ou quatro meses - de atividades diárias, nos quais nenhum funcionário sofreu acidente que configurasse afastamento do seu ambiente de trabalho, em um universo de mais de 14 mil trabalhadores". Ainda segundo a nota, essas seriam conquistas que vão além da "correta utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e da fiscalização das normas de segurança", mas também seria o resultado dos trabalhadores que obedecem as normas, ou seja, "O mérito maior é dele, que se conscientizou da importância de cuidar da sua segurança", afirma o coordenador de Segurança e Saúde Ocupacional da ESBR, Oscar Cheves Neto³²⁹.

É neste contexto degradante que a PRT-RO da 14ª Região instaurou Ação Civil Pública com pedido de Antecipação dos Efeitos de Tutela, contra o Consórcio Energia Sustentável do Brasil e Construções e Comércio Camargo Corrêa, sendo a primeira dona da obra e a segunda acionista e construtora responsável pelo empreendimento, sendo ambas

³²⁷ GOVERNO reprime Trabalhadores de Jirau e Santo Antônio com polícias federal e militar. Publicado em CMI Brasil por Liga Operária em 30/03/2012. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/03/505740.shtml>. Acesso em: 24 set. 2012.

³²⁸ Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/usina-jirau-alcanca-mais-uma-vez-recorde-de-horas-sem-acidente/84911#.UGyJ866K4Uw>. Acesso em 23 fev. 2012.

³²⁹ Portanto, conclui a nota: "Para comemorar o resultado, o diretor de Engenharia da ESBR, Maciel Paiva, entregou quatro placas de reconhecimento às empresas contratadas pelo novo recorde alcançado. A homenagem foi conferida aos gerentes Eurico Antonio Andrade e Henrique Dijkstra (ambos da Leme Engenharia), Manuel Faustino Marques (Construtora Camargo Corrêa) e o diretor Neody Bagatini (Enesa Engenharia), que estenderam os cumprimentos aos demais colaboradores. **'Celebramos este marco tão importante com o objetivo de permanecer neste patamar elevado de segurança no canteiro de obras'**, destaca Paiva. **Dez milhões de horas sem acidente com afastamento é a segunda melhor marca já registrada pela Usina Jirau, que em novembro de 2010 chegou a 17 milhões de horas. Até o momento, somam-se 103 milhões de horas trabalhadas no empreendimento desde 2009, quando iniciou a construção**" (USINA..., 2012, grifo nosso).

responsáveis pelas infrações encontradas nas inspeções realizadas no canteiro de obras (já apresentados e debatidos). Assim, a ACP pede que seja instaurada a responsabilidade solidária entre as rés ESBR e Camargo Corrêa, pelos danos causados aos trabalhadores atingidos pelo descumprimento das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho. O pedido versa assim para que seja considerado dano moral coletivo³³⁰.

Os fatos narrados e documentados nos mostram uma situação de neobarbárie, sob o "Novo Desenvolvimentismo", no canteiro de obras da UHE Jirau, onde a segurança e saúde dos trabalhadores são colocadas em plano secundário em decorrência da aceleração e antecipação da obra para que o empreendimento seja concluído em 40 meses, sob condições de degradação, precarização e superexploração do trabalho que gera em última instância a perda de vida de filhos e pais de família, migrantes que se deslocaram de suas cidades e estados à procura de emprego e melhores condições de vida, mas que acabaram encontrando seu destino final nessas grandes obras de produção de energia hidrelétrica, tocadas em ritmo acelerado, para se fazer jus ao lema do PAC.

Procuramos evidenciar neste capítulo que a degradação do trabalho também pode ser analisada a partir dos impactos sobre a segurança e saúde do trabalhador no ambiente laboral, já que este espaço constitui-se em elemento chave de controle social e disputas de poder no processo de alienação do trabalho. Igualmente, enquanto território do hidronegócio-energético na Amazônia brasileira, o espaço

³³⁰ "Assim, **evidenciada a lesão à comunidade em razão da ação odiosa dos réus de manter os trabalhadores laborando em péssimas condições de trabalho, colocando-os em risco de vida, dado o comprometimento do meio ambiente laboral, pelo menosprezo às diversas Normas Regulamentadoras, consoante relatado e comprovado pelos inúmeros autos de infração, resta configurada a lesão transindividual que gera direito à indenização por dano moral coletivo.** Feitas essas considerações, e tendo em vista a natureza imaterial/indisponível dos bens (vida, saúde, integridade física e higidez mental - enfim, a própria dignidade da pessoa humana), **a extensão do dano (mais de 10.000 trabalhadores são empregados no canteiro de obras da UHE Jirau), o potencial econômico dos ofensores (empresas de grande porte, com atuação em todo território nacional e até em território internacional), a contumaz e renovada prática irregular das empresas acionadas (em mais de uma inspeção, constataram-se continuidade das infrações) e o esperado efeito pedagógico da reparação, o Ministério Público do Trabalho pede que a indenização por dano moral coletivo seja arbitrada em montante não inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), solidariamente entre as demandadas,** devendo ser revertida ao FAT, na forma do art. 13 da Lei de Ação Civil Pública, ou a projeto social (BRASIL-MPT/PRT-RO, ACP, p. 48-49, 17 de junho de 2010, grifos no original).

laboral, a nosso ver, constitui-se em um recorte privilegiado para o entendimento do processo de luta de classes e disputas territoriais, já que pode ser considerado uma particularidade de processos singulares e universais presentes nas relações contraditórias entre capital, trabalho e Estado.

Deste modo, a degradação do trabalho e as contradições impostas à classe trabalhadora tornam-se temas importantes para entender a dinâmica territorial do capital e do trabalho vinculadas às grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia, já que o intenso processo de superexploração das relações de trabalho têm rebatimentos diretos sobre a questão da segurança e saúde no meio ambiente laboral. Portanto, evidenciam-se conexões e relações dinâmicas e contraditórias, pela via da segurança e saúde do trabalho, que envolvem os operários e seu ambiente laboral, sob as formas de controle postas em movimento pela irracionalidade sistêmica de acumulação do capital, tanto nos aspectos objetivos como subjetivos.

Ações importantes são postas em prática por órgãos do Estado como MTE (SRTE-RO) e MPT (PRT 14^a Região), que tentam fazer frente à força do consórcio construtor, empreiteiras e subempreiteiras, onde prevalece o quadro de desrespeito à legislação trabalhista e a violação do direito à vida dos trabalhadores. Diante dos limites de órgãos do Estado em pôr ao capital um controle, cabe à qual(is) sujeito(s) social(is) cumprir esse papel? Além disso, há um processo de resistência significativo ao capital na UHE de Jirau?

Sobre tais questionamentos desenvolveremos o capítulo 8 para analisarmos o papel das Revoltas dos trabalhadores de Jirau no processo de luta de classes no Complexo Hidrelétrico Madeira.

CAPÍTULO 8

AS REVOLTAS DOS TRABALHADORES EM JIRAU:
IRROMPEM AS DISPUTAS ENTRE CAPITAL, TRABALHO
E ESTADO

Como debatido anteriormente, sob o "Novo Desenvolvimentismo" a Amazônia brasileira é reinserida como uma nova fronteira econômica a partir da perspectiva da fronteira hidroenergética, sendo o Complexo Hidrelétrico Madeira a primeira grande experiência da política governamental do "lulismo" (SINGER, 2012) para que as demandas do capital e do crescimento nacional acelerado sejam respondidas pela geração e transmissão de energia elétrica. Esse é um importante ingrediente do "lulismo", que ganha materialidade com as obras do PAC para o setor elétrico.

Na materialização das grandes UHEs de Jirau e Santo Antônio, reconstroem-se dinâmicas regionais e territoriais, as quais estamos denominando de territórios do hidronegócio-energético, que desterritorializam-se milhares de camponeses, seringueiros, impactam populações tradicionais e indígenas, e com isso impõem aos lugares e seus sujeitos a racionalidade exógena de megaprojetos que, apesar da lacuna temporal, muito se assemelham àqueles do período da ditadura militar (1964-1985) executados na região amazônica, como a UHE de Tucuruí (1974-1984).

Além disso, há uma intensa mobilidade do trabalho para essas grandes obras, homens (em especial) e mulheres (em torno de 15% do total de empregados em Jirau) são recrutados de modo ilegal, via "gatos", postos sob condições degradantes em alojamentos, onde passam a viver constantemente sob tensão, assédio e truculência. Seu direito à mobilidade, se não é negado diretamente, passa, no mínimo, a ser restringido como a visita familiar somente nos períodos de férias ou a cada seis meses, para citarmos um exemplo.

Fatos que diante da superexploração sofrida pelo operariado as formas de domínio e controle do trabalho encontram mecanismos de resistência, negação e contestamento. Surgem as primeiras formas de "rebeldia" (ANTUNES, 1992) do trabalho aos mecanismos de superexploração postas em prática no "Novo Desenvolvimentismo". Aliás, as UHEs de Jirau e Santo Antônio foram os primeiros territórios de exploração mantidos pelo capital a vivenciar ações de revolta no âmbito das grandes obras do PAC.

Para se compreender a luta de classes no contexto da crise estrutural do capital e do "Novo Desenvolvimentismo", a partir dos megaprojetos de produção de energia como a UHE de Jirau, exige-se

desvendar as complexas tramas, não só pela perspectiva do capital, inclusive por meio de seus discursos amplamente divulgados pela grande mídia, mas é preciso também trazer para o debate os sujeitos que estiveram no cerne desses conflitos, para que se possa entender suas ações, experiências e práticas neste ambiente laboral.

Portanto, o desafio passa a ser analisar as Revoltas de trabalhadores de Jirau sob o ponto de vista destes sujeitos e diante das mediações com as determinações do "Novo Desenvolvimentismo". Isso nos permite discutir o conflito por dentro, na "nova ambiência" do trabalho envolto na destrutividade sistêmica do capital. Propomos, nesse capítulo, discutir os processos que levaram às Revoltas de trabalhadores na UHE Jirau, identificando seus processos, causas e contradições no contexto das disputas entre capital, trabalho e Estado.

Os episódios conhecidos como as Revoltas de trabalhadores de Jirau, ocorridos no mês de março de 2011 e no mês abril de 2012, momentos nos quais aproximadamente 22 e 16 mil trabalhadores, respectivamente, resolveram dizer um basta às formas de superexploração, expressando rebeldia às formas degradantes a que estavam submetidos.

Para esse capítulo, a reflexão focará na primeira Revolta de 2011, pois entendendo os mecanismos estruturais dessa forma de luta e conflito entre capital-trabalho, veremos como se repete um ano depois com a segunda Revolta de trabalhadores, em 2012, que será abordada no capítulo 9.

Assim, busca-se refletir sobre as seguintes questões: Que discursos e contradições são vistos entre as ações e práticas das grandes empresas e dos agentes governamentais? O que a primeira Revoltas de trabalhadores de Jirau revelam quanto à classe trabalhadora? Qual a contribuição da Geografia do trabalho para a análise do tema?

8.1 As revoltas dos trabalhadores em Jirau e o discurso do capital: "de vandalismo a rebelião" e as questões trabalhistas

O enfoque dado pela grande mídia, no Brasil, nos motivou a realizar um levantamento e análise de reportagens de jornais de

circulação nacional, como O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e Valor Online, além de jornais regionais digitais, como Rondoniaovivo, TudoRondonia, O Rondoniense, Rondoniagora, bem como sites eletrônicos como o Portal UOL, Amazônia.org.br, além de *blogs*, em especial da Blogosfera Independente. Foram acessados vídeos de domínio público de jornais televisivos, em especial da Rede Globo de Televisão, como o Jornal Nacional, Jornal da Globo, Bom Dia Brasil, jornais da Globo News e reportagem especial do programa Profissão Repórter da mesma emissora. Realizamos levantamento mais sistemático nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo, devido à facilidade de acesso das versões digitais completas dos mesmos, o que nos possibilitou construir um banco de notícias e reportagens para que pudessemos proceder à análise desse conteúdo jornalístico, visando mapear o discurso do capital sobre a ação dos trabalhadores nos episódios em questão.

A decodificação desse conteúdo jornalístico surgiu como necessidade para compreender a "fala", o discurso do capital sobre as causas da primeira Revolta de trabalhadores em Jirau, que por aparecer como algo "inusitado", sem motivo aparente, representaria "atos de vândalos", como uma "rebelião". Desse modo, o acesso direto à versão das grandes empresas e do CESBR só poderia ocorrer por meio da mídia, das declarações e notas que manifestassem tais opiniões³³¹. Como isso seria propagado, manipulado e reproduzido amplamente para a sociedade coube à mídia esse papel.

Essa mensagem oficial do capital revelava um ataque direto aos trabalhadores, às formas de resistência e revolta, para se fazer ouvir. Mas como já abordamos, nos capítulos anteriores, consensos foram sendo construídos e mediados pelos governos para que as UHEs do CHM fossem materializadas - seja com aceleração dos licenciamentos ambientais, seja com vantajosos financiamentos, seja desconsiderando o direito dos povos atingidos pelas UHEs -, enfim há toda uma trama de consensos pactuados, pela política e pelo poderio econômico fundamentado sobre a importância das obras para o crescimento econômico, inclusive chegando a cooptação de lideranças (políticas,

³³¹ Tentamos contato com as empresas, mas não obtivemos resposta.

locais), mas também representantes da classe trabalhadora, nas disputas sindicais - como veremos no capítulo 10.

Os trabalhos de Souza (2011), Moraes (2008), Souza Júnior (2009), Silva (2009), Santos (2009) e Silva e Ramires (2009), contribuem para o respaldo teórico-metodológico sobre a importância da análise do discurso na pesquisa qualitativa em Geografia, em especial para compreender o discurso do capital sobre as Revoltas de trabalhadores na UHE de Jirau.

Para Silva (2009, p. 102), de modo geral, o discurso se faz em um contexto ideológico, em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação. Assim, para além da linguagem o "discurso pressupõe o sujeito e que este pressupõe a ideologia: dada as condições históricas da produção discursiva e de sua enunciação, mais que sentidos, temos efeitos de sentidos".

Deste modo, o discurso, o que se escolhe dizer em detrimento do não dito, tem sentido revelado e não revelado, mas também tem efeitos e influências, já que a mensagem pode ser posta como verdade, uma "verdade de classe" e, ao mesmo tempo, escamotear e omitir um certo conhecimento, estratégias que permitem a confrontação e/ou a manutenção do poder.

Ao fundamentar-se em Orlandi (2002), Silva (2009, p. 113) mostra que a análise discursiva é um procedimento de interpretação para compreender e "ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras". Isso vai ao encontro do que se escolhe dizer, ou seja, por que se diz algo sobre um fato, acontecimento, e não outro enunciado. Até porque há sempre, em uma leitura, uma relação tensa e isso se deve a uma correlação de forças na qual estão implicados os interlocutores e o lugar que estes ocupam faz parte do processo de significação. O que corresponde dizer que os sentidos que o texto tem são determinados pelo lugar ocupado por quem o produz.

Logo, a tarefa de interpretar o discurso funda-se em analisar metodologicamente e, "interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de sua atividade social". Assim que para Silva (2009, p. 111), o texto em que se interpreta, seja oral, escrito, gráfico, "é a base material do discurso, a forma histórica e linguística deste objeto". A contribuição da análise do

discurso então seria “colocar em evidência os sentidos histórico-ideológicos que condicionam o enunciar dos sujeitos sobre algo – isto é, o discurso”. Portanto, como afirma Maingueneau (1997, p. 14) “não se trata de examinar o corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição *sócio-histórica*” (grifos no original).

Teríamos assim, na Geografia, a possibilidade de trabalhar a materialidade da linguagem, as questões ideológicas embutidas nesses discursos e a produção de sentidos em diversas instâncias. Ou seja, o discurso revelaria as contradições em seu contexto ideológico e de significação, e além do mais permitiria “na relação do discurso com as condições históricas que o sentido do discurso se revela” (SILVA, 2009, p. 101).

No contexto em foco, o enunciado discursivo sobre as UHEs no Complexo Hidrelétrico Madeira como geradoras de desenvolvimento, de emprego, o que seria confrontado por “atos de vandalismos”, “ações de banditismo”, permitiria às construtoras e consórcios (elaborarem) veicularem enunciados permeados por uma ideologia de classe que ocultaria os conflitos e as causas da rebeldia dos trabalhadores no ambiente laboral. Tenta-se ocultar e deslocar as contradições de classe via discurso ideológico do capital, que se materializa na criminalização, difamação e tentativa de desmobilização da organização dos trabalhadores, pois quem assim age é “vândalo”, “baderneiro”, “bandido”, “desordeiro”. Assim, estes enunciados fixam um sentido (uma materialidade) sempre negativo para os trabalhadores. Ou seja, na forma de enunciar já se encontra um significado reiterado nas mais diversas formas de denominações, tornando possível perceber que as reivindicações dos trabalhadores são tratadas como uma questão legal e não como uma questão social.

Morais (2008) e Souza (2011) abordam como os discursos ultrapassam a materialidade linguística e assumem papel nas dinâmicas territoriais. Igualmente, o discurso também assume um “papel” na produção do espaço, nas dinâmicas de luta, pois como prática tem uma dimensão espacial e se materializa nos lugares, em suas relações sociais. Para Souza (2011) há uma relação entre espaço, discurso e território, que estão inseridas nas relações entre espaço e poder; e na produção de territórios, há também a materialização dos discursos,

suas influências nas formas de luta. Haveria inclusive mecanismo de influência do discurso na questão da identidade, nas representações e construção da memória, o que nos mostra Moraes (2008) para o caso do Acre.

Retomando de modo mais direto ao nosso objeto de investigação, os conflitos denominados de Revoltas de trabalhadores de Jirau, vistos a partir de reportagens, matérias e notícias vinculadas à grande mídia³³² foram organizadas em um banco de dados (espécie de "corpus" com 84 reportagens selecionadas para a revolta de 2011), para que pudéssemos chegar a três grandes enunciados discursivos: a) As revoltas de trabalhadores em Jirau: "de vandalismo a motim e rebelião"; b) As revoltas de Jirau, tendo como motivação questões trabalhistas e a necessidade de controle do Estado para manter as obras em andamento; e, c) A disputa sindical como motivador dos conflitos nas UHEs no CHM - este terceiro ponto será abordado no capítulo 10.

As Revoltas de trabalhadores em Jirau, são aqui consideradas os movimentos dos operários decorrentes do novo contexto de destrutividade sistêmica do capital, que no caso brasileiro toma materialidade com o aparato político-econômico-jurídico-militar do "Novo Desenvolvimentismo" e do "lulismo", materializa-se como neobarbárie, e gera uma nova ambiência de lutas, com formas violentas de manifestação e protestos nos canteiros da UHE. Isto é, uma rebeldia em face do intenso processo de superexploração do trabalho, com extensão e intensificação da jornada, terceirização, promessas não cumpridas, assédio moral, rígidas estruturas de controle etc., enfim, situações às quais os operários são submetidos. O "invisível" nas formas objetivas/subjetivas de controle e exploração do trabalho sob o "Novo Desenvolvimentismo" - via PAC e a nova fronteira hidroenergética na Amazônia - torna-se público, se explicita com essas Revoltas. De fato, essas foram as primeiras que escancararam as condições de superexploração e expuseram as reivindicações dos trabalhadores nas grandes obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Não que outras paralisações e greves não tivessem ocorrido com o mesmo propósito das UHEs de Jirau e Santo Antônio, como

³³² Como O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e Valor Online, telejornais da Rede Globo de Televisão. O que Paulo Henrique Amorim denomina de PIG - Partido da Imprensa Golpista - conforme blog Conversa Afiada.

manifestações e greves em 2009 e 2010, mas a proporção dos fatos ocorridos nos dias 15, 16 e 17 de março de 2011 e final de março e início de abril de 2012 ganharam destaque, pois podem ser considerados o estopim para a paralisação e reivindicação em outras obras do PAC.

Conforme anunciado pela grande mídia, as causas dos conflitos entre trabalhadores, em 2011, aconteceu por "motivo banal", uma briga entre dois trabalhadores (um "peão" e um motorista) que acabou envolvendo outros 50 operários que depredaram as instalações de um dos canteiros de obras da UHE de Jirau, em apoio a um dos colegas. Manchetes estampavam a "revolta como atos de vandalismo", sendo que a situação fugiu ao controle espalhando-se nos canteiros da UHE. Portanto, aparece como o inusitado, impróprio, inadequado, isso frente aos consensos pactuados nos projetos do PAC e viabilizados via argumentos discursivos de desenvolvimento, geração de emprego e da importância e grandiosidade dessas obras para a retomada do crescimento econômico brasileiro no "Novo Desenvolvimentismo".

Em nota à imprensa a empreiteira Camargo Corrêa, classifica a ação dos trabalhadores como atos de "vandalismo", e que "agiram criminosamente". Este posicionamento embasaria os enunciados do discurso jornalístico sobre a luta dos trabalhadores naquele território de opressão.

Em decorrência de **ataques de vândalos** registrados desde ontem ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, a Camargo Corrêa informa que retirou **seus funcionários e colaboradores** das instalações, visando garantir a segurança de todos. Também por questões de segurança, as atividades se encontram paralisadas.

A ocorrência não causou vítimas e os danos ainda estão sendo apurados.

Esses atos de violência foram provocados pela ação criminosa e isolada de um grupo de vândalos, que não representa os trabalhadores de Jirau.

A Camargo Corrêa esclarece ainda que **é improcedente a informação de que reivindicações trabalhistas provocaram o incidente e que não recebeu dos representantes dos trabalhadores qualquer solicitação dessa natureza.**

[...] A Camargo Corrêa agradece o apoio das autoridades³³³, fornecedores, parceiros e, principalmente, de seus mais

³³³ A Nota ainda destaca: "A empresa comunicou imediatamente as autoridades de segurança pública, Estadual e Federal, e que foram tomadas as devidas providências para a apuração das responsabilidades e normalização da rotina de trabalho. A administração está prestando todo o apoio aos seus funcionários e familiares com a disponibilização de um serviço de informações pelo telefone 0800 940 0810".

de 22 mil profissionais alocados em Jirau que também repudiam os atos de vandalismo. (NOTA À IMPRENSA, 17/03/2011, grifo nosso)³³⁴.

A Nota à imprensa e à sociedade local, regional e nacional, como visto, vai em dois sentidos: a) deslegitima a ação dos trabalhadores, fragmenta o operariado entre "funcionários", "colaboradores", lança enunciados pejorativos e discriminatórios, como "ataques de vândalos", "atos de violência", "ação criminosa", "isolada" praticada por um grupo, que não representa os "trabalhadores de Jirau". Ou seja, no universo dos operários que constroem a UHE "um grupo" teria gerado "o tumulto" e interrompido a "segurança" dos canteiros de obras; b) omite que a paralisação e protestos tenham ocorrido por "reivindicações trabalhistas" por parte dos trabalhadores. Em suma, "ataques de vândalos" sem motivação "trabalhistas" teriam colocado em risco a segurança de "colaboradores", trabalhadores no ambiente laboral.

Além dos "atos de vandalismo" e "ação criminosa", a empresa retira qualquer possibilidade de atrelar a Revolta às reivindicações trabalhistas, o mesmo vale para a Revolta de 2012, um ano depois deste episódio. Assim, no dia 25 de março de 2011, o presidente da Empreiteira/Construtora Camargo Corrêa, Antônio Miguel Marques, em entrevista à revista IstoÉ Dinheiro, afirma a Bautzer (30/03/2011) que uma das hipóteses do que tenha acontecido em Jirau fosse o "banditismo", reforçando o tom de acusação da Nota citada.

Não tenho como provar, mas a principal suspeita é de banditismo. Foram atos de vândalos. Não concebo que uma **briga entre um motorista e um empregado embriagado** possa motivar a queima de mais de 40 ônibus. Não se queima ônibus com palito de fósforo e isqueiro, é preciso ter combustível preparado. Houve **um assalto a banco no mesmo momento, o que indica criação de tumulto para desviar a atenção.** (ANTÔNIO MIGUEL MARQUES, entrevista a BAUTZER, 30/03/2011, grifos nossos).

A revista dá a Marques amplo espaço para lançar a hipótese da primeira Revolta, que mesmo "não tendo como provar", acusa a ação de

³³⁴ Divulgado em: <<http://www.orondoniense.com.br/textos.asp?cd=31065>>. Acesso em: 17/03/2011.

trabalhadores de "banditismo", via um "assalto" a um posto bancário, na geração de tumulto, surgida a partir da briga de um motorista e "um empregado embriagado". O enunciado do discurso é pela ilegalidade, criminalização e descrédito na figura "do empregado embriagado".

Certamente não teria fundamento uma briga entre dois operários tomar as proporções denunciadas pela mídia, a exemplo do Jornal Nacional daquele dia. Mas, também seria algo estranho que para assaltar um posto bancário no canteiro de obras uma massa de trabalhadores tenha agido para dar cobertura à tentativa de arrombamento de caixas eletrônicos, de interesse de um pequeno grupo de "bandidos", como afirma Marques. Fato que para o capital e seus interesses em omitir as precárias condições de trabalho em Jirau, o ataque e descrédito da ação de operários junto à opinião pública a estratégia já usada há muito tempo é de criminalizar as práticas de rebeldia, denominá-la como banditismo, à margem da lei, da legalidade.

O Consórcio Energia Sustentável foi na mesma direção da empreiteira, ou seja, criminalizar os trabalhadores e escamotear as questões subjacentes às precárias condições laborais e melhorias salariais reivindicadas nos canteiros de Jirau.

Segundo Victor Paranhos, diretor-presidente do Consórcio ESBR, a "rebelião" fez com que fosse necessário que a obra ficasse totalmente paralisada. Paranhos disse que alojamentos e ônibus de transporte de operários foram incendiados e ainda houve saques a lojas e bancos na cidade de Porto Velho. "Surgiram homens encapuzados que se juntaram a operários. Parte dos manifestantes trabalha na obra e parte não. **Não identificamos o motivo para uma manifestação desse tipo**", asseverou aos jornalistas em entrevista coletiva no BNDES (GAIER, 19/03/2011, grifo nosso).

Com a desmoralização e criminalização dos trabalhadores a partir da versão da Construtora e do Consórcio constrói-se enunciados discursivos e com proposto de propagá-los várias reportagens de jornais de circulação nacional, regional e local destacaram como o Consórcio e a Empreiteira deslegitimaram e criminalizaram a revolta de trabalhadores em Jirau. Conforme matéria da Folha de S. Paulo, publicada em 19/03/2011, o consórcio ESBR cobra segurança pública em obra privada pelos atos de "vândalos". Ou seja, não basta o governo federal liberar os vultosos recursos em empréstimos pelo BNDES (e nas

condições já postas nos capítulos 1, 2 e 4), bem como acelerar e destravar os licenciamentos ambientais, (conforme vimos no capítulo 4), mas as empresas ainda solicitam o arcabouço militar e policial para intimidar, pôr medo, assediar e exercer ainda mais controle sobre os trabalhadores nos canteiros das UHEs.

Assim, o presidente do Consórcio ESBR defende que obras privadas de grande porte, como as UHEs de Jirau e Belo Monte, tenham a segurança dos canteiros garantidas por forças públicas, ou seja, que o Estado vigie e controle também os atos e ações dos homens e mulheres que trabalham em tais obras. "Jirau tem 20 mil pessoas. Isso é uma população maior que a de muitas cidades. **E o que será feito quando formos fazer Belo Monte [PA] e for preciso cuidar de 30 mil peões no meio do nada? Não basta chegar para o investidor e dizer: 'Problema seu'**, afirma Paranhos" (CONSÓRCIO ..., 20/03/2011, grifos nossos).

Criminalizada a ação dos trabalhadores, o próximo passo foi exigir do Estado ação policial para "cuidar dos peões no meio do nada". Usa ainda outra grande obra que estava para ser iniciada na UHE de Belo Monte como respaldo, e cobra do poder público que Jirau e Santo Antônio sejam vistas como modelo para agir frente à revolta ocorrida.

A estratégia foi criminalizar e recorrer ao Estado para oprimir os trabalhadores, e para isso exigir um papel ativo dos governos (federal, estadual e municipal) para "cuidar" dos trabalhadores, já que "os novos atos de vandalismo aconteceram mesmo depois de a Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Militar de Rondônia já estarem presentes no local para garantir a ordem e a segurança. 'Essa foi uma afronta ao Estado'", disse Paranhos em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, assinada por Bahnemann (18/03/2011).

Vejamos que no "Novo Desenvolvimentismo", para o capital, o Estado deve cumprir seu papel, ou seja, ser uma instituição que não pode ser afrontada, que deve atuar de modo exemplar para defender, ou melhor, continuar a defender os seus interesses (do capital), e não o trabalho, que deva ser colocado no lugar de não afronta. Na trincheira ideológica a voz dada ao capital pelos meios de comunicação de massa foi forçar os governos e a opinião pública a acreditar na versão propagada pelas empresas de "vandalismo", "banditismo", "falta de segurança". Usa-se mais uma vez do discurso para omitir que o trabalho

afrontou o capital e não o Estado (diretamente), embora o tenha feito inconscientemente quando para uma das obras mais importantes do PAC naquele momento, e faz o governo federal voltar as atenções para aquela realidade. O que nos permite afirmar que, independente da natureza das suas reivindicações, o discurso midiático imposto pela formação social capitalista endossa a homogeneização de uma práxis social estratégica que se expressa no controle social sobre os trabalhadores, e sobre o trabalho em particular.

O executivo do CESBR também reafirmou que os tumultos registrados desde o dia 15/03/2011 não teriam relação com os movimentos sindicais. "As forças policiais precisam identificar quais são os objetivos dessas manifestações. Isso não está relacionado com os funcionários e nem com os sindicatos", declarou Paranhos. Ainda segundo a reportagem, apesar das adversidades, Paranhos sinalizou que a intenção da concessionária era de retomar o mais rápido possível as obras. "Seria muito fácil dizer que vamos parar. Não vamos aceitar isso, porque temos um compromisso com o governo brasileiro e com os nossos acionistas" (BAHNEMANN, não paginado, 18/03/2011).

Mais uma vez fica claro o objetivo do consórcio e o respaldo governamental para as medidas tomadas na obra em relação à paralisação dos trabalhadores. Outra evidência é a defesa do STICCERO como motivador da Revolta, algo que não poderia passar despercebido.

Outra matéria que merece referência foi aquela publicada na Revista IstoÉ Dinheiro, de 30 de março de 2011, que destaca na capa a foto imponente do presidente da Construtora Camargo Corrêa, Antônio Miguel Marques (FIGURA 13), intitulada "O maior desafio da Camargo", enfocando como "a construtora enfrentou os ataques de vândalos à UHE de Jirau, principal obra do PAC, e conduziu a retirada de 20 mil trabalhadores em plena selva amazônica, na mais arrojada operação de resgate já realizada pelo setor empresarial no País". A "operação de guerra" realizada pelo Comitê de Crise da Camargo Corrêa foi propagada como a maior operação logística da história empresarial brasileira, para concluir a evacuação dos operários, já que a "preocupação" da empresa não era gerar o caos em Porto Velho, mas "enviar os dez mil operários que não residem na região para seus Estados de origem" (BAUTZER, 2011, p. 66).

FIGURA 13: Capa Revista IstoÉ Dinheiro dedicada à Camargo Corrêa, no episódio da primeira Revolta de trabalhadores em Jirau (RO)



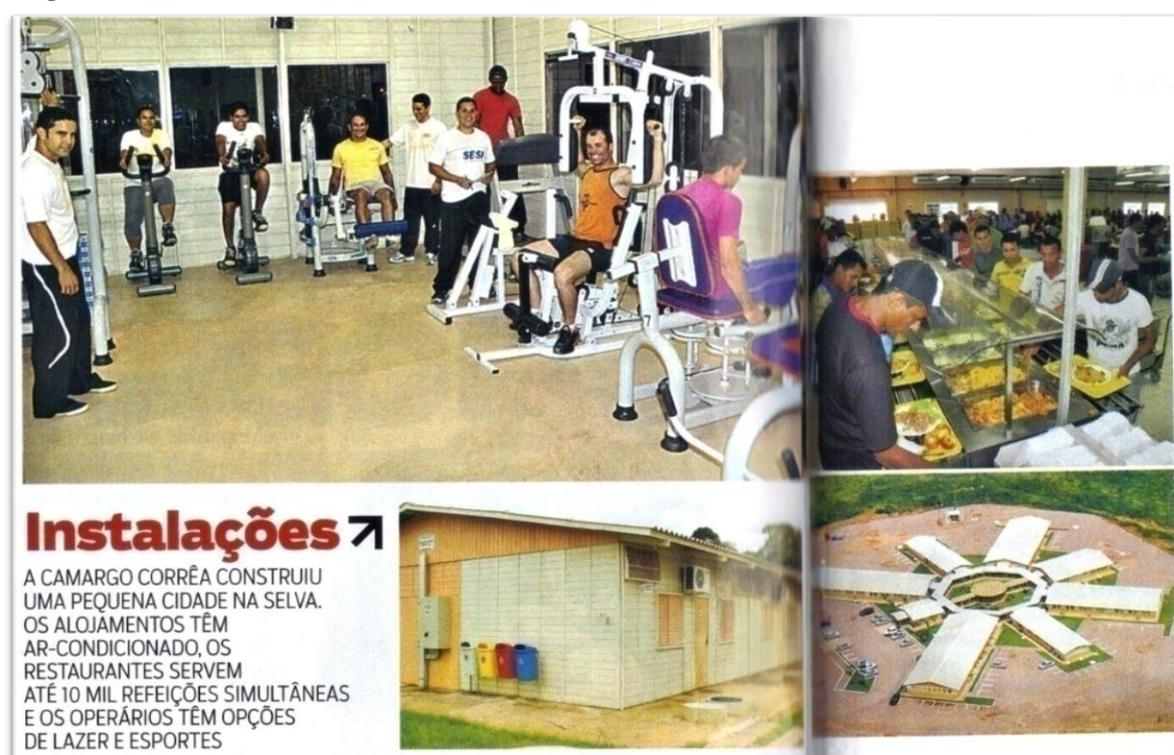
Fonte: IstoÉ Dinheiro (nº 703, 30 mar. 2011).

Cria-se uma imagem da grande empresa resolvendo o caos gerado na Revolta de 2011, da sua preocupação com os operários e com os munícipes de Porto Velho, o que foi feito com uma "operação de guerra" para o bem comum. Esse enunciado discursivo vem seguido da propaganda das benfeitorias dos alojamentos³³⁵, dos restaurantes, das opções de lazer e esportes disponíveis aos operários (FIGURA 14), o que foi destruído pelo "vandalismo", por "bandidos mascarados [que] queimaram

³³⁵ O presidente da empresa é enfático ao afirmar que devido às condições dos alojamentos e da infraestrutura não haveria motivo para reclamações por parte dos trabalhadores, "os colaboradores" (como são chamados no meio empresarial pós reestruturação produtiva toyotista), por "ter a melhor infraestrutura num projeto de construção no Brasil".

ônibus, carros, dormitórios e outras instalações, depois que a construtora aumentou as medidas de segurança para evitar a entrada de álcool e drogas nas obras". Em um ambiente nas condições descritas, a paralisação só poderia ocorrer por motivo exterior às condições laborais, tendo em vista os benefícios "dados pela empresa". Além da construção da imagem do trabalhador como "vândalo", "bandido" (FIGURA 15), agrega-se à sua imagem a figura do usuário de "álcool e drogas na obra" (BAUTZER, 2011, p. 67).

FIGURA 14: Propaganda pela Camargo Corrêa das condições dos alojamentos na UHE de Jirau (RO)



Fonte: IstoÉ Dinheiro (nº 703, 30 mar. 2011).

Mais uma vez omite as reais condições que tais homens e mulheres são expostos nos canteiros de obras da UHE de Jirau, e, além disso, também nega que a terceirização na obra, por ser "considerada de nível baixo", com "predomínio de recursos próprios", seja uma das causas da Revolta, que destruiu 80% do alojamento da margem direita do rio Madeira.

Por fim, a matéria de IstoÉ Dinheiro (30 mar. 2011) mostra os impactos da Revolta de 2011 e como isso poderia atrasar a obra com previsão de antecipação de janeiro de 2013 para maio de 2012. Busca-

se assim, sociabilizar os prejuízos gerados com a revolta para a sociedade como um todo, tendo em vista a importância das UHEs para combater o fantasma do apagão.

FIGURA 15: Primeira Revolta de trabalhadores de Jirau: o enunciado discursivo do "vandalismo"



Fonte: IstoÉ Dinheiro (nº 703, 30 mar. 2011).

Com os direcionamentos dados pelo CESBR e Camargo Corrêa de criminalizar, oprimir e desmoralizar os trabalhadores, a grande mídia nacional reproduz esses enunciados discursivos destacando os atos de vandalismo e danos ao patrimônio privado, atrasos das obras etc., omitindo totalmente o conteúdo reivindicativo e as precárias condições de trabalho em Jirau.

Vejamos como a Rede Globo de Televisão divulgou os fatos, a partir dos seus telejornais.

O Jornal Nacional, ícone da Rede Globo para o horário nobre, deu a notícia da primeira revolta de Jirau (2011) em 28 segundos, com o título de "PROTESTO violento se espalha por canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau", destacando que manifestantes incendiaram 45 ônibus e destruíram parte dos alojamentos e escritórios. Segundo informações divulgadas, a "confusão" começou no fim da tarde do dia 18 (sic, início dia 15) e só terminou na madrugada do dia 19 de março de 2011. Informou que a construtora Camargo Corrêa afirmou que houve

saques a lojas e a um posto bancário, e que a polícia divulgou que a Revolta começou depois de uma briga entre um motorista de ônibus e um operário da obra (no dia 15). No dia 19 de março o telejornal volta a divulgar outro protesto dos trabalhadores em Jirau, pois a rotina de trabalho havia sido interrompida e os canteiros de obras teriam sofrido novas destruições. Segundo a gerência da Camargo Corrêa a “confusão” começou quando um grupo de operários tentou impedir que o trabalho fosse retomado. Novos alojamentos foram incendiados; a polícia foi chamada para controlar a situação, destaca a notícia. Na portaria do canteiro de obras os funcionários são aconselhados a não entrar e muitos que estavam dentro do canteiro tentavam sair, mas eram impedidos.

Por fim, o mesmo telejornal fez outra cobertura, via quadro JN no Ar, visitando os canteiros de obras da UHE de Jirau, com o repórter André Luiz Azevedo³³⁶ que mostrou em tom dramático como ficou o canteiro de obras após os três dias de paralisação e revolta dos trabalhadores, ocorrida em março de 2011. Segundo Azevedo o canteiro de obras estava em uma situação extremamente grave, por ser duas das maiores obras em andamento no país (as UHEs de Jirau e Santo Antônio), **“dois canteiros gigantescos e nos dois uma imagem horrível, pois estão completamente paralisados**. Os dois canteiros são obras gigantescas que fazem parte do PAC, e que estão completamente paradas”, enfatiza em tom de comoção e convencimento para a opinião pública (grifo nosso).

Assim como outras imagens veiculadas até aquele momento em telejornais, Azevedo mostra e narra que encontrou em Jirau o cenário de “canteiros de obras fantasmas”, não havia mais praticamente ninguém trabalhando, só equipes de manutenção. Contrapõe que até o início de março de 2011 os canteiros estavam lotados, com 22 mil trabalhadores, a maioria vinda de todo o país. “Os números confirmam o gigantismo da obra: vai custar R\$ 11,9 bilhões, consumir 146 mil toneladas de aço, e gastar 15 milhões de sacos de cimento”, demonstra com entusiasmo,

³³⁶ JN no Ar mostra duas obras do PAC que estão paradas em Porto Velho (RO). Reportagem de André Luiz Azevedo. Produção Juliana Lima. Rio de Janeiro: GLOBO - Jornal Nacional, 31 mar. 2011. Digital (5min. 13seg.) HD, son. color. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/jn-no-ar-mostra-duas-obras-do-pac-que-estao-paradas-em-porto-velho-ro/1474265/>>. Acesso em: 31/03/2011.

mas sequer não chega aos sujeitos que constroem as UHEs, os trabalhadores.

As marcas da destruição, insistentemente reiteradas pelo repórter, são mostradas e reforçadas a todo momento com os alojamentos incendiados. Por fim, funcionários da Camargo Corrêa mostram as instalações dos alojamentos que não foram "depredados". Segundo Azevedo, "fomos no refeitório e entramos nos alojamentos coletivos, cada um para oito operários (mostra ar condicionado), mobiliados com beliches, e dois banheiros. Os trabalhadores que conversamos consideram as instalações de boa qualidade". Há destaque para a fala de dois operários, sendo um deles José Maria, que depõe: "Nós não que bagunça, a gente que nosso direito, nós temos família para tomar de conta. Tem gente que não é daqui". Mostra também que os operários que já trabalharam em outras barragens pelo Brasil esperam que os problemas fossem resolvidos para continuar participando de obras importantes pelo país, como o caso de Evanilson de Jesus que, questionado se vai continuar fazendo barragens, responde: "com certeza né, até existir barragem eu sô barrageiro né...".

Deste modo, a paralisação dos trabalhadores da UHE de Jirau foi veiculada como sendo de grande ônus para o capital devido aos danos causados e a paralisação das obras. Embora fosse lançada mais de uma hipótese sobre a motivação dos trabalhadores pelos protestos, o que a Rede Globo de Televisão, via seus telejornais divulgou, foi a criminalização, difamação e culpabilização dos trabalhadores das UHEs.

O repórter André Azevedo (JN NO AR..., 31/03/2011) mostra duas versões para a Revolta, como a "insatisfação por questões trabalhistas" e "a acusação de vandalismo". Esta última versão foi a explorada na reportagem, inclusive com entrevista de Marcelo D'Angelo (Diretor da Camargo Corrêa), que declara ao jornalista que "Não havia nenhuma pauta trabalhista. O que aconteceu aqui foi o ataque de uma minoria isolada e que provocou um vandalismo e nós retiramos cerca de 8 mil funcionários desta Usina a pedido e por ordem da polícia do estado de Rondônia".

O mesmo direito de resposta não foi dado ao STICCERO, o Sindicato da categoria. Aliás, houve a todo momento um contraponto à reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de alojamento, melhoria na refeição, pontualidade no pagamento dos salários, que o

Consórcio e a Construtora negaram enfaticamente em todo o momento. Mais uma vez a grande mídia esteve a serviço das grandes empresas, do capital, sendo sua porta voz no processo de criminalização e difamação dos trabalhadores.

Constata-se uma estratégia que foi ouvir e dar voz às empresas, e quando deu voz ao trabalhador, levou ao ar depoimentos de operários que não participaram da Revolta, ou que poderiam ter optado por falas mais consistentes sobre o motivo da rebeldia, ou ainda por que não se ouviu o Sindicato da categoria (STICCERO). Portanto, não se quis buscar enunciados discursivos que pudessem fazer um contraponto de fato à versão das empresas e do Consórcio. O discurso jornalístico/midiático procurou silenciar uma crítica à empresa, aos motivos reais da Revolta dos trabalhadores em Jirau.

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, a jornalista Gabriela Cabral (2011) trata o clima de tensão e a “destruição” do canteiro de obras em Jirau “causado pela Revolta” de trabalhadores, assim como fez a Rede Globo de Televisão. Faz um balanço do clima de tensão na UHE, o que foi destruído e a ação da Secretaria de Segurança. Destaca que a retirada dos trabalhadores da obra, no dia 17 de março de 2011, quinta-feira, foi uma ação que contou com mais de 800 agentes de segurança pública (estaduais e federais), já que foram retirados mais de 18 mil trabalhadores e levados para vários locais em Porto Velho. O balanço apresentado pela jornalista foi de que cerca de 60 veículos, entre ônibus e carros, foram incendiados. Para a Camargo Corrêa, segundo a matéria, “o **canteiro ficou quase todo destruído**”. Assim, frente à pauta de vandalismo, a repórter resolve de forma acrítica que a falta de pagamento de benefícios e participação nos lucros teriam motivado o início do conflito. Ainda para a jornalista o estopim teria ocorrido com a briga entre um motorista de ônibus com outro funcionário do empreendimento por volta das 18h20 (horário de Brasília) no dia 15/03/2011, conforme Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC)³³⁷. Na sequência, pelo menos 50 trabalhadores teriam começado a depredar as instalações do canteiro

³³⁷ BALZA, Guilherme. Governador pede, e Força Nacional é enviada para controlar revolta em Jirau. **UOL Notícias**, São Paulo, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/03/17/governador-pede-e-forca...> Acesso em: 17/03/2011

e os protestos se espalharam para o outro canteiro de obras, na margem esquerda do rio, na manhã do dia 17 de março de 2011. Em torno de 31 pessoas foram detidas e, conforme informações da SESDEC, não teria registro de vítimas, destaca a matéria de Gabriela Cabral (2011).

Houve destaque também de que a polícia militar de Rondônia já teria controlado a situação e que “a obra já está voltando às suas atividades normais”. Assim sendo, “a segurança reestabelecida” frente aos danos causados, esconde a repressão policial, o aparato estatal no controle e opressão aos trabalhadores. O destaque para o controle dos canteiros por forças policiais e os danos causados ao capital foi amplamente divulgado pelos principais jornais impressos e televisivos, e depois reproduzidos por jornais de Rondônia³³⁸.

A mídia propaga o discurso do vandalismo, da destruição, da culpabilização do operariado pela paralisação das grandes obras do PAC. Além dos prejuízos gerados ao capital e a difusão simbólica pelo discurso midiático sobre a socialização desses custos para com a sociedade (local, regional e nacional), coloca o trabalhador como o responsável por todos os transtornos gerados. Se o trabalho se revolta, se levanta, o capital e sua porta voz, a grande mídia, cobram do Estado uma ação para reprimir, dominar e fazê-lo voltar a ser servil e obediente. Em suma essa é a expressão da Revolta do lado do poder, pelas empresas, pelo capital, pelos governos, em várias escalas de ação. Isso tudo para que as obras não parem, que o ritmo e intensidade de construção das UHEs não sejam interrompidos, e que a mercadoria energia não demore a se realizar para cumprir os cronogramas das empresas e do governo federal. O argumento foi de que Jirau entraria em operação em 2016, fornecendo energia para cerca de 10 milhões de domicílios. A primeira turbina já deveria começar a funcionar no início de 2012, “mas a paralisação da obra pode fazer o consórcio rever este cronograma. A construtora fala de pelo menos 8 meses para voltar ao

³³⁸ Para Paranhos, Presidente da ESBR, “Durante a noite houve uma invasão pelo mato, com pessoas encapuzadas. Hoje (17/03/2011), os trabalhadores tentaram voltar ao trabalho e houve nova invasão. **A tropa da Polícia Militar perdeu o controle.** O comandante local tentou achar uma liderança para dialogar com a outra parte, **foram reunidas algumas pessoas num refeitório, mas eles não se entendiam,** contou o presidente do consórcio [...]” (RODRIGUES, 2011). Mais uma vez as empresas se omitem e passam ao aparato policial a responsabilidade pelo “controle” e retomada das atividades nos canteiros de obras para que as obras não atrasem.

ritmo normal da obra”, destaca a reportagem do quadro JN no Ar (31/03/2011).

Matéria do jornal O Estado de São Paulo, intitulada “Distúrbios em Jirau podem atrasar obra” (RODRIGUES, 2011), enfoca a preocupação do presidente do Consórcio ESBR, Victor Paranhos, de que “os distúrbios” possam atrasar o cronograma de entrega da mesma. A primeira Revolta dos trabalhadores ocorreu quando o vertedouro já estava com 95% pronto e próximo do desvio do rio Madeira. O jornal Valor Econômico também deu destaque ao atraso em Jirau e como isso exigiu uma explicação do Consórcio ESBR ao BNDES e a outros financiadores da obra. Informa a reportagem, na reunião do Conselho de Administração do Consórcio ESBR, o presidente Victor Paranhos tratou da paralisação da UHE de Jirau e, posteriormente, se reuniu com o Presidente da Eletrobrás e representantes do BNDES e outros financiadores da UHE como o Branco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Bradesco e Itaú. Neste encontro admitiu que o “problema vai afetar os prazos do cronograma estabelecido entre o Consórcio e a Camargo Corrêa para antecipar o início da geração em nove meses em relação ao contrato firmado com a Aneel, que conta com o início da geração em janeiro de 2012”, segundo Shüffner (22/03/2011). Antes da Revolta a preocupação das empresas com o atraso era com a linha de transmissão, que tivera “problemas com a licença ambiental”³³⁹.

Vejamos argumentação de Paranhos:

Se a transmissão não ficar pronta em 2012, o consórcio **Energia Sustentável deixará de faturar cerca de R\$ 1,2 bilhão com a venda antecipada de energia para o mercado livre.** [...] Mas isso não significa que vamos ter um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão, veja bem. **Esse valor se refere a uma receita que pode não acontecer e o lucro é apenas uma parcela disso [...]. É uma coisa que machuca os acionistas, mas não mata [...].**

É claro que o nosso modelo econômico previa contingências. Todos os acionistas da obra são conservadores e ninguém fez uma proposta suicida no leilão. Existem previsões para

³³⁹ Como já destacamos ao longo dessa tese, manter o arcabouço institucional para os procedimentos em cumprimento à legislação ambiental quanto às licenças dos grandes empreendimentos, para as grandes empresas virou problema. Já que para essas a possibilidade de ter que cumprir a legislação e evitar impactos fora do que permite a legislação, via compensações etc., é um problema que faz com que tais obras aumentem seus investimentos em compensações sociais e ambientais, influenciando nas altas taxas de lucros dessas empresas.

contingências e prazos³⁴⁰ [...]. (SHÜFFNER, 22/03/2011, grifos nossos).

Portanto, o discurso da espontaneidade da Revolta frente à "ausência de motivos trabalhistas", o que só poderia ser praticado por "vândalos" e "bandidos", omite um cronograma enxuto, antecipado na construção da UHE de Jirau, que já tinha sido previsto pelas empresas com perspectiva de receitas bilionárias (R\$ 1,2 bilhão!) com a venda antecipada de energia e extração de mais trabalho. Como o trabalhador sentia isso no seu cotidiano laboral, era mais um aspecto a ser ocultado no discurso dessas grandes empresas, quando criminalizam, difamam e tentam isolar suas reivindicações como sendo injustas perante a opinião pública.

Outro ponto explorado pela mídia foi sobre a saída dos trabalhadores dos canteiros de obras de Jirau para a cidade de Porto Velho e o caos gerado na capital do estado de Rondônia. Caos esse que já vinha sendo indicado pela ação dos operários dentro dos canteiros de obras, que em suma tomara expressão de uma "loucura sem justificativa". Essa é a imagem e o enunciado discursivo difundido pelas empresas e a grande mídia (Rede Globo de Televisão, jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo).

Vargas (2011a e 2011b), enviado especial da Folha de S. Paulo a Porto Velho, incumbido de acompanhar a Revolta dos trabalhadores, informou em cunho alarmista que a chegada dos operários na capital para serem abrigados gerou receio de "saques, protestos e medo de novos conflitos entre a polícia e os cerca de 7.500 trabalhadores", fazendo com que parte do comércio fechasse as portas, principalmente próximo dos centros de recepção e alojamentos, como o ginásio do SESI. Apesar de não ter sido registrada nenhuma ocorrência grave naquele momento, a matéria destacou que autoridades se preocuparam, pois "Porto Velho vive um clima de guerra. A população está aterrorizada com as notícias...", disse o promotor Aluildo de Oliveira Leite ao jornalista.

³⁴⁰ Ainda segundo a matéria, o executivo explicou que a decisão de instalar mais seis turbinas aumentará em 230 megawatts (MW) a energia assegurada de Jirau e isso pode ajudar a minorar as perdas com o "atraso no cronograma" do consórcio ao longo do tempo.

Respalhando em falas de autoridades para legitimar o cenário de medo instalado em Porto Velho, a sequência discursiva empregada pela mídia não teria outra função senão distorcer os fatos, como distanciar o trabalhador da população local, já que este foi caricaturado como "vândalo", "bandido", "baderneiro" agora a lógica seria apartá-lo ainda mais da sociedade local. Portanto, imprimir à consciência o clima de medo, insegurança na população, para que a bandeira de luta do operariado não tomasse o primeiro plano e pudesse ganhar adesão junto à opinião pública. Ao cidadão trabalhador esperava-se que pensasse como o capitalista, o patrão, que os barrageiros das UHEs de Jirau e Santo Antônio sejam vistos como baderneiros, tendo em vista que não vive os mesmos dramas e dilemas próprios da classe da qual fazem parte. Assim, quando pensamos nos discursos hegemônicos veiculados na grande mídia, sabemos que este está inserido no mecanismo de exclusão e reprodução da acumulação capitalista. Por isso veicula as notícias por meio de filtros ideológicos, os quais não permitem a produção de outros sentidos, ou que os sentidos veiculados no discurso do trabalhador venham a fazer sentido.

Após a Revolta em Jirau e ação da polícia, houve a saída dos trabalhadores em massa da UHE com medo das proporções do conflito. Os números são destoantes, pois há informações de 7.500 trabalhadores, como visto anteriormente, mas também de 8, 12, 19 e 20 mil que teriam saído da obra. Em verdade, a paralisação fez com que quase a totalidade dos cerca de 22 mil operários tivessem que deixar os canteiros de Jirau, e por grande parte destes serem de fora do estado (conforme abordado no Capítulo 6) tiveram que ser alojados em locais improvisados em Porto Velho.

O jornal eletrônico Rondoniavivo.com (USINA/JIRAU...) divulgou informações da Assessoria de Comunicação da empresa Camargo Corrêa de que com a paralisação das obras da UHE de Jirau, ocorrida em 2011, 8 mil trabalhadores foram alojados nos quatro setores de triagem disponíveis para os mesmos em Porto Velho, que foram: o Ginásio do SESI, casas de shows Forasteiro, Caipirão e Nautilus, além da clínica Amerom, desativada, sendo que 6 mil até o dia 21 já teriam retornado às suas cidades de origem e que 2 mil permaneceram na capital, em Jaci-Paraná e no polo de Nova Mutum-Paraná.

Ainda sobre a retirada dos trabalhadores da UHE de Jirau ficou evidente a situação de desespero dos operários saindo às pressas com seus pertences, com malas nas costas, para não perderem tudo nos incêndios. A cidade de Porto Velho está a cerca de 130 km de distância do canteiro de obras de Jirau, mas mesmo assim, na fuga os operários buscaram chegar aos povoados mais próximos de Jaci-Paraná e Nova Mutum-Paraná, a cerca de 12 km do canteiro. Saíram a pé, na carroceria de caminhões ou nos ônibus disponibilizados pelas empresas Camargo Corrêa, ENESA Engenharia e Jauru Engenharia.

A saída do canteiro e os dias que seguiram ao início da primeira revolta foram de tensão para trabalhadores, pois na tarde de quinta-feira, dia 17 de março de 2011, muitos já estavam fora dos canteiros, esperando nos distritos citados para saberem como a situação seria resolvida (FOTO 18). Em Jaci-Paraná havia cerca de 4 mil pessoas, e de 2 mil em Nova Mutum-Paraná, todas sem alimentação desde a manhã daquele dia. Os operários esperavam que o governo do estado providenciasse alimentação e transporte para a capital e depois para seus estados de origem.



FOTO 18: Saída dos trabalhadores da UHE de Jirau

Fonte: André Rian (Rondoniaagora)³⁴¹.

³⁴¹ Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/album/110317jirau_album.jhtm#fotoNav=11>.

Acesso em: 17/03/2011.

O deslocamento dos operários foi realizado sob um clima tenso, de opressão e medo, com policiais fortemente armados (FOTO 19), acompanhando a retirada e agindo para que o canteiro de obras permanecesse sob controle da Secretaria de Segurança do Estado, com reforço desde o dia 18 de março de 2011, da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal.



FOTO 19: Opressão policial contra os trabalhadores de Jirau

Fonte: Eliano Nascimento (Rondoniaagora)³⁴².

As duas fotos permitem constatar, ao contrário do discurso amplamente difundido de que os trabalhadores eram “vândalos”, “bandidos”, mas de homens amedrontados, perdidos no tempo e no espaço, que tinham como meta fugir das instalações da UHE de Jirau. Assim como o caracol, os operários carregavam sua concha, sua morada nas costas. A representação do seu lugar, seus pertences, suas bolsas, sacos - a concha - que não os protegia do clima instalado na UHE de Jirau. Ao focarmos nos rostos, suas faces não escondem o desamparo (como os dois trabalhadores em primeiro plano, respectivamente, camiseta branca e vermelha) (FOTO 18), a introspecção em busca dos destinos de suas vidas dali por diante. Ainda na foto 18, o trabalhador à esquerda, de camiseta preta, que caminha acelerado, em fuga, na tentativa de ultrapassar (rompendo a norma da placa que se destaca) a fila que se

³⁴² Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/album/110317jirau_album.jhtm#fotoNav=11>. Acesso em: 17/03/2011.

forma por homens lançados à própria sorte. Olhares dispersos, como o do trabalhador de camiseta branca focam o chão, diante de um horizonte limitado, e outros olhares perdem-se sem direção, como a continuidade da imagem que se desfoca ao avançar a profundidade do campo de visão. Desfocar e perder o rumo por alguns instantes, ficam evidentes duas certezas: a fuga e levar consigo o que lhe pertence, seu corpo, sua alma e seus sonhos.

Na foto 19, a retirada é guiada e todos são lançados sobre um caminhão; homens das mais diversas faixas etárias, jovens e idosos, que diante da situação acenam mostrando um ar de "positivo", de mãos para o alto, mãos limpas - como o trabalhador no centro da foto, entre os dois policiais fortemente armados - que parecem pedir calma. As mãos livres, dos trabalhadores, destoam das mãos ocupadas com armas, também por outros trabalhadores, mas que ali estão tão distantes um dos outros como entre o discurso do capital e o que sentem, vivenciam e se submetem tais operários que ali estavam sendo oprimidos, ameaçados e controlados. Dos quatro policiais na imagem (FOTO 19), pelo menos três estavam com armas de forte calibre em punho.

Tais imagens contribuiriam para passar a ideia do trabalhador como "vândalo", "bandido", que precisa ser controlado, monitorado, acompanhado por forte controle policial. Para o cidadão que recebe inadvertidamente essa mensagem, que a tem atrelada aos enunciados difundidos pela mídia, o poder simbólico no imaginário leva-o - sem decodificá-la - a absorver e compactuar com a ideologia dominante do trabalhador como culpado pela Revolta e seu único responsável.

É nesta perspectiva que se percebe a atuação do discurso jornalístico/midiático, isto é, que constitui em um mecanismo de dominação inseridos em um *lócus* de controle pelo padrão do discurso neoliberal. Assim, destacam-se as representações sobre os trabalhadores de Jirau, divulgadas e defendidas pelos segmentos dominantes tradicionais, evidenciadas como domínio e repressão. A sua representação torna-se visível no interior das condições de produção do discurso articulado pela ordem burguesa vigente. É neste espaço que intervêm os discursos que policiam, condenam e controlam os discursos do outro - o trabalhador - os quais servem do auxílio da imprensa e do poder das classes dominantes para que a construção do

espaço/território sirva a interesses bem delimitados, no caso o do capital.

Aspectos da ordem moral e jurídica são utilizados para darem sentidos aos múltiplos espaços a partir de um contexto de luta entre capital e trabalho, sem negligenciar as dimensões do simbólico. O discurso da mídia sobre as ações dos trabalhadores serviu para delimitar territórios e territorialidades, estigmatizar condutas e ampliar ou manter áreas de atuação dos poderes hegemônicos. Portanto, formas de controle material e imaterial no território do hidronegócio-energético.

É deste modo que se evidencia a situação degradante dos trabalhadores, que continuou, pois ficaram sob precárias condições nos centros de triagem improvisados, além de serem tratados "como bandidos" por forças policiais e por terem sido vítimas de preconceito nas ruas da capital. Os operários reclamaram que durante a retirada do canteiro "foram agredidos por policiais militares. Balas de borracha e bombas de efeito moral teriam sido usadas para dispersar os funcionários que permaneciam na entrada do canteiro de obras" (CABRAL, 2011). Alguns foram feridos: Vanilson de Jesus Souza, natural do Maranhão, relata que já trabalhou em cinco barragens e estava há quatro meses em Jirau, como armador, e que nunca mais pretende voltar a Rondônia. "Todo mundo aqui veio de longe para ganhar um salário melhor e levamos bala. Nunca vi isso em nenhuma empresa no Brasil. Eles têm de fechar essa obra", declara em entrevista (*apud* VARGAS, 21/03/2011).

Outros trabalhadores também relatam as condições a que foram submetidos. Vejamos:

Sou pai de família. Saí lá do Maranhão para trabalhar. Agora sou tratado como um bandido que vai fazer arruaça. Fomos dar uma volta na rua e as pessoas fechavam as portas. Isso me deixou muito magoado, relatou Cícero Silva, 50, oriundo de Codó (MA). (*apud* VARGAS, 21/03/2011, grifo nosso).

O maranhense Ariston Rodrigues de Oliveira, 48 anos, da Jauru Engenharia, era um dos 150 homens que estavam esperando na antiga clínica Amerom para ir para casa. Segundo seu relato, "só tomei um copo de refrigerante e comi um pão desde que cheguei aqui", reclamou. "O problema maior é se molhar com uma canequinha e não ter roupa para

vestir", completa. "Cheguei a retirar algumas roupas do alojamento, mas no caminho aquilo pesou e joguei fora" (apud VARGAS, 21/03/2011).

Pode-se constatar que nessa perspectiva de ataque ao movimento de paralisação dos trabalhadores de Jirau, em março de 2011 (mas também em 2012), a mídia nacional saiu em defesa dos anseios do capital, ou seja, o discurso midiático foi o das grandes empreiteiras e consórcios.

Portanto, os discursos ora analisados demonstram dois pontos como centrais, para nossa análise:

a) O primeiro, a criminalização, a difamação e repressão aos trabalhadores; que ao se revoltarem permitiu vir à tona a centralidade do trabalho, que ao paralisar as atividades põem limites à valorização antecipada do capital investido na UHE, restringindo a antecipação do lucro das empresas e do Consórcio ESBR, bem como o pagamento de juros para o capital financeiro que dá suporte a essas grandes obras;

b) O segundo, vincula-se ao anterior, que é o papel do discurso na ocultação das contradições e do conflito de classe, para isso desvirtua processos, causas e formas de luta. Com o aparato ideológico da grande mídia busca-se desinformar a opinião pública, que como representante do capital faz destes enunciados ideológicos distorcidos e expostos, como sendo a única verdade a ser aceita.

8.1.2 A Revolta e as questões trabalhistas a partir dos enunciados jornalísticos

Outros enunciados divulgados na mídia sobre a primeira Revolta de trabalhadores em Jirau referem-se às questões de cunho trabalhista, ou seja, como as precárias condições laborais, a reivindicação por melhores salários e visita à família em intervalo de 60 e não de 90 dias, já que grande parte dos operários é de outros estados da federação.

No entanto, de modo geral, constatamos no *corpus* de levantamento das notícias e reportagens, o enfoque ideológico do discurso da mídia em relação aos trabalhadores, sobre a falta de ação dos governos na mediação e no controle do trabalho para evitar que a paralisação e protestos tomassem as proporções que chegaram, bem como gerando o caos e a destruição nos canteiros de obras. Assim, embora com particularidades em relação aos enunciados apresentados

anteriormente, a questão trabalhista como uma das causas da revolta está imbricada por outros elementos, que se entrelaçam aos enunciados do discurso de vandalismo, de revolta sem motivo aparente, bem como da questão da ação policial. Mesmo evitando repetições, em alguns momentos as mediações realizadas para dar sentido a essa discursivização ideologicamente fundamentada na culpabilização do trabalho, explicita o discurso das empreiteiras e consórcio.

Leonardo Sakamoto, em seu *blog* no Portal UOL (BlogSakamoto.uol.com.br), destaca que jornalistas foram para Jirau cobrir os fatos com uma "pauta sobre vandalismo, mas voltaram com um número maior de matérias tratando de graves problemas trabalhistas e de sério desrespeito aos direitos fundamentais". Do mesmo modo, denúncias de maus tratos, condições degradantes, violência física são fatos que os "acionistas de grandes empresas não gostam de ver exposto por aí e, por isso, são repetidas vezes negadas pelos serviços de relações públicas ao longo do ano". E para o jornalista a Revolta dos trabalhadores de Jirau teve um mérito, pois

escancarou a caixa preta das grandes obras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trazendo à tona o que vem sendo alardeado há tempos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil: **que esses canteiros se tornaram máquinas de moer gente - nove fora os impactos ambientais e nas populações locais.** (SAKAMOTO, 23/03/2011, grifo nosso).

Este cenário de barbárie - "canteiros como máquinas de moer gente" - ocorre no contexto de uma obra com financiamento público, via BNDES, de cerca de R\$ 33,3 bilhões para as duas UHEs do Complexo Madeira. Na leitura de Sakamoto (23/03/2011), o que teria acontecido em Jirau é causa de um processo estrutural motivado pela pressa em terminar o empreendimento e gerar energia, pelos cortes de gastos e pela necessidade de manter a lucratividade do negócio.

Mas o enfoque crítico como o de Sakamoto não faz parte das matérias e notícias veiculadas na grande mídia, que apesar de alguns jornalistas enfocarem como causa central da Revolta as precárias condições de trabalho - mesmo que tratem e exponham relatos sobre as arbitrariedades sofridas nos canteiros de obras - o tom das notícias é de cunho informativo, preconceituoso e tendencioso, em suma ideologizado, consoante aos interesses do capital e do Estado.

Para Freitas (não paginado, 2011), **“os levantes que surgem do nada, imprevistos, e se agigantam em instantes, sempre têm motivos profundos. Não se confundem com agitações por contrariedades conviveis ou momentâneas”** (grifo nosso). A explicação imediata dada pelos operários de Jirau é de que reagem às violências e arbitrariedades do sistema “de segurança” na obra, mas tal fato não choca, não chamou a atenção da opinião pública nacional, inclusive como a forma com que os governos trataram a problemática nas UHEs do rio Madeira. Portanto, embora as arbitrariedades sejam um fator a ser levado em conta, há mais elementos na rebeldia dos trabalhadores que devem ser considerados; o que justifica o “levante”, “agitações por contrariedade momentâneas”. Vejamos a argumentação de Freitas a esse respeito (20/03/2011):

Uma obra com 20 mil operários, por sua vez, está sujeita a muitos problemas nas relações de trabalho. **Pela dimensão; pelas exigências desse gênero de trabalho, a que só se sujeitam os que têm disposição extraordinária de trabalhar; e pelos resquícios escravocratas e desumanos persistentes em vários gêneros de atividade, como setores da construção civil, ainda do cultivo da cana, mineração, e mais. São razões adicionais para que o Estado não se dispense do seu dever de fiscalização das condições de vida e trabalho nas grandes obras, tanto mais se obras públicas.** (FREITAS, não paginado, 2011, grifo nosso).

Freitas (2011), embora reconheça que o próprio setor da construção civil apresenta “resquícios escravocratas e desumanos” e faz do trabalho nesse setor um desafio para os que se sujeitam à atividade, só possível àqueles que “têm disposição extraordinária” para o trabalho. Ora, se a “leitura” parte de “resquícios escravocratas” que poderia ser eliminada, desconsidera que o setor é um dos que apresenta os piores problemas do uso da força de trabalho (como degradação, segurança, saúde e mortes), e que ao contrário de ser “resquício” é permanentemente reproduzido e faz parte da lógica de acumulação do capital. São esses elementos regressivos recriados na acumulação ampliada do capital que compõem o quadro da neobarbárie do “Novo Desenvolvimentismo”. Portanto, nada há de resquício mas uma acumulação ampliada do capital que também se fundamenta em práticas regressivas de acumulação primitiva. Mas no contexto indicado pelo jornalista caberia ao Estado “a fiscalização” e a mediação desse tipo

de conflito - "A eclosão da Revolta em Jirau atesta que a fiscalização, ou não houve, ou é suspeita" (FREITAS, não paginado, 2011).

A estratégia de mediar o conflito, como destaca o jornalista, "não foi feita a tempo", mas a repressão e violência por parte da ação policial foi a estratégia prática e imediata encontrada pelo Estado, via ação dos governos Municipal, Estadual e Federal. Na ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia foi **"preciso montar um Sistema de Comando de Incidentes"** - com o auxílio de 10 viaturas e 100 membros da Polícia Militar, 10 viaturas e 36 integrantes do Corpo de Bombeiros, oito policiais civis e dois policiais federais, além de dois helicópteros -, pois para o Secretário de Segurança, Marcelo Nascimento Bessa, que acompanhou a operação, os **"trabalhadores que atuam nas duas margens do Rio Madeira participaram de atos de vandalismo"** (apud Nossa, 2011, grifos nossos).

Como destaca a matéria publicada em O Estado de São Paulo, no dia 17 de março de 2011, a avaliação do Sr. Marcelo Bessa foi rápida e direta, tratou-se de "atos de vandalismo". Aceita-se de pronto a versão do capital e reproduz-se o seu enunciado discursivo e para atos assim adjetivados nada melhor nesta visão equivocada da Secretaria de Segurança de Rondônia que a repressão policial para manter a ordem à serviço do capital.

A questão, então, não é investigar os atos de violência, que podem estar vinculados à paralisação e briga entre operários (o desencadeador da briga, o estopim para a rebeldia), como a denúncia de roubos no canteiro, de incêndio, separar ou entender sua motivação. Desse modo, nossa crítica direciona-se à homogeneização do discurso, a forma como todos os 22 mil trabalhadores foram rotulados pejorativamente, e os danos que isso gera à sua bandeira de luta, à sua memória e identidade como "barrageiro vândalo", "bandido", em detrimento de trabalhadores que se rebelam e se fazem ouvir por canais que não são considerados legítimos pela norma social vigente, ou seja, pelo sistema de controle. Até porque os discursos hegemônicos, em nome de uma mascarada harmonia e ordem social, ignoram deliberadamente a realidade, uma realidade que é feita de contradições e tensões de classes distintas que atuam na disputa pelo espaço e territórios.

Na avaliação do procurador do trabalho, Francisco Cruz, as empresas não montaram um canal para os operários apresentarem

reclamações sobre a atuação dos seguranças, encarregados e motoristas. **"A briga entre um operário e um motorista, na terça-feira passada (15/03/2011), foi apenas a gota d'água de um problema"**, afirmou Cruz (*apud* NOSSA, 22/03/2011, grifo nosso), pois não teve receptividade das construtoras ao trabalho de sindicalistas e a formação de lideranças de trabalhadores para que as reclamações fossem ouvidas e resolvidas.

Nessa direção que o único diálogo possível para as empresas seria entre seus seguranças (guarda patrimonial) e os operários, e nessa forma de linguagem a conversa não seria o canal principal, mas a opressão física, intimidação e a agressão, claro, acompanhada da fala, mas do "xingamento", da "humilhação". Nossa (2011a), na matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, apresenta relato do operário (paraense) Juracy da Cruz Ribeiro, 30 anos, que estava no alojamento quando começou o conflito e destaca a falta de diálogo das empresas com os operários: **"Foi um grupo negociar com os encarregados, mas logo chegaram seguranças e policiais. [...] À noite fomos avisados pelo pessoal de outros alojamentos que era para tirar tudo porque o fogo ia comer"**. Outro operário que estava em Jirau, o capixaba José Carlos Lima, 36 anos, disse ao jornalista que sindicatos não apareciam nos alojamentos. **"O sindicalista que quisesse aparecer tinha de ficar do lado de fora, no asfalto, para conversar com a gente"** (*apud* NOSSA, 2011a, grifo nosso).

Então, supõe-se que diante da falta de diálogo das empresas com o Sindicato da categoria, e com os operários de modo geral no dia a dia, ainda mais quando eram colocadas as reivindicações no ambiente laboral, a forma de se fazer ouvir foi parar a obra, fazer o "patrão sentir no bolso".

As consequências disso, conforme notícia veiculada no Jornal Nacional (FUNCIONÁRIOS..., 2011) foi a repressão: 12 homens foram trancados numa sala no canteiro de obras na UHE Jirau. Os mesmos ficaram sem alimentação, alguns foram atingidos por balas de borracha; todos negaram participação na "confusão" e pediram a intervenção da Comissão de Direitos Humanos. Apesar disso, um grupo especial da Força Nacional de Segurança Pública chegou a Porto Velho após o início dos conflitos, o que não impediu que fossem incendiados novos alojamentos. A ação policial visou também, como já visto, evitar que comerciantes do centro da capital de Rondônia fechassem as portas por causa de

boatos de saques, embora a polícia não tenha registrado nenhuma ocorrência que envolvessem trabalhadores da UHE de Jirau.

Então, a repressão policial foi ao encontro de tentar manter os trabalhadores sob controle, como a própria empresa já vinha fazendo há tempos. Segundo matérias publicadas por Nossa (2011b e 2011c), **"Jirau vivia sob 'tensão reprimida'"**, pois para o MPT **"o tratamento dispensado a peões está na origem do quebra-quebra que destruiu os canteiros de obras"**³⁴³ (grifos nossos). O ponto destacado refere-se ao clima de tensão e da opressão sofrida pelos trabalhadores nos canteiros de obras. Assim, após ouvir operários o procurador admite que **"não havia trabalho degradante e que as empresas ofereceram alojamentos adequados para os funcionários"**, mas que foram abertos procedimentos para apurar reclamações de **"tratamento desrespeitosos por parte de encarregados e seguranças"**, já que para o procurador Cruz "havia um foco de tensão reprimida, e as empresas não sentiram isso" (grifos nossos).

O conteúdo destacado na matéria citada, como reprodução de entrevistas de autoridades do estado de Rondônia, a exemplo do MPT-RO, permite ilustrar que o "tratamento desrespeitoso" era uma forma de "reprimir" tensões. O que era negado, o que se tentava esconder, camuflar e ocultar sob os mecanismos de repressão pelas empresas? Se a fala do procurador do MPT não omite o contexto, nega-se "o trabalho degradante", ou suaviza sua existência pelas condições do alojamento. Tratamento "desrespeitoso" e "tensão reprimida" não sentida pelas empresas, com "trabalho não degradante e alojamentos adequados" podem ser vistos como uma interpretação branda, já que o "controle do trabalho" tem que ser entendido enquanto uma estratégia do capital para manter a reprodução sob seu controle e ritmo, burlando os direitos trabalhistas em prol da aceleração da obra para a antecipação do empreendimento e do lucro.

Todavia, apesar da declaração do procurador reproduzida na matéria (NOSSA, 2011a e b), não podemos deduzir que o MPT-RO tenha tratado os motivos da Revolta de modo parcial ou sem encarar de fato

³⁴³ A fonte do jornalista foi uma entrevista com o procurador do Trabalho da PRT-RO, Francisco Cruz, que apresenta entre os grandes problemas que poderiam ter estimulado a revolta e conflitos durante três dias do mês de março de 2011 na UHE Jirau, a questão do tratamento dado pela empreiteira aos trabalhadores.

os motores que levaram os trabalhadores a se rebelarem. Como essa questão será analisada no capítulo 9, por ora, vale registrar que o MPT/RO naquele momento em que estoura a Revolta de trabalhadores estava avaliando a ação das empresas no "tratamento dado aos operários de Jirau", motivo que levaria a instauração de ACPs contra as empreiteiras e Consórcio ESBR.

Além dos pontos apresentados, em outra matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, intitulada "'Gatos' contratam mão de obra para Usina de Jirau", o mesmo jornalista, Leonencio Nossa (2011c), destaca que Jirau vinha em ritmo acelerado e, para tanto, a estratégia do "gato" na contratação de mão de obra para a UHE foi uma saída encontrada (assunto abordado no capítulo 6)³⁴⁴.

Para o trabalhador exposto a tais condições no ambiente laboral Jirau teria uma representação simbólica de "uma panela de pressão", lacrada e prestes a explodir - **"Eu não sabia que a obra era uma panela [de pressão] difícil para sair"** - (apud NOSSA, não paginado, 2011c, grifo nosso). Antônio afirma que, ainda em Belém, assinou "contrato de comprometimento" com o 'gato' no qual abriria mão de qualquer benefício se deixasse as obras de Jirau antes de três meses. "Se sai antes de 90 dias, a volta é por sua conta". (apud NOSSA, não paginado, 2011c).

Os fragmentos dos relatos reproduzidos em matérias jornalísticas revelam outras formas de controle do trabalho, para além da opressão e intimidação da "guarda patrimonial" da empresa, mas também no cerceamento do direito à mobilidade do trabalhador, nas formas de não permitir o desligamento sem adquirir dívidas. Ou seja, isso não são somente resquícios de condições degradantes, mas uma reprodução viva de mecanismos regressivos da acumulação do capital, de desrespeito à legislação trabalhista, de cárcere privado, de controle e negação da mobilidade; tudo voltado para a exploração intensa dessa mão de obra.

³⁴⁴ Há relatos de trabalhadores da "história de um dos 'gatos', pagos para recrutar pessoal sem qualificação em sítios e povoados do sertão que ganhou status de lenda, tamanho o ódio que desperta nos que se aventuraram em busca do 'Eldorado' de Rondônia. Os operários falam de um 'Antônio Carlos', de boa conversa, que 'engana direitinho o pessoal'. Ninguém sabe o nome completo ou o endereço dele" [destaca Nossa] (NOSSA, não paginado, 2011c).

Além desses enfoques, as reportagens e matérias levantadas sobre a questão das condições laborais em Jirau, enfocam a necessidade de ação dos governos - seja na escala nacional, estadual e local - para que houvesse um acordo entre as empresas e Sindicato da categoria, que levasse a paralisação e a greve a uma solução, ou seja, para a retomada das obras nos canteiros de Jirau e Santo Antônio.

Foi com esse intuito que o governo federal interferiu de imediato na situação, mandando a Força Nacional de Segurança Pública para colocar "ordem" nos canteiros das obras, manter a segurança em Rondônia e em momento posterior indicar representantes do governo para mediar o conflito entre trabalhadores e capital, entretanto notoriamente favorável aos empresários.

Conforme reportagem publicada na Folha de S. Paulo (COSTA e FLOR, 2011), o governo convocou, no dia 29 de março de 2011, uma reunião com as Centrais Sindicais para discutir a situação dos trabalhadores em Jirau, e após a reunião o Ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) "admitiu [que] há uma parcela de responsabilidade do governo federal na origem das revoltas de trabalhadores nas UHEs de Jirau e de Santo Antônio, em Rondônia". No entanto, **"cobrou das empreiteiras responsáveis uma redução do número de trabalhadores envolvidos nas obras - um dos principais fatores, segundo Carvalho, para as revoltas em dois dos maiores empreendimentos do PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento) e que **acabaram servindo de estopim para paralisações em outros canteiros de obras"**. Também afirmou o ministro que **"no caso de Jirau, a decisão da empresa de antecipar a entrega da obra provocou uma maior concentração de trabalhadores**. Então, eu fiz uma ponderação se não era o caso de se **rever a decisão e tentarmos trabalhar com um contingente um pouco menor para diminuir o grau de tensão que naturalmente ocorre [...]"** (COSTA e FLOR, não paginado, 2011, grifos nossos).

O tom dado pelo ministro Carvalho mostrou como o Planalto se posicionou sobre a Revolta dos trabalhadores em Jirau, pois os fatos foram vistos como **"uma situação explosiva, que se dá devido à grande aglomeração de operários e alguns procedimentos equivocados das empresas"** (grifo nosso), conforme Carvalho. Declaração descabida para quem se intitula membro do governo PT, o mesmo que incentiva as empreiteiras com fartos empréstimos públicos para tocarem obras como

se não houvesse legislação trabalhista em vigor, e que vê como fator complicador do caos gerado nas UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira, frente aos graves problemas trabalhistas, o elevado contingente de trabalhadores contratados. Então a causa está no número de trabalhadores intermediado pela ação de gatos? Pior, o grau de tensão decorre do grande contingente de trabalhadores, o que é visto como "naturalmente ocorre"? Isso por si só não responde aos fatos, cremos, ainda mais quando se colocam panos quentes no conflito de classe.

Na referida reunião visou-se colocar frente a frente trabalhadores e empresários. Foram convidadas seis Centrais Sindicais, além de representantes dos empresários. Na reunião, o governo federal, as Centrais Sindicais e as empreiteiras discutiram as condições de trabalho nos canteiros de obras do PAC, já que greves e paralisações deixaram 80 mil trabalhadores parados nesses canteiros, no primeiro semestre de 2011.

Com a participação das Centrais Sindicais³⁴⁵ e representantes de empresários, na reunião citada, o Planalto pretendeu esfriar os ânimos, fazer acordos, e resolver a questão como um impasse e não como conflito decorrente da luta de classes. Para o ministro Carvalho **"uma relação dos conflitos estaria nas disputas entre as centrais pela representação dos trabalhadores envolvidos nas obras citadas do PAC que estavam paralisadas e em greve. A lógica seria, então, para Carvalho, que "as empresas façam um pacto com as Centrais Sindicais**

³⁴⁵ As declarações das Centrais Sindicais vão ao encontro do discurso do capital, que encontra respaldo na ação política do Executivo, não cumprimento e flexibilização dos direitos trabalhistas. Isso porque para alguns sindicalistas a saída seria um acordo especial para as grandes obras do PAC, o que poderíamos concluir que a legislação deveria ser branda, flexibilizada, para casos especiais de grandes obras. Para Paulo Silva, presidente da Força Sindical, **o ideal seria uma espécie de acordo coletivo que valha para as obras do PAC**³⁴⁵, em torno de 12 mil obras em todo o País. Para Arthur Henrique, presidente da CUT, contratação, saúde, lazer, condições de trabalho, todas essas questões estão na pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras e a Central Sindical entraria firme nessa discussão do referido acordo proposto pelo ministro Carvalho. Oposição à CUT e Força Sindical foi do presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Wagner Gomes, que desde 2007 afirmou ter entregue um documento no qual já denunciava as condições de trabalho em tais obras, já que se previa que isso iria acontecer (declaração à Globo News) - (REUNIÃO..., 2011). Para Paulo Safady, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, em declaração à Globo News, afirma que as empresas têm convicção "de que os canteiros que estão ali instalados são de ótima qualidade, e se eventualmente está acontecendo um ou outro desvio, isso é pontual, e será corrigido sem dúvida nenhuma".

para dar um tratamento adequado aos trabalhadores” (apud LIMA, não paginado, 2011), tendo em vista que os alojamentos e alimentação são problemáticos nesses canteiros. O importante, evidencia-se, é que os contratos sejam mantidos no cronograma firmado com o governo. O recado do governo federal foi de que as partes envolvidas fizessem um acordo para acabar com os conflitos, já que o ministro declarou esperar estabelecer um processo que se antecipe às crises e crie condição para que essas “rebeliões” não ocorram novamente, conselho, aliás, que parece não ter sido ouvido, tendo em vista as várias paralisações ocorridas posteriormente nas UHEs de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

Na reportagem observa-se que as partes envolvidas (governo, construtoras e Centrais Sindicais) pactuam a estratégia de tentar recuperar o “tempo perdido com tais paralisações”, pois essa foi colocada como uma questão importante para a presidente Dilma, ao recomendar que as cidades próximas às obras do PAC sejam preparadas para receber milhares de trabalhadores e também ficou acertado que haveria uma comissão permanente de negociação para debater o tema. Assim, assume-se que a legislação trabalhista não é cumprida, pois se fosse não precisaria debater a necessidade de um “acordo” específico para as obras do PAC, muito menos que os diagnósticos do EIA são imunes a flexibilização e pressão político-econômica, pois se fossem, junto às ações de mitigação, também não precisaria de recado da Presidenta para que as cidades próximas dessas grandes obras fossem preparadas para receber grande fluxo de trabalhadores.

É nesse cenário que a paralisação decorrente da primeira Revolta de trabalhadores em Jirau, no ano de 2011, trouxe à tona alguns pontos das questões referentes às condições de trabalho. Fatos que envolveram a ação do governo federal por intermédio de ministros, como o do Trabalho, na época Carlos Lupi, e Secretária da Presidência, além do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Rondônia (STICCERO), a CUT, a Confederação dos Sindicatos da Indústria da Construção e da Madeira (CONTICOM) e os consórcios e empreiteiras/construtoras para que houvesse a retomada das obras.

Como visto, a mídia nacional, regional e local abordaram as paralisações, greves e conflitos em Jirau e Santo Antônio, por sua vez, a partir de três enfoques, sendo que em comum a eles não existe investigação sobre os fatos causadores. Ou seja, tanto no discurso do

CESBR e da empreiteira Camargo Corrêa, dos atos de "vandalismo" e "banditismos", quanto da disputa entre Sindicatos e Centrais Sindicais, como geradores dos tumultos que levaram à paralisação, das Revoltas e greves nas UHEs, podemos verificar a criminalização e culpabilidade dos trabalhadores por pararem uma obra considerada a vitrine do PAC.

Como constatamos, a mídia não abordou, e não quis/quer debater as revoltas de trabalhadores no CHM com as atenções para os conteúdos das reivindicações e às denúncias apresentadas, tampouco se preocupou em contextualizar a primeira Revolta, paralizações, conflitos e greves, mostrar as causas mais profundas, as mediações e contradições presentes nessas grandes obras do PAC; as primeiras para uma série de grandes UHEs propostas para a Amazônia brasileira.

Na seção seguinte, discutiremos a Revolta de trabalhadores em Jirau no contexto do processo destrutivo do capital, e da nova ambiência do trabalho, mas tendo como sujeito os próprios operários, suas impressões, memórias e o seu "lugar simbólico" no contexto dessa revolta será evidenciado.

8.2 A primeira Revolta de trabalhadores em Jirau (2011): a nova ambiência do trabalho nas determinações do mundo de progresso do "Novo Desenvolvimentismo"

Os enunciados veiculados no discurso jornalístico serão confrontados pela história oral dos operários entrevistados durante os trabalhos de campo, momento nos quais conseguimos relatos e declarações que mostram como tais sujeitos compreenderam, objetiva e subjetivamente, o que foi estar envolvidos, direta ou indiretamente, no episódio da primeira Revolta, no ano de 2011.

No primeiro trabalho de campo ao canteiro de obras da UHE de Jirau, no município de Porto Velho, realizamos 15 entrevistas com trabalhadores, sendo três em pleno curso, e 12 que tinham sido demitidos há poucos dias, sendo que desta, 4 estavam em um hotel na capital, e oito alojados na antiga sede do STICCERO.

Desse universo de entrevistas com os sujeitos que vivenciaram a primeira Revolta de trabalhadores em Jirau (2011) foi possível identificar elementos para o entendimento das dinâmicas na relação

capital x trabalho que levaram àquelas manifestações. As falas e depoimentos são importantes, pois a maioria reforça que a paralisação da obra e as formas de manifestação fazem parte de todo um processo de luta por melhores salários e condições de trabalho e de vida naquele ambiente. Há também algumas interpretações que vão ao encontro do discurso da empreiteira e consórcio sobre a Revolta e paralisações. Dos trabalhadores entrevistados nenhum assumiu ter participado diretamente de atos de manifestação e ter praticado incêndio ou depredação.

Em termos metodológicos as entrevistas (conforme contribuição de THOMPSON, 1992) permitem avançar na Pesquisa Qualitativa e contrapor diferentes tipos de "vozes", de mensagens, como para os enunciados discursivos na seção anterior, entre capital e trabalhadores. Além disso, pode-se contrapor também a fala entre o próprio grupo entrevistado, no caso trabalhadores barrageiros, avançando assim na reconstrução mais realista e fiel possível de acontecimentos recentes, com pouca ou quase ausência de material de pesquisa finalizado e publicado. A construção, mediação e análise de "múltiplos pontos de vista" têm na fonte oral, em uma "história oral" nos dizeres de Thompson (1992), importante contribuição quando nos deparamos com processos e acontecimentos nos quais as evidências ainda se mantêm vivas na expressão oral, na memória individual de um grupo de sujeitos que vivenciou tal processo. Processos estes que, embora singular, constitui-se em uma manifestação importante da particularidade de um quadro mais amplo, como a luta, a revolta de trabalhadores de um determinado setor, empreendimento, um complexo de UHEs.

Podemos reconstruir no plano do conhecimento da linguagem acadêmica, as contribuições das experiências subjetivas, das memórias individuais e coletivas de trabalhadores que nos permitem compreender outro ponto de vista, que tenha nesse sujeito o orador principal e, conseqüentemente, o elo para evidenciar as contradições e o não dito nos discursos "oficiais".

Portanto, o objeto de estudo toma lugar de sujeito, que contribui para evidenciar o camuflado, para elucidarmos acontecimentos recentes que têm interpretações fragmentadas e dispersas, contaminadas por discursos ideológicos e de fácil manipulação midiática. A

evidência oral nos ajuda nessa revelação das vivências e do lugar da luta desse trabalhador barrageiro.

A pesquisa oral torna-se mais que só uma fonte, mas por ser um testemunho subjetivo, falado, vivo, com consistência interna, torna-se uma forma de percepção social e do lugar daquele sujeito que fala.

Por isso, a escolha metodológica de se trabalhar com a riqueza de detalhes, com as memórias, quase fotográficas, de fatos e experiências narradas pelos sujeitos entrevistados. A partir da memória individual e das suas mediações com a memória coletiva, conforme Halbwachs (2006), pode-se identificar uma certa consciência individual e coletiva que se manifesta em um dado momento e em um certo espaço, como as práticas laborais e de luta nos territórios do hidronegócio-energético nas UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Assim, com esse respaldo teórico-metodológico, constatamos que os trabalhadores já vinham sentindo o clima de tensão na UHE de Jirau anteriormente ao episódio que levou ao início da primeira Revolta no dia 15 de março de 2011. Já havia indicativos, entre os operários, que teria uma paralisação com uma greve, e que isso era "conversa corrente" entre os empregados. Conforme Raimundo* (nome fictício, informação verbal)³⁴⁶ muito se falava que "vamos fazer greve; é hoje, amanhã! É hoje, amanhã!".

Então, para o entrevistado o início de tudo foi uma "fatalidade", pois a briga entre dois operários sem mesmo ter um motivo certo, já que alguns trabalhadores relatam que o motorista não permitiu o embarque de um trabalhador no ônibus que estava alojado no canteiro em Jirau para a cidade de Porto Velho, para resolver questões pessoais. Isso teria gerado o início da discussão e depois a agressão física do operário pelo motorista. Há relatos também de que o operário foi reclamar que o ônibus estava demorando a levá-los para o início das atividades do turno da noite. "Aí quando ele foi [operário] reclamar o motorista xingou um nome né... tal. Aí ele falou: **'Que nada rapaz você [o motorista] é pau mandado igual a gente, como é que vocês ficam aí enrolando pra mandar os ônibus logo para a gente não chegar atrasado**

³⁴⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

e o encarregado ficar falando um monte'" (MARIA*, informação verbal, grifos nossos)³⁴⁷.

Segundo o relato de outra trabalhadora, Maria* (informação verbal)³⁴⁸, que estava na rodoviária do canteiro naquele momento, o operário ao reclamar com o motorista acabou sendo espancado. "Aí, ele foi lá perto dos motoristas e foi quando começou, dois motoristas começou (sic) a socar [bater] ele. [...] Aí uma turma foi pra cima do motorista".

A briga entre os dois representa nas falas dos operários a forma como os "peões" comumente são tratados nos canteiros da UHE. Ou seja, na relação capital x trabalho, de controle e dominação, regulada pela legislação trabalhista, há também formas de tratamento fundamentadas na coerção, intimidação, agressões verbais e físicas. O controle pela coerção e medo, opressão, assédio moral entre trabalhadores em hierarquias diferenciadas torna-se um mecanismo usado pelo capital para mantê-los sob um clima de tensão, que permitiria formas de controle mais efetivas.

Além disso, conforme evidenciado no depoimento de Maria*, a própria divisão hierárquica do trabalho contribui para diferenciar o "peão" daqueles com função mais elevada, como gerentes e encarregados - identificados de "amarelinhos" pela cor do uniforme - mas também de motoristas com a massa dos "colaboradores". Fragmenta-se o operariado e ambos se "esquecem que são pau mandados". Isso como é processual, da própria dinâmica do capital, evidencia o clima de insatisfação já instalado nos canteiros de obras, como observado na seção anterior.

Conforme relatos de Joaquim* (informação verbal, grifo nosso)³⁴⁹, **"os funcionários da obra aqui, eles são maltratados desde lá debaixo até o funcionário da gerência"**. Denúncias de agressão de trabalhadores nos foram feitas, a exemplo na fila do refeitório, pois se alguém tenta passar à frente, se tenta levar algum alimento como fruta para comer, posteriormente há repressão de seguranças. Há também relatos de agressão de trabalhadores que têm problemas com alcoolismo, pois em caso de embriaguez os mesmos não são tratados como um problema

³⁴⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁴⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁴⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 13/07/2011.

de saúde, na obra, e sim com repressão e descaso de seguranças e encarregados.

Constituiu-se assim na visão dos entrevistados a situação e acontecimento tido como o limite para que o operário conteste o tratamento recebido. Mas havia mais questões de descontentamento como o corte na ajuda de custo em dinheiro para a visita familiar; ou seja, cada um passou a ter que custear com recursos próprios sua alimentação e após o retorno da "baixada" (visita familiar liberada pelas empresas em um certo período de tempo, naquele momento era a cada 120 dias) comprovar os gastos para o reembolso. O horário dos voos era marcado quando a empresa achasse ser o melhor, bem como o horário dos deslocamentos entre UHE e aeroporto. Tudo isso, segundo relatos, foram fatores complicadores para quem necessita viajar com mais de um meio de transporte além do trecho de avião, já que nem sempre o ponto final da viagem de avião é o mesmo de moradia da família do trabalhador, necessitando neste caso ainda o deslocamento em outro meio de transporte, como horas de ônibus.

Outro ponto referia-se à reivindicação para visita familiar em menor tempo, pois as visitas periódicas ("baixadas") eram a cada 4 meses para trabalhadores de fora do município de Porto Velho (mais de 150 km) e de outros estados. Reivindicava-se um tempo menor, a cada 90 dias, e que fosse um direito de todos com família em outras cidades e estados, e não somente os que teriam sido arregimentados pela empreiteira, mas inclusive os contratados por intermediários e aqueles que mesmo de fora do estado, para serem contratados, declararam endereço fixo em Porto Velho (esse ponto foi abordado com mais propriedade no capítulo 6).

Outra reivindicação trabalhista comum era a prática de horas extras, mas que no momento do pagamento essas não eram computadas ao salário³⁵⁰. Para Roberto* (informação verbal)³⁵¹:

Aí como ficou só nas oito e eles cortaram as horas extras, aí todo mundo pediu pra ir embora. Aí que veio a ordem pra nós lá de cima que não podia mandar peão embora. A empresa

³⁵⁰ Depois de ações do MPT-RO, as empresas também passaram a proibir os trabalhadores de exercer mais de 10 horas de trabalho/dia, ou seja, somente duas horas extras por dia e isso gerou insatisfação devido ao reflexo no salário.

³⁵¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

tava tratando peão como se fosse um 'filho' que fecha uma porta pra tu não vai pra rua e pronto, acabou.

Diante do corte e não pagamento devido das horas extras não era permitido aos encarregados demitirem ou fazerem acordos de rescisão com trabalhador que queria sair da obra. Tais fatos aumentaram o clima de tensão, segundo o entrevistado.

Mas a grande insatisfação se deve aos baixos salários que os obrigava a enfrentarem rotinas mais duras para conseguir gratificações, metas de produção, mediante a ampliação da jornada diária, com horas extras para obterem um salário melhor, ou seja, mecanismo que levava a intensificação da exploração. Para todos os entrevistados a motivação principal para a paralisação que ocorrera na obra tinha o aumento do salário o fator central. O mês de março passou a ser um mês de luta na negociação salarial, desde 2009, pois fechava um ciclo de um ano para nova data-base, a partir do mês de maio. Assim, o primeiro trimestre de cada ano passou a ser um período para reivindicar melhores condições de trabalho, de tratamento e principalmente aumento de salários. Junto a isto cabem questões envolvendo melhorias na alimentação, espaços de lazer, os altos preços cobrados na farmácia e lanchonetes nos canteiros de obras.

As denúncias de irregularidades por parte dos entrevistados são muitas, seja na questão de segurança naquele meio ambiente, seja em não permitir o diálogo para negociação entre Sindicato/trabalhadores e as empresas, seja por tornar o canteiro "maquiado" quando da visita do STICCERO ou de auditores da SRTE-RO do MTE.

Portanto, uma consideração que podemos tirar das entrevistas realizadas com os operários é a de que as próprias empresas e o CESBR estariam levando as relações e o ambiente laboral a uma situação insustentável, e tais ações teriam motivado os conflitos nos canteiros da UHE de Jirau.

A briga entre dois operários que teria sido o "estopim" para a Revolta de trabalhadores, mas o que de fato faria ganhar adesão maciça seria a insatisfação de cunho trabalhista. Essa interpretação revela-se no seguinte relato:

[...] a causa, **o culpado de tudo foi o gerente da obra.**
[...] Nós líderes de equipe e encarregados avisava **pra eles que era pra abrir as horas pro pessoal, pra diminuir**

a baixada, aumentar o Big Card dos meninos, porque lá nós que somos líderes e encarregados, a gente recebia uma pressão do gerente da obra muito grande [...]. (ROBERTO*, informação verbal, grifos nossos)³⁵².

Para Maria* (informação verbal, grifos nossos)³⁵³:

Olha não sei se foi vandalismo ou se foi a revolta das pessoas mesmo, ou se foi desculpa da própria empresa, porque uma parte a empresa é culpada, [...] a empresa é culpada (pausa) porque **entraram o pedido do Sindicato;** segundo o funcionário já tinha pedido pro Sindicato ir lá pra conversar com o pessoal sobre o **salário, sobre as horas extras, sobre os acidentes que estavam acontecendo ... sempre tinha acidente e o pessoal não tava nem aí, já tinha pedido ... mas ninguém resolvia.** Então, nesse dia do teatro (sic) que aconteceu no dia 15, por causa do motorista já foi história de cinema. **Já tava se arrumando mesmo pra fazer essa greve.**

Os relatos são inúmeros nesse sentido, contestando as versões divulgadas pela empresa Camargo Corrêa e Consórcio ESBR da causa da primeira Revolta de trabalhadores. Mas mesmo esta sendo a compreensão geral dos operários, o discurso do capital tem impacto também na compreensão subjetiva de alguns entrevistados, havendo um certo conflito para o entendimento dos acontecimentos. "Não sei se foi vandalismo", "revolta das pessoas", "a empresa é culpada", "falta de diálogo com o Sindicato" e mesmo por já haver um indicativo de paralisação por motivo trabalhista.

A forma como os enunciados do discurso do capital foram veiculados como a versão oficial da primeira Revolta, acabou para alguns, valendo como explicação dos fatos. Aqui encontramos respaldo do que já vimos na seção anterior, que o operariado de modo geral não queria ser visto como "vândalo", "baderneiro" e por isso reprovava aquela forma de luta. Até apoiariam a paralisação e greve em Jirau, mas sendo contrário ao "quebra-quebra", aos "atos de vandalismos", a Revolta. Assim, o trabalhador não precisa andar com a "cara escondida, com camisa amarrada", já que para o discurso do capital "isso é coisa de bandido".

Nessa linha de interpretação, os mesmos consideram que o início do "quebra-quebra" e incêndio a carros e alojamentos tenha

³⁵² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁵³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

partido de um pequeno grupo isolado de trabalhadores "sem compromisso com a empresa". Mais uma vez, aparta-se o trabalhador ordeiro, de um grupo de "baderneiros", responsáveis pelos "tumultos".

Fragmenta-se assim uma possível identidade de luta coletiva dos trabalhadores, já que por serem "todos pau mandado", subjugados aos mandos do capital, a compreensão do coletivo que se rebela contra essa opressão seria uma forma de luta para além da consciência individual da exploração sofrida no dia a dia em Jirau. Para os que agiram de cara limpa, vale registrar a opressão, prisões e criminalização aos quais foram destinados.

Na linha de um não enfrentamento com o capital, uma atuação ideal (outro enunciado discursivo) seria a negociação com a empresa, que poderia ter ocorrido mediante o diálogo, sem necessidade dos atos de protestos. Ou seja, para esse trabalhador que acreditou na versão do capital como explicação para a Revolta, a reivindicação deveria se pautar pelos canais legais e não pela via da paralisação e greve.

As falas em certos momentos são contraditórias, ambíguas, e mesmo expondo a raiz dos problemas trabalhistas, veem com cuidado a saída pelo diálogo e não pela paralisação e protestos. Para Aparecido* (informação verbal, grifos nossos)³⁵⁴, o motivo de tudo o que aconteceu em Jirau foi devido à "administração péssima", descaso da chefia e encarregados, pois havia muita "**pressão psicológica para trabalhar, produzir, com assédio de demissão**". O resultado foi que na hora que começou o tumulto os outros "**peões aderiram na adrenalina**", como frisa o entrevistado, "**adrenalina de peão**". Relata que no canteiro tinha muita insatisfação individual e coletiva com baixos salários, queixas de não pagamento e redução de horas extras, aumento do Big Card (cesta básica) e a longa espera da classificação.

Certamente que um ambiente com tensão e opressão pode levar a um conjunto de insatisfações, que represadas em cada homem e mulher trabalhadores, chegariam ao limite e extravasariam e culminariam com a primeira Revolta de trabalhadores. Como afirma Roberto* (informação verbal)³⁵⁵, "vandalismo não foi! Foi sim decepção, eles [trabalhadores]

³⁵⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁵⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

vieram com esperança de uma coisa e chegando aqui a coisa era outra. Entendeu?”.

Outra evidência nos relatos é a ausência da atuação do Sindicato da categoria como sujeito organizador e mobilizador do trabalho. Pelo evidenciado as empreiteiras e o Consórcio não permitiriam a entrada do STICCERO nos canteiros de obras para dialogar com os trabalhadores.

É neste contexto que a partir das entrevistas, busca-se identificar como foi a vivência/experiência dos trabalhadores com a paralisação e a primeira Revolta na UHE de Jirau. Como a memória individual de cada operário entrevistado nos ajuda a construir uma memória coletiva desse grupo sobre o episódio da primeira Revolta de trabalhadores em Jirau.

Assim, nas palavras de Halbwachs (2006, p. 72), a memória individual “está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo”, embora também o seja para a “memória coletiva”, mas com limites que não são os mesmos, “podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados”, que no caso arriscamos fazê-la para o grupo entrevistado. Haveria assim uma troca entre a memória individual e a coletiva (do grupo), o que nos permite buscar reconstruir alguns traços dessas para o acontecimento da Revolta em questão. Portanto, ao medirmos as experiências individuais, parciais, tenta-se reconstruir em um movimento o “lugar desses operários na primeira Revolta de Jirau”.

Além do mais, também potencializar os seus discursos, o não dito, pois quando retomados os enunciados da seção anterior, o que fica claro é que quando a Revolta começa a frequentar as páginas dos jornais, já está marcada ou determinada por um sentido negativizado. A produção de sentido para os trabalhadores, associados a “vândalos”, “baderneiros” gira em torno de inimigo; portanto o seu lugar do inimigo já está marcado e significar os trabalhadores, nesse sentido, também é torná-lo visível, e de uma determinada forma mantendo-o sob controle.

É possível assinalar que as denominações no discurso jornalístico para os trabalhadores ao designá-los a partir de classificações o faz em um conjunto determinado de valores já estabelecidos. O apagamento da discussão política desencadeia um processo de despolitização do leitor e não contribui para a compreensão

da necessidade real dos trabalhadores (condições de trabalho, salários decentes, etc.). Além disso, os enunciados discursivos do capital sobre o lugar do trabalhador na Revolta, também são uma forma de tentar impor aos operários um ponto de vista que não é o seu, mas o do capital.

O rebatimento disso para os trabalhadores de Jirau foi o controle pelo medo.

De acordo com Amâncio* (informação verbal)³⁵⁶, que estava trabalhando no momento da primeira Revolta de trabalhadores, tudo foi rápido e quando se deu conta “já tava o tumulto [...]”. Presenciar aquela situação “assustô muito” porque **“você tá ali, o cara chega e manda você sair de dentro do quarto, aquele monte de gente [...], o cara mesmo de camisa amarrada na cabeça”**. Relata ainda que enquanto estava no canteiro presenciou muitos ônibus “pegando fogo, gente batendo no ônibus, onde o ônibus acaba o óleo eles tacavam fogo, foi triste” (grifo nosso).

Joaquim* (informação verbal)³⁵⁷ também estava em Jirau nos dias 15, 16 e 17 de março de 2011, e relata o que presenciou.

Essa situação foi meio difícil porque eu só tinha visto cena como essas no filme do ‘Bruce Willis’ lá no ‘Duro de Matar’, **era uma coisa como essa você não sabe o que vai acontecer, o pessoal tão lá querendo ir embora e aí a Força Nacional chegou aqui e não deixava nós sair** para ir para a [margem] direita porque se nós fossemos para lá a lancha ia trazer gente de lá para cá, pra estragar a esquerda. Então a **gente ficou praticamente confinado** aqui até uma segunda ordem... **a polícia fez isso para própria segurança nossa na verdade.** (Joaquim*, informação verbal, grifos nossos)³⁵⁸.

Nilton* (informação verbal)³⁵⁹ estava na rodoviária interna do canteiro de obras da UHE de Jirau e presenciou o início dos conflitos. Foi “quando atravessaram um ônibus na estrada, começaram a jogar pedra nos ônibus, os ônibus começaram a queimar”. Neste relato, ao ser questionado sobre o que mais chamou a atenção naquele momento em que

³⁵⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 10/07/2011.

³⁵⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 13/07/2011.

³⁵⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 13/07/2011.

³⁵⁹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

estava vivenciando a Revolta de trabalhadores por dentro, o operário afirma:

O que mais me chamou a atenção foi o pessoal, lá. Começou a queimar tudo, a Revolução brava. Se eles pelo menos queimassem só os ônibus, fizessem aquela greve normal, era outra coisa. **O meu medo era a gente estar fechado lá no alojamento da margem direita, só que muita gente saiu né. Saiu logo, foram direto para Jaci-Paraná ou para Porto Velho. E a gente, ainda teimoso, ficamos lá no alojamento [na UHE de Jirau] [...] (grifos nossos).**

[...] Aí a gente saiu numa carreira, tudo. A sorte é que a gente estava com as coisas já arrumadas, a maioria, né. **O que nós não pudemos levar deixamos, queimou mesmo lá, a gente já estava sufocado já com a fumaça já...** (NILTON* - informação verbal, grifos nossos)³⁶⁰.

A experiência dos trabalhadores diante da primeira Revolta em Jirau vai além de se sentirem em cenas de um filme de ação, pois o medo e as preocupações manifestaram-se tanto em socorrer seus pertences, se protegerem dos incêndios, salvarem as próprias vidas e se resguardarem da ação da polícia quando esta começou a intervir nos protestos para controlar a situação e defender o patrimônio das empreiteiras e do consórcio nos canteiros de Jirau, fato esse ocultado, quando se tentou passar a ideia de que "a polícia fez isso para própria segurança nossa". Além disso, aqueles que tomam a frente na ação de incêndio, depredação dos bens das empresas, são vistos como não fazendo parte do grupo de trabalhadores. Interessante como está embutido no imaginário do operariado em questão que a ilegalidade representada pelo "vandalismo" os apartam, não se identificam com aquela revolta, tida como injustificada, a não "ser que queimasse só os ônibus, fizesse uma greve normal", mas a agressão sofrida ao grupo que perde tudo nos incêndios os aparta ainda mais.

A cena do fogo choca, impõe medo e intimida. Ainda mais quando os alojamentos eram queimados, e com eles os pertences e tudo que o trabalhador tinha naquele momento (FOTO 20). O desespero para socorrer os pertences (colchão, roupas, sapatos etc.), tudo que cabia em malas e pudesse ser carregado sobre as cabeças é o que se apresentava para os trabalhadores. Ainda conforme pode-se constatar na Foto 20, para

³⁶⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

outros operários a paralisia tomou conta do corpo, resta-lhes sentar e ver tudo se acabar em chamas; então uma pausa torna-se necessária.



FOTO 20: Incêndio nos alojamentos na UHE de Jirau, em março de 2011
Fonte: Rian André (Rondoniaagora)³⁶¹.

A foto ainda pode revelar que o incêndio ao consumir os alojamentos, e a situação em que os trabalhadores se colocam diante da mesma, nos faz relembrar a questão já posta no capítulo 6, dos sonhos dos migrantes que são desfeitos com a realidade encontrada em Jirau, que ao chegar aos canteiros da UHE constata-se que a realidade diferia da imagem idealizada, dos sonhos que motivavam a saída junto ao lar e da família, o que os fez enfrentar o “trecho” em local distante em busca de trabalho e oportunidade. O fogo, nessa situação, poderia ser assim relacionado; o sonho do emprego prometido pelo “Novo Desenvolvimentismo” se queimava com parte dos seus pertences, com o alojamento precário (“o barraco”) que fora lugar de acolhimento, de repouso e descanso para as longas e intensas jornadas de trabalho naquela obra. Assim, para os que estavam no canteiro no momento dos incêndios “a **impressão, [...] é que todo mundo ia morrer**. A gente estava dentro do **barraco**, em torno de umas 10 pessoas lá e a gente via aquele vandalismo todo ali, o pessoal quebrando ônibus, tacando fogo

³⁶¹Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/album/110317jirau_album.jhtm#fotoNav=11>. Acesso em: 17/03/2011.

em tudo quanto era canto, **ali a gente ficou apavorado [...]**" (JOSÉ*, informação verbal, grifos nossos)³⁶².

No dia 15 de março de 2011 os relatos mostram que os protestos atingiram em especial ônibus e carros (FOTOS 21 e 22), seja com depredação, seja incendiando os veículos. Já no dia 16 de março, há relatos de que houve uma ação policial que prendeu alguns trabalhadores no refeitório sob a acusação de participação nos incidentes do dia anterior. Foi nesse momento que os trabalhadores que estavam para tomar o café da manhã, isso por volta de seis horas, protestaram contra a ação policial: "[...] a polícia pegou um cara em frente e grampeou ele. A hora que grampeou ele, aí a galera **ficou doida. Não tem nada não, vamos começar a queimar tudo agora. Aí foi fogo pra todo lado, fogo demais**" (RAIMUNDO*, informação verbal, grifos nossos)³⁶³



FOTO 21: Incêndio em ônibus na UHE de Jirau
Fonte: MPT (19/03/2011).

³⁶² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁶³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.



FOTO 22: Vista parcial de alojamentos queimados em Jirau
Fonte: MPT (19/03/2011).

Os dois relatos evidenciam que mesmo não havendo uma identificação entre os operários, de que investir contra a propriedade privada das empresas fosse considerado uma forma de reivindicação legítima, criando uma espécie de “(des)identidade” entre os que assim agiam (“vândalos”, “bandidos”) e os “ordeiros”, que como “colaboradores” deveriam agir em conformidade com os interesses da empreiteira Camargo Corrêa, que subjetivamente também eram postos como os seus. Portanto, incendiar e depredar eram o mesmo que atuar sobre ele mesmo. Quando se vê no refeitório a opressão e violência policial sobre outros trabalhadores, reativa-se na memória a opressão que o operariado sofre no cotidiano e ali, para alguns, a luta volta a ser coletiva, em defesa dos companheiros.

Ainda sobre o outro, o “desordeiro”, de acordo com Joaquim* (informação verbal)³⁶⁴, alojado na margem esquerda, o que se presenciou foi um “pequeno grupo”, que “não passava de 20 pessoas”, que “parece que estava se divertindo quando colocava fogo”, e “nós estávamos

³⁶⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 13/07/2011.

assistindo, por exemplo, nós tava no nosso alojamento, o pessoal, bastante gente ficou no alojamento, ficava protegendo para não chegar e botar fogo no nosso alojamento e queimar nossas coisas”.

É nesse contexto dos incêndios que os trabalhadores começaram a deixar os canteiros de obras, no dia 15, embora o maior fluxo tenha ocorrido no dia 16, já que no dia 17 os postos de “triagem” na cidade de Porto Velho estavam lotados para organizar e enviar os operários para suas cidades de origem. Vejamos alguns relatos de como foi a saída repentina da massa de operários da UHE de Jirau.

JOAQUIM*: Eu andei 15 quilômetros a pé, andei com mala na costas [para] poder chegar até Vila Mutum onde morava um parente meu lá.

PESQUISADOR: Quanto tempo você gastou ali de percurso?

Joaquim*: Ah foi bastante tempo porque o horário era muito quente, cheguei aqui era 10 horas da manhã, 10:30 hs e pegamos sol forte daquele dia ali, e daí tive que parar, cada sombra tinha que parar um pouco. Então foi em torno de 4 horas mais ou menos, não sei ao certo. [...] Isso eu já fui tomando banho lá, trocar de roupa e no outro dia sair para Porto Velho e de lá eu fui para a minha terra (estado do Paraná). (JOAQUIM*, informação verbal)³⁶⁵.

PESQUISADOR: Como que você sentiu, como que foi estar no meio daquela revolta?

RIVELINO*: Rapaz, foi trágico viu! Porque nunca vi uma cena daquelas ali. Pra eu que nunca saí no meio do mundo pra ver uma coisa daquelas. Pra mim foi espantado.

PESQUISADOR: O que você sentiu na hora?

RIVELINO*: Senti que eu estava no meio da guerra, porque foi feio, viu! Foi feio! Foi feio! [...] Deu medo! Pensei até em morrer não ver mais minha filha que, deu policial, os policiais atiraram gás de pimenta na gente... (RIVELINO*, informação verbal)³⁶⁶.

ROGÉRIO*: Eu andei mais ou menos uns quinze quilômetros a pé, eu tava todo ralado mesmo, quase que eu morro, não podia comer. Com fome não podia tomar o remédio na hora exata, que o remédio era muito forte de Malária, era quatro comprimido, esqueci até o nome do comprimido, aí eu não podia. Ficava com sede, tomei água quase desmaio. E a gente foi chegando perto da Vila Mutum, Nova Mutum-Paraná. [...] Puxando uma mala, uma bolsa de costa e uma caixa de ferramentas. Só que a caixa de ferramentas eu não dei

³⁶⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 13/07/2011.

³⁶⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

conta de trazer e teve que jogar no meio da mata. Perdi as ferramentas tudinho. (ROGÉRIO*, informação verbal)³⁶⁷.

Os depoimentos indicam que outra questão complicadora foi a ação da polícia, com forte repressão aos trabalhadores, sem distinção dos diretamente envolvidos em depredações e incêndios, teria tensionado ainda mais a situação em Jirau, que já era caótica. Alguns entrevistados destacaram que diante do grande número de trabalhadores na UHE é possível encontrar "gente de todo jeito", pois nem todos têm "boas intenções". Ou seja, em certas falas pode-se identificar a preocupação com a índole dos operários contratados, inclusive devido a relatos de mortes por brigas e acertos de contas entre alojados em Jirau, o que é potencializado devido ao uso de álcool e drogas. Para os não envolvidos no quebra-quebra, a ação policial não foi vista como de proteção, mas sim de opressão e violência. Para José* (informação verbal, grifos nossos)³⁶⁸, **"dava medo da polícia, dava medo, principalmente, lá dentro quando tava saindo vários tiros de bala de borracha, vários spray de pimenta no rosto do pessoal, nossa... Não vou esquecer aquilo ali nunca mais na minha vida"**³⁶⁹.

Desconstrói-se a ideia de que a ação policial estava sendo usada para proteger, quando o evidenciado pelos relatos foi para oprimir e controlar as manifestações que tinham como alvo o patrimônio da Empreiteira/Construtora, empresas terceirizadas e do próprio Consórcio ESBR.

Outra forma de ação policial, além de dispersar os trabalhadores do canteiro de obras, foi com agressão aos homens que estavam com o rosto coberto com camisetas, pois eram espancados e presos de imediato. "Então, tudo que passava com a cabeça coberta, era que eu vi lá um rapaizinho, ela [a polícia] bateu muito, bateu muito no rapaz, chutou o rapaz. Só que o rapaz estava com uma camisa amarrada

³⁶⁷ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

³⁶⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁶⁹ "Tinha dias que eu assim que eu tentava dormir ... eu dizia [sonhando]: 'Nega, nega, nega olha o fogo vamos sair daqui de dentro logo'. Como assim, ela tava dormindo que eu tocava nela ela pulava lá [indica o outro lado da cama]. Eu disse o quê? (risos, preocupado) (JOSÉ*, informação verbal, 11/07/2011).

na cabeça, porque ele fez esse tipo de coisa, ele tava envolvido no meio, né. Ele não quis ser filmado" (ROGÉRIO*, informação verbal)³⁷⁰.

O trabalhador que agiu expressando seu descontentamento contra as empresas e consórcio, depredando e queimando veículos e carros, e para não ser reconhecido e criminalizado se protegeu escondendo o rosto, foi diretamente taxado de bandido, de vândalo, não só pelas empresas, mas também pela polícia e por trabalhadores que acabaram concordando com essa linha de interpretação.

Nos centros de triagem, em Porto Velho, a situação dos trabalhadores também foi precária, seja pela falta de estrutura por receber elevado número de homens e mulheres, seja pela própria forma como esses foram acolhidos na cidade, ou seja, como forasteiros.

Foram quatro os centros de triagem em Porto Velho, que receberam os trabalhadores, sendo o do SESI o maior deles (FOTO 23). Como afirma Maria* (informação verbal)³⁷¹, estar nesse local foi "uma experiência horrível". Isso porque se a situação dos centros de triagem improvisados já era difícil para os homens, para as mulheres era pior, em especial pelas condições de segurança e higiene pessoal, pois "improvisaram uns banheiros lá, uns cinco, improvisaram uns chuveiros lá, tudo improvisado. A situação não tava boa não..." (RAIMUNDO*, informação verbal)³⁷².

Outra dificuldade relatada foi em relação a ter que dormir no chão, em colchão sem nenhuma proteção e disposto em qualquer lugar junto aos milhares de alojados, sem distinção de sexo, e em condições improvisadas (FOTO 24).

A alimentação foi outro aspecto crítico, pois em um primeiro momento foi servido somente biscoito e água, como nos informou Raimundo* (informação verbal): "Quando eu cheguei lá na noite, era só bolacha. Comi bolacha até umas horas lá. Só na bolacha com água". Só depois começou a chegar o café da manhã (pão e leite com café), e no almoço/jantar, marmitex. Em alguns momentos os trabalhadores tiveram que disputar uma marmita de comida e quando conseguiam, em alguns casos, a receberam estragada, vencida e "azedada". Foi o que nos relatou

³⁷⁰ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

³⁷¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

³⁷² Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 12/07/2011.

Rivelino* (informação verbal)³⁷³: “O que mais mexeu comigo foi comer comida azeda”.



FOTO 23: Trabalhadores sendo alojados no Ginásio de Esportes do SESI, em Porto Velho (RO)
Fonte: MPT-RO (19/03/2011).



FOTO 24: Trabalhadores em acomodações improvisadas no SESI, Porto Velho (RO)
Fonte: MPT-RO (19/03/2011).

³⁷³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 11/07/2011.

Certamente nessas condições muitos trabalhadores adoeceram, como foi o caso de alguns entrevistados - dentre eles a trabalhadora Maria* que teve uma infecção urinária. Rogério* foi outro operário que já saiu do canteiro de obras da UHE de Jirau com Malária e teve que conviver com a doença nos alojamentos improvisados até o retorno para sua cidade de origem no estado de Sergipe.

Como já focado na seção anterior, o retorno para as localidades após a Revolta foi uma tarefa de grande fôlego devido ao elevado número de trabalhadores que voltou para seus lugares de origem, algo em torno de 8 mil. Esse deslocamento foi tanto de ônibus como de avião, sendo fretados vários voos para todo o território nacional, bem como ônibus exclusivos para o retorno dos operários. Receberam somente R\$ 100,00 para ajuda de custo com alimentação durante a viagem, algo irrisório para dias na estrada. Além desse repasse para despesas com a viagem, em momento posterior, a Construtora Camargo Corrêa repassou aos trabalhadores que tiveram perdas de bens pessoais nos protestos, a monta de R\$ 500,00. Certamente que tal recurso não cobriu a perda de todos os bens e documentos, mas para alguns entrevistados foi uma ajuda para comprar roupas e bens de uso pessoal que haviam sido queimados. Quando dos incêndios nos alojamentos os trabalhadores perderam tudo o que não foi possível salvar e colocar nas malas que conseguiram tirar dos alojamentos, como roupas, sapatos, bens como televisores, rádios, enfim tudo o que estava nos quartos e não foi retirado acabou virando cinzas.

Também chocou os trabalhadores a perda de documentos pessoais, em especial a carteira de trabalho. "É, aí eles fizeram um B.O., deram R\$ 500,00 pra cada um comprar mais roupas porque o 'cabra' não tinha mesmo, não ficou com nada, queimou tudo" (PEDRO*, informação verbal)³⁷⁴. Ainda segundo o entrevistado, entre as perdas teve:

[...] a Carteira de Trabalho, tirei outra agora pra poder eles botarem os três mês e deram a baixa só e ficou aí. Quer dizer que se eles me botarem pra fora [demitiram] eu to ferrado porque eu só tenho esse dinheirinho, tenho que alugar uma casa, alugar alguma coisa ou então pagar minha passagem com meu próprio dinheiro e ir embora, se eles não me derem né. (PEDRO*, informação verbal)³⁷⁵.

³⁷⁴ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

³⁷⁵ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 15/06/2011.

Como se constata a preocupação do trabalhador é mais que legítima, pois com a queima da Carteira de Trabalho seu histórico laboral também se perdeu, a comprovação de sua experiência e de sua atuação nas funções que exerceu ao longo dos anos nas mais variadas atividades executadas foram perdidas.

Diante do exposto, para se compreender a luta de classes no contexto do "Novo Desenvolvimentismo", e da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, da qual o CHM é o "projeto piloto", exigiu-se desvendar muitas tramas de dinâmicas ainda em processo, não só pelas perspectivas do capital e seus discursos amplamente divulgados pela grande mídia. Buscou-se, principalmente, trazer para o debate os sujeitos que estiveram no cerne da Revolta de trabalhadores, que diante da precarização, intensificação e superexploração do trabalho se revoltaram e questionaram as formas de dominação, controle e exploração sofridas no território do hidronegócio-energético na UHE de Jirau. Assim, a primeira Revolta de Jirau permitiu questionar e evidenciar as disputas entre capital, trabalho e Estado, posto a potencialidade do conflito em escancarar as fissuras dos mecanismos de controle sobre o trabalho naquele território da neobarbárie.

Portanto, o trabalhador se coloca frente não só às formas de controle objetivas, mas também dos enunciados discursivos que visam manter e assegurar as relações de poder e de exploração naquele território de opressão. Assim, a Revolta de trabalhadores em Jirau, sob o ponto de vista dos sujeitos e nas mediações com as determinações do "Novo Desenvolvimentismo", permite-nos discutir o conflito por dentro, na nova ambiência e do modelo de acumulação posto em prática pelo "lulismo".

Nesse sentido, ao evidenciar os enunciados discursivos do capital e da grande mídia, constatou-se que houve pouco ou quase nenhum espaço para a discussão das questões trabalhistas. Há pouco ou nenhum espaço para vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender. Apenas permanece a ameaça do perigo dos "vândalos", dos "bandidos", dos "baderneiros". O processo de produção de sentidos para os trabalhadores e sua situação no canteiro de obras é direcionado para um lugar que apaga a polêmica política, sua rebeldia e poder de contestação das formas de controle e exploração mantidas.

Assim, postos tais elementos em evidência, a análise exige outras mediações, como a ação do Estado, via MTE, MPT-RO e Justiça do Trabalho (JT), em suas múltiplas escalas territoriais e setoriais no referido episódio da Revolta em Jirau. Do mesmo modo, após analisarmos os meandros e as tensões represadas na primeira Revolta de trabalhadores na UHE de Jirau, no ano de 2011, no capítulo 9 ao apreendermos o papel do Estado, abordaremos não só a primeira, mas também a segunda Revolta de trabalhadores, em 2012, para a qual as causas e antagonismos permanecem nos mesmos aspectos estruturais que desencadearam os conflitos de 2011.

CAPÍTULO 9

**A AÇÃO DO ESTADO NAS REVOLTAS DOS TRABALHADORES
EM JIRAU: ANTAGONISMOS FRENTE À LUTA DE CLASSES**

Com as duas Revoltas de trabalhadores em Jirau, o MPT-RO atuou junto à Justiça do Trabalho para assegurar os direitos dos operários, manter as condições jurídicas de emprego de antes da paralização das obras, além de buscar resguardar a dignidade da pessoa humana após a situação de abandono que os milhares de trabalhadores foram submetidos ao serem expulsos dos canteiros de obras da UHE.

Para entendermos essa atuação do Estado, via instâncias do MPT, MTE e Justiça do Trabalho, mediando os conflitos entre capital x trabalho, decorrente das revoltas de Jirau, analisaremos as duas Revoltas em separado. Como nos capítulos 7 e 8 demonstramos os processos fundantes, a degradação, intensificação e superexploração do trabalho, isso nos permite avançarmos para a apreensão dos antagonismos frente à luta de classes.

Realizaremos a análise da ação dessas instituições do Estado nas Revoltas dos trabalhadores a partir da Ação Civil Pública, do MPT, da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (PRT/MPT-RO), sob nº. 00268-2011-003-14-00-5 (PA 000066.2011.14.000/4), de 18 de março de 2011.

9.1 A Ação do MPT-RO na primeira Revolta dos trabalhadores de Jirau, março de 2011

Com a primeira Revolta de trabalhadores em Jirau, a PRT/MPT-RO, buscou primeiramente intervir por mecanismos extrajudiciais, via Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e, posteriormente, pela via jurídica para que o CESBR e a empresa Camargo Corrêa mantivessem assegurados os empregos e os direitos dos trabalhadores conforme a legislação. Além disso, que tais empresas fossem as responsáveis pela integridade física, pela saúde, e pela mobilidade dos seus empregados para os locais de origem até que a situação nos canteiros de obra da UHE de Jirau fosse retomada³⁷⁶.

³⁷⁶ Mas como constataram os procuradores da PRT/MPT-RO houve "pouca maleabilidade da Camargo Corrêa em tentar solucionar essas questões e chegar a um denominador comum, sem ser através da via judicial [...]" (informação verbal). (Entrevista realizada com a Procuradora Paula Moura, na cidade de Porto Velho, 18/07/2011). É nesse contexto que as procuradoras Paula Moura e Clarisse Farias nos descrevem como foram os mecanismos para resolver os problemas trabalhistas decorrentes da primeira Revolta de Jirau. Foram várias reuniões com as empresas, com a apresentação de duas minutas de TACs, os advogados encarregados pelas empresas para cuidar da questão foram deslocados

Assim sendo, foi instaurado o Processo de Ação Civil Pública (BRASIL-MPT/RO, ACP n°. 00268-2011-003-14-00-5, 2011)³⁷⁷ que contou com a atuação dos cinco procuradores da PRT da 14ª Região. Logo, segundo a procuradora Clarisse Farias (informação verbal)³⁷⁸ a questão naquele momento era "O que fazer com aqueles 22 mil trabalhadores?" Uma situação emergencial que movimentou o MPT, o MPF, o MPE, o MTE, as Polícias Civil, Militar e Federal. Como os operários não poderiam ficar alojados, tendo em vista a situação que tomou conta do canteiro de obras, foi necessário retirá-los da UHE de Jirau e alojá-los provisoriamente em Porto Velho, fazendo também o deslocamento para os locais de origem e, principalmente, manter "a garantia de vínculo desses trabalhadores até que a situação fosse realmente solucionada".

De tal modo, o MPT-RO passou a atuar para não permitir que as empresas demitissem os trabalhadores durante o período de interrupção das atividades laborais. O entendimento dos procuradores foi de que o fato não teria sido causado pelos 22 mil empregados do canteiro, mas como se supôs cerca de 200 a 300 empregados estavam envolvidos. Deste modo, a segurança no emprego deveria ser mantida até a normalidade e regularização da situação. O que foi conseguido por meio de liminar e ações do MPT/PRT-RO no período de 19 de março a 25 de abril de 2011.

Essa estratégia de defesa dos empregos se repetiu após a segunda Revolta de trabalhadores em Jirau, ocorrida na madrugada do dia 3 de abril de 2012, conforme enfocaremos mais à frente nesta seção.

Sobre a primeira Revolta, a primeira audiência ocorreu no dia 18 de março de 2011, às 11 horas, na sede da PRT/MPT-RO, da 14ª Região, requisitada "com urgência e emergência" pelos membros da Camargo Corrêa, com a presença de advogados, representantes da empresa e um diretor do STICCERO. A mediação se deu pelo Procurador Francisco Cruz, e no final da audiência foi proposta à empresa um TAC "a fim de minimizar os problemas surgidos" em decorrência das ocorrências no

de São Paulo, que em contato com o escritório jurídico da empresa, o que corre um prazo significativo e máximo, mas "não restou outra alternativa para o MPT se não entrar de imediato com uma Ação Civil Pública" (informação verbal). (Entrevista realizada com a Procuradora Clarisse Faria, na cidade de Porto Velho, 18/07/2011).

³⁷⁷ PRT-MPT/RO, ACP n°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011 - 3 V e um Anexo com a relação de trabalhadores alojados. Total de 672 páginas.

³⁷⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 18/07/2011.

canteiro de obras da UHE de Jirau. O referido TAC propunha à empresa assumir seis obrigações: a) manutenção dos empregos dos trabalhadores em Jirau, que quisessem manter o vínculo empregatício; b) fornecer alimentação e hospedagem para os que preferissem permanecer em Porto Velho; c) fornecer transporte (aéreo ou terrestre) para os que preferirem voltar às suas localidades de origem; d) manter o pagamento dos salários para os que optassem em permanecer empregados; e) efetuar o imediato desligamento e pagamento de verbas rescisórias para os que optassem pelo desligamento; f) dar ampla divulgação do TAC nos canteiros de obras.

Após análise da minuta do TAC a empresa se recusou a assinar com o MPT as obrigações propostas. No dia 19 de março de 2011 a PRT/MPT-RO ajuizou a Ação Civil Pública com pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela contra às empresas Energia Sustentável do Brasil e Camargo Corrêa. De tal modo, partiu-se do fato da questão da "responsabilidade solidária em relação aos direitos trabalhistas dos cidadãos arregimentados para se ativarem no canteiro de obras da UHE de Jirau", sendo que ambas as empresas formam grupo econômico e por isso foram incluídas na ACP (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 2, folha 17 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, datado em 18/03/2011, v. 1).

Dos fatos mencionados na ACP, o MPT-RO destaca que embora até a data do dia 15 de março de 2011, antes da primeira Revolta de trabalhadores, o empreendimento mantivesse suas atividades normalmente, não se deveria esquecer de que já havia "diversos incidentes relacionados diretamente com questões trabalhistas³⁷⁹", pela "inobservância de normas trabalhistas, registradas em autos de infração lavrados por Auditores-Fiscais do Trabalho".

A Revolta de trabalhadores surgiria no contexto de não cumprimento de normas trabalhistas pelas empresas, já que até a data citada houve diversos incidentes naqueles canteiros de obras. E tendo em vista a condição de cerca de 22 mil trabalhadores (contratados de forma direta e indireta), buscavam-se "ser dirimidas questões trabalhistas e de dignidade da pessoa humana urgentes, que emergem dessa situação". Ou seja, que grande parte dos trabalhadores foram

³⁷⁹ Com procedimentos administrados na PRT/MPT/RO como Procedimento Preparatório N°. 000388.2009.14.000/5 e Representação N°. 0002220.2010.14.000/4.

arregimentados em outros estados da Federação e que as empresas responsáveis pelo empreendimento "são responsáveis pela garantia das cláusulas contratuais pactuadas, além das obrigações derivadas de vínculo dessa natureza" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 3, folha 17 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1). Assim fundamenta-se a ACP.

A PRT-RO pediu à Justiça do Trabalho do estado de Rondônia a intervenção judicial (antecipação de Tutela Coletiva via concessão de Liminar) para que os trabalhadores tivessem assegurados direitos e sua segurança em decorrência da Revolta. Haja vista "a quantidade de trabalhadores desamparados na cidade de Porto Velho, sem as mínimas condições para uma estada digna", conforme foi constatado nos centro de triagem, como o do SESI, com 5 mil trabalhadores.

Dos pedidos do MPT/RO, a Ação Civil Pública fundamenta-se nos seis pontos já citados na proposta de minuta do TAC, que foi formulada e proposta sem sucesso de acordo com as empresas Camargo Corrêa e ESBR, como visto anteriormente.

No dia 21 de março de 2011, portanto dois dias após pedido do MPT/RO e seis após a paralização e início da Revolta em Jirau, o Juiz Federal do Trabalho Afrânio Viana Gonçalves deferiu o pedido de Antecipação de Tutela ao MPT-RO, para "determinar às empresas Energia Sustentável do Brasil S/A e Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A que cumpram incontinentemente, até o prazo improrrogável de 24 horas", as obrigações indicadas na ACP³⁸⁰.

Logo após a decisão judicial, os advogados da Camargo Corrêa pediram audiência com o MPT-RO (no dia 21 de março de 2011) na tentativa de uma "conciliação amigável" sobre alteração em cláusulas do TAC no que tange aos critérios de **"permissão de dispensa, aos critérios de comunicação e prova da comunicação de dispensa, e ou de interesse em manutenção de vínculo empregatício"** (BRASIL. MPT/RO,

³⁸⁰ O Juiz mantém os pontos indicados na ACP, mas reduziu os valores referentes ao recurso em dinheiro para manter três refeições diárias nos deslocamentos dos trabalhadores aos seus locais de origem, sendo indicado pelo MPT-RO R\$ 60,00 e sentenciado pelo Juiz R\$ 45,00, bem como a multa por não cumprimento das obrigações, sendo alterada de R\$ 10.000,00 para R\$ 5.000,00 por trabalhador.

2011, p. 1, folha 60 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1, grifo nosso).

O pedido foi acatado pela PRT/MPT-RO, que pediu ao juiz, no dia 22 de março, a suspensão da Ação Civil Pública pelo prazo de 48 horas.

Todavia, no dia 24 de março daquele ano, os advogados dessa empresa em audiência com a PRT/MPT-RO mantiveram o entendimento de que os pontos presentes no TAC não seriam acatados pela mesma. Mais uma vez o TAC não foi firmado, tendo em vista que para a Camargo Corrêa os pontos apontados **"não poderiam ser objeto de pactuação, referindo-se à garantia de emprego, com eventual concessão de prazo para tal garantia, e também a extensão dos efeitos de um acordo às terceirizadas com a assunção pela ré da responsabilidade pelos empregados de tais empresas"**³⁸¹ (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 1, folha 60 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1, grifos nossos).

Não é de se estranhar que uma empresa não se comprometa com um TAC para cumprir normas lavradas em documento que a obrigam a cumpri-las, pois frente à fiscalização mais severa o descumprimento leva inevitavelmente ao pagamento de multas pesadas constantes nos referidos TACs. Assim, os advogados das empresas não aceitam de modo algum abrir esses precedentes, e pelo que pudemos apurar, no caso de Jirau, a Camargo Corrêa e a ESBR não assinaram nenhum dos termos propostos pelos MPT-RO e MPF.

Ainda na estratégia em foco de não assinatura de TAC pela empreiteira, a prerrogativa da empresa que diante da paralização das atividades do canteiro de obras, a primeira ação que se deva fazer é a demissão dos trabalhadores excedentes, que também não soa como algo fora da normalidade para a racionalidade econômica. A questão é que não bastasse esta estratégia de dispensa em massa com o desemprego de trabalhadores, outra grande preocupação vinculou-se à mobilidade dessa mão de obra e os custos gerados sob responsabilidade da Camargo Corrêa, a contratante. Enquanto a construção do canteiro não fosse retomada à normalidade, a mão de obra deveria ser mantida sob condições dignas de alojamento, alimentação, saúde, segurança, lazer e se isso não fosse mantido no local de trabalho ou na cidade de Porto Velho, os

³⁸¹ Isso valeu para a empresa Jauru Construção Civil que se fez presente na audiência citada.

operários deveriam ter sua mobilidade assegurada para seus lugares de moradia junto às suas famílias até a retomada das atividades laborais nas condições expostas. E aí paira o ponto nevrálgico para as empresas, pois os salários deveriam ser pagos normalmente. Por isso, a pressão e todo o corpo de advogados para que as normas não fossem cumpridas ou obrigadas a fazê-lo, seja via TAC, seja via liminar judicial que deveria ser anulada de qualquer forma e no menor tempo possível.

Tendo em vista que algumas atividades continuaram em funcionamento no canteiro de obras da UHE de Jirau, como montagem eletromecânica, por parte da empresa ENESA Engenharia, e outras de caráter mais urgentes sob responsabilidade da Camargo Corrêa, isso demandaria a atividade de cerca de 5.720 trabalhadores que permaneceram à disposição das referida empresas no município de Porto Velho³⁸².

Sobre o contingente de trabalhadores no município de Porto Velho, um Relatório de Inspeção (RI) da SRTE-RO (anexado à ACP em questão)³⁸³, considerou a possibilidade de permissão para o retorno dos trabalhadores à Jirau, sendo que havia em 28 de março de 2011, 1.220 operários nos canteiros, além de mais 1.000 na vila de Nova Mutum-Paraná, 500 em Jaci-Paraná e entre 1.500 a 3.000 na cidade de Porto Velho, em alojamentos, hotéis e centro de triagem.

No RI da SRTE-RO, descreve-se a vistoria realizada no dia 25 de março de 2011, com o "objetivo de analisar as condições do meio ambiente de trabalho no canteiro de obras da Usina de Jirau", o qual afirma que "ficou constatado pela Auditoria que boa parte dos alojamentos, a totalidade da área de lazer, lavanderia, farmácia e agência bancária da margem direita foram destruídos pelo fogo [...]" (BRASIL. MPT/RO, 2011, folha 87 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

Assim sendo, o chefe do Núcleo de Segurança e Saúde no Trabalho da SRTE-RO, com base na NR-18, atesta que em caso do empregador manter alojados trabalhadores, deve-se conservar "patamares mínimos para a condução da obra", e que como a "Área de Vivência", no

³⁸² Neste interím o MPT-RO pediu à SRT-RO uma fiscalização nos canteiros de Jirau para verificar as condições de segurança e saúde dos trabalhadores.

³⁸³ BRASIL. MPT/RO, 2011. Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1.

que tange a alojamento, lavanderia, área de lazer, "estão[vam] absolutamente prejudicados pelo infortúnio no canteiro, o que tona inviável o retorno aos trabalhos sem suas reconstruções". (BRASIL. MPT-RO, 2011, Folha 105, v. 1 do Processo ACP)³⁸⁴.

O pedido de embargo da obra ocorria então pela inexistência de instalações necessárias à permanência dos trabalhadores alojados no canteiro da UHE de Jirau, por danos causados na área de convivência, não permitindo as condições de segurança aos mesmos. Assim, com base na NR-18, os promotores questionaram "não se pode olvidar que a garantia de segurança em relação aos trabalhadores [...] é condição inafastável para o ingresso ou permanência de trabalhadores em canteiros de obras" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 4, folha 80 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1). Ou seja, reiteram o embargo proposto pelo Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador no que tange às atividades na obra da UHE de Jirau. E requereram ao juiz que determine à SRT-RO o embargo da obra de Jirau até que tais pendências fossem sanadas.

Além disso, como já indicado sobre a frente de atuação do MPT-RO naquela situação, a ementa à ACP reiterava ainda o pedido de manutenção dos vínculos empregatícios dos trabalhadores empregados na obra da UHE de Jirau até o dia 15 de março de 2011. Com o pedido de manutenção da liminar expedida pelo TRT-RO, no dia 19 de março de 2011, visava-se "o princípio da continuidade da relação de emprego", pois os "trabalhadores que, por motivações alheias ao seu interesse, foram obrigados a deixar o canteiro de obras da UHE de Jirau e/ou a retornarem a seus locais de origem" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 8, folha 84 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

Outra questão se coloca, além das já expostas³⁸⁵, a qual diz respeito aos motivos de que mesmo com a constatação de que o canteiro de obra não teria condição de manter os alojados, os auditores do trabalho não o embargaram de imediato parando as atividades naquele

³⁸⁴ No contexto descrito, e com base no referido R.I., a PRT/MPT-RO pediu à Justiça Federal do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, ementa à petição inicial da ACP (N°. 000268-50.2011.5.14.003), que tendo em vista "o ambiente de trabalho em que se ativavam os trabalhadores [na UHE de Jirau] não confere condições para o reinício das atividades" (MPT-RO, 2011, p. 2, Folha 78, v. 1 do Processo ACP).

³⁸⁵ Sobre manutenção das condições de segurança, saúde, alojamento, manutenção do emprego e pagamento de salários, e mobilidade dos operários.

contexto atípico, sendo necessário o pedido à Justiça do Trabalho pelo MPT?

Vejamos argumentos do MPT-RO:

[...] mostra-se oportuno o embargo imposto pelo Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalho em relação às atividades na obra da UHE de Jirau [...]” (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 5, folha 89 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

[Assim], [...] é preciso destacar ao Juízo que os Auditores do Trabalho, a despeito de terem elaborado relatório cujo conteúdo conclusivo pressupõe o embargo da obra da UHE de Jirau, não lavraram pertinente termo de embargo. (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 6, folha 82 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

O não embargo da obra de Jirau pelos auditores da SRTE-RO foi tanto pela peculiaridade dos acontecidos com a primeira Revolta de trabalhadores da UHE, mas tirando esta questão da excepcionalidade dos acontecimentos, os auditores do trabalho em todo o Brasil, em especial após as grandes obras do PAC, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, vêm sofrendo interferência política em suas ações, ou atingem a garantia de independência política para embargar obras que coloquem em risco a saúde e a vida de trabalhadores.

Esse é um dos pontos questionados na ACP (BRASIL. MPT/PRT-RO, ACP N°. 0010450-12.2013.5.14.0008) do Ministério Público do Trabalho, ajuizada na Vara de Porto Velho contra a União, para que a Justiça "declare a competência dos auditores fiscais do trabalho de todo o Brasil de interditar e embargar obras em andamento que estejam 'em situações de grave e iminente risco à saúde e integridade física dos trabalhadores'" (CARSTENSEN, não paginado, 2013). Isso porque o trabalho dos auditores fiscais não estaria livre de interferência dos superintendentes regionais do MTE, e em algumas STRs³⁸⁶, a autoridade dos funcionários que atuam nas inspeções não permitiria paralisar tais construções que apresentem riscos aos trabalhadores. Carstensen (2013) esclarece que o MPT interpreta que deixar a competência de embargar e interdição em obras ao Superintendente Regional do Trabalho e não aos

³⁸⁶ Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que fez denúncia ao MPF e MPT, os estados onde as portarias com restrição sobre a suspensão de autonomia dos Auditores Fiscais do Trabalho estavam em vigor eram Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=8254>. Acesso em: 30 dez. 2013.

auditores, acabaria desvirtuando o papel do órgão e dos funcionários competentes para tal fim. Algumas SRTs estariam revogando a competência dos auditores de realizarem tal ação, o que passaria a ser feito pelo Superintendente. Em suma, entre questões que envolvem competências internas ao MTE, e o papel que caberia à Secretaria de Inspeção de Trabalho (SIT), a qual os auditores estão subordinados, e não por uma decisão final dos Superintendentes, teria influência direta da interferência política, tanto na indicação dos Superintendentes como na atuação destes em embargar grandes obras pelo país.

Isso, segundo Carstensen (2013), foi um questionamento feito pela ACP³⁸⁷, que teria rebatimentos na própria SRT-RO, por ter revogado a competência dos auditores de embargar e interditar obras. Assim, em agosto de 2013, "auditores fiscais de Rondônia reclamaram da interferência política da SRTE/RO³⁸⁸ no caso do embargo de um canteiro da obra da hidrelétrica de Jirau. A prerrogativa dos inspetores havia sido revogada pela superintendente Ludma de Oliveira Correa Lima por meio da Portaria 66, de 22 de julho [2013]" (CARSTENSEN, não paginado, 2013).

Em Carta Aberta³⁸⁹ ao Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT), auditores fiscais da SRTE-RO denunciam e reclamam da "influência direta e indiretamente [da Administração da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia] nas atividades da Auditoria Fiscal do Trabalho". Dentre os aspectos divulgados, destaca-se a Portaria n°. 66 (22/07/2013) que retira da competência dos auditores-fiscais do trabalho interditar máquinas e embargar obras que exponha grave e iminente risco para a saúde e segurança do trabalhador. Isso ocorreu, segundo a Carta em questão, quando "Auditores lotados nesta Regional [SRTE-RO], no exercício de

³⁸⁷ BRASIL. MPT/PRT/RO, ACP N°. 0010450-12.2013.5.14.0008.

³⁸⁸ Outro fato importante foi a fiscalização da PCH de Jamari no caso de interdição da obra por problemas em uma ensecadeira prestes a romper, que levou os auditores a quebrarem o protocolo e interditar a obra, vindo no dia seguinte a ocorrer o rompimento da ensecadeira, o que poderia ter causado a morte de cerca de 40 trabalhadores, caso a medida dos auditores não fosse tomada a tempo. Isso levou a superintendência a restabelecer a competência dos auditores fiscais do trabalho em Rondônia, conforme Portaria N°. 122, de 6 dezembro de 2012, destaca Carstensen (2013).

³⁸⁹ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/08/carta.png>. Acesso em: 30 dez. 2013.

suas atribuições legais, interditaram setores de uma importante obra de construção de usina hidrelétrica na região”.

Vejamos mais detalhadamente a denúncia:

Ressalte-se que **um dos Auditores que participou dessa ação recebeu telefonema do gestor de segurança do trabalho da empresa** [o Sr. Luiz Carlos Fernandes, gerente de Segurança do Trabalho da Camargo Corrêa³⁹⁰] que é responsável pela construção do empreendimento, no curso da fiscalização, informando que sua Chefia [do auditor] não tinha conhecimento da ação, tampouco de sua presença no local, numa **clara tentativa de intimidação do agente, o que lhe causou grande indignação, visto que, as palavras do citado gestor de que: 'estaria tentando ajudar o auditor', tinha o real intuito de demonstrar que o poderio econômico iria se sobressair ao dever do Estado em cumprir o seu papel de defensor da vida de trabalhadores, eliminando os riscos através de medida restritiva imposta à empresa.** (CARTA..., não paginado, 08/08/2013, grifo nosso).

Além da tentativa de interferência do trabalho do auditor-fiscal, no exercício legal da sua profissão e com ordem de serviço emitida, houve também interferência política direto de Brasília, via Assessor do Ministro do Trabalho, o Sr. Ruy Parra Motta, que segundo a Carta dos Auditores-Fiscais do Trabalho, foi “[...] **mais uma tentativa de abalar e demover o agente de cumprir o seu papel, obtendo como resposta que continuaria sua ação, deixando claro que realizaria as formalizações dos termos de interdição, como sempre fez**” (CARTA ..., não paginado, 08/08/2013, grifos nossos).

Em entrevista a Santini (da Repórter Brasil, 2013)³⁹¹, o assessor do Ministro do Trabalho afirmou ter ligado para o auditor, mas **“a intenção de ligar foi de saber o que estava acontecendo [...] o Governo sempre quer saber o que está acontecendo devido a atrasos em obras [...] existe preocupação permanente”** (grifo nosso) da Casa

³⁹⁰ Conforme SANTINI, Daniel. Auditores reclamam de interferência política em Rondônia. **Repórter Brasil**, São Paulo, 16/08/2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/08/auditores-reclamam-de-interferencia-politica-em-rondonia/>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

³⁹¹ SANTINI, Daniel. Auditores reclamam de interferência política em Rondônia. **Repórter Brasil**, São Paulo, 16/08/2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/08/auditores-reclamam-de-interferencia-politica-em-rondonia/>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

Civil e da Secretaria Geral da Presidência com o assunto, afirma em entrevista à Santini.

Esses fatos demonstram tanto interferência política e administrativa das SRTs e do próprio governo federal, quanto à pressão e abuso de poder econômico da empresa Camargo Corrêa para que a fiscalização e embargo da obra da UHE de Jirau, diante de indícios graves e iminentes de risco à segurança e à vida dos trabalhadores, não fosse realizada pelos auditores fiscais do trabalho, que sofreriam pressão e coerção superiores.

Foi, portanto, com esse contexto que além de constatarmos a falta de autonomia dos auditores fiscais - no episódio de não embargo direto do canteiro de Jirau quando da primeira Revolta de trabalhadores - que mesmo constatando com o RI citado na ACP (BRASIL. MPT/RO, 2011) que atestava os problemas para a continuidade dos trabalhos naqueles canteiros, estes não conseguiram de imediato embargar a obra, necessitando da intervenção do MPT-RO com pedido de liminar para que a Justiça do Trabalho o fizesse.

Havia assim pressão para que a liminar da PRTE-RO e MPT-RO, que assegurava a paralização da obra da UHE de Jirau no momento da primeira Revolta de trabalhadores, bem como a manutenção dos postos de trabalho e o direito à mobilidade de Porto Velho aos seus locais de origem e vice-versa, fossem assegurados. Neste ponto, o conflito estaria sendo mediado pela Justiça do Trabalho, sendo que no momento de maior expressão do conflito com destaque na mídia nacional (e seu discurso midiático propagador do discurso do capital), manteve a liminar vigente, com ganho ou maior segurança aos trabalhadores. Portanto, coube aqui papel significativo e de destaque aos procuradores da PRT/MPT-RO e ao RI dos auditores fiscais da SRTE-RO na defesa dos direitos dos operários da UHE de Jirau.

Para manter as condições de segurança (inclusive jurídica), o emprego, o recebimento de salários e a mobilidade dos trabalhadores após a primeira Revolta de Jirau, o MPT-RO, em 05 de abril de 2011, contrapõe petições à Justiça do Trabalho de Rondônia feitas pela ESBR e Camargo Corrêa, que visavam respectivamente, **a liberação das atividades na obra civil do vertedouro, bem como, da dispensa de trabalhadores** e sustentação dos efeitos da liminar até então em vigor

constante na ACP do MPT-RO (BRASIL. MPT/PRT-RO, ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5).

O CESBR pediu autorização judicial para a liberação das atividades que permitiriam o prosseguimento da construção do vertedouro. Este pedido foi contestado pelo MPT-RO que, com base em laudo técnico de engenharia da PRT-RO, que demonstrou a necessidade prévia de manutenção corretiva e periódica da ensecadeira³⁹² N°. 4, a montante do vertedouro. Essa estrutura é uma construção provisória que funciona como uma barragem que permite a construção a seco, desviando a água do rio, que impedia o fluxo do rio Madeira para o vertedouro. A manutenção exigia a paralização das atividades dessa área (vertedouro) da obra naquele momento de crise instalada no canteiro da UHE, embora ainda tivessem operários na ativa no local.

Outro ponto questionado pelo MPT-RO foi sobre a petição da Camargo Corrêa, que questionava a reconsideração da liminar que estava em vigor até a data em questão (em 05 de abril de 2011) e impedia de realizar dispensa de trabalhadores, nas condições já postas anteriormente. Com base em ações para identificação de trabalhadores (cerca de 300) envolvidos nos atos de destruição de instalações do canteiro de obras de Jirau (alojamentos, área de lazer, refeitórios entre outros), a empresa pediu para tomar providência para o caso em questão, bem como de operários que se dispuseram em pedir desligamento do empreendimento.

³⁹² A ensecadeira pode ser caracterizada como uma estrutura utilizada para a contenção provisória que permite ensecar uma parte do rio, evitando assim a ação das águas, enquanto se executa uma obra no local. Um exemplo para a UHE de Jirau é visto na figura a seguir (<http://www.rondoniaovivo.com/>).



O MPT-RO posicionou-se de acordo somente para a "flexibilização acerca dos atos de dispensa de pessoal pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, mas tão somente aos trabalhadores que teriam participado, ativamente dos eventos motivadores da paralização da obra, bem como aos que, espontaneamente, pretenderem encerrar o contrato de trabalho com a empresa". Mas que a flexibilização não alterasse os efeitos da liminar do dia 19 de março de 2011 (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 5, folha 197 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

Embora os trâmites jurídicos tenham sido muitos, dispersando o foco da exame em questão, vale a pena mencionarmos mais alguns elementos para a análise do embate entre empresas e MPT-RO para a manutenção dos empregos, pagamento de salários e segurança do/no ambiente laboral.

Assim, outro destaque considerado por nós oportuno para entendermos os meandros das disputas capital X trabalho e seu processo de mediação jurídica, refere-se à audiência realizada no dia 11 de abril de 2011, sob a direção do Juiz Federal do Trabalho Afrânio Viana Gonçalves (Titular da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho - RO), sobre a ACP de autoria do MPT contra as empresas ESBR e Camargo Corrêa (Processo n°. 00268-2011-003-14-00-5)³⁹³.

O juiz revoga os itens 1 a 3 da liminar de antecipação de tutela do dia 19 de março de 2011 que garantia o vínculo empregatício dos trabalhadores no canteiro de obras de Jirau, que optaram por permanecer no emprego enquanto fosse mantida a paralização da obra da UHE, bem como garantir o retorno dos trabalhadores que foram para seus locais de origem para o reinício das atividades. Também perderam efeito os itens 4 e 5 da decisão antecipatória que versavam sobre as obrigações da Camargo Corrêa no oferecimento de alimentação e

³⁹³ Assim, o referido Juiz do Trabalho tendo como base relatório de inspeção (R.I.) da SRTE-RO, que autorizava a retomada gradual das obras do canteiro da UHE de Jirau, que estava atrelada às obrigações assumidas pela Camargo Corrêa quanto à restauração da área de vivência dos trabalhadores, que deveria ocorrer até 8 de abril de 2011, levou a citada empresa a requerer pedido para "exercer na plenitude seu poder diretivo sobre a mão de obra de seus trabalhadores contratados que inicialmente, com a retomada da obra, não será totalmente reaproveitada". Tal fato já se previa que gerariam demissões em massa para além dos 300 trabalhadores já permitidos pelo referido juiz de serem desligados por serem identificados pela empresa nos atos de destruição do canteiro de obras.

hospedagem aos trabalhadores recrutados fora de Porto Velho e que não tivessem moradia na cidade, até que os alojamentos destruídos fossem reconstruídos. O outro item, de número 6, referia a fornecer transporte aéreo ou terrestre aos trabalhadores recrutados fora do estado que optassem por retornar aos seus locais de origem, com direito a três refeições diárias ou valor em dinheiro equivalente a R\$ 45,00³⁹⁴ (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 214 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

Portanto, diante da liberação do juiz sobre os efeitos da tutela antecipada, o MPT-RO apresenta durante a audiência protesto sobre esta decisão, sendo os principais argumentos dos procuradores do trabalho Ailton Vieira dos Santos e Clarisse de Sá Farias, os descritos a seguir (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 214 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1):

a) A Petição Inicial e Ementa (já indicados) referem-se "a impossibilidade de dispensa dos trabalhadores até o retorno total do canteiro de obras ao '*status quo ante*', incluindo-se a reconstituição do ambiente de trabalho", que compreende não só a área de vivência, mas especialmente os alojamentos e demais instalações destruídas. Enquanto isso fora mantido, os trabalhadores deveriam ter seus vínculos empregatícios assegurados;

b) A empresa Camargo Corrêa até o momento da audiência teria retomado parcialmente a obra, e convocado somente os trabalhadores dos alojamentos não destruídos (margem esquerda do rio Madeira) e os trabalhadores que residiam em Porto Velho, o que inviabilizaria a questão posta no item anterior;

c) O laudo da SRTE-RO, base da revogação do juiz, não estava disponível ao MPT;

d) **Mais de 6 mil trabalhadores remetidos para locais de origem**, com direito a "baixada",

³⁹⁴ O juiz manteve os itens 6 e 7 da liminar de antecipação de tutela que obriga a empresa Camargo Corrêa a "(6) Pagar no prazo legal e em dinheiro as rescisórias, bem como transporte de retorno ao local de origem aos empregados que optarem pela rescisão do contrato" e "(7) assegurar o pagamento das verbas rescisórias pessoalmente aos empregados encaminhados a seus locais de origem, cuja rescisão contratual tenha sido motivada pela empresa, arcando esta com as despesas de transporte a Porto Velho e a do correspondente retorno" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 214 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

segundo declarações prestadas nesta audiência pelos representantes das empresas (CC e ESBR), em menor ou maior quantidade, **[terão] seus contratos de trabalho rescindidos, sem a oportunidade mínima de retornarem ao local de prestação de serviço** (Porto Velho), terem sua rescisão acompanhada e homologada pelo Sindicato da categoria (STICCERO). (MPT/RO, 2011, p. 3, folha 215 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1, grifo nosso);

e) **Demissões que incluem trabalhadores de outros estados** (especialmente Maranhão e Piauí) que foram arrematados para as obras de Jirau por terceiros (inclusive 'gatos'), que "foram cadastrados, segundo informações constantes de publicações, perante a empresa Camargo Correia (sic) como se tivessem domicílio e origem em Porto Velho", **não teria direitos relativos "ao adicional de transferência, seguro de vida, o fornecimento de alimentação e hospedagem, bem como as despesas de vinda e retorno aos seus lares"** (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 215 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1);

f) Com a dispensa de milhares de trabalhadores "que se anuncia[va], a participação do sindicato da categoria não deve[ria] ser vista apenas como sugestão, mas como efetivamente uma obrigação, sob pena de invalidade dos atos praticados [...]" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 214 do Processo ACP N°. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

Portanto, o MPT-RO requereu vistas sobre o não acesso ao Relatório de Inspeção da SRT-RO³⁹⁵, com prazo de manifestação de cinco

³⁹⁵ Foi nesse sentido que o MPT-RO requereu, na data de 18 de abril de 2011, que o juiz "reconsidere a decisão de revogação parcial da liminar, para os fins ou de acolher o pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho de restabelecimento integral da liminar anteriormente concessão de nova liminar de suspensão das atividades na UHE de Jirau até que as áreas de vivência estejam adequadas e a ensecadeira N. 4 segura". Além disso, entrou novamente no pleito da ACP a manutenção do vínculo dos empregados das empresas ESBR e Camargo Corrêa. Isso toma como base a revogação dos principais efeitos da liminar concedida na Ação Pública em foco, que versa em especial pela manutenção do vínculo de emprego dos trabalhadores no canteiro da UHE de Jirau até que fossem restabelecidas a normalidade dos trabalhos no sítio da Usina de Jirau. O questionamento feito então pelo MPT-RO vale-se na "inexistência de reconstrução das áreas de vivência" pela Camargo Corrêa, que com o relatório de inspeção da SRT-RO deu base para o juiz realizar a revogação. Mas isso foi questionado pelo relatório de inspeção ser "inconsistente em relação às exigências que o próprio órgão que a confeccionou, a SRT-RO, havia apresentado às Requeridas", ESBR e Camargo Corrêa (BRASIL. MPT-RO, 2011, Folha 217-218, v. 2 do Processo ACP). Além disso, embora a ESBR tivesse afirmado, e reconhecido pela SRT-RO, a situação

dias, e então, entrou com nova petição questionando a decisão judicial. Apesar da petição com manifestação técnica questionando a segurança da ensecadeira (contestando assim a manifestação da empresa Camargo Corrêa e da SRTE/RO), que permitiria o reinício das obras no sítio de Jirau, embora sem reconstrução de alojamentos, vestiário e banheiros, conforme assegurado na liminar em validade até então, a Procuradoria Regional do Trabalho foi novamente surpreendida com decisão judicial, no dia 25 de abril de 2011.

Nesta data, em audiência na 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, o Juiz Afrânio Viana Gonçalves, de posse de um Termo de Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre Camargo Corrêa e STICCERO, que demonstraria que a empresa e o Sindicato teriam acordado "**acerca de critérios e garantias para a rescisão contratual de trabalhadores empregados, em função da readequação do projeto de construção da UHE de Jirau**". Tal fato, por produzir efeito direto sobre os dois últimos tópicos da liminar de antecipação de tutela em vigor até aquela presente data, contribuiu para que o referido juiz revogasse os itens 6 e 7 da liminar. O item 6 obrigava as empresas a pagar no prazo legal e em dinheiro as verbas rescisórias, além do transporte dos trabalhadores ao local de origem que optassem pela rescisão. Já o item 7, assegurava o pagamento das verbas rescisórias pessoalmente aos empregados encaminhados aos seus locais de origem, cuja rescisão contratual tenha sido motivada pela empresa (Camargo Corrêa), sendo esta obrigada a arcar com as despesas de transporte a Porto Velho e posterior retorno aos locais de origem.

De tal modo, em acordo com o MPT-RO o processo da ação foi suspenso do dia 25 de abril a 31 de julho de 2011, até que fosse

de segurança estrutural da ensecadeira n. 4 tenha sido resolvida, em parecer técnico de engenharia do MPT-RO, constatou-se que a mesma não foi resolvida a contento. Pairavam dúvidas sobre a segunda dessas estruturas para que pudessem ser retomados os trabalhos no vertedouro, além do mais, ainda faltam condições adequadas para alojar os trabalhadores, tanto quanto na área de vivência como na reconstrução dos alojamentos, banheiros, vestiários que nem tinham tido sua construção iniciada. Em suma, afirmava o MPT-RO: "as conclusões tanto da Requerida ESBR quanto da SRT/RO de que os problemas confessamente existentes estariam resolvidos, é equivocada, e induziu este DD. Juízo a conclusão de segurança na obra de Jirau que, na verdade, não existe" (BRASIL. MPT/RO, 2011, p. 21-22, folha 218 do Processo ACP Nº. 00268-2011-003-14-00-5, 18/03/2011, v. 1).

cumprido efetivamente o ACT que garantisse direito ao trabalho, recebimento de salário, condições de segurança, saúde, lazer e mobilidade do trabalhador em Jirau. Faltava a empresa apresentar as localidades e quantidades de polos de rescisão de contratos de trabalho em cidades próximas aos domicílios dos trabalhadores que passariam a ser desligados.

Dado o prazo em questão, os promotores do MPT-RO, conforme informações concedidas na entrevista realizada com as procuradoras Paula Moura e Clarisse Farias (18/07/2011), concluíram que o ACT não tinha respeitado requisitos formais e legais previstos na CLT, como: a) a realização de uma assembleia prévia com os trabalhadores; b) bem como sua apresentação no prazo previsto na CLT para o Ministério do Trabalho e Emprego. Foi nesse interim que o MPT-RO pediu reconsideração ao juiz de Primeiro Grau, que acatou o pedido, e com o estabelecimento da liminar mantiveram vigentes os itens 6 e 7 da limiar que vigorou até a data de 15 de junho de 2011, gerando assim, **apesar da paralização das obras da UHE de Jirau, a manutenção do emprego dos trabalhadores durante 3 meses, de 15 de março a 15 de junho, além do Aviso Prévio.**

De modo geral, podemos considerar que com a paralização de trabalhadores que levou à primeira Revolta de Jirau teria sobre a instância de mediação da luta de classe na esfera normativa (jurídica do trabalho) um embate significativo entre empresas e Ministério Público do Trabalho (PRT-RO), que a partir da incansável atuação dos procuradores do trabalho conseguiram assegurar condições mínimas de dignidade no âmbito do trabalho para os operários da UHE de Jirau, entre o dia 15 de março a 15 de junho de 2011.

Como evidenciamos, apesar da documentação densa sobre os fatos arrolados no processo de mediação e disputa no âmbito da Justiça do Trabalho, com o Processo da ACP, suas ementas, petições etc., a situação dos trabalhadores só não foi pior e ainda mais degradante por essa ação do MPT-RO em defesa dos direitos e segurança dos trabalhadores, bem como por garantir sua mobilidade para os locais de origem, junto a seus familiares. Destacam-se, conseqüentemente, os Relatórios de Inspeção da SRTE-RO, com ação de auditores do trabalho que deu base legal para os questionamentos jurídicos de paralização das obras na UHE.

Apesar do alarde do discurso de "operação de regaste na selva amazônica", como a mídia não cansou de enfatizar, e abordado no capítulo 8, o objetivo central das empresas era a proteção do seu patrimônio, a redução de custos com a força de trabalho, a repressão aos trabalhadores, e a manutenção da construção acelerada das obras no canteiro da UHE de Jirau. As medidas para com os trabalhadores para assegurar empregos, salários, segurança e mobilidade só ocorreram por obrigação judicial, e mesmo assim, reiteradamente questionada pelo consórcio e empreiteira.

Livrar-se do excedente de trabalhadores para não arcar com os custos de manutenção dessa mão de obra parada foi uma das estratégias das empresas. Conforme destacamos no capítulo 6, ainda como elemento importante no processo de acumulação do capital, a mobilidade do trabalho, tanto na contratação como na dispensa é considerado outro elemento de extrema importância para a acumulação. As disputas jurídicas revelam claramente essa contestação para as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira. Isto é, o que podemos constatar como as repetidas tentativas das empresas em não arcar com o deslocamento dos operários de suas localidades para Porto Velho para que fossem realizadas a dispensa e acordos rescisórios cabíveis, com posterior mobilidade paga pela empresa desses homens e mulheres novamente para seus lugares de origem.

Caso contrário, teríamos visto de modo ainda mais degradante trabalhadores largados à própria sorte, sem condições de abrigo, alimentação, saúde e segurança condizentes, bem como o seu direito de mobilidade desrespeitado, já que não teriam como se manter em Porto Velho. Parece desnecessário tocar neste ponto, mas os trabalhos de campo e as pesquisas documentais e de fontes jornalísticas nos revelaram muitos exemplos de abandono, violação de direitos humanos, humilhação e violência contra trabalhadores por intermediários, "gatos", "capangas" e, no caso em foco, das próprias empresas responsáveis pela construção da UHE de Jirau.

Portanto, as formas de mediação da luta de classes pelo Estado, via MPT, MTE e Justiça do Trabalho frente às ações do capital, permitem identificar elementos que geraram a primeira Revolta de Jirau, que foram além de uma rebeldia "espontânea" e sem motivo das massas, mas revelam as contradições da luta de classes entre capital

X trabalho, e as condições degradantes e de superexploração que estão na base das causas desse conflito que ainda permaneceria em Jirau – como visto no capítulo 7.

Prova disso é que um ano depois da primeira Revolta de trabalhadores em Jirau, no ano de 2011, a rebeldia do trabalho volta a se fazer presente. De tal modo, se a história não se repete, mas caminha em movimentos contraditórios, as precárias condições de trabalho nas UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira dariam elementos para que a mobilização e protestos de resistências dos trabalhadores à superexploração chegassem novamente ao conhecimento da sociedade brasileira. Foi assim que poucos dias após completar um ano da primeira Revolta dos trabalhadores na UHE Jirau, uma nova Revolta se inicia nos canteiros da UHE³⁹⁶.

9.2 Ação do MPT-RO na greve de março de 2012, e a iminência de uma segunda Revolta dos trabalhadores de Jirau

Se em 2011 a primeira Revolta dos trabalhadores na UHE de Jirau foi o ápice da resistência contra as formas degradantes de superexploração do trabalho, pode-se dizer que o quadro geral das obras do CHM não sofreram alterações substanciais, levando à organização e paralização dos operários em momento posterior. Ocorreu, então, uma segunda Revolta dos trabalhadores na UHE de Jirau, em 2 de abril de 2012, embora de proporções menores, mas com densidade igual no que tange às causas e antagonismos presentes naquele território, no que diz respeito à precarização do trabalho.

A paralização e posterior greve em Jirau, que se fundamentou na segunda Revolta dos trabalhadores de Jirau, iniciou-se no dia 8 de março de 2012, quando funcionários da empresa ENESA Engenharia, uma subcontratada direta do CESBR para a montagem eletromecânica de turbinas foi iniciada; dias depois ocorreu a paralização dos trabalhadores da empresa Camargo Corrêa. E, devido às proporções

³⁹⁶ Para mantermos uma sequência na narrativa, optamos por trazer um resumo dos fatos das paralizações, greves e a segunda Revolta de trabalhadores no canteiro da UHE de Jirau ocorridos no ano de 2012 para esse momento do texto, e a partir dessa exposição faremos a mediação com o papel do Estado (MPT, MTE e Justiça do Trabalho). O papel do Sindicato da categoria frente às ações dos trabalhadores na segunda Revolta, quando isso ocorreu, já que entendemos ter esse um papel coadjuvante, será abordado no capítulo 10.

tomadas com a paralização geral ocorrida na UHE de Jirau, interferiu também na UHE de Santo Antônio, onde parte dos trabalhadores aderiram à paralização de 21 de março de 2012, até que a empresa Odebrecht resolveu parar as atividades como um todo.

Segundo Nota emitida pela Camargo Corrêa³⁹⁷ à imprensa, a construtora informou que um movimento grevista iniciado por funcionários da empresa ENESA teria impedido parcialmente as atividades no canteiro de obras da UHE de Jirau. Com a referida paralização, a empresa ENESA acionou na Justiça do Trabalho o pedido de Dissídio Coletivo de Greve, por afirmar ter sido surpreendida com a paralização dos trabalhadores sem aviso prévio. Ajuizou assim uma ação de abuso de greve contra o STICCERO. O juiz Afrânio Viana Gonçalves, na data do dia 13 de março de 2012, considerou que a ação de abuso do direito de greve "tem como substrato a negociação coletiva frustrada entre as partes [ENESA e STICCERO], acerca do pagamento da verba auxílio assiduidade aos empregados da empresa Enesa". Portanto, após a primeira tentativa de negociação entre as partes em audiência no TRT da 14^a Região, sem acordo por parte da empresa frente ao proposto pelo desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, foi marcada nova audiência para o dia 14 de março, na qual a Justiça do Trabalho decidiria sobre a greve de trabalhadores da UHE de Jirau³⁹⁸.

A paralização na ENESA, segundo informações do STICCERO, teria como início o fato de que no final do mês de fevereiro de 2012 cerca de 1.500 trabalhadores da empresa teriam paralisado suas atividades em vista à exigência de bonificação de salários. O que em reunião do Sindicato com a empresa foi concedido R\$ 150,00 para março e abril, mas a proposta não foi aceita por "uma pequena gama de trabalhadores da montagem de andaimes". Para além da questão salarial, havia também insatisfação dos operários "por conta das precárias condições no canteiro administrado pela empresa" (CARVALHO, não paginado, 2012a).

³⁹⁷ Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com.br/noticias/jirau-camargo-correa-afirma-que-esta-acompanhado-de-perto-paralisacao-dos-trabalhadores-da-enesa/85569>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

³⁹⁸ Disponível em: <<http://www.classirondonia.com.br/noticias/2012/03/13/justica-do-trabalho-decidira-nesta-quarta-feira-sobre-greve-de-trabalhadores-da-usina-de-jirau/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

E foi nesse contexto que os trabalhadores da Camargo Corrêa também resolveram cruzar os braços no dia 12 de março de 2012. A paralisação estendida para toda a obra acabou antecipando as reivindicações salariais, cuja data-base da categoria seria no mês de maio, conforme Nota da CUT, central que o STICCERO é filiado (CARVALHO, não paginado, 2012a).

Fato é que quando trabalhadores e capitalistas não chegam a um acordo e recorrem à mediação, a Justiça do Trabalho resolve considerar a greve dos trabalhadores de Jirau ilegal, conforme a audiência ocorrida no dia 15 de março, valendo tanto para a ENESA como para a Camargo Corrêa. A greve foi considerada ilegal pelo desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior, relator do Dissídio Coletivo de Greve no TRT da 14ª Região, que exigiu retorno imediato dos funcionários ao trabalho, algo em torno de 20 mil, conforme CONTICOM (Confederação Nacional de Sindicatos nas Indústrias de Construção e da Madeira).

Com a ilegalidade, fato contestado pelo STICCERO por afirmar que não teve participação na mobilização dos trabalhadores, buscou-se negociação por intermédio de reuniões tripartites entre as partes, ou seja, Sindicato dos trabalhadores, empresas e MTE-RO. Foi nesse sentido que na reunião tripartite do dia 23 de março de 2012 esperava-se uma proposta por parte das empresas ENESA, Camargo Corrêa, e também a Santo Antônio Energia, já que a greve também se estendeu para a UHE de Santo Antônio, para que se chegasse ao fim da paralisação, acordo que não aconteceu entre STICCERO e as empresas das UHEs de Jirau e Santo Antônio. Em nova reunião tripartite, no dia 26 de março de 2012, mediada pela Delegacia Regional do Trabalho de Rondônia também não se avançou na negociação. Para Cláudio Gomes da Silva, presidente da CONTICOM, o empasse continuaria, pois "não foi apresentado nenhuma proposta nova pelas empresas. Para que haja uma assembleia é preciso que as empresas sinalizem um avanço nas negociações" (Apud AGÊNCIA BRASIL, 2012). Na negociação, o presidente da CONTICOM informou que em Jirau o sindicato trata como greve, mas em Santo Antônio houve uma paralisação e a própria Odebrecht, responsável pelas obras, decidiu paralisar as obras com receio de conflitos e quebra-quebra.

A partir desse breve relato do desencadeamento das paralisações e greve no ano de 2012, como compreender o processo de

mediação pelo Estado dos conflitos capital X trabalho, no que tange ao papel do MPT-RO, MTE e Justiça do Trabalho sobre a segunda Revolta de Jirau?

É visando analisar essa questão que avançamos para os meandros do processo de negociação, e desde já justificamos a necessidade de expor os elementos considerados importantes para o entendimento em foco.

A atuação das empresas no Dissídio Coletivo de Greve, ajuizado pela Construções e Comércio Camargo Corrêa contra o STICCERO, que em 13 de março de 2012 afirma ter sido surpreendida pela paralisação dos funcionários sem aviso prévio de 48hs (Lei N°. 7.783/1989, art. 3°), o que "implica na ilegalidade do movimento deflagrado"³⁹⁹. A greve deflagrada, inicialmente, pelos empregados da ENESA Engenharia S.A., que também em Dissídio Coletivo, pediu suspensão do movimento de greve em audiência de conciliação, e retorno ao trabalho no dia 14 de março de 2012.

Nas reuniões para acordo entre as partes, que não avançaram frente à não aceitação por parte das empresas diante das reivindicações dos trabalhadores, teve-se a ação da Justiça do Trabalho considerando a greve ilegal, como já indicado, mas também outros mecanismos que acataram os pedidos das empresas para que o STICCERO fosse impossibilitado de fomentar a organização dos trabalhadores que iniciaram a paralisação.

Nos autos do processo⁴⁰⁰, o STICCERO contesta (o que foi datado do dia 28 de março daquele ano) o pedido de Dissídio Coletivo de Greve ajuizado pelo Consórcio Santo Antônio Civil (CSAC) e Camargo Corrêa questionando a ilegalidade da greve. Pede então a Desembargadora do

³⁹⁹ Dos fatos, argumenta a empresa Camargo Corrêa: "Afirma que não descumpriu o acordo coletivo firmado entre as partes; que não fora procurada pelo Sindicato [STICCERO] da categoria para tentativa de negociação; que até o presente momento não recebeu qualquer pauta de reivindicação; que não houve a superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto, o que é suficiente para confirmar a abusividade do movimento paredista. Sustenta, ainda, ser imprescindível prova de convocação de assembleia geral para deliberação acerca da paralisação da categoria, o que não fora observado pelo sindicato suscitado" (p. 1). Assim, pede ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região liminar para suspender a greve deflagrada em face da abusividade e ilegalidade da mesma, com multa diária de R\$ 200 mil reais ao Sindicato da categoria (BRASIL. TRT/14ª Região, 2012, p. 1).

⁴⁰⁰ BRASIL. TRT 14ª Região. Dissídio Coletivo de Greve, instaurado pelo Consórcio Santo Antônio Civil sob N°. 0000403.37.2012.5.14.000.

Trabalho, Maria Cesarineide de Souza Lima, que **"não há de se falar em greve ilegal ou abusiva e muito menos em descumprimento de ordem judicial,** devendo por essa razão ser julgada improcedente a ação ajuizada pelo sindicato patronal, **vez que os trabalhadores não retornaram às suas atividades devido a atos praticados por um pequeno grupo de trabalhadores"**. Pede também redução das multas aplicadas ao sindicato no valor de multa diária para R\$ 1.000,00, ante a R\$ 200 mil (PETIÇÃO STICCERO, 2012, p. 4 *apud* RONDÔNIA - DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE N°. 0000403.37.2012.5.14.000, 2012)⁴⁰¹.

No mesmo dia 28 de março de 2012, às 22h30min, o Juiz Federal do Trabalho Francisco Montenegro Neto, em decisão liminar sobre "Interdito Proibitório", ajuizada pela empresa Camargo Corrêa, concede parcialmente a liminar à empresa. Nessa decisão o juiz do Trabalho considera dois pontos como sendo direitos importantes: o de greve e à propriedade.

Quanto ao primeiro, já estava em curso (desde dia 13 de março de 2012) no TRT-RO ação sobre Dissídio Coletivo de Greve, no qual se debatia a "abusividade e ilegalidade da greve" e "o imediato retorno dos trabalhadores ao trabalho" (Interdito Proibitório - Decisão Liminar, 2012, p. 2 *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Dissídio Coletivo de Greve N°. 00307-19.2012.5.14.0001). Mesmo considerando o direito à greve constitucional, o juiz afirma que **"todavia não o torna um direito ilimitado, absoluto"**, pois **"está sujeito a limites impostos pelo próprio ordenamento jurídico, em especial pelos direitos e garantias fundamentais do indivíduo"**, como "é o caso, por exemplo, do **direito de ir e vir, o direito à propriedade e ao trabalho e à liberdade do exercício da atividade econômica**" (grifos nossos). Assim, com os limites impostos pela lei de greve, e mesmo considerando que o STICCERO não deflagrou o comando para o movimento de greve naquele ano, foi reconhecido no Dissídio Coletivo de Greve "abusividade da greve e determinou o imediato retorno da massa trabalhadora ao labor no canteiro de obras".

Como a ação refere-se à paralisação de uma obra de grande magnitude, e que a "situação está diante de gravíssimo quadro de

⁴⁰¹ Autos do Processo Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, vinculado ao Processo de Dissídio Coletivo de Greve N°. 000347.04.2012.5.14.000, TRT-RO.

convulsão trabalhista, com paralização simultânea e conjunta das obras das UHE's de Jirau e Santo Antônio, prestes a estourar no caos já vivenciado por todos os munícipes de Porto Velho em março de 2011", o juiz demonstra implicações desses conflitos: sendo do resultado o **"comprometimento da segurança jurídica e do cronograma do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC)"**, bem como que **"milhares de trabalhadores foram prejudicados"**, **"os prejuízos à sociedade local foram incalculáveis [...] em decorrência daqueles dias de terror"** (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 3, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório Nº. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos). Portanto, reafirma o juiz Francisco Neto: **"Tudo o que não se deseja é o retorno daquela situação, quiçá seu agravamento. Tudo o que se deseja é a retomada da obra, em condições dignas para a massa trabalhadora, com trabalho decente, a par da abusividade da greve, já declarada"** (p. 3, grifos nossos).

Assim, evidencia-se mais uma vez a materialidade do discurso ideológico burguês da importância das obras das UHEs no Complexo Hidrelétrico Madeira para o "cumprimento da segurança jurídica e do cronograma do PAC", bem como o prejuízo a "milhares de trabalhadores", o que remete "a retomada da obra, em condições dignas" e "trabalho decente". Tudo isso sendo julgado "a par da abusividade da greve". Teriam esses homens e mulheres condições dignas de trabalho asseguradas que não necessitassem da paralisação e greve? Uma questão importante para desconstruir o discurso compartilhado do desenvolvimento e geração de benesses locais com as grandes obras de infraestrutura, propagado pelo "Novo Desenvolvimentismo", capitalistas, e lideranças locais em Rondônia, em detrimento das reais condições dos trabalhadores.

Portanto, com esse enunciado discursivo questiona-se o direito de greve, por não cumprimento de trâmites normativos de negociação aceitável entre capital x trabalho, como arrolado na síntese posta. Além disso, o magistrado destaca sobre outro direito, no qual o "interdito proibitório" foco de sua análise, solicitada pela Camargo Corrêa contra o STICCERO, tendo em vista "o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse [...]". Essa posse externaliza-se na propriedade, e deve-se, então, sendo o possuidor desta, que venha se sentir prejudicado pelos "protetivos da

propriedade", com "[...] a mais grave das ofensas é o esbulho, em que o **possuidor é despojado do poder de fato sobre a coisa**" (citando o jurista Sílvio de Salvo Venosa). Portanto, cabe a **"defesa da posse e da propriedade"** (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 4, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos).

Desse modo, para defender esse direito de propriedade, no corpo da ação, questionam-se dois direitos postos no mesmo patamar jurídico. Vejamos como enuncia o referido juiz.

A greve é direito constitucionalmente, como direito social (artigo 9º da CRFB), e se encontra circunscrito a direito fundamental de defesa de direitos. **Mas se é certo não existem direitos absolutos**, e por isso mesmo prescreve o ordenamento jurídico remédios hábeis no fito de rebelar qualquer ação ofensiva a direito de outrem, **mormente aos de trabalho livre por parte dos trabalhadores prejudicados por uma minoria hostil; posse ou propriedade e livre exercício da atividade econômica**. (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 4, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos).

Ao considerar que "não existe direitos absolutos", coloca-se o direito à greve, de um (1) "grupo isolado de trabalhadores", "uma minoria hostil" como não sendo respeitado pelos tramites jurídicos da lei de greve, (2) e que o Sindicato da categoria estando à frente desse processo e/ou dando respaldo ao mesmo, estaria impedindo os demais trabalhadores "ordeiros", "de trabalho livre por parte dos trabalhadores prejudicados" de exercerem seu livre direito ao trabalho, bem como (3) de a empresa manter seu direito de "posse e propriedade e livre exercício da atividade econômica". Em suma, o respaldo jurídico nos 3 aspectos citados, guiado por um discurso burguês dominante, sobrepõe o direito à propriedade e ao exercício da atividade econômica pelo capital sobre o direito de greve de trabalhadores dito "hostis". Em termos de retórica, equipara-se a liberdade da atividade econômica à liberdade do livre trabalho e uso dessa força de trabalho. Assim, deve o operário se dobrar e permitir o uso da sua mão de obra ao capital, pois a forma como se questionou as condições de labor e do meio ambiente não foi acatada na disputa judicial, esfera de resolução do conflito de classe, aceita, desejada etc.

Quando todos esses elementos são colocados na balança, cabe à justiça manter e assegurar - em nome do direito da liberdade dada aos trabalhadores pelo exercício do labor e pela defesa da posse/propriedade do agente econômico - sua segurança jurídica e, também, segurança policial.

Decreta o juiz Francisco Montenegro Neto:

Assim sendo, deve-se assegurar à requerente (Camargo Corrêa) **a posse mansa e pacífica de seus bens, o livre exercício de sua atividade econômica, bem como o direito ao trabalho de funcionários que não queiram aderir à greve e, ainda o direito de ir e vir de terceiros que queiram adentrar no canteiro de obras.** Tais direitos, como o de greve, também são garantidos constitucionalmente. (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 6, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos).

Frente ao exposto, decreta e determina ao STICCERO:

- a. que se abstenha de obstaculizar o livre acesso e saída de trabalhadores e veículos com mercadorias para entrega no canteiro de obras da UHE Jirau;
- b. que se abstenha de quaisquer ameaças aos trabalhadores para que parem de trabalhar;
- c. que se abstenha de impedir que os ônibus da requerente levem seus trabalhadores à frente de trabalho;
- d. que se abstenha de colocar fogo em quaisquer veículos que transportem trabalhadores ou bens materiais;
- e. que se abstenha de incitar depredações;
- f. que se abstenha de incitar os trabalhadores ao descumprimento da ordem judicial de retorno ao trabalho. (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 4, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001).

Portanto, dividem-se os trabalhadores em dois grupos: (1) os "trabalhadores amotinados assistidos pelo Sindicato (STICCERO)", o "grupo hostil", (2) e trabalhadores ordeiros denominados de "funcionários", que não teriam apoio do Sindicato da categoria para a greve, pois optaram pela manutenção do trabalho. Estaria assim, resguardado o direito ao trabalho desses funcionários.

Para que o STICCERO cumprisse a ação judicial, o juiz fixa multa no valor de R\$ 100.000,00 por dia, até limite de R\$ 5.000.000,00. E para

[...] assegurar a ordem pública e o resultado prático do aqui decidido, **serve de OFÍCIO à Secretaria de Segurança**

Pública do Estado de Rondônia; a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia e a Delegacia Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Rondônia, determinando-se que tais órgãos velem - no que lhe couber - pela manutenção do efetivo policial necessário à manutenção da segurança de pessoas e instalações físicas do canteiro de obras da UHE Jirau. (JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO FRANCISCO MONTENEGRO NETO, 2012, p. 4, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos).

Conseqüentemente, com o respaldo repressor do Estado, o juiz substituto aceita o pedido da Camargo Corrêa de ter segurança pública mantendo a ordem e oprimindo trabalhadores no canteiro de obras da UHE Jirau; tudo em nome da ordem, da propriedade, e com respaldo do discurso dominante. Como dito anteriormente, na petição da empresa Camargo Corrêa, de 26 de março de 2012, dois dias antes da ação judicial da liminar em foco, os advogados da empresa solicitaram que:

[...] em razão da continuidade da greve, e com o intuito de preservar a segurança, a integridade física e o direito de locomoção dos empregados que desejarem trabalhar, é a presente para solicitar que V.Exa. se designe a determinar a expedição de ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia; a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia e a Delegacia Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Rondônia, a fim de que seja mantida a segurança de pessoas e instalações, com o devido efetivo de pessoal, evitando-se assim, que se repitam os lamentáveis incidentes ocorridos em março de 2011". (CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO, OTÁVIO PONTO E SILVA, FERNANDO HENRIQUE VAILATI SILVA e CHEILA EDJANE DE ANDRÂDE RAPOSO, advogados da Empresa Camargo e Corrêa, 26 de março de 2012, *apud* RONDÔNIA, 2012 - Autos Interdito Proibitório N°. 00307-19.2012.5.14.0001, grifos nossos).

Do exposto sobre as condições de ilegalidade de greve que levaram à segunda Revolta de trabalhadores em Jirau, em 2012, devemos considerar alguns aspectos.

O movimento de paralização em 2012 se inicia de modo autônomo entre os trabalhadores, tendo o STICCERO papel coadjuvante, sem participação no que tange à mobilização e tomada de frente para que os trabalhadores se organizassem e promovessem uma paralisação geral no canteiro de obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Em decorrência disso, inicia-se, primeiramente, a paralisação entre um grupo da empresa ENESA por melhores condições de alojamento e condições de trabalho e aumento salarial.

Vendo a forma como isso ganha corpo no ambiente laboral, os trabalhadores da empresa Camargo Corrêa, que foram os protagonistas da primeira Revolta dos trabalhadores de 2011, aderem ao processo de paralisação e obrigam o STICCERO a deflagrar greve. Em momento posterior, isso chega à UHE de Santo Antônio, onde parte dos trabalhadores também adere ao movimento de paralisação e coloca uma situação de resistência forçando à empresa Odebrecht a parar por alguns dias as atividades no canteiro daquela UHE.

O STICCERO, em papel coadjuvante, fica intermediando um possível diálogo entre trabalhadores e as empresas, mas sem assumir a frente na organização dessa luta. No capítulo 10 analisaremos essa questão para as duas Revoltas dos trabalhadores, inclusive no destaque às ações “pelegas” do STICCERO no episódio final que teria gerado a rebeldia e a Revolta de abril de 2012.

A judicialização foi o ambiente no qual o conflito capital x trabalho deveria ser regulado. Como podemos constatar até o momento, tanto para a primeira Revolta de trabalhadores, como no processo de Dissídio Coletivo em apreço na paralisação e greve de 2012 foi na Justiça do Trabalho que a mediação encontrou um lugar. A luta assim toma um cunho mediado pelo Estado, via Justiça do Trabalho, conforme nos faz menção Cardoso⁴⁰² (2003) em “A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil”.

Disso desencadeiam outras ações, com o não sucesso de mediações nas reuniões tripartites coordenadas pelo MTE-RO, nas quais prevaleceu frente à pressão dos trabalhadores a greve, já que as empresas não cederam nas negociações.

Nos indagamos e devemos reconhecer o papel importante do MPT-RO, via PRT da 14ª Região, na defesa e respaldo aos trabalhadores para manter seus direitos ou no mínimo evitar que a situação enfrentada pelos mesmos chegassem a níveis piores que os relatados quando da primeira Revolta de Jirau. No caso em apreço, como não é novidade, a presença do MPT zela por tais direitos, o que ficará evidenciado no desenrolar do movimento grevista e nas ACPs que este órgão protocolou junto à Justiça do Trabalho para antecipação de tutelas - como já abordado para a primeira Revolta e que se repetirá nos conflitos

⁴⁰² Contribuição para essa análise em: CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

deflagrados com as negociações de greve que estavam em curso e que desencadearia na segunda Revolta em 2 de abril de 2012.

Para fecharmos o parêntese, fica evidenciado que na questão da mediação judicial há também uma fragmentação do trabalho, não só no plano da própria fragmentação técnica-social entre as empresas (construção civil e montagem eletromecânica de turbinas, subcontratação e etc.), mas também de dividi-los como "trabalhadores ordeiros" que cumprem a lei, e "trabalhadores amotinados/desordeiros/hostis", que se rebelam e se colocam resistentes aos processos de degradação vigentes nos canteiros das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Portanto, quando o trabalho se faz ouvir, toma para si a capacidade de fazer frente ao capital e dos mecanismos jurídicos que regulam esse mercado de trabalho, a primeira questão que se avista é a do processo de ilegalidade e exclusão destes dos mecanismos regulados. Aos trabalhadores "amotinados, desordeiros" cabe à força da justiça, executada pela opressão policial; por isso o aparato jurídico requisita que se faça necessário usar dos meios legais para que o Sindicato da categoria não fomente essa rebeldia, para usar expressão de Antunes (1992).

Isolar esse trabalhador desordeiro não foi somente a estratégia do capital, das empresas e dos seus corolários defensores da expressão "cão de guarda", como demonstramos na primeira seção desse capítulo. De modo mais rebuscado, difícil de entender, não só pela linguagem que o direito sabe usar muito bem, há também o uso excessivo da tinta pelo Poder Judiciário. Isso constatamos não somente para a primeira Revolta de Jirau, que após a mesma os operários só mantiveram o emprego e o recebimento de salários, além da sua mobilidade por um período de três meses porque o MPT-RO agiu de modo rápido e insistente para que fossem asseguradas as condições mínimas de dignidade humana e de direitos aos operários. Neste caso, assim como nas demais esferas, ainda prevaleceu a fragmentação do "trabalhador ordeiro" e do "trabalhador desordeiro/hostil", já que foi cedido à Camargo Corrêa liberdade de demissão (por direito de proprietária da atividade econômica que exerce sobre sua força de trabalho) dos 200/300 trabalhadores identificados no crime de

destruição do patrimônio privado. Mais uma vez a defesa do direito à propriedade se sobrepõe.

Fato que se ao MTE as inspeções e fiscalizações no caso da Revolta mostraram as condições insalubres e precárias de manutenção da mão de obra no canteiro à disposição para o uso que o capital faz desta, ao MPT coube defender que tal uso da força de trabalho fosse realizado dentro dos marcos jurídicos que regulam o mercado de trabalho, nos parâmetros da legislação trabalhista e das NRs, como a NR-18, atestada e fiscalizada pela SRT-RO em sua respeitabilidade por parte das empresas. Quando essas formas de controle do trabalho postas em prática pelo Estado não funcionam, penalizando de modo intenso e não sendo mais suportáveis aos homens e mulheres, a Justiça do Trabalho entra em cena e decide o cumprimento de tais marcos regulatórios e jurídicos. A quem esta pende, fica evidente o poder entre empresas (capital) e Sindicato da categoria (trabalho), nas ações judiciais e audiências por nós acompanhadas em Porto Velho - tanto no MPT como no TRT da 14^a Região.

Para fecharmos o entendimento e análise do papel do Estado nos conflitos em Jirau (via MTE, MPT e Justiça do Trabalho), falta o desfecho do Dissídio Coletivo de Greve de 2012 e sabermos quais os desdobramentos das decisões feitas nas salas da Justiça do Trabalho e se a mesma teve aceitação dos protagonistas da luta de classe: os trabalhadores nos canteiros de obras da UHE de Jirau.

Nas audiências de Dissídio Coletivo de Greve, navegamos pelos meandros das empresas para que as reivindicações dos trabalhadores não fossem aceitas, levando isso para a Justiça do Trabalho fazer a mediação. Assim, na audiência conjunta dos processos de números 0000403-37.2012.5.14.000, 0000347-04-2012.5.14.0000 e 0000322-88.2012.5.14.0000 do TRT da 14^a Região⁴⁰³, sendo partes, respectivamente, Consórcio Santo Antônio Civil, Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, e ENESA Engenharia S/A, e de outro o STICCERO, teve-se o desfecho jurídico das paralisações e greves nas UHEs de Jirau e Santo Antônio, no ano de 2012.

A audiência ocorreu no dia 30 de março de 2012 no TRT da 14^a Região, na cidade de Porto Velho, que além dos representantes das

⁴⁰³ Disponíveis em: <<http://www.trt14.jus.br>>

empresas e STICCERO também esteve a Comissão composta por trabalhadores da Camargo Corrêa (João Batista Barbosa, Guilherme Valeriano Ferreira), do Consórcio Santo Antônio Energia (composta pelos trabalhadores Jonas de Souza, Jean Souza Ferreira, Edvaldo de Souza e Osmar Messias de Souza) e membros da Comissão da ENESA Engenharia (Jociel Farias da Costa, Fernando Manolo de Carvalho). Presente também estavam o Presidente da Confederação dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira filiados à CUT (CONTICOM-CUT) e Diretoria do STICCERO, além de Procuradores do MPT-RO (FOTO 25).



FOTO 25: Audiência de Dissídio Coletivo de Greve entre STICCERO e representantes das UHEs de Jirau e Santo Antônio

Legenda: Mesa de negociação de Dissídio Coletivo Geral de Greve, entre: STICCERO, representado pelo presidente Raimundo Soares (lado esquerdo, sentado, camiseta vermelha), vice-presidente Altair Donizete (segundo plano, ao fundo, sentado, de camisa), e advogados do Sindicato (senhores sentados de terno do lado esquerdo); Comissão de Trabalhadores das UHEs de Jirau e Santo Antônio (ENESA, Camargo Corrêa e Odebrecht), dispostos em pé do lado esquerdo; representantes da UHE de Santo Antônio (CSAC) e UHE de Jirau (empresas Camargo Corrêa e ENESA Engenharia), representados, respectivamente, pelos senhores sentados no lado direito. Ainda no lado direito, observa-se em primeiro plano o Procurador do MPT-RO, Ailton Vieira dos Santos, e no primeiro plano no centro da foto (de costas), os Desembargadores Maria Cesarineide de Souza Lima e Carlos Augusto Gomes Lôbo.

Fonte: José Alves, trabalho de campo em Porto Velho (30/03/2012).

Os Desembargadores Maria Cesarineide de Souza Lima e Carlos Augusto Gomes Lôbo presidiram a sessão de Dissídio Coletivo naquele dia 30 de março no TRT-14ª Região, sendo que Lôbo fez uma proposta às partes: as suscitantes concederiam o valor de R\$ 200,00 de cesta básica, 6% de antecipação de aumento de salário e que fossem revistos os dias parados para que houvesse o retorno imediato às atividades. Continuará paralelamente às negociações para a data-base 2012/2013. As empresas aceitaram de imediato, com restituição dos dias parados serem pagos até o dia 10 de abril de 2012.

A Comissão de trabalhadores presentes entendia que essa proposta não passaria em assembleia junto aos demais operários nos canteiros das UHEs de Jirau e Santo Antônio, já que em momento anterior ficou acertado que o mínimo aceito seria de 8% de antecipação salarial e cesta básica de R\$ 250,00. Após duas horas de negociação a Comissão, o STICCERO e as empresas (Camargo Corrêa, ENESA e Odebrecht) chegaram ao seguinte acordo, intermediado pelos desembargadores:

a) R\$ 220,00 de cesta básica e antecipação de 7% para os trabalhadores que ganham até R\$ 1.500,00;

b) R\$ 200,00 de cesta básica e antecipação de 5% para os trabalhadores que recebem acima de R\$ 1.500,00;

c) Até o dia 10 de abril de 2012 as empresas realizariam o pagamento dos descontos feitos sobre os dias parados com a greve;

d) STICCERO e Comissão de trabalhadores aceitaram a proposta com compromisso de apresentá-la na assembleia marcada para o dia 02/4/2012;

e) A proposta precisaria ser ratificada em assembleia com os trabalhadores nas UHEs de Jirau e Santo Antônio, e o acordo estaria atrelado ao retorno imediato ao trabalho;

f) As concessões representam início das negociações frente à data-base 2012/2013.

A assembleia ocorrida com os trabalhadores na UHE de Jirau, no dia 02 de abril, foi conturbada e reflexo direto dos mecanismos de controle do trabalho na referida obra - analisaremos esse ponto no capítulo 10. Por ora, registra-se que o STICCERO e as empresas Camargo Corrêa e ENESA consideraram que a proposta acordada entre as partes na Audiência de Dissídio Coletivo de Greve fora aprovada na assembleia

da categoria, apesar da forma atropelada e imposta pelo STICCERO e seus advogados.

No entanto, o trabalho em sua resistência não aceitou o resultado questionando a referida assembleia. E na madrugada do dia 03 de abril de 2012 nova Revolta dos trabalhadores tomou conta do canteiro da UHE de Jirau. Esta importante obra do PAC ganharia mais uma vez as manchetes dos grandes jornais impressos e televisivos do país, como a rebeldia e Revolta sendo resultado da ação de "vândalos", já que o "trabalho não ordeiro/hostil" mostrou mais uma vez suas insatisfações. Retomam-se os enunciados discursivos e ideológicos burguês, de criminalização e desmobilização dos trabalhadores, bem como reativa-se na memória coletiva a luta nas obras da UHE de Jirau, uma estrela do PAC.

Com novos incêndios ocorridos naquela madrugada no canteiro da margem da UHE Jirau, trabalhadores foram levados para centros provisórios e de triagem em Porto Velho. No Ginásio do SESI, Hotel Forasteiro e Casa de Eventos Talismão, aguardavam a situação para saber se voltariam para seus locais de origem, ou se retornariam ao trabalho, já que na margem esquerda o canteiro não fora atingido.

Denúncias chegaram ao MPT-RO de que as empresas Camargo Corrêa e ENESA estariam rescindindo os contratos de centenas de trabalhadores, tendo em vista que não foi dada antecipação da "baixada", obrigando-os (estimou-se 5 mil homens e mulheres) que foram para Porto Velho, a retomarem ao canteiro de obras. Outros trabalhadores aguardavam a rescisão contratual e o transporte para os locais de origem (MPT INVESTIGA..., 03/4/2012).

Assim, tendo em vista a gravidade dos fatos e a constituição da segunda Revolta de trabalhadores instalada no canteiro de Jirau, o MPT entrou com uma nova ACP para que a Justiça do Trabalho determinasse inspeção na UHE (realizada no dia 07 de abril de 2012), até que se comprovasse a situação de segurança e de acomodação dos operários, permitindo assim a possibilidade ou não de retorno imediato às atividades laborais.

A ACP foi movida contra as empresas Camargo Corrêa, ENESA Engenharia e o CESBR, para que as mesmas adotassem medidas para manter os trabalhadores em hotéis da cidade, já que estes se encontravam alojados provisoriamente em centros de triagem, o que deveria ocorrer

no prazo de 72 horas. Além disso, foi determinado em liminar, pela Justiça do Trabalho, sobre a ACP, ganho de causa de antecipação de tutela para que as empresas

[...] fornecessem alimentação e hospedagem digna, em ambiente que ofereça condições de higiene adequadas aos trabalhadores que escolham permanecer em Porto Velho e que não possuam moradia na cidade. E, fornecer alojamentos adequados, os moldes definidos na Norma Regulamentadora número 18, ou seja, não improvisados, àqueles que retornem aos canteiros de obras, quando possível o retorno. (MPT-RO... não paginado, 06/4/2012).

Como se verifica, mais uma vez se repete a situação de revolta nos canteiros de obra de Jirau, na qual, para o MPT-RO, "expõe a coletividade de trabalhadores aos riscos que foram registrados quando do evento ocorrido há pouco tempo [um ano antes - 2011] no mesmo canteiro de obras". De tal modo, na ACP o MPT pede à Justiça liminar de antecipação de tutela para que se faça vistoria na UHE para comprovar a segurança e condições de alojamento para que se possa retomar ou não as atividades, bem como que os empregados tenham seus direitos assegurados.

Foi com esse intuito que o MPT em Rondônia ajuizou ACP na Justiça do Trabalho da 14ª Região para que o judiciário garantisse o vínculo de emprego de todos os trabalhadores que integravam os quadros das empresas Camargo Corrêa, ENESA e CESBR antes da segunda Revolta na UHE de Jirau, ou seja, até a data do dia 02 de abril de 2012, quando ocorreram incêndios de alojamentos na madrugada do dia 03, após assembleia da categoria realizada na manhã do dia anterior.

A fundamentação da ACP foi no mesmo sentido da ACP⁴⁰⁴ da primeira Revolta dos trabalhadores da UHE de Jirau, no ano de 2011, sobre a manutenção dos empregos. Ou seja, "A garantia deve ser dada a todos os trabalhadores que queiram manter o contrato de trabalho enquanto durar a impossibilidade de voltar ao trabalho por insegurança e risco no local de atividades, ou pela inexistência de alojamentos, até serem convocados para o retorno ao trabalho de acordo protocolado

⁴⁰⁴ PRT-MPT/RO, ACP n°. 00268-2011-003-14-00-5, de 18/03/2011.

na Justiça pelo MPT⁴⁰⁵ [...]” (MTR-RO pede..., não paginado, 06/04/2012).

Também foi foco da ação do MPT assegurar a manutenção dos salários aos empregados com contrato de trabalho enquanto não reassumissem seus postos, que o STICCERO fosse comunicado da convocação, bem como que o MTE-RO fosse informado do pagamento das verbas rescisórias dos que assim optassem pelo desligamento das empresas, sendo assegurado aos mesmos transporte para suas cidades de origem. Para os trabalhadores que retornassem às suas localidades de origem, que fosse o retorno para Porto Velho para retomar as atividades, se caso fosse feito o desligamento, que o pagamento das verbas rescisórias ocorresse em Porto Velho. Pediu-se também que as empresas arcassem com a mobilidade dessa mão de obra (MTR-RO pede... não paginado, 06/04/2012).

Como evidenciado repete-se não só a revolta no ambiente laboral, mas também os mecanismos de atuação dos órgãos estatais vinculados ao mundo do trabalho, inclusive as condições degradantes e precárias de trabalho nos canteiros da UHE de Jirau, razão principal das paralisações, greves e conflitos como as duas Revoltas de Jirau, no ano de 2011 e 2012.

De modo geral, prevaleceu a mesma maneira de atuação das empresas no que tange aos processos de superexploração e precarização do trabalho, que mesmo com o marco regulatório desse mercado (da força de trabalho), e com a atuação da Força Nacional de Segurança Pública presente no local para oprimir os trabalhadores, inclusive no plano subjetivo, o que se vislumbra é o não cumprimento das normas trabalhistas pelo capital.

Decorrência disso foram e são as reincidências pelos conflitos, com as duas Revoltas, em dois anos consecutivos nos canteiros de obras da UHE de Jirau, portanto, reflexo e condição de resistência e rebeldia dos operários diante às condições de precarização, degradação e superexploração. No plano macro, revela-se o reflexo e o “invisível” das políticas de infraestrutura hidroenergética no território nacional, e na Amazônia brasileira em

⁴⁰⁵ A Ação foi assinada pelos procuradores Aílton dos Santos, Francisco Cruz e Ruy Cavalheiro e protocolada em plantão judicial atendido pela juíza substituta Maria Rafaela de Castro, da 8ª Vara do TRT da 14ª Região.

especial, decorrentes do "Novo Desenvolvimentismo" sob os governos do chamado "lulismo".

Como indicamos anteriormente, o STICCERO não estaria assumindo um papel de protagonista nos movimentos de luta dos trabalhadores, tendo este mesmo reconhecido que as paralisações surgiram de "um pequeno grupo de operários", mais radicais, como indicado pelo vice-presidente do STICCERO quando da paralisação na ENESA. A respeito da atitude de trabalhadores que não aceitam a proposta das empresas, declara em entrevista ao jornal local Rondoniaaovivo, no dia 08 de março de 2012: "Se seguirmos esta tendência, não seremos bem recebidos pela justiça e pelos empresários. Ficaremos sem moral para podermos negociar, isto será ruim para o Sindicato negociar com as partes dessa maneira" (PRESIDENTE SINDICATO..., 2012).

Portanto, frente ao exposto, qual o papel do STICCERO nas Revoltas dos trabalhadores em Jirau? Sobre esta questão, dedicaremos o próximo e último capítulo.

CAPÍTULO 10

A AÇÃO SINDICAL E AS CONTRADIÇÕES DA LUTA DE CLASSES FRENTE ÀS REVOLTAS DE TRABALHADORES EM JIRAU

Como constatamos, as duas Revoltas de trabalhadores em Jirau irromperam e escancararam as disputas entre capital, trabalho e Estado.

No capítulo 8 evidenciamos os enunciados discursivos do capital no combate à ação dos trabalhadores em paralisar as obras da UHE de Jirau. Amparados na criminalização, difamação e tentativa de desestruturação das formas de luta e rebeldia empreendidas, o capital e o Estado se posicionaram contra essa rebeldia dos trabalhadores, contando, pois, com o apoio, nada esclarecedor, da mídia em geral.

Quando vistos os conflitos, paralisações e formas de enfrentamento a partir dos sujeitos do trabalho, evidencia-se, no caso em estudo, a recusa e a resistência às formas de tratamento empregadas pelo capital, expressas na superexploração, no controle e na opressão no cotidiano laboral nos canteiros de obras. Ficou evidente o caráter autônomo de resistência que motivou as paralisações e as Revoltas dos trabalhadores, sem uma ação organizada e mais efetiva do Sindicato da categoria, expressando-se assim pela violência das manifestações e protestos.

Frente a isso, o papel do Estado e dos governos descortinou a quem serve esses aparatos. Antagônico, pode ser dito, instituições estatais agindo na mediação entre capital e trabalho, o que pode se evidenciar quando observamos a ação do MPT na defesa dos direitos dos trabalhadores, e contraponto a isto, foi a ação do TRT deflagrando mecanismos de ilegalidade e tentando impor acordos para que a resistência e paralisação fosse encerrada. A lógica da Justiça do Trabalho, podemos dizer, foi interromper as formas de luta e de protesto, pois as obras das UHEs não poderiam parar e interromper os cronogramas do PAC, embora o discurso sempre tenha sido de proteção dos direitos dos trabalhadores e das empresas no exercício da atividade econômica e na defesa da propriedade e do seu capital. Mas se não fosse o MPT-RO, o exercício da atividade econômica e, portanto, os interesses do capital massacrariam, como um rolo compressor, os direitos dos operários em Jirau.

Não podemos olvidar dos mecanismos repressores do Estado, em vários níveis, para oprimir, violentar, agredir e prender trabalhadores que participaram direta ou indiretamente dos movimentos de paralisação, da luta e Revolta em Jirau. Mas esses mecanismos também

ocorrem de modo não tão evidentes, quando o Estado acaba tutelando as ações sindicais.

Para conseguirmos avançar na compreensão das Revoltas dos trabalhadores Jirau, além dos enunciados do discurso ideológico do capital, das ações do Estado, necessitamos trazer o sujeito (ser social) trabalhador para o primeiro plano, não só em suas ações cotidianas e subjetivas quanto à sua compreensão sobre o que teria gerado as duas Revoltas, mas também sua participação e atuação, além do papel do STICCERO.

Para tanto, neste capítulo, objetivamos apreender a ação do Sindicato no CHM e as contradições de sua prática frente às duas Revoltas de trabalhadores na UHE de Jirau.

Isso nos leva a questionar: é possível pensar o surgimento de uma ação de resistência e rebeldia dos trabalhadores nessa UHE do PAC frente aos imperativos destrutivos do capital e das formas de mediação do Estado, no momento atual do "Novo Desenvolvimentismo"?

Com essa resistência, que papel coube ao sindicalismo local e sua articulação nacional com a CUT para a organização, mobilização e luta dos trabalhadores frente às condições degradantes e de superexploração do trabalho na UHE de Jirau?

10.1 Disputas sindicais no Complexo Hidrelétrico Madeira

Quando retomamos a análise de conteúdo jornalístico e os enunciados discursivos das empreiteiras e consórcios das UHEs de Jirau e Santo Antônio, outra explicação, além da questão do "vandalismo", dada como sendo a causa da primeira Revolta de trabalhadores foi a disputa sindical, que teria levado ao clima instalado naquelas obras nos anos de 2011 e 2012.

Na paralisação de 2011, a hipótese foi lançada pela empreiteira Camargo Corrêa e o CESBR da UHE de Jirau de que disputas entre sindicatos filiados a diferentes centrais (CUT e Força Sindical) teriam motivado os trabalhadores a criarem o "tumulto" e a paralisar as obras⁴⁰⁶. Jornais locais, regionais e de circulação nacional

⁴⁰⁶ Vejamos a hipótese de Marques: "Disputa sindical. Sindicatos ligados à Força Sindical e à CUT disputam a representação dos trabalhadores e poderia ter havido perda de controle" (MARQUES, *apud* BAUTZER, 30/03/2011).

exploraram essa linha de interpretação dos motivos para a revolta dos trabalhadores, o que teria tirado o foco para os reais problemas trabalhistas causadores das paralisações e protestos na UHE de Jirau.

Portanto, as fissuras internas ao trabalho, no que tange às correntes sindicais e no próprio STICCERO, são vistas como um desafio que se soma aos demais no contexto das disputas entre capital x trabalho.

A primeira disputa se evidencia no âmbito do STICCERO, que foi entre o ex-presidente, Antonio Amaral, vinculado à Força Sindical (FS) e à Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre (FITRAC), e entre a atual diretoria (2010-2014), que formou oposição via Movimento de Oposição Sindical da Construção Civil do Estado de Rondônia (MOSCC/RO) e disputaram tanto pelo pleito eleitoral, como também via meios judiciais, para que fossem os representantes legais do STICCERO no âmbito do setor da Indústria da Construção Civil Leve e Pesada no estado de Rondônia. Assim, travou-se uma disputa acirrada pelo controle do Sindicato, tanto na base, junto aos trabalhadores, como na Justiça do Trabalho - além de acusações, intrigas, "bate-boca" registrados nos Informativos da FITRAC (De Olho na Amazônia) e do STICCERO (Muralha e Pedreira).

Além dessa disputa entre sindicalistas, evidencia-se outra forma de ação pelo monopólio territorial de representação dos trabalhadores junto às UHEs do rio Madeira, ou seja, disputas entre dois sindicatos pela base territorial, vista entre STICCERO e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada do Município de Porto Velho (SINTRAPAV).

São essas formas de disputas e de fissuras internas ao trabalho que evidenciaremos nessa seção. Na escala local, essa questão foi abordada na matéria publicada no jornal *online* Rondiavivo.com, para o qual a disputa entre as duas Centrais, CUT e FS, protagonizadas pelos trabalhadores envolvidos nas obras do CHM poderia ter contribuído para o conflito em Jirau, no mês de março de 2011. Essa linha de interpretação também seria indicada pela atual Diretoria do STICCERO (2010-2014), filiada à CUT. A reportagem toma como base a denúncia do STICCERO na Justiça do Trabalho de que o SINTRAPAV, vinculado à Força Sindical, e, portanto, um sindicato concorrente,

teria participação nos episódios na UHE de Jirau⁴⁰⁷. No cerne desse embate estariam a arrecadação referente à contribuição sindical⁴⁰⁸ de 22 mil trabalhadores de Jirau e dos 15 mil de Santo Antônio que correspondiam a cerca de R\$ 1 milhão por ano, o que estaria, supõe-se, na base das disputas entre os sindicatos pela representatividade dos operários nas UHEs do Madeira.

Já a matéria de circulação nacional publicada no jornal O Estado de São Paulo enfatiza a "guerra entre sindicatos nas Usinas do Madeira". Pereira (2011), faz denúncia sobre relações suspeitas de dirigentes do STICCERO com representante do CSAC, da UHE de Santo Antônio, para que trabalhadores partidários do SINTRAPAV fossem demitidos. O ponto de destaque na matéria⁴⁰⁹ refere-se ao fato do STICCERO estar sendo denunciado por ter sugerido ao CSAC a demissão de trabalhadores de outra filiação sindical por causa do conflito

⁴⁰⁷ Houve denúncia do STICCERO de que o sindicato rival tenha distribuído panfleto em Jirau, assinado como "Comissão dos Trabalhadores", com itens que coincidem com os defendidos após a revolta, como reajuste de 15% e visita à família a cada 60 dias (USINAS..., 22/03/2011). A matéria destaca ainda que segundo o advogado do STICCERO, Flávio Henrique Orlando, a entrega de folhetos aos trabalhadores "foi fator que contribuiu para o caos instalado no canteiro".

⁴⁰⁸ Referente a um dia de trabalho, no mês de março de cada trabalhador com carteira assinada.

⁴⁰⁹ Observemos a denúncia: "Em vídeo obtido pelo [jornal O] Estado [de São Paulo], dirigentes do STICCERO acusam os trabalhadores ligados a essas lideranças de estarem envolvidos no quebra-quebra de junho do ano passado. **Na ocasião, cerca de 3 mil funcionários cruzaram os braços por melhores salários e condições de trabalho. A manifestação, que era para ser pacífica, terminou com 35 ônibus depredados e um carro destruído.** Após o incidente, **sindicalistas e o gerente administrativo e financeiro da Odebrecht,** do consórcio construtor, Antônio Cardilli, se reuniram no *hall* do Hotel Vila Rica, em Porto Velho. Na gravação, feita por um ex-funcionário do próprio sindicato, eles decidem antecipar as negociações de reajuste salarial da categoria e iniciar as demissões de pessoas envolvidas no conflito. A conversa é cheia de meandros. Primeiro, os sindicalistas afirmam que o consórcio precisa fazer vistorias diárias nos trabalhadores para verificar se não há armas, drogas e bebidas. Em seguida, sugerem o reforço da segurança interna da empresa, que estaria muito fraca. Suspeitas. **Um deles alerta sobre a presença de integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e de gente da FENATRACOOP e do SINTRAPAV, que estariam por trás da confusão entre os trabalhadores.** E completam que **era o pessoal da chapa adversária que trabalhava no canteiro de obras na noite em que o conflito teve início.** Na reunião, eles praticamente acertam tudo e dizem que vão na obra, naquele momento, conversar com os trabalhadores. Cardilli diz que fará as demissões em partes: 'Dez hoje, dez amanhã, até terminar'. Ele só ressalta que as demissões vão atingir apenas os alojados e que o pessoal da cidade será preservado. O resultado disso foi a demissão de mais de 70 pessoas. O ex-funcionário do Sticcero, que está processando o sindicato, Danny Bueno, diz que as demissões atingiram todos os membros da oposição (PEREIRA, 15/05/2011).

ocorrido no canteiro em junho de 2010, o que também poderia ter ocorrido na Revolta de 2011.

Portanto, a denúncia feita por Pereira (2011) evidenciaria irregularidades ou pactos entre o STICCERO e o capital (empreiteiras), como base em disputas sindicais que teriam causado a paralisação, no ano de 2010, em Santo Antônio. Essa foi a primeira forma de rebeldia de trabalhadores com atos de violência e depredação do patrimônio das empresas no CHM.

Essa denúncia indicaria também as disputas pela Diretoria do STICCERO por grupos filiados a diferentes Centrais Sindicais (CUT e FS), bem como entre sindicatos (STICCERO e SINTRAPAV) pela base territorial, fatos que motivariam processos que tomariam grandes proporções, gerando insegurança e levariam o operariado a paralisar as obras de Jirau e Santo Antônio, como nos episódios ocorridos em 2010, 2011 e 2012.

Buscamos apreender sobre essa possível disputa sindical no contexto das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e se há evidências quanto as mesmas serem as causas da primeira Revolta dos trabalhadores.

Segundo levantamento realizado junto ao acervo do STICCERO, informativos da Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre (FITRAC), Ações Civis Públicas no Tribunal Regional do Trabalho e entrevistas com membros da atual Diretoria do STICCERO (2010-2014), pôde-se constatar a existência de disputa entre membro vinculado à Força Sindical (FS) e FITRAC, de um lado, e à CUT e a CONTICOM, de outro, pela diretoria do STICCERO, bem como entre sindicatos (STICCERO e SINTRAPAV) pela base territorial de representação dos trabalhadores do setor da indústria da construção civil no estado de Rondônia. Em verdade, não se trata somente de disputas, mas de uma "guerra" entre tais grupos pela disputa sindical.

O STICCERO foi fundado em 05 de março de 1986 por um grupo de trabalhadores que formou a base da categoria da construção civil no estado de Rondônia. Portanto, praticamente quase 22 anos de existência até a construção das UHEs no rio Madeira, sem que não tivesse registro

de intensas disputas como as existentes com a chegada dessas grandes obras de infraestrutura no estado⁴¹⁰.

Assim sendo, quando da divulgação da construção das grandes UHEs surge o Movimento de Oposição Sindical da Construção Civil do Estado de Rondônia (MOSCC/RO), com apoio da CUT-RO e da Confederação dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Madeira (CONTICOM), também vinculada à CUT. Estaria constituindo, assim, via um grupo de quatro trabalhadores da Construtora Odebrecht e um da construção civil leve, o MOSCC, que passaria a atuar mediante denúncias de que o ex-presidente do STICCERO, filiado à FS, controlava o Sindicato por procuração há quase dois meses. A antiga diretoria teria agido de modo ilegal ao assinar o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre o STICCERO e as empresas construtoras das UHEs do Madeira, o que teria ocorrido sem consulta à categoria, bem como os salários acordados seriam inferiores ao piso da categoria na região Norte e também em âmbito nacional.

É nesse contexto que a partir de 14 de janeiro de 2009, o MOSCC protocolaria no MPT-RO as primeiras denúncias contra a diretoria do STICCERO, tendo como presidente Antonio Amaral.

No processo protocolado na 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho (Nº 00506.2009.006.14.00-7), com data de maio de 2009, representantes do MOSCC indicam na Petição Judicial que já no ano de 2008 ocorreram irregularidades no processo eleitoral para a Diretoria do STICCERO, pois houve descumprimento dos prazos previstos para as inscrições de chapas para concorrer à diretoria. Fato que teria sido repetido no ano de 2009, quando Raimundo Soares da Costa, conhecido no meio sindical como "Toco", requereu à Justiça do Trabalho, que mesmo sendo da categoria, teve sua filiação ao STICCERO recusada sem justificativa para formar chapa e concorrer à eleição⁴¹¹. Para a Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piancentini, além do fato indicado, também ocorreram

⁴¹⁰ Nosso objetivo não é abordar a ação e formação do referido Sindicato, assim, nos restringiremos às questões mais atuais sobre essas disputas.

⁴¹¹ Conforme o Processo da 6ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Nº. 0129.2009.006.14.00-6), na qual há sentença para filiação de trabalhadores da categoria para que possam concorrer ao pleito eleitoral do STICCERO. Neste sentido, a Juíza Andrea Alexandra Ferreira, em sentença determina pela filiação ao STICCERO dos reclamantes Raimundo Soares da Costa, Altair Donizete de Oliveira e Elioni Sebastião de Laia, ambos membros do MOSCC-RO (PROCESSO PRT-14 Região Nº. 0129.2009.006.14.00-6, SENTENÇA em 20/05/2008).

irregularidades, pois a Comissão Eleitoral divulgou chapa única, sendo o seu presidente representado pelo mesmo que presidiu a Comissão Eleitoral (Antonio Amaral), fato inaceitável. Portanto, a referida Juíza do Trabalho sentencia: “[...] há indícios de práticas abusivas por parte da atual Diretoria do Sticcero [...] e comprometeu a transparência no processo eletivo do sindicato ora em comento” (Despacho Judicial Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piacentini. Processo N°. 00506.2009.006.14.00-7, 6ª Vara do TRABALHO, TRT-14ª Região, 2009).

Em despacho da Juíza Andrea Alexandra Ferreira, de 20 de maio de 2009, levando em conta a anulação⁴¹² da eleição ocorrida nas circunstâncias relatadas⁴¹³, e ficando o STICCERO sem representação legal desde 29 de janeiro de 2009, pede nomeação de administrador provisório, com pedido ao MPT-RO para indicar no mínimo três nomes para proceder a escolha de um para conduzir a entidade sindical até a conclusão do certame eleitoral.

No dia 02 de julho de 2009, via mandado judicial, foi nomeado o Administrador Judicial Temporário Anderson de Melo Machado, indicado pelo MPT-RO e nomeado pela 8ª Vara do Trabalho (TRT-RO, 14ª Região), para dirigir o STICCERO no prazo de 180 dias e mais 30 para realizar o certame eleitoral de nova diretoria. Essa intervenção judicial durou sete meses, completados em 02 de fevereiro de 2010.

Dentre as ações da Junta Governativa foi realizada assembleia da categoria (02 de agosto de 2009), com cerca de 4 mil trabalhadores, na qual aprovou-se alteração no estatuto do STICCERO para facilitar a

⁴¹² Assim, “determino a intimação do senhor Antônio Acácio Moraes do Amaral para que não declare a condição de presidente, nem pratique qualquer ato próprio da administração do réu ou mesmo realize qualquer ato formal ou informal em nome deste, até que se ultime novo processo eleitoral [...]” (Despacho Judicial Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piacentini. Processo N°. 00506.2009.006.14.00-7, 6ª Vara do TRABALHO, TRT-14ª Região, p. 3, 2009).

⁴¹³ Mandato da diretoria expirado em 20/01/2009, ficando o “ente classista à deriva depois desse marco”, além de ocultação de informações no processo eleitoral, negativa de filiação de novos trabalhadores, “publicação com indicação de prazos a serem observados pelas chapas em dias posteriores ao término desses prazos, comissão eleitoral integradas pelo único candidato a presidente, entre outras atitudes do mesmo quilate” (Despacho Judicial Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piacentini. Processo N°. 00506.2009.006.14.00-7, 6ª Vara do TRABALHO, TRT-14ª Região, p. 2-3, 2009).

filiação de trabalhadores da categoria⁴¹⁴. Foi aprovada também pauta de negociação de uma paralisação corrida naquele ano (conforme veremos posteriormente), e realizada filiação de aproximadamente mil trabalhadores. Houve também a criação, conforme ordem judicial, de quatro Comissões de Trabalho: Comissão de Fiscalização, Comissão de Filiação, Comissão de Mobilização, e Comissão de Negociação. Naquele momento foi aprovada a desfiliação do STICCERO à Força Sindical e a FITRAC, bem como autorização de uma auditoria nas contas do Sindicato.

Em 31 de janeiro de 2010, via assembleia da categoria, foi instituída uma Comissão Eleitoral e encaminhados os procedimentos cabíveis para que fosse realizada nova eleição, com objetivo de que os trabalhadores retomassem a direção do STICCERO.

A eleição ocorreu nos dias 22, 23 e 24 de março de 2010, sendo eleita a nova Diretoria do STICCERO para o período de março de 2010 a fevereiro de 2014⁴¹⁵. Esta foi empossada no dia 25 de março de 2010, quando o Administrador Judicial deu posse à Nova Diretoria do STICCERO⁴¹⁶.

Portanto, no contexto das UHEs do Madeira, essa foi a primeira disputa que evidencia-se no âmbito do STICCERO entre o ex-presidente, Antonio Amaral, vinculado à Força Sindical e à FITRAC, e entre a Diretoria eleita no período de 2010 a 2014, formada pelos membros do MOSCC-RO, e filiada à CUT. Além dessa disputa entre correntes sindicais pelo controle do STICCERO, evidencia-se outra forma de ação pelo

⁴¹⁴ Sem necessidade de aprovação pela diretoria, e item sobre eleição sindical retirando impeditivo de dois anos de profissão na base e mais seis meses de filiação.

⁴¹⁵ Novo Edital de Eleições Sindicais para a Presidência do STICCERO foi publicado no dia 27 de dezembro de 2013. A eleição estava prevista para ocorrer nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro de 2014. Conforme informações divulgados na página do STICCERO no Facebook (<https://www.facebook.com/pages/Sticcero/152619914877643?ref=ts&fref=ts>), a chapa inscrita foi a "STICCERO Somos Todos Nós", a qual tem como presidente Raimundo Soares. Não há informações sobre outras chapas concorrentes, sendo a tentativa de uma reeleição do atual presidente do Sindicato.

⁴¹⁶ Formado pelos seguintes membros: Raimundo Soares da Costa (Toco) (Presidente), Altair Donizete de Oliveira (Vice-presidente), Francisco das Chagas Costa (Secretário Geral), Valderi Braga (Tesoureiro), Maria Lionete Silva (Sub-tesoureira), Raimundo Enélcio Pereira (Assistente Social), e Raimundo da Costa Pinheiro (Patrimônio). Mais sete suplentes, seis conselheiros fiscais, efetivos e suplentes, e 4 representantes de conselho de federação, titulares e suplentes.

monopólio territorial de representação dos trabalhadores junto às UHEs do Complexo Madeira, que constituiu-se entre o STICCERO e o SINTRAPAV.

Conforme Inquérito na Justiça do Trabalho, em Porto Velho (Processo Nº 0001086.30.2010.5.14.0002), o SINTRAPAV/RO pleiteou declaração judicial de legitimidade para representar a categoria de trabalhadores da construção civil (leve e pesada) no estado de Rondônia (município de Porto Velho), alegando que a "cisão na base sindical seria mais benéfica ao trabalhador".

Para contrapor essa ação do SINTRAPAV, o STICCERO pleiteou na JT-RO, que era a única entidade regularmente instituída e operante (desde 1986), representativa dos trabalhadores do setor da construção civil no estado de Rondônia, e com sede no município de Porto Velho. Com isso, pediu suspensão imediata do registro sindical do SINTRAPAV-RO no MTE, e que o mesmo não fosse autorizado a fazer negociação em nome da categoria, bem como que fosse anulada a assembleia de fundação daquele Sindicato.

Assim, a Juíza do Trabalho Isabel Piacentini sentenciou que no contexto de 35 mil trabalhadores do setor da construção civil pesada e leve (ano 2010), no estado de Rondônia, que deva preceder a representação "de um único comando, uma única diretriz". Que na criação da entidade SINTRAPAV houve vício, pois a maioria dos sócios fundadores (10 de 12 membros) não eram oriundos do estado de Rondônia, que houve caso de nepotismo, "o que reforça a tese de que, a fundação do sindicato (SINTRAPAV) não partiu de aspiração de trabalhadores", que os trabalhadores presentes na assembleia de fundação da instituição não trabalhavam nas empresas que o Sindicato pretendia representar. Em suma, ao reconhecer a importância da instituição STICCERO no contexto do "surto desenvolvimentista" vivido pelo estado de Rondônia, que "atrai grupos e pessoas com cobiça na expectativa de retornos financeiros em detrimento do interesse dos trabalhadores", reconhece

STICCERO como o legítimo representante da categoria dos trabalhadores da construção civil leve e pesada no Estado de Rondônia, determinando que o SINTRAPAV, por meio de [sic] seus dirigentes, abstenham-se de praticar quaisquer atos em nome da categoria dos trabalhadores representados pelo STICCERO [...]. (RONDÔNIA, TRT-14 Região, Processo Nº. 0001086.39.2010.5.14.0002, 25 nov. 2010).

No Processo do TRT-14 Região, N° 01179.2008.1.14-00, com despacho de 10 de novembro de 2010, foi sentenciado para que o MTE fizesse o cancelamento do registro emitido ao SINTRAPAV.

É nesse contexto de disputas pela base territorial de representação sindical da categoria da construção civil, que a Diretoria atual (2010-2014) do STICCERO acusa o SINTRAPAV-RO de ser vinculado à Federação dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas no Brasil (FENATRACOOP-PA), um grupo sindical que teria ligação com as direções das empresas construtoras das UHEs e que teria tentado montar "um sindicato de modo fraudulento" para disputar a base territorial da categoria em Rondônia. O grupo em foco, seria de origem do estado do Pará, e já atuava em Tucuruí, sendo que ao tentar disputar a representatividade nas UHEs do Madeira estaria visando os recursos da contribuição sindical decorrentes das UHEs de Jirau e Santo Antônio, e que naquele ano de 2010 teria ficado em torno de R\$ 700 mil para as duas UHEs.

Portanto, foi no contexto em paralelo às disputas pela diretoria do STICCERO, que a Força Sindical teria agido para criar em Rondônia o SINTRAPAV, que segundo o sindicalista Antonio Amaral deveria ser o legítimo representante da categoria no estado (BORGES, 2011).

Esse cenário das disputas sindicais da representação territorial entre grupos vinculados à Força Sindical e à CUT para comandar o STICCERO enquanto o representante dos trabalhadores vinculados às UHEs de Jirau e Santo Antônio extrapola o nível sindical e suas mediações estatais (Justiça do Trabalho, PRT/MPT-RO e MTE-RO), pois contém vínculos políticos, de um lado, com o PT-RO e CUT-RO, que apoia o MOSCC (diretoria STICCERO, 2010-2014), e de outro, do PDT, do qual Antonio Amaral (ex-presidente do STICCERO) era filiado.

Assim, constata-se a disputa acirrada pelo STICCERO e entre esse Sindicato e o SINTRAPAV pela representação dos trabalhadores em ambas as UHEs do CHM.

As evidências e os fatos apurados indicam a materialização em escala local de formas de intervenção do Estado no Sindicato de trabalhadores no Setor da Construção, tanto pela forma de organização por categoria, como também o poder de tutela do Estado (via TRT) sobre eleições sindicais, destituição de diretorias e cancelamento de

eleições, bem como do poder direto de intervenção com uma Junta Governativa e na mediação do conflito e disputas sindicais.

Como nos mostra Boito Júnior (não paginado, 2013),

Se é o Estado quem deve dizer qual é o único sindicato que representa uma determinada categoria numa determinada base territorial, é claro que tal capacidade já lhe confere o poder de destituição de uma diretoria que tenha utilizado de maneira ilegal o poder que o Estado lhe conferiu e de constituição de diretorias, isto é, de nomear interventores em situação de crise.

Isso valeu tanto para a história recente do movimento sindical no Brasil, como no momento atual, já que:

Em períodos de ditadura ou de aumento da repressão, os governos utilizam esses recursos de maneira massiva e ostensiva; **nos períodos democráticos, esse recurso é usado molecularmente e, muitas vezes, por solicitação dos próprios dirigentes sindicais que pretendem ocupar o lugar dos dirigentes rivais.** (BOITO JÚNIOR, não paginado, 2013, grifo nosso).

Outro mecanismo de intervenção do Estado na estrutura e disputa sindical, como vimos, refere-se à unicidade sindical, ao conferir ao sindicato título de representante de um único segmento de trabalhadores por base territorial. Assim, desde 1937, criou-se o monopólio de uma fração da classe trabalhadora (categoria sindical) sobre uma determinada base territorial, resultado da fragmentação de representação do trabalho, não obstante seus impactos nas lutas e disputas territoriais, como nos mostra Thomaz Júnior (2009).

Outro elemento importante na disputa sindical, e também de certo modo de controle do Estado sobre o movimento sindical constituiu-se na contribuição sindical, sendo, pois, uma obrigação por lei que se impõe a todos os trabalhadores, independentemente da sua vontade (BOITO JÚNIOR, 2013). A contribuição sindical, no caso pesquisado, seria um dos motivos centrais pelas disputas entre sindicalistas pelo controle do STICCERO, bem como pelas disputas entre STICCERO e SINTRAPAV, o que seria encoberto pelo discurso sindical da representação do trabalho no contexto das UHEs no Complexo Hidrelétrico Madeira.

Portanto, isso foi aguçado com a criação de um novo Sindicato para a categoria naquela base territorial, o SINTRAPAV, com base na

legislação vigente. Esse episódio acabou intensificando os conflitos de interesses e disputas judiciais entre as entidades de organização sindical. É o que entende Boito Júnior (2013) como “uma indústria de criação de sindicatos”, tendo em vista a facilidade de constituir novos sindicatos no Brasil.

Diante do exposto, pode-se constatar que para a Camargo Corrêa e o Consórcio ESBR as causas da primeira Revolta de trabalhadores na UHE de Jirau, em 2011, e, posteriormente, a paralisação e greve na UHE de Santo Antônio, estariam relacionadas às “disputas sindicais” pela arrecadação do imposto sindical e demais tributos, o que teria motivado os conflitos e a paralisação das obras, e que teriam tomado proporções fora do controle⁴¹⁷.

No caso de Jirau é verídica a disputa, inclusive judicial, entre grupos sindicais opositores e entre sindicatos pela base territorial de representação da categoria. **Mas se evidenciado as disputas entre grupos pelo controle do STICCERO e entre sindicatos (STICCERO e SINTRAPAV-RO) pela base territorial de representação dos trabalhadores, não se comprova que essas disputas poderiam ter levado as Revoltas e paralisações generalizadas como as de março de 2011 e 2012.** As evidências apontam para as péssimas condições de trabalho e reivindicação por melhores salários nos canteiros de obras das UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

Para avançarmos no entendimento do papel do STICCERO nas greves e conflitos ocorridos na UHE de Jirau, partiremos da hipótese que este teve mais um papel de coadjuvante, e para alguns de “pelego” / “chapa branca” como afirmam alguns trabalhadores, do que propriamente de mobilização que desencadearam as duas Revoltas.

Antes de entrarmos especificamente na ação do STICCERO nas diferentes formas de paralisação, greves e Revoltas de trabalhadores na UHE de Jirau, achamos pertinente e necessário apresentar alguns elementos sobre a questão sindical e o setor da construção civil no período do “Novo Desenvolvimentismo”, com vista a diálogos com o

⁴¹⁷ Essa hipótese, assim como a de vandalismo, foi divulgada na mídia tomando, inclusive, como exemplo outras grandes obras como as dos complexos portuários de Suape (PE) e Pecém (CE), da Refinaria Abreu e Lima além da Usina São Domingos (MT).

contexto nacional, para que possamos fazer as mediações devidas com o objeto de estudo.

10.2 Questão sindical, o setor da Construção Civil e formas de luta

No capítulo 2⁴¹⁸, mostramos, no contexto da reestruturação produtiva do capital, alguns impactos no mundo do trabalho, em especial de como esse “precário mundo do trabalho” tem rebatimentos nas formas de organização e luta da classe trabalhadora, nas formas de gestão, controle objetivo e subjetivo, mas também na fragmentação, inclusive pela terceirização, da representação política e, inclusive, de base territorial, conforme nos mostra Thomaz Júnior (2009) e Alves (2002).

Se isso poderia ser visto de modo mais intenso já nas décadas de 1970/1980 nos países do centro do sistema capitalista, na chamada periferia também classificada em desenvolvimento, ou dependente, em especial no caso brasileiro, o sistema de reestruturação produtiva teria impactos mais diretos com a abertura política e econômica protagonizada pelo neoliberalismo, após a década de 1990.

É nesse contexto da “década neoliberal” que Alves (2002) analisa a dialética do “novo” e “precário” sistema de reestruturação produtiva do capital e seus impactos no trabalho e no sindicalismo, no Brasil. Tais impactos sobre a objetividade e subjetividade de classe e do trabalhador organizado no país, teriam gerado uma “crise do sindicalismo”, se comparado à década anterior de 1980. Ou seja, naquele contexto os sindicatos mostraram suas dificuldades de lidar e combater o precário mundo do trabalho, caracterizando na década de 1990 “uma crise do sindicalismo no Brasil e não propriamente uma crise sindical [...]” já que “a crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia sindical” (ALVES, 2002, p. 88-89).

Tais processos colocariam, de modo simplificado, em um primeiro momento, uma distinta oposição entre um sindicalismo de esquerda, com base na construção da luta travada no novo sindicalismo, do qual a CUT seria uma das principais forças políticas, com projeto

⁴¹⁸ Seção 2.1 Trabalho, crise do capital, reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho.

combativo, e uma ação conservadora e atrelada ao projeto neoliberal, de direita, como foi a própria criação da Força Sindical, em 1991.

É nessa conjuntura social, política e econômica que a análise do sindicalismo ganha fôlego (como mostra BOITO JÚNIOR, 1996), tendo de um lado uma articulação de movimentos mais propositivos e pactuados com as políticas neoliberais e, de outro, ações mais combativas e resistentes à desestruturação dos direitos trabalhistas conquistados até então. Mas mesmo a CUT acabaria por fazer importantes concessões à ação neoliberal, de um sindicalismo combativo para uma certa ação "propositiva", saindo de uma posição política de oposição/combate, para "propor alternativas concretas" aos problemas enfrentados no desenvolvimento. Teríamos assim um "sindicalismo propositivo", conforme BOITO JÚNIOR (1996, p. 104).

Mas mesmo a CUT tendo ações e lutas que se diferenciavam da FS, durante boa parte do período neoliberal, ainda no governo FHC, houve uma aproximação ao neoliberalismo com ações e pactos conflitantes aos interesses da classe trabalhadora, como exemplo as modificações na Previdência Social. Assim, segundo Boito Júnior (1996), houve "um salto de qualidade na história do sindicalismo propositivo", da composição de "direita" que compõe a CUT.

O que queremos mostrar com isso são mudanças importantes frente a cada conjuntura e às formas de ação do sindicalismo no Brasil e como isso nos ajuda a entendermos a problemática do nosso objeto de investigação⁴¹⁹.

De tal modo, a partir do contexto neoliberal, como afirma Antunes (2011), começava a "desmoronar o 'novo sindicalismo'", pois a política de "convênios", "apoio financeiro" e "parcerias" também repercutiria no sindicalismo brasileiro e, assim, "tal processo metamorfoseou a CUT, criada com uma proposta independente e de claros contornos classistas, em uma central sindical cada vez mais burocratizada, institucionalizada e negocial" (ANTUNES, 2011, p. 142).

⁴¹⁹ Assim, no âmbito da Geografia do trabalho em Presidente Prudente, a primeira aproximação oficial do CEGeT nesse tema foi a Dissertação de Mestrado de Marcelo Dornelis Carvalhal. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma 'leitura' geográfica. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

Essa lógica de atuação teria sido mantida durante os governos Lula, pois seu mandato contou

com o suporte de uma forte parcela da burocracia sindical que se atrelou ao Estado, na dependência de verbas públicas, e, desse modo, garantiu o apoio das cúpulas sindicais ao governo. A CUT e a Força Sindical, inimigas no passado, passaram a conviver nos mesmos ministérios do governo [...]. (ANTUNES, 2011, p. 147).

É na máxima: "Se não fosse trágico, poder-se-ia dizer que o partido e o seu líder, que surgiram na luta de classes, converteram-se em incentivadores da luta intraclasse", que Antunes (2011, p. 147) analisa a derrota do sindicalismo combativo "pela política de forte cooptação do governo Lula". Em consequência há a tentativa de reconstrução em outras bases que não sejam a CUT, como a Confederação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e a Intersindical. Em suma, para o autor houve com a "derrota da CUT e do que se denominou de novo sindicalismo", um forte impacto no sindicalismo de base e de classe no Brasil.

Esses pactos desses setores do sindicalismo com o governo Lula e de certo modo em sua continuidade pelo "lulismo", com o governo Dilma, mostram o atrelamento das grandes Centrais Sindicais ao projeto do "Novo Desenvolvimentismo", pois mantém-se a dependência sindical em relação ao Estado. O que foi ampliado em 2008 quando Lula tomou uma decisão que "acentuou o controle estatal sobre os sindicatos", ao determinar que as centrais sindicais passassem a receber o Imposto Sindical (ANTUNES, 2011). Portanto, frente ao avanço de legalização das Centrais Sindicais, o direito dado pelo governo de que estas recolhessem o Imposto Sindical, geraria uma dependência estatal também desses recursos, além de outras verbas públicas.

Lembramos que como visto no capítulo 2, apesar das críticas que se possa fazer ao "Novo Desenvolvimentismo", no que tange à base estrutural muito próxima aos interesses do capital rentista, houve avanços importantes no que tange à redução do desemprego, na elevação do poder de compras dos salários (BARBOSA, 2013), via política de reajuste anual, além da retomada de investimentos públicos e privados, com o PAC, que acabou gerando o crescimento da economia nessa nova fase de acumulação do capitalismo nacional.

É nessa conjuntura, que Boito Júnior e Marcelino (2010) analisam as mudanças no sindicalismo nacional, frente ao questionamento da tese da crise do sindicalismo nacional.

No artigo em questão, os autores tomam "a atividade grevista como uma porta de entrada para analisar a situação do movimento sindical brasileiro na década de 2000", e mesmo considerando que "a greve não é a única ação importante e pertinente do movimento sindical, mas é, seguramente, uma de suas ações mais contundentes e de maior visibilidade política e social". A partir desse pressuposto, buscam compreender no período de 2004 a 2008 o "novo ciclo de greves" no Brasil (BOITO JÚNIOR e MARCELINO, 2010, p. 304), e para tanto partem da hipótese de que

alterações na conjuntura econômica, política e ideológica podem ter propiciado uma recuperação do sindicalismo. [...] O que estamos sugerindo é que, mudada a conjuntura, muda também a situação do movimento sindical. (BOITO JÚNIOR e MARCELINO, 2010, p. 330).

Em suma, consideram que: "A década de 2000, com as alterações que trouxe nas conjunturas econômica, política e ideológica, pôde, justamente por isso, propiciar uma recuperação da atividade sindical no Brasil". Portanto, destaca-se a importância das greves e suas características, como "greves ofensivas, por conquistas de novos direitos e [ou] ampliação dos já assegurados" (BOITO JÚNIOR e MARCELINO, 2010, p. 335)⁴²⁰.

⁴²⁰ Com base no entendimento de um "novo ciclo de greves no Brasil", os autores apresentam algumas considerações:

- a) O número de greves e grevistas vem se mantendo elevado, com participação majoritária do setor público;
- b) Greves em sua maioria, "greves ofensivas, isto é, por novas conquistas e não greves para recuperar ou evitar perdas";
- c) No novo ciclo de greves está havendo ganho real de salário e por conquista ou melhoria da Participação nos Lucros e Resultados (PLR);
- d) Também reduziu-se o número de greves "defensivas", aquelas por pagamentos de salários atrasados, por respeito a direitos já existentes e etc.;
- e) No período analisado - 2004 a 2008 - as "reivindicações ofensivas" estiveram presentes na grande maioria das greves (65%), diferente do quadro da década de 1990 quando "predominavam as reivindicações de caráter defensivo". Na década de 2000 os trabalhadores estão "logrando avançar em novas conquistas", afirmam os autores e com isso as greves seriam mais ambiciosas, de "caráter ofensivo" tem sido na maioria bem-sucedidas na obtenção (total ou parcial) das reivindicações que as motivaram, como estabelecer negociação com os empregadores, e com isso conseguiram obter algumas ou parte das reivindicações, em detrimento de apenas 7% consideradas como greves derrotadas - não conseguindo nenhuma satisfação.

E no setor da construção civil o que esse novo cenário de greves revela?

Para tentar responder essa questão, tomaremos como base a publicação do "Estudo Setorial da Construção (Nº. 65)", do DIEESE, publicado em maio de 2013. Essa caracterização é feita de modo geral, como suporte para podermos dialogar com a nossa pesquisa empírica para o tema em questão, visto a partir da próxima seção.

O estudo citado tem como objetivo analisar os indicadores de desempenho do setor da Construção para o ano de 2012 no Brasil, bem como indicar a tendência para o ano de 2013, e assim subsidiar as negociações coletivas do setor. No comparativo, o estudo revela que o ano de 2012 despontou, desde 1996, como o "melhor ano para as negociações dos reajustes salariais desde o primeiro balanço publicado pelo DIEESE [...]" (DIEESE, 2013, p. 3).

A causa do otimismo seria que os resultados avaliados teriam sido "positivos, seja em termos da proporção de reajustes acima da inflação (95% do total analisado), seja quanto ao valor médio do aumento real: 1,96% acima do INPC-IBGE" (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE). O estudo do DIEESE destaca que o aumento real médio superou o registro de 2010, até então considerado o maior desde o início da série para o setor da construção civil.

f) Assim, ocorreram negociações, tiveram reivindicações atendidas - varia o grau de satisfação do atendimento das reivindicações - pois "de setor para setor, varia bastante o montante das greves que obtivera algum sucesso". Prova seriam os dados gerais de greves que obtiveram total ou parcialmente suas reivindicações atendidas, sendo os seguintes percentuais: 2004, 70%; 2005, 75%; 2006, 75%; 2007, 60%; e 2008, 73% (p. 233);

g) Quanto ao reajuste salarial: no ano de 2004 o número de acordos com reajustes acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) cresceu muito, sendo de 87% dos acordos com reajuste em 2007; no ano de 2008, 88% das categorias tiveram reajustes em patamar igual ou superior à taxa de inflação;

h) Amplitude das greves e aos métodos de luta mais agressivos utilizados pelos trabalhadores, como ações públicas para pressionar os empregadores, visibilidade da ação sindical com atos públicos, passeatas, piquetes e ocupações;

i) As greves foram realizadas na maioria das vezes por setores mais mobilizados do movimento sindical, metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores da construção civil, bancários e funcionários públicos - ocorreram no período (exceção 2008) mais greves no setor público que privado;

j) Por fim, afirmam que além das greves, a fase atual do movimento sindical brasileiro pode requerer, mais que em outras épocas, a atenção para o conflito no local de trabalho. Os autores falam de pequenas paralizações por setor no interior de uma mesma empresa, que poderiam estar ganhando corpo no Brasil, assim como na França.

Outro dado importante para essas conquistas “positivas” seria em decorrência do aumento do investimento público e privado em obras de infraestrutura no país, que apesar de ainda ser uma taxa muito baixa de investimento em relação ao PIB (somente 2%) para sustentar o crescimento do país, já teria contribuído para alguns resultados.

Se tomarmos como referência que o setor em questão apresenta a informalidade como característica predominante no mercado de trabalho, tendo em vista tanto a participação do trabalhador por conta própria, cerca de 3,2 milhões de pessoas, o equivalente a 42% do total ocupado, mas também pelo elevado percentual de trabalhadores sem carteira assinada, o que representava 22% no conjunto do setor, totaliza uma informalidade de 60% dos ocupados na construção civil no país.

Outro ponto complicador refere-se aos acidentes de trabalho no setor da Construção Civil, sendo que a categoria profissional da construção é uma das mais afetadas por acidentes de trabalho, conforme destaca o estudo do DIEESE. Assim, vale destacar, que em 2009, dos acidentes de trabalho registrados no total nos setores da economia, 7,6% foram na indústria da Construção Civil, em 2010 e 2011, houve aumento percentual, com índices de 7,9% e 8,4%, respectivamente. Dados de mortes por acidentes no exercício da atividade profissional e incidências desses casos no setor da Construção Civil também são alarmantes, pois em 2009 ocorreram 2.560 mortes em decorrência do exercício do trabalho, sendo que 16% afetaram trabalhadores na Construção Civil; já em 2011 o percentual foi de aproximadamente 17%.

Frente a esse quadro nefasto de precarização das condições laborais incluindo acidentes e mortes de trabalhadores no setor da Construção Civil, no Brasil, o estudo considera como positivo o avanço da contratação protegida, que entre 2009 a 2011, as ocupações com carteira assinada subiram 24,7%, em detrimento do avanço da modalidade sem carteira que foi de 8,5%, e por conta própria de 17,9%. Isso representaria no entendimento do DIEESE (2013, p. 12) “um vigoroso processo de formalização do emprego no setor, nos últimos anos”. Também haveria uma participação feminina significativa no setor da Construção Civil, equivalente a 33%, em obras de infraestrutura⁴²¹.

⁴²¹ Na UHE de Jirau a estimativa é que esse percentual fique em 15,3%.

Apesar do aumento da formalização, o que se constata para o referido setor é que as greves têm crescido nos últimos anos, em 2010, 2011 e 2012. Tal constatação do DIEESE, conforme Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), indica importantes modificações nas características dos protestos dos trabalhadores da construção, que ocorrem paralelamente ao crescimento do setor no país. Em 2010 foram 14 greves, de um total de 446 greves no país, o que representava 3,1%; já em 2011, em números absolutos, aumentou para 52 greves para um total de 554, o que representou 9,4%.

Em março de 2011, foi o ano de grandes manifestações, com cerca de 100 mil trabalhadores, iniciadas em cinco canteiros de grandes obras do PAC, como: nas UHEs de Jirau e Santo Antônio (RO); Refinaria Abreu e Lima, em Suape (PE); Termoelétrica do Pecém (CE); e outras obras de Montagem Industrial em São Roque do Paraguaçu (BA).

Destaca-se nessas greves que: "As mobilizações nas grandes obras em 2011, em grande parte, foram motivadas por reivindicações de melhorias das condições e relações de trabalho nos canteiros do país" (DIEESE, 2013, p. 28).

Do mesmo modo, os dados apresentados no estudo do DIEESE demonstram que em 2011 1/4 do total contabilizado de trabalhadores parados (26,6%) foi composto de grevista do setor da Construção Civil, ou seja, mais de 546 mil trabalhadores envolvidos em manifestações e protestos. A média de participação nessas greves da construção foi de 11.380 trabalhadores, proporção superior à média anual total, de 6.902 trabalhadores por greve.

Dentre a pauta dos trabalhadores da construção destacam-se a alimentação (69,2%) e o reajuste salarial (53,8%), que foram as duas principais reivindicações em 2011. Além disso, destacam-se as relacionadas às condições do local de trabalho (38%) - instalação e manutenção de sanitários, bebedouros e armários, locais para alimentação, repouso e troca de roupas, fornecimento de água potável e produtos de higiene - assistência média (36,5%), horas extras (28,8%) e folga (23,1%).

Portanto, isso nos leva ao questionamento de que em um quadro de reivindicações como expresso na pauta de luta dos trabalhadores da construção civil, qual seriam as causas e as consequências mais sintomáticas?

Pensamos que esse quadro nefasto do Setor da Construção Civil, que não sofre alteração estrutural com o PAC e o "Novo Desenvolvimentismo", ao contrário é justamente nesse contexto que os trabalhadores se rebelam, se revoltam e escancaram a superexploração do trabalho nas grandes obras de infraestrutura energética, em especial na Amazônia, com as UHEs de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Para não desviarmos do raciocínio, refletiremos sobre isto mais à frente para o caso da UHE de Jirau.

Por hora, o que o estudo do DIEESE (2013, p. 30) nos mostra é que, em 2011, 84,6% das greves realizadas pelos trabalhadores da construção civil tinham caráter "propositivo", por novas conquistas, e 50% dos casos de greves possuíam reivindicações de caráter "defensivo", ou seja por descumprimento de direitos e manutenção de condições já asseguradas em lutas anteriores.

Por isso é importante aprofundarmos os sentidos dessas paralizações e greves no "Novo Desenvolvimentismo", como a de "caráter propositivo" e "defensivo", com base no estudo do DIEESE.

O DIEESE (2013, p. 30), define os movimentos de greves a partir do caráter das reivindicações, sendo 4 as seguintes definições de greves: propositivas, defensivas, protestos e de solidariedade⁴²².

Boito Júnior e Marcelino (2010) questionam essas classificações do DIEESE, e definem como "greve ofensiva", o que o DIEESE chama "greves propositivas". Isso porque essa definição (propositiva) relaciona-se ao cotidiano sindical a "uma determinada estratégia" que inclui negociações que estão longe da luta por melhores condições de trabalho, novos direitos e melhorias salariais. Além disso, para os autores, no novo ciclo de greves da década de 2000, teria outras bases e por isso não consideram adequado a oposição entre "propositivo" e "defensivo" apresentado pelo DIEESE. Deste modo: "O oposto de um sindicalismo propositivo seria aquele que se recusaria a fazer propostas; o que não nos parece ser o caso de quase nenhuma

a) "Greves propositivas": referentes às mobilizações que propõem a introdução de novas conquistas ou a ampliação das já asseguradas;

b) "Greves defensivas": as que se colocam "pela manutenção ou renovação de condições de trabalho vigentes ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordos ou legislação";

c) "Greves de protestos": referentes a paralisações que visam "ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho";

d) "Greves de solidariedade": refere-se ao movimento que se propõe a apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores de empresas.

atividade sindical. Na prática e na sua semântica, o oposto de 'defensivo' é, de fato, 'ofensivo'" (BOITO JÚNIOR e MARCELINO, 2010, p. 331).

Esse questionamento do caráter das reivindicações entre "propositiva", "defensiva", "de protesto" ou "ofensiva", permite o questionamento da classificação "tipológica" destas formas de manifestações dos movimentos de lutas dos trabalhadores, mas não avança o suficiente para o entendimento das contradições dos processos que envolvem tais paralisações.

Ao nosso ver, as contribuições de Antunes (1992 e 2011) permitem a reflexão crítica do processo dialético da luta de classes. O autor apresenta alguns "elementos determinativos essenciais, presentes em todo processo de greve", pois "dizem respeito tanto à causalidade que cria suas condições de possibilidades, quanto ao conteúdo do pôr teleológico nela existente", os quais são dados pela "dimensão espontânea, não-espontânea, econômica e/ou política" (grifos no original).

Assim, seriam nos processos reais que tais categorias ajudam na análise das greves, inclusive por permitirem apreender a "dimensão ofensiva" e/ou a "dimensão defensiva", bem como a amplitude das formas de lutas e movimentos, como as greves.

O importante não seria um "receituário" ou tipologias de classificação dos movimentos de trabalhadores por meio das greves, mas compreender a processualidade das formas de resistência e de luta, chegando assim à sua natureza e qualidade.

É com bases nos processos presentes na "categorização", ou na "determinação categorial" das greves, que Antunes (1992) contribui para a apreensão da dialética das formas de greve.

Embora o autor foque nas greves, entendemos que suas contribuições nos ajudam na reflexão e entendimento das mediações presentes nas Revoltas e, também, paralisações e greves desencadeadas na construção da UHE de Jirau.

Assim, Antunes (1992, p. 189) afirma que a greve "se configura como uma relação de luta entre modos particulares de existência, expressa momentos de rebeldia do trabalho frente a dominação do capital". Portanto, a partir do estudo dos processos reais e de seus "componentes teleológicos", bem como dos "nexos causais presentes na

realidade onde a greve vive sua processualidade”, permitiria desvendar e apreender as mediações entre as formas de greve, paralisações, revoltas e os seus desdobramentos e significados no plano da subjetividade dos trabalhadores.

Em outras palavras, as greves, manifestações e revoltas podem ser ações importantes na luta dos trabalhadores contra o estranhamento, tendo assim desdobramentos no plano da subjetividade, na consciência de classe. Indo além da espontaneidade, da imediatidade, “*com uma direção consciente, inspirada numa concepção que objetiva a emancipação do trabalho, a greve se constituirá em efetivo passo no processo de conscientização do ser social*”. (ANTUNES, 1992, p. 190, grifo no original).

Para Antunes (1992, p. 192-193) o estudo das greves permite compreender sua real dimensão:

[...] **de um lado podem se constituir num dos instrumentos que possibilitam o avanço da consciência espontânea do proletariado. De outro, elas têm limitações, e estas somente são superadas quando o movimento operário atinge um nível superior, especialmente no plano da subjetividade, no plano da consciência.** A greve é instrumento importante, porém não único, e sua insuficiência transparece especialmente quando ela é desprovida de uma teleologia consciente e direcionada, quando ela não se fundamenta numa direção portadora de razão dialética, quando ela não se insere num projeto global de transformação da sociedade. (itálico no original; negrito nosso).

Assim, fica evidente seu caráter dialético, que pode ter impactos e reflexos na subjetividade da consciência do trabalhador, em sua consciência de classe. Para isso o movimento deve primar pelo caráter “não-espontâneo”, sendo conduzido politicamente de modo consciente para a emancipação e autonomia do trabalho, o que não ocorre em um movimento de caráter espontâneo, dirigido pelos trabalhadores, e portanto, contrário à condução pelo Sindicato com outra organização do trabalho.

É neste sentido que Antunes (1992) define um movimento (como uma greve) de “caráter espontâneo”. Vejamos:

[...] uma greve é espontânea quando ela nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença da direção consciente. **Quando a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem prévia**

ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação de classe, em sua processualidade e desenvolvimento e se atém ao plano da imediatidade. A ação espontânea é, portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da cotidianidade, da consciência contingente. (ANTUNES, 1992, p. 195, itálico no original; negrito nosso).

De tal modo, nesse movimento espontâneo de rebeldia dos trabalhadores falta uma direção "política consciente", não no sentido de manipular ou conduzir os trabalhadores por si, mas pela "razão dialética", ou seja, como entendida por Antunes (1996) como portadora da consciência que vise operar a transformação radical da sociedade. Falta-lhe um plano prévio, uma ação organizadora, pois o movimento sindical atuaria seguindo o "ritmo do levante das massas [do operariado]", seus dirigentes passam a ser "guiados pela massa [operária], não a guia com uma ação consciente".

Constitui-se na imediatidade, luta-se contra os efeitos e não contra as causas dos efeitos, fica no "paliativo" e na "cura da enfermidade". Como exemplo são as greves de caráter econômico que atêm-se ao plano do imediato, pela relação contratual entre capital e trabalho. Uma forma de manifestação que faz parte do cotidiano capitalista na luta entre capital e trabalho.

Antunes (1992, p. 198) caracteriza que um movimento de greve é "estritamente econômico quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários e por isso incapazes de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista" (grifo no original).

Faltaria nesse plano o "caráter político"⁴²³, embora possa uma greve assumir contornos de um movimento econômico e político, bem como tendo seu "caráter espontâneo" evoluir para uma ação "não-espontânea", com uma direção consciente contra o estranhamento e as amarras do capital para com o trabalho. Por fim, tanto um movimento de "caráter espontâneo", quanto "não-espontâneo", podem apresentar elementos de ordem econômica como política.

⁴²³ Antunes (1992, p. 199) então define "greve política" como sendo "aquela que, numa das suas dimensões, contrapõem-se de alguma maneira o aparato de Estado, que por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a superestrutura jurídico-política".

Tais reflexões nos remetem ao nosso objeto, ou seja, ao desafio de compreender como se processou no plano objetivo e subjetivo as formas de luta, os movimentos de Revolta e rebeliões (sentido de rebelar-se) dos trabalhadores em Jirau, sua organização e o papel do STICCERO.

10.3 O STICCERO no contexto das Revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau

Os embates nos canteiros de obras nas UHEs de Jirau e Santo Antônio não estouraram apenas em 2011, com a Revolta dos trabalhadores em Jirau, e que teve significativa veiculação na mídia. Como discutimos nos capítulos 8 e 9, a rebeldia do trabalho passou a ter várias interpretações: "vandalismo", "barbárie" e "motim". As distinções foram feitas entre trabalhadores "ordeiros" e "hostis", de modo que tanto o MTE, MPT e JT discerniram entre aqueles que atuaram dentro da lei, da legalidade, e aqueles que permaneceram à margem, na ilegalidade, gerando quebra-quebra, incêndios e danos ao patrimônio privado e "caos" na cidade e distritos de Porto Velho.

Para as empresas, essa distinção não foi feita de modo tão sutil, e mesmo considerando que nos movimentos de paralisação ocorridos desde 2009, com maior destaque às paralisações e as duas Revoltas de 2011 e 2012, em alguns casos com a deflagração de greves, os trabalhadores foram intensamente discriminados, rotulados de transgressores e até "bandidos"; embora se reconhecesse que "um grupo" sempre estivera à frente dos protestos mais violentos: em certas circunstâncias 70, 90, 150 e de até 300 operários eram assim indicados.

Essa fragmentação na luta também ocorreu na perspectiva do Sindicato da categoria. Ao analisarmos documentos e informativos do STICCERO, além das entrevistas realizadas com membros da atual diretoria (2010-2014 - Presidente e Vice-Presidente), fica evidente uma fragmentação imposta aos operários⁴²⁴, ou seja, entre os "ordeiros" e o "pequeno grupo desordeiro", geradores de tumultos que, na visão do Sindicato, tentaria manchar a imagem da instituição junto à sociedade.

⁴²⁴ Reitero, usado no sentido de trabalhador barrageiro.

A primeira grande paralisação dos trabalhadores nas UHEs do CHM ocorreu no ano de 2009, quando o STICCERO estava a pouco mais de dois meses sob a Administração Judicial. A paralisação teve início em 31 de agosto, a greve foi decretada no dia 08 de setembro, sendo mantida até o dia 10, portanto com duração de três dias. A greve envolveu as duas UHEs, sendo que em Jirau paralisou trabalhadores da empresa Camargo Corrêa, e em Santo Antônio da Norberto Odebrecht, além de outras empresas com obras do PAC no município de Porto Velho, como a Andrade Gutierrez.

De modo geral, podemos dizer que em todas as campanhas salariais de data-base houveram ações reivindicatórias protagonizadas por movimento organizado pelos trabalhadores para melhoria salarial e de benefícios, como em 2009 com uma paralisação e deflagração de greve. E ainda a greve de 2010, na qual detectamos o germe para a primeira revolta dos trabalhadores, que aconteceu naquele momento no canteiro da UHE de Santo Antônio; a paralisação de 2011 com a Revolta de Jirau, e, conseqüentemente a greve, e mais uma vez a rebeldia dos trabalhadores parando os canteiros das UHEs no ano de 2012, com a segunda Revolta.

O que ocorreu em 2013? Houve mudanças no direcionamento da luta, entre a estratégia das Revoltas visto até então, para uma ação organizada e consciente por parte do STICCERO?

É na processualidade das paralisações, Revoltas e greves que entenderemos a qualidade e potencialidade dessas lutas dos trabalhadores na UHE de Jirau. Buscamos apreender, por ora, em cada um desses momentos o papel do STICCERO em uma possível organização, mediação e defesa dos trabalhadores frente às empresas, ao capital e ao Estado.

Na negociação da greve deflagrada em 2009, o Dissídio Coletivo ocorreu até o dia 24 de setembro de 2009, portanto 14 dias de negociação entre STICCERO e as empreiteira, com a participação do MPT-RO, sob a condução do procurador Aílton dos Santos Vieira, e mediação da desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, ocorridos na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-14ª Região).

Devido à condição instável no STICCERO - pelas disputas entre FS e CUT - havia todo um clima de insatisfação com a atuação representativa do Sindicato até então. O questionamento era pelas

condições reais de trabalho e reivindicação por mais benefícios que não era considerada satisfatória pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) (2008-2010) firmada pelo ex-dirigente Antonio Amaral, sob o comando da Força Sindical, com as empresas e consórcios construtores.

Segundo Altair Donizete (informação verbal)⁴²⁵ a paralisação ocorreu tendo o Administrador Judicial e as Comissões de Trabalho uma participação na mobilização e na greve. Em suas palavras: "Nós participamos de todo o processo de negociação de greve, tudo né. Nós tínhamos autonomia para auxiliar o interventor. O interventor dava autonomia pra gente, com o aval do Tribunal [do Trabalho]" (informação verbal)⁴²⁶.

Segundo o entrevistado a indignação naquele momento era grande⁴²⁷, os trabalhadores não tinham cesta básica, não havia atendimento ao operário em Rondônia, e o atendimento à saúde não existia: "Nós tínhamos 700 trabalhadores no Hospital de Base, com a perna quebrada, com a clavícula quebrada, e para piorar, esperar 3 meses, 4 meses para poder ser atendido. Olha o estado de humilhação que nós estávamos". Além disso, essa primeira paralisação em 2009 buscava fazer frente às "manobras das empresas", como a falta de transporte exclusiva para o trabalhador, pois usava ônibus urbano e de linha, e não havia pagamento de horas *in itinere*.

Os relatos de Donizete mostram que o MOSCC teve, junto ao Administrador Judicial do STICCERO, um papel importante na mobilização dos trabalhadores naquele ano de 2009, inclusive para deflagrar a greve contra as péssimas condições no ambiente laboral.

[...] nessa paralisação do dia 9, que foi a paralisação geral, nós trouxemos os trabalhadores todos para o centro da cidade, das duas usinas [Jirau e Santo Antônio],

⁴²⁵ Naquele momento membro do MOSCC e integrante de uma das Comissões de Trabalho instituídas pela JT, depois vice-presidente do STICCERO, até 2013 quando do seu falecimento.

⁴²⁶ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

⁴²⁷ Em nota emitida pela CUT-RO (RIBEIRO, DANNY. Sindicato paralisa obra da Usina de Santo Antônio por 4 horas. Disponível em: <www.vozderondonia.com.br>. Data: 31/08/2009), destacam-se vários pontos de reivindicação: Assédio moral, maus tratos, desvio de função, falta de assistência médica, falta de ambulância, ameaças de demissões, alimentação estragada, não pagamento de horas extras, regime de "semi-escravidão", uso de força policial para coagir os trabalhadores, transporte coletivo de péssima qualidade, retenção de Carteira de Trabalho, falta de equipamentos de segurança, dentre outras reclamações e reivindicações.

fizemos um arrastão e trouxemos todo mundo pro centro da cidade para mostrar para as autoridades que a situação nossa era degradante. (DONIZETE, informação verbal)⁴²⁸.

É nesse contexto da primeira greve nas UHEs do Madeira que o Administrador Judicial à frente do STICCERO, acompanhado pelo MPT-RO e MTE-RO, com mediação da Justiça do Trabalho, passaram a negociação e acordo entre o Sindicato - com apoio da CUT-RO⁴²⁹ e CONTICOM - e as empresas e os consórcios das UHEs de Jirau e Santo Antônio (Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, SINICON), via Dissídio Coletivo de Greve (Processo no TRT-RO N° 01546.2009.000.14.00-8).

O Dissídio Coletivo de Greve saiu no dia 10 de setembro de 2009, com proposta de finalizar imediatamente a greve, e iniciar a negociação entre as partes, mediante uma pauta de reivindicação apresentada pelo STICCERO às empresas.

Naquele momento, podemos identificar o ato mais combativo do STICCERO para a negociação, que tinha como bandeira significativas mudanças no Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho (ACT/CCT) firmados pela Força Sindical no período de 2008 a 2010, sendo que neste intervalo constava apenas a reposição salarial, com base na inflação do período. Lutava-se por melhorias nas condições de trabalho nos canteiros de obras, além da questão salarial. Essa foi uma bandeira importante do STICCERO, que também incluía mais de 30 itens de reivindicação: reajuste de 10% nos salários e equiparação do piso salarial da categoria, insalubridade, periculosidade, plano médico e odontológico, contra o assédio moral, e redução de jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas, além de pagamento de horas *in itinere*. Além de não descontar os três dias parados com a greve, sem retaliação por parte das empresas com os operários envolvidos na paralisação.

No dia 24 de setembro de 2009, em Dissídio Coletivo de Greve, as empreiteiras apresentaram contraproposta de piso salarial para a categoria em seus 4 níveis de função⁴³⁰ (ajudantes, meio-oficial,

⁴²⁸ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

⁴²⁹ A filiação do STICCERO à CUT ocorreu no dia 09 de maio de 2010.

⁴³⁰ Pisos salariais: Nível I (ajudantes e serventes) reajuste de 35%; Nível II (meio-oficial - auxiliares pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista, montador, laboratório, serviços gerais) 30%; Nível III (Oficial - pedreiro, carpinteiro, armador, eletricista, operador de guincho e demais funções)

oficial e operadores), reajuste de 7% a todas as funções com valores acima do nível III, que somado ao aumento de 8% de abril/maio de 2009, chegou a 15%. Além dos benefícios como a visita familiar denominada de "baixada" a cada seis meses para os trabalhadores de outros estados contratados pelas empresas (de cinco dias com passagens pagas pelas empresas, sendo dois dias abonados e três compensados); vale alimentação para todos os níveis, de R\$ 80,00; PLR de 25 horas mensais, equivalente a 300 horas anuais, vinculado ao programa de objetivos e metas que seria elaborado pelas empresas; plano de assistência média para empregados com cobertura de 100% para internação, mais 40 % de coparticipação para exames; adicional de horas extras de 60% de segunda a sábado, e domingo e feriados de 100%; e contrato de experiência reduzido de 80 dias, divididos em dois períodos de 40 (MURALHA, setembro de 2009).

Em assembleia dos trabalhadores (no dia 25 de setembro) nas UHEs de Jirau e Santo Antônio foi aprovada a proposta das empresas Camargo Corrêa e Odebrecht, que colocou fim àquela paralisação e greve.

Naquela paralisação ficaria nítido o germe não só da luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho e resistência ao controle com o assédio moral existente nos canteiros de obras, mas também as dificuldades de organização encabeçada pelo Sindicato e, principalmente, a dificuldade de negociação com as grandes construtoras por melhores salários e redução do tempo de trabalho, seja na jornada semanal de 44 para 40 horas (pauta abandonada posteriormente), seja no aumento do intervalo de tempo para almoço, não trabalho opcional ao sábado e direito a mobilidade para visita familiar.

Portanto, foi na mobilização feita naquele momento pelo próprio movimento sindical (MOSCC) que se tentava construir com apoio da CUT, e no embate com as empresas que apresentou-se uma pauta de reivindicação mais combativa. Tínhamos, então, um caráter econômico, mas também de enfrentamento contra as precárias condições de trabalho, que se materializava na superexploração dos operários.

Como represália e retaliação ao movimento grevista a Odebrecht demitiu 40 trabalhadores por justa causa em Santo Antônio. Foi alegado

aumento de 37%; Nível IV (Operadores - máquinas pesadas e retro escavadeiras), salário vigente mais 7%.

que cerca de 150 trabalhadores estavam envolvidos nas manifestações antes da greve e por isso seriam demitidos por justa causa. Na Camargo Corrêa, no dia 01 de outubro daquele ano de 2009, foi demitido um grupo de 60 trabalhadores, logo após o Dissídio Coletivo de Greve. A repressão foi o mecanismo utilizado pelas empresas, que ao agirem de forma abusiva retiraram à força os trabalhadores dos alojamentos, sem tempo de tomarem posse dos seus pertences. O capital teve o respaldo de policiais armados e à paisana que faziam “bico na empresa (Camargo Corrêa) e intimidaram os funcionários com ameaças veladas e escoltas até o escritório onde são [foram] obrigados a assinar documentos que a mesma apresenta sem qualquer explicação quanto à natureza do desligamento” (STICCERO, p. 8, 2009).

Oito meses após essa greve, em junho de 2010, uma nova paralisação ocorreu na UHE de Santo Antônio e, na sequência, também em Jirau, no dia 07 de junho. Essas paralisações, ao contrário da anterior, não foram organizadas pelo STICCERO, mas surgiu de modo “espontâneo” entre os trabalhadores, sem liderança nítida nem participação do STICCERO; foi autônoma entre os trabalhadores. Nas palavras de Donizete: “[...] essa não foi estimulada pelos Sindicato, essa foi estimulada pelos trabalhadores mesmo [...]” (informação verbal)⁴³¹. Após a paralisação, o STICCERO foi chamado para intermediar a negociação. Nesse sentido, vale esclarecer que ao usarmos a referência ao caráter “espontâneo” da luta, o fazemos para demonstrar que o Sindicato não esteve à frente na organização da paralisação dos trabalhadores. Portanto, a expressão “espontânea” não significa uma rebeldia sem motivo, que surge do nada, mas, ao contrário, parte da consciência individual do operário que se rebela contra as formas de exploração e opressão sofridas no ambiente de trabalho.

Neste ponto, três aspectos merecem destaque, segundo Informativos MURALHA e PEDREIRA (STICCERO, jun. 2010):

a) Manteve-se como reivindicação principal dos trabalhadores a **questão da mobilidade do trabalhador**, com redução do tempo de visita familiar para três meses (baixada) e transporte aéreo;

b) Aumento do tempo de almoço para 1 hora e 30 minutos;

⁴³¹ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

c) Não trabalho aos sábados, não substituir feriados por outro dia da semana e liberação de um dia para alojados resolverem pendências pessoais;

d) **Aumento salarial de 30%; pagamento de diferenças salariais;** classificação e promoção, bem como de cursos de capacitação para operários com meta de melhoria de cargos nos canteiros de obras. Além da relação do tempo de trabalho, tempo de descanso, a valorização salarial e de exercícios das funções foi outra meta de reivindicação nas UHEs;

e) **Melhores condições de trabalho,** outra bandeira de luta que se tornava mais forte, seja por melhorias e mais segurança no transporte, plano de saúde integral, melhorias nos alojamentos com instalação de aparelhos de ar condicionado e não cobrança de taxa pelos mesmos, periculosidade de 30% e insalubridade de 10%, cesta básica sem penalidade; refeições decentes (café da manhã especialmente), fim ao assédio moral por parte de encarregados que visam a produção em relação ao trabalhador;

f) **Presença do sindicato nos canteiros de obras;**

g) E **retirada de "milícia" formada por policiais civis e demais militares armados e à paisana nos canteiros de obras,** aterrorizando os trabalhadores alojados.

Nessa paralisação, na UHE de Santo Antônio demonstra-se o germinar do que viria a ser menos de um ano depois a primeira Revolta de Jirau, em março de 2011.

Naquele mês de julho de 2010, a paralisação e manifestações ocorridas em Santo Antônio culminaram em atos de violência que tiveram como resultado a depredação de 35 ônibus, fato ocorrido no dia 17 de junho, bem como agressão física a trabalhadores por membros do grupo que encabeçaram a ação. Além disso, os informativos do STICCERO (Pedreira e Muralha) relatam a ocorrência de "quebra-quebra" dentro do refeitório, com intervenção da polícia que foi acionada pela empresa Odebrecht - CSAC. Já na madrugada do dia 21 de julho de 2010, houveram novas manifestações por parte dos trabalhadores, sem a atuação de liderança sindical.

Na versão do STICCERO (divulgado à imprensa e aos trabalhadores pelos informativos), tais fatos seriam gerados por "um grupo de indivíduos [isolados], intencionados em sabotar o processo

de negociação que está[va] em pleno andamento entre sindicato e a Usina [CSAC - Consórcio Santo Antônio Civil]”⁴³². Portanto, quando a violência da manifestação passa para o primeiro plano, não busca-se relacionar que a causa tenha como base a degradação e superexploração do trabalho nos canteiros de obras, mas as declarações deixam subentendido que haveria um fomento pela violência de um grupo de trabalhadores por motivações externas, o que poderia ocorrer tanto motivado pela disputa entre sindicatos (STICCERO e SINTRAPAV), como por um grupo opositor à diretoria do STICCERO (2010-2014), encabeçado pela Força Sindical.

Essas hipóteses não foram comprovadas pela polícia e nem pelo MPT-RO, por isso, diante da evidência da insatisfação geral que já pairava entre os trabalhadores nos três anos consecutivos, desde o início das obras nas UHEs do CHM, entendemos que tanto em 2009 como em 2010, o germe da revolta de trabalhadores teve caráter da própria ação dos operários, sem organização do STICCERO. Ou seja, primeiro em Santo Antônio, e depois de modo mais amplo e complexo na UHE de Jirau. As causas dessas paralizações se devem à insatisfação com relação aos baixos salários, nas precárias condições de trabalho, dos rígidos sistemas de controle dos trabalhadores nas UHEs de Jirau e Santo Antônio. Arriscamos nesse momento a afirmar que tenha sido uma resposta à intensificação da exploração da força de trabalho empreendida pelo capital, naquele contexto de construção das grandes obras de infraestrutura de energia elétrica, vinculadas à política do “Novo Desenvolvimentismo”, sob o “lulismo”.

Os casos ocorridos nos anos de 2011 e 2012 nos ajudam a fundamentar essa compreensão, sendo que no capítulo 7 demonstramos a degradação do trabalho e as formas de controle materializadas no território do hidronegócio-energético nas UHEs de Jirau.

Ainda na greve de 2010, o STICCERO, ao atuar como coadjuvante das reivindicações dos trabalhadores, sendo conduzido e não conduzindo os operários, leva a negociação com o capital para o campo da mediação

⁴³² O sindicalista e Presidente do STICCERO, Raimundo Soares, levantou como hipótese de que a própria empresa queria desmoralizar o sindicato e sua luta frente aos trabalhadores, e que um “pequeno grupo de pessoas tendente formar um movimento paralelo para levar benefícios financeiros sejam [sic] os responsáveis pela desordem instalada nos canteiros [...]” (STICCERO, Informativo PEDREIRA, p. 2, junho de 2010).

junto ao MTE, com participação do MPT. Orienta-os a não praticarem atos de "vandalismo" - termo também usado pelo Sindicato da categoria - mas construir uma pauta de reivindicação para ser negociada junto às empresas construtoras das UHEs de Jirau e Santo Antônio. Além disso, propôs que retomassem suas atividades e dessem o prazo de uma semana para o atendimento das demandas, e que decidissem sobre a aprovação ou não de um acordo em assembleia. Ou seja, somente após a deflagração da paralisação é que o STICCERO passa a atuar junto aos trabalhadores na negociação com o capital.

Constata-se nesse sentido uma distinção entre a forma como se desencadeou a paralisação em Jirau e Santo Antônio, embora ambas as UHEs foram paralisadas, em Jirau não ocorreram atos de violência naquele momento, com exceção de um incidente pontual. As negociações transcorreram durante aproximadamente 20 dias, entre a Comissão de Negociação formada pelo STICCERO, CUT, CONTICOM e empresas. Contou-se com a mediação do MPT e participação da SRTE-RO, para que houvesse o diálogo com a construtora Camargo Corrêa e Consórcios CSAC e CESBR, de modo que as reivindicações fossem acatadas pelo capital.

Como resultado teve antecipação da revisão de ACT que ocorreria em setembro (2009) para o mês de junho (no ano de 2010), com 24 pontos importantes na negociação, envolvendo: aumento salarial de 11,14% (frente inflação até maio de 2010, de 5,5%), com ganho real de 5,65%; aumento do valor da cesta básica/vale alimentação de R\$ 80,00 para R\$ 110,00 - condicionada a uma falta justificada; promoções/classificações; assistência médica com coparticipação de 20% em consultas; visita familiar (baixada) de cinco dias (abonados), a cada 4 meses para trabalhadores contratados em outros estados, com a garantia de passagem aérea ou equivalente em dinheiro para passagem de ônibus; melhorias nos alojamentos, por exemplo com a instalação de ar condicionado; o combate ao assédio moral; jornada aos sábados compensadas como o pagamento de horas extras; regulamentação da marcação de ponto; nova data para a data-base, que passaria para maio de 2011; validação também do ACT para as empresas terceirizadas; e permissão da presença do STICCERO nos canteiros de obras, entre outros pontos.

Neste momento o STICCERO, representantes dos trabalhadores, CUT e CONTICOM, orientaram os operários para que o acordo firmado com

as empresas fosse aprovado em assembleia, para valer na negociação do ACT 2010-2011. Como argumentos, destacaram os avanços com ganhos reais no salário, redução no tempo entre "baixada", jornada opcional aos sábados e realização de horas extras.

Como visto as negociações tripartites entre trabalhadores-capital-Estado tiveram avanços importantes sob a condução do Sindicato, tanto em termos salariais como também das condições de trabalho, de alojamento e na redução do tempo a mobilidade com vistas à visita familiar (baixada).

Esse Acordo Coletivo de Trabalho 2010-2011, era visto pelo STICCERO como positivo, pois além do fato de não ter expectativa de avanço junto às empresas, era uma negociação que não passava pelo TRT. Isto evitava que tal decisão fosse para julgamento em Dissídio Coletivo de Trabalho junto à Justiça do Trabalho. A proposta de ACT 2010/2011 foi aprovada pela categoria em assembleia nas duas UHEs, nos dias 20 e 21 de julho de 2010, mostrando-se um ganho importante no caráter econômico, mas também um avanço político pela negociação entre trabalhadores, sindicato e empresas sem a intervenção do TRT.

No entanto, como se evidencia, após o início da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, em 2008, um anos depois já havia forte descontentamento dos trabalhadores devido à degradação, superexploração e intensificação de uso da força de trabalho pelo capital. Esse quadro se agravou com as disputas em torno da representação sindical, vinculadas às Centrais Sindicais (CUT e FS), como visto no início deste capítulo.

Mesmo com avanços nas duas paralisações ocorridas em 2009 e 2010, o que se evidencia é o modo com que as forças de controle e coerção empregadas até aquele momento começavam a ser questionadas pelos trabalhadores. Ou seja, irrompiam-se as formas de resistência, explicitando o conflito capital X trabalho.

Em nosso entendimento, as paralisações de 2009 e 2010 foram momentos importantes de resistência e exposição da caixa preta dessas formas de controle e degradação do trabalho em grandes obras de geração de energia no âmbito do PAC na Amazônia sob a insígnia do "Novo Desenvolvimentismo", da qual Jirau e Santo Antônio eram a máxima expressão.

A ausência ou a incapacidade pelo sindicato de avançar no caráter autônomo daquela rebeldia, junto aos trabalhadores, mas não só, não permitiu um avanço qualitativo e político na compreensão de tais greves e paralisações, nos anos de 2009 e 2010, que tinha além das reivindicações econômicas, também uma importante atuação política. Ou seja, não se tinha e não se quis avançar conscientemente que ali já se questionava e interrompia um mecanismo posto pelo governo "lulista" e pelo capital fartamente financiado, que ao dotar o território amazônico de megahidrelétricas, que além dos graves problemas ambientais e sociais, também se construía como base fundante a superexploração e degradação do trabalho. Os "milagres" do "Novo Desenvolvimentismo" indicavam até aquele momento que em seu DNA o crescimento econômico, a mercantilização da natureza, tinha como alicerce e centralidade um trabalho degradado, precário e doente, tanto em termos objetivos como no aspecto subjetivo, tendo em vista as formas de controle pelo medo que permitem o uso do trabalho nesses canteiros de obras.

Assim, constata-se que os mecanismos de luta e rebeldia dos trabalhadores, já iniciados nos anos de 2009 e 2010, que entendemos como o germinar da luta, se intensificam nos anos de 2011 e 2012, com as duas Revoltas dos trabalhadores na UHE de Jirau.

10.3.1 O epicentro da luta: a primeira Revolta dos trabalhadores em Jirau (2011) e o papel do STICCERO

Se o germinar da rebeldia se fez notar em 2009 e 2010, foi em março de 2011 que os trabalhadores mostraram o poder que têm e enfrentaram os esquemas de controle e exploração do capital, ou seja, se colocaram frente à opressão e à degradação sofridas no cotidiano laboral nos canteiros de obras da UHE de Jirau.

E nesse contexto, ao buscarmos entender o papel do STICCERO nessa Revolta de trabalhadores, o que se evidencia é que mesmo com o respaldo da CUT e da CONTICOM, ficaria evidente a necessidade de que as paralisações fossem resolvidas de modo que as obras pudessem ser retomadas, mesmo sem grandes avanços estruturais para os trabalhadores, tendo em vista a bandeira de luta que passa a referenciar as negociações tripartites ou dissídios coletivos mediados

pela Justiça do Trabalho. A questão é que nessa estratégia as conquistas, que não raras exceções, se resumiam em fazer valer os acordos trabalhistas assinados entre as partes; lutava-se para se fazer cumprir a legislação laboral vigente, como a NR-18, e não se avançar em conquistas para os operários.

Nas greves e paralisação anteriores (2009 e 2010), já era de amplo conhecimento dos governos local, estadual, federal, mas também do MPT-RO, da Justiça do Trabalho, do MTE e movimento sindical, as precárias condições de trabalho e de remuneração nos ambientes laborais de Jirau e Santo Antônio.

Nada de estrutural foi feito até aquele momento, a não ser dois ACT/CCT 2009-2010 e 2010-2011, firmados entre capital e trabalho, mas que apesar dos avanços e conquistas não mudava significativamente o dia a dia nos canteiros de obras, a superexploração do trabalho, inclusive por que grande parte dos acordos firmados não foram respeitados pelos consórcios, empreiteiras e suas subcontratadas - via amplo leque de terceirização.

Em entrevista com membros da Diretoria do STICCERO (2010-2014), constatamos que o próprio Sindicato continuava a mercê das grandes empresas, pois posicionamentos muitos díspares e diametralmente opostos eram descritos pela própria instituição sindical. Aliás, registra-se o entendimento que a "instituição sindicato" existia mais em termos jurídicos do que na ação cotidiana junto aos trabalhadores, na organização. Se isso não era a tônica do Sindicato enquanto instituição, observam-se atuações individuais mais combativas e conscientes do caráter econômico e político da luta, como foi o caso do vice-presidente Altair Donizete.

Durante a própria Revolta de Jirau, ocorrida entre os dias 15 a 18 de março de 2011, os relatos permitem compreender que nem todos os membros do STICCERO estiveram presentes e atuantes junto aos trabalhadores nos canteiros da UHE, no entanto, quando o fizeram foi nas salas da PRT-RO e nos gabinetes do TRT-RO.

Como o próprio presidente do Sindicato admitiu, todos foram pegos de surpresa - e assim se mantiveram - levados pelo calor e pulsão dos operários, embora se soubesse que a situação em Jirau estava para estourar e o histórico das campanhas salariais dos anos anteriores permitiria essa compreensão. Já havia um indicativo dos operários para

a paralisação e tentativa de negociação para a nova CCT devido à aproximação da data-base que venceria em maio.

Como era comum, as empresas e os consórcios não aceitaram dialogar com os trabalhadores e sindicato, muito menos negociar e ouvir as reivindicações dos operários.

Neste sentido, evidenciou-se um sindicato coadjuvante, não combativo e sem um projeto consciente de luta para aquele momento. Mesmo com apoio da CUT/CONTICOM o STICCERO não teve seu lugar na mesa de negociações enquanto o conflito e a primeira Revolta ocorriam; nas palavras do próprio vice-presidente a instituição sindicato não foi ouvida pelas autoridades enquanto explodia a primeira revolta em Jirau.

Mais uma vez, ficaria claro que os trabalhadores não tinham voz, não só no âmbito do capital, mas também do Estado repressor que atuava no canteiro via forças policiais, na proteção à propriedade e ao capital, já que não permitiu o diálogo de membros do STICCERO com os operários. Ao contrário, a estratégia foi defender o patrimônio material das empresas, e não os trabalhadores, ou seja, protegê-los da situação de fogo, fome, insegurança que os acometiam naquele momento. Portanto, a Revolta de trabalhadores em Jirau foi a forma como o trabalho se fez ouvir.

À articulação sindical, via CUT, coube o papel de atuar nos conflitos e mediar negociações para resolver com urgência o impasse entre trabalhadores e capital, aliás um pedido feito pela própria Presidenta da República, Dilma Rousseff, à Secretaria Geral da Presidência, que fez a ponte entre as Centrais Sindicais e demais atores para pôr fim rápido à paralisação.

Apesar de naquele momento surgir um diálogo, intermediado pelo Ministro da Secretaria da Presidência, não foram resolvidos os problemas estruturais que deflagrariam àquela e outra revolta de trabalhadores.

Embora alguns pontos já tenham sido abordados, vale registrar que para o STICCERO as causas que levariam à Revolta dos trabalhadores de Jirau, em 2011, foram:

a) Em um primeiro momento considerou a Revolta como sendo decorrente de atos de vandalismos, conforme nota no informativo Pedreira de março de 2011:

Vandalismo nos alojamentos de Jirau - Na noite de 15-16/03: um grupo de trabalhadores praticaram forte ato de vandalismo em alojamentos e alguns ônibus do sistema de transporte do pessoal. Tudo isso começou com uma briga entre um motorista e um trabalhador. A diretoria do 'STICCERO' lamenta profundamente estes atos e reprovava qualquer ação desse tipo. Que fique claro a todos que trata-se de um fato isolado e não conta com nenhum apoio direto ou indireto da diretoria do sindicato. (grifo nosso).

b) Há uma contradição entre esta versão oficial do Sindicato e os relatos obtidos em entrevistas e outros documentos elaborados por certos membros da Diretoria, nas quais a Revolta teria como base a falta de diálogo entre empresas e sindicatos, questões trabalhistas que teriam gerado a insatisfação e a paralisação. Portanto, ao assumir publicamente a vertente de "vandalismo" esta instituição banaliza a questão de desrespeito aos direitos trabalhistas, da superexploração do trabalho. Veste portanto o enunciado discursivo do capital e joga a seu favor;

c) Uma postura mais atuante e combativa foi defendida pelo Vice-Presidente Altair Donizete (informação verbal)⁴³³, que em entrevista nos indicou 11 pontos que mostrariam uma insatisfação generalizada nos canteiros das UHEs do CHM, em especial Jirau, que são:

1)Primeiramente, a pressa em antecipar a obra e para isso "teria que atropelar todos os direitos dos trabalhadores e todos os benefícios";

2)Luta pela visita familiar que no início das obras (2008/2009) era somente a cada um ano durante as férias. A "baixada" foi conquistada a cada seis meses - depois 4 meses - mas cerca de 20% (cerca de 4.600) dos trabalhadores que foram contratados por gatos ou outras formas de contrato que não fossem diretas pelas empresas não tinham esse direito assegurado, mesmo com as reivindicações - cf. visto no capítulo 6;

3)Questão de valorização do trabalhador por cursos e classificações, que mesmo com a capacitação não tiveram pleito pelas empresas;

⁴³³ Entrevista realizada no município de Porto Velho, em 17/06/2011.

4) Não pagamento e cortes de horas extras - uma bandeira defendida pelos trabalhadores alojados, que priorizam, contraditoriamente, frente aos baixos salários o aumento do tempo de trabalho com horas extras;

5) Questionamento dos baixos salários e não pagamento da PLR pela Camargo Corrêa;

6) Corte no transporte dos alojados que não poderiam mais usar para se deslocarem à capital - motivo inicial da briga entre operários, conforme visto no capítulo 8;

7) Não registro de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), e dificuldade de reconhecimento das emitidas pelo Sindicato;

8) Trabalhadores com problemas de saúde não recebiam tratamento médico no canteiro ou em hospital, mas as empresas os mandavam para um hotel em Porto Velho, sem recurso e assistência médica;

9) Segurança patrimonial sendo controlada por ex-policiais, formando uma "milícia armada" no canteiro para prender, oprimir e agredir o trabalhador⁴³⁴;

10) Grande número de empresas terceirizadas que não cumpriam os ACTs e CCTs, sem fiscalização da construtora e impedimento do sindicato de fazer esse papel;

11) Exposição da degradação dos trabalhadores, denigrando a imagem do mesmo, como no caso de Jaci-Paraná com a prostituição, além do problema de alcoolismo e uso de drogas.

Essa linha foi defendida inclusive em uma Carta à Presidenta da República⁴³⁵, Dilma Rousseff, na qual denunciava que:

A revolta em massa de operários ocorrida em março deste ano evidencia uma série de conflitos acumulados, como a brutal exploração do trabalhador, a precarização e terceirização de serviços, o descumprimento de direitos trabalhistas, as péssimas condições de trabalho e o uso da violência por parte das empresas contra os trabalhadores. A previsão de antecipar o tempo de

⁴³⁴ No momento da "Revolta dos Trabalhadores de Jirau", o entrevistado acredita que a repressão policial acabou agravando ainda mais a situação de insegurança e aumentando o descontento e incentivando a revolta do operariado.

⁴³⁵ Entregue em 05 de julho de 2011 quando de sua visita ao canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. O documento também aborda os problemas com os desapropriados pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio.

conclusão da obra em 25% ocorreu através da intensificação de um ritmo acelerado do trabalho. (STICCERO. CARTA À PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, 05 de julho de 2011 - Escrita conjunta entre STICCERO E MAB-RO).

Portanto, a contradição de postura do STICCERO sobre a primeira Revolta de trabalhadores em Jirau, que ora varia entre os atos de "vandalismo" ora como decorrente da insatisfação quanto "a degradação do trabalho", é reflexo dos conflitos personificados nos membros da diretoria do Sindicato; posturas mais combativas versus ações "pelegas". Varia assim de um "peleguismo", que age por resultados nas negociações, pactuado com as empresas e o capital; e de outro lado, há ações mais combativas frente ao capital e ao Estado, isso dependendo de qual dirigente tomasse a frente das negociações. Não havia um movimento unificado e uma única postura no próprio Sindicato em prol de uma ação mais combativa em defesa e com um projeto para aqueles trabalhadores.

Em relatório interno do STICCERO⁴³⁶, o Vice-Presidente Altair Donizete registra outros mecanismos usados pelas grandes construtoras nas UHEs de Jirau para o controle objetivo e subjetivo dos trabalhadores, como: "a empresa apoia a venda de drogas, onde os traficantes que vendiam drogas tinham acesso ao refeitório [...]", havia um "prostíbulo ao lado dos alojamentos onde vendiam drogas, bebidas com um portão de acesso ao canteiro de obras", e o próprio fato de usar uma imagem para "ridicularizar os trabalhadores quando expõe os operários na prostituição a céu aberto, às margens da BR 364 em Jacy Paraná, distrito de Porto Velho".

Além disso, no mesmo documento, critica a perpetuação do que chama de "regime de semi-escravidão na construção civil de Rondônia", que com a aliança da Força Sindical e FITRAC aos "patrões" e ao MTE, o que beneficiaria ao patronato em detrimento dos trabalhadores. Outra crítica do sindicalista refere-se à ação do TRT, pois em sua visão "não tem ajudado, dando causa ganha para as empresas".

Foi nesse contexto que o STICCERO ao entender as ações mais violentas dos trabalhadores como atos de "vandalismo", desaprovava essa forma de luta "hostil" e agressiva, e passaria a defender então

⁴³⁶ STICCERO (NA/2011), Porto Velho, 04 de julho de 2011.

uma ação "ordeira" e mais propositiva, visando resultados no plano econômico.

Na primeira Revolta de trabalhadores em Jirau e a greve em Santo Antônio, em março de 2011, o encaminhamento das negociações mostra a condução para o término da paralisação e a retomada do trabalho, sem necessidade de Dissídio Coletivo de Greve. Vejamos os principais resultados.

Em Informativos do Sindicato, no mês de março de 2011 (STICCERO, 2011a e 2011b), há vários comunicados e esclarecimentos aos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio sobre as negociações mediadas pelo MPT; pauta de negociação quanto à mobilidade de trabalhadores para locais de origem enquanto perdurava a situação de paralisação em Jirau; e Assembleias Gerais da categoria em Santo Antônio (04 de abril) e Jirau (11 de abril).

Em outro informativo (Pedreira, abril, 2011), o STICCERO se dirige aos trabalhadores para esclarecimento do resultado da negociação com as empresas de Jirau e Santo Antônio, sobre a campanha salarial daquela data base (ACT 2011/2012), o que contou com uma comissão de representantes dos operários de ambas as UHEs⁴³⁷.

O indicativo do STICCERO aos operários foi de que mesmo diante do "conjunto das propostas" que "[...] não atende aos anseios dos trabalhadores; mas comparando com outras negociações ocorridas em grandes obras, traz avanços razoáveis que não conseguiríamos na justiça" (STICCERO, PEDREIRA, abril de 2011). Portanto, encaminha e aprova a proposta da negociação de campanha salarial para o ACT 2011/2012.

A questão do ACT (2011/2012), entre STICCERO e empresas, expõe na perspectiva do MPT-RO algumas irregularidades quanto à violação dos

⁴³⁷ A proposta final para análise em assembleia teve os seguintes pontos como conquistas: a) índice de reajuste de 11% sobre os salários de março, sendo 5% de antecipação em abril e ganho real de 4,5% acima da inflação; b) cesta básica de R\$ 170,00; "baixada" de 8 dias (sábado a domingo) a cada três meses, com passagem aérea para cidade mais próxima da residência do trabalhador e demais trecho de ônibus; Horas Extras de 70% de segunda à sábado e 100% em domingos, feriados e dias de folga; em Santo Antônio iniciaria uma política de classificação; pagamento dos dias parados com a greve; auxílio filho deficiente de R\$ 350,00. Para a empresa Camargo Corrêa, a diferença no acordo seria um abono de 50 horas do salário para os funcionários alojados que trabalharam entre os dias 18 a 31 de março, momento em que a obra da UHE de Jirau estava sob paralisação.

direitos trabalhistas que acabam passando despercebidos por membros de Comissões de Negociação e Tripartite do MTE, já que cláusulas econômicas não sofrem avaliação do MTE por serem debatidas entre as partes - sindicato e empresas. Assim, cláusulas de ACT como o vigente entre 2011/2012 (após a primeira Revolta dos trabalhadores de Jirau), mantêm o descumprimento da legislação como **a pré-contratação de horas extras** (superior ao permitido em casos esporádicos de 2 horas diárias), **PLR⁴³⁸ quando refere-se a gratificação por produção e metas cumpridas pelos trabalhadores** (conforme analisado no capítulo 7), auxílio alimentação atrelado à assiduidade, questão da contribuição mensal atrelada ao sindicato, entre outras irregularidades que acabam se mantendo nos ACTs. Além disso, os ACTs deveriam firmar demandas consideradas extras, "um plus" de conquistas trabalhistas e não reproduzir a lei. Em suma a crítica central do MPT-RO.

Deste modo, mesmo com as negociações realizadas entre o STICCERO e as empresas e consórcios no ano de 2011, ainda prevaleceu nos canteiros de obras da UHE de Jirau forte violação dos direitos do trabalhador, como: mecanismos muito diversos de assédio moral como os praticados pela empresa Camargo Corrêa, e sempre que detectados e comprovados essas questões são levadas para litígios pelo corpo jurídico das referidas empresas; as empresas não negociam e não assinam TAC. Ainda prevalece, por exemplo, após três anos de atuação do MPT-RO, Justiça do Trabalho em Dissídios Coletivos de Greve (comparativo entre 2009, 2010 e 2011) a demissão de trabalhadores que participam de Comissões de Negociação de Greve, como ocorreu no ano de 2009 quando membros do MOSCC foram demitidos pela Odebrecht por estarem à frente de um movimento de mobilização dos trabalhadores nos canteiros de obras das UHEs.

Com a mobilidade dos trabalhadores para seus locais de origem após a Revolta dos trabalhadores de Jirau, no ano de 2011, a Camargo Corrêa consegue na Justiça do Trabalho, após três meses de ação do MPT, que fosse permitida a demissão de trabalhadores que estavam fora do canteiro de obras. Foram em torno de 6 mil demissões, sendo a

⁴³⁸ Não havia em 2012 resultados e lucros na construção das UHEs, mas sim um mecanismo de gratificação pelas empresas (ENESA, Camargo Corrêa) por produção que leva à intensificação, exaustão, doenças e mortes nos canteiros de obras.

maioria por justa causa, sem que o trabalhador fosse comunicado do desligamento e dos motivos. Isso quando ainda estavam em seus locais de origem e só souberam das demissões no retorno por conta própria ao canteiro de obras. Segundo Assessoria da CUT, havia na Justiça do Trabalho, em julho de 2011, 30 ações denunciando esse mecanismo usado pelas empresas.

O que isso nos mostra é que o poderio econômico e os abusos por parte das grandes construtoras e consórcios prevalecem frente à lei e acordos firmados com o STICCERO.

O STICCERO, com respaldo da CUT e CONTICOM, também no episódio da primeira Revolta dos trabalhadores em Jirau, manteve a postura de agir, inclusive na Revolta, para que acordos fossem firmados com as empresas para a retomada ao trabalho, embora não houvessem avanços estruturais no questionamento dos mecanismos de degradação do trabalho em Jirau.

Deve-se reconhecer, que mesmo no surgimento da primeira Revolta dos trabalhadores em Jirau, e seu caráter sem condução pelo movimento sindical (falamos tanto do STICCERO, quanto da CONTICOM e CUT), isso geraria acordos com avanços importantes, que só faz sentido diante das precárias e degradantes condições de trabalho presentes no setor da construção civil nacional; que é pior ainda no contexto das grandes obras do PAC, mais propriamente no setor hidroenergético no estado de Rondônia, naqueles territórios do hidronegócio-energético.

Faltou ao movimento sindical uma condução política consciente da primeira Revolta dos trabalhadores que surge, embora de modo "espontânea"/autônomo, e para se atrelar somente à questão econômica (primordial devido aos baixos salários e pisos das categorias no estado de Rondônia e naquelas UHEs), mas também não poderia ficar em segundo plano o cunho político dessa revolta que expressa a lógica do "Novo Desenvolvimentismo" em "modernizar o território" com infraestrutura energética (UHEs e linhas de transmissão), tendo como núcleo e uma das mais importantes estratégias a superexploração e degradação do trabalho.

Assim, trabalhadores coagidos, Sindicato sem permissão de livre acesso ao canteiro de obras, criminalização de operários e ilegalidade de greve são faces deste processo, no qual a Revolta como materialização de luta e resistência foi a única saída encontrada

pelos operários para serem vistos pelo Estado, sociedade e outros operários em obras do PAC espalhadas pelo território nacional.

10.3.2 E a história se repete: a segunda Revolta dos trabalhadores na UHE de Jirau (2012) e o papel do STICCERO

Esse seria o desfecho de mais um movimento autônomo de greve, no ano de 2012, na UHE de Jirau, que como visto na seção 9.2 foi considerada ilegal pelo TRT - 14ª Região, seguindo então, para Dissídio Coletivo. Quando o STICCERO submete o acordo de Dissídio para avaliação da categoria no canteiro da UHE de Jirau, após uma conturbada assembleia, em menos de 24 horas, trabalhadores deflagram a segunda Revolta, ocorrida na madrugada do dia 2 de abril de 2012.

Mais uma vez surge a ação dos trabalhadores na paralisação, que ocorre sem uma organização encabeça pelo STICCERO, que entra posteriormente para a negociação, ficando como responsável por consultar a base nas UHEs sobre os acordos negociados com a presença do MPT-RO e SRTE-RO, mediada pela Justiça do Trabalho. Como acordado no dia 30 de março de 2012, o Sindicato deveria comunicar os trabalhadores (conforme ocorreu no dia 31 de março) de Jirau e Santo Antônio, e realizar Assembleias Gerais para que a proposta do Dissídio Coletivo fosse apreciada, que a greve fosse paralisada e as negociações retomadas para a campanha salarial de 2012/2013.

No dia 31 de março membros da Diretoria do STICCERO, da CONTICOM e da CUT, juntamente com trabalhadores da Comissão de Greve da Camargo Corrêa e ENESA Engenharia estiveram nos canteiros da UHE de Jirau para marcar a Assembleia que ocorreria no dia 02 de abril para decidir sobre a proposta acordada no Dissídio Coletivo de Greve. Na Foto 26, observa-se em segundo plano (da esquerda para a direita) representante da CONTICOM (camisa vermelha), o vice-presidente do STICCERO Altair Donizete (camiseta azul), e demais membros da Comissão de Greve formada por trabalhadores das empresas Camargo Corrêa e ENESA Engenharia. Em primeiro plano trabalhadores da UHE de Jirau participando da convocação de Assembleia Geral. A reunião no canteiro da margem direita do rio Madeira aconteceu nas instalações da rodoviária.



FOTO 26: Convocação de Assembleia Geral com trabalhadores na UHE de Jirau

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (31/03/2012).

O clima de tensão já havia sido detectado neste dia da visita ao canteiro para marcar a Assembleia, havia recusa de que a retomada ao trabalho e término da greve não fosse suficiente para que as empresas mantivessem a negociação e que a pauta da negociação não incluía todas as reivindicações para a campanha salarial e benefícios exigidos, como: "baixada" a cada 70 dias para todos os trabalhadores de fora do estado, sem distinção; aumento salarial; revisão do valor da cesta básica; pagamento de horas extras e da produção advindo da chamada "Célula de Produção", estabelecida pela Camargo Corrêa; além da retirada das forças policiais nos canteiros das UHEs.

Havia uma insatisfação muito grande também com o encaminhamento que o Sindicato havia dado para uma negociação parcial, sem fechar a campanha salarial e data base como um todo (2012-2013), pois interromper uma greve e a paralisação após vários dias não agradava, o que rotulava os dirigentes sindicais como "pelego", "vendido", saindo inclusive vaiado do canteiro da margem direita de UHE de Jirau.

Outro fator preocupante e de tensão constatado foi a presença de policiais da Força Nacional de Segurança Pública monitorando as

reuniões com os operários no canteiro de obras de Jirau, conforme podemos observar nas duas fotos que seguem (FOTOS 27 e 28).



FOTO 27: Força Nacional de Segurança Pública e opressão na UHE de Jirau

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (31/03/2012).

Esse mecanismo de controle dos trabalhadores pelo medo, empregado nos canteiros de obras do PAC pelo “Novo Desenvolvimentismo” e pactuado pelo próprio Partido dos Trabalhadores, revela-se de modo explícito nas fotos citadas, que permitem observar: trabalhadores são vigiados, monitorados, têm reunião com o Sindicato da categoria sob os olhares e as armas em punho por forças do Estado. O contraste disso, ainda na Foto 27, são trabalhadores distraídos e de costas para essa forma de controle, como se tal imagem já fosse considerada “banal” na UHE de Jirau. Tal entendimento seria um engodo, pois camuflaria a insegurança que toma conta dos canteiros de obras, pois com a Força Nacional de Segurança Pública os operários se sentem acuados como se fossem “bandidos em um presídio”, como se estivessem “em um campo de concentração”; o “campo de concentração do PAC”, materializado nos territórios do hidronegócio-energético. O fato de estarem sendo vigiados a todo o momento, além das câmeras de segurança, como as que

me informaram haver na rodoviária e em vários pontos do canteiro, também é completado pela ação da guarda patrimonial e outros meios não oficiais como ação de uma "milícia", que o STICCERO afirmou existir na UHE de Jirau.

A pausa vista, na Foto 27, quando trabalhadores estão sentados e distraídos, se contrasta quando as viaturas da Força Nacional de Segurança Pública se põem em movimento ao redor do local onde acontece a convocação da Assembleia. Essa movimentação gera uma insegurança e apreensão dos trabalhadores que se põem em vigia, atentos, ansiosos e com medo de uma atuação violenta dos policiais (FOTO 28). Cada vai e vem das viaturas é acompanhado pelos trabalhadores, homens em sua maioria pais de família, revelando as angústias do cotidiano de trabalho e de morada nas obras da UHE de Jirau.



FOTO 28: Força Nacional de Segurança Pública em Jirau: o controle pelo medo

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (31/03/2012).

No dia 02 de abril de 2012 ocorreram as Assembleias em ambas as UHEs, de modo concomitante. Em Jirau, participaram membros da Diretoria do STICCERO, CONTICOM, representantes da Comissão de Negociação, além dos advogadas do Sindicato. A ação do Estado, de modo indireta também se fez presente, via acompanhamento do MPT-RO, e de modo direto pela presença significativa de homens da FNSP (FOTO 29).



FOTO 29: Assembleia de trabalhadores militarizada: atuação da FNSP na UHE de Jirau

Legenda: No primeiro plano, observa-se trabalhadores na UHE de Jirau durante a Assembleia da categoria para decidir sobre a proposta de fim de greve acordado em Dissídio Coletivo no TRT. No segundo plano, conforme indicado pelas setas, é possível observar as viaturas da FNSP monitorando a Assembleia dos trabalhadores. Ressalta-se que os policiais estavam fortemente armados, como constatado na foto 27.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (02/04/2012).

Assim, nos instantes que antecederiam a assembleia já indicava que a situação era preocupante, devido ao descontentamento com o encaminhamento que viria de término da greve, decretada como ilegal pelo TRT-RO. Ficou evidente que nem o STICCERO nem a Comissão de Negociação de Trabalhadores tinha legitimidade e confiança na lisura das negociações, mesmo que isso não fosse unanimidade, um grupo de operários (cerca de 100 pessoas) à frente do caminhão de som mostrava esse descontentamento⁴³⁹.

Vejamos os meandros dessa negociação do Sindicato com os trabalhadores, e a ausência de uma ação mais consciente da luta dos operários.

A justificativa dada pelo Vice-presidente do STICCERO, assim se resume:

⁴³⁹ Conforme percebido dois dias antes na margem direita quando de mais uma visita aos canteiros de Jirau para que o Sindicato agendasse a Assembleia Geral.

Vê que situação difícil a nossa porque a gente tem que vir aqui defender o retorno ao trabalho porque tem muita coisa em lei do nosso trabalho como representante sindical, muitas coisas que até o trabalhador as vezes não entende esse trabalho da gente. **Mas é natural pois nós estamos amadurecendo agora para o movimento sindical, por que nós ficamos tantos aí em recessão que o desemprego era tão grande que ninguém tinha condições de fazer uma greve, nem condições de se aproximar do Sindicato porque não havia paralisação e se não houver paralisação as vezes vocês nem veem o sindicalista, entendeu?** Então hoje nós temos essa obrigação de vir aqui mesmo que a companheirada chamando o cabra de 'pelego', pintando e bordando, nós temos essa obrigação de vir aqui. Não é fácil não a condição que se encontra hoje **Donizete**, que se encontra hoje **a diretoria do STICCERO** porque nós trabalhamos, de um lado a empresa pressionando, de outro o trabalhador e de outro o Tribunal. Olha a **situação em que fica o dirigente sindical diante da categoria**. Então nos colocamos lá diante do Tribunal da falta assim de esclarecimento que nós temos porque isso ai não acontece do dia pra noite, demora anos pra acontecer e o trabalhador já deu o recado dele, o trabalhador já mostrou que parou e deu o recado dele. Então **cabe a nós trabalhadores saber até aonde a gente pode ir, a hora que a gente pode recuar pra a gente vencer e ter o nosso ganho real e o nosso ganho verdadeiro**. Eu apoio todos os movimentos sindicais que têm, sempre apoiei, mesmo no meio da polícia, polícia não vai vim pra cima de trabalhador em Santo Antonio [sic - refere-se a Jirau] não porque nós não vamos deixar, quem conhece nosso trabalho sabe disso. (ALTAIR DONIZETE, Vice-presidente STICCERO, informação verbal, Assembleia em Jirau no dia 02/04/2012).

A primeira constatação que podemos extrair dos diálogos com as lideranças sindicais dos trabalhadores na UHE de Jirau é sobre as dificuldades de organização do movimento sindical local, ainda mais quando pressionado pela Justiça do Trabalho, pelo Estado e pelo próprio governo quanto às formas de contestação surgidas da base, em caráter autônomo e violento para que se possa fazer ouvir. De fato, concordamos com a fragilidade que o STICCERO tem em relação à pouca experiência em comandar negociações de grandes obras como as UHEs do Complexo Hidrelétrico Madeira.

No entanto, essa inexperiência e retomada do movimento sindical local não ocorre sem respaldo de outras instâncias do operariado organizado, no caso a CUT. Em suma, neste momento de desabafo do sindicalista pode-se pressupor que os próprios membros da diretoria do Sindicato local não receberam "capacitação política" por parte da CUT.

Então, "olha a situação do dirigente sindical", quase que perdida, sem um projeto consciente de luta e reivindicação, quando há pressão das empresas, dos trabalhadores que já "deram seu recado", já "parou", mas essa forma de rebeldia e de luta foi considerada ilegal pelo TRT-RO. E aqui não nos referimos à revolta e manifestação de atos violentos ocorridos um ano antes (março de 2011), mas da paralisação e deflagração de greves pelo operariado contra o capital. A ilegalidade da greve certamente é uma ação direta do Estado para deslegitimar as reivindicações dos trabalhadores que deveria ocorrer por meio de negociação com o capital, e caso não ocorressem avanços o Estado decretaria seu veredito com mais um Dissídio Coletivo de Greve, como visto nas greves e Revolta anteriores.

Então diante da pressão do TRT-RO, das empresas, do controle objetivo e subjetivo do aparato policial do Estado, a mando do Ministro da Justiça do governo do Partido dos Trabalhadores para que uma importante obra do PAC não barrasse o brilho do projeto maior do "Novo Desenvolvimentismo", do "lulismo", a saída vista pelo dirigente sindical, amparado pela CUT, foi propor sair da ilegalidade e voltar para a negociação com o capital. Assim, **"cabe a nós trabalhadores saber até aonde a gente pode ir, a hora que a gente pode recuar pra a gente vencer e ter o nosso ganho real e o nosso ganho verdadeiro"**. Mas qual projeto que o movimento sindical local e nacional (via CUT), propõe aos operários da UHE de Jirau?

A pauta de encaminhamento da Assembleia, assim se resume:

A nossa pedida é que nos retornemos ao trabalho e volte pra mesa negociar, em vinte dias, em vinte dias nós estaremos aqui com vocês com uma proposta inteira. E outra, quem vai decidir, companheirada, presta atenção, quem vai decidir, quem vai decidir lá no final vai ser os trabalhadores não vai ser Sindicato que vai decidir não; vamos trazer a proposta aqui em assembleia e os trabalhadores que vão decidir, beleza? (Altair Donizete, Vice-presidente STICCERO, informação verbal, assembleia em Jirau no dia 02/04/2012, informação verbal).

Ou seja, o Sindicato não tinha uma proposta real para apresentar aos trabalhadores, que deveria ser negociada com as empresas. Certamente, subentende-se que essa pauta seria tirada na mesa de negociação com o capital, mas os trabalhadores queriam um indicativo objetivo já naquele momento para decidir sobre os rumos da greve.

Neste momento, dois trabalhadores (não vinculados à Diretoria do STICCERO e nem à Comissão de Negociação) pegam o microfone e informam que aqueles que optarem pela demissão, já existia um acordo com a Camargo Corrêa que não haveria desconto de nenhuma falta e o pagamento completo do mês ocorreria. Um grupo de cerca de 100 trabalhadores mais descontentes e que protestavam verbalmente se dirigem para um dos lados do caminhão de som, aceitando essa proposta.

Enquanto isso, outro trabalhador pega o microfone e pede pela não demissão e pela continuidade da paralisação, pelo direito de greve⁴⁴⁰, e caso retomassem o trabalho jamais receberiam o pagamento dos dias parados - condição imposta pelas empresas para o término da greve, que só assim faria o pagamento.

A discordância foi o estopim para o primeiro ato de protesto e violência naquela Assembleia quando um grupo de trabalhadores, à frente do caminhão de som, começou a lançar pedras em direção a outro grupo de encarregados e gerentes da Camargo Corrêa (identificado por uniforme amarelo), o que gerou tumulto, dispersou parte dos operários, feriu alguns (FOTOS 30, 31, 32 e 33) e fez com que a Diretoria do STICCERO tivesse que tentar retomar a negociação para que a Assembleia tivesse continuidade. Estes acontecimentos são registrados na sequência de fotos a seguir.

O posicionamento dos membros do Sindicato pretendia mostrar aos operários que a "Assembleia era legítima", que atos de "vandalismo" (sic) e incitação à violência poderiam prejudicar a negociação em andamento. O vice-presidente consegue retomar o diálogo e os encaminhamentos, esclarecendo aos mais de 5 mil trabalhadores, no pátio da Rodoviária, que os pontos acordados não eram do ACT (data base), mas uma antecipação para que a paralisação da greve ocorresse e se retomassem as negociações com as empresas.

O momento mais crítico foi diante da situação de insegurança instalada na Assembleia, retirada de trabalhadores do local e retorno aos alojamentos, do indicativo unilateral dado por um advogado do Sindicato, e não por membros da própria diretoria do STICCERO, tornando-a ainda mais questionável.

⁴⁴⁰ Mesmo que tenha sido feito fora da data-base e sem ir para a negociação prévia - já que surge como movimento "espontâneo" sem ter sido dirigido pelo Sindicato.



FOTO 30: Assembleia de trabalhadores na UHE de Jirau (02/04/2012)

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (02/04/2012).

Vejamos como foi o encaminhamento para a votação, pelo Advogado do STICCERO.

Então o negócio é o seguinte: **Essa é uma proposta do Tribunal para começar as negociações da data-base. Até agora foi feita a greve, a greve foi considerada ilegal e com essa proposta é pra retornar,** todo mundo vai receber até o dia dez (do mês de abril de 2012) o pagamento dos dias parados e ninguém vai ficar sem receber. Amanhã o que acontece..., **vamos bota em votação pra voltar ao trabalho amanhã pra gente começar a negociar.** Vamos decidir a proposta [Os trabalhadores que protestam a frente mostram a Ata da Audiência]. O pessoal ai de trás, tá todo mundo escutando e entendendo? [Trabalhadores acenam que sim].

Na sequência, o referido advogado atropela o encaminhamento e coloca a proposta em votação, logo após pedir para que os trabalhadores levantassem a mão para confirmarem se tinham entendido a proposta posta para votação.



FOTO 31: Divisão hierárquica do trabalho em Jirau: encarregados (uniformes amarelo) e "peões"

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (02/04/2012).



FOTO 32: A rebeldia e fragmentação do trabalho

Legenda: Após trabalhadores protestarem contra as visões discordantes quanto ao rumo da greve, constata-se a retirada de operários na assembleia.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (02/04/2012).



FOTO 33: Marcas da violência dos protestos

Legenda: Trabalhador ferido após protestos entre operários.

Fonte: José Alves, trabalho de campo realizado na UHE de Jirau (02/04/2012).

[...] Todo mundo aceita voltar ao trabalho?⁴⁴¹ Alá oh, a maioria! Então vamos declarar aqui oh, a maioria lá no fundo e aqui [aponta para onde estava os funcionários identificados com uniforme da Camargo Corrêa] **atrás está de acordo a voltar a trabalhar amanhã. Deu a maioria!**

Foi com essa atitude reprovável, antiética e ilegal de condução da Assembleia que o advogado do STICCERO declara a aprovação do retorno ao trabalho. Assim, explode o caos no canteiro de obras devido à forma atropelada e impositiva que o STICCERO e um dos advogados encaminhou a votação, e considerou aprovada a proposta de retorno ao trabalho e retomada das negociações entre empresas e Sindicato.

Descontentes com o encaminhamento, um grupo de trabalhadores que não aprovou o encaminhamento dado e o resultado daquela Assembleia em Jirau, apedrejou o carro de som onde estavam membros da Diretoria do STICCERO, CONTICOM, Comissão de Trabalhadores e advogados. Portanto, ao contrário de construir uma pauta de negociação, avançar no movimento de greve surgido naquele ano, o Sindicato foi literalmente expulso do canteiro de obras de Jirau, já que o objetivo era interromper a greve e retomar a negociação com o capital, mas sem um projeto consciente e debatido com os trabalhadores sobre as estratégias políticas e econômicas favoráveis à classe. A lógica seria sair da ilegalidade da greve, todavia isso não convenceu os trabalhadores.

Essa foi a avaliação do Presidente da CONTICOM, Cláudio Gomes, que conduziu o processo de diálogo desde o momento em que os trabalhadores da terceirizada ENESA Engenharia deflagraram a greve em Jirau. Segundo informações da CUT, para Gomes, "o próximo passo é iniciar a discussão sobre a campanha salarial", pois: "O mais importante neste momento é retornarmos à mesa de negociação para estabelecermos a legalidade do processo e avançarmos em nossas

⁴⁴¹ Trabalhadores ao fundo levantam a mão favorável, um grupo à frente acena e dizem que não, presencia-se também muitos trabalhadores que não se manifestam - dúvida sobre a mão levantada em relação ao entendimento da proposta e não aprovando o retorno ao trabalho.

conquistas. Se tudo correr como nos anos anteriores, acredito que no máximo em duas semanas teremos o acordo fechado”⁴⁴².

Em reunião no dia posterior à Assembleia em Jirau (03 de abril de 2012), junto aos Procuradores da PRT-MPT/RO e SRTE-RO, o procurador Francisco Cruz, que acompanhou o desfecho na UHE de Jirau disse que a Assembleia, em seu ponto de vista, teria sido conduzida de modo equivocada, apressada, e que não teria chegado a um resultado como divulgado já que a mesma não poderia ser dada como encerrada. No entanto, não foi isso que aconteceu, já que STICCERO, ENESA, Camargo Corrêa e Consórcio ESBR consideraram o resultado da Assembleia legal, mantendo, assim, a retomada das atividades com início da negociação da data base do período 2012/2013.

No mesmo dia 02 de abril a Empreiteira Camargo Corrêa divulgou Nota comemorando o resultado da Assembleia no canteiro de Jirau⁴⁴³ (FIGURA 16).

Dois hipóteses são pertinentes para o caso: a) descontentamento de trabalhadores pelo encaminhamento de término da greve e retorno ao trabalho sem terem todas as reivindicações aceitas; b) que o grupo de trabalhadores contrários ao encaminhamento do STICCERO possa ter protagonizado protestos para impedir a conclusão da assembleia, o que estaria relacionado à disputa Sindical e indicativo da FITRAC.

Haveria assim, pelo que tudo indica, um certo racha na Diretoria do Sindicato, pois enquanto alguns membros estariam mais atuantes junto à CUT, outro manteria contatos com a FITRAC (vinculada à Força Sindical). Essa hipótese requer investigação, mas alguns fatos apurados, inclusive em processos judiciais (como visto), permite indicar algum fundamento, haja vista as disputas sindicais em foco.

Essa questão da fragmentação do próprio STICCERO, a exemplo, pode ser vista em um episódio em que fomos procurados por um membro da atual Diretoria do Sindicato (2010-2014) para que entregássemos o registro fotográfico e de vídeos feitos durante a Assembleia de Jirau

⁴⁴² Disponível em: <http://www.cut.org.br/destaques/21918/trabalhadores-do-turno-da-noite-de-santo-antonio-tambem-aprovam-acordo-e-encerram-greve-nas-usinas>. Acesso em: 03 abr. 2012.

⁴⁴³ A figura retrata o *Print Screen* da Nota, retirada do site da empresa: <http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/comunicacao/noticias/Pagina-30.html>. Acesso em: 06 abr. 2012.

(02 de abril de 2012), para que fossem entregues à Camargo Corrêa, para identificar os trabalhadores envolvidos nos protestos daquele dia - conforme relatado na Introdução. A acusação seria de que tais trabalhadores poderiam ter sido os responsáveis pelos incêndios e queima de 37 (dos 59) blocos de alojamentos da empresa Camargo Corrêa da margem direita e dois blocos da ENESA Engenharia, ocorridos na madrugada do dia 03 de abril daquele ano. Fatos que teriam culminados na morte (não esclarecida a contento⁴⁴⁴) de um trabalhador frente à segunda Revolta ocorrida um ano depois da de março de 2011.



FIGURA 16: Nota da Camargo Corrêa sobre a segunda Revolta de trabalhadores na UHE de Jirau, em 2012

Fonte: www.camargocorrea.com.br. Acesso em: 06 abr. 2012.

A militarização do canteiro de obras e essa criminalização de trabalhadores em Jirau teria em uma das suas manifestações mais bárbaras, o que ficou conhecido como "Operação Vulcano", deflagrada pela Polícia Civil do estado de Rondônia, com expedição de cerca de 24 mandados de prisão contra operários grevistas. Segundo informações

⁴⁴⁴ Oficialmente teria sido por enfarto, mas há denúncia de espancamento do operário por policiais durante o incêndio no canteiro. A denúncia é do site A Nova Democracia.

do jornal "A Nova Democracia" (COMO..., 2013)⁴⁴⁵, 11 destes trabalhadores foram mantidos em cárcere privado por dois dias no canteiro de obras da UHE de Jirau, até serem levados para o Presídio Urso Branco, em Porto Velho. A denúncia é de que vários teriam sido torturados, e doze operários estavam desaparecidos, sem terem paradeiro conhecido. Um dos operários chegou a depor na CPI sobre Tráfico de Pessoas no Brasil - na Câmara dos Deputados, em Brasília - sobre a tortura sofrida em Jirau.

Em entrevista ao citado jornal⁴⁴⁶, segundo Nunes (2012) o ex-operário de Jirau, Raimundo Braga, de 22 anos, do estado do Piauí, que trabalhava como pedreiro, afirma ter sido mantido preso sem provas - teria sido acusado de portar um isqueiro e um maço de cigarro - além de ter sofrido tortura de policiais da FNSP. O operário afirma ter ficado 45 dias preso, sem contato com advogado, e somente após ter esse direito assegurado é que teve acesso a um defensor público. Na audiência de julgamento, devido à falta de provas, ele foi liberado da prisão no dia 28 de maio de 2012.

Esse é um dos muitos casos de trabalhadores anônimos criminalizados em Jirau. Em uma situação como esta o que fica é a sensação de indignação, injustiça e perda da dignidade, como se constata no relato do operário que segue.

AND [A NOVA DEMOCRACIA]: E quais são seus planos agora?

RAIMUNDO: Eu só quero o que é meu, quero meus direitos. Eu não recebi nada da empresa. No dia 28 de maio eu saí da cadeia. No dia 30, eu fui à Usina buscar minhas coisas. Quando eu cheguei lá, queriam me obrigar a assinar a justa causa. Eu me recusei e me jogaram na portaria, como um cachorro. Aí voltei lá com a polícia, mas tudo que era meu havia sumido, minhas roupas, meus documentos, tudo. Eles prometeram dar passagem e nos retribuir para nossa terra quando acabasse o trabalho, mas me jogaram na rua para virar mendigo.

AND [A NOVA DEMOCRACIA]: Como você se sente após ter sido inocentado?

⁴⁴⁵ COMO NO REGIME MILITAR: PAC tem mortos, torturados, desaparecidos e presos políticos. Ano XI, n. 101, 1^a quinzena de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br>.

⁴⁴⁶ NUNES, Ana Lúcia. Jirau: operários presos, torturados, humilhados e desaparecidos. **Nova Democracia**. Ano X, n. 91, 1^a quinzena de julho de 2012. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-91/4076-jirau-operarios-presos-torturados-humilhados-e-desaparecidos>.

RAIMUNDO: Eu estou muito magoado, se soubesse que seria assim jamais teria saído da minha cidade para trabalhar lá. Agora meu nome está sujo pela polícia. Eu sempre fui um trabalhador de roça e nunca tive problema com a polícia. Agora pode ter várias obras do governo, que eu não piso em nenhuma delas. Sair para passar o que eu passei, eu prefiro ficar tranquilo trabalhando na roça. Lá tem seca, mas ainda é melhor do que Jirau. A gente sofre menos no Piauí do que em Jirau. O que eu passei em Jirau foi só humilhação. (RAIMUNDO, informação verbal, apud NUNES, 2012, grifos nossos).

Portanto, diante dos fatos descritos o STICCERO se mostraria mais uma vez omisso na defesa de trabalhadores que foram rotulados de vândalos, desordeiros e que deveriam ser penalizados por acreditar que faziam parte do Sindicato de oposição ou da própria FITRAC. O STICCERO também é acusado pelos trabalhadores por ter tido um papel desleal, como diz no meio sindical “pelego”, “traíra” com os próprios trabalhadores oprimidos e presos posteriormente.

No ano de 2013 o STICCERO em negociação prévia com as empresas, tentaria antecipar o Acordo Coletivo de Trabalho para evitar um movimento de reivindicação que pudesse gerar protestos violentos pelo terceiro ano consecutivo. Assume-se assim, mais uma vez, uma prática sindical de resultados, de gerenciar negociação não pela via do embate frente ao capital, embora tenha sido deflagrada uma greve de 9 dias nas UHEs⁴⁴⁷ de Santo Antônio e Jirau.

⁴⁴⁷ Informações site CUT Nacional e CUT Rondônia:

TRABALHADORES das Usinas de Santo Antônio e Jirau aprovam pauta de reivindicação. **CUT-RO**, Porto Velho, 2013. Disponível em: <http://www.cut.org.br/agencia-de-noticias/51444/trabalhadores-das-usi...> Acesso em: 10 jul. 2013.

DAMASCENO, Ivonete. Operários das usinas de RO em construção paralisam atividades. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/operarios-das-usinas-em-construcao-de-ro-paralisam-atividades.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Sindicato e usina em RO não entram em acordo; operários mantêm greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/sindicato-e-usinas-em-ro-nao-entram-em-acordo-operarios-mantem-greve.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MATARÉSIO, Larissa. Trabalhadores da Usina de Jirau, em RO, aceitam acordo e encerra, greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/trabalhadores-da-usina-de-jirau-em-ro-aceitam-acordo-e-encerram-greve.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Cerca de 12 mil trabalhadores de hidrelétrica entram em greve, em RO. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/cerca-de-12-mil->

Como aconteceu nas paralisações e greves anteriores, embora o STICCERO admita que em Jirau as possibilidades de negociação com as empreiteiras e consórcios sejam mais difíceis que com o CSAC, é fato que os movimentos de paralisação iniciaram ora em uma UHE, ora em outra. Esta distinção entre os consórcios e empreiteiras/construtoras não se confirma, pois a situação precária para o trabalho é encontrada nas duas obras, inclusive com rebeldia e greves, embora a Revolta de maior proporção tenha ocorrido em Jirau, em 2011.

Já no ano de 2013 a negociação começa com o CSAC, embora tenha a mesma pauta com as empreiteiras Camargo Corrêa e ENESA em Jirau, de 18% de correção salarial, cesta básica de R\$ 400,00, aumento na PLR, entre outros benefícios reivindicados pelos operários.

Não havendo acordo entre Sindicato e empresas, estas apresentaram contraproposta de correção de 10% e cesta básica de R\$ 310,00, e diante disso os trabalhadores decidiram pelo início da greve no dia 02 de abril de 2013 na UHE de Santo Antônio, paralisando cerca de 12 mil operários. No mesmo dia os 12 mil trabalhadores de Jirau, vinculados à empresa Camargo Corrêa também deflagraram greve.

Com a deflagração das greves, as empresas Camargo Corrêa e o CSAC entraram na Justiça do Trabalho para mediação via Dissídio Coletivo, com audiência de conciliação no dia 04 de abril de 2013, alegando que não necessitavam das paralisações para haver negociação. Sem contraproposta satisfatória aos trabalhadores a greve continuou até o dia 12/04, quando as empresas apresentaram nova proposta: correção salarial de 11% (salário até R\$ 2.650,00 e de 8% para salário base superior), cesta básica de R\$ R\$ 270,00 para R\$ 350,00 (com variação decrescente conforme o salário, em escala de R\$ 270,00 e R\$ 215,00 - salário acima de R\$ 2.800,00), a PLR ficou em "33 horas mensais do salário base respectivo de cada trabalhador, vinculado à meta e objetivos a serem atingidos individual e corporativamente, pagos semestralmente" (ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2013/2014).

trabalhadores-de-hidreletrica-entram-em-greve-em-ro.html. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Força Nacional irá atuar na segurança das usinas de Ro durante greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013c. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/forca-nacional-ira-atuar-na-seguranca-das-usinas-de-ro-durante-greve.html>. Acesso: 15 abr. 2013.

No decorrer das negociações, foi requisitado pelo capital, mais uma vez, a presença (por 180 dias) da FNSP para ajudar a Polícia Militar a manter a "ordem" nos canteiros de obras. A militarização e opressão dos trabalhadores pelo capital e pelo Estado repressor, apenas se repete, sendo que a FNSP já tinha efetivo em Santo Antônio desde o início da geração de energia (30 março 2012), portanto, como já visto, os canteiros de obras sempre tiveram aparato militar do Estado para manter o controle sobre os trabalhadores e garantir o cumprimento do cronograma das obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Assim, é nesse contexto que a disputa pelo controle do STICCERO, bem como entre os Sindicatos (STICCERO E SINTRAPAV-RO), respectivamente, ligados à CUT e a FS, mostrou-se danosa ao movimento sindical e à luta dos trabalhadores no âmbito dessas grandes obras do PAC, tocadas a um ritmo acelerado (com antecipação de cronograma) como prega o "Novo Desenvolvimentismo". Consequência direta foi a disputa e fragmentação da representação do movimento sindical naqueles canteiros de obras em vez de fortalecer a luta política dos trabalhadores.

Considerando a disputa entre representantes da FS e da CUT pelo STICCERO, surge o MOSCC-RO, que enquanto disputava o controle do sindicato e sua representação territorial, bem como os expressivos recursos da contribuição sindical, contribuiu para pôr em pauta reivindicações tanto de melhoria salarial, redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, questionou-se as formas de contratação por gatos e intermediários que faziam/fazem desta forma de mobilidade do trabalho um negócio vantajoso. Essa pauta mais combativa foi sendo deixada de lado, em especial a redução da jornada de trabalho, e pautas pontuais foram sendo debatidas, como reposição salarial e reposição acima da inflação, além de outros benefícios, como o direito à mobilidade do trabalhador. Esses pontos, de fato não foram suficientes para atacar o núcleo dos mecanismos de degradação e superexploração da força de trabalho. Da redução da jornada de trabalho passou a se discutir a possibilidade de aumento de horas extras e melhores pagamentos dessas horas!

Como o STICCERO já era fragilizado, sem credibilidade e representatividade efetivas junto aos trabalhadores, acabou reforçando

ou no mínimo mantendo essa distância, por não conseguir uma aproximação e processo de luta política efetiva.

Surgem, então, de modo expressivo, as Revoltas dos trabalhadores, como corridas em 2011 e 2012. Surgiria assim nas obras do PAC, um movimento de trabalhadores fortemente criminalizados e atacados pelo capital e pelo Estado. As Revoltas podem ser consideradas um movimento importante, pois surgidas nos canteiros de obras de Jirau, acabaram servindo de modelo e exemplo de luta para outras obras do PAC, e por que não das próprias manifestações urbanas realizadas em julho de 2013.

No campo das Revoltas, fica evidente, tanto pelo STICCERO, como pelo MPT-RO, SRTE-RO e Justiça do Trabalho, que não se provou a existência de uma liderança que estivesse mobilizando as revoltas, que culminaram tanto em 2010, 2011 e 2012 em atos de violência, inclusive contra os próprios trabalhadores, mas também e, principalmente, tendo como alvo as instalações das grandes empreiteiras. Apesar das hipóteses de envolvimento de Sindicatos ou grupos ligados às diferentes organizações sindicais, houve também quem suspeitasse das grandes empreiteiras e consórcios que pudessem forjar a criminalização dos trabalhadores para conseguir obter ressarcimento das perdas, acionando o milionário seguro. Além disso, os atrasos nas obras levariam o governo a liberar aditivos bilionários para acelerar ainda mais as obras das UHEs. No entanto, pelo menos que seja de nosso conhecimento nada foi provado que pudesse ligar tais hipóteses como motivadoras dos incêndios e paralisações.

Como defendemos ao longo dessa tese, as hipóteses de vandalismo, de fragmentação e alteridade entre os trabalhadores (entre ordeiro e "desordeiros/hostis"), disputas sindicais, e da própria ação legítima do movimento sindical na representação, são meandros e questões importantes que evidenciam as dificuldades quanto à organização dos trabalhadores e formação de uma base política reivindicatória de classe que possa fortalecer as lutas surgidas como autônoma entre os trabalhadores, mas que poderiam ou deveriam ter sido estimuladas em ganhos políticos para a classe trabalhadora. Insatisfação pela degradação do trabalho que ao gerar o despertar da luta não foi potencializado com o amadurecimento político consciente

para uma luta mais forte em prol dos trabalhadores superexplorados nas UHEs do "Novo Desenvolvimentismo".

Muitos aspectos pairam sobre isso: seja a blindagem das empresas para que o Sindicato da categoria não tenha/tivesse acesso aos trabalhadores nos canteiros de obras, inclusive para evitar que movimentos reivindicatórios e organização política pudessem acontecer; como pela própria fragilização do STICCERO durante a gestão da atual diretoria, e, pior ainda, na antiga administração sobre a Força Sindical. Faltou e não se quis avançar em um movimento sindical para a categoria de trabalhadores da construção civil em grandes obras do PAC.

Que avanços importantes aconteceram, não restam dúvidas, mas não foram suficientes, ainda, para mudar o quadro de superexploração, degradação, criminalização, acidentes e mortes de operários nos canteiros de obras da UHE de Jirau.

Assim, entendemos que o próprio STICCERO teve dificuldades para manter no seu núcleo, e a própria CUT (RO e Nacional) também não teria conseguido uma formação política combativa junto aos dirigentes sindicais locais, se esse fosse um projeto, já que a estratégia que foi se firmando e se constituindo é de um Sindicato de resultados, de mediação, não combativo, e de modo mais direto "pelego" e articulado às empreiteiras e ao projeto do "lulismo", da mediação do conflito entre trabalhadores e capital.

Em cada uma das manifestações e Revoltas, detectamos o STICCERO mantendo a alteridade e fragmentação do movimento dos trabalhadores, entre os "ordeiros", que atuam dentro da legalidade e normalização da legislação trabalhista, e os "desordeiros/hostis", ou "pequeno grupo de vândalos", que gerariam tumultos e tentaria dificultar as negociações e avanços da atuação do Sindicato com as empresas.

Não que os atos de violência deveriam e teriam que ser motivados, mas quando se prega tanto a legalidade, o cumprimento das normas, sendo a negociação, a judicialização e os Dissídios Coletivos uma saída para os impasses entre capital e trabalho, o Sindicato

esquece-se que cada revolta e greve só ocorre por que as empresas e consórcios também fazem letra morta às normas trabalhistas⁴⁴⁸.

Portanto, não tem como falarmos de movimento sindical combativo em Rondônia no contexto das UHEs do Madeira, mas de práticas da instituição sindicato na mediação e como representação dos trabalhadores que prima por resultados nas negociações, desde que seja assegurando alguns benefícios aos trabalhadores. Quanto as ações autônomas dos trabalhadores, não afirmamos com isso que há a ausência de consciência dos trabalhadores da superexploração sofridas em Jirau, já que só tendo essa compreensão é possível se rebelar, se revoltar e se impor diante dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital. De outro modo, faltou e ainda é um caminho difícil de ser construído um movimento combativo em prol dos trabalhadores e não de acordos e retomada das obras para que os cronogramas do PAC não sejam atrasados. Reajustes poucos superiores à inflação, condições mínimas no ambiente laboral e de mobilidade do trabalhador não mudaram e nem vão mudar o cenário de superexploração e degradação de homens e mulheres nesses territórios do hidronegócio-energético, de exploração, controle e destruição da dignidade humana expresso na neobarbárie.

No caso do STICCERO, entrevistas, acompanhamento de algumas ações e até a própria blindagem do Sindicato por alguns membros da diretoria, em contraponto à postura do diálogo, da participação e da denúncia de poucos membros, nos evidencia suficientemente a fragmentação e o papel pragmático, "pelego" e por resultados do Sindicato local. Com a perda de um dos membros desta Diretoria, o mais combativo e politizado, ao nosso entender, a atuação do STICCERO perde a germinação do que poderia fomentar em novas bases o movimento sindical no Estado, e que tivesse respaldo de um sindicalismo combativo com vistas a construir uma rede de resistência e de luta na Amazônia no contexto das UHEs materializadas pelo "Novo Desenvolvimentismo".

No nosso entender a CUT poderia, mas não tem contribuições expressivas na luta política, na participação mais efetiva junto ao operariado da construção civil nas tomadas de decisões em prol de um projeto consciente contra a superexploração e degradação do trabalho

⁴⁴⁸ Veremos em seguida o caso do Compromisso Nacional da Indústria da Construção, para que essas mantivessem condições mínimas nos seus canteiros de obras, estimulados e financiados por vultosos recursos públicos.

nessas obras. Algo que fosse além do voto, da aprovação ou não de proposta em assembleias, das irregularidades vistas nesses ambientes de representação dos trabalhadores, como em Jirau e Santo Antônio, mas também em outras UHEs como Belo Monte, além de várias outras em construção na nova fronteira hidroenergética amazônica.

Para a CUT, uma experiência que já teria frutos importantes foi “romper a blindagem” das empreiteiras e consórcios nas UHEs do Madeira, para que o Sindicato tivesse acesso de fato aos canteiros de obras. Com a segunda Revolta de trabalhadores em Jirau, no ano de 2012, desde julho daquele ano, estaria funcionando ou se tentando implementar uma comissão de negociação formada pelos próprios trabalhadores da Camargo Corrêa na UHE de Jirau

Essa experiência, mas principalmente a Revolta de trabalhadores de Jirau, em 2011, teria levado o Governo Federal (via Secretaria Nacional da Presidência da República), a uma negociação nacional via Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite entre representantes dos trabalhadores, empreiteiras / construtoras / consórcios, e demais envolvidos no setor da indústria da construção civil, a dialogar sobre o desrespeito à legislação trabalhista, às condições de trabalho em grandes obras de infraestrutura no país, nas palavras do governo para “um acordo sobre as condições de trabalho”.

Esta negociação acabou se materializando no Compromisso Nacional da Indústria da Construção Civil (CNIC), assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, em 01 de março de 2012, em Brasília. Assim, o CNIC “[...] visa - para além de assegurar aos trabalhadores os seus direitos fundamentais, como saúde, segurança, qualificação e proteção social - promover avanços e inovações nas relações trabalhistas e nas condições em que o trabalho é realizado” no setor da construção civil (BRASIL. CNIC, 2012, p. 4)⁴⁴⁹. Além disso, “[...] **o instrumento também contribui para a prevenção e a pronta resolução de eventuais conflitos entre patrões e empregados, favorecendo o aumento da produtividade e o bom andamento das obras**” (grifo nosso). Os principais pontos deste

⁴⁴⁹ Segundo Cartilha do CNIC (2012, versão 1, p. 3): “Para os setores envolvidos, o Compromisso inaugura uma nova fase na negociação trabalhista - a possibilidade de implantação de acordos nacionais -, que, apesar de não substituírem os acordos e convenções coletivas, avança para além das garantias legais ao estabelecer novas condições específicas de trabalho, saúde e segurança e representação sindical nas obras”.

compromisso incluem diretrizes relativas ao recrutamento, pré-seleção e seleção de mão de obra; formação e qualificação profissional; saúde e segurança; representação sindical no local de trabalho, condições de trabalho; e relações com a comunidade.

Ou seja, precisaria o Governo criar um compromisso nacional para que as empreiteiras, consórcios e inclusive as estatais do setor de energia se comprometessem em cumprir as normas e legislação trabalhistas. Uma contradição, ou uma aberração, no mínimo, frente às ações inoperantes do Estado e das ações políticas no "Novo Desenvolvimentismo", de tocar essas obras a todo custo, inclusive com a flexibilização da legislação trabalhista vigente.

Por ora a questão que merece destaque é que Revoltas de trabalhadores em Jirau teriam motivado essa negociação intermediada pelo Governo, sob o "Novo Desenvolvimentismo", entre trabalho e capital, para que as obras do PAC e projetos referentes ao setor não pudessem parar. Assim, acabariam sendo oficialmente assinados em Santo Antônio e Jirau, nos dias 07 e 08 de novembro de 2012, respectivamente, a adesão ao CNIC. Precisaria, então, a ação de intermediação do Governo Federal para que CUT e STICCERO tivessem assegurados que as empresas resolveriam os graves problemas em seus canteiros de obras, para que se evitassem um movimento de contestação dos trabalhadores como os ocorridos nos anos anteriores.

Assim, foram criadas Comissões de Negociação nos canteiros de obras, compostas por trabalhadores para que se tornem canais de reclamação de problemas cotidianos dos operários no ambiente laboral, e mensalmente se possa dialogar, juntamente com o STICCERO e diretamente com gerentes e responsáveis das empreiteiras, tais queixas dos operários. Caberia às construtoras acatar e resolver esses problemas.

A avaliação do STICCERO e da CUT é que isso já teria apresentado resultados em Jirau, e por isso a negociação da data base de 2013/2014 teria sido de "forma pacífica". Além da Camargo Corrêa, as principais empreiteiras das obras da UHE, 79% das terceirizadas teriam assinado em Jirau o compromisso. Outras terceirizadas como a Jauru, com 800 trabalhadores, não teria aderido, dificultando o diálogo com os trabalhadores, e, ainda mantendo situações irregulares que levariam à paralisação naquele ano. Para a Camargo Corrêa, teriam

sido resolvidos pontos singulares como o maior controle dos trabalhadores via ponto eletrônico, o que permitiria o pagamento de horas extras de fato realizadas, melhorias na fila do refeitório, na qualidade da alimentação e do próprio transporte. Nada de estrutural foi alterado!

Por fim, além desses pontos, considera o STICCERO e a CUT que devido à Comissão Tripartite Nacional, caso as empresas não resolvam os problemas no ambiente laboral, esses seriam o canal para as denúncias. As Centrais Sindicais, como FS e CUT, tentam implementar também que a adesão ao CNIC fosse um requisito para participação de empresas em concessões públicas.

Vejamos para onde caminha o enfrentamento do trabalho organizado! A questão que fica, diante do paliativo, é se o maior fortalecimento das SRTE para embargar obras, fiscalização, denúncias de graves violações de direitos humanos e trabalhistas nessas obras cancelassem contratos e repasses de empréstimos públicos, como gozam essas grandes empresas proprietárias das concessões dessas UHEs. Haveria uma força tarefa da Justiça do Trabalho para punir o desrespeito à legislação trabalhista pelas grandes empreiteiras e consórcios? Nada disso é visto no CNIC. Mais uma vez o governo vem com proposta paliativa, que não assegura em nada o cumprimento da legislação, a fiscalização e principalmente a punição das grandes empresas nas formas de superexploração do trabalho nessas obras. A contradição fica latente, pois cria-se um CNIC, tenta-se flexibilizar a legislação trabalhista, e se mantêm outros meios legais pelo Estado para reprimir, oprimir e prender trabalhadores que lutam por seus direitos. A neobarbárie se instala de fato!

No plano da formação política, as Comissões de Negociação poderiam ser um canal entre Sindicato e trabalhadores, para que, de fato, o STICCERO tivesse mais presença nos canteiros de obras. Se isso vai funcionar depende do projeto sindical para o enfrentamento com o capital, ao contrário de ter como meta resultados em negociações que mantêm o trabalho sob fortes amarras e controle nesses territórios de exploração, chamado UHE de Jirau.

Assim, quando lembramos do Estudo do DIEESE mencionado no início deste capítulo, pode-se considerar que se houve avanços nas conquistas dos trabalhadores isso só ocorreu devido as Revoltas e por

interromperem a dinâmica do capital e do Estado nessas grandes obras das UHEs de Jirau e Santo Antônio, mesmo que apenas durante os momentos restritos do avanço das lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que fundamenta essa tese partiu da hipótese de que a região Amazônica, enquanto nova fronteira hidroenergética, constitui-se em uma valiosa reserva do Estado brasileiro para a implementação da política de infraestrutura energética. Os vastos corpos hídricos com potencial energético, combinação cobiçada pelo capital potencia o setor elétrico situação privilegiada diante da condição estratégica para se expandir na Amazônia, porém só o faz conciliando a disposição significativa força de trabalho para uso intensivo e extensivo para a construção das UHEs, como é o caso de Jirau, condições essas que são postas pelo "Novo Desenvolvimentismo".

Mas o controle da força de trabalho pelo capital não ocorre sem resistência e rebeldia. As Revoltas de trabalhadores relatadas durante o trabalho de tese são, portanto, entendidas por nós como formas de luta e de resistência que irrompem os mecanismos de superexploração que o capital faz da força de trabalho, em um certo tempo e espaço. Com isso, as Revoltas mostram as fissuras dos mecanismos de controle do trabalho e também permitem questionar a política pública de infraestrutura hidroenergética do PAC e do "Novo Desenvolvimentismo", materializada em sua expressão de degradação do trabalho em condições de neobarbárie vistas na Amazônia no momento atual.

A questão é por que na expansão da fronteira econômica para a Amazônia a água não teve o mesmo uso estratégico que passou a ter no novo contexto da fronteira hidroenergética nesse início de século XXI, sob o "Novo Desenvolvimentismo"?

O controle e monopólio dos corpos hídricos na Amazônia pelo Estado e sua possibilidade de mercantilização para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, não é uma novidade, tendo em vista as várias estratégias empregadas na história nacional, em especial nas 4 últimas décadas do século XX, com a integração dessa região ao território e à economia capitalista. Foi assim que após o controle político da região, fazia-se necessário seu uso econômico, e com a expansão da fronteira nos governos militares, teve-se condições para explorá-la em benefício dos anseios do capital e do Estado.

Certamente que os impactos ambientais, sociais, o genocídio de povos indígenas e populações tradicionais e o flagelo de homens e

mulheres que foram deslocados e empregados para a inserção da Amazônia à economia nacional foi desastroso.

Podemos dizer, então, que não estavam criadas as condições objetivas (materiais, políticas, econômicas, sociais, tecnológicas etc.) e de controle por parte do capital e do Estado para que a mercantilização dada à natureza pudesse transformar os corpos hídricos em recurso energético para o capital.

Um primeiro conjunto de aspectos se dá devido aos desastres que foram os projetos da construção das grandes UHEs na Amazônia, com base na tecnologia empregada, fundamentada na necessidade de grandes reservatórios para acumulação de água. Também tem-se a questão dos aspectos econômicos e financeiros, já que coube ao Estado arcar com o chamado "custo Amazônia", e diante da crise da "dívida externa", essa foi outra questão impeditiva. Além disso, ainda não se tinha o esgotamento ou saturação das reservas hídricas para uso hidroenergético em outros biomas e regiões brasileiras, como ocorre nesse início de século XXI. Todavia, importantes UHEs foram construídas a serviço do projeto modernizador do Estado e da pilhagem dos recursos naturais pelo capital monopolista na Amazônia, a exemplo da UHE de Tucuruí (PA) para a exploração e processamento mineral.

Um segundo conjunto de aspectos restritivos são intrínsecos a essa forma de apropriação do território e dos corpos hídricos pelo Estado e pelo capital, os quais fundamentam-se nas estratégias de luta, de resistência e de defesa dos meios de vida de populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhas, povos indígenas, organização do movimento ecologista com os movimentos sociais e o protagonismo dessas lutas de resistências às UHEs na Amazônia. O adiamento da UHE de Belo Monte não teria outra justificativa que não fosse a estratégia de resistências ao projeto destrutivo aos povos do Xingu naquele momento, e que ainda permanecem nos dias de hoje.

Com a crise do Nacional Desenvolvimentismo e as barreiras postas para o Estado como agente construtor desses grandes empreendimentos, a crise da dívida externa, a crise energética e a própria crise do capital internacional, teria levado a um intenso processo de reestruturação do capital em escala global, o que provocou rebatimentos no capitalismo dependente, no Brasil e nas formas de

apropriação dos corpos hídricos para a produção de energia na região Amazônica.

A reestruturação produtiva e a privatização também afetou o Setor Elétrico nacional, e com o novo marco regulatório houve a desverticalização da indústria elétrica em suas fases de produção, transporte e distribuição e comercialização, o que permitiu de fato fortalecer a energia elétrica uma mercadoria negociada pelos mecanismos de mercado. Portanto, frente à exigência crescente e a ausência do Estado com políticas de infraestrutura para o Setor Elétrico, este não conseguiu responder às demandas o que levou ao quase colapso energético nacional, visto, por exemplo, sob a prerrogativa dos "apagões".

Já sob o Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico, o governo Lula, com o "Novo Desenvolvimentismo" e o PAC, retoma para o Estado o papel de planejar a oferta e a demanda de eletricidade, criando condições reguladas sob os preceitos do mercado para fundamentar a política de infraestrutura para o setor elétrico.

Ao tornar seguro a lucratividade deste Setor e, além disso, a resposta de crescimento da economia a partir de 2004, constata-se a importância do controle estratégico da energia para várias frações do capital. Ou seja, tanto para as frações já vinculadas à indústria elétrica (empresas nacionais e internacionais) que aproveitaram das privatizações e apossaram e pilharam desse patrimônio nacional, mas também com a inserção de empreiteiras, construtoras, do capital financeiro (bancos privados, públicos, fundos de pensão e de investimentos), e das próprias estatais que passaram a atuar com base no modelo Parcerias Público-Privadas para os novos empreendimentos de UHEs na Amazônia.

Assim, no "Novo Desenvolvimentismo" fica evidente os mecanismos empregados pelos governos Lula e Dilma que no contexto da crise estrutural do capital, sob a crise de acumulação neoliberal, teria permitido a retomada do crescimento com a ampliação do consumo no mercado interno, a retomada do planejamento governamental em infraestrutura prevista a partir do PAC, bem como o Estado retoma o financiamento de grandes obras, o que passou a ser feito a partir da participação expressiva do BNDES e dos fundos de pensão e empresas estatais, bem como do Tesouro Nacional neste projeto.

É nesse contexto da temporalidade da crise estrutural do capital, que em escala nacional, com o projeto do "Novo Desenvolvimentismo" e do PAC, a Amazônia de fato se consolidou como a nova fronteira hidroenergética do país.

Do mesmo modo, uma "novidade" do momento contemporâneo para o interesse desta região como a fronteira de recursos hidroenergéticos é o papel estratégico e de controle por grandes empresas do mercado da energia elétrica, altamente lucrativo, para responder às demandas do capital nacional e internacional no território brasileiro.

Também não poderia faltar o fetiche da tecnologia com as UHEs de reservatório a fio d'água e as "milagrosas" turbinas tipo Bulbo, que não necessitam de grandes declividades para serem movimentadas, mas de rios com intensa e constante vazão d'água.

Criadas as condições materiais, políticas, jurídicas, econômicas, sociais e trabalhistas, com a reestruturação produtiva e o "Novo Desenvolvimentismo", o capital transnacional tem no mercado nacional de energia elétrica, em especial na indústria da energia hidrelétrica, um atrativo para a sua reprodução ampliada, como nos mostra Gonçalves Júnior (2007).

Portanto, a Amazônia constitui a região central para a ação do capital com o hidronegócio-energético. Os grandes rios são mapeados em inventários e estudos de viabilidade para decidir onde serão barrados e, assim, construídas as UHEs. Os grandes Complexos Hidrelétricos, formam territórios de mercantilização da natureza, os quais cada UHE representa em si um controle do espaço, do corpo hídrico, da terra e da ambiência da relação antes estabelecida entre homem e rio. Jirau constitui deste modo um território do hidronegócio-energético, no qual a natureza é mercantilizada e a água torna-se recurso estratégico para a produção de energia elétrica.

Não é pouca coisa evidenciar que grandes empresas, construtoras, bancos, fundos de pensão e de investimentos, além das empresas públicas do setor energético estejam cada vez mais interessadas em geração, transporte e distribuição de energia considerada "limpa", como defendem ser a energia hidrelétrica⁴⁵⁰.

⁴⁵⁰ Esquecem que essa energia carrega em seu DNA desterreamentos, impactos ambientais, sociais, culturais, que ao contrário de limpa é manchada de sangue, com o registro de mortes, acidentes, medos, angústias, doenças, como

Projetos com vultosos investimentos em capital como a UHE de Jirau, não são realizados somente pelo capital privado, em virtude do longo ciclo de maturação para sua valorização e retorno, por isso o Estado entra como parceiro. A questão então é de que frente às contradições desencadeadas com as políticas neoliberais e a restrição da energia para atender as demandas de reprodução total do capitalismo brasileiro, o “Novo Desenvolvimentismo” busca atacar este gargalo da falta de energia elétrica para atender às demandas insaciáveis do capital.

O fato do Estado brasileiro e dos interesses do grande capital nacional e internacional, e financeiro encontrarem nos pactos do “Novo Desenvolvimentismo” condições para expandir a fronteira hidroenergética para a Amazônia, reativando, intensificando e (re)produzindo formas de acesso, controle e apropriação daquela região é ímpar neste contexto.

De outro modo, no campo da produção ampliada de mais valor, produzir energia hidrelétrica na Amazônia e frente aos “custos regionais”, como os desafios de barrar os grandes rios amazônicos, mobilidade de grande contingente de trabalhadores, a distância dos mercados consumidores de energia, a construção de grandes linhas de transmissão para que a energia produzida possa ser disponibilizada no SIN, nos permite entender que são possíveis projetos dessa magnitude quando o Estado garante as condições objetivas (no campo político, econômico, jurídico etc.) ao capital para essa empreitada.

De fato, a Amazônia como a nova fronteira hidroenergética para se consolidar necessita de determinadas condições objetivas, pois na contemporaneidade há elementos conjunturais que permitiram e continuam permitindo, via mediação do Estado, os mecanismos de reprodução ampliada a longo prazo para os capitais envolvidos nos projetos dessas UHEs.

Não seria outra estratégia a dos governos Lula e Dilma que mantiveram as bases da acumulação no controle dos gastos públicos, no superávit primário, no pagamento da dívida pública, no arrocho salarial dos trabalhadores, embora o faça com estratégias diferenciadas dos governos FHC, pois retoma para o Estado seu papel

resultado da superexploração e precarização do trabalho, decorrentes da construção dessas UHEs.

de planejador e agente no direcionamento de um projeto de desenvolvimento que retoma as políticas de infraestrutura, como a do setor elétrico.

Também diferencia-se nas políticas públicas voltadas para a geração de renda, com projetos sociais como o Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, na correção do salário mínimo, na valorização do mercado interno, com incentivo ao consumo, favorecendo o crédito e beneficiando indústrias importantes como a automotiva e a de eletrodomésticos.

Como resultado, houve redução significativa do desemprego. Todavia, geração de empregos não significa dignidade ao trabalhador, pois esse projeto de Estado no "Novo Desenvolvimentismo", o "Estado Neoliberal" (ALVES, 2013a), manteve os mecanismos de degradação, precarização, flexibilização da legislação trabalhista, ilegalidade, informalidade, pois nos últimos governos, desde Collor, o ataque aos direitos dos trabalhadores se manteve, como condição necessária para a manutenção das taxas de acumulação ampliada do capital.

É esse "Estado Neoliberal" que garantem as estratégias de reestruturação do capitalismo brasileiro, que permitiu no âmbito político as condições objetivas para que a Amazônia se concretizasse como região estratégica para a indústria elétrica, em sua composição de capitais privados, estatal, financeiro e especulativo. De tal modo, cria as condições para o controle e uso do território, via pilhagem, lapidação e mercantilização dos recursos naturais na região Amazônica, em especial a água com potencial energético.

Se o aporte de gigantescos investimentos pelas grandes empresas para a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, além do Linhão do Madeira, é um aspecto impeditivo, em um primeiro momento, frente ao longo prazo de maturação desses investimentos e o retorno dos mesmos no tempo exigido pelo capital, o Estado, sob o "Novo Desenvolvimentismo", coloca à disposição do capital fartos recursos do Tesouro Nacional, de instituições bancárias como o BNDES (em condições especiais para esse setor), dos fundos públicos sob a tutela dessas instituições, além das empresas estatais, que em conjunto, também passam a atuar na fase de pesado investimento na construção das UHEs. Além disso, cabe às estatais a participação estratégica nessas

UHEs construídas na Amazônia para que a segurança ao capital privado possa ser uma condição imanente.

No entanto, contraditoriamente, usa-se tanto de recursos do Tesouro Nacional, mas também de recursos dos próprios trabalhadores, como o FAT e dos fundos de pensão, para que mecanismos de degradação, superexploração e entrega do patrimônio dos trabalhadores sejam postos a serviço da acumulação do capital (trans)nacional.

Em outras palavras, a Amazônia continua sendo uma fronteira econômica e de recursos em intenso processo de expansão e de mercantilização da terra e da água. Isto, pois, potencializado como nunca, que além da floresta, biodiversidade, subsolo, dos mercados fictícios de carbono, a água passa a ser a bola da vez, a matéria prima e "mercadoria" fetiche para o capital, já que carrega em si, além da potencialidade de gerar uma mercadoria estratégica como a energia elétrica o seu controle também permite se apropriar de parte da mais valia social (via "lucro suplementar"), quando a energia é intensamente requisitada no processo de acumulação do capital.

Uma questão antagônica é que embora o Estado crie marcos jurídicos e regulatórios para manter o controle e o monopólio do corpo hídrico, já que ao capital ele não passou a propriedade *ad eternum*, porém ao dar-lhe o direito de uso, via concessão pública, entrega também um serviço/bem estratégico, pois a energia torna-se uma mercadoria chave no processo produtivo e sob controle do capital privado.

Assim, a concessão pelo Estado com fim de mercantilização, permite aos capitalistas que detenham o controle e o uso deste recurso natural (o corpo hídrico) para fins energéticos, ter papel importante no processo produtivo de valorização do capital. Essa é uma estratégia arriscada do Estado brasileiro, pois como ensina Mészáros (2007), o capital é incontrolável e destrutivo, e essa carta branca que lhe é dada para o controle da natureza, dá-lhe também o direito de usá-la da forma que lhe interessa para atingir seu objetivo maior que é a sua valorização enquanto produtor de energia elétrica. De uma só vez o capital tem em suas mãos dois elementos estratégicos nesse início de século XXI, ou seja, o controle da água como recurso e da energia hidrelétrica como mercadoria!

Deste modo, outra instância importante e de forte impacto nessa ação política e econômica do Estado, são os custos, os impactos sociais desse projeto de desenvolvimento destrutivo.

Os licenciamentos ambientais das UHEs de Jirau e Santo Antônio foram empurrados de cima para baixo e voltados, prioritariamente, ao atendimento dos interesses dos capitais e da política governamental envolvidos nesses grandes projetos. A legislação ambiental flexibilizada virou sinônimo de políticas de compensação ambiental e como moeda de troca para que territórios de populações tradicionais, ribeirinhas, camponesas, extrativistas e de povos indígenas pudessem ser violados em detrimento da ideologia e do discurso do desenvolvimento e do crescimento nacional.

Estamos diante, portanto, do que definimos como o processo de configuração do território do hidronegócio-energético, onde o capital busca destruir as práticas sociais, ambientais, culturais, as formas e relações entre as populações e seu ambiente, com seus modos de vida e suas dinâmicas territoriais com o rio, para que o enclave da UHE se imponha como sendo algo necessário ao desenvolvimento local, regional e nacional. Essa ação destrutiva mostra sua primeira face na neobarbárie em seu par dialético com o "Novo Desenvolvimentismo", pois cria-se também um caos destrutivo nas cidades, povoados e demais núcleos populacionais próximos às UHEs de Jirau e Santo Antônio, no qual o Estado e o capital não se preocupam e não querem se preocupar com os sujeitos que ali vivem e que ali passarão a viver.

Vejamos a tragédia ecológica na cidade de Porto Velho, mas também nos estados de Rondônia e Acre, além do território boliviano, nesse ano de 2014. Essa região passa pela maior cheia do rio Madeira nos últimos 100 anos, com nível de 18,93m (dia 08/03/2014) e previsão da ANA de passar de 19,20m até o fim do mês de março no pico das cheias, da qual ainda não se sabe a intensidade dos impactos gerados pelas e nas UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Fato é que mais de 2,2 mil famílias, até o dia 07 de março de 2014, estavam desabrigadas, e o estado do Acre está isolado pelo único acesso rodoviário com Rondônia e ao restante do país, já que a lâmina d'água passou de 60cm em determinados trechos da BR-364.

Essa destrutividade é potencializada quando os dois consórcios, o proprietário de Jirau (ESBR) e o de Santo Antônio (CSAC),

disputam cada centímetro cúbico de água do rio Madeira. Santo Antônio, à jusante, tentando aumentar a capacidade do seu reservatório, estocando mais água para aumentar a capacidade de geração de energia, e Jirau, à montante, tendo que manter a vazão para não pôr em risco estruturas provisórias como uma ensecadeira que permite a construção e instalação de uma casa de forças.

É nesse contexto que a dinâmica territorial se desenvolve sob mecanismos acirrados de controle e mercantilização da natureza, como a água, voltada única e exclusivamente para atender às necessidades de valorização do capital das grandes empresas do setor. São esses os elementos políticos, econômicos, jurídicos e regulatórios que garantem a mercantilização da natureza, a partir da apropriação estratégica da água, via mecanismo de concessão.

Portanto, em termos tecnológicos não há impedimento para barrar os grandes e volumosos rios amazônicos para produzir energia; tampouco faltam recursos financeiros disponíveis pelo Estado brasileiro para que sejam construídas as UHEs.

A legislação ambiental, considerada pelo setor e pelo governo como entrave e fator de atraso para a construção de UHEs e linhas de transmissão, em decorrência da complexidade do bioma Amazônia, também está sendo flexibilizada para agilizar os licenciamentos.

Na questão social, impõem-se como barganha compensações como se estas pudessem dar conta de reparar ou amenizar os impactos sociais, econômicos e territoriais dessas UHEs. Há, além disso, a pactuação das elites locais e regionais em defesas das UHEs⁴⁵¹, tendo como base os benefícios ao desenvolvimento local/regionais desses grandes empreendimentos. Houve também a construção de um marco regulatório para o Setor Elétrico que atendesse aos anseios da indústria elétrica.

E enfim, haveria quase completado toda uma estrutura que desse conta de concretizar o projeto da Amazônia como a nova fronteira

⁴⁵¹ Diante da maior cheia registrada nos últimos 100 anos em Porto Velho, e o isolamento do Acre via BR-364, o discurso do Senador Jorge Viana, do Acre, no Congresso Nacional em 24/02/2014, foi de inocentar as UHEs, e culpabilizar o fato da rodovia federal ficar alagada a problemas de projeto quando de sua construção, que deveria ter previsto uma cheia como a registrada em 2014. Culpabiliza também o clima, mas inocenta as UHEs e sua capacidade de potencializar os fenômenos da alagação. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=OTLfnBs7g50#t=959>. Acesso em: 24 fev. 2014.

hidroenergética nacional, sendo Jirau e Santo Antônio os projetos modelos.

Mas em nosso entendimento ainda falta um elemento central, fundante e articulador de toda essa complexa engrenagem de funcionamento da indústria da produção de energia hidrelétrica e do Estado, para a apropriação estratégica do potencial hídrico amazônico no momento atual. Esses mecanismos em si não são suficientes para que a política de infraestrutura hidroenergética na Amazônia seja tocada pelo Estado e pelo grande capital.

Portanto, a tese defendida é de que na esfera da indústria da produção de energia hidrelétrica, a estratégia diferencial na Amazônia se dá nos mecanismos de controle e superexploração do trabalho, no momento da construção das UHEs, reduzindo assim seus custos e tempo de construção, permitindo que o ciclo de maturação do capital investido na referida UHE possa ter retorno mais rápido e em condições diferenciais em relação a produzir em outra região. Assim, só torna competitivo e atraente ao capital, quando este faz o uso intensivo e extensivo do trabalho vivo, da força de trabalho, e põe em ação as formas de exploração do trabalho para o barateamento da construção das UHEs e do custo da energia a ser gerada, e têm o respaldo do Estado brasileiro. Por conseguinte, para se construir UHEs na Amazônia nesse início de século XXI, o "Novo Desenvolvimentismo" permite frente à crise estrutural do capital, e à valorização de energia, uma conjuntura que tenha além de tudo a superexploração do trabalho nos canteiros de obras dessas UHEs, como a existente e analisada em Jirau. Logo, o trabalho se torna central e fundante para a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética nacional.

Igualmente, o capital produz energia hidrelétrica na Amazônia, nas condições descritas, pois além de ter acesso estratégico ao recurso natural, têm também condições seguras para o uso intensivo da força de trabalho, e decorrente disso, condição para a apropriação de parte da mais valia social, via lucro suplementar, ao ter sob seu controle recursos estratégicos e sobretrabalho extraídos em condições degradantes, precárias e em relações regressivas de acumulação, em sua expressão na neobarbárie.

Sua expressão é o trabalho degradado, precarizado, terceirizado, formas de uso e controle reativadas em condições de

acumulação primitiva. Mas não basta, também evidencia-se a opressão e o controle dos trabalhadores pelo capital e pelo Estado, tanto no aspecto objetivo como subjetivo, o que ocorre por articulações de formas de organização e controle de gestão com práticas fordistas, mas também no "espírito toyotista", via equipe de produção, produtividade e metas, controle pela força e pelo medo.

Ao manter a mobilidade do trabalho, não só no sentido espacial, mas na extração da mais valia relativa e absoluta, a superexploração do trabalho pelo capital se materializa na concentração da desgraça nos canteiros de Jirau. Trabalho alienado, degradado, precarizado e superexplorado, com mobilidade espacial restrita, morte, acidentes de trabalho, adoecimento etc., é amplamente empregado pelo capital e pactuado pelo Estado, que levaram os trabalhadores da UHE de Jirau a se rebelarem e se revoltarem contra esses mecanismos de controle e superexploração.

Assim, o trabalho se rebela, revolta-se e irrompe os mecanismos de controle sofridos no território do hidronegócio-energético de Jirau, se coloca contrário aos planos do capital e do Estado para a aceleração das obras da UHE em tempo recorde.

Como essa rebeldia surge fora dos limites da organização de classe e autônomo, a partir da ação do trabalhador e não como movimento organizado pelo Sindicato da categoria, essa ação de resistência dos operários tornou-se a expressão de luta e o mecanismo empregado para serem ouvidos, a deixarem de ser invisíveis frente aos discursos de desenvolvimento regional, geração de empregos, e da importância das UHEs do Madeira para o crescimento acelerado da economia brasileira.

Frente às Revoltas dos trabalhadores, o capital reage, intensifica seus mecanismos de controle, e passa a oprimir ainda mais. Impõe-se o controle pelo medo, pela coerção física, assédio de diversas formas pela violência privada e também pela violência do aparelho do Estado. Usa-se a força policial e militar para que a subserviência ao capital seja mantida.

Em outra frente, o capital atua na ofensiva de oprimir pelo medo da demissão por justa causa para os que se rebelam e se revoltam. Pregou-se que não haveria motivos para um "colaborador" de "bem" questionar as condições de trabalho, as boas instalações dos alojamentos, de lazer, da alimentação que inclusive foi posta como

superior a que aqueles homens e mulheres tinham em suas casas. Ou seja, usa-se de enunciados discursivos para criminalizar, oprimir, desmoralizar e desmobilizar essa forma de luta.

É nesse contexto que os conflitos surgem como rebeldia e Revoltas dos trabalhadores, sem uma organização sindical, mas como ação de resistência e de questionamento das formas de controle impostas aos operários de Jirau pelos próprios sujeitos explorados; o trabalho mostrou-se autônomo à representação organizada do STICCERO.

Isso não significa que ao rebelar-se, revoltar-se, com base em reivindicações que questionassem as precárias condições de trabalho e de superexploração sofridas na construção da UHE de Jirau, os trabalhadores negassem a existência e a participação do Sindicato na representação junto ao capital. Tanto que após as duas Revoltas (março de 2011 e abril de 2012), o STICCERO foi chamado para dialogar com as empresas construtoras e o Consórcio ESBR. No entanto, a atuação sindical, tanto no âmbito local, como nas articulações em âmbito nacional, não permitiram ao movimento avançar nas pautas para além da luta imediata envolta em questões econômicas e de condições mínimas no ambiente laboral.

Ganhos importantes foram conquistados nesses momentos de luta, como reposição salarial, melhorias nas condições de trabalho⁴⁵² e benefícios⁴⁵³. Entretanto, as conquistas não foram suficientes para avançar para além de uma pauta imediata, ainda mais quando se busca ampliar o tempo de trabalho com horas extras. Inverte-se uma luta que deveria ser por tempo livre, para o lazer e maior tempo junto à família (baixada), e frente aos baixos salários, busca-se expandir a jornada de trabalho para aumentar a remuneração desse trabalho ainda mais degradado.

Com as Revoltas de Jirau, criou-se uma pausa, um vácuo nos mecanismos de controle do trabalho pelo capital e pelo Estado. Porém, tal ruptura não foi potencializada no sentido da luta política, da rebeldia, no que tange ao questionamento das formas de degradação,

⁴⁵² Melhorias foram conquistadas nos alojamentos, como instalação de aparelhos de ar condicionado, redução do período de mobilidade para visita familiar e ampliação dos dias de visita (conhecido no setor como baixada).

⁴⁵³ Participação no programa de metas e produtividade das empresas, via remuneração pela PLR, benefícios como cesta básica, via vale alimentação conhecido como BigCard, e aumento em cada data-base do valor da mesma.

precarização e superexploração tidas como estrutural, indo além do caráter econômico e imediato das lutas.

As conquistas de caráter político foram importantes, pois serviu de inspiração e modelo de luta por trabalhadores de outras grandes obras de infraestrutura do PAC. A questão é que se a organização e representação dos trabalhadores pelo Sindicato da categoria já surgiu com disputas e peleguismo, o controle do STICCERO por trabalhadores das próprias UHEs de Jirau e Santo Antônio não permitiu um avanço na organização e representação sindical local.

Isso porque o movimento mais geral do sindicalismo brasileiro, a partir do contexto da reestruturação produtiva do capital, acabou deixando marcas e dando o rumo também para as estratégias políticas das Revoltas de trabalhadores em Jirau. Ou seja, o próprio sindicalismo atuou para que não se avançasse para além das lutas econômicas e de caráter imediato, sem um questionamento por parte da estrutura sindical dos mecanismos estruturais de degradação do trabalho em tais obras de infraestrutura energética que se espalham pela região Amazônica.

Quando consideramos que o Novo Sindicalismo brasileiro, em especial a CUT, acabou aderindo ao projeto do "Novo Desenvolvimentismo", para uma atuação de resultados e não em ações combativas de luta e atinado ao projeto de emancipação do trabalho das amarras do capital, a cooptação e alinhamento ao projeto do "lulismo" teve reflexos diretos em Jirau. Ou seja, manteve-se a mesma estratégia adotada em âmbito nacional de não oposição ao projeto do "Novo Desenvolvimentismo", bem como às obras do PAC como a UHE de Jirau, pois acredita-se no campo da participação junto ao governo petista e na possibilidade de reverter a degradação, precarização e superexploração do trabalho nas obras das UHEs, como visto em Jirau.

Como isso é ilusório, pois esse não é o pacto de classes do "Novo Desenvolvimentismo", a CUT e, conseqüentemente, o STICCERO acabaram não enfrentando as ações vindas do Executivo e da Justiça do Trabalho, e do próprio capital. Não houve, após as Revoltas de Jirau, uma atuação política significativa que permitisse fomentar e dar direção para a luta e rebeldia dos trabalhadores envolvidos na construção das UHEs do rio Madeira, em especial Jirau. Ou seja, de Revoltas que surgem como questionamento das condições de trabalho em

obras de infraestrutura energética importantes para o governo federal, poderiam avançar para uma atuação política de questionamento do modelo dessa política pública de infraestrutura implementada, tocada pelo PAC, via parceira com o capital privado nacional e internacional.

As Revoltas como expressão de luta e de questionamento do uso que o capital faz dos trabalhadores em cada obra do PAC, foi uma estratégia que mostrou ao capital e ao Estado que mesmo usando dos mecanismos expressos pela neobarbárie para intensificar os calendários das obras, reduzir custos etc., o trabalho não estava, se é que esteve em algum momento, inerte a essas formas de controle.

O Estado brasileiro adotou da mesma estratégia empregada em Jirau em quase todas as obras nas quais trabalhadores se revoltaram: usou do seu poder repressor para agredir, oprimir, intimidar, prender e torturar homens, pais de família, como os casos ocorridos em Jirau após as duas Revoltas.

Diante da passividade generalizada do sindicalismo brasileiro, na fase do "Novo Desenvolvimentismo", essas práticas e experiências de luta em cada uma dessas obras, nos diferentes e distantes espaços do território brasileiro, em especial na Amazônia, com a UHE de Jirau, onde essa forma de luta surge e é embrionária, a saída passou a ser a negociação com as grandes empreiteiras e consórcios, como se isso fosse possível frente ao quadro de neobarbárie instalado nesse território do hidronegócio-energético.

A situação de degradação, precarização e exploração do trabalho nas UHEs de Jirau e Santo Antônio só não foram piores devido à ação do MPT-RO e da atuação de auditores fiscais da SRTE-RO, que atuaram na defesa dos direitos dos trabalhadores. Forças tarefas para a fiscalização das obras, atuação das irregularidades no ambiente laboral, foram questões que permitiram ao MPT impetrar ACPs contra as empresas, empreiteiras e consórcios. Sem essa atuação conjunta, as mortes, acidentes e Revoltas em Jirau e em Santo Antônio teriam sido ainda mais expressivas, impondo de modo mais intenso os mecanismos de superexploração do trabalho postos em prática pelo capital.

As Revoltas, que poderiam se constituir ações políticas de questionamento das relações de trabalho nas UHEs do CHM, além de outras obras do PAC, e do próprio modelo posto pelo "Novo Desenvolvimentismo", não ocorreram, pois os Sindicatos não avançaram para além do

imediatismo. Inclusive não potencializaram o debate sobre a necessidade de pensar a energia elétrica para além de uma mercadoria estratégica ao grande capital, como a bandeira defendida pelo MAB, embora Sindicato e movimento social se articularam em certos momentos para denunciar o caos destrutivo das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Tanto o capital, como o Estado e, de certo modo o movimento sindical em Jirau, atuaram para tentar "represar" as Revoltas dos trabalhadores, como se pudessem ser mantidas em ensecadeiras, encurraladas sob as formas de controle e opressão nos territórios do hidronegócio-energético. Isso foi feito tanto no campo da luta, como no campo dos questionamentos da luta de resistência, como revolta restrita a ação de vândalos, baderneiros e bandidos que não tinham outro interesse que não fosse tumultuar a execução dos projetos, e fomentar a disputa entre sindicatos. Sem contar que o contingente de 22 mil trabalhadores concentrados nos canteiros de Jirau, como sendo fator relevante que teria levado às Revoltas. Ou seja, cada "ator" buscou deslegitimar, via seus enunciados discursivos, concepções predefinidas, as ações de luta postas em movimento pelos trabalhadores.

Assim, no âmbito do trabalho também tem-se a tentativa de camuflar e ocultar o verdadeiro sentido das Revoltas de Jirau, que é o ponto nevrálgico do antagonismo de classes, do trabalho estranhado, ou seja, sua fragmentação não só no âmbito do trabalhador barrageiro, em funções e habilitações técnicas, mas para além dessas atribuições hierárquicas e técnicas. Isso não significa romper as práticas laborais territorializadas, onde a plasticidade do trabalho ganha potência.

A fragmentação e disputa pela representação territorial entre sindicatos que buscam a todo custo apropriar-se da contribuição sindical, e a ela ficam reféns, inclusive das formas de intervenção do Estado na organização do trabalho, também fragiliza a luta dos trabalhadores. No campo da organização sindical, vive-se a cooptação, o "peleguismo", e o entreguismo ao projeto do "lulismo", com as ações por resultados imediatos e restritos ao âmbito econômico. Busca-se negociar, acabar com as greves, e quando se leva para os trabalhadores propostas para a negociação, não há um projeto político de luta de longo prazo. A forma de luta pela rebeldia e Revoltas foi questionada

e deslegitimada não só pelo capital, governos, Judiciário, mas também pelo sindicalismo.

Apesar dessas formas de fragmentação, as Revoltas de Jirau mostraram que o trabalho ao irromper a dinâmica do capital expressa sua potência emancipatória, questionadora e reveladora das fissuras das formas de controle, domínio e de exploração do trabalho pelo capital e pelo Estado.

Mas quando esse movimento das Revolta padece de uma organização voltada para um projeto de classe, ao projeto da classe trabalhadora, os avanços também se irrompem, mostram seus limites e suas fissuras. Portanto, trabalho estranhado é condição e resultado dos mecanismos de extração de mais trabalho (mais valor), como os postos em prática nos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia, onde se destroem sujeitos, territórios, e se avança no controle econômico, político, jurídico de mercantilização da natureza. Assim, busca-se dar-lhe sobre os preceitos e ditames do capital e do Estado burguês outro uso, não mais para a reprodução da vida, do trabalho como condição ontológica da mediação sujeito - natureza para a sua reprodução em uma vida repleta de sentido, mas para a reprodução do valor.

Nesse sentido, a degradação, a precarização e a superexploração do trabalho em Jirau e sua conseqüente rebeldia, mostraram no campo da política pública de infraestrutura hidroenergética do PAC e do "Novo Desenvolvimentismo", as fissuras, as contradições e os conflitos latentes das disputas e antagonismos de classes que pulsam como condição e possibilidade emancipatória para se construir a ação política para controle do território e da natureza para além do hidronegócio-energético e à acumulação do capital.

Mas ao considerar as Revoltas de Jirau como elemento de germinação de uma luta política que questione o modelo de desenvolvimento posto em prática pela política de infraestrutura energética no "Novo Desenvolvimentismo", que diz representar os trabalhadores, evidencia-se uma estratégia de luta combativa dos de baixo, dos trabalhadores que sofrem os mecanismos de controle e exploração do capital. Logo, tem-se assim, um importante ganho político do trabalho.

Portanto, foi nos canteiros do hidronegócio-energético na Amazônia que se evidenciou, na materialidade do antagonismo das relações capital - trabalho - Estado, a potencialidade de luta e da revolta que surge onde há formas de controle, de estranhamento, e a superexploração do trabalho para a valorização do capital. Ou seja, na crise estrutural do capital, essas formas de exploração vão além do espaço fabril, inclusive por que as formas de controle decorrentes da reestruturação produtiva do capital, de um capitalismo dependente, são reativadas na sua forma de acumulação que combina em seu desenvolvimento formas regressivas de acumulação primitiva e ampliada em todos os setores onde o capital se faz presente, em especial na Amazônia enquanto fronteira hidroenergética.

Essa potencialidade política do trabalho ainda não compõe as práticas cotidianas pelos movimentos sociais e sindicais, expressão da fragmentação do trabalho, para uma luta mais consciente e além do caráter imediato. A partir das condições criadas no campo da luta e do conflito entre capital - trabalho - Estado, de modo que a potência da rebeldia e das Revoltas de trabalhadores pudesse de fato ser transformada em um projeto de classe, da classe trabalhadora, que ponha em xeque o "Novo Desenvolvimentismo" a serviço da neobarbárie.

Assim, quando nos questionamos qual o lugar do trabalho vivo para a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, a resposta é que diante das condições materiais permitidas pelo "Novo Desenvolvimentismo", é na combinação de mecanismos de acumulação primitiva e de formas espectrais de reprodução do capital, que o trabalho tem centralidade em sua plasticidade territorial. Isso porque articula-se e combina-se no espaço do território do hidronegócio-energético temporalidades desiguais de relações de reprodução do capital e formas de luta e revolta frente a estas formas de controle. Igualmente, evidenciam-se no "Novo Desenvolvimentismo" os mecanismos de controle e extração de mais trabalho intrínsecos à neobarbárie, como condição chave e estratégica para se construir UHEs na Amazônia, mas do mesmo modo, também se evidencia o conflito e a potencialidade emancipatória e de rebeldia do trabalho, expressas nas Revoltas, como as de Jirau.

São essas formas combinadas e possibilitadas pelo Estado no "Novo Desenvolvimentismo", em especial a de controle e superexploração

do trabalho, que as grandes empresas têm o elo estratégico e fundamental para o controle da natureza, dos corpos hídricos com potencial energético na Amazônia, para assim, manter o controle estratégico da energia enquanto mercadoria para a reprodução ampliada do capital, nesse início de século XXI no território brasileiro.

E mostrando que o trabalho fragmentado e sua forma de representação sindical não dá conta de se impor aos mecanismos de controle, o trabalhador busca em si a rebeldia e a potencialidade de irromper as formas de opressão e superexploração do trabalho pelo capital. Falta avançar, pois que o vácuo gerado no questionamento dessas formas de controle não se restringe à fração da classe trabalhadora, ou ao trabalho assalariado dos canteiros de obras.

Assim, permite-se evidenciar uma agenda de ações investigativas pós o doutoramento para compreender a problemática da clivagem que separa os trabalhadores atingidos pelas UHEs do CHM, que lutam (quando lutam) articulados ao MAB, dos trabalhadores empregados nas obras civis e de montagem da UHE de Jirau, e principalmente com a desmobilização dessa força de trabalho no território do hidronegócio-energético na Amazônia. Camponeses e trabalhadores assalariados, ambos atingidos e controlados pelo capital, estão clivados/apartados e ainda não avançaram nas formas de luta para além da fragmentação entre atingidos e rebelados. Fragmenta-se também a luta entre atingidos do Brasil e da Bolívia, na zona de fronteira entre os dois países.

Cada um desses sujeitos são impactados e explorados pelas UHEs do Madeira ao seu modo, mas ainda não se unem em prol de uma luta conjunta, contra os mecanismos estruturais que os mantêm apartados e fragilizados frente às formas de controle e de abuso econômicos das grandes empresas e do autoritarismo do Estado em tempos de "Novo Desenvolvimentismo".

Aos trabalhadores, que essa tese possa permitir, de alguma forma, mecanismos de luta para avançar na emancipação do sistema metabólico social do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antonio Luiz. ESBR: sustentabilidade com aval da ONU. **Canal Meio Ambiente - Canal Energia**, 02/09/2013. Disponível em: <www.canalenergia.com.br>. Acesso em: 05/09/2013.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2013/2014. **STICCERO e ENESA Engenharia S/A, Consórcio Santo Antônio Civil, Construtora Norberto Odebrecht, Construções e Comércio Camargo Corrêa**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 06/05/2013. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 15/10/2013.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2012/2013. **STICCERO e CONSÓRCIO SANTO ANTONIO CIVIL, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A, ENESA ENGENHARIA S.A e CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 26/04/2012. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2012. **STICCERO e ENESA ENGENHARIA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 21/11/2011. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2012. **STICCERO e CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 05/05/2011. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011. **STICCERO e CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 12/08/2010. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011. **STICCERO e ENESA ENGENHARIA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 10/09/2010. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2010. **STICCERO e CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A**. Porto Velho (RO): [s.n.]. Data do Protocolo: 10/11/2009. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

AGENCIA BRASIL. **Obras das usinas Santo Antônio e Jirau continuam paralisadas**. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/obras-das-usinas-santo-antonio-e-jirau-continuam-paralisadas-id287393.html>>. Acesso em: 25/03/2012

ALÉM, Ana Cláudia. O desempenho do BNDES no período recente e as metas da política econômica. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 51-76, jun. 1998.

ALLEGRINI, Gabriela. Exploração sexual em grandes obras. **Caros Amigos**, São Paulo, ano XVII, p. 34-36, out. 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Conflitos sociais no Complexo Madeira**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

_____. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. **Blog Boitempo**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Acesso em: 02/12/2013.

_____. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho (composto de 3 partes). **Blog Boitempo**, 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>> Acesso: 22/10/2013.

_____. **O trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.

ANEEL oficializa início de operação comercial de Jirau. **G1 Economia**. Publicado em 06 de set. de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/aneel-oficializa-inicio-de-operacao-comercial-de-hidreletrica-de-jirau.html>. Acesso em: 09/02/2014.

ANEEL diz não prever atraso em cronograma de Jirau. **Estadão**, São Paulo, 05 abr. 2011. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,aneel-diz-nao-prever-atraso-em-cronograma-de-jirau,61522,0.htm>>. Acesso em: 05/04/2011.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação na obra de István Mészáros. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: SANT'ANA, Raquel Santos et al. (Orgs). **Avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC Paulista:** As greves de 1978/80. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AS CONDIÇÕES de trabalho nos canteiros de obras das hidrelétricas. Entrevista especial com José Guilherme Zagallo. **Instituto Humanita Hunisinos.** Entrevista publicada em: 13 de setembro de 2011. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500456-as-condicoes-de-trabalho-nos-canteiros-de-obras-das-hidreletricas-entrevista-especial-com-jose-guilherme-zagallo> >. Acesso em: 14/09/2011.

ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Um Programa de Atendimento aos Credores. **Jornal dos Economistas.** Rio de Janeiro, n. 213, p. 3- 5, abr. 2007.

BACHEGA, Hugo. Aneel aprova ampliação e antecipação de Jirau. **G1.** Publicado em 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/aneel-aprova-ampliacao-e-antecipacao-de-jirau.html>. Acesso em: 25/04/2012.

BAHNEMANN, Wellington. SUEZ vende fatia de 20% na usina de Jirau para japonesa Mitsui. **Estado de São Paulo,** São Paulo, 14 de maio 2013. Economia e Negócio. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,gdf-suez-vende-fatia-de-20-na--usina-de-jirau-para-a-japonesa-mitsui-,1031592,0.htm> >. Acesso em: 16/05/2013.

_____. Novos tumultos em Jirau postergam retomada de obra. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 18 de mar. 2011. Economia e Negócios. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,novos-tumultos-em-jirau-postergam-re...>>. Acesso em: 20/03/2011.

BALZA, Guilherme. Governador pede, e Força Nacional é enviada para controlar revolta em Jirau. **UOL Notícias,** São Paulo, 17 de mar. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/03/17/governador-pede-e-forca...>>. Acesso em: 17/03/2011

BARBOSA, Mariana. Herdeira da Camargo Corrêa é a mulher mais rica do Brasil, diz agência. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 25 ago. 2012. Mercado, Artigo. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/08/1143146-herdeira-da->

camargo-correa-e-a-mulher-mais-rica-do-brasil-diz-agencia.shtml>.
Acesso em: 27/08/2012.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARROS, Eliane. Apagões: mais que energética, uma crise política. **Caros Amigos**, São Paulo, Ano XV, n. 174, p. 26-29, set. 2011.

BAUTZER, Tatiana. CEO da Camargo Corrêa enfrenta seu maior desafio. **ISTO É Dinheiro**, São Paulo: Ed. Três, n.703, 30 mar. 2011.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro, 2004.

BECKER, Berta; NASCIMENTO, José Antonio Sena do; COUTO, Rosa Carmina de Sena Couto. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia.** Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

BERMANN, Célio. Privatização da produção de energia na Amazônia: cenários prováveis, conflitos possíveis, traumas irreversíveis. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia.** Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

BORBA, Júlia. 'Linhão' do Madeira entra em operação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2013. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/143113-linhao-do-rio-madeira-entra-em-operacao.shtml>>. Acesso: 07/02/2014.

BRASIL. BNDES. **Relatório Anual 2011.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Programa Nacional de Desestatização: relatório de atividades 2009.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2009.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2007.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

_____. _____. **Relatório Anual 2005**. Brasília, 2005. Disponível em:
< <http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Parecer n. 161/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Análise do atendimento as condicionantes de 30 dias da LO 1097/2012. Brasília: S.n., 2012.

_____. _____. Agência Nacional de Águas - ANA. **Resolução n. 269, de 27 de abril de 2009**. Disponível em:
<http://www.ana.gov.br/proton/dou.asp?dt_publicacao=14%2F11%2F2013&txt_criterio=Energia+Sustent%Elvel+do+Brasil&acao=+Pesquisar+&cod_data_pesquisa=1#>. Acesso em: 14/11/2013

_____. _____. IBAMA. **Nota Técnica N° 015/2009 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**, Brasília: S.n. 03 de abril de 2009.

_____. _____. **Licença de Instalação N. 621/2009**. Brasília: S.n., 2009.

_____. _____. **Parecer Técnico n. 79/2009 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2009.

_____. _____. Agência Nacional de Águas - ANA. **RESOLUÇÃO N° 465**. Brasília: S.n., de 11 de agosto de 2008.

_____. _____. **Informação Técnica n° 12/2006 - COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA**. Brasília: S.n., 2006.

_____. _____. **Licença de Instalação N. 563/2008**. Brasília: S.n., 2008.

_____. _____. **Licença de Instalação N. 562/2008**. Brasília: S.n., 2008.

_____. _____. **Nota Técnica n°. 07/2008 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2008.

_____. _____. **Parecer Técnico n. 063/2008 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2008.

_____. _____. **Parecer Técnico n. 061/2008 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2008.

_____. _____. **Parecer Técnico n. 014/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília, 21 de março de 2007.

_____. _____. **INFORMAÇÃO TÉCNICA n° 20/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2007.

_____. _____. **INFORMAÇÃO TÉCNICA n° 19/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2007.

_____. _____. **INFORMAÇÃO TÉCNICA n° 17/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Brasília: S.n., 2007.

_____. _____. **Licença Prévia N. 251/2007**. Brasília: S.n., 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021**. Brasília: MME/ EPE, 2012.

_____._____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. Brasília: MME/ EPE, 2011.

_____._____. ANEEL. **Nota Técnica n. 117/2011 - SGH/ANEEL**. Brasília: S.n., 2011.

_____._____. EPE. **Estudos para Licitação da Expansão da Geração do AHE de Jirau: análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e das Condicionantes da Licença Prévia**. Brasília: S.n, 2008.

_____._____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Plano Nacional de Energia 2030: geração hidrelétrica**. Brasília: MME/EPE, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 2: A gente faz um Brasil de oportunidades**. 8º balanço - maio / agosto. Brasília, 2013a.

_____._____. **PAC 2: A gente faz um Brasil de oportunidades**. 7º balanço - janeiro / abril. Brasília, 2013b.

_____._____. **PAC 2: a gente faz um Brasil de oportunidades**. Ano II. 6º balanço 2011/2014. Brasília, 2013c.

_____._____. **PAC 2: o círculo virtuoso do desenvolvimento**. Ano I. 3º balanço 2011/2014. Brasília, 2012.

_____._____. **PAC 2 - 2011-2014**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>. / <<http://www.it4biz.com.br/apps/dados.gov.br/obrasdopac/>>. Acesso em: 25/05/2012.

_____._____. **PAC 2 2011 - 2014: 1º Balanço**. Brasília, 2011.

_____._____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. Brasília: MME/ EPE, 2011.

_____._____. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2012-2015: Plano Mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação**. Brasília: MP, 2011.

_____._____. **Balanço 4 anos PAC: 2007 - 2010**. Brasília, 2010.

_____._____. **Planejamento, investimento, desenvolvimento - PAC 2: O Brasil vai continuar crescendo**. Brasília, 2010. Apresentação do legado do PAC1.

_____._____. **PAC: 2007-2010**. Brasília, 2007. 9 (Versão para imprensa)

BRASIL. Ministério Público do Trabalho - GO. **ACP Processo PP 000545.2011.18.000/9**, Goiânia, 2011.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região. **Ação Civil Pública**. N. 00268-2011-003-14-005, da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho. Porto Velho, Banca 4, Réu Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A. Autuação: 18/03/2011. 3 v. e Anexo.

_____. _____. **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar de Antecipação dos Efeitos de Tutela**. Rondônia, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. SRTE/RO. **Relatório de fiscalização. UHE Jirau - Porto Velho**. V. 1 e 2. (Programa de Auditoria Especiais em obras de infraestrutura). 2010.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência. MTE. **Compromisso Nacional: Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção**. Brasília: [S.n], 2012. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissoconstrucao/cartilha-construcao>>. Acesso, 10/11/2013.

BLUMM, Pedro Augusto Lisboa. **Licenciamento ambiental: o caso das usinas hidrelétrica do rio Madeira**. 2008.68f. Monografia [Bacharelado em Direito]- Centro Universitário de Brasília, 2008.

BOITO JÚNIOR, Armando. Sindicalismo de Estado no Brasil - entrevista com Armando Boito Jr. **Jornal Voz Operária**. Publicado em 17 de nov. de 2012. Disponível em: <<http://cclcp.org/index.php/inicio-pclcp/nacional/183-sindicalismo-de-estado-no-brasil-...>> Acesso: 19/12/2013.

_____. Entrevista para Nilton Viana. **Brasil de Fato**. Publicado em 09 de abril de 2012. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 18/04/2013.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista Sociologia Política**, v. 28, p. 57-73, 2007.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, vol. 1, Nº 3, p. 80-105, São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOITO JÚNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, maio/ago. 2010.

BORGES, Andre. Sindicatos brigam pelo controle dos trabalhadores da hidrelétrica. **Jornal Valor**, 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/43621-sindicatos-brigam-pelo-controle-dos-trabalhadores-da-hidreletrica>> Acesso em: 30/05/2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 93, p.101-121, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.novosestudos.com.br/v1/Issues/view/155>>. Acesso em: 24/08/2012.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 set. 2004. Mercado, Artigo. p.5.

CABRAL, Gabriela. Destruição. Aumenta clima de tensão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de mar. 2011. Economia B3. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/home.asp>>. Acesso em: 06/11/2012.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Alessandra. **Energia Hidrelétrica**. O "Complexo econômico-financeiro do Madeira". Nota Técnica 4. Observatório de Investimentos na Amazônia. Brasília: INESC, outubro 2011.

CARNEIRO, Mariana; SOARES, Pedro. Crescimento fraco da indústria derruba previsão sobre PIB. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 fev. 2014. Mercado. Artigo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1407669-crescimento-fraco-da-industria-derruba-previsoes-sobre-pib.shtml>>. Acesso: 06/02/2014.

CARSTENSEN, Lisa. Ação civil pede que Justiça garanta independência política de auditores. **Brasil de Fato**, São Paulo, Ano 11, N. 564, 19 a 25 de dezembro de 2013.

CARTA CAPITAL. **As empresas mais admiradas no Brasil**. Edição Especial 2013. São Paulo: Confiança, N. 16, Nov./dez., 2013.

CARTA DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA, Porto Velho. Publicado em 08 de agosto de 2013 Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/08/carta.png>. Acesso em: 30/12/2013.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma 'leitura' geográfica. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

_____. Trabalho e comunicação sindical: determinação territorial da luta de classes. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI. Vol. 2**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

CARVALHO, LUIZ. **Operários da Enesa Engenharia cruzam os braços e param canteiro de obras**. Publicado em: 12 de março de 2012. Disponível em: <<http://cut.org.br/destaques/21818/pessimas-condicoes-de-trabalho-provocam-nova-paralisacao-em-jirau>> Acesso 13/03/2012a.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, Edna Ramos de. Racionalidade e novos padrões na gestão do trabalho em grandes empresas na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

_____. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Ed. UFPA, 1995.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. 2012. 177 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. et al. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira/Rondônia/Brasil. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambu (MG): S.e, 29 set. 2008.

CENTRO de Memórias das Lutas e Movimentos Sociais na Amazônia. **Considerações sobre um projeto privado de REED no interior do estado do Acre - Brasil**. MOVIMENTO Mundial pelas Florestas Tropicais. Disponível em: < <http://lutasemovimentosamazonia.wordpress.com> >. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

CERVINSK, Gilberto Carlos. **Hidrelétricas no rio Madeira: Energia para quem? E para que?** 2007.90f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Economia Política) - Departamento de Economia Política, Universidade Federal do Espírito Santo / Escola Nacional Florestan Fernandes, Erechim, 2007.

CHESNAIS, François. La preeminencia de las finanzas en el seno del "capital en general", el capital ficticio y el movimiento contemporáneo de mundialización del capital. In: BRUNHOFF, Suzanne; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; HUSSON, Michel; LÉVY, Dominique. **Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial**. Argentina: Herramientas, 2009.

_____. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 83-102, dez. 2010.

COMO NO REGIME MILITAR: PAC tem mortos, torturados, desaparecidos e presos políticos. Ano XI, n. 101, 1ª quinzena de janeiro de 2013.

Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br>. Acesso em: 10/02/2013.

COMPENSAÇÕES Sociais da Usina Jirau. **Relatório Especial Compensações sociais da Usina de Jirau**. Porto Velho: ESBR, 2010.

CONSÓRCIO cobra segurança pública em obra privada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de mar. 2011. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1903201104.htm>>. Acesso em: 20/03/2011.

CONSÓRCIO ESBR criminaliza atingidos pela barragem de Jirau, em Rondônia. **MAB Nacional**. Publicado em 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/cons-rcio-esbr-criminaliza-atingidos-pela-barragem-jirau-em-rond-nia>> Acesso: 14/11/2012.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009. **STICCERO e SINICON-RO**. Porto Velho (RO): [s.n.]. 27 de Outubro de 2008. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

COSTA, Breno; FLOR, Ana. Governo admite falhas, mas quer solução já para conflito em usinas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 mar. 2010. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me3003201112.htm>>. Acesso em: 30/03/2011.

CRAIDE, Sabrina. Aneel aprova aumento de capacidade e antecipação da Usina Jirau. **Agência Brasil**. Publicado em 24 de abril de 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-24/aneel-aprova-aumento-de-capacidade-e-antecipacao-da-usina-jirau>> Acesso em: agosto de 2012.

CUNHA, Silvo Rodrigues Persivo. Parecer Técnico sobre Planejamento Regional - Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira - RO. In: **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, estado de Rondônia**. Porto Velho, RO: Cobrape - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos / MP-RO, 2006.

DAMASCENO, Ivonete. Operários das usinas de RO em construção paralisam atividades. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/operarios-das-usinas-em-construcao-de-ro-paralisam-atividades.html>>. Acesso em: 10/07/2013.

_____. Sindicato e usina em RO não entram em acordo; operários mantêm greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/sindicato-e-usinas-em-ro-nao-entram-em-acordo-operarios-mantem-greve.html>>. Acesso em: 10/07/2013.

DIEESE. **Estudos e pesquisas n. 65**: Estudo setorial da construção - 2012. São Paulo: Dieese. Maio 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/estPesq65setorialConst rucaoCivil2012.pdf>>. Acesso: 19/01/2014.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia alusiva à visita às obras de concretagem da Usina Hidrelétrica de Energia de Jirau, em Porto Velho Rondônia. **Presidência da República, Secretaria de Imprensa**. Porto Velho-RO, publicado em 13 de agosto de 2010. Disponível em <<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br>>. Acesso em: 01/08/2012.

DÓRIA, Palmério. **O príncipe da privatária**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ESBR. Usina de Jirau: Mudança vai baratear preço da energia. **Press Release**. Publicado em 15 de outubro de 2008. Disponível em: <www.esbr.com.br>. Acesso em: 10/10/2013.

ESTUDO de Viabilidade do AHE Jirau - Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. **Relatório Final (PJ-0519-V1-00-RL-0001)**. Vol. I, Tomo II. [S.l]: PCE; Furnas; Odebrecht, 2004.

ESTUDO de Viabilidade do AHE Jirau. **Relatório Final. Tomo A, Vol. I**. S.l: Leme; Furnas e Odebrecht, 2004.

FEARNSIDE, Philip M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 2, p. 5-56, dez. 2009.

FILGUEIRAS, Luiz et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos Governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (Org.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária ente os trabalhadores da construção civil de Bacarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

FONTES, Stella. GDF Suez compra da Camargo Corrêa participação de 9,9% em Jirau. **Valor Econômico**, 01/10/2012. Disponível em:<www.valor.com.br> Acesso em: 12/11/13.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 341f. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FREITAS, Janio. Depois da hora certa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de mar. 2011. Poder. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2003201114.htm>>. Acesso em: 20/03/2011.

FURNAS Centrais Elétricas S.A; Construtora Norberto Odebrecht S.A. **Respostas às perguntas apresentadas pelo IBAMA no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo Madeira:** Informações Técnicas Nos. 17, 19 e 20/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. S.l.: S.n, 11 de maio de 2007.

FUNCIONÁRIOS do TRT ouvem reivindicação de operários da Usina Hidrelétrica de Jirau. **Jornal Nacional**. 2011. Digital (1min37seg). HD, son., color. Disponível em: <<http://globo.com>>. Acesso em: 29/03/2011.

GAIER, Rodrigo Viga. Conclusão da usina de Jirau pode atrasar por rebelião. **Reuters**, São Paulo, 18 de mar. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110319/not_imp694074,0.php>. Acesso em: 19/03/2011.

GARZON, Luis Fernando Novoa. O significado da privatização do rio Madeira: monocultura hídrica e o cercamento das bacias hidrográficas da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Conflitos sociais no Complexo Madeira**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

_____. O licenciamento automático dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil: o caso das Usinas no rio Madeira, **Universidade e Sociedade**, DF, ano XVIII, n. 42, p. 37-57, jun. 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**. Terra e água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Vialí. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Marcel. Mais focada, privatização de Lula-Dilma não tem abrangência da era FHC. **Carta Maior**. 09/02/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19585>. Acesso em: 23/05/2013.

GOMES, Rafael de Oliveira. **Estudo do impacto da incorporação de Usinas Hidrelétricas a Fio D'água no Sistema Interligado Nacional**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Energia Elétrica), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria Elétrica Brasileira:** A disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Energia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: LTC, 2013a.

_____. **Brasil negativado, Brasil invertebrado. Legado dos governos do PT.** Mimeo. 28 de fevereiro de 2013b. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_brasil_negativa_do_28_02_2013.pdf> Acesso em: 18/07/2013

_____. **Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Aversas.** Mimeo. 05 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://reinaldogoncalves.blogspot.com>> 18/07/2013

_____. **PAC: desaceleração do crescimento e vulnerabilidade externa.** Mimeo. Texto apresentado na Comissão de Política Econômica do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. 22 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/pac_desaceleracao_janeiro_2008.pdf> Acesso em: 18/07/2013

GOULART Josette. Camargo Corrêa deixa Jirau só no meio do ano. **Valor Econômico**, 26/02/2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/810675/camargo-deixa-jirau-so-no-meio-do-ano>> Acesso em: 03/03/2012

GOVERNO quer acordo para acabar com paralização em obras do PAC. **Jornal Nacional**. 2011. Digital (2min20seg). Digital, son., color. Disponível em: <<http://globo.com>>. Acesso em: 29/03/2011.

GOVERNO reprime Trabalhadores de Jirau e Santo Antônio com polícias federal e militar. **CMI Brasil por Liga Operária** em 30/03/2012. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/03/505740.shtml>>. Acesso em: 24/09/2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanki. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **O novo imperialismo.** 2. ed. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005b.

HÉBETTE, Jean. A reconstrução do espaço perdido no entorno da barragem de Tucuruí. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia.** Vol. 2. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

IASI, Mauro. Senso comum e conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência. **Blog Boitempo.** Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 25/04/2013.

JIRAU Aciona turbinas em 2012. **O Empreiteiro. Revista Minérios & Minerales**, São Paulo, Ed. 481, nov. de 2009. Disponível em: <www.oempreiteiro.com> Acesso em: 21/11/2011.

JN no Ar mostra duas obras do PAC que estão paradas em Porto Velho (RO). Reportagem de André Luiz Azevedo. Produção Juliana Lima. Rio de Janeiro: GLOBO - Jornal Nacional, 31 mar. 2011. Digital (5min.13seg.) HD, son. color. Disponível em: <http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/jn-no-ar-mostra-duas-obras-do-pac-que-estao-paradas-em-porto-velho-ro/1474265/>. Acesso em: 31/03/2011.

JORNAL do Comércio. **Investimento total de Jirau está em R\$ 17,3 bilhões**. 29/10/2013. Disponível em:<www.canalenergia.com.br>. Acesso em: 10/11/2013.

LANDI, Mônica. A evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infraestrutura. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor e Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEVEL, Inaê Nogueira. Agricultura e pesca na agrovila Novo Engenho Velho. In: GARZON, Luis Fernando Novoa. Relatório final do Projeto de Pesquisa e Extensão "Desestrutuação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no município de Porto Velho". 2009. **Relatório de pesquisa**. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

LIMA, Daniela. Governo convoca reunião com centrais para tratar crise de Jirau. **Folha.com**, São Paulo, 24 de mar. 2011. Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/893647-governo-convoca-reunia...>. Acesso em: 24/03/2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI - Novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

_____. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. 2. Ed. Belém: Cejup, 2004.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Rondônia: Apontamentos gerais sobre os impactos**. Porto Velho: S.n, (2013) Mimeo.

_____. Conquistas e retrocessos para os atingidos de Rondônia. In: **Jornal do MAB**. n. 14, julho de 2010.

_____. Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem? Água e energia não é mercadoria. **Cartilha de Estudos**. 2. ed. Dezembro de 2008.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - livro I**. Tradução SANT'ANNA, Reginaldo. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATARÉSIO, Larissa. Trabalhadores da Usina de Jirau, em RO, aceitam acordo e encerram greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho. 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/trabalhadores-da-usina-de-jirau-em-ro-aceitam-acordo-e-encerram-greve.html>>. Acesso em: 10/07/2013.

_____. Cerca de 12 mil trabalhadores de hidrelétrica entram em greve, em RO. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/cerca-de-12-mil-trabalhadores-de-hidreletrica-entram-em-greve-em-ro.html>>. Acesso em: 10/07/2013.

_____. Força Nacional irá atuar na segurança das usinas de Ro durante greve. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 2013c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/forca-nacional-ira-atuar-na-seguranca-das-usinas-de-ro-durante-greve.html>>. Acesso: 15/04/2013)

MELO, João de Jesus Silva. **As Hidrelétricas do rio Madeira no contexto da IIRSA: a sociodiversidade no jogo dos interesses internacionais**. 2008. 121 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

MERCADANTE, Aloizio Oliva. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)**. 2010. 537 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, Telma. **Energia hidrelétricas. As hidrelétricas do Madeira:** as lições não apreendidas que se repetem em Belo Monte. Estudo 2. [S.l]: Observatório de Investimentos na Amazônia, 2011.

_____. Complexo Madeira: a evolução de uma mentira. Publicado no Site do MAB em 28/01/2009. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/artigos/280109_complexo_madeira.html. Acesso em: 11/11/2010.

MORAES, Maria Silva de; PRIULI, Roseana Mara Aredes. Migração e saúde: os trabalhadores do corte da cana de açúcar. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XIX, nº 37, p. 231-245, jul./dez. 2011.

MORAIS, Maria de Jesus. **"Acreanidade"**: Invenção e reinvenção da acreana. 2008. 301f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Terezinha. O processo de privatização mundial: tendências recentes e perspectivas para o Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 97-112, dez. 1994.

MORET, Artur de Souza. Planejamento elétrico para o Estado de Rondônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

MPT investiga condições de alojamentos improvisados e desligamentos de trabalhadores de Jirau. **MPT-RO Notícias**. Disponível em: <http://www.prt14.mpt.gov.br/noticias2.php?opt=detalhe_noticia&idnot=756>. Acesso em: 3/4/2012.

MPT-RO. Justiça atende pedido do MPT-RO e determina inspeção no canteiro de obras da Usina Jirau. **MPT-RO Notícias**. Disponível em: <http://www.prt14.mpt.gov.br/noticias2.php?opt=detalhe_noticia&idnot=759>. Acesso em: 6/4/2012.

MPT-RO pede ao Judiciário garantia de emprego para trabalhadores da Usina Jirau. **MPT-RO Notícias**. Disponível em: <http://www.prt14.mpt.gov.br/noticias2.php?opt=detalhe_noticia&idnot=758>. Acesso em: 6/4/2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSSA, Leonencio. Destruição. Depredação. Falta de pagamento causa tumulto em Jirau. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 de mar. 2011a. Economia B8. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/home.asp>>. Acesso em: 06/11/2012.

_____. Jirau vivia sob 'tensão reprimida', diz MP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 de mar. 2011b. Economia B6. Disponível em: <

<http://digital.estadao.com.br/home.asp>>. Acesso em: 06/11/2012.
Enviado especial / Porto Velho

_____. "Gatos" contratam mão de obra para Usina de Jirau. **O Estado de São Paulo**, 20 de mar. 2011c. Economia e Negócio. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110320/not_imp694400,0.php>. Acesso em: 20/03/2011c.

NOTA TÉCNICA Nº 8. A corrida por megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal. **Observatório de Investimentos na Amazônia**. Brasília: INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos, jul. 2012. Disponível em:<<http://observatorio.inesc.org.br//boletins.php>> Acesso em: 26/08/2013.

NUNES, Ana Lúcia. Jirau: operários presos, torturados, humilhados e desaparecidos. **Nova Democracia**. Ano X, n. 91, 1ª quinzena de julho de 2012. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-91/4076-jirau-operarios-presos-torturados-humilhados-e-desaparecidos> Acesso em: 16 de agosto de 2012.

OBRAS da usina de Belo Monte atrai trabalhadores de todo o país. **Portal G1**. Economia. 25/08/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/obra-da-usina-de-belo-monte-atrai-trabalhadores-de-todo-o-pais.html>>. Acesso em: 10/05/2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 3. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **Crítica à razão dualista: o Ornitórrinco**. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), agos. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>> Acesso em: 10/02/2013.

OLIVEIRA JR, Antonio. Energia e Amazônia: subsídios para um enfoque regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - MODERNIDADE, EXCLUSÃO E ESPACIALIDADE DO FUTURO, 6, 1995, Brasília. **Anais...**, Brasília: s:n, 1995.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estudos de Sociologia: Dossiê Conflitos Ambientais e Territoriais.** Araraquara, v. 18. N. 35, p. 347-365, jul.- dez. 2013.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões, a chegada dos imigrantes haitianos no "reino deste mundo amazônico". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012. **Anais...**, Águas de Lindóia: s/n, 2012.

_____. Nos labirintos das fronteiras amazônicas. In: VALENCIO, Norma; ANDRADE, Elder Andrade de; WITKOSKI, Antonio Carlos (Orgs). **Processos de territorialização e identidades sociais I.** São Carlos: RiMa, 2010.

_____. Internacionalização da Amazônia sob a hegemonia estadunidense. In: Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas, 6 e 7, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: s/n, 2005.

PEDRUZZI, Pedro. Jirau antecipará geração de energia em quase três anos. **Agência Brasil**, Brasília. 29/01/2010. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso em: 14/11/2013.

PÊGO, Bolívar; CAMPOS NETO, Carlos Álvares da Silva. O PAC e o Setor Elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010). **Texto para discussão n. 1329** - IPEA. Brasília: IPEA, 2008.

PEITER, Paulo Cesar. O planejamento do setor elétrico e a formulação do projeto de transmissão da Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia.** Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

PEREIRA, Renée. Guerra entre sindicatos nas Usinas do Madeira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 de maio 2011. Economia B10. Disponível em: < <http://digital.estadao.com.br/home.asp>>. Acesso em: 06/11/2012.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel:** Um estudo a partir de Três Lagoas (MS). 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS.

PICCININI, Maurício Serrão. A infra-estrutura nas diferentes esferas do setor público e a participação da iniciativa privada. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 79-114, dez. 1996.

PINTO, Amarilis Araújo. **Navegando o espaço das contradições: a (re) construção do vínculo trabalho/saúde por trabalhadores da construção civil.** 1996. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas.** São Paulo: B4 Editores, 2012.

_____. **Tucuruí, a barragem da ditadura.** Belém: Edição do autor. 2011.

_____. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

_____. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: Ed. UFPA, 1996.

PLANO AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO - PAC. In: PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - PBA Específico do Canteiro de Obras. **Aproveitamento Hidrelétrico Jirau - Rio Madeira.** Porto Velho-RO. Consórcio ESBR, Julho de 2008. Disponível em:<http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7822&Itemid=223> Acesso em: 29/08/2012.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazôniaas.** São Paulo: Contexto, 2001.

PRESIDENTE do STTICERO explica sobre manifestação e negociação. **Rondônia ao vivo.** Publicada em 08 de março de 2012. Disponível em:<<http://www.rondoniao vivo.com/noticias/paralisacao-uhe-jirau-vice-presidente-do-stticero-explica-sobre-manifestacao-e-negociacao/85449>> Acesso em: 15/03/2012.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - PBA Específico do Canteiro de Obras. **Aproveitamento Hidrelétrico Jirau - Rio Madeira.** Porto Velho-RO. Consórcio ESBR, Julho de 2008. Disponível em:<http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7822&Itemid=223> Acesso em: 29/08/2012.

PROTESTO violento se espalha por canteiro de obras da Usina hidrelétrica de Jirau. **Jornal Nacional.** 2011. Digital (28seg). Digital, son., color. Disponível em: <<http://globotv.globo.com>>. Acesso em: 19/04/2011.

PUGA, Fernando Pimentel; BORÇA JR, Gilberto. Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011-2014. **Visão do Desenvolvimento - BNDES,** n. 92, p. 1-07, 25 fev. 2011.

PYL, Bianca. Aliciamento associado à obra no Rio Madeira ilude migrantes. **Repórter Brasil**. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br>. Acesso em: 20/07/2012.

RELATORIAS EM DIREITOS HUMANOS: fortalecimento de uma cultura de direitos no Brasil (2012). **Plataforma Dhesca**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.dhescbrasil.org.br/>>. Acesso em: 22/08/2012.

REUNIÃO para discutir problemas no PAC termina sem acordo. **Globo News - J10**. 2011. Digital (2min22seg). HD, son., color. Disponível em: <<http://globo.com>>. Acesso em: 31/03/2011.

RIBEIRO, Aline. Os nômades de Belo Monte. **Revista Época**. Rio de Janeiro, 09/07/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI247824->>>. Acesso em: 07/12/2013

RIBEIRO, DANNY. Sindicato paralisa obra da Usina de Santo Antônio por 4 horas. **Jornal Voz de Rondônia**. Disponível em: <www.vozderondonia.com.br> Data: 31/08/2009

RIMA. **Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**. [S.l]: Furnas; Odebrecht, maio/2005.

RITTNER, Daniel. Ampliação de usina traz de volta disputa no Madeira. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro. 10/10/2012.

RODRIGUES, Alexandre; PEREIRA, Renee. Jirau quer ampliar financiamento de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 10 bilhões. **Estadão**, São Paulo, 18 de fev. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,jirau-quer-ampliar-financiamento-de-r-7-3-bi-para-r-10-bilhoes,837520,0.htm>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

RODRIGUES, Alexandre. Distúrbios em Jirau podem atrasar obra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de mar. 2011. Economia B3. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/home.asp>>. Acesso em: 06/11/2012. Correspondente do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Lúcia. O "Legado nada honroso de FHC". **CAROS AMIGOS**, São Paulo: Editora Caros Amigos, ano XVII, n. 199, 2013.

RONDÔNIA. Ministério Público Estadual. **Relatório de Análise do Conteúdo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira**. Porto Velho: COBRAPE - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos. 2006.

RONDÔNIA. Tribunal Regional do Trabalho 14 Região. **Dissídio Coletivo de Greve. N. 000347.04.2012.5.14.000**, instaurado pela Camargo Corrêa contra STICCERO. Porto Velho, Relator: Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, 2012. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 03/04/2012.

_____. _____. **Interdito Proibitório. N. 00307-19.2012.5.14.0001** da 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho, instaurado pela empresa Camargo Corrêa contra STICCERO, Porto Velho, Relator: Juiz Federal do Trabalho Substituto Francisco Montenegro Neto, 2012. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 00/04/2012.

_____. _____. **Dissídio Coletivo de Greve. N. 0000403.37.2012.5.14.000**, instaurado pelo Consórcio Santo Antônio Civil contra STICCERO. Porto Velho, Relator: Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, 2012. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 03/04/2012.

_____. _____. **Dissídio Coletivo de Greve. N. 000322.88.2012.5.14.000**, instaurado pela ENESA Engenharia contra STICCERO. Porto Velho, Relator: Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, 2012. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 03/04/2012.

_____. _____. **Ação de Nulidade de registro sindical feita pelo STICCERO contra SINTRAPV. N° 0001086.30.2010.5.14.0002**. Porto Velho, Relator: Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piancentini, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 15/04/2013.

_____. _____. **Petição Judicial - Denúncia de irregularidade de eleição para o STICCERO. N. 0056.2009.006.14.00-7**, 6ª Vara do Trabalho. Porto Velho, Relator: Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piancentini, maio, 2009. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 16/04/2013.

_____. _____. **Petição Judicial - Sentença para filiação de trabalhadores da categoria para concorrer ao pleito do STICCERO. N. 0129.2009.006.14.00-6**, 6ª Vara do Trabalho. Porto Velho, Relator: Juíza Andrea Alexandra Ferreira, maio 2008. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br>>. Acesso em: 15/04/2013.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAKAMOTO, Leonardo. O efeito dominó da revolta de Jirau. **BlogSakamoto.uol.com.br**, 23 de mar. 2011. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.uol.com.br/2011/03/23/o-efeito-domino-da-revolta-jirau>>. Acesso em: 23/03/2011

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Fatos e mitos sobre o governo progressista no Brasil. **Correio da Cidadania**. 24 de out. 2012. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/index.php?view=article&catid=26>>. Acesso em: 20/07/2013

_____. **Notas sobre o PAC**: um passo atrás. Mimeo. Texto da palestra realizada no CORECOM-RJ, em 14/03/2007. Disponível em:

<http://www.corecon-rj.org.br/ced/artigo_plinio_seminario_pac.pdf>. Acesso em: 09/07/2013.

_____. O PAC não vai resolver: ele é um pouco mais do mesmo. **Jornal dos Economistas**. Rio de Janeiro, n. 212, p. 3-5, mar. 2007.

SANTINI, Daniel. Auditores reclamam de interferência política em Rondônia. **Repórter Brasil**, São Paulo, 16/08/2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/08/auditores-reclamam-de-interferencia-politica-em-rondonia/>>. Acesso em: 28/12/2013.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. A violência urbana em Uberlândia nas reportagens de jornal: um exemplo de análise de conteúdo. In: RAMIRES, Júlio Cesar Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAULE Júnior, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes; MOURAD, Laila. **PARECER sobre o Papel do Município de Porto Velho frente aos Impactos Urbanos e o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira**. Instituto Pólis, junho de 2006.

SCHÜFFNER, Cláudia. **Suez acelera obras de Jirau e já negocia saída da Camargo Corrêa**. Disponível em: <http://www.andradecanellas.com.br/default.asp?id_materia=1586>. Acesso em: 25/05/2012.

SCOFIELD JR, Gilberto; D'Ercole, Ronaldo; NOGUEIRA, Danielle. Quatro empreiteiras concentram R\$ 138 bilhões em obras no país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de maio 2011. Economia. Disponível em: <www.oglobo.com/economia>. Acesso em: 21/11/11.

SCOFIELD JR, Gilberto. Empreiteiras recebem R\$ 8,5 por cada real doado a campanha de políticos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de maio 2011. Economia. Disponível em: <www.oglobo.com/economia>. Acesso em: 21/11/11.

SEM CENSURA - Show de Rita Cadillac no canteiro de obras de Jirau leva quase 3 mil operários ao delírio. **Rondônia ao vivo**. 28/12/2009. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/news.php?news=58538>>. Acesso em: 05/06/2011.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas **Amazônias**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SHÜFFNER, Cláudia. Jirau: Consórcio explica atraso ao BNDES e outros bancos. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 de mar. 2011. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=38046>>. Acesso em: 22/03/2011.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do discurso e Pesquisa Qualitativa na Geografia. In: RAMIRES, Julio Cesar Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

SILVA, Magda Valéria da; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. O discurso do Sujeito Coletivo e os impactos na Mitsubish na cidade de Catalão/Goiás. In: RAMIRES, Julio Cesar Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SISTEMA Integrado de Gestão Sócio Ambiental Saúde e Segurança do Empreendimento/Canteiro Obras - SIG-SASS. In: PLANO AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO - PAC. In: PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - PBA Específico do Canteiro de Obras. **Aproveitamento Hidrelétrico Jirau - Rio Madeira.** Porto Velho-RO. Consórcio ESBR, Julho de 2008. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7822&Itemid=223> Acesso em: 29/08/2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa - PB. In: RAMIRES, Julio Cesar Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: Estratégias discursivas para a ação do capital no campo.** 2011. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, UNESP, Presidente Prudente.

STICCERO E MAB-RO. **CARTA À PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,** Porto Velho, 05 de jul. 2011.

STICCERO. **Relatório Interno (NA/2011),** Porto Velho, 04 de julho de 2011.

_____. Camargo Corrêa demite 60 da usina de Jirau sem justa causa. **O Guaporé,** Porto Velho, 28 set. 2009. Capa, p. 8. (Assessoria de comunicação).

_____. **Muralha.** Porto Velho, set. 2009.

_____. _____. Porto Velho, jun. 2010.

_____. **Pedreira.** Porto Velho, mar. 2011a.

_____. _____. Porto Velho, mar. 2011b.

_____. _____. Porto Velho, abr. 2011a.

_____. _____. Porto Velho, abr. 2011b.

_____. _____. Porto Velho, maio 2011.

_____. **Pedreira. Oposição sindical.** Porto Velho, ano 1, ed. 1, 26 a 31 de maio, 2009.

_____. _____. Porto Velho, ano 2, ed. 10, mar. 2010.

_____. _____. Porto Velho, jun. 2010.

SWITKES, Glenn. A pedra fundamental da IIRSA. In: SWITKES, Glenn (Org). **Águas turvas:** alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. São Paulo: International Rivers, 2008.

TAUTZ, Carlos et al. **O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro:** um debate necessário. [S.l]: [2011]. Disponível em: <<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/categoria/11-analises-do-desenvolvimento?download=17:o-bndes-e-a-reorganizacao-do-capitalismo-brasileiro-um-debate-necessario>>. Acesso em: 09/04/2013.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, Maria da Conceição. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=viewdownload&catid=5&cid=20&lang=pt#.UgTyqG2JvG0>. Acesso em: 12/04/2013.

TERMO ADITIVO A ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2012. **STICCERO e CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A.** Porto Velho (RO):[s.n.]. Data do Protocolo: 14/09/2010. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador>>. Acesso em: 24/07/2012.

THEIS, Ivo Marco. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA,** Belém, v. 11, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Revista Pegada,** vol. 12, n. 2, p. 01-24, dez. 2013.

_____. **Os desafios rumo a um projeto para o Brasil! (Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas).** São Paulo: [S.n], 2011a. 35 p. Mimeografado.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada.** vol. 12, n. 1, p. 94-112, Jun. 2011b.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território:** a revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009a. 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Desafios teóricos para a Geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA Junior, Luzimar Barreto. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI.** Presidente Prudente: Centelha, 2009b.

_____. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada,** Presidente Prudente, vol. 4. n° 2, nov. 2003.

_____. Por uma Geografia do trabalho. **Revista Pegada,** Presidente Prudente, v. 3, n° Especial, p. 04-17, ago. de 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritório (novos territórios da água):** os instrumentos de Gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TRABALHADORES das Usinas de Santo Antônio e Jirau aprovam pauta de reivindicação. **CUT-RO,** Porto Velho, 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/agencia-de-noticias/51444/trabalhadores-das-usi...>> Acesso em: 10/07/2013.

SOUZA, Angela Tude de. Os trabalhadores na Amazônia Paraense e as grandes barragens. In: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-índio, 1998.

_____. As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageiras. **Travessia.** São Paulo, p. 25-28. jan./abr. 1990.

TUNDISI, José Galizia. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 21, n. 59, p. 109-118, jan.-abr. 2007.

USINA/JIRAU - seis mil trabalhadores voltam para suas cidades de origem e apenas dois mil permanecem na capital. **Rondônia ao vivo,** 21 de mar. 2011. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com.br/noticias/usinajirau-seis-mil-trabalhado...>> Acesso em: 22/03/2011.

USINAS - Disputa de sindicatos pode estar por trás de conflitos em Jirau. **Rondônia ao vivo,** Porto Velho, 22 de mar. 2011. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com.br/noticias/Usinas-disputa-de-sindicatos-...>>. Acesso em: 22/03/2011.

USINAS no Madeira reacendem polêmica sobre benefícios a economia local. **O Empreiteiro**. Revista Minérios & Minerale, Edição 481. São Paulo, novembro de 2009. Disponível em: <www.oempreiteiro.com> Acesso em: 21/11/2011.

USINAS - Usina Jirau alcança mais uma vez recorde de horas sem acidente. **Rondônia ao vivo**, Porto Velho, de 23/02/2012. Disponível em: <<http://www.rondoniao vivo.com/noticias/usina-jirau-alcanca-mais-uma-vez-recorde-de-horas-sem-acidente/84911#.UGyJ866K4Uw>>. Acesso em: 23/02/2012.

VARGAS, Rodrigo. Trabalhadores de Jirau dizem ser tratados como 'bandidos'. **Folha de São Paulo**, 21 de mar. 2011a. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/891706-trabalhadores-de-jirau-dizem-ser-tratados-como-bandidos.shtml>> Acesso em: 22/03/2011.

_____. Comerciantes fecham as porta em RO com medo de conflitos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de mar. 2011b. Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2003201110.htm>>. Acesso em: 20/03/2011.

VEPPO, Luiz Guilherme. Avaliação dos impactos sociais no assentamento Joana D'Arc decorrentes da construção da hidrelétrica de Santo Antônio. In: GARZON, Luis Fernando Novoa. Relatório final do Projeto de Pesquisa e Extensão "Desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no município de Porto Velho". 2009. **Relatório de pesquisa**. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

WARTH, Anne. Aneel aprova a ampliação de Santo Antônio e põe fim à disputa com Jirau. **Estadão**. 03/junho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=impresso,aneel-aprova-..> Acesso em: 11/11/2013

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Trad. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ZYLBERSZTAJN, David. O contexto regional e o planejamento energético para a Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi / UFPA/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

APÉNDICE

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORES (A)

ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORES (A)**Momento I - Identificação**

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____

Natural de qual município: _____ UF: _____

Qual a sua profissão?

A qual empresa está vinculado(a)?

Qual sua função na empresa e na obra?

Seu regime de trabalho é por contato ou registro em carteira?

Qual é o salário base da categoria?

Desde quando está nessa profissão?

Qual é a relação entre a empresa que você é contratado e a Camargo Corrêa?

De fato os trabalhadores encontram no trabalho as mesmas condições que os gatos dizem quando os contratam?

Caso seja trabalhadora, desenvolver diálogo sobre as especificidades do trabalho feminino na UHE.

Momento II - Mobilidade

Como foi sua ida para a UHE de Jirau?

Como foi o processo de adaptação na região?

O que foi mais difícil no início?

No seu caso, ir para Rondônia trabalhar na usina de Jirau compensou? Por quê?

Morou/mora em Porto Velho ou no alojamento?

Explique, por favor, como é sua rotina de trabalho na UHE.

Quantas horas você trabalha por dia e quantos dias por semana?

Faz horas extras? As horas extras compensam?

De quanto em quanto tempo tem folga e quem arca com os custos de deslocamento para seu lugar de origem?

Momento III - Revolta

Você esteve na obra entre os dias 15 a 17 de março de 2011, quando ocorreram os conflitos na usina?

Poderia nos descrever o que presenciou?

Como os trabalhadores reagiram com a presença da Polícia Militar e da Força Nacional de Segurança na UHE quando dos conflitos?

Quais foram suas impressões sobre a revolta? Em sua opinião, o que ocorreu de fato?

Os jornais, a mídia de modo geral, divulgaram os conflitos como "vandalismo". Você concorda com essa afirmação? Por quê?

O que a Camargo Corrêa divulgou no canteiro de obra como sendo a versão oficial para a revolta dos trabalhadores?

Como você avalia a paralisação dos trabalhadores de Jirau e Santo Antonio?

Como ficou a situação na UHE depois da revolta?

Quanto tempo foi a paralisação?

E sobre os resultados da paralisação, os trabalhadores tiveram conquistas? Quais?

E o que você vê como negativo em relação a paralisação?

Chegou a ser oficializada como uma greve? Por quê?

Você participou da Revolta dos trabalhadores?

Caso resposta positiva, qual foi sua atuação e o que a motivou?

Momento IV - Condições de trabalho

Como era o dia a dia na obra antes do dia 15 de março - da revolta dos trabalhadores?

É verdade que a situação nos canteiros da obra já estava tensa antes?

E as denúncias de maus tratos por parte de alguns seguranças patrimoniais. Isso é verdade?

Há informações que 1.500 a 2.000 trabalhadores realizaram cursos profissionalizantes, mas ao término a empresa não considerou e não teve a promoção. Isso ocorreu? Qual o peso disso para os trabalhadores?

E sobre as horas extras, essas eram pagas na totalidade? Foram cortadas?

Sobre os benefícios na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa. Isso de fato foi acordado entre o Consórcio / Camargo Corrêa e o Sindicato? Como foi o acordo?

Receberam conforme o acordado?

Que outros pontos havia reivindicação por parte dos trabalhadores?

O que tem a dizer sobre o repasse do Big Card, o controle de frequência para o recebimento do 14º salário, o atendimento à saúde, a alimentação, as folgas?

Como são as condições sanitárias e de saúde nos alojamentos?

Como é a situação dos alojamentos para dormir e alimentação? Tem alguma reclamação?

E no ambiente de trabalho, como é a questão da segurança no trabalho?

Há receio de acidentes graves, como o ocorrido com os três operários que vieram a óbito na obra?

Você sabe o que aconteceu?

Como é a separação entre "amarelinho" (chefetes) e os "peões" - trabalhadores da construção civil pesada? Quais as funções de cada um?

Momento V - Representação sindical

Você é filiado a algum sindicato? Qual?

Qual sindicato tem a representação legal na obra, STICCERO ou SINTRAPAV?

Como você avalia a atuação do sindicato?

O sindicato representa os trabalhadores? O que você pensa sobre isso?

Como foi a relação do sindicato com os trabalhadores diante da revolta?

Como os trabalhadores compreendem a relação do sindicato com a Camargo Corrêa?

Com o término da paralisação, o que mudou no ambiente de trabalho?

Como é a relação da empresa com os trabalhadores diante da antecipação de quase um ano para o início da entrega da energia gerada em Jirau?

Os trabalhadores sofrem muita pressão para intensificarem suas atividades durante o período de trabalho?

E sobre a demissão de 4.000 trabalhadores depois da paralisação. Essas demissões ocorreram?

Conhece alguém que foi demitido?

Como isso foi discutido entre o Sindicato e os trabalhadores, caso tenha sido feita alguma assembleia para debater o caso?

Trabalhar para o consócio gera insegurança sobre a permanência no emprego?

Quais são as suas expectativas em relação a Jirau?

Para fechar, como está sendo sua experiência em trabalhar em Jirau?

Você está gostando de trabalhar nesse projeto?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORES (B)

ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORES (B)

Momento I - Identificação

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____

Natural de qual município: _____ UF: _____

Qual a sua profissão?

A qual empresa está vinculado(a)?

Qual sua função na empresa e na obra?

Qual é o salário base da categoria?

Desde quando está nessa profissão?

É empregado da Camargo Corrêa ou terceirizado?

Momento II - Mobilidade

Como foi sua vinda para a UHE de Jirau?

No seu caso, ir para Rondônia trabalhar na UHE de Jirau compensou?

Por quê?

Morou/mora em Porto Velho ou no alojamento?

Quantas horas você trabalha por dia e quantos dias por semana?

De quanto em quanto tempo tem folga e quem arca com os custos de deslocamento para seu lugar de origem?

Momento III - Revolta

Você esteve na obra entre os dias 15 a 17 de março, quando ocorreram os conflitos na usina?

Quais foram suas impressões sobre a revolta? Em sua opinião, o que ocorreu de fato?

Como você avalia a paralisação dos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio?

Você participou da Revolta dos trabalhadores?

Caso resposta positiva, qual foi sua atuação e o que a motivou?

E sobre os resultados da revolta, os trabalhadores tiveram conquistas? Quais?

E o que você vê como negativo em relação a revolta?

Momento IV - Condições de trabalho

Como era o dia a dia na obra antes do dia 15 de março de 2011 - da Revolta dos trabalhadores?

Que pontos eram/são reivindicados por parte dos trabalhadores?

Como são as condições sanitárias e de saúde nos alojamentos?

Como é a situação dos alojamentos para dormir e alimentação? Tem alguma reclamação?

E no ambiente de trabalho, como é a questão da segurança no trabalho?

Momento V - Representação sindical

Você é filiado a algum sindicato? Qual?

Como você avalia a atuação do sindicato?

Como é a relação da empresa com os trabalhadores diante da antecipação de quase um ano para o início da entrega da energia gerada em Jirau?

Os trabalhadores sofrem muita pressão para intensificarem suas atividades durante o período de trabalho?

E sobre a demissão de 4.000 trabalhadores depois da paralisação. Essas demissões ocorreram?

Conhece alguém que foi demitido?

Trabalhar para o consócio gera insegurança sobre a permanência no emprego?

Quais são as suas expectativas em relação a Jirau?

Para fechar, Você está gostando de trabalhar nesse projeto?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA STICCERO

ROTEIRO DE ENTREVISTA STICCERO
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do
Estado de Rondônia

Momento I - Identificação e contextualização

Data: ____/____/____

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

- 1) Qual a sua profissão, que cargo ocupa no STICCERO e desde quando?
- 2) Como é composta a diretoria do sindicato?
- 3) Desde quando a atual diretoria está à frente do STICCERO?
- 4) Como foi a fundação deste sindicato e qual a sua proposta de luta?

Momento II - STICCERO no contexto das UHEs do rio Madeira

- 5) Como o sindicato compreendeu o contexto político, econômico e social da instalação das UHEs do Complexo Madeira?
- 6) E sobre os outros temas, como questões ambientais, indígenas e das populações ribeirinhas, o sindicato atuou de alguma forma em tais questões?
- 7) A partir do início das obras em Jirau e Santo Antônio, como e de que forma o sindicato tem atuado na defesa dos direitos dos trabalhadores?
- 8) Quais as categorias que este sindicato representa?
- 9) Antes da revolta de 15 a 17 de março de 2011, quais foram as principais ações deste sindicato em defesa dos direitos dos trabalhadores com as empresas construtoras das UHEs de Jirau e Santo Antônio?
- 10) A migração intensa de trabalhadores para o município de Porto Velho, nesta fase da construção das UHEs, gerou quais demandas para o sindicato?
- 11) Quais as informações disponíveis sobre as origens desses trabalhadores migrantes?
- 12) Quais os problemas/demandas foram trazidos por esses trabalhadores ao sindicato?
- 13) Existem denúncias de aliciamento por parte desses trabalhadores contra os contratantes intermediários - "gatos"?
- 14) Desde quando iniciaram as obras nas UHEs, houveram relatos de desrespeito à legislação trabalhista, inclusive com registro de trabalho escravo. Como tais denúncias foram tratadas pelo sindicato?

Momento III - Revolta dos trabalhadores

- 15) Como o STICCERO reagiu diante da revolta dos trabalhadores ocorrida entre os dias 15 a 17 de março de 2011, quando ocorreram os conflitos na UHE de Jirau?
- 16) O sindicato foi pego de surpresa ou havia indícios de que isso poderia ocorrer?
- 17) A Camargo Corrêa afirmou que tudo foi decorrente de atos de vandalismo. Qual a posição oficial deste sindicato sobre?
- 18) E sobre as ações da Polícia Militar e da Força Nacional de Segurança na UHE de Jirau quando dos conflitos, como o sindicato avalia tais ações?
- 19) A repressão aos trabalhadores demonstraria um pacto entre governo do estado, governo Federal e Consórcio para criminalizar e desmoralizar as ações dos trabalhadores?
- 20) Em que pautou ou se fundamentou o acontecimentos que ficaram conhecidos como a "revolta de Jirau"?

- 21) O que levou quase 22 mil trabalhadores a tamanha revolta? Como o sindicato interpretou a revolta dos trabalhadores?
- 22) Os jornais, a mídia de modo geral, divulgaram os conflitos como "vandalismo". Foi isso que aconteceu?
- 23) Como foi avaliada a paralisação dos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio após meados de março?
- 24) Como ficou a situação nas UHEs depois da revolta?
- 25) De quanto tempo foi a paralisação em Jirau e Santo Antônio no referido ano?
- 26) E sobre os resultados da paralisação, os trabalhadores tiveram conquistas? Quais?
- 27) Houveram perdas e pontos negativo em relação a paralisação?
- 28) A paralisação chegou a ser oficializada como uma greve?

Momento IV - Condições de trabalho

- 29) É verdade que a situação nos canteiros da obra antes já estava tensa antes da revolta dos trabalhadores?
- 30) E quanto as denúncias de maus tratos por parte de alguns seguranças patrimoniais de Jirau, como os trabalhadores tratam a questão?
- 31) Há informações de que 1.500 a 2.000 trabalhadores realizaram cursos profissionalizantes, mas ao término a empresa não considerou e não teve a promoção esperada. Isso ocorreu? Como os trabalhadores perceberam a ausência de classificação?
- 32) E sobre as horas extras, essas eram pagas na totalidade ou foram cortadas em algum momento?
- 33) Existem denúncias por parte dos trabalhadores do chamado "Cartão Fidelidade"? O que é e como funciona essa prática? (É da Camargo Corrêa ou empresas terceirizadas?)
- 34) Sobre os benefícios na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa. Isso de fato foi acordado entre o Consórcio / Camargo Corrêa e o Sindicato?
- 35) Como e quando o acordo foi feito?
- 36) Os trabalhadores receberam conforme o acordado?
- 37) Que outros pontos os trabalhadores reivindicaram?
- 38) O que o Sr. tem a dizer sobre o repasse do Big Card, o controle de frequência para o recebimento do 14º salário, o atendimento à saúde, a alimentação, as folgas?
- 39) Tais fatos contribuíram para a insatisfação dos trabalhadores com o Consórcio e empreiteiras?
- 40) Como são as condições sanitárias e de saúde nos alojamentos?
- 41) Como é a situação dos alojamentos para dormir e alimentação?
- 42) E no ambiente de trabalho, como é a questão da segurança?
- 43) Há receio de acidentes graves, como o ocorrido com os três operários que vieram a óbito na obra? Quais foram as medidas tomadas e a empresa foi penalizada de alguma forma?
- 44) Como é a questão da terceirização nos canteiros de obras na UHE de Jirau?
- 45) E em Santo Antônio, a estratégia da Construtora Norberto Odebrecht é diferente em relação a terceirização? Justifique.
- 46) Existe diferença entre as condições de trabalho, salários e benefícios de trabalhadores da Camargo Corrêa e empregados de empresas terceirizadas?
- 47) E no caso da UHE de Santo Antônio, como isso é visto?

Momento V - Representação sindical

- 48) Quantos trabalhadores são sindicalizados?
- 49) Qual sindicato tem a representação legal nas obras de Jirau e Santo Antônio, o STICCERO ou SINTRAPAV?
- 50) Como o Sr. enquanto presidente do STICCERO avalia a atuação do sindicato nessas grandes obras de produção de energia hidrelétrica na Amazônia?
- 51) Como foi a relação do sindicato com os trabalhadores diante da revolta de março de 2011?
- 52) Com o término da paralisação, o que mudou no ambiente de trabalho?
- 53) Como é a relação da empresa com os trabalhadores e o sindicato diante do início da antecipação de quase um ano (2013 para 2012) para a entrega da energia gerada em Jirau?
- 54) Os trabalhadores sofrem muita pressão para intensificarem suas atividades durante o período de trabalho?
- 55) E como o sindicato se posiciona sobre a expansão e intensificação da jornada de trabalho em Jirau?
- 56) E sobre a demissão de 4.000 trabalhadores depois da Revolta dos trabalhadores em março de 2011. Essas demissões ocorreram?
- 57) Qual a posição do STICCERO diante de tais demissões?
- 58) Como a pauta das demissões foi discutida entre o sindicato e os trabalhadores, caso tenha sido feito alguma assembleias para debater o caso?

**APÊNDICE D - TRAMITES SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS UHES
DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO (RO)**

TRAMITE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS UHES DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO

20.08.2003 - Abertura do processo administrativo, a partir da solicitação de Furnas Centrais Elétricas por meio do ofício DI.E.002.2003, onde a empresa consulta o IBAMA a respeito da competência do licenciamento. Para isso apresenta um Memorial Descritivo dos aproveitamentos;

13.10.2003 - Apresentação dos empreendimentos no auditório do IBAMA;

20 a 23.01.2004 - Vistoria na área de influência dos empreendimentos, com a finalidade de subsidiar a preparação do Termo de Referência.

14.05.2004 - Reunião pública em Porto Velho para discussão da minuta do Termo de Referência, com a presença de 95 pessoas. Conforme Monteiro (2011), a minuta do TR foi objeto de uma reunião na cidade de Porto Velho, com a participação do então governador Ivo Cassol, de senadores, deputados estaduais e federais, vereadores, bem como de demais autoridades estaduais e municipais do Poder Executivo;

30.08.2004 - Furnas envia Memorial Descritivo da Linha de Transmissão associada ao empreendimento, considerando um corredor de 10 km de largura;

23.09.2004 - IBAMA encaminha a versão final do Termo de Referência;

30.05.2005 - Furnas protocola o requerimento de Licença Prévia, juntamente com três volumes completos do EIA-RIMA. Na mesma oportunidade, encaminha o documento "Complexo do Rio Madeira - A avaliação Ambiental Estratégica". Tais estudos são trocados cerca de um mês depois, a pedido da empresa;

07.06.2005 - Apresentação do EIA-RIMA no IBAMA;

31.01 a 04.02.2006 - Vistoria na área de influência dos AHEs Santo Antônio e Jirau, com o objetivo de colher subsídios para a elaboração da informação técnica a respeito do aceite para disponibilização dos estudos ao público interessado ou necessidade de complementação do EIA/RIMA;

24.02.2006 - Informação Técnica nº 12/2006 - COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA conclui pela necessidade da complementação de determinados estudos, necessários a análise final quanto à viabilidade ambiental dos empreendimentos. Em outros pontos, considerou-se que eram necessárias adequações para que o estudo a ser submetido às audiências públicas tivesse maior consistência;

Dia 24.07.08- Encaminhamento, pela Energia Sustentável do Brasil (ESBR), do Projeto Básico Ambiental- PBA Específico do Canteiro de Obras;

Dia 05.08.008 - Através do Ofício n. 863/GAB/SEDAM, o Governo do Estado de Rondônia solicita ao Ibama novas Audiências Públicas, em face da modificação do eixo da barragem;

Dia 08.10.08 - A equipe técnica elabora a Nota Técnica COHID/CGENE/DILIC/IBAMA nº.07/2008, que relaciona os estudos

complementares para Subsídio à avaliação da modificação do eixo do AHE Jirau, solicitada pelo Despacho DILIC/IBAMA n. 22/2008;

Dia 09.10.2008- Publicado no D.O.U. Edital de Reunião Pública em Porto Velho para apresentação do Projeto de alteração do eixo do barramento da UHE Jirau, transferido da cachoeira de Jirau para a ilha do Padre;

Dia 12.11.08- A ESBR encaminha formulário de solicitação de Licença de Instalação específica para o canteiro pioneiro da UHE Jirau;

Dia 13.11.08 - Elaborado Parecer Técnico n. 061/2008 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que tratou de análise das condições ambientais estabelecidas pela modificação do eixo da UHE Jirau, da cachoeira de Jirau para a ilha do Padre;

Dia 12.11.08 - A ESBR encaminha solicitação de Licença de Instalação específica para o canteiro pioneiro da UHE Jirau;

Dia 13.11.08 - Elaborado Parecer Técnico n. 061/2008

Dia 13.11.08- Resolução n°. 784/08 da ANA autoriza a ESBR a implantar enscadeiras de 1ª fase;

Dia 10.12.08 - Protocolado o PBA da UHE Jirau, bem como solicitação de Licença de Instalação para a Usina;

Dia 10.12.08 - Emitida a Autorização de Supressão de Vegetação n. 313/2008 para a ESBR, relativa ao Canteiro Pioneiro;

Dia 05.02.09 - Lavrado auto de infração n°. 464154 no valor de R\$ 475.000 referentes a uma área de 18,65 ha de floresta nativa desmatada sem autorização do órgão ambiental competente, e embargo da referida área;

Dia 10.02.09- Lavrado auto de infração n°. 465714 no valor de R\$ 950.000 por implantação não autorizada de enscadeira pelo órgão ambiental competente, e embargo da estrutura;

Dia 17.02.09 - Emitida a NT n°. 09 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA pela qual recomenda a suspensão da LI n°. 563/08, bem como da NT n°. 07 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, em face aos crimes ambientais cometido pelo Consórcio;

Dia 20.02.09- Documento da CGENE para a DILIC com parecer contrário a recomendação da NT n°. 09 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. No mesmo dia, a DILIC concorda com este documento e sugere a aplicação da penalidade de advertência;

Dia 13.03.09- Protocolado no Ibama Ofício n. 947/2009 - SGH/ANEEL pelo qual comunica que o Projeto Básico da Usina está "apto à aprovação", condicionado, entretanto, à obtenção da LI - Ibama e Outorga - ANA.

Fonte: BRASIL - IBAMA. Disponível em: <www.ibama.gov.br>

Org. José Alves.

**APÊNDICE E- CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA DAS UHEs DE JIRAU
E SANTO ANTÔNIO**

CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA DAS UHES DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO**Condicionantes específicas para a emissão da Licença de Instalação**

- Detalhar os Planos, Programas, Medidas Mitigadoras e de controle no EIA;
- Modelagem do processo de sedimentação do reservatório, vazão de sedimentos pelas turbinas e vertedouros, e da erosão a jusante do reservatório;
- Monitoramento de peixes e projeto executivo de transposição dos mesmos em dois canais semi-naturais laterais às usinas;
- Monitoramento da biodisponibilidade de mercúrio nos igarapés Mutum, Jaci-Paraná e Jatuarana e área da cachoeira de Teotônio;
- Detalhar programa de resgate da fauna (flora) e prever locais de soltura dos mesmos em ambiente com capacidades de suporte;
- Controle de tempo de enchimentos dos reservatórios;
- Apresentar programa e projetos que compatibilizem a oferta e a demanda de serviços públicos, considerando a variação populacional devido à implantação dos empreendimentos - os projetos devem ser aprovados pelos governos de Rondônia e Porto Velho;
- Apresentar medida mitigadora as famílias não proprietárias na área de influência direta dos empreendimentos, que venham a ter atividade econômica afetada;
- Considerar no PCS (Programa de Compensação Social) medidas de apoio aos assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares e comunidades ribeirinhas na área de influência do empreendimento, visando atividades ambientalmente sustentáveis;
- Apresentar plano de ação para controle de Malária;
- Apoiar iniciativas para revisão do Plano Diretor de Porto Velho em decorrência dos empreendimentos;
- Apresentar programas e projetos quanto a proteção do patrimônio cultural local que possam ser direta e indiretamente impactos pelos empreendimentos;
- Apresentar Outorga de Direito de Uso de recursos Hídricos estabelecida pela ANA;
- Apresentar relatórios trimestrais de todos os programas de monitoramento previstos na referida licença.

Fonte: BRASIL - IBAMA. Disponível em: <www.ibama.gov.br>

Org. José Alves.